David Harvey

PARIS

capital da modernidade



BOITEMPO EDITORIAL

Sobre *Paris, capital da modernidade*
João Sette Whitaker Ferreira

Um dos maiores intérpretes do marxismo e da sua complexa tradução para o contexto capitalista atual, David Harvey tem especial afeição pelo estudo das transições desse sistema, por meio das quais essa fantástica estrutura de acumulação se ajusta às crises e renova sua força, sempre pelo caminho da dominação e da espoliação.

A passagem da modernidade à pós-modernidade e da acumulação rígida à flexível, as interações entre os diferentes circuitos do capital para superar as crises de superacumulação e a atual intensifi cação do imperialismo opressivo são transições já abordadas pelo autor. Processos com rupturas mais ou menos drásticas, porque "nenhuma ordem social pode conseguir mudanças que já não estejam latentes dentro de sua condição existente", mas que na sua fragilidade podem tanto desembocar em uma alternativa revolucionária quanto em rearranjos que reforçam o capitalismo e sua perversa capacidade de destruir para renascer.

Na sequência da Revolução de 1848 e no contexto do bonapartismo, "capital e modernidade se uniram" na Paris do Segundo Império para enterrar de vez o utopismo, o romantismo, a manufatura artesanal e outros resquícios do feudalismo. Em 1848, o capitalismo já em marcha havia gerado "profunda e disseminada" crise de superacumulação, tendo como efeito uma "tragédia humana" de tal gravidade que, para Harvey, "a reforma do capitalismo ou sua derrubada revolucionária encaravam todas as pessoas".

Foi assim que os esforços para a construção da modernidade, apoiados no mito de uma ruptura radical com o passado, garantiram uma transição que redesenhou a cidade, sob a batuta de Haussmann, pela lógica da especulação imobiliária e da subordinação aos mercados financeiros. "Liberado de sua camisa de força feudal, o capital reorganizou o espaço interno de Paris segundo princípios que eram exclusivamente seus." Ou seja, segundo os interesses dos políticos, banqueiros e proprietários fundiários.

Em Paris, capital da modernidade, Harvey mostra um dos mais expressivos momentos de "compressão espaço-tempo", em que se acelera drasticamente o ciclo de acumulação capitalista. A reconstrução urbana, as novas tecnologias, o florescer do sistema de crédito e do consumismo ostentatório são vistos não só pelos seus efeitos materiais, mas também pelo seu impacto nos costumes, nas "relações sociais e imaginações políticas", analisadas pelas suas representações nas artes e na literatura. Tudo isso com o pano de fundo da consequente intensificação da luta de classes que, no fim, levaria à queda de Napoleão III, à experiência da Comuna e ao seu sangrento fim, abrindo caminho para a consolidação definitiva do capitalismo industrial.

Sobre *Paris, capital da modernidade*
Gilberto Maringoni

David Harvey comete neste livro um extremado gesto de ousadia: volta-se para uma reflexão sobre a cidade mais estudada, comentada, cantada e amada em toda a história. E emerge desse mergulho, delimitado entre 1848 e 1871, com uma análise avessa ao lugar-comum.

Palco de três revoluções, polo irradiador de transformações quase ilimitadas, Paris embute em si um projeto de vida que se tornou planetário. Berço da burguesia como classe dominante, do romance como epopeia dos novos tempos, da imprensa como força ideológica inexorável, do realismo e do impressionismo nas artes visuais e de cânones de comportamento da vida pública e privada, a capital francesa também gerou um modelo de urbanismo absorvido e copiado em toda parte. Balzac, Flaubert, Baudelaire, Daumier, Courbet, Marx e Haussmann, entre tantos, condensam em suas obras o torvelinho político e social da capital alucinante.

Harvey não cria a "sua" Paris. Antes, une pontos conhecidos de maneira inventiva e traça uma arquitetura totalizante que busca – com êxito – explicar por que Paris não precisa de adjetivos.

Sobre *Paris, capital da modernidade*
David Harvey

Este livro é um exercício do que chamo de materialismo histórico-geográfico. Ele preencheu a história entre a análise marxiana de como Luís Bonaparte subiu ao poder no alvorecer do fracasso da Revolução de 1848 (O 18 de brumário) e o que aconteceu na Comuna de Paris de 1871 (A guerra civil na França). Não foi algo consciente, apenas depois me dei conta de que estava preenchendo a lacuna entre duas obras seminais de Marx!

Sobre o autor

David Harvey, geógrafo britânico, é professor emérito de antropologia na pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York (The City University of New York – Cuny) e ex-professor de geografia nas universidades Johns Hopkins e Oxford. Seu curso sobre O capital de Marx já teve mais de 700 mil acessos desde que foi disponibilizado no site da Cuny, em 2008. Autor de diversos livros, lançou pela Boitempo O enigma do capital (em 2011), Para entender O Capital: Livro I e Os limites do capital (ambos em 2013) e Para entender O Capital: Livros II e III (2014). Dele, a editora prepara para breve o lançamento de 17 contradições e o fim do capitalismo.

David Harvey

Paris,

capital da modernidade

Tradução
Magda Lopes

Revisão da tradução
Artur Renzo

BOITEMPO
EDITORIAL

Sumário

Introdução Modernidade como ruptura

Parte I. Representações: Paris 1830-1848
1. Os mitos da modernidade: a Paris de Balzac
2. Sonhando o corpo político política revolucionária e esquemas utópicos, 1830-1848

Parte II. Materializações: Paris 1848-1870
3. Prólogo
4. A organização das relações espaciais
5. Dinheiro, crédito e finanças
6. O aluguel e o interesse imobiliário
7. O Estado
8. Trabalho abstrato e trabalho concreto
9. Compra e venda da força de trabalho
10. A condição das mulheres
11. A reprodução da força de trabalho
12. Consumismo, espetáculo e lazer
13. Comunidade e classe
14. Relações naturais
15. Ciência e sentimento, modernidade e tradição
16. Retórica e representação
17. A geopolítica da transformação urbana

Parte III. Coda
18. A construção da basílica de Sacré-Cœur

Bibliografia e crédito das ilustrações

Índice onomástico

Introdução
Modernidade como ruptura

Um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma *tabula rasa*, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado – ou, se o passado ficar no caminho, mediante sua obliteração. Assim, a modernidade sempre diz respeito à "destruição criativa", quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário. Com frequência, é difícil decidir se a ruptura radical se dá no estilo de fazer ou representar as coisas em diferentes setores, como literatura e artes, planejamento urbano e organização industrial, política, estilo de vida ou o que quer que seja, ou se os deslocamentos nesses setores se concentram em alguns locais e épocas fundamentalmente importantes, de onde as forças agregadas da modernidade se expandem para fora, engolfando o resto do mundo. O mito da modernidade tende para esta última interpretação (particularmente por meio de seus termos cognatos de modernização e desenvolvimento), embora, quando pressionada, a maior parte de seus defensores esteja em geral disposta a abrir mão de desenvolvimentos desiguais que geram um pouco de confusão nos pormenores.

Eu chamo de mito essa ideia de modernidade porque a noção de ruptura radical tem certo poder de persuasão e penetração diante das abundantes evidências de que não ocorre nem pode ocorrer. A teoria

alternativa da modernização (em vez de modernidade), devida de início a Saint-Simon e levada muito a sério por Marx, é que nenhuma ordem social pode conseguir mudanças que já não estejam latentes dentro de sua condição existente. Pode parecer estranho o fato de dois pensadores que ocupam um lugar de destaque no panteão do pensamento modernista negarem tão explicitamente a possibilidade de qualquer ruptura radical ao mesmo tempo que insistem na importância da mudança revolucionária. Entretanto, a opinião deles converge em torno da centralidade da "destruição criativa". O velho ditado diz que não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos, e é impossível criar novas configurações sociais sem de alguma maneira suplantar ou mesmo destruir as velhas. Então, se a modernidade existe como um termo significativo, ela assinala alguns momentos decisivos de destruição criativa.



Figura 1: *O quadro de Ernest Meissonier da barricada na Rue de la Mortellerie em junho de 1848 descreve a morte e a destruição que frustraram um movimento revolucionário para reconstruir o corpo político de Paris em linhas socialistas mais utópicas.*

Em 1848, algo muito dramático aconteceu na Europa em geral, particularmente em Paris. O argumento em prol de alguma ruptura radical na economia política, na vida e na cultura parisienses em torno

dessa data é, pelo menos na superfície, totalmente plausível. Antes havia uma visão urbana que no máximo arranhava os problemas da infraestrutura urbana medieval; depois veio Haussmann, que coagiu a cidade a assumir a modernidade. Antes havia os classicistas, como Ingres e David, e os coloristas, como Delacroix; depois vieram o realismo de Courbet e o impressionismo de Manet. Antes havia os poetas e os romancistas românticos (Lamartine, Hugo, Musset e George Sand); depois vieram a prosa e a poesia tensas, descentradas e bem afiadas de Flaubert e Baudelaire. Antes havia indústrias manufatureiras dispersas, organizadas de forma artesanal; grande parte delas, então, abriu caminho para o maquinário e a indústria modernos. Antes havia pequenas lojas ao longo de ruas estreitas e tortuosas ou em galerias; depois vieram as imensas lojas de departamentos que tomaram conta dos bulevares. Antes havia o utopismo e o romantismo, depois vieram o gerencialismo prático e o socialismo científico. Antes ser carregador de água era uma ocupação importante; mas, em 1870, já havia praticamente desaparecido, com a disponibilidade da água encanada. Em todos esses aspectos – e em outros mais –, 1848 parecia ser um momento decisivo em que grande parte disso era o novo consolidado sem o velho.

Então, o que exatamente aconteceu em 1848 em Paris? Havia fome, desemprego, miséria e descontentamento por todo lado, e grande parte disso convergiu para Paris à medida que as pessoas enchiam a cidade em busca de sustento. Havia republicanos e socialistas determinados a enfrentar a monarquia e pelo menos reformá-la para que ficasse à altura de sua promessa democrática inicial. Se isso não acontecesse, haveria sempre aqueles que achariam o momento ideal para a revolução. Entretanto, essa situação existia há anos. As greves, manifestações de rua e levantes conspiratórios da década de 1840 haviam sido contidos, e poucos – a julgar por sua condição despreparada – pareciam achar que dessa vez seria diferente.

Em 23 de fevereiro de 1848, no Boulevard des Capucines, uma manifestação relativamente pequena diante do Ministério das Relações Exteriores saiu do controle, e as tropas atiraram e mataram cerca de cinquenta manifestantes. O que se seguiu foi extraordinário. Uma carroça

com os vários corpos foi conduzida à luz de tochas pela cidade. O relato lendário, feito por Daniel Stern e incorporado por Flaubert em *A educação sentimental*, se concentra no corpo de uma mulher (e digo que ele é lendário porque o condutor da carroça atestou que não havia nenhuma mulher a bordo)[1]. Segundo Stern, diante de multidões na maioria silenciosas reunidas nas ruas, um garoto periodicamente iluminava com sua tocha o corpo da jovem mulher; em outros momentos, um homem pegava o corpo e o erguia para mostrá-lo à multidão. Esse foi um símbolo poderoso. A liberdade há muito era imaginada como sendo uma mulher, e agora parecia que ela havia sido assassinada. De acordo com vários relatos, a noite seguinte foi assustadoramente quieta. Até os mercados estavam silenciosos. De madrugada, toques de sinos soaram por toda a cidade. Esse era o chamado para a revolução. Trabalhadores, estudantes, burgueses insatisfeitos, donos de pequenas propriedades se juntaram nas ruas. Muitos membros da Guarda Nacional se uniram a eles e grande parte do Exército logo perdeu a vontade de lutar.

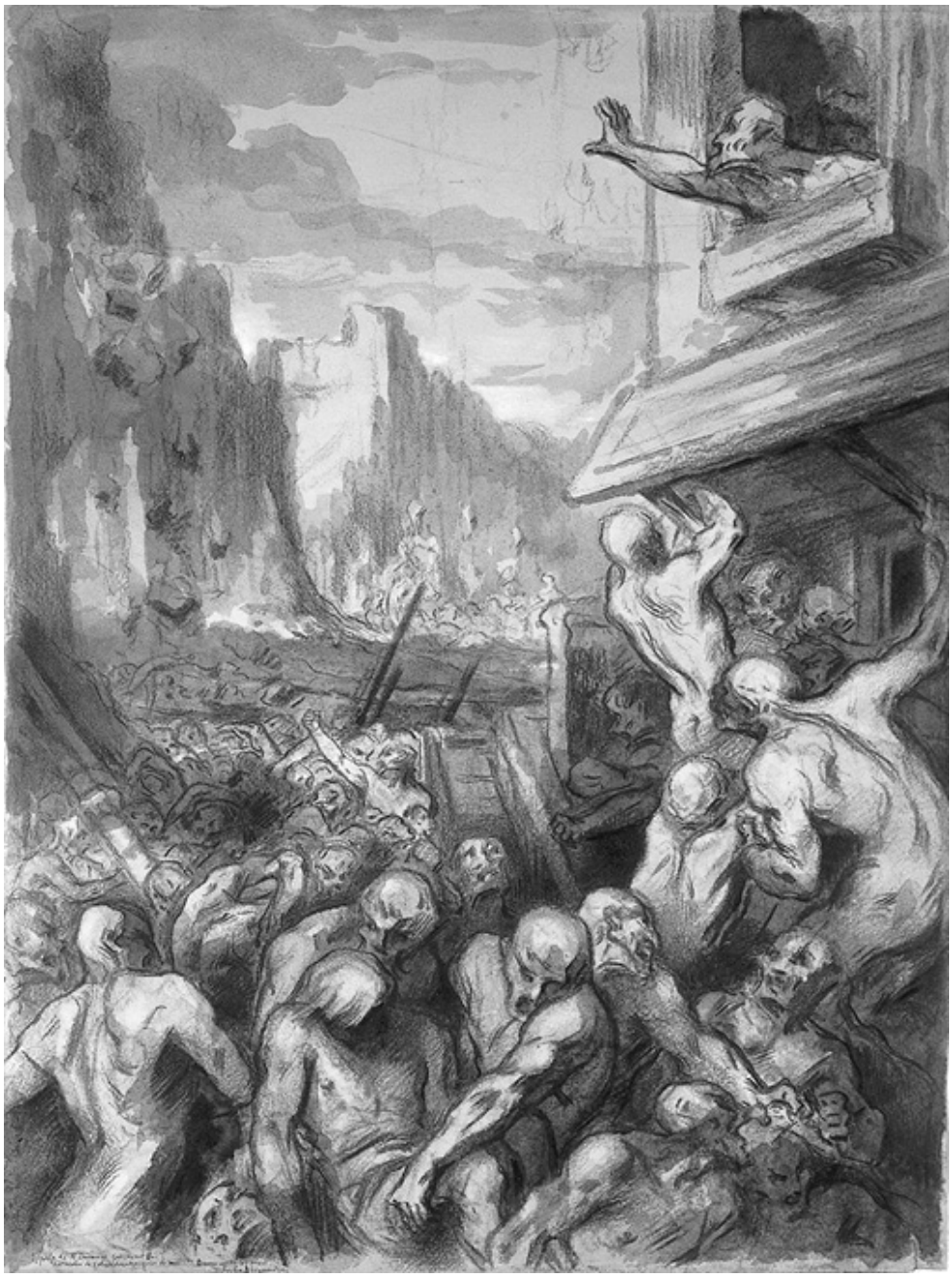


Figura 2: *O motim (1848), de autoria de Daumier, capta algo das qualidades macabras e carnavalescas do levante de fevereiro de 1848. Parece pressagiar, com sinistro agouro, o resultado mortal.*

Luís Filipe rapidamente nomeou Louis Molé, de início, e Adolphe Thiers, em seguida, como primeiros-ministros. Thiers, autor de volumosas histórias da Revolução Francesa, havia ocupado essa posição anteriormente na Monarquia de Julho (1830), mas não conseguiu

estabilizar o regime como uma monarquia constitucional no estilo britânico. Imagina-se que Thiers tenha aconselhado o rei a se retirar para Versalhes com as forças militares que lhe eram fiéis – e, se necessário, a esmagar o movimento revolucionário em Paris (tática posteriormente empregada contra a Comuna de Paris, em 1871). Se o rei, idoso e desmoralizado, ouviu o conselho, não o seguiu. Abdicou em favor de seu neto, de oito anos de idade, pulou em uma carruagem e fugiu para a Inglaterra com a rainha, disfarçados de Sr. e Sra. Smith. A essa altura a cidade estava nas mãos de revolucionários. Os deputados conservadores fugiram, e uma breve tentativa de estabelecer uma regência para o novo rei na Assembleia Nacional foi rejeitada. Na cidade, um governo provisório foi declarado no Hôtel de Ville. Um grupo de onze, incluindo Lamartine, poeta romântico com simpatias republicanas e socialistas, e Louis Blanc (socialista de longa data), foi aclamado para comandar um governo provisório. A população invadiu o Palácio das Tulherias, antiga residência do rei, e o saqueou, destruindo móveis e retalhando quadros. Pessoas comuns, e até moleques de rua, se revezaram para sentar no trono antes de ele ser arrastado pelas ruas e queimado na Bastilha.

Muitas pessoas testemunharam esses eventos. Balzac, embora ansioso para partir para a Rússia e se encontrar com sua amada, Madame Hanska, não resistiu a ir até as Tulherias a fim de ver com seus próprios olhos o que estava ocorrendo. Flaubert correu para Paris a fim de testemunhar os acontecimentos em primeira mão, "de um ponto de vista artístico", e escreveu vinte anos mais tarde uma versão longa, informativa e – alguns historiadores reconhecem – precisa do ocorrido em *A educação sentimental*. Baudelaire envolveu-se na ação. Mas Georges-Eugène Haussmann, então subprefeito de Blaye, perto de Bordeaux, e posteriormente o mentor por trás da transformação de Paris, ficou, como muitos outros na França provincial, surpreso e consternado quando soube das notícias, dois dias depois. Renunciou e se recusou a ser reindicado por um governo que ele considerava ilegítimo.



Figura 3: *Daumier reconstrói de maneira hilária o momento em que os moleques de rua de Paris puderam momentaneamente ocupar o trono da França, enquanto corriam alegres em torno do abandonado Palácio das Tulherias. O trono foi subsequentemente arrastado até a Bastilha e queimado.*

O governo provisório realizou eleições no fim de abril, e a Assembleia Constituinte se reuniu em maio para proclamar oficialmente a República. Grande parte da França provincial votou na direita, grande parte de Paris votou na esquerda, e alguns socialistas notáveis foram eleitos. E o mais importante é que foram criados espaços em que organizações radicais

puderam florescer. Formaram-se clubes políticos, surgiram associações de trabalhadores, e aqueles que estavam mais preocupados com a questão do trabalho providenciaram uma comissão oficial que passou a se reunir regularmente no Palácio de Luxemburgo para pensar uma reforma social e política. Isso se tornou conhecido como "o parlamento dos trabalhadores". Oficinas nacionais foram criadas para oferecer trabalho e salário para os desempregados. Foi um momento de intensa liberdade de discussão, representado brilhantemente por Flaubert em *A educação sentimental*:

> Como os negócios estavam em suspenso, a ansiedade e um desejo de andar pelas ruas tiraram todos de casa. A informalidade das roupas mascarava as diferenças de posição social, os ódios foram escondidos, as esperanças aumentaram, a multidão estava cheia de boa vontade. As faces brilhavam com o orgulho pelos direitos conquistados. Havia uma alegria carnavalesca, um espírito de piquenique; não poderia haver nada tão divertido quanto o aspecto de Paris naqueles primeiros dias [...].
> [Frédéric e o marechal] visitaram todos, ou quase todos [os clubes], os vermelhos e os azuis, os frenéticos e os rigorosos, os puritanos e os boêmios, os místicos e os bêbados, aqueles que insistiam na morte de todos os reis e aqueles que criticavam a prática trapaceira dos comerciantes; e em toda parte os inquilinos xingavam os proprietários, os que vestiam macacões atacavam aqueles que estavam com belas roupas, e os ricos conspiravam contra os pobres. Alguns, como ex-mártires nas mãos da polícia, queriam compensação, enquanto outros suplicavam por dinheiro para desenvolver suas invenções ou tudo o mais que fosse um objeto dos planos dos falanstérios (fourieristas), projetos para mercados locais, sistemas para promover o bem-estar público, e então haveria um lampejo de inteligência entre essas nuvens de tolice, respingos repetidos de exortação, direitos declarados com um juramento, flores de eloquência nos lábios de algum jovem aprendiz usando o cinto da espada grudado à pele do seu peito sem camisa [...]. Para parecer razoável era sempre necessário falar sarcasticamente dos advogados e fazer uso das seguintes expressões o mais frequentemente possível: todo homem deve contribuir com sua pedra para a construção do edifício [...] problemas sociais [...] oficinas.[2]

Mas a economia ia de mal a pior. As dívidas continuavam, e os temores dos burgueses por seus direitos de propriedade como donos, locatários e empregadores despertavam sentimentos de reação. ("A propriedade foi elevada ao nível da religião e se tornou indistinguível de Deus", escreveu Flaubert.) Agitações menores em abril e maio aprofundaram os medos, a última delas terminando com vários líderes radicais presos. A desforra contra a esquerda estava em andamento. As oficinas nacionais não conseguiam organizar trabalho produtivo, mas impediam os trabalhadores de voltar a seus empregos anteriores. O governo republicano, com a

direita em evidente maioria, encerrou suas atividades em junho. Importantes elementos do populacho começaram a protestar. Na descrição clássica de Guedella:

> Os homens estavam famintos e lutavam sem esperança, sem líderes, sem aplausos, atirando com tristeza atrás de grandes barricadas de pedra. Durante quatro dias, Paris ficou iluminada por uma luz mortiça; revólveres eram disparados contra as barricadas; uma grande tempestade despencou sobre a cidade enfumaçada; mulheres foram alvejadas sem piedade e, em um domingo medonho, um general que negociava com as barricadas foi vergonhosamente assassinado; o arcebispo de Paris, em um gesto supremo de reconciliação, saiu no pôr do sol em busca de estabelecer a paz, levou um tiro e morreu. Era um período de horror, e durante quatro dias de verão Paris foi torturada pela luta. Então irrompeu a rebelião, e a República sobreviveu.[3]

A Assembleia Nacional havia dispensado o governo (Lamartine, entre outros) e depositava sua fé em Louis Cavaignac, um general republicano burguês com muita experiência na Argélia colonial. Ao assumir o comando do Exército, ele pôs fim à revolta de maneira implacável e brutal. As barricadas foram arrasadas.

As Jornadas de Junho não apaziguaram os ânimos. Os republicanos de centro estavam agora desacreditados, e a Assembleia Nacional, cada vez mais dividida entre uma direita monarquista e uma esquerda socialista-democrata. Entre elas se ergueu o espectro do bonapartismo, disfarçado de seu sobrinho Luís Napoleão. Ainda oficialmente exilado na Inglaterra, ele havia sido eleito em junho para uma cadeira na Assembleia. Absteve-se de tentar assumi-la, mas indicou ameaçadoramente em uma carta que "se a França o convocasse para cumprir o seu dever, ele saberia como cumpri-lo". Começou então a se consolidar a percepção de que ele, e somente ele, poderia restabelecer a ordem. Foi reeleito em outra eleição em setembro e, dessa vez, assumiu o posto. Com a nova Constituição, que criava um presidente nos moldes norte-americanos, eleito pelo sufrágio universal, Luís iniciou uma campanha para ocupar essa posição. Em 10 de dezembro, ele recebeu 5,4 milhões de votos contra 1,4 milhão para Cavaignac e o ridículo número de 8 mil para Lamartine. Mas a presidência era limitada a quatro anos, e Luís não mantinha muito apoio na Assembleia (poucos bonapartistas foram eleitos em 1849; a maioria era composta de monarquistas conservadores). Luís começou a mostrar capacidade para

manter a lei e a ordem e conter "os vermelhos", ao mesmo tempo que demonstrava respeito limitado pela Constituição.

Até o verão de 1849, a maioria dos líderes socialistas (Louis Blanc, Alexandre Ledru-Rollin, Victor Considérant etc.) havia sido levada ao exílio. Cultivando o apoio popular principalmente nas províncias (com a ajuda disfarçada de altos funcionários como Haussmann) e até, o que é mais importante, entre os católicos (por ajudar a recolocar o Papa no Vaticano, contra os revolucionários na Itália) e nas Forças Armadas, Luís Napoleão tramou seus passos (com a contribuição involuntária da Assembleia, que tolamente aboliu o sufrágio universal, reinstituiu a censura na imprensa e se recusou a estender o mandato presidencial) até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851. A Assembleia foi dissolvida, as principais figuras parlamentares (Cavaignac, Thiers etc.) foram presas e a resistência esporádica foi facilmente derrubada em Paris (embora a morte de um representante socialista-democrata, Baudin, em uma das poucas barricadas, mais tarde fosse se tornar um símbolo da ilegitimidade do Império). Apesar de alguns surpreendentes grupos de intensa resistência rural, a nova Constituição (baseada na do ano VIII da Revolução) foi confirmada por uma esmagadora maioria de 7,5 milhões de votos contra 640 mil no plebiscito de 20 de dezembro. Luís Napoleão, ao som de gritos de "*Vive l'empereur*" [Viva o imperador], andou triunfante pela cidade durante várias horas até entrar no Palácio das Tulherias e lá estabelecer sua residência. Demorou um ano de maior cultivo do apoio popular para o Império ser declarado (e de novo confirmado por uma maciça maioria em um plebiscito). O republicanismo e o governo democrático haviam sido experimentados e fracassaram. O autoritarismo e o despotismo (embora ainda estivesse por ser determinado se seu caráter era ou não benevolente) constituíram a resposta[4].



Figura 4: *Este raro e extraordinário daguerreótipo das barricadas no Faubourg du Temple na manhã de 25 de junho de 1848 ilustra o que as forças da ordem enfrentariam para reocupar Paris.*

Haussmann, com evidentes simpatias bonapartistas, reassumiu o papel de prefeito em janeiro de 1849, primeiro em Var e depois em Auxerre. Convidado a ir a Paris para assumir um novo cargo, estava justamente em uma *soirée* no Elysée Paris na noite de 1 de dezembro de 1851. Luís Napoleão o cumprimentou com um aperto de mãos, informou que lhe seria proposto um novo cargo e lhe pediu que se apresentasse no início da manhã ao ministro do Interior para receber suas instruções. Naquela noite, Haussmann descobriu que o ministro em questão não tinha a menor ideia do que ele estava falando. Às cinco horas da manhã do dia seguinte, Haussmann se apresentou e encontrou o duque de Morny, meio-irmão de Luís Napoleão, agora no comando. O *coup d'État* estava em andamento, e Morny corretamente presumiu que Haussmann estava com

eles. Haussmann foi primeiro transferido para a região fronteiriça com a Itália (um problema delicado devido a dificuldades de fronteira) e depois para sua região preferida de Bordeaux. E, quando o príncipe-presidente viajou pelo país, preparando a declaração do Império, ele culminou com um discurso importante em Bordeaux ("O Império é a paz", proclamou), em outubro de 1852. A capacidade de Haussmann de mobilizar o espetáculo para os propósitos imperiais durante a visita a Bordeaux foi devidamente notada (assim como suas simpatias e energias bonapartistas). Em junho de 1853, foi novamente transferido para Paris. No dia em que Haussmann fez seu juramento de posse do cargo, o imperador lhe entregou um mapa, conforme a lenda narrada por ele mesmo em suas *Mémoires* [Memórias], no qual estavam traçados em esboços de quatro diferentes cores (representando a urgência dos projetos) os planos para a reconstrução do sistema viário de Paris. Esse foi, segundo Haussmann, o plano que ele realizou fielmente (com algumas extensões) nas duas décadas seguintes.



Figura 5: *Esta foto de Marville (tirada entre 1850 e 1851) mostra as demolições já em andamento em torno da Rue de Rivoli e do Palais.*

Agora sabemos que isso é um mito[5]. Houve consideráveis discussões a respeito, assim como esforços práticos (liderados por Rambuteau, prefeito de 1833 até 1848) com relação à modernização de Paris sob a Monarquia de Julho. Durante a década de 1840 foram discutidos inúmeros planos e propostas. O imperador, após ser eleito presidente em 1848, já era partidário de iniciativas de renovação urbana, e Berger, predecessor de Haussmann, iniciara a tarefa a sério. A Rue de Rivoli já estava sendo estendida, assim como a Rue Saint Martin; e, para comprová-lo, há fotos de Le Secq e de Marville e comentários vigorosos de Daumier sobre os efeitos das demolições de 1851-1852, um ano antes de Haussmann assumir o cargo[6]. Além disso, em agosto de 1853, o imperador nomeou uma comissão sob a direção do conde Simeon para aconselhar projetos de renovação urbana. Haussmann declarou que ela raramente se encontrava e que produzia apenas um relatório temporário marcado por recomendações banais e impraticáveis. Ela, na verdade, se encontrava com regularidade e produziu um plano elaborado e extremamente detalhado que foi entregue ao imperador em dezembro de 1853. Haussmann deliberadamente o ignorou, embora qualquer influência que tal plano tivesse tido sobre o imperador (que consultava Haussmann com mais frequência do que este último admitia) não seja conhecida. Além disso, Haussmann fez mais e fez menos do que o imperador queria. O imperador o havia instruído a ficar atento às estruturas de qualidade existentes e evitar linhas retas. Haussmann ignorou suas ordens nos dois casos. O imperador tinha pouco interesse na distribuição de água corrente ou na incorporação dos subúrbios, mas Haussmann era apaixonado por ambas – e conseguiu o que quis. As *Mémoires* de Haussmann, nas quais até agora foi baseada a maioria dos relatos, estão repletas de dissimulação.

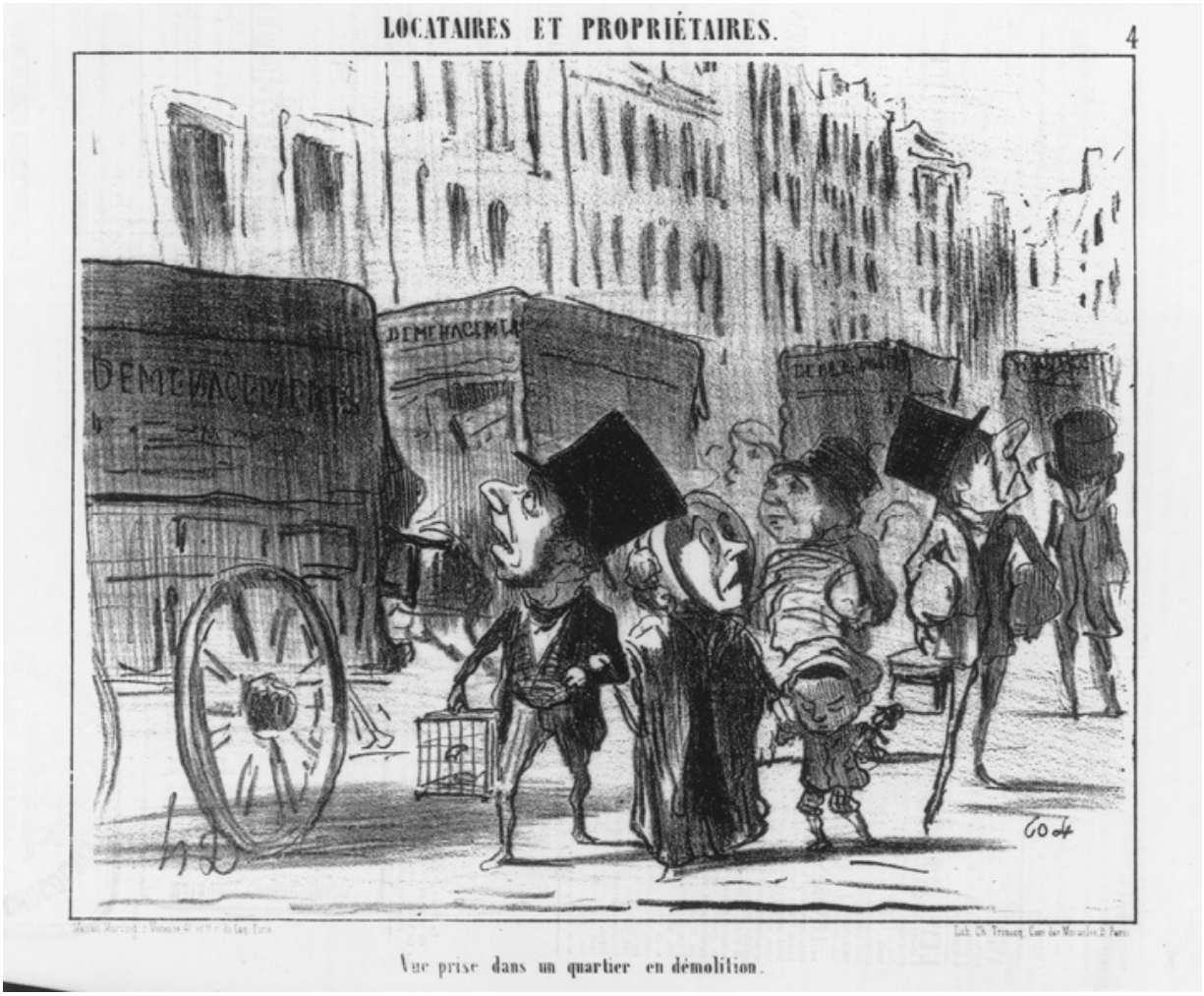


FIGURA 6: *Aqui, já em 1852, Daumier aborda a questão do deslocamento das populações devido às demolições. É interessante o fato de ele nunca mais ter voltado a essa questão.*



Figura 7: *Esta litografia de Provost retrata as condições em Les Halles no início da década de 1850 (ela ecoa uma fotografia tirada por Marville; ver Marie De Thèzy, Marville, cit., p. 365). O novo Les Halles está à direita e o velho sistema, em que os comerciantes armazenavam seus produtos debaixo dos beirais salientes dos prédios, está à esquerda.*

Entretanto, há algo muito significativo em relação às negações de Haussmann. Elas revelam muito mais que egoísmo e vaidade (embora ele tivesse bastante de ambos). Em parte, assinalam contra o que Haussmann tinha de lutar. Ele precisava criar o mito de uma ruptura radical em torno dele próprio e do imperador – mito esse que sobreviveu até hoje – porque era necessário mostrar que o que havia antes era irrelevante; que nem ele nem Luís Napoleão estavam de maneira alguma ligados ao pensamento ou às práticas do passado imediato. Essa negação tinha uma dupla função. Criava um mito inovador (essencial a qualquer novo regime) e ajudava a garantir a ideia de que não havia alternativa para o autoritarismo benevolente do Império. As propostas e os planos republicanos, democráticos e socialistas das décadas de 1830 e 1840 eram impraticáveis e não mereciam consideração. Haussmann criou a única solução factível, e era factível porque estava incorporada na autoridade do Império. Nesse sentido, houve de fato uma real ruptura tanto no pensamento quanto na

ação depois que os distúrbios ocorridos em 1848 cumpriram sua função. Mas Haussmann também reconheceu, em uma troca de cartas com o imperador, autor do prefácio ao primeiro volume da *Histoire générale de Paris* [História geral de Paris](publicada em 1866), que "o mais notável das tendências modernas" é buscar no passado uma explicação do presente e uma preparação para o futuro[7].



FIGURA 8: *O primeiro projeto de 1852, de Baltard, para o novo Les Halles (conhecido como La Fortresse), aqui registrado em uma fotografia de Marville, foi entusiasticamente desaprovado pelo imperador e por Haussmann, e logo desmantelado.*



Figura 9: *O que Haussmann queria eram "guarda-chuvas de ferro", e foi o que Baltard finalmente lhe deu, no prédio modernista clássico de Les Halles, de 1855.*

Se a ruptura que Haussmann supostamente realizou não chegou nem perto de ter a radicalidade que ele alegava, então devemos buscar (como insistem Saint-Simon e Marx) o novo nas características do velho. Mas a emergência do novo (como também insistem Saint-Simon e Marx) pode ter ainda uma importância revolucionária impossível de ser negada. Haussmann e seus colegas estavam dispostos a levar a cabo a destruição criativa em uma escala até então jamais vista. A formação do Império a partir das ruínas da democracia republicana lhes permitiu fazer isso. Deixe-me apresentar os tipos de mudanças que tenho em mente.

Hittorff foi um dos principais arquitetos a trabalhar na transformação de Paris sob a Monarquia de Julho. Uma nova avenida para ligar o Arco do Triunfo e o Bois de Boulogne já vinha há muito sendo debatida, e Hittorff traçara planos para ela. A rua deveria ser muito larga para os padrões existentes – 120 pés [36,58 metros]. Hittorff encontrou-se com Haussmann em 1853. Este último insistiu que deveria haver 440 pés

[134,11 metros] entre os edifícios de frente, com uma avenida de 360 pés [109,73 metros] de largura[8]. Desse modo, Haussmann triplicou a escala do projeto. Mudou a escala espacial tanto do pensamento quanto da ação. Considere outro exemplo instrutivo. O abastecimento de Paris mediante Les Halles há muito era considerado ineficiente e inadequado, tendo sido um inflamado tópico de debate durante a Monarquia de Julho. O ex-prefeito Berger, sob as ordens de Luís Napoleão como presidente, havia tornado sua reforma uma prioridade. A Figura 7 mostra o velho sistema (que logo seria demolido), onde os comerciantes armazenavam seus produtos da melhor maneira que podiam sob os beirais salientes das casas. Luís Napoleão suspendeu os trabalhos do novo prédio de Baltard de 1852 – conhecido localmente como "a fortaleza de Les Halles" –, alegando ser uma solução totalmente inaceitável (Figura 8). "Queremos guarda-chuvas" feitos "de ferro", disse Haussmann a um desaprovado Baltard em 1853, e isso, no fim, foi o que Baltard lhe deu, embora só depois de Haussmann ter rejeitado (obtendo assim o ressentimento eterno do arquiteto) vários projetos híbridos. O resultado foi um prédio durante muito tempo considerado um clássico modernista (ver Figura 9). Em suas *Mémoires*, Haussmann sugere ter salvado a reputação de Baltard (quando Luís Napoleão perguntou como um arquiteto que produzira algo tão horrível em 1852 podia ser responsável por uma obra de gênio dois anos depois, Haussmann respondeu, sem modéstia, "um prefeito diferente!").

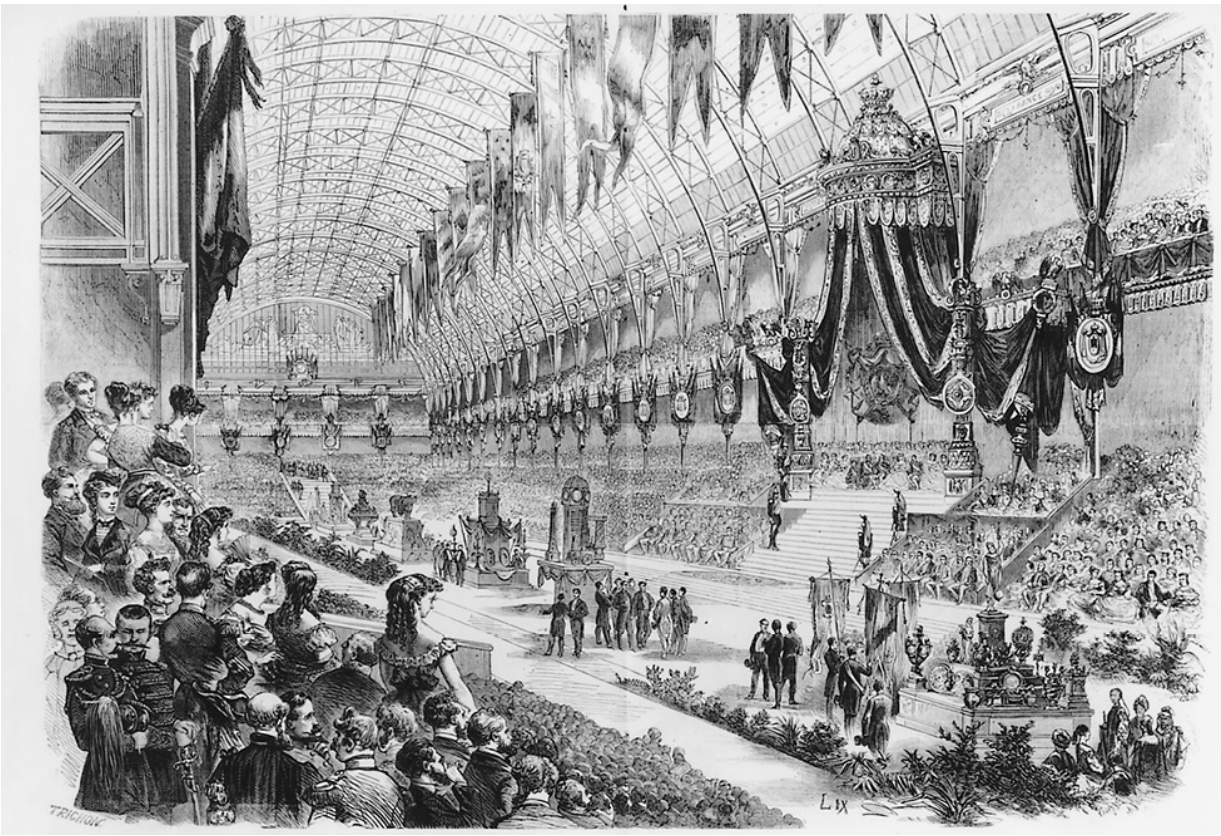


Figura 10: *O Palais de l'Industrie, retratado por Trichon e Lix, atingiu um espaço interior ainda maior do que o Les Halles, ilustrando mais uma vez a transformação radical de escala possibilitada pelos novos materiais, formas arquitetônicas e modos de organização da construção.*

Dirija-se então ao Palais de l'Industrie, construído para a Exposição Universal de 1855 (ver Figura 10), e veja um espaço cavernoso que vai muito além de Baltard. Agora compare esses novos espaços com as passagens que haviam sido tão importantes no início do século XVIII (Figura 11). A forma e os materiais são os mesmos, mas houve uma extraordinária mudança de escala (algo que, aliás, Walter Benjamin deixa de registrar em seu projeto das *Passagens*, apesar do seu intenso interesse nas formas espaciais da cidade). O historiador da arquitetura Loyer, em sua reconstrução detalhada das práticas arquitetônicas e de edificação na Paris do século XIX, enuncia exatamente o princípio em ação: "Um dos efeitos mais importantes do capitalismo na construção", escreve ele, "foi transformar a escala dos projetos"[9]. Embora o mito de Haussmann de

uma ruptura total mereça ser questionado, devemos também reconhecer a mudança radical de escala que ele ajudou a criar, inspirada pelas novas tecnologias e facilitada pelas novas formas organizacionais. Essa mudança lhe permitiu pensar a cidade (e até seus subúrbios) como uma totalidade, em vez de um caos de projetos particulares.

Em um registro aparentemente muito distinto, considere a ruptura radical que Flaubert supostamente realizou em sua escrita. Antes de 1848, Flaubert era um fracasso miserável; ele agonizava, a ponto de ter um colapso nervoso na década de 1840, sobre como e o que escrever. Suas explorações de temas góticos e românticos produziram uma literatura péssima, não importa o quanto ele trabalhasse no polimento do seu estilo. Até seus melhores amigos (Maxime Du Camp e Louis Bouilhet) consideraram o primeiro rascunho de seu *As tentações de Santo Antão** um total fracasso, dizendo-lhe isso claramente em 1849. Bouilhet então aconselhou um chocado Flaubert a estudar Balzac e, segundo Steegmuller, sugeriu

> que, se Flaubert escrevesse um romance sobre a burguesia (uma classe que sempre o interessou e que ele estava errado em acreditar que era indigna de um tratamento literário), enfatizando mais suas preocupações emocionais do que as materiais e empregando um bom estilo próprio, o resultado seria algo novo na história da literatura.

Dois anos mais tarde (depois da viagem de Flaubert ao Oriente), Bouilhet sugeriu que ele abordasse o suicídio trágico da esposa de um médico da província (de certo modo, uma cena da vida provincial) à maneira de Balzac.

Flaubert engoliu seu orgulho (ele havia desde cedo concluído que Balzac não tinha a mínima ideia de como escrever) e de forma obediente trabalhou nisso de 1851 a 1856. *Madame Bovary***, quando publicado, foi (e ainda é) amplamente aclamado como a primeira sensação literária importante e obra-prima da cultura do Segundo Império[10]. É, inclusive, por vezes descrito como o primeiro grande romance modernista na língua francesa. Seja como for, Flaubert só se revelou depois que o romantismo e o utopismo foram eliminados, em 1848. Emma Bovary comete suicídio, vítima de ilusões românticas banais, exatamente da mesma maneira que os

românticos revolucionários de 1848 – na opinião de Flaubert – cometeram suicídio nas barricadas (de maneira estúpida, como ele descreveria em *A educação sentimental*). Flaubert escreveu sobre Lamartine: "As pessoas já se cansaram dos poetas" e "Os poetas não dão conta". Flaubert subestimava seu débito a Balzac (tanto quanto Haussmann negava a influência de seus predecessores), mas perceptivelmente reconhecia o dilema. "Para se realizar algo duradouro", escreveu ele, "é preciso ter uma base sólida. Pensar no futuro nos atormenta e o passado nos contém. Por isso o presente está nos escapando por entre os dedos"[11].



Figura 11: *Esta foto de Marville de uma passagem – a Passage de l'Opéra – ilustra a mudança dramática na escala (embora não na forma) que ocorreu na construção entre a década de 1820, quando muitas passagens foram construídas, e o Les Halles e o Palais de l'Industrie, na década de 1850.*

Aquele apóstolo da modernidade, Baudelaire, vivia com esse dilema diariamente, arrastando-se de um lado para o outro com a mesma incoerência com que escorregou de um lado para o outro das barricadas

em 1848[12]. Ele já havia assinalado a rejeição da tradição em "Salão de 1846", incitando os artistas a explorar "o lado épico da vida moderna" porque sua época era "fecunda em temas poéticos e maravilhosos", como "o espetáculo da vida elegante e dos milhares de existências flutuantes que circulam nos subterrâneos de uma grande cidade – criminosos e prostitutas". E depois escreveu: "O maravilhoso nos envolve e nos sacia como a atmosfera; mas não o vemos". Entretanto, dedicou sua obra à burguesia, invocando seu heroísmo: "Vós vos associastes, formastes companhias e fizestes empréstimos para realizar a ideia do futuro com todas as suas diversas formas". Embora possa haver um toque de ironia nisso, ele está também apelando para a utopia saint-simoniana, que buscava atrelar as qualidades do poeta visionário e do negociante astuto à causa da emancipação humana. Baudelaire, capturado na sua própria luta contra a tradição e os "aristocratas do pensamento" e incidentalmente também inspirado pelo exemplo de Balzac, propôs uma aliança com todos aqueles membros da burguesia que procuravam derrubar o tradicional poder da classe. Ele contava com o fato de que ambos pudessem nutrir um ao outro "enquanto se espera [...] a harmonia suprema"[13].

Mas essa aliança não iria acontecer. Afinal, como os artistas podiam descrever o heroísmo naquelas "existências flutuantes", desalojadas, de maneira não ofensiva à burguesia? Baudelaire ficaria dilacerado pelo resto da vida entre as posturas do *flâneur* e do dândi; por um lado, um *voyeur* desengajado e cínico, por outro, o homem do povo que entra com paixão na vida de seus personagens. Em 1846, essa tensão estava apenas implícita; mas em 1848 tudo mudou. Ele lutou do lado dos insurgentes em fevereiro e junho, e talvez também em maio. Ficou horrorizado com a traição elaborada pelo "Partido da Ordem" da burguesia, mas igualmente angustiado diante da retórica vazia do romantismo (tal como representada pelo poeta Lamartine). Desiludido, Baudelaire voltou-se por um tempo para o socialista Pierre Proudhon como herói e depois se ligou a Gustave Courbet, atraído pelo realismo dos dois homens. Em retrospecto, escreveu que "1848 só foi encantador no seu próprio excesso do ridículo". Mas a evocação de "excesso" é importante. Ele registrou sua "excitação selvagem" e seu "prazer natural e legítimo na destruição". Mas

detestou o resultado. Até mesmo um retorno ao poder seguro da tradição lhe parecia preferível então. No intervalo entre os pontos altos do engajamento revolucionário, ajudou a editar jornais reacionários, mais tarde escrevendo: "Não há forma de governo racional e assegurado, exceto a aristocracia" (exatamente os sentimentos de Balzac). Após sua fúria inicial diante do golpe de Estado de Luís Napoleão, retirou-se da política e entregou-se ao pessimismo e ao cinismo, apenas para confessar seu vício quando o pulso da revolução começou a palpitar: "A Revolução e o Culto da Razão confirmam a doutrina do Sacrifício", escreveu ele[14]. E até chegou a manifestar uma esporádica simpatia por Luís Napoleão como alguém escalado no papel de guerreiro-poeta como rei.

Há uma contradição na percepção de modernidade de Baudelaire depois da experiência amarga da destruição criativa das barricadas e do saque do Palácio das Tulherias, em 1848. A tradição tem de ser derrubada, violentamente, se necessário, para lidar com o presente e criar o futuro. Mas a perda da tradição arranca as âncoras do nosso entendimento e nos deixa à deriva, impotentes. Por isso, escreveu ele em 1860, o objetivo dos artistas deve ser entender o moderno como "o transitório, o efêmero, o contingente" em relação àquela outra metade da arte que lida com "o eterno e o imutável". O medo, diz ele em uma passagem que faz eco ao dilema de Flaubert, é "de não agir com suficiente rapidez, de deixar o fantasma escapar antes que sua síntese tenha sido extraída e captada"[15]. Mas toda essa pressa deixa atrás de si uma grande quantidade de destroço humano. Os "milhares de existências flutuantes" não podem ser ignorados.



Figura 12: *O comovente O palhaço, de Daumier, capta um pouco dos sentimentos expressados no poema em prosa de Baudelaire. Com a multidão se afastando e só um menino o observando com curiosidade, ele fixa o olhar a distância como alguma nobre figura agora deixada para trás.*

Há uma eloquente evocação disso em sua história "O velho saltimbanco", em *O spleen de Paris*. Paris é ali descrita como um imenso

teatro. "Por toda parte a alegria, o ganho, a devassidão; por toda parte a certeza do pão dos amanhãs; por toda parte a explosão frenética da vitalidade." A *fête impériale* [celebração imperial] do Segundo Império está a todo vapor. Mas, entre "poeira, gritos, alegria, tumulto", Baudelaire vê "um pobre saltimbanco, encurvado, caduco, decrépito, uma ruína humana". O caráter absoluto da sua miséria é "revestido, para o cúmulo do horror, de andrajos cômicos". O saltimbanco "estava parado e mudo. Ele renunciara, abdicara. Seu destino estava dado" (Figura 12). O autor sente sua "garganta apertar-se na mão terrível da histeria", e "lágrimas rebeldes que não querem cair" turvam sua visão. Ele quer deixar algum dinheiro, mas o movimento da multidão o arrasta para a frente. Olhando para trás, diz a si mesmo: "Acabo de ver a imagem do velho homem de letras que sobreviveu à sua geração, de que foi o brilhante animador; do velho poeta sem amigos, sem família, sem filhos, degradado por sua miséria e pela ingratidão do público, e em cuja barraca o mundo esquecido não quer mais entrar"[16].

Para Marx, 1848 foi um divisor de águas intelectual e político semelhante. Sentidos a distância no exílio em Londres (embora ele tenha visitado Paris em março), os eventos de 1848-1851 em Paris viriam a ser uma epifania sem a qual sua virada para um socialismo científico teria sido impensável. A ruptura radical com frequência evidenciada entre o "jovem" Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos**, de 1844, e o Marx "maduro" de *O capital* não foi, é claro, mais radical que os movimentos de Haussmann ou Flaubert, mas nem por isso foi menos importante. Ele havia sido profundamente afetado pelo romantismo e pelo utopismo socialista em seus primeiros anos, mas foi mordaz em sua rejeição de ambos em 1848. Embora possa ter havido um momento histórico em que o utopismo abriu novos panoramas para a consciência da classe trabalhadora – escreveu –, agora ele era, na melhor das hipóteses, irrelevante e, na pior, uma barreira para a revolução. Dada a caótica efervescência de ideias produzida na década de 1840 na França (o tema do Capítulo 2, mais adiante), é compreensível que Marx tivesse um interesse estratégico em resumir o pensamento de oposição a uma muito mais rigorosa e rígida ciência sintética do socialismo. Mas o movimento marxista ter mais tarde

assumido uma ruptura radical, como se nada do que aconteceu antes tivesse sido relevante, foi um grave erro. Marx extraiu todo tipo de ideias de pensadores como Saint-Simon, Louis Blanqui, Robert Owen e Étienne Cabet; e, mesmo quando rejeitou outros, moldou sua concepção tanto mediante a crítica e a oposição quanto arrancando do nada as suas ideias. Sua apresentação do processo de trabalho em *O capital*** está moldada em resposta à ideia de Fourier de que o trabalho inalienado é definido apenas pela atração apaixonada e pelo prazer do jogo. Marx replica que a realização de projetos importantes requer compromisso e coragem, e que o processo de trabalho, embora nobre, nunca pode escapar inteiramente das condições difíceis do trabalho árduo e da disciplina coletiva. De todo modo, Marx defendia – e isso ele extraiu de Saint-Simon – que nenhuma ordem social pode mudar se os lineamentos do novo já não estiverem presentes no estado de coisas existente.

Se aplicássemos esse princípio de forma rigorosa ao que aconteceu em 1848 e depois, não veríamos apenas Flaubert, Baudelaire e Haussmann, mas também o próprio Marx, em uma luz particular. O fato de Haussmann, Marx, Flaubert e Baudelaire só terem se revelado tão espetacularmente após 1848, porém, corrobora o mito da modernidade como uma ruptura radical e sugere que a experiência desses anos teve algo vital a ver com as transformações subsequentes no pensamento e na prática em vários ambientes. Parece-me que esta é a tensão central a ser analisada: até que ponto e de que maneiras as transformações radicais realizadas após 1848 já estavam prefiguradas no pensamento e nas práticas de anos anteriores?

Marx, como Flaubert e Baudelaire, foi muito influenciado por Balzac. Paul Lafargue, genro de Marx, comentou que a admiração deste por Balzac "era tão profunda que ele planejava escrever uma crítica de A Comédia Humana assim que terminasse seus estudos de economia"[17]. Na opinião de Marx, toda a obra de Balzac era presciente sobre a evolução futura da ordem social. Balzac "antecipou" de maneiras surpreendentes as relações sociais que eram identificáveis apenas "em germe" nas décadas de 1830 e 1840. Retirando o véu para revelar os mitos da modernidade conforme foram se constituindo a partir da Restauração, Balzac nos ajuda

a identificar as profundas continuidades que subjazem à suposta ruptura radical após 1848. A dependência dissimulada de Flaubert e Baudelaire das perspectivas desenvolvidas por ele mostra essa continuidade em ação mesmo no terreno da produção literária. O débito explícito de Marx estende a continuidade pela economia política e pela escrita histórica. Se os movimentos revolucionários se inspiraram nas tensões latentes dentro da ordem existente, então os escritos de Balzac em Paris nas décadas de 1830 e 1840 se apresentam para revelar a natureza dessas tensões. E de tais possibilidades foram moldadas as transformações do Segundo Império. Sob essa luz eu examino as representações de Balzac de Paris no Capítulo 1.

A arte de Daumier, da qual faço aqui um uso ilustrativo considerável, exibia qualidades prescientes similares. Frequentemente comparado a Balzac, Daumier produziu incessantes comentários sobre a vida diária e também sobre a política em Paris que constituem uma fonte extraordinária. Baudelaire certa vez se queixou de que o público de Daumier olhava apenas a piada e não dava atenção à arte. Os historiadores da arte subsequentemente resgataram Daumier do menosprezo como um mero caricaturista e se concentraram nos pontos mais admiráveis da sua obra, embora, dada sua produção prolífica, ela seja em geral reconhecida como de qualidade irregular. Mas estou aqui mais preocupado com os temas que ele escolhe e a natureza das piadas que ele (e outros, como Gavarni e Cham) compartilhava com o público. O que Daumier faz frequentemente é antecipar, e assim tornar muito visíveis, processos de mudança em um estado embrionário. Já em 1844 ele satirizou a maneira como as novas lojas de tecidos eram organizadas e antecipou a experiência das lojas de departamentos das décadas de 1850 e 1860. A maioria dos seus comentários sobre as desocupações e demolições (rejeitados por Passeron como arte inferior) é de 1852, antes de ocorrerem as demolições mais maciças. Ele tinha, então, uma capacidade excepcional para ver não só o que a cidade era, mas o que estava se tornando, bem antes de chegar lá[18].

Essa questão de como enxergar a cidade e como representá-la durante fases de intensa mudança é um desafio intimidante. Romancistas como Balzac e artistas como Daumier foram pioneiros em fazê-lo de maneiras

interessantes, mas indiretas. Entretanto, é um fato curioso que, embora haja numerosos estudos e monografias disponíveis sobre cidades individuais, poucos deles tenham se tornado particularmente memoráveis, que dirá ilustrativos, com relação à condição humana. Mas é claro que há exceções. Eu sempre considerei *Viena fin-de-siècle,* de Carl Schorske, como o modelo a ser seguido, não importa o quanto fosse difícil reproduzi-lo[19]. Uma característica interessante desse trabalho é precisamente a maneira como ele consegue transmitir uma ideia da totalidade do que era a cidade mediante várias perspectivas sobre a vida material, as atividades culturais, os padrões de pensamento dentro da cidade. O escrito urbano mais interessante é com frequência de um tipo fragmentário e perspectívico. A dificuldade então é enxergar tanto a totalidade quanto as partes, e é nesse sentido que *Viena fin-de-siècle* opera sua mágica particular. Essa dificuldade permeia os estudos urbanos e a teoria urbana. Temos muitas teorias com relação ao que acontece *na* cidade, mas uma singular ausência de teoria *da* cidade; e as teorias que temos da cidade com frequência parecem tão unidimensionais e mecânicas que extirpam a riqueza e a complexidade da experiência urbana. Por isso, não se pode facilmente tratar a cidade e a experiência urbana de uma maneira unidimensional.

Essa abordagem fragmentada da totalidade não é em parte alguma mais brilhantemente articulada do que no estudo de Paris realizado por Walter Benjamin em seu projeto das *Passagens*[20]. Esse tem sido o foco de considerável e crescente interesse nos últimos anos, particularmente após o surgimento de uma tradução definitiva em inglês do estudo das *Passagens*, em 1999. Meu objetivo, é claro, é muito diferente daquele de Benjamin. É reconstruir, o melhor que puder, como funcionou a Paris do Segundo Império, como capital e modernidade se uniram em determinados local e época, e como as relações sociais e as imaginações políticas foram animadas por esse encontro. Os estudiosos de Benjamin devem, eu espero, encontrar algo de útil nesse exercício. Evidentemente, faço uso de muitos dos *insights* de Benjamin e tenho algumas ideias vagas de como lê-lo (e até, como já foi sugerido pelo exame da escala da forma espacial, de como criticá-lo). Para mim, o fascínio de seu projeto das *Passagens* está na maneira pela qual ele reuniu uma vasta série de

informações de todos os tipos de fontes secundárias e começou a apresentar os fragmentos (os "detritos" da história, conforme os chamou) como se fossem parte de algum caleidoscópio gigantesco de como Paris atuava e como se tornou um lugar tão central para o nascimento do moderno (tanto como *techn*é quanto como sensibilidade). Ele claramente visualizava uma grandiosa concepção, mas o estudo ficou inacabado (talvez inacabável), e sua forma geral (se é que pretendia ter uma) por isso permanece elusiva. Mas, como Schorske, Benjamin retorna repetidamente a alguns temas, fios persistentes que unem o todo e possibilitam alguma visão da totalidade. As passagens (uma forma espacial) operam como um motivo recorrente. Benjamin também insiste (como o fazem outros escritores marxistas, por exemplo Henri Lefebvre) que não vivemos simplesmente em um mundo material, mas que nossa imaginação, nossos sonhos, concepções e representações medeiam essa materialidade de maneiras poderosas; daí o seu fascínio pelo espetáculo, pelas representações e pela fantasmagoria.

O problema para o leitor de Benjamin é como entender os fragmentos em relação à totalidade de Paris. Alguns, é claro, gostariam de dizer que eles simplesmente não se encaixam e que o melhor é deixar como está; sobrepor temáticas (seja as passagens de Benjamin, seja meu próprio interesse pela circulação e acumulação do capital e pela predominância das relações de classe) é cometer uma violência extremada contra uma experiência, o que deve ser evitado a todo custo. Tenho muito mais fé nas relações inerentes entre processos e coisas do que deveria para me satisfazer com isso. Também tenho uma crença mais profunda em nossas capacidades para representar e comunicar o que significam essas conexões e relações. Mas reconheço, como deve fazer qualquer teórico, a necessária violência que acompanha a abstração, e que é sempre perigoso interpretar relações complexas como simples cadeias causais ou, pior ainda, como sendo determinadas por algum processo mecanicista. Recorrer a um modo dialético e relacional de investigação histórico-geográfica deve ajudar a evitar tais armadilhas.

Um trabalho desse tipo (e isso é verdadeiro para Schorske e Benjamin, assim como para mim) necessariamente depende muito do trabalho de

arquivo realizado por outros. Entretanto, o arquivo parisiense tem sido tão ricamente explorado, e as fontes secundárias são tão abundantes (como atesta a ampla bibliografia), que é necessário um grande esforço para reunir os inúmeros estudos realizados a partir de diferentes perspectivas em uma síntese dinâmica. A confiança em fontes secundárias (muitas delas informadas por uma estrutura de conceitos e teoria completamente diferente daquela que anima a minha própria) é de certa maneira limitada e sempre levanta a questão da confiabilidade e da fidedignidade, sem falar da sua compatibilidade. Li frequentemente essas fontes a contrapelo de seus próprios arcabouços teóricos, mas o trabalho de arquivo em Paris, não importa sob que perspectiva, foi cuidadoso (um exemplo disso é o excelente estudo de Gaillard[21], no qual me baseio muito), e busquei sempre manter a integridade dos sólidos achados.

Colocar as coisas dessa maneira é também ir contra a corrente de grande parte da prática acadêmica contemporânea, a qual se concentra nas construções discursivas que supostamente permeiam os relatos factuais, para entender estes últimos como construções culturais abertas à crítica e à desconstrução. Tais questionamentos foram valiosos. Desse ponto de vista, falar da "integridade" dos achados é altamente suspeito, pois a integridade e a verdade são efeitos de discurso. É conveniente saber, por exemplo, que a investigação estatística da indústria parisiense de 1847-1848 estava repleta de pressupostos político-econômicos conservadores que, entre outras coisas, classificavam os trabalhadores subcontratados em casa como "pequenos negociantes" e buscavam destacar a importância da família como guardiã da ordem social[22]. E o desafio de Rancière ao "mito" do artesão angustiado diante da desqualificação, degradação e perda da nobreza do seu trabalho como ator primordial na luta de classe tem de ser levado muito a sério[23].

Mas um trabalho de síntese, do tipo que tento realizar aqui, deve necessariamente construir suas próprias regras de compromisso. Não pode ficar travado no ponto da desconstrução sem fim das elaborações discursivas de outros, tem de insistir na materialidade dos processos sociais ainda que reconheça o poder e a importância dos discursos e das percepções na moldagem da vida social e na investigação histórico-

geográfica. Para isso, acredito que a metodologia do materialismo histórico-geográfico, que durante anos tenho desenvolvido (e para a qual o estudo original de Paris, publicado em 1985, contribuiu tão consistentemente), proporciona um meio poderoso para o entendimento da dinâmica da mudança urbana em um local e época específicos[24]. Entretanto, enfatizo o meu profundo reconhecimento à consagrada tradição dos estudos sérios que tão bem exploraram o arquivo parisiense e refletiram sobre seus significados por tanto tempo e sob as mais diversas perspectivas. As extraordinárias instalações da Bibliothèque Historique de la Ville de Paris (uma instituição montada por Haussmann) e a coleção de materiais visuais (incluindo fotos de Marville, comissionado sob a supervisão de Haussmann para registrar o que estava sendo criativamente destruído) agora reunida na Photothèque des Musées de la Ville de Paris tornaram a preparação deste trabalho muito mais fácil e também muito mais agradável.

Na parte II, o estudo de Paris é uma versão revisada e ampliada do ensaio em *Consciousness and the Urban Experience* [Consciência e a experiência urbana] (publicado em conjunto pela Johns Hopkins University Press e pela Basil Blackwell, em 1985). A coda, "A construção da basílica de Sacré-Cœur", ligeiramente revisada do mesmo volume, foi inicialmente publicada em *Annals of the Association of American Geographers* [Anais da Associação de Geógrafos Norte-Americanos], em 1979. O estudo sobre Balzac é uma versão revisada e ampliada de estudos anteriores, publicados separadamente em *Cosmopolitan Geographies* [Geografias cosmopolitas], organizado por Vinay Dharwadker (publicado pela Routledge em 2001), e em *After-Images of the City* [Imagens residuais da cidade], organizado por Joan Ramon Resina (publicado pela Cornell University Press em 2002). O Capítulo 2 e esta Introdução são totalmente novos.

Notas

[1] Jill Harsin, em *Barricades: the War of the Streets in Revolutionary Paris, 1830-1848* (Nova York, Palgrave Macmillan, 2002), p. 262, produz evidências para discutir o relato-padrão. Um resumo recente desse relato, de autoria de Simone Delattre, *Les douze heures noires: la nuit à Paris au XIXeme siècle* (Paris, Albin Michel, 2000), p. 108-11, atribui-o ao texto biográfico contemporâneo

de Daniel Stern (pseudônimo de Marie d'Agoult), *Histoire de la Revolution de 1848*. Em *Marianne into Battle: Republican Imagery and Symbolism in France, 1789-1880* (Cambridge, Cambridge University Press, 1983), Maurice Agulhon apresenta um pano de fundo histórico para a revolução e suas consequências.

[2] Gustave Flaubert, *A educação sentimental*, citado em Maurice Agulhon, *Marianne into Battle*, cit., p. 39-40.

[3] Phillip Guedalla, *The Second Empire* (Nova York, s.n., 1922), p. 163-4.

[4] Exatamente como Luís Napoleão chegou ao poder tem sido objeto de muitos relatos instigantes, incluindo, é claro, aquele de Marx em *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (Nova York, International Publishers, 1963) [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2011]. Maurice Agulhon, em *1848 ou l'apprentissage de la République 1848--1852* (Paris, Seuil, 2002) [ed. bras.: *1848: o aprendizado da república*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991], é mais discreto, mas avalia com grande cuidado a opinião e os registros históricos.

[5] As evidências mais devastadoras foram reunidas por Pierre Casselle, em "Commission des embellissements de Paris: rapport à l'emperreur Napoleon III rédigé par le comte Henri Simeon", *Cahiers de la Rotonde*, n. 23, 2000. Mas as coleções editadas por Karen Bowie (*La modernité avant Haussmann: Formes de l'éspace urbain à Paris, 1801-1853,* Paris, Editions Recherches, 2001) e por Jean des Cars e Pierre Pinon (*Paris-Haussmann: le pari d'Haussmann*, Paris, Picard, 1991) já sugerem fortemente isso, e a biografia mais recente de Haussmann, de autoria de Michel Carmona (*Haussmann,* Paris, Fayard, 2000), reconhece que as *Mémoires* estão longe de ser confiáveis.

[6] Eugenia Parry Janis, "Demolition Picturesque: Photographs of Paris in 1852 and 1853 by Henri Le Secq", em Peter Walch e Thomas Barrow (orgs.), *Perspectives on Photography: Essays in Honor of Beaumont Newhall* (Albuquerque, University of New Mexico Press, 1986), apresenta todas as fotos das demolições tiradas por Le Secq em 1851-1852, e grande parte do registro fotográfico de Marville está reproduzida em Marie De Thèzy, *Marville* (Paris, Hazan, 1994).

[7] Citado em Maria Morris Hambourg, "Charles Marville's Old Paris", em *Charles Marville: Photographs of Paris at the Time of the Second Empire on Loan from the Musée Carnavalet* (Paris/Nova York, French Institute/Aliance Française, 1981), p. 9.

[8] Willet Weeks, *The Man Who Made Paris Paris: The Illustrated Biography of Georges-Eugene Haussmann* (Londres, London House, 1999), p. 28, e Michel Carmona, *Haussmann*, cit., confirmam o relato, que é baseado nas *Mémoires* de Haussmann.

[9] François Loyer, *Paris Nineteenth Century, Architecture and Urbanism* (Nova York, Abbeville, 1988), p. 67. A edição original é: *Paris XIXe siècle: l'immeuble et la rue* (Paris, Hazan, 1987), e o livro foi reeditado na França em 1994 pela mesma editora.

* São Paulo, Iluminuras, 2004. (N. E.)

** São Paulo, Penguin/Companhia das Letras, 2011. (N. E.)

[10] Francis Steegmuller, *Flaubert and Madame Bovary: a Double Portrait* (Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 1950), p. 168.

[11] Gustave Flaubert, *The Letters of Gustave Flaubert, 1830-1857* (org. Francis Steegmuller, Cambridge, Belknap, 1979), p. 134.

[12] Ver os relatos de Richard Klein, "Some Notes on Baudelaire and Revolution" , *Yale French Studies*, n. 39, 1967, p. 85-97, e T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois: Artists and Politics in France, 1848--1851* (Londres, Thames & Hudson, 1973).

[13] Charles Baudelaire, "The Salon of 1846", em *Selected Writings on Art and Artists* (2. ed.,- Cambridge, Cambridge University Press, 1981), p. 104-7 [ed. bras.: "Salão de 1846", em *Poesia e prosa: volume único*, org. Ivo Barroso, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995, p. 671-731].

[14] Idem, *Intimate Journals* (ed. rev., São Francisco, City Lights, 1983), p. 56-7.

[15] Idem, *Selected Writings on Art and Artists*, cit., p. 402-8 [ed. bras.: "O pintor da vida moderna", em *A modernidade de Baudelaire*, trad. Suely Cassal, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988].

[16] Idem, *Paris Spleen* (org. Louise Varese, Nova York, New Directions, 1947), p. 25-7 [ed. bras.: "O velho saltimbanco", em *Pequenos poemas em prosa: o spleen de Paris*, trad. Dorothée de Bruchard, São Paulo, Hedra, 2009, p. 79-83].

* Trad. Jesus Ranieri, São Paulo, Boitempo, 2004. (N. E.)

** Ver, especialmente, a Seção III do Livro I de *O capital* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013). (N. E.)

[17] Thomas Kemple, em *Reading Marx Writing: Melodrama, the Market and the "Grundrisse"* (Stanford, Stanford University Press, 1995), apresenta uma discussão muito interessante a respeito da confiança e admiração de Marx por Balzac. Ver também S. S. Prawer, *Karl Marx and World Literature* (Oxford, Oxford University Press, 1978).

[18] Daumier é discutido em T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois*, cit. Uma apreciação mais convencional é dada por Roger Passeron, *Daumier: témoin de son temps* (Paris, Bibliothèque des Arts Office du Livre, 1979).

[19] Carl E Schorske, *Fin-de-Siècle Vienna: Politics and Culture* (Nova York, Vintage, 1981) [ed. bras.: *Viena fin-de-siècle: política e cultura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988].

[20] Walter Benjamin, *The Arcades Project* (Cambridge, Belknap, 1999) [ed. bras.: *Passagens*, 2. ed., São Paulo, Imprensa Oficial/Ed. UFMG, 2009]. Entre os muitos outros comentários convincentes sobre essa obra, acho os de David Frisby, *Fragments of Modernity: Theories of Modernity in the Work of Simmel, Kracauer, and Benjamin* (Londres/Cambridge, MIT Press, 1988), Graeme Gilloch, *Myth and Metropolis: Walter Benjamin and the City* (Cambridge, Polity Press, 1996), e Susan Buck-Morss, *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project* (Cambridge/Londres, The MIT Press, 1991) [ed. bras.: *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002], mais úteis para meus propósitos.

[21] Cito, em particular, a obra *Paris: la ville, 1852-1870* (Paris, H. Champion, 1977), porque sou seu grande admirador e, a seguir, baseei-me extensivamente em seus achados.

[22] Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History* (Nova York, Columbia University Press, 1988).

[23] Jacques Rancière, *The Nights of Labor: The Worker's Dream in Nineteenth Century France* (Filadélfia, Temple University Press, 1989) [ed. bras.: *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988].

[24] A exposição teórica mais completa está apresentada em David Harvey, *Justice, Nature and the Geography of Difference*, (Oxford, Wiley, 1996). A estrutura teórica que informou (mas, me apresso a acrescentar, não ditou) a forma do estudo original de Paris (aquela apresentada nesta versão) foi exposta em David Harvey, *The Limits to Capital* (Oxford, Blackwell, 1982) [ed. bras.: *Os limites do capital*, trad. Magda Lopes, São Paulo, Boitempo, 2013].

Parte I

Representações: Paris 1830-1848

1. Os mitos da modernidade: a Paris de Balzac

> Balzac assegurou a composição mítica de seu mundo através de contornos topográficos definidos. Paris é o terreno de sua mitologia – Paris, com seus dois ou três grandes banqueiros (Nucigen, du Tillet), Paris, com seu grande médico Horace Bianchon, seu empresário César Birrotteau, suas quatro ou cinco grandes *cocottes*, seu agiota Gobseck, seus advogados e militares. Entretanto, e principalmente, é sempre das mesmas ruas e recantos, dos mesmos lugares e ângulos que emergem as personagens deste círculo. Isto não significa outra coisa a não ser que a topografia é a planta deste e de qualquer outro espaço mítico da tradição, podendo mesmo tornar-se sua chave.
>
> Walter Benjamin*

Os mitos modernos, observa Balzac em *A mulher de trinta anos***, são menos bem compreendidos, mas muito mais poderosos que os mitos extraídos dos tempos antigos. Seu poder deriva da maneira pela qual eles habitam a imaginação como realidades inquestionáveis e indiscutíveis extraídas da experiência cotidiana, em vez de como histórias fantásticas das origens e dos conflitos lendários de paixões e desejos humanos. Essa ideia de que a modernidade precisa necessariamente criar seus próprios mitos foi mais tarde abordada por Baudelaire no ensaio crítico "Salão de 1846". Ali, ele buscou identificar as "novas formas da paixão" e os "tipos

específicos de beleza" constituídos pelo moderno, e criticou os artistas visuais da época por fracassarem em "abrir os olhos para enxergar e conhecer o heroísmo" que estava ao redor. "A vida da nossa cidade é rica em temas poéticos e maravilhosos. Estamos envolvidos e impregnados como em uma atmosfera do incrível; embora pareçamos não percebê-la." Invocando um novo elemento, a "beleza moderna", Baudelaire conclui assim o ensaio: "[o]s heróis da *Ilíada* não chegam a vossos pés, ó Vautrin, ó Rastignac, ó Birotteau" (todos personagens de romances de Balzac), "e nem a vós, ó Honoré de Balzac, a vós, o mais heroico, o mais singular, o mais romântico e o mais poético entre todos os personagens que tiraste de vosso peito"[1].



Figura 13: *A visão de Daumier da nova Rue de Rivoli (1852) capta algo das descrições prescientes que Balzac fez de Paris, atordoada pelas "manias de construção" (observe a picareta sendo utilizada ao fundo) e representada como um "fluxo apressado", "um milagre monstruoso, um conjunto assustador de movimentos, máquinas e ideias", em que "acontecimentos e pessoas tropeçam uns nos outros" de tal maneira que "até mesmo tentar atravessar a rua pode ser intimidador".*

Balzac pintava em prosa, mas dificilmente poderia ser acusado de não enxergar a riqueza e a poesia da vida cotidiana ao seu redor. Ele pergunta: "Como podem evitar perder alguns minutos para assistir aos pequenos dramas, aos desastres, às fisionomias, aos pequenos acidentes que nos assaltam a todo momento quando atravessamos esta movimentada rainha

das cidades?". "Olhe em volta" enquanto "percorre essa grande jaula de estuque, essa colmeia de valetas negras, e siga ali os labirintos desse pensamento que a agita, a ergue, a move"[2]. Antes de Baudelaire ter lançado seu manifesto das artes visuais (e um século antes de Benjamin tentar decifrar os mitos da modernidade no inacabado projeto das *Passagens* de Paris), Balzac já havia colocado os mitos da modernidade sob o microscópio e usado a figura do *flâneur* para fazê-lo. E Paris – uma cidade capital sendo transformada pelo poder burguês em uma cidade do capital – estava no centro do seu mundo.

O crescimento rápido e aparentemente caótico de Paris no início do século XIX tornava a vida na cidade difícil de decifrar, decodificar e representar. Vários romancistas do período lutavam para pôr em palavras o que era a cidade. A forma como o fizeram tem sido tema de intenso escrutínio[3]. Eles registraram muita coisa sobre seu mundo material e os processos sociais que fluíam em torno de si. Exploraram diferentes maneiras de representar tal mundo e ajudaram a moldar a imaginação popular em relação ao que a cidade era e poderia se tornar. Analisaram alternativas e possibilidades, às vezes de maneira didática (como fez Eugène Sue em seu famoso romance *Os mistérios de Paris**), mas em geral de forma indireta, por meio de evocações do jogo dos desejos humanos em relação às formas sociais, às instituições e às convenções. Decodificaram a cidade e a tornaram legível, proporcionando maneiras de captar, representar e moldar processos de mudança urbana que pareciam rudimentares e eram, muitas vezes, disruptivos.

A maneira como Balzac fez isso é de grande interesse porque Paris foi o ponto central – pode-se quase dizer que o personagem principal – de grande parte de seus escritos. Mas A Comédia Humana é um conjunto de obras vasto, transbordante, incompleto e aparentemente disparatado, composto de cerca de noventa romances e novelas escritos em pouco mais de vinte anos, entre 1828 e sua morte (atribuída a tomar café demais), em 1850, aos 51 anos de idade. Exumar os mitos da modernidade e da cidade a partir dessa obra incrivelmente rica e com frequência confusa não é tarefa fácil. Balzac tivera a ideia de reunir seus vários romances como A Comédia Humana em 1833, e em 1842 estabeleceu um plano que dividia

as obras em cenas da vida privada, provinciana, parisiense, política, militar e rural, suplementadas por uma série de estudos filosóficos e analíticos[4]. Mas Paris aparece em quase toda parte (às vezes apenas como uma sombra lançada sobre a paisagem rural). Então, não há outra opção exceto rastrear a cidade onde quer que ela esteja.

Ler grande parte de A Comédia Humana como um urbanista (e não como crítico literário) é uma experiência um tanto extraordinária. Ela revela todo tipo de coisas sobre uma cidade e sua geografia histórica que, do contrário, poderiam ter permanecido escondidas. Os *insights* e as representações prescientes de Balzac devem certamente ter deixado uma marca profunda na sensibilidade de seus leitores, muito além daquela deixada pelos literatos da época. É quase certo que ele ajudou a criar um clima de opinião pública que podia compreender melhor (e até mesmo aceitar, embora de maneira involuntária ou ainda pesarosa) a economia política que subjaz à vida urbana moderna, moldando assim as precondições imaginativas para as transformações sistemáticas que ocorreram em Paris durante o Segundo Império. Sustentarei que a suprema realização de Balzac foi dissecar e representar as forças sociais onipresentes no útero da sociedade burguesa. Ao desmistificar a cidade e os mitos da modernidade com a qual ela foi permeada, ele abriu novas perspectivas não somente sobre o que a cidade era, mas também sobre o que ela poderia se tornar. Tão importante quanto isso é o fato de ele revelar muito sobre as bases psicológicas de suas próprias representações e apresentar *insights* sobre os mais sombrios jogos de desejo (particularmente no interior da burguesia), que se perdem nas documentações frias dos arquivos da cidade. A dialética da cidade e a maneira como o eu moderno pode ser constituído são, desse modo, reveladas.

O UTOPISMO DE BALZAC

Balzac escreveu que a "única base sólida para uma sociedade bem regulada" dependia do exercício adequado do poder por parte de uma

aristocracia amparada pela propriedade privada, "o *domínio*" quer por bens imóveis – "o domínio-solo" –, quer pelo capital – "o domínio-dinheiro"[5]. A distinção entre bens imóveis e capital é importante. Ela assinala a existência de um conflito por vezes fatal entre a riqueza fundiária e o poder do dinheiro. O utopismo de Balzac apela muito tipicamente para a primeira. O que o teórico literário Fredric Jameson chama de "eixo" do mundo turbulento de Balzac se concentra na "terna e reconfortante fantasia de uma propriedade rural como figura tangível de satisfação utópica dos anseios". Nela reside "uma paz libertadora com relação ao dinamismo competitivo de Paris e das lutas econômicas metropolitanas, ainda imaginável em algum lugar estagnado com relação à história social concreta"[6].

Desde seus primeiros romances (como *A Bretanha em 1799**), Balzac invoca com frequência cenas pastoris idílicas. *Os camponeses*, um de seus últimos romances, começa com uma longa carta escrita por um jornalista monarquista parisiense que descreve uma cena "árcade" idílica de uma propriedade rural e de suas cercanias, contrastando-a com "o contínuo e excitante espetáculo dramático de Paris e suas lutas angustiantes pela sobrevivência". Essa idealização enquadra a ação no romance e apresenta uma perspectiva distinta a partir da qual as estruturas sociais podem ser observadas e interpretadas. Em *A pele de onagro*, o *motif* utópico ocupa um lugar central. Raphael de Valentin, buscando o repouso que prolongaria sua vida ameaçada, "sentiu uma necessidade instintiva de se aproximar da natureza, da morada simples e da vida vegetativa às quais tão prontamente nos entregamos no campo". Ele precisa da energia restauradora e rejuvenescedora que só a proximidade da natureza pode proporcionar. Encontra "um lugar onde a natureza, tão despreocupada como uma criança brincando, parecia comprazer-se em esconder tesouros", e se depara com:

> uma moradia modesta de granito revestido de madeira. O telhado dessa casinha, em harmonia com o lugar, era alegre com musgos e trepadeiras florescentes que delatavam sua grande antiguidade. Um fio de fumaça, fino demais para perturbar os pássaros, saía da chaminé desmoronada. Na frente da porta havia um grande banco entre dois enormes arbustos de madressilvas cobertos de flores vermelhas recém-desabrochadas e de aroma doce. As paredes da

casinha mal eram visíveis sob os ramos das videiras e das guirlandas de rosas e jasmins que se espalhavam a seu bel-prazer. Indiferentes à sua rústica beleza, os habitantes da casinha nada faziam para cultivá-la e deixavam a cargo da natureza cuidar de sua graça travessa e virginal.

Os habitantes não eram menos bucólicos:

O latido dos cães trouxe para fora uma criança robusta que ficou ali boquiaberta; depois, surgiu um velho de cabelos brancos e altura mediana. Os dois se pareciam com o ambiente que os cercava, com a atmosfera, as flores e a casinha. A boa saúde transbordava no viço da natureza, proporcionando à infância e à velhice suas próprias marcas de beleza. Na verdade, em cada forma de vida havia aquele hábito despreocupado de contentamento que reinava nos tempos antigos; zombando do discurso didático da filosofia moderna, ele também servia para curar o coração de suas túrgidas paixões.[7]



FIGURA 14: *Daumier ferquentemente ironizava o utopismo pastoral da burguesia. Aqui, o homem indica orgulhoso como sua casa de campo parece bela de onde ele está, acrescentando que no ano seguinte planeja pintá-la de verde-maçã.*

Visões utópicas desse tipo operam como um molde contra o qual tudo o mais é julgado. Nas fases finais da cena da orgia em *A pele de onagro*, por exemplo, Balzac comenta como as garotas presentes, endurecidas pelo vício, não obstante se lembravam, ao acordar, de dias de pureza e inocência que ficaram para trás, passados alegremente com a família em um bucólico cenário rústico. Esse utopismo pastoral tem até uma

contraparte urbana. Vivendo sem um tostão em Paris, Raphael havia anteriormente testemunhado a vida empobrecida, porém nobre, de mãe e filha cujo "constante trabalho, suportado com alegria, comprovava uma pia resignação inspirada por sentimentos nobres. Existia uma harmonia indefinível entre as duas mulheres e os objetos que as cercavam"[8]. No entanto, somente em *O médico rural** Balzac contempla a construção ativa de uma alternativa tão utópica. É necessário um ato supremo de renúncia pessoal por parte do médico – um burguês dedicado, compassivo e reformista – para produzir as mudanças necessárias a uma área rural de ignorância e pobreza crônicas. O objetivo é organizar uma harmoniosa produção capitalista na terra por meio de um esforço comunitário colaborativo que, no entanto, enfatiza as alegrias da propriedade privada. Contudo, Balzac insinua sombriamente a fragilidade de tal projeto diante da venalidade e do individualismo dos camponeses. Mas, repetidas vezes em toda A Comédia Humana, encontramos ecos desse *motif* utópico como ponto de vista a partir do qual as relações sociais podem ser entendidas.

Balzac voltava-se, na maior parte das vezes, à aristocracia em busca de liderança. Seus deveres e obrigações eram claros: "Aqueles que desejam permanecer no comando de um país devem sempre ser dignos de liderá-lo; devem compor sua mente e alma para, assim, controlar a atividade de suas mãos". Mas é uma "moderna aristocracia" que deve agora emergir, e ela deve entender que a "a arte, a ciência e o dinheiro formam o triângulo social no qual se inscreve o escudo do poder". Os governantes devem "ter conhecimento suficiente para julgar com sensatez, conhecer as necessidades dos indivíduos e a situação da nação, de seus mercados e comércio, território e propriedades". Os indivíduos devem ser "educados, obedientes" e "agir com responsabilidade" para compartilhar "da arte da governança". "Os meios de ação", escreve ele, "estão na força positiva, e não nas memórias históricas". Ele admira a aristocracia inglesa (como também a admirava Saint-Simon, como veremos mais adiante) porque ela reconhecia a necessidade de mudança. Os governantes devem entender que "os anos climatéricos das instituições ocorrem quando os termos mudam de significado, as ideias incorporam uma nova indumentária e as condições da vida política assumem uma forma totalmente nova sem, no

entanto, afetar a substância básica"[9]. Entretanto, esta última frase, "sem afetar a substância básica", nos leva de volta ao eixo balzaquiano do utopismo pastoral.

Uma aristocracia moderna necessita do poder do dinheiro para governar. Sendo assim, ela poderia ser outra coisa senão capitalista (ainda que do tipo fundiário)? Que tipo de configuração de classe pode sustentar essa visão utópica? Balzac reconhece claramente que as distinções e os conflitos de classe não podem ser abolidos: "De certa forma, a aristocracia representa o pensamento de uma sociedade, assim como a classe média e a classe operária são seu lado orgânico e ativo". A harmonia deve ser construída a partir do "antagonismo óbvio" entre essas forças de classe de tal forma que "a suposta antipatia produzida pela diversidade de movimentos [...] não obstante atue em prol de um objetivo comum". Novamente, há em tudo isso mais que uma alusão à doutrina utópica saint-simoniana (embora Saint-Simon recorresse mais aos industriais do que à aristocracia por liderança). Então, o problema não é a existência de diferenças sociais e distinções de classe. É totalmente possível que "os diferentes tipos que contribuem para a fisionomia" da cidade "se harmonizem de forma admirável com o caráter do conjunto", pois "a harmonia é a poesia da ordem e todas as pessoas sentem uma imperiosa necessidade de ordem. Ora, a cooperação de todas as coisas entre si, a unidade em uma palavra, não é a expressão mais simples de ordem?". Ele acredita que até mesmo as classes trabalhadoras são "atraídas por um modo de vida ordeiro e laborioso"[10].

Infelizmente, esse ideal da harmonia de classe moldado a partir da diferença é destruído por múltiplos processos que militam contra ele. Os trabalhadores são "empurrados de volta à lama pela sociedade". Os parisienses foram vítimas das falsas ilusões da época, em especial a de igualdade. Os ricos "tinham gostos menos exclusivos e eram menos apegados a pertences do que trinta anos antes". Os aristocratas necessitam de dinheiro para sobreviver e para garantir a nova ordem social; mas a busca desse poder monetário corrompe suas potencialidades. Os ricos consequentemente sucumbem a "um anseio fanático pela autoexpressão"[11]. A busca por dinheiro, sexo e poder se torna um jogo

elaborado, burlesco e destrutivo. A especulação e a busca disparatada por dinheiro e prazer semeiam a destruição da ordem social. Uma aristocracia corrupta falha em sua missão histórica, enquanto a burguesia, foco central do desprezo de Balzac, não tem alternativa civilizada a oferecer.

Entretanto, todos esses fracassos são julgados em relação à alternativa utópica de Balzac. O pastoralismo proporciona o conteúdo emotivo e uma aristocracia progressista garante a base de classe. Embora sua perspectiva de classe fosse completamente diferente, Marx não deixava de professar uma intensa admiração pelas qualidades prescientes, incisivas e clarividentes da análise de Balzac da sociedade burguesa em A Comédia Humana, de cujo estudo extraiu muita inspiração[12]. Também a admiramos não apenas pela clareza que oferece na desmistificação dos mitos da modernidade e da cidade, mas inclusive por sua exposição radical das qualidades fetichistas das autocompreensões burguesas.

PARIS E SUAS PROVÍNCIAS: O CAMPO NA CIDADE

Embora o utopismo de Balzac tenha um sabor claramente campesino, provinciano e até mesmo rústico, o contraste com as relações sociais reais na terra e nas províncias não poderia ser mais impressionante. Inúmeros personagens nas obras de Balzac passam pela (como o fez ele próprio) difícil transição dos modos de vida provincianos para os metropolitanos. Alguns, como Rastignac, em *O pai Goriot*, fazem a transição com sucesso, enquanto um padre em *História da grandeza e decadência de César Birotteau* fica tão horrorizado com a agitação da cidade que permanece trancado no quarto até retornar a Tours, jurando nunca mais pôr os pés ali. Lucien, em *Ilusões perdidas* e *Esplendores e misérias das cortesãs**, nunca alcança o sucesso e termina cometendo suicídio. Outros ainda, como a prima Bette, trazem consigo artimanhas camponesas e as utilizam para destruir o segmento da sociedade metropolitana ao qual têm íntimo acesso. Embora o limite seja poroso, há um profundo antagonismo entre os modos provincianos e os da metrópole. Paris lança sua sombra pela terra, mas com intensidade

decrescente à medida que a pessoa se afasta. A Bretanha descrita em *A Bretanha em 1799* é como um posto avançado colonial distante, e a Borgonha e Angoulême estão longe o bastante para desenvolver modos de vida autônomos. Nesses lugares, a lei é entendida e administrada localmente e tudo depende de relações de poder locais, não nacionais.

O padrão distintivo das relações de classe nas províncias é apresentado de forma brilhante em *Os camponeses*. Nessa obra, Balzac "dá grande destaque aos principais tipos de uma classe negligenciada pela maioria dos escritores" e aborda os "fenômenos da permanente conspiração daqueles chamados de 'fracos' em contraposição aos que se imaginam como 'fortes' – dos camponeses contra os ricos". O fato de os fracos terem muitas armas (como defendeu James Scott em uma época mais recente) é claramente revelado. Balzac retrata "esse incansável sapador em seu ofício, mordiscando e roendo a terra aos bocados, trinchando um acre em cem partes que serão, por sua vez, divididas, convidado para o banquete pelo burguês, que nele encontra uma vítima e um aliado". Sob a "rusticidade idílica" existe um "significado torpe". O código do camponês não é o mesmo do burguês, escreve Balzac: "o selvagem" (e há mais de uma comparação com o retrato que James Fenimore Cooper faz do nativo norte-americano) "e seu parente próximo, o camponês, nunca falam de maneira articulada, exceto quando montam armadilhas para os inimigos"[13].

A luta entre os camponeses e a aristocracia conta com uma intensa adesão, mas os reais protagonistas são um grupo diversificado de advogados, comerciantes, médicos, entre outros, que está determinado a acumular capital a todo custo mediante práticas usurárias, controles monopolistas, trapaças legais e desenvolvimento de uma intrincada rede de interdependências e alianças estratégicas (cimentadas por casamentos oportunistas). Esse grupo é localmente poderoso o bastante para desafiar ou subverter as autoridades centrais em Paris, encurralar o poder aristocrático e orquestrar os acontecimentos em benefício próprio. Os camponeses são inevitavelmente levados a se aliar aos interesses burgueses locais contra a aristocracia, mesmo que os resultados não lhes sejam benéficos. O advogado burguês Rigou, ora descrito como "vampiro do

vale", ora como "Mestre da Avareza", impõe hipotecas opressivas e as usa para extrair trabalho forçado do campesinato que ele manipula com "fios ocultos". Courtecuisse, um camponês, pediu-lhe dinheiro emprestado para comprar uma pequena propriedade, mas nunca consegue pagar mais do que os juros sobre o empréstimo, não importando quão duro ele e a esposa trabalhem. Constantemente ameaçado com a execução hipotecária, Courtecuisse nunca consegue contrariar Rigou, que deseja usar o poder do campesinato – em especial, seu empobrecimento crônico e terrível, seus ressentimentos e direitos tradicionais à colheita e à extração de madeira – como um meio de minar a viabilidade comercial da propriedade aristocrática. Um camponês perspicaz diz:



FIGURA 15: *Na visão de Daumier, a realidade da vida rural estava longe de ser idílica. Ou a burguesia se deparava com terríveis acidentes (em geral, provocados por confrontos desagradáveis com a vida rural), ou sofria de tédio.*

> Assustar o pessoal das Aigues para garantir nossos direitos, muito bem. Mas tocá-lo para fora, obrigando o general a vender as Aigues, como querem os burgueses do vale, é contra os nossos interesses. Se vocês ajudam a partilhar as grandes propriedades, onde é que a gente vai encontrar bens para vender na próxima revolução? [...] Então vocês terão as terras de graça, como aconteceu com Rigou; ao passo que, se vocês meterem as propriedades na goela dos burgueses, eles vomitarão tudo de novo, mais estragado e mais caro. Vejam Courtecuisse.[14]

Embora fosse mais fácil para o campesinato ir contra a aristocracia e culpá-la por sua condição degradada do que resistir à burguesia local da qual dependia, o ressentimento pelo poder burguês nunca estava longe da superfície. Por quanto tempo, então, ele poderia ser controlado e a burguesia, tanto de Paris quanto do campo, não teria razões para temê-lo? Uma vez que o campo é um local de instabilidade e guerra de classes, a ameaça que ele representa ao mundo parisiense se torna demasiado visível. Embora Paris possa reinar, é o campo que governa[15].

Parisienses de todas as classes viviam em um estado de negação e desconfiança de suas origens rurais. Os complexos rituais de integração dos migrantes das províncias à cidade só podem ser explicados nesses termos. Depois de censurar duramente os provincialismos de cidade pequena de Angoulême na abertura de *Ilusões perdidas*, Balzac descreve cenas aflitivas de quando Lucien e Madame de Bargeton se mudam para Paris para consumar sua paixão. Levado à ópera pela bem relacionada Madame d'Espard, Lucien, que gastara em roupas grande parte do pouco dinheiro que tinha, é escrutinado alternadamente como "um manequim de alfaiate" ou um "lojista em seu melhor traje domingueiro". Quando se revela que ele é, na verdade, filho de um boticário e que, portanto, não tem qualquer direito à linhagem aristocrática de sua mãe, passa a ser rejeitado por completo, inclusive por Madame de Bargeton. Esta última se sai um pouco melhor de início. Em Paris, ela parece para Lucien "uma mulher alta, ressequida e sardenta cuja compleição é desbotada e os cabelos incrivelmente vermelhos. Rígida, afetada, pretensiosa, ela fala como uma provinciana e, acima de tudo, é extremamente malvestida". Alvo de comentários mordazes por parte de muitos na ópera, ela é poupada porque todos conseguiam ver na companheira de Madame d'Espard "uma parente pobre das províncias, e qualquer família parisiense poderia passar por isso"[16]. Sob a tutela de Madame d'Espard, Madame de Bargeton é rapidamente iniciada nos costumes parisienses, porém agora como inimiga de Lucien, em vez de sua amante.

Balzac frequentemente descreve cenas de incorporação ritual na vida parisiense a partir das origens provincianas, seja de um comerciante (como César Birotteau), de um jovem aristocrata ambicioso (como

Rastignac) ou de uma mulher bem relacionada (como Madame de Bargeton). Uma vez incorporados, eles nunca olham para trás, mesmo quando arruinados (como Birotteau e Lucien) por seus fracassos parisienses. Assim, a ávida negação das origens e dos poderes provincianos transforma-se em um dos mitos básicos da vida parisiense: o de que Paris é uma entidade em si e não se baseia de maneira nenhuma no mundo provinciano que tanto despreza. Em *A prima Bette*, vemos como tal negação pode ser onerosa: uma mulher de origens camponesas usa suas artimanhas para destruir a família aristocrática cujo status ela tanto inveja. Paris dependia fundamentalmente de suas províncias, mas negava esse fato com avidez.

A TORRENTE

O contraste entre o passo vagaroso da vida provinciana e rural e a correria diária em Paris é notável. Considere a ampla série de metáforas que Balzac emprega para comunicar a sensação do que é Paris. A cidade, escreve ele, "está eternamente em movimento e nunca descansa", é "a monstruosa maravilha, espantosa reunião de movimentos, de máquinas e de ideias, a cidade dos cem mil romances [...] [uma] movimentada rainha das cidades". Na "torrente de Paris", os acontecimentos e as pessoas tropeçam desordenadamente uns nos outros. Até mesmo atravessar a rua pode ser intimidante. Todo mundo, "conforme o caráter, [...] contempla o céu, sai saltitando para não pisar na lama, já por estar apressado, já por ver outros cidadãos andando a despeito do vento e da chuva". Esse ritmo frenético, com suas compressões de tempo e espaço, em parte deriva da maneira como Paris se tornou "uma vasta oficina metropolitana para a manufatura do prazer". É uma cidade "desprovida de moral, princípios e sentimentos genuínos", mas dentro da qual todos os sentimentos, princípios e moral têm início e fim. O que Simmel mais tarde definiu como a "atitude *blasé*" tão característica da cidade da modernidade é evocado de forma espetacular:

> Em Paris, sentimento algum resiste ao fluxo dos acontecimentos, cuja corrente obriga a uma luta que desarma as paixões; o amor é nela um desejo e o ódio uma veleidade [...] nos salões, como nas ruas, ninguém está demais, ninguém é absolutamente útil, nem absolutamente prejudicial [...] Tudo ali se tolera: o governo e a guilhotina, a religião e a cólera. Em tal sociedade todos cabem sempre e ninguém jamais faz falta.[17]

O caos dos mercados aumenta a confusão:

> A rua Perrin-Gasselin é um dos becos do labirinto [...] que representa as entranhas da cidade. Formiga ali um número infinito de mercadorias heterogêneas e misturadas, fétidas e elegantes, o arenque e a musselina, a seda e o mel, a manteiga e os filós, principalmente muito desse comércio miúdo que a gente não suspeita que haja em Paris, do mesmo modo que a maioria dos homens nem desconfia do que se cozinha no seu pâncreas.[18]

Para descobrir como essa Paris funciona e ver o que está por baixo das aparências superficiais, da mixórdia louca e dos movimentos caleidoscópicos, para penetrar no labirinto, é preciso "abrir o corpo para lá dentro encontrar a alma". Mas é ali, no seu âmago, que o vazio da vida burguesa se torna demasiado evidente. Embora as forças dominantes em ação sejam interpretadas de várias maneiras, por trás delas espreitam figuras como Giggonet, o atacadista; Gobseck, o banqueiro; e Rigou, o agiota. Ouro e prazer estão no coração disso tudo. "Tomem essas duas palavras como uma lanterna" e tudo será revelado porque, como nos dizem, "não falta um único dente para se engranzar na ranhura e tudo estimula o movimento ascensional do dinheiro". Em Paris, "pequenos, médios e grandes correm, saltam e cabriolam, fustigados por uma deusa impiedosa, a Necessidade; necessidade de dinheiro, de glória, de diversões"[19]. A circulação do capital está no comando.

Em particular, "o monstro chamado Especulação" assume o controle. *Eugênia Grandet* registra um momento histórico crucial de conversão: o entesourador que acumula ouro torna-se o rentista que especula com notas promissórias, equiparando desse modo o interesse próprio aos juros monetários. Marx pode ter tido Grandet em mente quando escreveu: "Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador

racional”[20]. Assim é o caso de Grandet. O fator dominante, no entanto, é a especulação de todos os tipos. As classes trabalhadoras especulam na medida em que “puseram-se a velar, a sofrer, a trabalhar, a praguejar, a jejuar e a andar; excederam-se [...] para ganhar o ouro que [as] fascinava” e estão inclusive dispostas à revolução, “que, para ela[s], significa sempre: ouro e prazer!”.Os membros “agentes, pensantes, especulantes” da classe média baixa avaliam a demanda em Paris e consideram abastecê-la. Reviram o mundo em busca de mercadorias, “desconta[m] as letras, arrola[m] e encaixa[m] todos os valores”, enquanto se abastecem para “fantasias da infância”, espreitando “os caprichos e os vícios da idade madura”. Eles até espremem “dividendos de doenças” ao oferecerem remédios espúrios para males reais ou imaginários[21]. César Birotteau, um perfumista, é pioneiro no uso da propaganda para convencer todos da superioridade do seu produto, afastando assim os concorrentes. Em um nível ainda mais amplo, a especulação imobiliária remodela a cidade:

> Se Paris é um monstro, é seguramente o mais maníaco dos monstros. Prende-se a mil fantasias. Tão depressa constrói como um grão-senhor que ama a sua trolha [...] depois se desola, abre falência, vende seus móveis na praça do Châtelet, fecha o seu balanço; mas, dias depois, arranja os negócios, enfarpela-se e dança. [...] Tem manias para o mês, para a estação, para o ano, como manias de um dia. Naquele momento, todo o mundo construía ou demolia fosse o que fosse, não importando o quê.[22]

Os lucros da especulação imobiliária podem, contudo, ser lentos e erráticos (o astuto burguês Crevel, em *A prima Bette*, leva oito anos para perceber os benefícios de aumentar o valor dos aluguéis com base nas melhorias do bairro; e aqueles como César Birotteau, que não tinham crédito suficiente para esperar, podem perder tudo para financistas inescrupulosos). Até testemunhamos algo que agora chamamos de “gentrificação”:

> Construindo belas e elegantes casas com porteiros, cercando-as de calçadas e instalando lojas, a especulação afasta, pelo preço do aluguel, as pessoas sem compostura, os casais sem mobília e os maus locatários. Assim, os bairros se livram dessa população sinistra e dessas furnas onde a política só põe o pé quando a justiça o ordena.[23]

Os grandes financistas estão prontos não apenas para arruinar investidores burgueses honestos como Birotteau, mas também, como acontece com o Barão Nucingen, para dar o golpe nos mais pobres. "Sabe o senhor o que é que ele chama de fazer operações?", pergunta Madame Nucingen a um chocado Goriot:

> Compra terrenos baldios em seu nome e depois faz construir neles casas para indivíduos que são seus testas de ferro. Estes concluem as negociações sobre as construções com os empreiteiros, a quem pagam com letras de câmbio em longo prazo, e consentem, mediante uma pequena quantia, a dar quitação a meu marido, que então se torna proprietário das casas. Enquanto isso, os testas de ferro liquidam os seus negócios com os empreiteiros, por meio duma falência.[24]

Os fios condutores do poder nessa nova sociedade estão no sistema de crédito. Alguns financistas espertos (Nucingen e Gobseck, em Paris; Rigou, na Borgonha) ocupam pontos nodais em redes de poder que dominam todo o resto. Balzac expõe as ficções do poder e dos valores burgueses. Esse é um mundo onde o capital fictício – comandado por algumas notas promissórias alavancadas pela contabilidade criativa – é dominante, onde tudo (como Keynes muito mais tarde declararia na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**, e como ilustra nossa própria recente enxurrada de escândalos financeiros) dança conforme a música de expectativas e previsões que mantém uma relação apenas acidental com o trabalho duro e honesto. Esse mundo fictício se estende para os comportamentos pessoais – adotar todas as armadilhas da riqueza, assumir em especial as roupagens de seus sinais externos (trajes, carruagem, criados, apartamentos bem mobiliados) e incorrer em dívidas para conseguir isso são um prelúdio necessário para a obtenção de riqueza. A ficção e a fantasia, em especial as ficções do crédito e do juro, tornam-se realidade. Esse é um dos principais mitos fundadores da modernidade. E é isso que ocultam todas as fachadas sociais sofisticadas e toda a turbulência caótica da "torrente". Balzac remove a casca do fetichismo (a ideia de que a trapaça financeira é acidental, e não estrutural) e expõe as ficções para revelar o total vazio dos valores burgueses. Assim, dançar conforme a

música de "sua alteza a economia política" pode até ter implicações revolucionárias:



FIGURA 16: *Daumier representou a imagem de Balzac dos sujeitos "agentes, pensantes, especulantes" das classes inferiores em uma extensa série que retrata Robert Macaire, um charlatão, oportunista e fanfarrão sempre em busca de sucesso rápido. Ele aqui se oferece para vender ações "àqueles preparados para perder dinheiro" e recomenda a um vendedor que transforme seu produto em pó ou em uma loção e venda-o como remédio para alguma doença, pois assim terá muito mais lucro. Quando é informado de que o saco contém milho, ele simplesmente replica, "Melhor ainda!".*

> Consumidas pela vaidade, as necessidades de todas as classes estão exaltadas. A política, de um modo não menos temeroso que a moralidade, deve se perguntar de onde vem a renda para satisfazer essas necessidades. Quando alguém vê a dívida flutuante do Tesouro e toma conhecimento da dívida flutuante de cada família que se espelha no Estado, fica chocado ao ver que metade da França está devendo à outra metade. Quando as contas forem ajustadas, os devedores estarão bem à frente dos credores [...] Isso provavelmente vai assinalar o fim da chamada era industrial [...] Os burgueses ricos têm muito mais cabeças a cortar do que a nobreza; e, mesmo que esta tenha as armas, seus adversários, no entanto, estão entre aqueles que as fabricam.[25]

Em 1848, essa verdade tornou-se demasiado evidente.

O INFERNO E SUA ORDEM MORAL

Embora a aparência da superfície seja de competição atomística e caótica entre indivíduos em uma luta incansável por ouro, poder e prazer, Balzac penetra esse mundo caótico de aparências para construir um entendimento de Paris como produto de constelações e confrontos de forças de classe. Em *A menina dos olhos de ouro**, ele aciona uma mistura incrível de metáforas para descrever essa estrutura. A visão de Dante (que parece ter inspirado a escolha do título de Balzac, A Comédia Humana) de esferas na descida para o inferno é logo invocada:

> pois não seria apenas por brincadeira que Paris foi chamada um inferno. Considere-se verdadeira a palavra. Ali tudo queima, tudo é fumaça. Tudo brilha, tudo ferve, tudo arde, se evapora, se extingue, se reacende, faísca, cintila e se consome [...] e lança também fogo e cinzas por sua cratera eterna.[26]

Rapidamente, Balzac muda as metáforas e nos encontramos galgando os andares de um típico prédio de apartamentos parisiense, observando a estratificação de classe à medida que subimos. Depois, vemos Paris como um navio estatal operado por uma tripulação diversificada e, então, mergulhamos nos lóbulos e tecidos do corpo da cidade, considerada ora uma cortesã, ora uma rainha.

Mas a estrutura de classe que permeia o todo é clara. A base da pilha é o proletariado, "o mundo dos que nada têm". O trabalhador é o homem que "ultrapassa as próprias forças, atrela a mulher a uma máquina qualquer, pega do filho e o amarra a uma engrenagem". O fabricante é o intermediário que puxa os fios condutores (linguagem que Marx ecoa quando comenta sobre os fios invisíveis por meio dos quais o capital comanda as indústrias domésticas em um sistema de produção unificado) para que essas "marionetes" se movimentem em troca da promessa de que esse "mundo de suor e de vontade, de estudo e de paciência" terá um salário suficientemente generoso "já em nome dos caprichos da cidade, já ao mando do monstro chamado Especulação". Por isso, os trabalhadores "puseram-se a velar, a sofrer, a trabalhar, a praguejar, a jejuar e a andar;

excederam-se todos para ganhar o ouro que os fascina". Esse proletariado, que chega a trezentas mil pessoas, segundo estimativa de Balzac, em geral torra sua riqueza duramente ganha nas tavernas espalhadas pela cidade, consome-se na devassidão, explode ocasionalmente em fervor revolucionário e depois retorna ao trabalho suado. Presos como Vulcano à roda (uma imagem que Marx também invoca em *O capital*), há não obstante alguns trabalhadores virtuosos que "são os protótipos de sua força elevada à expressão mais alta e resumem o alcance social de uma existência em que o pensamento e a ação se combinam". Outros ainda guardam cuidadosamente suas rendas para se estabelecerem como pequenos varejistas – encapsulados na figura balzaquiana do "irrepreensível acumulador" [*irréprochable cumulard*], que consegue ter um estilo de vida bem diferente, de convívio familiar respeitável, sessões de leitura de jornal, visitas à ópera e às novas lojas de tecidos (onde vendedoras sedutoras o aguardam). Ele é tipicamente ambicioso com relação à sua família e valoriza a educação como um meio de mobilidade ascendente[27].

A segunda esfera é constituída pelos

> atacadistas e os seus rapazes, os empregados, o pessoal dos pequenos bancos de grande probidade, os velhacos, as almas danadas, os primeiros e os últimos caixeiros, os auxiliares dos oficiais de justiça, dos notários, dos advogados, os membros agentes, pensantes, especulantes dessa pequena burguesia que cuida dos negócios de Paris e vigia os seus interesses.

Alimentados pelo desejo de ouro e prazer e movidos pelos caprichos de seus interesses pessoais, eles também "deixam o ritmo de vida frenético arruinar sua saúde". Assim, terminam os dias se arrastando perplexos pelos bulevares com fisionomias "desgastadas, embotadas e contraídas", "olhos embaçados e pernas cambaleantes".

O terceiro círculo é uma "espécie de ventre parisiense, onde se digerem os interesses da cidade e onde eles se condensam sob a forma chamada *negócios*". Aqui, "por algum movimento intestinal ácido e bilioso", encontramos uma classe média superior de "procuradores, médicos, notários, homens de negócios, banqueiros, grandes comerciantes, especuladores e magistrados". Desesperados para atrair e acumular

dinheiro, aqueles que têm coração o deixam para trás "ao descer todas as manhãs ao mundo das angústias que torturam as famílias". Dentro dessa esfera encontramos o elenco de personagens (imortalizado na série satírica de Daumier sobre Robert Macaire) preponderante em todo o *corpus* da obra de Balzac e sobre o qual ele tem comentários críticos a tecer. Essa é a classe agora dominante, embora reine de maneiras autodestrutivas que abrangem suas próprias práticas, atividades e atitudes ruinosas[28].

Acima disso está o mundo dos artistas, que se empenham (como o próprio Balzac) pela originalidade, "são nobremente alquebrad[os], mas sempre alquebrad[os], gast[os] e desfeit[os]", e (mais uma vez, como o próprio Balzac) vivem "incessantemente a ofegar sob o açoite dos credores", o que os leva a sucumbir tanto ao vício quanto ao prazer como compensação pelas longas noites de trabalho em excesso enquanto "visam em vão conciliar a sociedade e a glória, o dinheiro e a arte". "A concorrência, as rivalidades e as calúnias assassinam os talentos", observa Balzac (e não precisamos procurar muito além da corrupção do talento jornalístico descrita em *Ilusões perdidas* para encontrar exemplos do que isso pode significar)[29]. Entretanto, essa classe média, agora hegemônica, vive e trabalha sob as condições mais pavorosas:

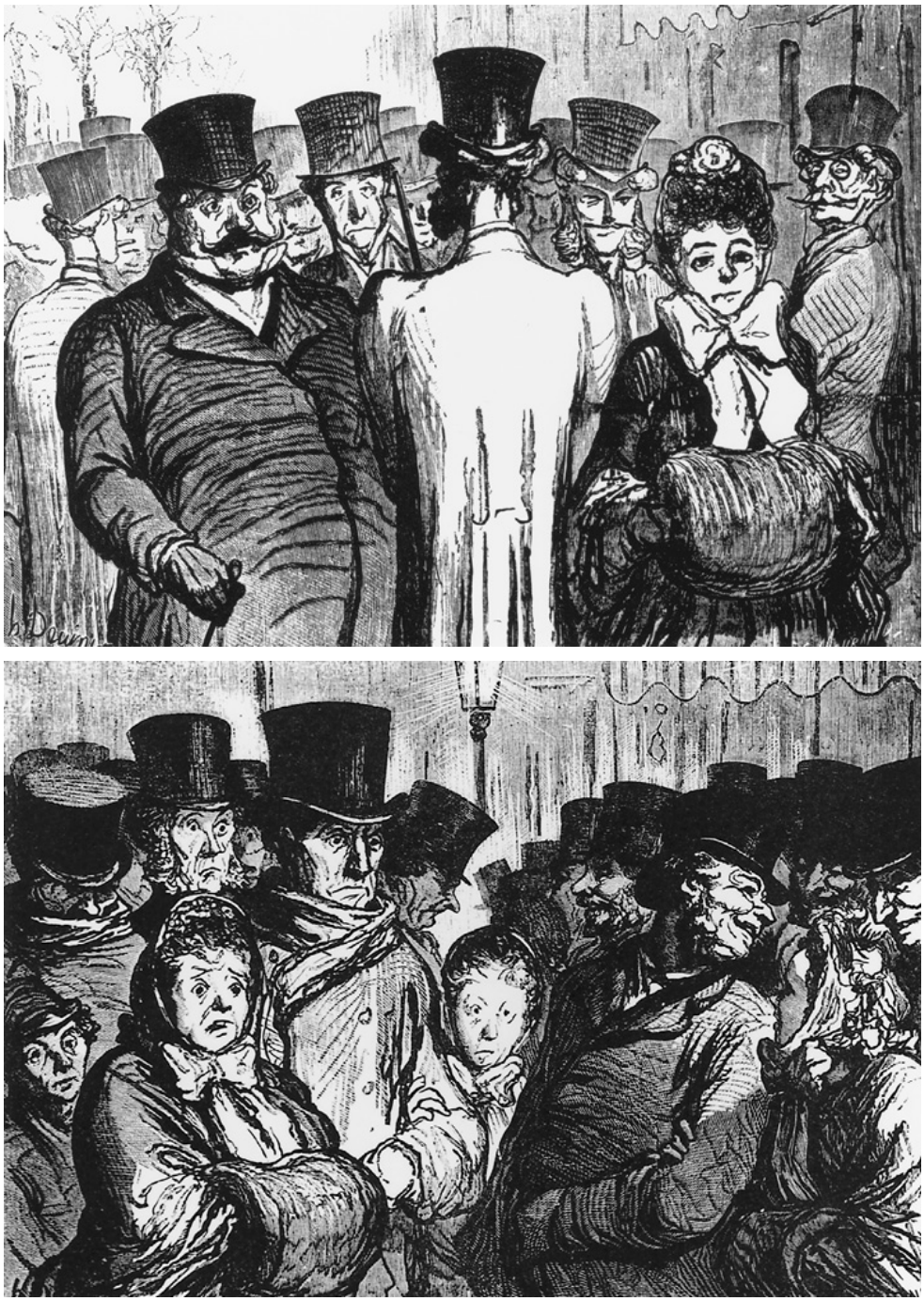


FIGURA 17: *Daumier capta as fisionomias características de classe de Balzac nesta representação das classes ricas no Boulevard des Italiens (acima) e das "ansiosas" classes médias no Boulevard du Temple (embaixo).*

Antes de abandonarmos os quatro terrenos sobre os quais assenta a alta propriedade parisiense, não será necessário deduzir-se, depois das causas morais já apontadas, as causas físicas[?] [...] assinalar uma influência deletéria cuja corrupção iguala a dos administradores parisienses que a deixam complacentemente subsistir?! O ar das casas em que vive a maior parte dos burgueses é

> infeto, a atmosfera das ruas cospe miasmas cruéis nas peças interiores das lojas onde o ar se rarefaz; mas, além dessa pestilência, os quarenta mil prédios dessa grande cidade mergulham seus alicerces em imundices [...]. Metade de Paris jaz entre exalações pútridas dos pátios, das ruas e dos esgotos.[30]

Essas eram as condições de vida com as quais Haussmann foi convocado para lidar mais de vinte anos depois. No entanto, as condições de trabalho da classe média não eram melhores (como ilustram as descrições dos escritórios esquálidos dos editores em torno do Palais Royal em *Ilusões perdidas*). "Quase toda essa gente vive em infetos escritórios, empestadas salas de audiências, em pequenos gabinetes gradeados, passa o dia curvada sob o peso dos negócios."

Tudo isso faz um enorme contraste com "os grandes salões arejados e dourados, os palacetes com jardins, a sociedade rica, ociosa, feliz, bem dotada" (representados pela sociedade excludente concentrada no Faubourg St. Germain). Entretanto, no relato indigesto de Balzac, os residentes dessa alta esfera são tudo, menos felizes. Corrompidos pela busca do prazer (reduzido ao ópio e à fornicação), entediados, distorcidos, degenerados e consumidos por uma verdadeira "fogueira das vaidades" (expressão que mais tarde Tom Wolfe usou ao escrever sobre Nova York), eles são curiosamente rapinados pelas classes inferiores, que "lhes espreitam os gostos para deles fazerem vícios e os explorarem", e vivem uma "vida oca" em "contínua espera de um prazer que nunca chega". Essa era a classe na qual Balzac investia todas as suas esperanças utópicas, mas talvez exatamente por isso ela assuma o que há de mais feio nas pessoas reais: "máscaras de papelão, essas rugas prematuras, essas fisionomias de ricos em que se patenteia a impotência, em que se reflete o outro e de onde fugiu a inteligência"[31].

Balzac então resume: "Assim, a agitação excessiva dos proletários, a depravação dos interesses que esmagam as duas burguesias, as severidades do pensamento artístico e os excessos do prazer incessantemente procurado pelos grandes explicam a fealdade normal da fisionomia parisiense"[32]. Dessa forma são entendidas a experiência "caleidoscópica" e a "fisionomia cadavérica" da cidade.

A aparente rigidez de tais distinções de classe (assim como as fundamentais distinções de origem provinciana e história social) é compensada pelas rápidas mudanças que ocorrem quando os indivíduos entram na altamente arriscada busca por dinheiro, sexo e poder. Lucien, por exemplo, retorna às origens provincianas sem dinheiro, sem poder e desgraçado no fim de *Ilusões perdidas* e acaba reaparecendo em Paris novamente fortalecido por sua associação com o arquicriminoso Vautrin, que orquestra sua ligação com a rica amante de Nucingen, o banqueiro, em *Esplendores e misérias das cortesãs*. Rastignac vive entre os empobrecidos porém refinados pensionistas e estudantes em *O pai Goriot*, mas circula em meio à nobreza (pedindo dinheiro emprestado à família para comprar roupas com esse fim). "Cada esfera social projeta sua semente na esfera imediatamente acima dela", de modo que "o filho do rico merceeiro se torne um notário, e o do comerciante de madeira um magistrado."[33] E, como já vimos, por meio da adoção de todas as armadilhas das aparências de riqueza, às vezes é possível realmente conquistá-la mediante ações especulativas e o manejo fraudulento das relações sociais. Mas há inúmeras ciladas e limites para esse processo, uma vez que as identificações e as identidades acabam por se colar nos complexos espaços da ordem social parisiense.

SOBRE PADRÃO ESPACIAL E ORDEM MORAL

Em toda zona de Paris "há um modo de ser que revela o que você é, o que faz, de onde vem e o que se tornará". As distâncias físicas que separam as classes são entendidas como "uma consagração material da distância moral que deve separá-las". O afastamento das classes sociais existe tanto como ecologias espaciais quanto como segregações verticais. Paris tem "sua cabeça nos sótãos, habitados pelos homens de ciência e talento; o primeiro piso aloja os estômagos bem alimentados; no térreo ficam as lojas, as pernas e os pés, pois o trote do comércio entra e sai delas". Balzac brinca com a nossa curiosidade sobre os espaços ocultos na cidade e os

transforma em mistérios que despertam nosso interesse. "Pensa-se duas vezes antes de contar uma história a um público completamente desfamiliarizado com suas diferentes matizes locais", declara com acanhamento[34]. Mas ele logo o desvenda para revelar um mundo de espacialidade e suas representações. O padrão espacial ancora uma ordem moral.

O sociólogo Robert Park certa vez escreveu um sugestivo ensaio sobre a cidade como padrão social e ordem moral; as relações sociais estavam inscritas nos espaços da cidade de tal modo que tornavam o padrão espacial tanto um reflexo quanto um momento ativo na reprodução da ordem moral. Essa ideia está presente em toda a ficção de Balzac: "Em toda fase da história, a Paris das classes superiores e da nobreza tem seu próprio centro, assim como a Paris plebeia sempre terá seu próprio bairro especial"[35]. Pequenas variações são incorporadas à forma socioespacial da cidade:

> Em Paris, os diferentes tipos que concorrem para formar uma porção qualquer da fisionomia desta monstruosa cidade se harmonizam admiravelmente com o caráter do conjunto. Assim, porteiro, guarda-portão, ou "suíço", qualquer que seja o nome dado a esse músculo essencial do monstro parisiense, está ele sempre conforme ao bairro de que faz parte, e, muitas vezes, o resume. Novidadeiro, ocioso, o guarda-portão especula, no Faubourg Saint-Germain, com suas rendas; o porteiro na calçada de Antin tem os seus haveres; lê os jornais, o do bairro da Bolsa; tem boa situação o do Faubourg Montmartre. A porteira é uma ex-prostituta no bairro da prostituição; no Marais, tem bons costumes, é arisca, tem os seus caprichos.[36]

Esse padrão espacial impõe uma ordem moral (para além daquela assegurada pelos *concierges* e porteiros). Em "Ferragus", a primeira das três histórias que constituem a *História dos treze*, quase todos que transgridem o padrão espacial, indo para o local errado no momento errado, morrem. Personagens deslocados perturbam a harmonia ecológica, poluem a ordem moral e devem pagar o preço por isso, o que faz da cidade um lugar perigoso, em que é muito fácil se perder, ser arrastado em sua torrente e terminar no local errado. "Estou convencida", diz Madame Jules em "Ferragus", que "se eu der um passo para dentro deste labirinto vou cair em um abismo no qual acabarei morrendo"[37]. Uma criatura pura e

perfeita, Madame Jules se aventura, por devoção filial a Ferragus, seu pai, em uma parte de Paris que não está de acordo com seu status social. "Essa mulher está perdida", declara Balzac, porque se desviou para o espaço errado. Contaminada, ela finalmente morre de "alguma complicação moral que foi longe demais e torna sua condição física mais complexa". Auguste, admirador de Madame Jules, também está fadado a morrer porque, "para seu futuro infortúnio, ele esquadrinhou cada andar do prédio" ao qual ela ia secretamente. Ida Gruget, *grisette* que cuida de Ferragus e se atreve a visitar Jules na residência burguesa dele, também morre.

Entretanto, Ferragus, pai de Madame Jules, é membro de uma sociedade secreta de homens – conhecida como Os Treze – que juram apoiar uns aos outros em todo e qualquer empreendimento. Eles são, nos diz Balzac, dotados de asas e "voam pelas alturas e profundidades da sociedade, sobre a qual têm poder ilimitado e, portanto, desdenham de ocupar qualquer posição social". Estão fora e acima da ordem moral porque não podem ser localizados ou situados. Procurado tanto por Auguste quanto por Jules (assim como pela polícia), Ferragus nunca é encontrado. Ele aparece somente quando e onde quer. Domina o espaço enquanto todas as outras pessoas estão presas dentro dele. Essa é uma fonte crucial do seu poder secreto[38].

Há, no entanto, uma evolução nessa perspectiva na obra balzaquiana. A rigidez espacial que desempenha um papel determinante em *História dos treze* se torna maleável nas obras posteriores. Como observa Sharon Marcus, o primo Pons, no romance homônimo (e um dos últimos que Balzac concluiu), é esmagado pela *concierge* porque ela não somente comanda o lugar onde ele reside (e além disso lhe fornece as refeições), mas também pode construir uma rede de intrigas (usando o "sistema nervoso" do sistema dos *concierges*) e criar uma coalizão de conspiradores espalhados por toda a cidade para ter acesso a seu apartamento, onde ele mantém uma coleção de arte[39]. A capacidade para chefiar e produzir espaços dessa maneira é um poder mediante o qual até as pessoas nos níveis mais inferiores da sociedade podem subverter o padrão espacial e a ordem moral. Assim, Vautrin, o arquicriminoso que virou chefe de polícia,

usa seu conhecimento da ecologia espacial e sua capacidade para comandá-la e controlá-la em benefício próprio. A espacialidade urbana é cada vez mais apreciada como algo dialético, construído e consequencial, em vez de como algo passivo ou um mero reflexo.

RUAS, BULEVARES E ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPETÁCULO

> Há em Paris certas ruas tão desonradas quanto pode sê-lo um homem culpado de infâmia, pois existem ruas nobres, ruas simplesmente honestas, ruas jovens sobre cuja moralidade o público não formou ainda opinião, ruas assassinas, ruas mais velhas que velhas viúvas endinheiradas, ruas estimáveis, ruas sempre asseadas e ruas sempre sujas, ruas operárias, trabalhadoras, mercantis. As ruas de Paris têm, enfim, qualidades humanas, e suas fisionomias nos sugerem certas ideias contra as quais nos vemos indefesos.[40]



Figura 18: *Balzac era fascinado pelas personalidades e pelos humores das ruas de Paris. Esta foto de Marville tirada na década de 1850 capta um pouco desse ambiente, retratando a Rue des Vertus, que na época era um centro de prostituição. Ela desemboca na Rue des Gravilliers, onde a Associação Internacional dos Trabalhadores iria estabelecer seu quartel-general em Paris, na década de 1860.*

Essas dificilmente são descrições objetivas de ruas específicas. As esperanças, os desejos e os temores dos personagens de Balzac dão significado e caráter às ruas e aos bairros que elas atravessam. Eles podem se demorar ali em um momento de lazer ou sentir a tensão da incompatibilidade, mas em hipótese alguma podem ignorar sua

situacionalidade. Balzac nos proporciona aquilo que os situacionistas posteriormente chamaram de uma "psicogeografia" das ruas e dos bairros da cidade. No entanto, ele o faz mais a partir da perspectiva de seus múltiplos personagens do que de si próprio[41]. Seus personagens chegam a mudar de personalidade quando vão de um lugar a outro. Entrar no Faubourg St. Germain (com todo o seu privilégio aristocrático) ou se misturar ao caos do Palais Royal (com seu tema de prostituição não apenas de mulheres, mas também do talento literário para o comercialismo decadente do jornalismo) impõe exigências irresistíveis aos participantes. A única forma de resistência é se mover. Lucien, em *Ilusões perdidas*, não se sai bem no elegante mundo da Rue St. Honoré (particularmente depois de sua desastrosa aparição no Opéra), não consegue conquistar o mundo esquálido das editoras no Palais Royal e foge para o mundo ascético da Rive Gauche*, próximo da Sorbonne, onde adota a personalidade de um estudante pobre, porém implacavelmente honesto. Lá, um estreito círculo de amigos o ampara em seus piores momentos. Mas, quando se muda para o outro lado da cidade, para viver com a atriz Coralie, que se encanta com sua beleza, o rapaz aceita o julgamento dela sobre seu antigo habitat não somente como um lugar medonho de empobrecimento, mas também como reduto de simplórios. A partir dessa nova perspectiva, ele muda inclusive suas posições políticas e ataca os escritos de seus antigos amigos.

Aprendemos a entender a cidade a partir de múltiplas perspectivas. Por um lado, ela é um incompreensível labirinto de qualidades caleidoscópicas: gire o caleidoscópio e surgirão inúmeras composições e colorações da cena urbana. Mas há persistentes pontos nodais em torno dos quais a imagem da cidade se funde em algo mais permanente e sólido. O Faubourg St. Germain, mundo comercial dos bulevares da Rive Droite [margem direita], a Bolsa de Valores ("replet[a] de agitação, tumulto e prostituição") e o Palais Royal, a Rue St. Honoré, a região dos estudantes em torno da Sorbonne e a eterna presença sombria da Paris da classe trabalhadora (raramente evocada de maneira explícita, exceto em *A prima Bette*, em que tanto a infame Petite Pologne quanto o Faubourg Saint-Antoine são descritos em termos gerais, embora por toda a obra de Balzac

se procure em vão a descrição de qualquer personagem que sofra todas as indignidades e inseguranças do emprego industrial). A legibilidade da cidade é, além disso, iluminada por espetáculos; o Opéra, os teatros, os bulevares, os cafés, os monumentos, os parques e jardins aparecem repetidamente como pontos e linhas luminosas no interior do tecido da cidade, lançando uma rede de significados sobre a vida urbana que, do contrário, pareceria totalmente opaca. Os bulevares, em particular, são a poesia por meio da qual a cidade é essencialmente representada.

Munidos desses indicadores no nível da rua, podemos projetar a totalidade a partir de um ponto elevado e aprender a situar os acontecimentos e as pessoas dentro do mundo labiríntico e caleidoscópico da vida cotidiana parisiense. Considere, por exemplo, como Balzac faz isso nas extraordinárias passagens de abertura de *O pai Goriot*. "Somente entre as alturas de Montmartre e Montrouge há pessoas que podem apreciar" as cenas que se seguem. Olhamos para baixo e vemos, antes de tudo, "um vale de estuque desmoronado e calhas escuras de lama, um vale repleto de sofrimento real e alegrias frequentemente enganosas". A pensão de Madame Vauquer fica em uma rua entre a Val-de-Grâce e o Panteão, onde

> A ausência de veículos transitando aprofunda a quietude que prevalece nessas ruas comprimidas entre os domos da Val-de-Grâce e o Panteão, dois prédios que as ofuscam e escurecem o ar com a cobertura pesada de suas sombrias cúpulas [...] O transeunte mais descuidado sente-se deprimido onde até mesmo o som das rodas é pouco comum, as casas são soturnas e os muros parecem uma prisão. Um parisiense perdido por aqui não veria nada à sua volta, exceto pensões ou instituições, miséria ou lassidão, os velhos afundando no túmulo ou os jovens animados condenados ao trabalho monótono. Esse é o lugar mais sinistro de Paris e, pode-se dizer, o menos conhecido.

Associando todo esse exercício a uma descida às catacumbas, Balzac penetra primeiro no bairro, depois na casa e no jardim, nos quartos e nas pessoas, com a precisão de um raio *laser*. Um postigo de dia e uma sólida porta à noite separam um jardim enclausurado da rua. Os muros cobertos de hera também são orlados de árvores frutíferas e vinhas em espaldeiras "cujos frutos esburacados e empoeirados são cuidados ansiosamente por Madame Vauquer todos os anos". Ao longo de cada muro "corre um estreito caminho que conduz a um grupo de limeiras" sob as quais há uma

"mesa redonda pintada de verde e com algumas cadeiras onde os hóspedes que podem pagar o desjejum se reúnem para desfrutá-lo nos dias de calor, mesmo que lá fora esteja quente o suficiente para fritar ovos". A casa de três andares "é feita de pedras lavradas e lavadas com aquele tom amarelado que dá uma aparência miserável a quase todas as casas em Paris". Dentro dela encontramos uma sala de estar depressiva com seu "cheiro de pensão" e uma sala de jantar ainda mais deplorável (a mobília é minuciosa e horrivelmente descrita), onde "tudo é sujo e manchado; não há trapos e farrapos, mas tudo está caindo aos pedaços". No fim dessa descrição, encontramos a figura da própria Madame Vauquer, que

> Aparece adornada com seu gorro de tule e arrasta os pés em chinelos gastos. O rosto gordo e envelhecido, dominado por um nariz que parece um bico de papagaio, as pequenas mãos com covinhas, o corpo rechonchudo como o de um rato de igreja, o vestido amplo e informe estão em um ambiente apropriado nesta sala onde a miséria escapa das paredes e a esperança, pisada e esmagada, cedeu ao desespero. Madame Vauquer está à vontade em meio ao ar asfixiante; consegue respirar sem se sentir enjoada. Seu rosto, fresco com o frescor frio do primeiro dia gelado de outono, seus olhos enrugados, sua expressão, variando do sorriso convencional da bailarina à carranca azeda do descontador de títulos, toda a sua pessoa, em resumo, proporciona uma pista para a pensão, assim como a pensão implica a existência de uma pessoa como ela.[42]

A consistência entre o ambiente e a personalidade é notável. Observando do alto, podemos ver Madame Vauquer e todos os outros habitantes da casa não somente em relação a Paris como um todo, mas também em seus distintos nichos ecológicos dentro do tecido urbano. A ecologia da cidade e a personalidade de seus habitantes são imagens espelhadas uma da outra.

A INTERIORIDADE E O MEDO DA INTIMIDADE

Os interiores desempenham um papel especial na obra de Balzac. A porosidade das fronteiras e o fluxo de trânsito que necessariamente as atravessa para sustentar a vida na cidade de forma alguma reduzem a luta feroz para limitar o acesso e proteger os interiores da penetração (as

conotações sexuais dessa palavra são apropriadas) de pessoas indesejadas. Nesse aspecto, como mostra Marcus, a vulnerabilidade da moradia em apartamentos proporciona um terreno material sobre o qual tais relações podem ser descritas de maneira mais fácil[43]. Grande parte da ação nos romances de Balzac é impulsionada por tentativas de se proteger física e emocionalmente contra a ameaça de intimidade em um mundo no qual os outros estão sempre lutando para penetrar, colonizar e oprimir a vida interior de alguém. A penetração bem-sucedida invariavelmente resulta na morte da vítima, um local de repouso final no cemitério, onde toda a ameaça de intimidade é eliminada. Aqueles (sobretudo as mulheres) que de forma voluntária se entregam ao verdadeiro amor e à intimidade sofrem consequências mortais (às vezes de maneira sacrificial e até beatificante, como a cortesã reformada, amante de Lucien em *Esplendores e misérias das cortesãs*). O desejo de intimidade e a busca pelo sublime confrontam perpetuamente o medo mortal de suas consequências fatais.

A crítica central que Balzac faz à burguesia é, no entanto, o fato de ela ser incapaz de intimidade ou de sentimentos profundos porque reduziu tudo à frieza do cálculo e ao egoísmo da valorização do dinheiro, do capital fictício e da busca do lucro. Crevel, o mais grosseiro dos personagens burgueses de Balzac, procura conquistar a afeição da sogra de seu filho no início de *A prima Bette*. Mas quando Adeline finalmente cede porque está presa a um endividamento crônico devido à libertinagem desenfreada de seu marido, Crevel duramente a rejeita, após lhe dizer de forma direta e elaborada que tal gesto exigiria a perda de rendas em seu capital. O tema da intimidade e de seus perigos é recorrente. Em *A menina dos olhos de ouro*, Henri de Marsay fica impressionado com a beleza de uma mulher que vê nas Tulherias. Ele a persegue com ardor através dos muros de proteção e supera todo tipo de barreira social e humana para ter acesso a ela. Conduzido de olhos vendados por misteriosos corredores, conquista o amor de Paquita em seu *boudoir* escondido, o qual (como a pensão de Madame Vauquer) nos diz tudo o que precisamos saber sobre ela.

> Nesse *boudoir* pendiam tecidos vermelhos sobrepostos com musselina indiana, suas dobras internas e externas caneladas como colunas coríntias, e amarrados embaixo com faixas em tom vermelho-alaranjado nas quais foram bordados arabescos em preto. Sob essa musselina o

> vermelho-alaranjado exibia um tom rosa, a cor do amor, repetido nas cortinas das janelas, também de musselina indiana, forradas com tafetá rosa e com um acabamento de franjas vermelho-alaranjadas alternadas com franjas pretas. Iluminando o divã, seis castiçais de prata folheada a ouro, cada um deles portando duas velas, se destacavam em distâncias iguais da parede forrada com papel. O teto, de cujo centro pendia um lustre de prata folheada a ouro, era de um branco ofuscante, e a cornija era dourada. O tapete remetia a um xale oriental, reproduzindo os desenhos e lembrando a poesia da Pérsia, onde as mãos dos escravos trabalharam para produzi-lo. Os móveis eram revestidos de caxemira branca, realçada por adornos pretos e vermelho-alaranjados. O relógio e o candelabro eram de mármore branco e dourado. Havia elegantes jardineiras repletas de todos os tipos de rosas e flores brancas ou vermelhas.[44]

Nesse espaço íntimo, De Marsay experimenta "indescritíveis momentos de prazer" e chega a se tornar "terno, bondoso e comunicativo" quando "se perde nesses limbos de encantamento que as pessoas comuns tão estupidamente chamam de 'espaço imaginário'". Mas Paquita sabe que está condenada. "Havia o terror da morte no frenesi com que ela o pressionou contra seu peito." Ela lhe diz, "Tenho certeza de que agora você será a causa da minha morte". Quando Henri, zangado diante da descoberta do envolvimento dela com outra pessoa, retorna com a ideia de tirá-la daquele espaço interior para vingar-se, ele a encontra mortalmente apunhalada por uma luta violenta com sua amante, que vem a ser a há muito desaparecida meia-irmã de Henri. "Todo o corpo de Paquita, retalhado pelos golpes da adaga de sua algoz, mostrava a ferocidade com que ela lutou para salvar a vida que Henri lhe havia tornado tão preciosa." O espaço físico do *boudoir* está destruído e "as mãos ensanguentadas de Paquita estão impressas nas almofadas".

Em *A duquesa de Langeais**, a trama se move na direção oposta, mas com resultados similares. As mulheres se protegem da intimidade recorrendo a evasivas, flertes, relacionamentos calculados, casamentos estratégicos e coisas semelhantes. O general Montriveau fica ultrajado pela maneira como a duquesa (que é casada) brinca com suas paixões. Ele a sequestra de um espaço público (um baile em andamento) e a conduz para seu santuário secreto, que tem toda a aura gótica de uma cela de monge. Ali, em seu espaço íntimo, ele ameaça marcar a duquesa, colocar o sinal de culpada em sua testa (uma lareira tremula ao fundo e gritos soam ameaçadoramente de uma cela adjacente). A duquesa sequestrada

sucumbe e declara seu amor como uma alma aprisionada – "uma mulher que ama sempre marca a si mesma", diz ela. Retornando ao baile, a emocionalmente marcada duquesa acaba fugindo, após alguns contatos malogrados, para uma capela afastada em uma ilha do Mediterrâneo, entregando-se a Deus como irmã Thérèse. Muitos anos depois, Montriveau finalmente consegue rastrear seu amor perdido. Seu plano de sequestrar a freira é muitíssimo bem-sucedido, mas apenas seu corpo morto é recuperado, deixando-o a contemplar um cadáver "resplandecente, com a beleza sublime que a calma da morte às vezes confere aos restos mortais"[45].

Balzac estende esse tema além das relações entre homens e mulheres. Em *A obra-prima ignorada* (que tanto Marx quanto Picasso admiravam intensamente, embora por razões bem diferentes), um talentoso aprendiz é apresentado a um famoso pintor, mas tem seu acesso recusado ao estúdio onde a obra-prima está em andamento. O pintor deseja comparar a obra-prima, um retrato, com uma bela mulher para se convencer de que a sua pintura é mais real que a própria vida. O aprendiz sacrifica sua jovem amante (e destrói o seu amor), insistindo (contra a vontade dela) que ela pose nua para o artista para que ele possa fazer a comparação. Em troca, recebe permissão para entrar no estúdio, que está repleto de pinturas maravilhosas, para ver a obra-prima. Mas descobre que a tela está praticamente vazia. Quando ele comete a temeridade de apontar isso, o velho artista tem um acesso de raiva. Naquela noite, o velho artista se mata, tendo antes queimado todos os seus quadros[46].

Em *A prima Bette*, uma astuciosa parente de origens provincianas e camponesas se insere em uma família aristocrática como companhia íntima e angelical das mulheres apenas para destruí-las. Em *O primo Pons*, o tema repete-se ao inverso. Pons é um homem cuja única identidade na vida é a de um colecionador de bugigangas. Sua coleção é tudo o que lhe importa, mas ele não tem ideia do quanto ela vale, protegendo-a no interior de seu apartamento. A penetração nesse santuário por uma coalizão de forças (liderada pela *concierge,* que se propunha a cuidar dele) o leva à morte. Entrar ilegalmente no apartamento de Pons, Balzac escreve, "era equivalente a introduzir o inimigo no coração da cidadela e

enterrar uma adaga no coração de Pons"[47]. Ele de fato morre em consequência dessa invasão. Mas do que, exatamente? Nesse caso, é a penetração de valores da mercadoria em seu espaço privado; um espaço onde até então havia predominado a pureza dos valores que animavam Pons como colecionador. Benjamin certamente tinha, ou deveria ter tido, Pons em mente quando escreveu:

> O interior é o asilo onde se refugia a arte. O colecionador se torna o verdadeiro ocupante do interior. Seu ofício é a idealização dos objetos. A ele cabe esta tarefa de Sísifo de retirar das coisas, já que as possui, seu caráter de mercadoria. Mas não poderia lhes conferir senão o valor que têm para o amador, em vez do seu valor de uso. O colecionador se compraz em suscitar um mundo não apenas longínquo e extinto, mas ao mesmo tempo melhor, um mundo em que o homem, na realidade, é tão pouco provido daquilo de que necessita como no mundo real, mas em que as coisas estão liberadas da servidão de serem úteis.[48]

Então por que valorizar ou desejar a intimidade diante de tais perigos? Por que castigar as mulheres por preferirem o superficial e o social quando arriscar-se à intimidade significa ser marcadas pelo amor ou abraçar a morte? Por que zombar tão impiedosamente da burguesia por querer evitar a intimidade a qualquer custo? A intimidade é uma qualidade humana da qual podemos nunca abrir mão, mas está eternamente ameaçada pela busca incansável de valores de troca. O utopismo de Balzac postula um lugar seguro e idílico com uma vida estável de intimidade e possessões valiosas, distante da turbulência do mundo e protegido da reificação. Mas o sonho de Balzac parece sempre destinado, como o amor de Montriveau e da duquesa, a permanecer, na melhor das hipóteses, frustrado ou, como no caso de Paquita e De Marsay, ser extremamente destrutivo.

Essa proposição está diretamente expressa em *O primo Pons*. Madame Cibot, a *concierge* que lidera o caminho até o apartamento de Pons com consequências tão fatais, sonha em usar sua riqueza, obtida de maneira ilícita, para morar no campo. Mas não se atreve a tomar essa atitude porque a vidente que consulta a adverte de que lá ela sofrerá uma morte violenta. Vive seus dias em Paris, privada da existência campestre que mais deseja. Da mesma forma, a burguesia está condenada não porque

evita a intimidade, mas porque, dada a sua preocupação com os valores monetários, é incapaz de alcançá-la. Mas aqui há algo mais em ação:

> Paquita reagiu ao anseio que todo homem verdadeiramente grande sente pelo infinito, aquela paixão misteriosa tão dramaticamente expressa em *Fausto*, tão poeticamente traduzida em "Manfred", que incitou Don Juan a explorar profundamente o coração das mulheres, esperando encontrar nelas o ideal infinito que tantos perseguidores de fantasmas têm buscado. Os cientistas acreditam poder encontrá-lo na ciência, os místicos o encontram apenas em Deus.[49]

Onde Balzac o encontra? Fugindo da intimidade dos espaços interiores para algum mundo exterior mais amplo ou experimentando por meio da intimidade algum tipo de momento sublime de êxtase que as pessoas comuns estupidamente chamam de "espaço imaginário"? Ele oscila entre as duas possibilidades.

A ANIQUILAÇÃO DO ESPAÇO E DO TEMPO

"Em toda a obra de Balzac", observa Poulet, "nada ressurge tão frequentemente quanto a proclamação do aniquilamento do espaço-tempo por ato da mente"[50]. Balzac escreve: "Eu já tinha em meu poder a mais imensa fé, aquela fé da qual Cristo falava, aquela vontade ilimitada com que se movem montanhas, aquele grande poder com a ajuda do qual podemos abolir as leis do espaço e do tempo". Balzac acreditava poder internalizar tudo dentro dele próprio e expressá-lo mediante um ato supremo da mente. Ele vivia "apenas pela força daqueles sentidos interiores que constituem um duplo ser dentro do homem". Embora "esgotada por essa profunda intuição das coisas", a alma podia aspirar a ser, "na expressão maravilhosa de Leibniz, um espelho concêntrico do universo"[51]. E é precisamente assim que Balzac constitui seus interiores. O interior de Pons é precioso no duplo sentido de que é não apenas seu, mas também o espelho concêntrico de um universo europeu de produção artística. O *boudoir* de Paquita exerce seu fascínio porque recende o exotismo associado ao Oriente, às Índias, à garota escrava e à mulher

colonizada. O quarto de Montriveau, ao qual a duquesa de Langeais é levada à força, internaliza o senso ascético da pureza gótica associado a uma cela de monge medieval. Todos os espaços interiores espelham algum aspecto do mundo externo.

A aniquilação do espaço e do tempo era um tema razoavelmente familiar na época de Balzac. A expressão pode ter derivado de um par de versos de Alexander Pope: "*Ye Gods! Annihilate but space and time / And make two lovers happy* [Ó Deuses! Aniquilem o espaço e o tempo / E façam dois amantes felizes]"[52]. Goethe empregou a metáfora causando grande efeito em *Fausto**, e nas décadas de 1830 e 1840 a ideia foi mais amplamente associada à chegada das ferrovias. A expressão tinha então um uso bem disseminado tanto nos Estados Unidos quanto na Europa entre uma ampla série de pensadores que contemplavam as consequências e possibilidades de um mundo reconstruído pelas novas tecnologias de transporte e comunicação (desde os canais e as ferrovias até o jornal diário, que Hegel já havia caracterizado como um substituto da oração matinal). É interessante notar que o mesmo conceito pode ser encontrado em Marx (de forma latente no *Manifesto Comunista*** e explicitamente nos *Grundrisse*), que o utiliza para descrever as qualidades revolucionárias da tendência do capitalismo para a expansão geográfica e a aceleração da circulação do capital. Ele se refere diretamente à propensão do capitalismo a surtos periódicos de "compressão do tempo-espaço"[53].

Em Balzac, no entanto, a ideia em geral descreve um momento sublime, fora do tempo e do espaço, em que todas as forças do mundo se internalizam na mente e no ser de um indivíduo monádico. Ela "lampeja" como um momento de intensa revelação, cujas insinuações religiosas são dificilmente imperceptíveis (e o flerte de Balzac com a religião, o misticismo e os poderes do oculto está quase sempre em evidência). É o momento do sublime (uma das palavras preferidas de Balzac). Mas não é um momento passivo. O *insight* ofuscante que vem com a aniquilação do espaço e do tempo permite certo tipo de ação no mundo. Em *A procura do absoluto*, Marguerite, após uma discussão furiosa com o pai, reage da seguinte maneira:

> Quando ele partiu, Marguerite ficou algum tempo em uma sombria perplexidade; parecia que todo o seu mundo lhe havia escapado. Ela não estava mais no salão familiar; não tinha mais consciência da sua existência física; sua alma havia adquirido asas e voado para um mundo onde o pensamento aniquila o tempo e o espaço, onde o véu que cobre o futuro é erguido por algum poder divino. Parecia-lhe que havia vivido dias inteiros entre cada som dos passos de seu pai na escada; e quando o ouviu se movimentando lá em cima em seu quarto, um calafrio percorreu seu corpo. Uma repentina visão de advertência passou como um raio em seu cérebro; ela subiu silenciosamente a escura escada com a velocidade de uma flecha e viu o pai apontando uma pistola para a própria cabeça.[54]

Um momento sublime de revelação fora do espaço e do tempo permite tanto captar o mundo como uma totalidade quanto atuar nele de maneira decisiva. Sua conexão com a paixão sexual e a posse do "outro" (um amante, a cidade, a natureza, Deus) é clara (como indica o par de versos de Pope). Mas ele permite a Balzac certo poder conceitual, sem o qual sua visão sinóptica da cidade e do mundo seria impossível. O negociante que fornece a pele de onagro para Raphael pergunta

> como alguém pode preferir todos os desastres dos desejos frustrados à soberba faculdade de intimar o universo ao tribunal da mente, à excitação de ser capaz de se mover sem ser estrangulado pelas correias do tempo ou pelas correntes do espaço, ao prazer de abraçar e ver tudo, de se inclinar sobre a beira do mundo para interrogar outras esferas e escutar a voz de Deus?[55]

Raphael, revela-se, foi criado em uma família em que "as regras do tempo e do espaço eram aplicadas com tanto rigor" que chegavam a ser totalmente opressivas. Por isso ele é profundamente atraído àquele "privilégio concedido às paixões que lhes dá o poder de aniquilar o espaço e o tempo". O problema é que qualquer expressão de desejo encolhe a pele e aproxima Raphael da morte. Sua única reação possível é adotar uma disciplina de tempo-espaço bem mais rigorosa do que qualquer uma que seu pai tenha imposto. Como o movimento é função do desejo, Raphael tem de se fechar no espaço e impor uma ordem temporal rígida a si próprio e ao seu redor para evitar qualquer expressão de desejo[56].

O eterno desejo burguês de reduzir e eliminar todas as barreiras espaciais e temporais apareceria então como uma versão secular desse desejo revolucionário. Balzac discorre sobre esses aspectos mundanos das

práticas comerciais burguesas. "A multidão de advogados, médicos, rábulas, negociantes, banqueiros, atacadistas", diz ele, precisa "devorar o tempo, comprimi-lo", porque "o tempo é seu tirano; eles precisam de mais, ele escapole deles, que não conseguem nem estendê-lo nem encolhê-lo". O impulso para aniquilar o espaço e o tempo aparece em toda parte:



FIGURA 19: *A ênfase de Balzac na aniquilação do espaço e do tempo foi muito associada, nas décadas de 1830 e 1840, ao advento das ferrovias. A grande sacada dessa charge de Daumier, Impressões e compressões de viagem, é a de que, "quando o trem se move para a frente, é óbvio que os passageiros vão para trás".*

> O homem possui a exorbitante faculdade de aniquilar, em relação a si mesmo, o espaço que existe apenas em relação a si mesmo; de se isolar completamente do meio em que reside e de cruzar, em virtude do poder quase infinito da locomotiva, as enormes distâncias da natureza física. Estou aqui e tenho o poder de estar em qualquer outro lugar! Não dependo de nenhum tempo, de nenhum espaço, de nenhuma distância. O mundo é meu escravo.[57]

O ideal da aniquilação do espaço e do tempo sugere como uma versão distintivamente capitalista e burguesa do sublime está sendo constituída. A conquista do espaço e do tempo e o domínio do mundo (da Mãe Terra) aparecem, então, como a expressão deslocada porém sublime do desejo sexual em inúmeras fantasias capitalistas. Algo vital é revelado aqui sobre o mito burguês da modernidade. Para Balzac, no entanto, o colapso do tempo futuro e do tempo passado no tempo presente é precisamente o momento em que a esperança, a memória e o desejo convergem. "Triplica-se a felicidade presente com aspiração para o futuro e recordações do passado", escreve ele. Esse é o momento supremo de revelação pessoal e revolução social, um momento sublime que Balzac ama e teme.

A VISÃO SINÓPTICA DE BALZAC

A fantasia da aniquilação momentânea do espaço e do tempo permite que Balzac construa uma posição arquimediana a partir da qual se pode examinar e entender o mundo, e até mesmo mudá-lo. Ele se imagina "viajando pelo mundo, dispondo tudo ao meu gosto [...]. Eu possuo o mundo facilmente e o mundo não tem o menor domínio sobre mim". O olhar imperial é explícito:

> Eu estava medindo quanto tempo um pensamento precisa para se desenvolver; e de pé sobre um alto penhasco, com uma bússola na mão e a uma centena de braças acima do oceano, cujos vagalhões se divertiam em meio à rebentação, eu examinava o meu futuro, enfeitando-o com obras de arte, assim como um engenheiro constrói fortalezas e palácios sobre um terreno vazio. [58]

O eco do engenheiro cartesiano e também do Fausto de Goethe é inequívoco. As relações dialéticas entre moção e estase, fluxos e movimentos, interiores e exteriores, espaço e lugar, cidade e campo podem todas ser investigadas e representadas.

Balzac parte determinado a possuir Paris. Mas ele a respeita e ama demais como uma "entidade moral", como um "ser sensível", para querer

meramente dominá-la. Seu desejo de possuir não é o de destruir ou diminuir. Ele precisa da cidade para alimentá-lo com imagens, pensamentos e sentimentos. Não pode se relacionar com ela como um objeto morto (como Haussmann e Flaubert, cada um à sua própria maneira, mais tarde o fizeram). Paris tem uma personalidade e um corpo. Paris, "o mais encantador dos monstros", é com frequência descrita como uma mulher (representando o oposto das fantasias masculinas de Balzac): "Aqui uma bela mulher, mais adiante uma bruxa malvada golpeada pela pobreza; aqui uma moeda recém-cunhada de um novo reino, e no outro canto da cidade tão elegante quanto uma dama da moda". Paris é "triste ou alegre, feia ou bonita, viva ou morta; para [os devotos] Paris é um ser sensível; todo indivíduo, cada pedacinho de casa é um fragmento do tecido celular dessa notável prostituta cuja cabeça, coração e imprevisível comportamento lhes são perfeitamente familiares". Mas, em suas funções cerebrais, Paris assume uma personalidade masculina como o centro intelectual do globo, "um cérebro fervilhante, com um talento que caminha na vanguarda da civilização; um grande homem, um artista incessantemente criativo, um pensador político com sexto sentido"[59].

O produto final é uma visão sinóptica, encapsulada em descrições extraordinárias da fisionomia e personalidade da cidade (como aquelas que abrem *A menina dos olhos de ouro*). Repetidamente somos instados a enxergá-la como uma totalidade e, como tal, algo captável. Considere esta passagem de "Ferragus":

> Paris novamente vista através de lentes redutoras com suas ruas, letreiros de lojas, indústrias e mansões: uma Paris microscópica reduzida às minúsculas dimensões das sombras, dos fantasmas, das pessoas mortas [...]. Jules percebeu a seus pés, no longo vale do Sena, entre as ladeiras de Vaugirard e Meudon, aquelas de Belleville e Montmartre, a verdadeira Paris, envolvida no sujo véu azul criado por sua fumaça, naquele momento diáfano à luz do sol. Ele lançou um olhar furtivo para suas 40 mil casas e disse, estendendo o braço pelo espaço entre a coluna da Place Vendôme e as cúpulas douradas dos Invalides: "Eis o que foi roubado de mim, graças à curiosidade perniciosa dessa imensidão de pessoas que correm em círculos e especulam pelo mero prazer de correr em círculos e especular.[60]

Rastignac, no fim de *O pai Goriot*, diante daquele mesmo cemitério,

> viu Paris se expandir adiante das duas margens do sinuoso Sena. As luzes começavam a brilhar aqui e ali. Seu olhar se fixou quase com avidez no espaço entre a coluna da Place Vendôme e o domo dos Invalides; ali estava o mundo esplêndido que ele desejava conquistar. Mirou aquela colmeia barulhenta com um olhar que prognosticava seu espólio, como se já sentisse nos lábios a doçura do mel, e disse com um soberbo desafio: "É guerra, entre nós dois".[61]

Essa visão sinóptica ecoa por todo o século. Haussmann, munido com balões e torres de triangulação, também se apropriou de Paris em sua imaginação quando decidiu reformá-la totalmente. Mas há aí uma importante diferença. Enquanto Balzac busca obsessivamente comandar, penetrar, dissecar e depois internalizar tudo que diz respeito à cidade como sendo um ser sensível, Haussmann converte esse impulso fantástico em um projeto de classe distintivo em que o Estado e os financistas assumem a liderança em técnicas de representação e de ação. De maneira intrigante, Zola, em *La curée* [Os despojos], replica a perspectiva de Jules e Rastignac, mas agora é o especulador Saccard que planeja lucrar, atravessando as artérias da cidade em uma orgia de especulação (ver p. 160, 168).

"A ESPERANÇA É UMA MEMÓRIA QUE DESEJA"

"A esperança", escreveu Balzac, "é uma memória que deseja."[62] Esse entrelaçamento de memória e desejo ajuda a esclarecer como os mitos da modernidade circulam com uma força tão poderosa. A maioria dos romances de Balzac está, é claro, historicamente situada. Eles com frequência se concentram nos processos de transformação social após a restauração da monarquia, em 1814, e frequentemente lamentam o fracasso em alcançar uma "verdadeira" restauração do poder progressista aristocrático, católico e monarquista na aurora do fim catastrófico do Império. O legado desse passado pesa fortemente. Muitos dos seus personagens não pertencem a nenhum período histórico preciso: eles estão "divididos entre as memórias do Império e as da Emigração". A memória

é, portanto, colorida – e, em alguns casos, confrontada – pelo historicismo.

Esse é o tema de *O coronel Chabert*[63]. Famoso personagem militar protegido do Imperador, ele é dado como morto no campo de batalha de Eylau, na Alemanha. Despido, é jogado em uma vala comum, mas milagrosamente consegue sair de debaixo dos cadáveres, sendo resgatado e cuidado na aldeia próxima. Passam-se muitos meses até ele se lembrar de quem é, mas, como está terrivelmente desfigurado, ninguém acredita em sua identidade. Perambula em direção a Paris, mas no caminho é atirado na cadeia por dois anos como demente. Só é solto quando para de se referir a si mesmo como coronel Chabert. Nós o encontramos em Paris após a Restauração, totalmente empobrecido, buscando ajuda legal para recuperar sua identidade e seus direitos. O Imperador, seu protetor, está desaparecido. Chabert havia sido dado como morto e, por isso, seus bens tinham sido distribuídos; sua esposa casou-se com um conde, com quem teve dois filhos. Um advogado, que por coincidência representa a condessa, é persuadido a assumir o caso dele, mas o estimula a ceder em vez de tentar recuperar seus antigos direitos mediante uma batalha judicial longa e dispendiosa. Sua esposa se recusa a reconhecê-lo. Em um momento excruciante de confrontação entre ambos, ele a recorda, no entanto, que a tirou do Palais Royal (o reduto das prostitutas). Ela rapidamente o leva para sua propriedade rural e usa seus truques de mulher e mãe para tentar convencê-lo a abandonar o caso (pelo bem das crianças), enquanto conspira para interná-lo em um hospício. Ao descobrir a armação, Chabert foge e desaparece, só voltando a ser identificado muitos anos depois, diante do tribunal, em um caso de vadiagem, quando o advogado o reconhece. Ele é, por fim, visto novamente em 1840, como alguém chamado Hyacinthe (negando o nome Chabert), internado em um asilo para idosos em Bicêtre. Apagou todas as lembranças da esposa, mas ainda proclama orgulhosamente seus feitos militares para adquirir outra identidade. Perdeu todo o desejo porque as forças históricas e as instituições sociais o desapontaram. Até o advogado está desiludido. Ele observa que padres, médicos e advogados, todos vestem trajes negros "porque estão de luto por todas as virtudes e esperanças". Declarando-se

"cansado de Paris", o advogado resolve se retirar para o campo com a esposa.

A reafirmação do utopismo pastoral no fim de *O coronel Chabert* sugere que é nesse terreno que Balzac está eternamente sujeito a perder sua batalha contra a nostalgia. Escapar do que Christine Boyer chama de "o fedor da nostalgia" passa a ser um dos problemas mais preocupantes para conceituar e representar a cidade[64]. As falhas de Balzac aqui, no entanto, são genéricas, não específicas. Marx enxergou o problema com clareza. Ele objetava o utopismo porque se voltava demasiadamente para trás ao invés de para a frente, com consequências deletérias para as conjunturas revolucionárias:

> A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. [...] Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado.[65]

Isso, no entanto, é mais fácil de dizer do que de fazer. Como Marx poderia reconciliar a ideia de que os revolucionários precisam criar livremente alguma poesia do futuro, soltar a imaginação sobre a criação do mundo, quando ele também afirmava que as verdadeiras bases da consciência estão nas condições materiais da vida cotidiana realmente existente?

Balzac tem sua própria resposta para essa questão. Ele distingue entre história (que é ordenada e exposta) e memória (que é latente e desorganizada, mas pode irromper de maneiras inesperadas)[66]. Chabert deveria se curvar diante da história oficial de sua morte e apagar toda a sua memória, mas, assim fazendo, ele enlouquece. Montriveau, em *A duquesa de Langeais*, tem de enfrentar a mesma lição: que a redução da vida à morte "só pode ser resistida lembrando totalmente quem somos". Aqui, Benjamin apresenta um ponto de vista fundamental. Ele ataca o

historicismo que culmina na história universal progredindo "através do homogêneo tempo vazio". Devemos sempre estar conscientes, escreve Christine Boyer glosando Benjamin, de que a história "exige redenção de um conformismo que está prestes a dominá-la para apagar suas diferenças e transformá-la em uma narrativa aceita". Benjamin escreve: "Articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo 'da maneira que ele realmente foi' (Ranke), mas apoderar-se de um momento na história". A implicação é que "a memória, em oposição à história, responde mais do que registra, irrompe em cena de maneira inesperada", como o momento decisivo em que o coronel Chabert recorda à esposa suas origens no ambiente em torno do Palais Royal. No mundo de Benjamin, escreve Boyer, "a memória que brota das cadeias naturais da tradição deve ser como uma epifania, lampejando em efêmeros momentos de crise, buscando exibir naquele tempo específico o caminho do mundo de modo a direcionar o próprio rumo em direção ao futuro". A memória é, no julgamento de Balzac, "a única faculdade que nos mantém vivos"[67]. Ela é ativa e enérgica, voluntária e imaginativa, ao invés de contemplativa e passiva. Permite uma unidade de tempo passado e futuro mediante a ação no aqui e agora, e por isso pode irromper, exatamente das maneiras sugeridas por Benjamin, nos momentos de perigo. Ela traz para o presente toda uma série de poderes latentes no passado que, do contrário, poderiam permanecer adormecidos dentro de nós.

Mas a memória também atua de maneiras coletivas. Aldo Rossi certa vez escreveu:

> Pode-se dizer que a própria cidade é a memória coletiva do seu povo e, como a memória, ela está associada a objetos e lugares. A cidade é o *locus* da memória coletiva. Esse relacionamento entre o *locus* e a cidadania torna-se então a imagem predominante da cidade, tanto da arquitetura quanto da paisagem, e, como alguns artefatos tornam-se parte da sua memória, novos emergem. Nesse sentido inteiramente positivo, grandes ideias fluem através da história da cidade e dão forma a ela. [68]

Balzac assiduamente trabalha essa conexão em toda A Comédia Humana. Ele intensifica e aumenta o fluxo das grandes ideias por meio da história da cidade, tornando-a memorável e construindo, assim, um *locus*

distintivo na imaginação para uma memória coletiva. Isso fundamenta certa sensibilidade política que pode "lampejar" em momentos de revolução. Esse é o mito da modernidade como transformação revolucionária fundamentada na cidade em ação. A memória "lampejou" em 1830, assim como em 1848 e 1871, para desempenhar um papel crucial na articulação dos sentimentos revolucionários[69]. Embora tais momentos revolucionários tivessem sem dúvida o fardo dos apelos à tradição, tinham também um lado intensamente modernista, buscando a ruptura radical mediante a qual um caminho completamente diferente para o futuro poderia se abrir. Por isso, não é a esperança que guia a memória, mas a memória que gera a esperança ao se conectar com o desejo. Foi talvez por essa razão que tanto Hugo quanto Baudelaire consideraram Balzac um pensador revolucionário, apesar de sua política reacionária.

O FETICHE E O FLÂNEUR

Representar a cidade como um ser sensível traz o risco não somente de antropomorfizá-la (um clichê que Balzac pratica descaradamente), mas também de transformá-la em um objeto de fetiche. Com "fetiche" quero dizer, em primeiro lugar, o hábito humano de atribuir às meras coisas (nesse caso, a cidade) poderes mágicos, misteriosos e geralmente ocultos para moldar e transformar o mundo à nossa volta e, assim, intervir de maneira direta em nossa vida ou até mesmo determiná-la. As qualidades dos ambientes urbanos em muitos dos romances de Balzac parecem, na superfície, funcionar exatamente dessa maneira (como atesta o exemplo de Madame Vauquer em *O pai Goriot*). Mas há um significado mais profundo de fetichismo que Marx desvenda por meio da análise da mercadoria. O fetiche nesse caso tem uma base real; não é meramente imaginado. Estabelecemos relações sociais por meio dos objetos e das coisas que produzimos e circulamos (relações sociais entre as pessoas são mediadas por coisas materiais). Da mesma maneira, os objetos e as coisas

estão impregnados de significados sociais porque são incorporações de trabalho social e da ação humana intencional (coisas materiais incorporam e representam as relações sociais). Para Marx, era impossível escapar do fetichismo da mercadoria sob o capitalismo porque é exatamente assim que o mercado funciona. O dinheiro (uma coisa) confere, por exemplo, poder social sobre seu detentor, e por isso todos são em certo grau cativos de seus poderes de fetiche (a busca do dinheiro e o reconhecimento do tipo de valor que ele impõe tornam-se fundamentais para o entendimento do nosso comportamento em relação uns ao outros). Por isso, Marx afirmou que a tarefa do analista era ir além do fetiche, para penetrar abaixo da aparência superficial a fim de proporcionar um entendimento mais profundo das forças ocultas que governam a evolução de nossas relações sociais e de nossas perspectivas materiais. "Se tudo fosse como parece na superfície" – declarou ele certa vez – "não haveria necessidade da ciência."* O fetiche não pode ser apagado (exceto pela revolução), mas pode ser confrontado e entendido. Entretanto, sempre existe o perigo de interpretarmos o mundo apenas pelas aparências e, com isso, reproduzirmos o fetiche no pensamento[70].

É neste último sentido que a cidade capitalista é necessariamente um objeto de fetiche. Isso não acontece apenas porque ela é construída tendo a circulação de mercadorias como base, ou porque, como Balzac afirma com frequência, todos nela correm, pulam e saltam "sob o chicote da deusa impiedosa [...] a necessidade do dinheiro", ou são devorados pelo "monstro que chamamos de especulação". As ruas, os bairros, apartamentos, escadas e portas estão impregnados de significado social. Balzac atribui um caráter humano às suas ruas para chamar a atenção a esse fato. Os interiores internalizam e espelham forças sociais mais amplas. Os seres humanos vivenciam o caos, a torrente dos outros, as múltiplas interações sociais e os encontros acidentais como algo que lhes é externo, ao qual precisam adaptar suas ações e formas de pensar (cultivando uma atitude *blasé*, por exemplo). As relações materiais entre as pessoas estão evidentes em toda parte, assim como as inúmeras maneiras com que as relações sociais estão incorporadas no interior das coisas. Por isso, qualquer reconstrução das coisas envolve uma reconfiguração das relações

sociais: ao criar e recriar a cidade nós criamos e recriamos a nós mesmos, tanto individual quanto coletivamente. Construir a cidade como um ser sensível é reconhecer seu potencial como um corpo político.

No entanto, viver na cidade é estar sempre sujeito aos seus poderes de fetiche. Lucien (em *Ilusões perdidas* e *Esplendores e misérias das cortesãs*), Madame Vauquer e pai Goriot (*O pai Goriot*), Adèle (*A prima Bette*), Pons (*O primo Pons*) e César Birotteau, assim como muitos outros, são vítimas desses poderes. Mas Balzac, juntamente com seus outros personagens, como Rastignac, De Marsay e os outros membros dos "Treze", busca elevar-se acima deles – para entender, confrontar e até dominar o fetiche. A obsessão de Balzac pela aniquilação do espaço e do tempo reflete a determinação de encontrar um ponto arquimediano a partir do qual escapar do fetiche, comandar e transformar o mundo urbano. Estar fora do espaço e do tempo é, para Balzac, preparatório para uma intervenção dramática e clarividente no mundo, não uma preparação para um retiro contemplativo. A clareza atingida em momentos de percepção sublime deve necessariamente se conectar – para que não permaneça puramente mística – com alguma outra maneira de penetrar no fetichismo da cidade.

Essa outra maneira é apresentada por meio das práticas do *flâneur*. Balzac às vezes recebe o crédito de ter criado tal figura literária (embora haja evidências de que ela remonte pelo menos ao Império, se não antes) [71]. Em uma de suas primeiras obras, *Fisiologia do casamento* (que muitos encaram como o início de A Comédia Humana), Balzac apresenta o personagem da seguinte maneira:

> No ano de 1822, em uma bela manhã de janeiro, eu estava caminhando pelos bulevares de Paris desde o pacífico distrito do Marais até o elegante Chaussée d'Antin e observava pela primeira vez, não sem certo prazer filosófico, aquelas estranhas alterações de rosto e variedades de vestimentas que, da Rue du Pas-de-la-Mule até a Madeleine, criam um pequeno mundo diferente de cada parte do bulevar, uma amostra instrutiva dos costumes daquela região de Paris. Ainda não tendo a concepção das coisas que a vida podia reservar para mim, e duvidando muito de que um dia eu tivesse a audácia de entrar no estado civil do casamento, estava indo almoçar com um dos meus amigos da faculdade, atrelado (talvez cedo demais na vida) a uma esposa e dois filhos. Meu velho professor de matemática vivia a uma curta distância da casa do meu amigo, e eu havia me prometido visitar o ilustre matemático antes de me banquetear com o mais delicado bocado de amizade. Encontrei facilmente meu caminho para um grande aposento onde tudo estava coberto de poeira e evidenciava as sérias atividades do acadêmico. Uma surpresa me aguardava.[72]

O *flâneur* de Balzac é mais que um esteta, um observador errante; ele também tem propósitos, buscando desvendar os mistérios das relações sociais e da cidade, buscando penetrar no fetiche. Balzac descreve a si mesmo como um daqueles "poucos devotos, pessoas que nunca caminham com desatenção insensata", que "sorvem e saboreiam sua Paris e estão tão familiarizados com sua fisionomia que conhecem cada verruga, cada marca, cada mancha em seu rosto". Há algo muito democrático e antielitista nessa concepção. Todos nós podemos fazer o papel do *flâneur* e, portanto, superar o fetichismo e escapar dele. É aí que a eterna insistência de Balzac em examinar a cidade e descobrir as coisas por si mesmo se torna tão importante. Vale a pena repetir seus comentários. "Como podem evitar perder alguns minutos para assistir aos pequenos dramas, aos desastres, às fisionomias, aos pequenos acidentes que nos assaltam a todo momento quando atravessamos esta movimentada rainha das cidades?" "Olhe em volta" enquanto "percorre essa grande jaula de estuque, essa colmeia de valetas negras, e siga ali os labirintos desse pensamento que a agita, a ergue, a move." E não são apenas os homens que estão em posição de fazê-lo. Considere, por exemplo, a maneira como Madame Cibot intencionalmente explora os espaços da cidade e suas relações sociais (excursionando entre os colecionadores de arte, os *concierges*, as famílias aristocráticas, os advogados...) para construir a rede de intrigas que mata Pons e expõe sua coleção de arte aos olhos de todos. O *flâneur* em Balzac é obstinado e ativo, e não um sujeito sem motivações e meramente levado pela corrente.

O *flâneur* (ou a *flâneuse*) de Balzac mapeia o terreno da cidade e evoca suas qualidades vivas, tornando-a legível para nós de uma maneira muito característica. Ele evoca "as mil vidas desarraigadas" e, no mais panorâmico de seus romances, *A prima Bette*, funde-as em uma evocação convincente da cidade como um ser sensível. No entanto, A Comédia Humana aborda essa totalidade por meio dos fragmentos de inúmeras vidas entrelaçadas – Rastignac, Bette, De Marsay, Nucingen, Madame Cibot, Vautrin. "O sistema geral", escreve Jameson, "põe o inter-relacionamento da sociedade como uma certeza que, no entanto, jamais podemos ver face a face [...] há uma multidão de inter-relacionamentos

entre os vários personagens, coincidências, encontros, paixões entre seres que existem, mas que nunca estão e nunca estarão presentes na nossa consciência". A técnica é caleidoscópica. "Nisso", continua Jameson, "Balzac é um pouco mais fiel à experiência individual, em que nunca enxergamos nada se não o nosso próprio mundo, mas em que estamos absolutamente convencidos de que há uma superfície externa, uma coexistência com uma multidão de outros mundos privados". É assim que Balzac, de forma simultânea, confronta e representa a cidade como objeto de fetiche[73].

Balzac, como insistiu Baudelaire, era tanto um escritor visionário quanto um realista. O fato de que sua visão social da cidade tenha se tornado (ou já fosse) cada vez mais circunscrita pelos poderes exclusivos da burguesia, da classe capitalista dos financistas em aliança com o Estado, era uma condição que Balzac combateu com determinação, embora sem esperança. Lamentavelmente, como o próprio Balzac previu, "quando uma literatura não tem um sistema geral para apoiá-la, ela carece de solidez e desaparece com a época a que pertence"[74]. Se o capital não quisesse que a cidade tivesse uma imagem, então a fantasia e o poder cartográfico democratizante de Balzac teriam também de ser destruídos e apagados (como tudo foi, com muita frequência, nos anos seguintes). Mas nós temos sempre uma chance de exumar sua visão. E fazê-lo pode ser mais do que um interesse passageiro, pois há algo subversivo na técnica de Balzac. Ela corre contra a natureza das formas de representação ordinárias e mais passivas. Balzac expõe muitos dos mitos da modernidade capitalista ao penetrar nos santuários internos dos valores burgueses. Ele examina as maneiras como as relações sociais são expressas por meio até mesmo das minúcias dos ambientes construídos e como as qualidades físicas viscerais da cidade intervêm nas relações sociais. Expõe as negações (das origens rurais e das memórias). Demonstra o total vazio dos valores baseados nos cálculos monetários, as ficções das formas fictícias de capital, tais como o crédito e o juro, que direcionam as realidades das relações sociais e dos processos urbanos, a constante especulação sobre os desejos dos outros, que provoca consequências tão destrutivas. Mas também tem muito a dizer sobre os pensamentos e os medos. É possível que ele, de maneira

inconsciente, tenha escrito um epitáfio apropriado para o dia em que a era burguesa de acumulação aparentemente infinita de capital e a mágica ficcional do juro e do crédito chegarão a um fim explosivo: "Assim, eu envolvo o mundo com meu pensamento e o moldo, o modelo, o penetro, o compreendo, ou acho que o compreendo; mas de repente acordo só e me vejo em meio às profundezas de uma luz escura"[75].

Ao reformular a frase de forma apropriada e usar a capacidade de Balzac para projetar seu pensamento monádico como um espelho concêntrico do universo burguês, poderemos um dia dizer de toda a história da burguesia: *Ela envolveu o mundo com seus pensamentos, o moldou, o modelou, o penetrou, o compreendeu – ou achou que o compreendeu; mas de repente acordou só e se viu em meio às profundezas de uma luz escura*.

Notas

[1] Charles Baudelaire, "The Salon of 1846", em *Art in Paris, 1845-1862: Salons and Other Exhibitions* (org. Jonathan Mayne, Londres, Phaidon, 1965), p. 119-20 [ed. bras.: "Salão de 1846", cit., p. 727-31 – tradução ligeiramente modificada].

[2] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen* (Harmondsworth, Penguin, 1974), p. 331, 330 [ed. bras.: *História dos treze*, Porto Alegre, L&PM, 2008, p. 39, 575].

[3] Os excelentes estudos de Christopher Prendergast, *Paris and the Nineteenth Century* (Oxford, Blackwell, 1992); Sharon Marcus, *Apartment Stories: City and Home in Nineteenth Century Paris and London* (Oakland, University of California Press, 1999); e Karlheinz Stierle, *La Capitale des Signes: Paris et Son Discours* (Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2001), foram escritos por críticos literários que prestam atenção especial à percepção de Balzac sobre a vida urbana.

* São Paulo, Eli, s.d. (N. E.)

[4] O primeiro volume das Œuvres *diverses* da [Bibliothèque de la] Pléiade apresenta a organização das obras de Balzac, conforme decidido em 1845. O ensaio introdutório é de autoria de Pierre-Georges Castex e a cronologia da publicação e as revisões das obras são apresentadas por Roger Pierrot.

[5] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 132 [ed. bras.: *História dos treze*, cit., p. 149].

[6] Fredric Jameson, *The Political Unconscious* (Nova York, Cornell University Press, 1982), p. 157 [ed. bras.: *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico,* trad. Maria Elisa Cevasco, São Paulo, Ática, 1992, p. 159-60].

* Porto Alegre, Globo, 1958, A Comédia Humana, v. XII. (N. E.)

[7] Honoré de Balzac, *The Peasantry* (Londres/Nova York, Chesterfield Society, [1901], The Works of Honoré de Balzac, v. 20), p. 22 [ed. bras.: *Os camponeses*, trad. Vidal de Oliveira, São Paulo, Globo,

1992, A Comédia Humana, v. XIII]; *The Wild Ass's Skin* (Harmondsworth, Penguin, 1977), p. 268-9, 189 [ed. bras.: *A pele de onagro*, Porto Alegre, L&PM, 2008].

[8] Idem, *The Wild Ass's Skin*, cit., p. 137-8.

* Porto Alegre, Globo, 1958, A Comédia Humana, v. XIII. (N. E.)

[9] Idem, *History of the Thirteen*, cit., p. 179-84 [ed. bras.: *História dos treze*, cit., p. 149].

[10] Ibidem, p. 180.

[11] Ibidem, p. 82.

[12] Ver Thomas Kemple, *Reading Marx Writing*, cit.

* Porto Alegre, Globo, 1956, A Comédia Humana, v. IX. (N. E.)

[13] Honoré de Balzac, *The Peasantry*, cit., p. 38, 108. Ver também James Scott, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance* (New Haven, Yale University Press, 1985).

[14] Honoré de Balzac, *The Peasantry*, cit., p. 215 [ed. bras.: *Os camponeses*, cit., p. 186].

[15] O relato de T. J. Clark, *Image of the People: Gustave Courbet and the 1848 Revolution* (Londres, Thames & Hudson, 1973), p. 120-4, da crescente hostilidade ao quadro de Courbet, *Un enterrement à Ornans* [Enterro em Ornans] (que descreve as relações de classe no campo), quando ele saiu de Ornans para ser exibido em Paris, apresenta um paralelo interessante. Clark comenta que, ao serem confrontados com uma imagem que não se encaixava em suas preconcepções, os burgueses parisienses ficaram abalados e perplexos de maneiras que não entendiam muito bem.

[16] Honoré de Balzac, *Lost Illusions* (Harmondsworth, Penguin, 1971), p. 170-82 [ed. bras.: *Ilusões perdidas*, trad. Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras, 2011].

[17] Idem, *History of the Thirteen*, cit., p. 33, 56, 151, 309-15 [ed. bras.: *História dos treze*, cit., p. 29, 121, 46, 254]. A referência de Georg Simmel é ao seu famoso ensaio "The Metropolis and Mental Life", em *On Individuality and Social Forms* (org. Donald Levine, Chicago, University of Chicago Press, 1971) [ed. bras.: "A metrópole e a vida mental", em *O fenômeno urbano*, org. Otávio Guilherme Velho, 4. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1979, Biblioteca de Ciências Sociais].

[18] Honoré de Balzac, César Birotteau (Harmondsworth, Penguin, 1994), p. 75 [ed. bras.: *História da grandeza e decadência de César Birotteau,* Porto Alegre, Globo, 1952, A Comédia Humana, v. VIII, p. 400].

[19] Idem, *History of the Thirteen*, cit., p. 311, 325 [ed. bras.: *História dos treze*, cit., p. 254, 255, 260, 265]; ver também Georges Poulet, *The Interior Distance* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1959), p. 137.

[20] Karl Marx, *Capital : a Critique of Political Economy* (Nova York, International Publishers, 1967), v. 1, p. 151 [ed. bras.: *O capital: crítica da economia política,* Livro I: *O processo de produção do capital*, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 229]; Honoré de Balzac, *Eugénie Grandet* (Harmondsworth, Penguin, 1955) [ed. bras.: *Eugênia Grandet*, São Paulo, Globo, 2013, A Comédia Humana, v. V].

[21] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 312-8 [ed. bras.: *História dos treze*, cit., p. 255-8].

[22] Ibidem, p. 64 [ed. bras.: ibidem, p. 53].

[23] Idem, *Cousin Bette* (Harmondsworth, Penguin, 1965), p. 428 [ed. bras.: *A prima Bette*, Porto Alegre, Globo, 1952, A Comédia Humana, v. X, p. 391].

[24] Idem, *Old Goriot* (Harmondsworth, Penguin, 1951), p. 249 [ed. bras.: *O pai Goriot*, Porto Alegre, Globo, 1954, A Comédia Humana, v. IV, p. 188-9].

* São Paulo, Atlas, 2007. (N. E.)

[25] Citado em Tim Farrant, "Du livre illustré à la ville-spectacle", em Karen Bowie (org.), *La modernité avant Haussmann* (Paris, Recherches, 2001), p. 129.

* Porto Alegre, Globo, 1956, A Comédia Humana, v. VIII. (N. E.)

[26] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 309-10 [ed. bras.: *História dos treze*, cit. p. 253-4].

[27] Ibidem, p. 312-3 [ed. bras.: ibidem, p. 255-6].

[28] Ibidem, p. 318-20 [ed. bras.: ibidem, p. 258-60].

[29] Ibidem, p. 321 [ed. bras.: ibidem, p. 262].

[30] Ibidem, p. 322 [ed. bras.: ibidem, p. 263]; sobre as condições de trabalho, ver p. 259-60.

[31] Ibidem, p. 324 [ed. bras.: ibidem, p. 265].

[32] Ibidem, p. 325 [ed. bras.: idem].

[33] Ibidem, p. 318.

[34] Ibidem, p. 31, 34, 181.

[35] Ibidem, p. 178.

[36] Ibidem, p. 112 [ed. bras.: ibidem, p. 92].

[37] Ibidem, p. 34, 87, 128.

[38] Esse contraste entre pairar sobre o espaço e estar preso em determinado lugar é um tema importante tanto econômica quanto politicamente nesse período. Mais adiante vou argumentar que a Comuna (uma revolução em um lugar) foi em grande parte destruída pela capacidade superior das forças de reação para controlar o espaço e mobilizar o resto da França para esmagar o movimento revolucionário em Paris. Essa foi também, como observado na Introdução, uma tática que Thiers pode ter estimulado em Luís Filipe I, em fevereiro de 1848.

[39] Sharon Marcus, *Apartment Stories*, cit., p. 74.

[40] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 31 [ed. bras.: *História dos treze*, cit., p. 27].

[41] Esse ponto é fortemente enfatizado em Joan Dargan, *Balzac and the Drama of Perspective* (Lexington, French Forum, 1985); em Tim Farrant, "Du livre illustré à la ville-spectacle", cit.; e em Karlheinz Stierle, *La capitale des signes*, cit.

* A região da margem esquerda do rio Sena, que divide Paris. (N. E.)

[42] As passagens aqui citadas são de Honoré de Balzac, *Old Goriot*, cit., p. 27-33.

[43] Sharon Marcus, *Apartment Stories*, cit.

[44] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 366.

[45]* Porto Alegre, Globo, 1956, A Comédia Humana, v. VIII. (N. E.)

Ibidem, p. 305.

[46] Idem, The Unknown Masterpiece (Nova York, New York Review Books, 2001) [ed. bras.: A obra-prima ignorada, Porto Alegre, L&PM, 2002].

[47] Idem, *Cousin Pons* (Harmondsworth, Penguin, 1968), p. 148 [ed. bras.: *O primo Pons*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1999].

[48] Walter Benjamin, *The Arcades Project*, cit., p. 19 [ed. bras.: "Paris, capital do século XIX (Exposé de 1939)", em *Passagens*, Belo Horizonte/São Paulo, UFMG/Imprensa Oficial, 2007, p. 59].

[49] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 382.

[50] Georges Poulet, *The Interior Distance*, cit., p. 106.

[51] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit.

[52] Citado em Leo Marx, *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America* (Oxford, Oxford University Press, 1964), p. 164.

* São Paulo, Editora 34, 2011, 2. v. (N. E.)

[53]** Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings, São Paulo, Boitempo, 1998. (N. E.)

Karl Marx, *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy* (Harmondsworth, Penguin, 1973), p. 539 [ed. bras.: *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, trad. Mario Duayer et al., São Paulo, Boitempo, 2012, p. 432]; ver também David Harvey, *The Condition of Postmodernity* (Oxford, Blackwell, 1989), parte III [ed. bras.: *Condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992].

[54] Honoré de Balzac, *The Quest of the Absolute* (trad. Elen Marriage, Londres, Forgoten Books, 2013), p. 173-4 [ed. bras.: *A procura do absoluto*, Porto Alegre, Globo, 1954, A Comédia Humana, v. XV].

[55] Idem, *The Wild Ass's Skin*, cit., p. 53-4.

[56] Ibidem, p. 198-9.

[57] Citado em Georges Poulet, *The Interior Distance*, cit., p. 102-5.

[58] Citado em ibidem, p. 99-100.

[59] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 32-3, 324.

[60] Ibidem, p. 147.

[61] Idem, *Old Goriot*, cit., p. 304.

[62] Citado em Georges Poulet, *The Interior Distance*, cit., p. 126.

[63] Honoré de Balzac, *Colonel Chabert* (Nova York, New Directions, 1997) [ed. bras.: *O coronel Chabert*, São Paulo, Globo, 2012, A Comédia Humana, v. IV].

[64] Christine Boyer, *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments* (Cambridge, MIT Press, 1994), p. 187-97, 372-9. Achei a obra de Boyer bastante esclarecedora em muitos aspectos do problema da memória urbana.

[65] Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, cit., p. 18 [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 25-6, 28].

[66] Essa distinção é destacada em Maurice Halbwachs, *On Collective Memory* (Chicago, University of Chicago Press, 1992, Heritage of Sociology); Christine Boyer, *The City of Collective Memory*, cit.; e Walter Benjamin, *Illuminations* (Nova York, Harcourt, Brace & World, 1968), particularmente em suas "Teses sobre o conceito de história" [ed. bras.: Michael Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio:*

uma leitura das "Teses sobre o conceito de história", trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, São Paulo, Boitempo, 2005]. As citações que se seguem são de Benjamin e Boyer.

[67] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit.

[68] Aldo Rossi, *The Architecture of the City* (Cambridge, MIT Press, 1982), p. 130 [ed. bras.: *A arquitetura da cidade*, 2 ed., São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011].

[69] Priscilla Parkhurst Ferguson sustenta isso de forma convincente em *Paris as Revolution: Writing the 19th Century City* (Oakland, University of California Press, 1994).

[70]* *O capital: crítica da economia política,* Livro III: *O processo total da produção capitalista* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, no prelo). (N. E.)

O capítulo 1 de *O capital*, de Marx, realiza um trabalho notável de dissecação do fetichismo da mercadoria [ed. bras.: "A mercadoria", em *O capital*, Livro I, cit.].

[71] A figura do *flâneur* na Paris do século XIX exerceu um fascínio peculiar desde que Baudelaire a focalizou. Em *The Arcades Project*, cit., Walter Benjamin passa muito tempo se referindo a ela, e Elizabeth Wilson apresenta uma visão geral útil e crítica associada a um esboço da sua história, em "The Invisible *Flâneur*", *New Left Review*, Londres, I/191, jan.-fev. 1992.

[72] Honoré de Balzac, *The Physiology of Marriage* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1997), p. 123-4 [ed. bras.: *Fisiologia do casamento*, Porto Alegre, Globo, 1959, A Comédia Humana, v. XVII].

[73] Fredric Jameson, "Fredric Jameson on *La Cousine Bette*", em Michael Tilby (org.), *Balzac* (Londres, Longman, 1995), p. 226.

[74] Honoré de Balzac, *History of the Thirteen*, cit., p. 190.

[75] Honoré de Balzac, Louis Lambert, citado em Georges Poulet, *The Interior Distance*, cit., p. 110 [ed. bras.: *Luís Lambert*, Porto Alegre, Globo, 1959, A Comédia Humana, v. XVII].

* *Passagens*, cit., C 1, 7. (N. E.)

** São Paulo, Estação Liberdade, 2000. (N. E.)

2. Sonhando o corpo político política revolucionária e esquemas utópicos, 1830-1848

> A bela utopia de ontem será a verdade revigorante da manhã. discurso de encerramento do primeiro banquete comunista, Belleville, 1º de julho de 1840

Em *A pintura da vida moderna*, o historiador da arte T. J. Clark sugere que a remodelagem feita por Haussmann na Paris do Segundo Império dependeu fundamentalmente de uma reimaginação capitalista do que a cidade era e do que poderia se tornar. O capital, declara ele,

> não precisava ter uma representação de si próprio concretizada no solo em tijolos e argamassa, ou inscrita como um mapa nas mentes dos moradores da metrópole. Poder-se-ia mesmo dizer que o capital preferia que a metrópole não fosse uma imagem – que não tivesse forma, que não fosse acessível à imaginação, às leituras e tresleituras, a um conflito de reivindicações por seu espaço –, de modo a produzir em massa uma imagem que substituísse as que ele destruiu.[1]

O argumento é intrigante, mas, embora Clark enfatize bastante os mecanismos de reificação e espetacularização que substituíram o que havia antes, ele nos diz muito pouco sobre a imagem ou as imagens da cidade que foram excluídas da cena.

Evidentemente, o romantismo e o utopismo que floresceram de modo tão desenfreado nas décadas de 1830 e 1840 na França foram fortemente

reprimidos na contrarrevolução de 1848-1851. A causa perdeu muitos daqueles que haviam sido atuantes nos vertiginosos movimentos sociais que produziram a Revolução de 1848 devido à morte, ao exílio ou ao desencorajamento. É inegável que, depois de 1848, ocorreu algum tipo de mudança de sensibilidade na França que redefiniu o significado da luta política tanto na esquerda quanto na direita. O socialismo, por exemplo, tornou-se muito mais "científico" (como insistia Marx), embora para que a ideia pudesse gerar frutos ainda fosse preciso um bom tempo; enquanto o pensamento burguês tornou-se muito mais positivista, gerencial e calculista. Para alguns comentadores, isso é grande parte do que a transição para a modernidade e o modernismo significou. Entretanto, alguns esclarecimentos se fazem necessários, porque a história do que aconteceu na Paris do Segundo Império é também uma narrativa mais complicada sobre o que exatamente foi reprimido, destruído ou cooptado na contrarrevolução de 1848-1851. Afinal, como as pessoas em geral e os progressistas em particular enxergavam e imaginavam a cidade e a sociedade antes de 1848? E que possibilidades eles anteviam para o futuro? Contra o que nisso tudo o Império teria de atuar?



Figura 20: *A notável charge O burguês e o proletário (1848), de Daumier, capta a distinção que muitos na época consideravam fundamental. O burguês, estático e gordo, avaramente fita as mercadorias na vitrine da loja, enquanto o trabalhador, magro e em movimento, examina com determinação um jornal (a imprensa dos trabalhadores?) em busca de inspiração.*

A REPÚBLICA E A CIDADE COMO UM CORPO POLÍTICO

Em 22 de outubro de 1848, cerca de 8 mil trabalhadores se reuniram em um cemitério de Bordeaux para dedicar um monumento, erigido por meio de doações, a Flora Tristan, que havia morrido naquela cidade em 1844, pouco depois da publicação de sua obra mais famosa, *L'union ouvrière* [A união operária], um apelo vigoroso à união geral dos trabalhadores associada à emancipação das mulheres. O fato de uma figura pioneira do feminismo socialista ter sido o objeto de tal reverência em 1848 pode parecer surpreendente. Mas há outra maneira de explicar sua importância. Desde 1789, a República, a Revolução e, mais particularmente, a Liberdade haviam sido retratadas como uma mulher. Isso se contrapunha à teoria política de governo monárquico que, do fim da Idade Média em diante, recorria à ideia do Estado e da nação como sendo constituídos pelo que Kantorowicz chama de "os dois corpos do rei" – o rei como pessoa e como incorporação do Estado e da nação[2]. Durante a Revolução Francesa, essa representação do rei e a ideia de que "*l'État, c'est moi*" [o Estado sou eu] passaram a ter um tratamento satírico radical. Colocar o gorro da liberdade – um barrete frígio – na cabeça do rei era uma maneira de assinalar sua impotência (a inclinação do gorro tinha certa semelhança com um pênis não ereto). Daumier, um republicano resoluto, foi para a prisão em 1834 por sua descrição impetuosa de Luís Filipe I como Gargântua, uma figura inchada sendo alimentada por massas de trabalhadores e camponeses empobrecidos enquanto abrigava alguns burgueses ricos sob o trono.



Figura 21: *Gargântua (1834), de Daumier, capta de forma muito literal a ideia do corpo político e apresenta um Luís Filipe I estufado, sendo alimentado por um exército de empregados enquanto protege alguns parasitas burgueses sob o trono. Esta charge custou a Daumier seis meses de prisão.*

Agulhon apresenta um relato fascinante dessa luta iconográfica durante todo o século XIX[3]. O tema da Liberdade e da Revolução como uma mulher reapareceu com intensidade na Revolução de 1830, simbolizada de forma mais eficaz pelo quadro de Delacroix, *A Liberdade guiando o povo*. Uma verdadeira enxurrada de imagens paralelas surgiu em toda a França após 1848. Entretanto, era significativa a maneira como se representava a mulher. Os oponentes do republicanismo frequentemente concordavam com ela, mas a retratavam como uma simplória (uma "Marianne" do campo) ou como descontrolada e lasciva, em nada diferindo de uma prostituta comum. Os republicanos burgueses

respeitáveis preferiam figuras majestosas, com trajes e posturas clássicos, cercadas dos símbolos indispensáveis de justiça, igualdade e liberdade – forma iconográfica que acabou se tornando uma doação francesa para adornar o porto da cidade de Nova York (ver Figura 117). Os revolucionários esperavam um pouco mais de entusiasmo, fato que Balzac captou em *Os camponeses*, na figura de Catherine, que



Figura 22: *A Liberdade guiando o povo, de Delacroix, é uma das mais famosas imagens da Liberdade como uma mulher nas barricadas. Embora ela pretendesse ser uma celebração das "Jornadas de Julho", que levaram Luís Filipe I ao poder, foi considerada explosiva demais para exibição pública e, por isso, o rei a comprou e a guardou.*

Lembrava os modelos escolhidos pelos pintores e escultores para figuras da República ideal e da Liberdade. Sua beleza, que encontrou admiradores nos olhos dos jovens do vale, era daquele mesmo tipo desabrochado, e ela tinha o mesmo talhe flexível e forte, os mesmos membros inferiores musculosos, os braços roliços, olhos que brilhavam com um lampejo de fogo, expressão orgulhosa, cabelos presos e torcidos em grossas madeixas, testa masculina, boca vermelha, lábios que se curvavam levemente com um sorriso que tinha algo quase feroz – o mesmo que Delacroix e David (d'Angers) captaram e reproduziram de forma admirável. Uma morena inflamada, a imagem do povo, as chamas da insurreição pareciam saltar de seus olhos castanho-claros.[4]

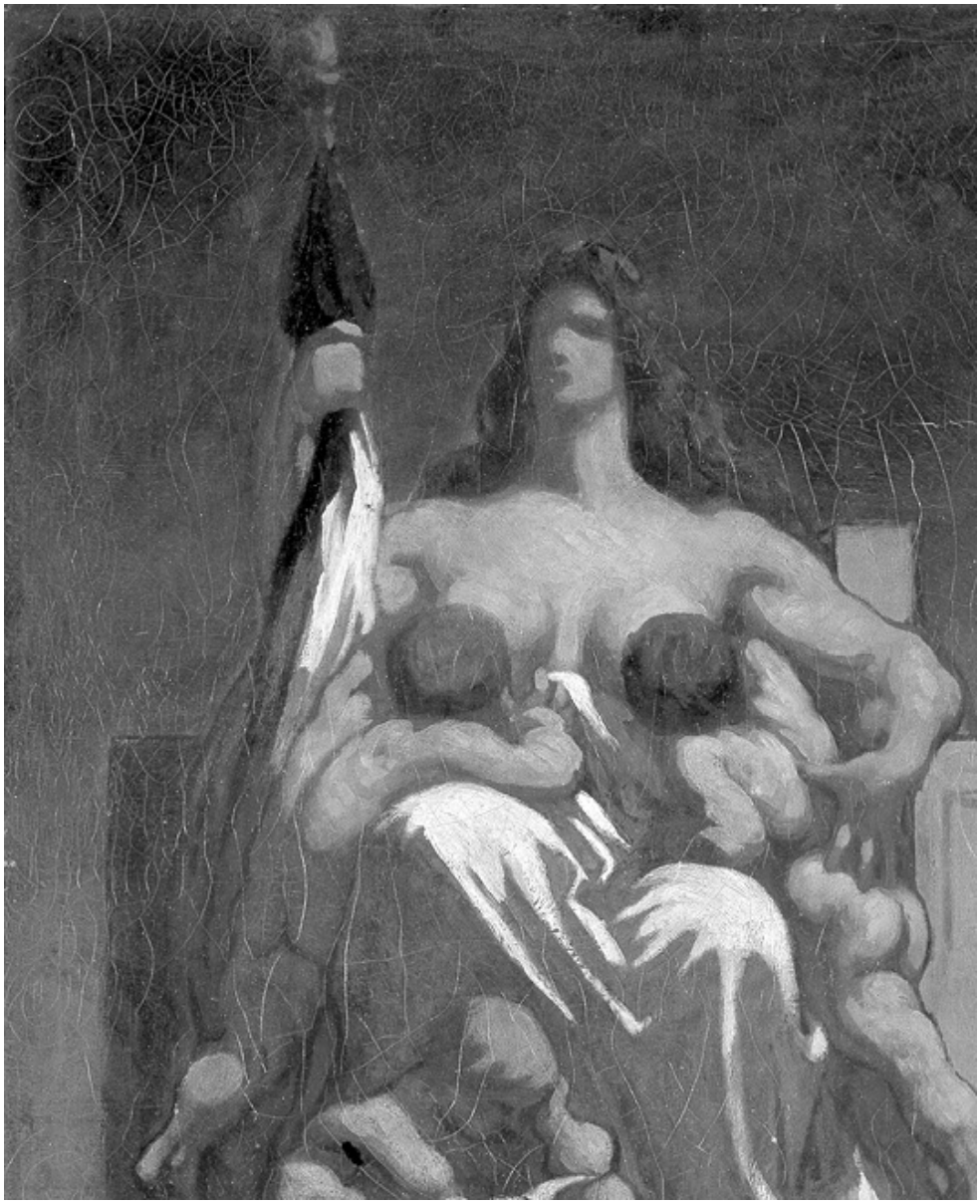


FIGURA 23: *A República, de Daumier, foi criada em resposta à solicitação do governo revolucionário de uma nova arte para celebrar as virtudes republicanas. Com dois robustos infantes sugando-lhe os seios e outro com um livro a seus pés, Daumier sugere*

um corpo político que nutre e leva a sério a famosa máxima de Danton: "Après le pain, l'éducation est le premier besoin du peuple" [Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo].

Flaubert, no entanto, tinha um ponto de vista negativo. Em *A educação sentimental*, ele descreve uma cena testemunhada durante a invasão do Palácio das Tulherias, em 1848: "No salão de entrada, de pé sobre uma pilha de roupas, uma prostituta posava como uma estátua da Liberdade, imóvel e aterrorizante com os olhos arregalados"[5].

É nesse terreno contestado que a versão de Daumier, pintada a convite do governo republicano em 1848 para concorrer a um prêmio pela representação da República, é duplamente interessante. Pois não só o corpo político da República é representado como uma mulher – na verdade, naquelas circunstâncias, teria sido surpreendente se não fosse –, mas também lhe é conferida uma poderosa interpretação maternal. O que Daumier retrata, em oposição ao simbolismo político dos direitos burgueses ou ao simbolismo revolucionário da mulher nas barricadas, é uma República social protetora. Daumier ecoa a declaração revolucionária de Danton: "*Après le pain, l'éducation est le premier besoin du peuple*" [Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo]. Essa versão protetora do corpo político havia sido profundamente incorporada no socialismo da esquerda e nos programas utópicos durante a década de 1840.

Essa imagem da República ideal estava ligada de forma indissolúvel àquela da cidade ideal. "Há", escreveu Foucault, "toda uma série de utopias ou projetos que se desenvolveram sobre a premissa de que um Estado é como uma grande cidade". Na verdade, "o governo de um grande Estado como a França deve fundamentalmente pensar em seu território tendo por base o modelo da cidade"[6]. Historicamente, essa conexão sempre foi forte e, para muitos radicais e socialistas da época, a identidade era clara. Os saint-simonianos, por exemplo, com seu óbvio interesse no planejamento material e social, se dedicavam à produção de novas formas sociais e espaciais, como ferrovias, canais e todo tipo de obras públicas; e não negligenciavam a dimensão simbólica do desenvolvimento urbano. A descrição de Duveyrier da "nova cidade ou a

Paris dos saint-simonianos" [*La ville nouvelle ou le Paris des saint-simoniens*], em 1833,

> teria como edifício central um templo colossal na forma de uma estátua feminina (a Messias Feminina, a Mãe). Seria um monumento gigantesco no qual as guirlandas do vestido funcionariam como tantas galerias de alamedas, enquanto as pregas na cauda da túnica seriam as paredes de um anfiteatro para jogos e carrosséis, e o globo, sobre o qual repousava sua mão direita, serviria como um teatro.[7]

Fourier, embora interessado principalmente nas comunidades agrárias pré-industriais, tinha muito a dizer sobre planejamento e desenho urbano, e sempre se queixava do deplorável estado das cidades e das formas degradantes de vida urbana. Com poucas exceções, socialistas, comunistas, feministas e reformistas da década de 1840 olhavam para as cidades como uma forma de organização política, social e material – como um corpo político –, fundamental para a boa sociedade do futuro. Pouco surpreende que esse amplo ímpeto tenha se transferido para a arquitetura e a administração urbana, em que a figura impositiva de César Daly começou a traduzir ideias em formas arquitetônicas e projetos práticos (alguns dos quais foram postos em funcionamento na década de 1840)[8].

Embora a conexão geral entre pensar sobre a república e sobre a cidade pudesse estar clara, os detalhes se perderam em uma enorme confusão relacionada a como exatamente o corpo político deveria ser constituído e governado. Da década de 1820 em diante, grupos de pensadores foram formados, firmados, implodidos ou fragmentados, deixando para trás cacos de ideias que seriam recolhidos e recombinados em modos de pensar totalmente diferentes. Facções e fragmentações, cisões e reconfigurações floresceram. Os princípios do Iluminismo racional foram combinados com misticismo cristão e romantismo; a ciência foi aplaudida, mas depois recebeu um status visionário, quase místico. O materialismo e o empirismo pragmáticos se misturaram ao utopismo visionário. Os pensadores que aspiravam a uma grande unidade de pensamento (como Saint-Simon e Fourier) legaram escritos tão caóticos que deles se pode deduzir praticamente qualquer coisa. Líderes e pensadores políticos se estapeavam por poder e influência, e rivalidades

pessoais e muita vaidade cobravam seu preço. Quando as condições político-econômicas mudaram, inúmeras adaptações de pensamento também ocorreram, tornando as ideias de 1848 radicalmente diferentes daquelas de 1830. Como, então, devemos entender essas turbulentas correntes de pensamento?

DESVIRANDO O MUNDO

"A sociedade como existe agora", escreveu Claude-Henri de Saint-Simon entre 1819-1820, "é de fato um mundo de cabeça para baixo"[9]. E, é claro, desvirá-lo era a única maneira de melhorar as coisas, o que implicava fazer algum tipo de revolução. No entanto, Saint-Simon abominava a violência da Revolução (ele escapou por pouco da guilhotina) e preferia buscar a mudança pacífica, progressiva e racional. O corpo político estava doente – dizia – e necessitava ser ressuscitado. Mas o resultado final seria o mesmo: o mundo precisava ser desvirado.

Essa percepção de um mundo de cabeça para baixo, como documenta tão brilhantemente Christopher Hill, já havia tido seu momento do outro lado do canal da Mancha, nos turbulentos anos de 1640-1688, após Cromwell tomar o poder e o rei Carlos I ser executado[10]. Fenômenos bastante semelhantes podem ser observados na França entre 1830 e 1848, quando abundavam a especulação e o experimentalismo. Mas como explicar essa eflorescência de ideias utopianas, revolucionárias e reformistas no período de 1830 a 1848? A Revolução Francesa deixou um duplo legado: a sensação esmagadora de que algo racional, correto e esclarecido havia dado muito errado e a urgente necessidade de fazer as pazes com o que (ou quem) levou a culpa. Nisso os historiadores da década de 1840 desempenharam um papel fundamental ao construírem uma análise e uma memória históricas potentes de muito do que havia se perdido. Mas a Revolução também deixou a sensação de que "o povo" (independentemente da forma como se compreenda a expressão) podia corrigir as coisas por meio da mobilização da vontade coletiva, mais

particularmente dentro do corpo político de Paris. A Revolução de 1830 demonstrou essa capacidade e, durante um curto período, parecia que a monarquia constitucional e o direito burguês poderiam andar de mãos dadas, assim como na Grã-Bretanha depois do acordo de 1688, de modo a tornar o republicanismo irrelevante. Mas a desilusão que se seguiu, quando a aristocracia do dinheiro dominou a aristocracia da posição (concomitantemente à repressão de muitas liberdades constitucionais, como a de expressão e a de imprensa), deflagrou uma erupção no pensamento oposicionista (simbolizado pela representação impetuosa feita por Daumier de Luís Filipe I como Gargântua) que resultou no ressurgimento do interesse por alternativas republicanas. No entanto, por trás disso, outro conjunto de problemas prementes estava à espreita – a pobreza e a insegurança arrasadoras, a cancerosa desigualdade social e saídas para que o trabalho e a mão de obra fossem mais bem organizados, oferecendo alívio a um campesinato oprimido e a uma nascente classe trabalhadora industrial cada vez mais concentrados em grandes centros urbanos, como Paris e Lyon. Isso estimulou reflexões acerca de alternativas socialistas tanto entre os próprios trabalhadores quanto entre os intelectuais progressistas.

O legado dos pensadores do período revolucionário foi importante. A "Conspiração dos Iguais", de François Babeuf, por exemplo, proclamou o socialismo econômico e político como o próximo passo inevitável em uma Revolução Francesa fadada a ser "apenas a precursora de outra revolução, bem maior, bem mais solene, que será a última". Babeuf buscava derrubar à força a ordem social e política existente (e acabou sendo guilhotinado como mártir dessa causa, por ordem do Diretório, em 1797). Buonarroti, companheiro de conspiração de Babeuf, escapou da guilhotina devido à sua nacionalidade italiana e publicou um relato completo (e possivelmente muito floreado) do trabalho da conspiração em 1828 (o que fez Babeuf ser depois considerado – de modo errôneo, na opinião de R. B. Rose – por Marx e Lenin uma figura pioneira do comunismo revolucionário)[11]. Essa foi a tradição que Louis Auguste Blanqui ressuscitou em vários esquemas conspiratórios, como a Société des Saisons, que buscou sem sucesso derrubar a Monarquia de Julho, em 1839.

O juramento dessa sociedade secreta proclamava que a aristocracia é "para o corpo social o equivalente a um câncer para o corpo humano" e que "aniquilá-la é a primeira condição para o corpo social reconquistar a justiça". A ação revolucionária, o extermínio de toda a monarquia e de todos os aristocratas e o estabelecimento de um governo republicano baseado na igualdade eram a única maneira de resgatar o corpo social de "seu estado gangrenoso"[12].

Blanqui acrescentou duas mudanças específicas a esse argumento. Quando foi preso e acusado de conspiração em 1832, ele declarou, diante de um incrédulo presidente do tribunal, sua profissão como "proletário" – a mesma de "30 milhões de franceses que vivem do seu trabalho e que são privados de direitos políticos". Em sua defesa, ele evocou a "guerra entre ricos e pobres" e denunciou

> a máquina impiedosa que pulveriza, um a um, 25 milhões de camponeses e 5 milhões de trabalhadores para extrair seu sangue mais puro e transfundi-lo nas veias dos privilegiados. As engrenagens dessa máquina, montada com habilidade surpreendente, atingem o homem pobre a cada momento do dia, perseguindo-o na menor necessidade de sua vida humilde e no mais miserável de seus prazeres, levando metade de seus mínimos ganhos.

Mas Blanqui detestava esquemas utópicos. "Ninguém sabe nem detém os segredos do futuro", escreveu ele.

> Apenas a Revolução, aplainando o terreno, iluminará o horizonte, levantará pouco a pouco as velas, abrirá as estradas, ou melhor, as trilhas múltiplas que conduzem à ordem nova. Aqueles que pretendem ter no bolso o mapa completo dessa terra desconhecida, estes são insensatos. [13]

Blanqui de fato tinha um programa de transição. Aqueles que montaram a revolução – via de regra, radicais *déclassé* – teriam de assumir o poder do Estado e construir uma ditadura em nome do proletariado para educar as massas e inculcar-lhes habilidades de autogoverno. Quando não estava preso, Blanqui articulava uma conspiração revolucionária após a outra, instilando medo na burguesia, mais particularmente nos

republicanos. Só depois do fracasso da Comuna de 1871 ele por fim se entregou, como observa Benjamin, à "resignação sem esperança". Reconheceu de maneira tácita que a revolução social não havia acompanhado, e talvez nem pudesse acompanhar, as transformações materiais, científicas e técnicas pelas quais o século XIX passava[14].

Saint-Simon (que morreu em 1825) e Fourier (que morreu em 1837) proporcionaram um fermento totalmente diferente para o aparato socialista/reformista do pensamento oposicionista e utopiano. Eles foram figuras-chave de ligação que refletiram sobre os erros da Revolução, ao mesmo tempo que buscavam alternativas. Ambos deixaram legados que aspiravam à universalidade (os dois se comparavam a Newton), mas que eram incompletos, amiúde confusos, e por conseguinte abertos a múltiplas interpretações.

Saint-Simon em geral recebe o crédito de ser o fundador da ciência social positivista[15]. Segundo ele, a tarefa do analista é estudar a condição efetiva da sociedade e, baseando-se nisso, reconhecer o que precisa ser feito para conduzir o corpo político a um estado mais harmonioso e produtivo. Por essa razão, muitas de suas obras foram escritas como cartas abertas, tratados ou memorandos para pessoas influentes (o rei, diplomatas etc.). É difícil extrair princípios gerais de tais fontes. Seu pensamento também se desenvolveu de várias maneiras desde 1802 até sua obra final, inacabada, sobre o novo cristianismo (publicada postumamente em 1826-1827).

Segundo Saint-Simon, o corpo político havia assumido formas harmoniosas no passado (como o feudalismo nos séculos XII e XIII) e acabou se dissolvendo em contradições das quais um novo corpo político deveria emergir. As sementes do novo estavam no útero do velho. Essa visão historicista da evolução humana influenciou muitos pensadores subsequentes (inclusive Marx). A crise no corpo político na época de Saint-Simon derivou de uma transição incompleta de um "sistema eclesiástico feudal para um sistema industrial e científico"[16]. A Revolução Francesa abordou o problema dos privilégios hereditários, mas os jacobinos falharam porque quiseram impor direitos constitucionais e jurídicos por meio de um poder estatal centralizado, recorrendo ao terror

e à violência para incutir sua vontade. "O século XVIII foi crítico e revolucionário", escreveu ele, mas o XIX tem de ser "inventivo e construtivo". O problema fundamental era que os industriais – que, segundo Saint-Simon, eram todos aqueles que estivessem engajados em atividade produtiva útil, inclusive trabalhadores e camponeses, assim como donos de empresas, banqueiros, comerciantes, cientistas, pensadores e educadores – eram governados por uma classe ociosa e parasita de aristocratas e padres cuja mentalidade provinha dos poderes militares e teocráticos do feudalismo.

O poder espiritual deveria, portanto, passar das mãos dos padres para as dos eruditos – cientistas e artistas –, e o poder temporal para as principais figuras entre os próprios industriais. Estes teriam interesse em minimizar as intervenções do governo e criar uma forma de administração eficiente e menos dispendiosa para facilitar as atividades dos produtores diretos. A função do governo seria assegurar que "o trabalho útil não seja estorvado". O governo de comando deveria abrir caminho para uma administração eficiente. Além disso, esse sistema deveria ter um escopo mais europeu do que nacional (parte da reputação de Saint-Simon na época provinha de sua visão presciente acerca da necessidade de uma União Europeia para que houvesse uma organização pacífica e progressiva do desenvolvimento econômico). "Todos os homens trabalharão", declarou Saint-Simon já em 1803, e, se quisermos curar os males do corpo social, devemos recorrer à própria organização da produção e do trabalho útil. Ele enfatizava a iniciativa e a liberdade individuais e às vezes parecia fazer eco aos ideais de *laissez-faire* de muitos economistas políticos (como Adam Smith).

Mas Saint-Simon está preocupado com a natureza exata das instituições políticas que poderiam maximizar a liberdade individual e promover o trabalho útil por meio de projetos coletivos. O princípio da associação que reflete as divisões do trabalho desempenha um papel vital, embora o ideal de uma grande associação entre todos os industriais (inclusive os trabalhadores e camponeses, assim como empregadores, financistas e cientistas) seja frequentemente invocado. A certa altura ele propôs a formação de três câmaras de governo, eleitas pelos industriais –

uma Câmara de Invenção (composta de cientistas, artistas e engenheiros que planejariam sistemas de obras públicas, tais como canais, ferrovias e sistemas de irrigação "para o enriquecimento da França e a melhoria da sorte de seus habitantes, para cobrir todos os aspectos da utilidade e do conforto"); uma Câmara de Execução (composta de cientistas que examinariam a factibilidade dos projetos e organizariam a educação); e uma Câmara de Exame (composta de industriais que decidiriam sobre o orçamento e realizariam projetos de larga escala voltados ao desenvolvimento social e econômico)[17].

Os industriais não eram considerados como homogêneos por Saint-Simon. Mas este não aceitava que divisões entre eles os tornassem cegos para os interesses comuns ou os levassem a se opor à hierarquia dos poderes na qual as elites educadas de produtores, banqueiros, comerciantes, cientistas e artistas tomariam as decisões em nome das massas ignorantes (cuja educação era um objetivo fundamental). "Líderes naturais" eram definidos segundo suas habilidades e méritos técnicos. "Cada homem será alocado segundo sua capacidade e recompensado de acordo com seu trabalho." A soberania popular não era um princípio útil de governança porque "as pessoas sabem muito bem que, exceto por alguns poucos momentos de delírio muito breve, as pessoas não têm tempo para serem soberanas". No entanto, Saint-Simon se interessou profundamente pela questão dos incentivos morais. O egotismo e o interesse próprio nus e crus eram importantes, mas tinham de ser aprimorados por outras motivações para que a economia conseguisse atingir objetivos coletivos. Esse é o poder que o cristianismo sempre prometeu, mas nunca concedeu. Uma nova forma de cristianismo, fundada em princípios morais, era necessária para garantir que o bem-estar universal seria o foco dos projetos político-econômicos. "Todos os homens devem tratar uns aos outros como irmãos", declarava ele, e "toda a sociedade deve trabalhar para a melhoria da existência moral e física da classe mais pobre."[18] Assim, Saint-Simon abriu as comportas para que o pensamento milenar e o misticismo religioso se tornassem uma base para a mudança radical.

A história de como suas ideias se disseminaram é complicada. Seus seguidores imediatos publicaram um relato seletivo (alguns diriam até

expurgado) de seus pontos de vista após sua morte, e o interesse nele floresceu após a Revolução de Julho (na qual os saint-simonianos não desempenharam um papel ativo). Houve diversas reuniões muito frequentadas durante o início da década de 1830 que angariaram o apoio de burgueses de mentalidade reformista e trabalhadores, e foi lançado um movimento para educar os trabalhadores, embora, como mostra Rancière, muitos deles tivessem dificuldade para perceber as motivações e o paternalismo envolvidos[19]. Durante o início da década de 1830, é provável que quase todos aqueles versados em direito ao trabalho e sua organização adequada para reduzir a pobreza e a insegurança entre camponeses e trabalhadores tivessem tido algum contato com as ideias saint-simonianas. Grande parte do pensamento sobre formas urbanas alternativas foi profundamente influenciada por esse modo de pensar (ver a seguir). O papel das mulheres e da religião, no entanto, tornou-se uma questão controversa, e o movimento logo implodiu em conflitos entre facções lideradas pelo carismático (e, segundo alguns, hipnótico) Barthélemy Enfantin (com pretensões divinas) e pelo menos fanático Saint-Amand Bazard. Dali em diante, o legado da influência se dispersou em todas as direções e grande parte da energia do movimento se dissipou em atividades de culto religioso. Mas as ideias das feministas saint-simonianas se desdobraram (às vezes em contato com o fourierismo) em tópicos como o divórcio e a organização do trabalho das mulheres. Elas foram ruidosas e fortes o bastante para ganhar a atenção dos comentários satíricos de Daumier e desempenharam um papel importante em 1848.

Alguns saint-simonianos tomaram o caminho cristão, e Pierre Leroux voltou-se a um tipo associacionista de socialismo cristão. Leroux identificava o individualismo como a principal doença moral dentro do corpo político; segundo ele, o socialismo – e ele é geralmente creditado como o primeiro a cunhar o termo, em 1833 – iria restaurar a unidade das relações recíprocas entre as partes e reavivar o corpo político. Mas o papel deste não seria o de inculcar o conformismo em todas as pessoas; ao contrário, ele deveria servir a "indivíduos que estivessem tomando consciência de suas necessidades e se desenvolvendo autonomamente"[20]. Outros transferiram sua lealdade para Fourier. Marx absorveu de Saint-

Simon as ideias de investigação científica social, produtivismo, historicismo, contradição e inevitabilidade da mudança social, mas se voltou para a luta de classes como o motor da mudança histórica. Outros ainda, como os Péreires, Enfantin e Michel Chevalier, seguiram a ideia da associação do capital e da liderança por meio de um planejamento científico e de uma elite financeira. Eles se tornaram figuras importantes nas estruturas de governança, administração e acumulação de capital do Segundo Império mediante obras públicas em grande escala (como o canal de Suez e as ferrovias).

O fato de esse último grupo ter sido capaz de se desenvolver de tal maneira refletiu em parte o envolvimento de Luís Bonaparte com as ideias saint-simonianas[21]. Obras públicas de grande escala fascinavam o futuro imperador. Já na década de 1840, enquanto estava preso em Ham (após uma tentativa fracassada de invadir e iniciar uma revolução na Bolonha), ele estudou uma proposta do recém-independente governo nicaraguense de construir um canal entre os oceanos Atlântico e Pacífico (que teria o nome de Napoleão). Também publicou um panfleto intitulado *De l'extinction du paupérisme* [A extinção do pauperismo], no qual defendia o direito ao trabalho como princípio básico e propunha uma legislação estatal para estabelecer associações de trabalhadores autorizados a se engajar na aquisição compulsória (com empréstimos do Estado) de terras improdutivas. Cultivadas, ele insistia, elas proporcionariam emprego e também uma atividade lucrativa e saudável na produção e venda de bens agrícolas. Um fundo rotativo para o reembolso dos empréstimos estatais e a indenização dos latifundiários financiariam o projeto. Líderes socialistas e reformistas aderiram à sua causa e alguns, como Louis Blanc e George Sand, chegaram a visitá-lo em Ham. Empregadores e economistas zombaram da proposta e o pintaram como um sonhador utópico preguiçoso e (com base na sua revolução fracassada) incompetente (imagem que levou muitos a subestimarem seu potencial quando ele foi eleito presidente da República em 1848). Embora suas propostas devessem algo a Saint-Simon, elas também tinham laivos de influência fourierista (ainda em 1848 dizia-se que Luís Bonaparte mantinha contato com grupos fourieristas e que, no início do Império, demonstrara interesse

considerável em construir *cités ouvrières* [cidades operárias] no modelo dos falanstérios de Fourier como uma solução para o problema habitacional da classe trabalhadora).

Então, o que podemos dizer do próprio Fourier? Autodidata, ele publicou sua obra fundamental, *Théorie des quatre mouvements* [A teoria dos quatro movimentos], em 1808. Nela buscava uma transição do "caos social para a harmonia universal", recorrendo a dois princípios básicos: associação agrícola e atração apaixonada. Até os admiradores de Fourier admitem que a obra é "difusa e enigmática",



FIGURA 24: *O movimento feminista tornou-se forte o bastante nas décadas de 1830 e 1840 para receber de Daumier séries dedicadas às mulheres divorciadas, às socialistas e às "bas-bleu" (aquelas com pretensões artísticas e literárias). Nesta ilustração, o homem é acusado de tentar impedir as mulheres de irem a uma reunião pública. Em vez de punilo, elas o deixam a remoer-se pelo sentimento de culpa.*

uma verdadeira colcha de retalhos louca de "vislumbres" dos aspectos mais misteriosos da teoria, "quadros" dos encantos sexuais e gastronômicos da Harmonia, e "demonstrações" críticas da "desatenção metodológica" da filosofia e da economia política contemporâneas.

Alguns dos argumentos de Fourier (relacionados, por exemplo, à cópula entre os planetas) são bizarros, e outros são tão estranhos que fica fácil rejeitá-lo por sua excentricidade. Solitário e frequentemente acossado, produziu uma enorme quantidade de escritos que pouco esclareceram as confusões, mesmo que ele tivesse elaborado e aprofundado seu entendimento crítico dos defeitos da ordem vigente. Procurou ocultar algumas de suas ideias mais ultrajantes sobre a atração e a sexualidade apaixonadas (sua defesa do que muitos viam então, e até hoje, como perversões sexuais, por exemplo). Após sua morte, esse encobrimento foi levado a cabo de forma ainda mais vigorosa pelos fourieristas, que, sob a liderança autoritária de Victor Considérant, controlaram cuidadosamente versões expurgadas de seus escritos para moldar o que veio a ser uma importante ala do movimento democrático social pacífico (com um jornal influente, o *Phalanstère*). Esta "se tornou uma força intelectual e até política de certa relevância durante os últimos anos da Monarquia de Julho e as primeiras fases da Revolução de 1848". Mas, sob a pressão da Revolução, muitos dos líderes, como Considérant, tiveram de se exilar e o movimento perdeu sua influência direta[22].

Fourier atacou a "civilização" de forma genérica, considerando-a um sistema de repressão organizada de instintos apaixonados saudáveis (antecipando alguns dos argumentos de Freud em *O mal-estar na civilização**). O problema insidioso da pobreza derivava da organização ineficiente da produção, da distribuição e do consumo, e o principal inimigo era o comércio, parasítico e destrutivo do bem-estar humano. Embora estejamos destinados a trabalhar, precisamos organizar o trabalho de modo a garantir satisfações libidinais, felicidade, conforto e realizações apaixonadas. Não havia nada de nobre ou satisfatório em se desgastar com tarefas horríveis e monótonas, hora após hora. A civilização não somente matava de fome milhões de pessoas por ano, mas também "sujeitava todos os homens a uma vida de privação emocional que os reduzia a uma condição abaixo daquela dos animais, que pelo menos eram livres para seguir seus instintos"[23]. Então, qual era a alternativa? A produção e o consumo teriam de ser coletivamente organizados em comunidades chamadas "falanstérios". Estas ofereceriam uma variedade de trabalhos e

atividades sociais e sexuais para garantir a felicidade e a satisfação de vontades, necessidades e desejos. Fourier empenhou-se duramente para especificar como os falanstérios deveriam ser organizados e em torno de que princípios (ele tinha, por exemplo, uma descrição muito complicada, matematicamente ordenada, das atrações apaixonadas, que precisavam ser combinadas entre os indivíduos para assegurar harmonia e felicidade).

1840 E TUDO AQUILO

Se Saint-Simon, Blanqui e Fourier proporcionaram as centelhas iniciais, depois deles uma série de outros escritores disseminou as chamas do pensamento alternativo em todas as direções. O ano de 1840, por exemplo, viu a publicação de *O que é a propriedade?**, de Proudhon; da influente narrativa utopista de Étienne Cabet, *Voyage en Icarie* [Viagem a Icária] (logo após seu longo estudo sobre a Revolução Francesa, que descrevia Robespierre como um herói comunista); da exposição feita por Flora Tristan da miséria e da degradação entre as classes trabalhadoras de Londres em *Promenades dans Londres* [Passeios em Londres]; do texto social-democrata de Louis Blanc, *Organisation du travail* [A organização do trabalho]; do estudo em dois volumes de Pierre Leroux, *De l'humanité, de son principe et de son avenir* [Sobre a humanidade, seu princípio e seu futuro] (que explorava as raízes cristãs do socialismo); de *Le livre du compagnonnage* [O livro da corporação], de Agricol Perdiguier (que visava à realização de reformas no sistema da mão de obra migratória); e de uma série de outros livros e panfletos que ofereciam comentários críticos sobre as condições sociais enquanto exploravam alternativas[24]. O estudo de Villermé** sobre as condições de trabalho na indústria têxtil francesa estava sendo amplamente lido, e a dissecção de Frégier*** do problema da classe baixa parisiense provocou medo no coração de muitos leitores burgueses. Escritores românticos (Hugo, Lamartine, Musset, Sand) davam seu apoio à reforma radical e confraternizavam com trabalhadores poetas, o primeiro banquete comunista organizado teve lugar em Belleville, uma

greve geral ocorreu em Paris e um trabalhador comunista tentou assassinar o rei. As comportas estavam abertas e, apesar das tentativas de repressão e controle policial, parecia não haver jeito de deter a turbulência exceto por meio da revolução e da contrarrevolução.

É difícil captar a intensidade, a criatividade e os pontos comuns na diversidade de argumentos radicais articulados durante esses anos. Mas havia um consenso disseminado no que dizia respeito à natureza do problema. Uma frustrada Flora Tristan, em seu influente livro *L'union ouvrière* (publicado em 1843), invocou os inúmeros comentadores que a haviam precedido:

> Em seus escritos, discursos, relatos, memórias, investigações e estatísticas, eles apontaram, afirmaram e demonstraram ao governo e aos ricos que a classe trabalhadora está, no atual estado de coisas, material e moralmente em uma condição intolerável de pobreza e sofrimento. Mostraram que, desse estado de abandono e negligência, o que necessariamente vem em seguida é que a maior parte dos trabalhadores, amargurada pelo infortúnio, brutalizada pela ignorância e pelo trabalho exaustivo, estava se tornando perigosa para a sociedade. Eles provaram ao governo e aos ricos que não só a justiça e a humanidade impunham o dever de auxiliar as classes trabalhadoras mediante uma lei que permitisse a organização trabalhista, mas que até o interesse geral e a segurança recomendavam imperiosamente essa medida. Mas, mesmo assim, por quase 25 anos, muitas vozes eloquentes foram incapazes de despertar a solicitude do governo com respeito aos riscos a que a sociedade incorria diante de 7 a 8 milhões de trabalhadores exasperados pela negligência e pelo desespero, entre os quais um grande número acabava dilacerado entre suicídio [...] ou roubo![25]

Embora Tristan tenha moldado seu relato para se adequar à sua causa, creio que nenhum de seus contemporâneos contestaria a situação geral que ela retratou, nem sequer o problema do suicídio de trabalhadores, de modo algum raro.

O diagnóstico, no entanto, variava bastante: a civilização e o comércio (Fourier), o poder anacrônico dos aristocratas e dos padres (Saint-Simon, Blanqui), o individualismo (Leroux), a indiferença com relação à desigualdade, particularmente das mulheres (Tristan), o patriarcado (feministas saint-simonianas), a propriedade e o crédito (Proudhon), o capitalismo e o industrialismo desregulado (Considérant, Blanc), a corrupção do aparelho estatal (românticos, republicanos e até mesmo jacobinos), o fracasso dos trabalhadores em se organizar e se associar em

torno de interesses comuns (Cabet e os comunistas). A lista prossegue infinitamente. E o que fazer a respeito, quais deveriam ser os objetivos e as metas dos movimentos sociais transformadores, era ainda mais confuso. O problema do diagnóstico e do remédio para os males do corpo político foi também ainda mais dificultado pelas rápidas e traiçoeiras mudanças de significado que a linguagem comum sofria. No caso dos trabalhadores, como mostra William H. Sewell, as mudanças linguísticas desempenharam um papel fundamental na modificação das interpretações e ações políticas entre 1793 e 1848[26]. Mas havia alguns temas comuns. As diferenças com frequência refletiam as maneiras específicas em que as ideias sobre igualdade, liberdade, republicanismo, comunismo e associação se fundiam programaticamente. Os princípios estabelecidos por Leroux em 1833 para a Sociedade dos Direitos do Homem, logo após seu rompimento com os saint-simonianos, eram típicos desse gênero:

> Este partido concebe de modo unânime a igualdade como objetivo, a assistência aos proletários como principal dever, as instituições republicanas como meios, a soberania do povo como princípio; e, finalmente, considera o direito de associação a consequência final desse princípio e o meio de implementá-lo.[27]

Mas o que esses termos individuais poderiam significar?

Igualdade

Todos concordavam que a desigualdade era um problema. Mas, se o objetivo era a melhoria, então por que tipo de igualdade se deveria lutar, por quais meios e para quem? Essa vinha sendo, evidentemente, uma questão controversa desde que a Revolução inscreveu a palavra *égalité* em sua bandeira. Mas em 1840 o consenso se encontrava submerso em um emaranhado de diferentes interpretações. Blanqui insistia em uma ideia jacobina radical de igualdade secular – que seria alcançada, no entanto, por meio de uma ditadura do proletariado. Várias vezes os oradores do banquete comunista (com mais de mil presentes) afirmaram que igualdade política não fazia sentido sem igualdade social. A igualdade de bem-estar era importante para os saint-simonianos, mas as classes trabalhadoras deveriam ascender por meio de governança adequada, educação e recursos reunidos graças à iniciativa de uma meritória e

tecnicamente superior elite de industrialistas. A saúde e o bem-estar do corpo político como um todo eram mais importantes que o bem-estar dos indivíduos (ponto que levou Leroux a romper com os saint-simonianos e que às vezes os fez ser retratados como protofascistas). Os comunistas e os jacobinos queriam igualdade de empoderamento e também de oportunidades de vida. Mas houve muito pouco apoio entre os próprios trabalhadores para que a ação revolucionária derrubasse todo o sistema e colocasse em seu lugar um comunismo igualitário; era mais uma questão de quererem ser tratados como seres humanos, colocados no mesmo patamar que a burguesia, e ao mesmo tempo terem um mínimo de segurança e uma remuneração justa no emprego[28]. Os trabalhadores se opunham, por exemplo, à atitude paternalista dos radicais pequeno-burgueses (particularmente os saint-simonianos), que buscavam educá-los (em vez de lhes dar empregos seguros), e achavam essa arrogância quase tão difícil de suportar quanto a indiferença de seus empregadores. Agricol Perdiguier, um trabalhador, insistia exatamente nesse tipo de igualdade:

> Vocês devem entender que nós não somos feitos de nenhuma substância menos delicada ou menos pura que os ricos, que nosso sangue e nossa constituição não são de maneira alguma diferentes dos que vemos neles. Somos filhos do mesmo pai e precisamos viver juntos como irmãos. A liberdade e a igualdade devem ser reunidas e reinar em harmonia na grande família da humanidade.[29]

A desigualdade era também manifestada mediante a subordinação das mulheres. Em 1808, Fourier declarou que "o progresso e as mudanças sociais de uma era para a seguinte são produzidos em proporção ao progresso das mulheres rumo à liberdade, e o declínio social é produzido em proporção à redução da liberdade das mulheres"[30]. A emancipação feminina era uma condição necessária para a emancipação da humanidade e a liberação das atrações apaixonadas. Enfantin também promoveu a emancipação feminina (embora de uma perspectiva masculina diferente), e várias mulheres dentro do movimento saint-simoniano lutaram para ligar essas ideias a práticas reais, lançando seu próprio jornal,

La Tribune des Femmes [A tribuna das mulheres], para debater questões de liberação sexual e igualdade de gênero. Embora os fourieristas subestimassem tais pontos, a maioria das feministas logo se interessou pelas ideias de Fourier. Flora Tristan, por exemplo, considerava o direito a salários iguais aos dos homens e o direito legal ao divórcio como sendo de longe as reformas mais importantes para libertar as mulheres de uma forma de sujeição conjugal que não era nada menos que prostituição escravizada. Entretanto, as questões de liberação sexual pouco a pouco deram lugar a argumentos sobre a autonomia das mulheres e seu direito ao trabalho como uma condição de liberdade da dominação masculina. "Quando falamos de liberdade ou igualdade", escreveu uma colaboradora de *La Tribune des Femmes*, "o que queremos dizer é que desejamos ser competentes para possuir haveres; porque, enquanto não pudermos sê-lo, seremos sempre escravas dos homens. Aquele que provê nossas necessidades materiais pode sempre requerer, em troca, que nos submetamos aos seus desejos".

Mas nesse ponto surgiu outra barreira (com a qual continuamos funestamente familiarizados).

> Na indústria, pouquíssimas carreiras nos são oferecidas. O trabalho agradável é todo realizado por homens; a nós sobram os empregos que mal pagam o suficiente para a sobrevivência. E, quando se percebe que podemos realizar determinada função, os salários são reduzidos porque não devemos ganhar tanto quanto os homens.[31]

Tristan de modo algum romantizava (como fazia Sand) as mulheres da classe trabalhadora ou as camponesas. Deficientemente educada, legalmente expoliada, forçada ao casamento e à dependência em uma idade precoce, privada de direitos, ela aprendeu a se tornar uma megera de língua afiada, mais propensa a conduzir o marido ao cabaré e os filhos ao roubo e à violência do que a estabelecer um lar que servisse de suporte para todos (inclusive ela própria). Tristan recorria ao autointeresse masculino: a educação e a emancipação das mulheres eram condições necessárias para a emancipação da classe trabalhadora masculina. Esse aspecto, no entanto, era inegociável para Proudhon: a família era

sacrossanta, o lugar das mulheres era em casa sob o controle dos homens, e ponto-final.

O diálogo entre igualdade material e moral – entre o direito a ganhar um salário digno em condições seguras e de ser tratado com dignidade e respeito independentemente de classe ou gênero – era complexo. Mas não é difícil ver como as concepções de dignidade e autoestima, enraizadas de maneira profunda nos ensinamentos cristãos, porém não nas práticas sacerdotais, podiam também ser evocadas entre autores tão diversos como Proudhon (em seus primeiros anos), Tristan, Saint-Simon, Cabet e muitos outros reformistas. O anticlericalismo era uma coisa, mas o cristianismo radicalizado (do tipo proposto por Saint-Simon e Leroux) parecia a muitos ser parte da resposta. Teologias da libertação abundavam, assim como pensamentos milenares e até ponderações místicas. Não foram poucos os líderes que adotaram (como Enfantin ou mesmo Fourier, que gostava de se intitular "o novo messias da razão") ou forçosamente receberam (como Cabet) o status de um "novo messias", pronto para anunciar "as boas novas" e oferecer um caminho para a redenção dos males da sociedade. Não estava claro se a igualdade deveria ser encarada como um dom divino ou como um triunfo da razão secular. O poeta romântico Lamartine buscava "um Cristo industrial" para garantir o direito ao trabalho.

Associação

Não é possível aprofundar-se muito na literatura da época sem encontrar o princípio da associação, seja como meio ou fim das instituições e ações políticas. No entanto, a associação abrangia vários significados e era às vezes tão estreitamente definida que acabava subestimada em favor de algum outro princípio, como união (Tristan) ou comunidade (Leroux). O que estava em jogo aqui era como a coletividade poderia ser mais bem organizada para dar conta das necessidades materiais e ao mesmo tempo criar um meio adequado para a educação e a realização pessoal. Fourier certamente viu a questão dessa maneira em seu *Traité de l'association domestique-agricole* [Tratado da associação doméstica e agrícola], publicado em 1822, que foi fundamental para sua proposta de construir falanstérios. Mas ele limitava sua visão à produção agrícola (e, mesmo naquela época, de variadas horticulturas) e nunca adaptou sua teoria da associação a

ambientes industriais. Além disso, para ele, a criação de associações dependia de financiamento filantrópico ou de investimentos privados em ações; a auto-organização dos trabalhadores não desempenhava nenhum papel.

Para os saint-simonianos, a ideia da associação entre os industriais era fundamental, mas operava em dois níveis distintos. Interesses diferentes (particularmente aqueles resultantes de divisões de trabalho ou de função) no interior do corpo político deveriam ser organizados como associações que os expressassem. Os cientistas e os artistas, por exemplo, teriam suas próprias organizações deliberativas. Mas elas deveriam estar em uma "associação universal", que dependeria da aliança de classe entre todos os industriais que trabalhavam em prol do bem comum, angariando recursos, contribuindo e recebendo de acordo com a produtividade e o talento. Não é difícil ver como essas ideias puderam reaparecer durante o Segundo Império na forma de princípios de organização, administração, crédito e finanças, inclusive com um papel limitado para as associações de trabalhadores sob a tutela do poder imperial. Esse ideal de uma grande associação de interesses e de uma aliança de classe que poderia unir os desejos dos burgueses e dos trabalhadores detinha uma considerável importância porque muitos radicais (fiéis às próprias origens e perspectivas de classe) achavam que os trabalhadores e camponeses não eram fortes ou educados o bastante para iniciar uma ação. Cabet, no início da década de 1840, procurou o apoio dos burgueses e só depois de repetidas rejeições assumiu o caminho separatista e definiu como objetivo o comunitarismo comunista. Do mesmo modo, Leroux também buscou o apoio burguês (baseado nos valores cristãos) e recebeu o bastante (principalmente de George Sand) para financiar sua comuna agrária e suas instalações tipográficas em Lussac (projeto, no fim das contas, mal sucedido).

A ideia de associações independentes formadas pelos próprios trabalhadores tinha uma longa história. Reprimida depois da Revolução, ela reemergiu com força nos dias revolucionários da década de 1830 e encontrou apoio imediato na obra de Buchez, um saint-simoniano dissidente. Buchez objetava aos princípios da associação universal, à

perspectiva impositiva "de cima para baixo", e defendia associações de produtores organizadas "de baixo para cima" com o objetivo de libertar os trabalhadores do sistema salarial e de protegê-los dos resultados injustos da competição. De acordo com essa perspectiva, os patrões e proprietários de uma fábrica eram tão parasitas quanto a aristocracia e os latifundiários. Tal ideia foi mais tarde vigorosamente assumida por Louis Blanc em seu influente *Organisation du travail*, assim como por Proudhon. Blanc, no entanto, encarava como dever do Estado e da legislação política estabelecer e financiar as associações e supervisionar sua administração (da mesma forma como, mais tarde, em 1848, insistiria no financiamento estatal das oficinas nacionais). Proudhon, por sua vez, queria que o Estado se mantivesse totalmente fora disso e buscava um modelo de autogovernança que transformasse a oficina no espaço social da reforma. Mas seu pensamento mudava de maneira constante, em parte porque ele não acreditava que as associações fossem resolver o problema ou que os trabalhadores necessariamente fariam a coisa certa. Em alguns momentos, ele invoca um forte papel disciplinar para a competição entre oficinas e, em outros, diz que nem todas elas precisavam ser organizadas em linhas associacionistas. K. Stephen Vincent reconstrói as ideias de Proudhon da seguinte maneira:

> Basicamente, o que Proudhon desejava era organizar um grupo interconectado de associações mútuas que superaria as contradições da sociedade vigente, transformando-a. Essa transformação social começaria pela organização de pequenas companhias com cerca de cem trabalhadores que formariam vínculos fraternos umas com as outras. Essas associações seriam primariamente econômicas [...] mas também funcionariam como focos de educação e interação social. Ele declarava que elas serviriam de exemplo para a criação de associações similares devido às suas qualidades morais e econômicas superiores [...] e resolveriam "a antinomia entre liberdade e regulação", fornecendo a síntese da "liberdade e da ordem". [...] A função decisiva da associação era introduzir uma sociedade igualitária de homens que produzissem e consumissem em harmonia; desse modo, eles extirpariam a oposição entre o capitalista e o trabalhador, entre o ocioso e o operário.[32]

Isso era muito diferente da visão de Fourier ou de Louis Blanc, embora tivesse alguns pontos comuns com a de Cabet. Mas Proudhon se preocupava com a possibilidade de as associações reprimirem a liberdade e a iniciativa individuais, e jamais procurou abolir a distinção entre capital

e trabalho; queria simplesmente tornar as relações mais harmoniosas e justas. Ele também reconhecia que as associações mútuas necessitavam de dinheiro e crédito para funcionar. Ansioso para botar suas ideias em prática, fundou um Banco do Povo nos dias revolucionários de 1848, apenas para vê-lo falir quase imediatamente.

No entanto, a ideia de que os trabalhadores poderiam formar suas próprias associações era fundamental e cada vez mais popular dentro dos vários ofícios. Tornou-se um tópico importante de discussão nas publicações republicanas e naquelas feitas para os trabalhadores. A principal diferença era entre aqueles que desejavam manter a competição entre as associações para garantir a disciplina da mão de obra e a inovação tecnológica e os que visavam a um futuro controle monopolístico de todo o ofício. O movimento culminaria em estatutos para uma União de Associações, em 1849 (em grande parte aprovados pelos esforços da feminista socialista Jeanne Deroin), que estavam prestes a ser postos em prática quando os líderes foram presos e o movimento reprimido. Naquela época, havia em Paris quase 300 associações socialistas em 120 ofícios, totalizando quase 50 mil membros. Mais da metade delas sobreviveu até que o golpe de Estado de 1851 as suprimiu[33].

Comunidade/comunismo

Proudhon era vigorosamente contrário à comunidade. Se "a propriedade for roubo", então "a comunidade é morte", declarava[34]. Muitos oradores do banquete comunista de 1840 consideravam *comunismo* e *comunidade* termos intercambiáveis, e Proudhon abominava a centralização do poder político e da tomada de decisões. Dézamy, um dos principais organizadores do banquete, escreveu um elaborado Código da Comunidade, em 1842, que incluía um projeto de palácio comunal em que parques industriais e instalações insalubres estavam dispersos na zona rural, e jardins e pomares estavam mais próximos do centro. O código constituía todo um sistema legal que governava as relações dentro das comunidades e entre elas. Leis distributivas e econômicas, industriais e rurais, sanitárias, educacionais, políticas, de ordem pública e da união entre os sexos, na ausência da família, "visando a evitar toda discórdia e devassidão", estavam todas especificadas. Essas leis estavam subsumidas a

um conceito de comunidade compreendido como "nada além da realização da unidade e da fraternidade" como "a unidade mais real e plenamente completa, uma unidade em tudo; na educação, na linguagem, no trabalho, na propriedade, na habitação, na vida, na legislação e na atividade política etc."[35]. Para muitos, como Proudhon, isso soava terrivelmente opressivo.

Dézamy havia sido um íntimo colaborador de Cabet, mas rompeu com ele – em parte devido ao nível de militância, mas também por causa de detalhes relativos a como a comunidade ideal poderia ser organizada. Contudo, ao fim da década de 1840, Cabet era de longe o comunista mais influente, defendendo métodos pacíficos e formas de organização comunitária bem mais aceitáveis em Icária:

> A comunidade suprime o egoísmo, o individualismo, o privilégio, a dominação, a opulência, a indolência e a domesticidade, transformando a propriedade pessoal dividida em propriedade indivisível e social ou comum. Ela modifica todo o comércio e a indústria. Por isso, o estabelecimento da comunidade é a maior reforma ou revolução em que a humanidade jamais se aventurou.[36]

Tanto Proudhon quanto Cabet, em oposição a Fourier, Enfantin e Dézamy, defendiam a vida familiar tradicional, insistindo que os aspectos negativos da vida das mulheres (que especialmente Cabet reconhecia) iriam em grande parte desaparecer com a reorganização da produção e do consumo em linhas comunais.

Cabet e Proudhon eram polemistas e organizadores infatigáveis e, ao fim da década de 1840, o movimento comunista icariano de Cabet havia crescido de forma substancial, atraindo apoio principalmente das classes trabalhadoras, como eram então definidas, em vez de dos profissionais educados (propensos a uma orientação fourierista ou saint-simoniana) ou dos radicais *déclassé* que apoiavam Blanqui ou a ala mais radical do comunismo. Já em 1842, mais de mil trabalhadores parisienses assinaram a seguinte declaração no jornal de Cabet, *Le Populaire* [O Popular] (cuja circulação atingiu mais de 5 mil exemplares em 1848):

> Comenta-se que vivemos na ociosidade [...]. Isso não é verdade! Queremos trabalhar para viver; e somos mais laboriosos do que aqueles que nos difamam. Mas às vezes falta trabalho, às vezes ele é muito duradouro e nos mata ou destrói nossa saúde. Os salários são insuficientes para nossas necessidades mais indispensáveis. Esses salários inadequados, o desemprego, a doença, os impostos, a velhice – que nos chega tão cedo – nos lançam na miséria. É horrível para muitos de nós. Não há futuro, nem para nós nem para nossos filhos. Isso não é vida! E, no entanto, somos os produtores de tudo. Sem nós, o rico não teria nada ou seria obrigado a trabalhar para ter pão, roupas, móveis e moradia. É injusto! Queremos uma organização de trabalho diferente; por isso somos comunistas.[37]

No entanto, os esforços que Cabet envidou na colaboração de classe com republicanos mais reformistas foram recusados, obrigando-o a reconhecer no fim da década de 1840 que seu movimento era exclusivamente dos trabalhadores. Em 1847 seu pensamento se voltou para o cristianismo, e ele de repente decidiu que a emigração para os Estados Unidos e a fundação de Icária naquele país seriam a resposta. Christopher Johnson supõe que Cabet não tinha o temperamento necessário para enfrentar a possibilidade, como fizeram posteriormente Marx e Engels, de que a luta de classes (talvez até formas violentas dela) contra a burguesia fosse o único caminho para o progresso radical. É bem provável que, nesse aspecto, Cabet estivesse em sintonia com muito do que os trabalhadores estavam sentindo. Como Rancière mostra em várias ocasiões, os trabalhadores que escreviam em seus próprios jornais "exigiam dignidade, autonomia e tratamento igual ao recebido pelos mestres, sem ter de recorrer aos humilhantes protestos nas ruas"[38]. Cabet levou consigo muitos seguidores e assim, como se queixou Marx, desviou bons comunistas das tarefas revolucionárias na Europa. Mas o que evidentemente também separava Marx de Cabet era a escala geográfica em que eles vislumbravam soluções. Cabet jamais conseguiria pensar muito além da comunidade integrada em pequena escala, caracterizada pelo contato face a face e pela intimidade, como o quadro no qual as alternativas comunistas deveriam ser lançadas.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA MÃO DE OBRA

Embora os escritores da época criticassem muitos aspectos da ordem social contemporânea, todos reconheciam que a questão do trabalho e da mão de obra era fundamental tanto para a crítica dos arranjos sociais existentes quanto para as soluções propostas. As condições degradantes da época foram diversas vezes contrastadas com um mundo que poderia existir. E a crença de que o trabalho produzia o valor que a burguesia consumia e do qual se apropriava estava disseminada. Mas as visões alternativas variavam muito.

Fourier, por exemplo, encarava a solução como uma questão de combinar a variedade do trabalho com seus entendimentos elaborados das atrações apaixonadas. A divisão social do trabalho desapareceria por completo e este seria equivalente a um jogo. Tal aspecto era provavelmente o menos praticável do sistema de Fourier, pois o mais provável era que isso só pudesse acontecer em um mundo desprovido de uma indústria importante e, então, somente na menor das escalas. Quando algo parecido aos seus falanstérios chegava a aparecer, era como uma forma pioneira de cooperativa localizada de consumo e habitação, e não como uma empresa de produção vigorosa. Não obstante, a insistência de Fourier na concepção de que a atividade de trabalho define nossa relação com a natureza e as qualidades inerentes da natureza humana tem sido um *locus* recorrente de crítica ao processo de trabalho tanto sob a óptica do capitalismo quanto sob a do socialismo/comunismo. Isso continua a ecoar até hoje. Os saint-simonianos, por outro lado, estavam dispostos a reorganizar a divisão do trabalho em escalas muito mais amplas e com vistas a uma maior eficiência. Mas isso dependia das habilidades administrativas e técnicas de uma elite industrial que designaria tarefas e postos para trabalhadores, que deveriam por sua vez se submeter de bom grado aos seus ditames. O benefício para os trabalhadores dependia da suposição moral de que tudo se organizaria em prol das classes mais pobres (o paralelo com a teoria contemporânea da justiça de John Rawls é interessante).

Pouco havia na doutrina saint-simoniana que sugerisse a importância da qualidade da experiência de trabalho. Quase qualquer tipo de sistema de trabalho, como aqueles mais tarde chamados de taylorismo e fordismo,

seria inteiramente compatível (como acreditava Lenin) tanto com o socialismo/comunismo quanto com o capitalismo. Os saint-simonianos que se tornaram influentes durante o Segundo Império adotaram uma postura eclética com relação ao trabalho, esquecendo-se convenientemente do imperativo moral da justiça. A bela defesa dos princípios da justiça feita por Proudhon em 1858 foi criada para chamar a atenção para essa omissão. Mas

> a visão saint-simoniana, bem como o subsequente sonho marxista da humanidade socialista mecanizada que arrancava uma vida de abundância de um ambiente mesquinho e hostil, teriam parecido um terrível pesadelo de pilhagem para Fourier, pois ele sabia que o destino natural do globo era se tornar um paraíso da horticultura, um jardim inglês em constante variação.[39]

Modelos do que muito mais tarde veio a ser chamado de autogerenciamento ou *autogestão* do trabalhador também abundaram na década de 1840 com o mutualismo de Proudhon, o comunismo de Cabet e até o comunitarismo cristão de Leroux, que emergiram como variantes concorrentes. Mas Proudhon se envolveu em todo tipo de confusão enquanto procurava bolar um *numéraire* (cédulas de dinheiro) do trabalho para refletir o fato de que os trabalhadores produziam o valor e necessitavam ser remunerados de acordo com o valor que produziam. Proudhon voltou seu pensamento principalmente para oficinas ou empresas de pequeno porte, sentindo-se bem menos à vontade com qualquer tentativa de organização consciente de projetos em larga escala que pudessem envolver o que ele considerava serem condições degradantes de divisões técnicas de trabalho. Isso o levou a aceitar novamente o mal necessário da competição como dispositivo de coordenação, e ele tentou colocar um brilho positivo na anarquia do mercado, elogiando o que a certa altura chamou de "mutualismo anarquista" como a forma social mais adequada para alocar mão de obra em tarefas de maneira socialmente benéfica. Tudo isso iria causar uma série de respostas mordazes de Marx após 1848[40].

É interessante notar que esses argumentos têm ressurgido nos últimos anos, em particular desde a publicação de *The Second Industrial Divide* [A segunda divisa industrial], de Michael J. Piore e Charles F. Sabel. Eles

defendem que uma oportunidade magnífica de organizar a mão de obra segundo princípios radicalmente diferentes, em empresas de pequeno porte sob o controle dos trabalhadores, foi perdida em torno de 1848 e só apareceu de novo com as novas tecnologias que permitiram a especialização flexível, o autogerenciamento em pequena escala e a dispersão da produção para novos distritos industriais (como na "terceira Itália") de 1970 em diante. Segundo os autores, a forma organizacional que foi perdida em 1848 era em larga medida aquela proposta por Proudhon (menos sua misoginia), e não as de Fourier, Cabet, Louis Blanc, Saint-Simon ou dos comunistas. A competição era benéfica e não havia nada de inerentemente errado com a posse do capital e a dependência das instituições de crédito, contanto que estas pudessem ser organizadas ao longo de linhas "mutualistas". Piore e Sabel declaram que, se isso tivesse vindo à tona em meados do século XIX, nós teríamos sido poupados dos desastres que ocorreram no sistema fabril organizado pelo capital em larga escala (com frequência monopólios) e dos igualmente miseráveis sistemas fabris do comunismo.

É claro que esse tem sido um argumento polêmico, tanto no passado quanto nos dias atuais. Piore e Sabel puseram de lado o problema segundo o qual o que pode ser atrativo para o trabalho com relação à especialização flexível poderia também proporcionar inúmeras oportunidades para formas irresponsáveis e descentralizadas de subcontratação e acumulação flexível por parte do capital. O fato de esta última ser dominante na história recente do capitalismo me parece inegável e, como veremos, a organização industrial na Paris do Segundo Império explorou de maneira mais ávida as estruturas de subcontratação em pequena escala do que as fábricas de larga escala (ver Capítulo 8)[41]. Mas, de igual modo, há de se admitir que as soluções saint-simonianas e marxistas também deixaram a desejar. A forma como a questão da mão de obra foi debatida na França na década de 1840 colocou na mesa toda uma série de temas que ainda precisam ser tratados. E, se podemos ouvir nos atuais movimentos antiglobalização ecos do mutualismo de Proudhon, do comunitarismo cristão de Leroux, das teorias da atração apaixonada e da emancipação de Fourier, da versão de comunidade/comunismo de Cabet e das teorias de

associacionismo de Buchez, podemos extrair algumas lições históricas da França na década de 1840, ao mesmo tempo que podemos aprofundar nossa compreensão das questões-chave envolvidas.

A QUESTÃO URBANA: MODERNIDADE ANTES DE HAUSSMANN?

Foi no excepcional ano de 1840 que o engenheiro/arquiteto de 29 anos, César Daly, lançou a *Revue Génerale de l'Architecture et des Travaux Publics* [Revista geral da arquitetura e das obras públicas], que seria um veículo fundamental para a discussão de questões arquitetônicas, de planejamento urbano e de urbanização para os próximos 50 anos ou mais[42]. Na introdução do primeiro número, Daly escreveu:

> Quando se recorda que são os engenheiros e arquitetos os encarregados de presidir as construções que abrigam seres humanos, gado e produtos da terra; que são eles que erguem milhares de fábricas e estabelecimentos de produção para alojar a atividade industrial prodigiosa; que constroem imensas cidades enfeitadas com esplêndidos monumentos, cortadas por rios direcionados, encerrados em muros ciclópicos, bacias escavadas na pedra e docas que abrigam frotas inteiras de navios; que são eles que facilitam as comunicações entre as pessoas, criando estradas e canais, que lançam pontes sobre rios, viadutos de um lado a outro de vales profundos, cavam túneis através de montanhas; que são eles que tiram as águas excedentes de locais baixos e úmidos para espalhá-las sobre terras áridas e estéreis, permitindo assim uma enorme expansão das terras agrícolas, modificando e melhorando o próprio solo; que são eles que, sem recuar diante de nenhuma dificuldade, deixam seu registro em toda parte da terra mediante monumentos duráveis e benfeitos que são testemunhas do poder do talento e das obras do homem; quando se reflete sobre a imensa utilidade e a absoluta necessidade dessas obras e dos milhares aos quais elas deram emprego, entende-se a importância da ciência à qual devemos essas maravilhosas criações e o sentimento de que o menor progresso nessas questões é do interesse de todos os países do globo.[43]



Figura 25: *Os novos sistemas viários realizados e propostos durante a década de 1840.*

O tom é saint-simoniano, o que, aparentemente, é um tanto estranho, pois Daly foi muito influenciado por Fourier. A *Revue* com frequência fundiu a inclinação saint-simoniana para projetos públicos de larga escala com a insistência fourierista de que eles fossem articulados segundo princípios bem fundamentados, "científicos" e harmônicos (isto é, fourieristas). Considérant, o principal fourierista da época, contribuiu para a *Revue*, e Perreymond, seu colaborador ocasional (cuja identidade verdadeira não é conhecida), escreveu uma extraordinária série de artigos sobre a necessidade de reorganizar o espaço interno de Paris.

A maioria dos administradores, pensadores e escritores do período tinha algo a dizer, direta ou indiretamente, sobre a questão urbana. Tinham de fazê-lo porque era uma questão óbvia e premente demais para ser evitada. O promissor Adolphe Thiers assumiu o Ministério do Comércio e Obras Públicas em 1833 e gastou muito tempo e dinheiro em projetos monumentais, assim como em busca da aprovação de orçamentos

para financiar canais, rodovias e ferrovias. Sua principal contribuição, pela qual foi extremamente criticado, consistiu em gastar grandes somas no novo sistema de fortificações para proteger Paris de invasões. Trinta e cinco anos mais tarde, em uma estranha virada do destino, ele teve de derrubá-lo para esmagar a Comuna de Paris. O prefeito do Sena, Rambuteau, começou a conceber e implementar planos para melhorar as comunicações (inclusive a rua que ainda leva seu nome). A saúde e a higiene urbanas tornaram-se temas muito importantes após a devastadora epidemia de cólera de 1832. E o arquiteto Jacques Hittorff estava ocupado planejando a Place de la Concorde e vários outros projetos que impulsionaram o deslocamento do centro de Paris em direção ao norte e ao oeste. Esse deslocamento, em grande parte impelido pela construção especulativa (do tipo que Balzac descreve em torno de Madeleine em *César Birotteau*), estava criando uma nova Paris a norte e a oeste do centro superpovoado e congestionado. Jacques-Séraphin Lanquetin, empresário ambicioso que liderou a Câmara Municipal no fim da década de 1830, encomendou um plano abrangente e financeiramente ousado para a revitalização de Paris. Portanto, esse não foi um período de inação. Aqueles que Pierre Pinon chama, de forma um tanto equivocada, de "os utópicos de 1840" propuseram vários planos concretos para reordenar as ruas da cidade, alguns dos quais foram de fato realizados (ver Figura 25) [44]. A diferença entre essa atividade e a de Haussmann era dupla. Em primeiro lugar, havia pouco incorporado às práticas (em oposição às ideias) que remetesse a uma visão mais grandiosa em escala metropolitana. As desocupações eram fragmentadas e pouco articuladas, e a magnitude das ações, cautelosa. Em segundo lugar, Rambuteau relutou em exceder o orçamento da cidade; o conservadorismo fiscal era a regra, e ele se orgulhava disso.

Entretanto, não faltavam ideias. Como dito, a maioria dos grandes pensadores do período tinha algo a dizer sobre a questão urbana. O primeiro encontro de Fourier com Paris na década de 1790, com seus "espaçosos bulevares, suas belas casas na cidade e seu Palais Royal", inspirou-o "a criar as 'regras' de um novo tipo de 'arquitetura unitária' que mais tarde se tornaria a base para os projetos da sua cidade ideal". Já em

1796 ele se sentira "tão incomodado com a monotonia e a feiura das nossas cidades modernas" que concebera "o modelo de um novo tipo de cidade", planejado de maneira a "evitar a disseminação dos incêndios e banir o mefitismo que, em cidades de todos os tamanhos, literalmente trava a guerra contra a raça humana"[45]. Em 1808, ele encarava de forma clara"os problemas da esqualidez urbana e da competição econômica selvagem como sintomas de uma doença social mais profunda". Mas seus projetos alternativos para a vida urbana, elaborados no decorrer dos anos, eram bem mais adequados para uma sociedade horticultural agrária com produção e consumo internos e relações sexuais harmonizadas do que para as atividades industriais e as extensas redes de relações comerciais que surgiam das comunicações aprimoradas na Paris daquela época. No projeto das *Passagens*, Benjamin sugere que "Fourier reconhecia o cânone arquitetônico do falanstério". Mas, como observa Marrey, há razões para se duvidar disso[46]. As passagens foram em sua maioria construídas antes da década de 1830 como espaços comerciais térreos; os espaços análogos de Fourier eram residenciais e localizados no segundo piso, e mais provavelmente moldados a partir das longas galerias do Louvre e de Versalhes. Fourier não fez menção explícita às passagens até a década de 1830. No entanto, o falanstério mostrou-se influente na história do desenho urbano, embora não necessariamente da maneira como Fourier pensava. O falanstério proporcionava um protótipo arquitetônico (já modificado e despojado de muitas das suas características sociais, em particular aquelas pertencentes às relações sexuais e sociais) para uma série de experimentos feitos por industrialistas com acomodações coletivas e cooperativas, como as *cités ouvrières* experimentadas nos primeiros anos do Segundo Império. Mas não oferecia um plano urbano alternativo para reestruturar o corpo político como um todo. Os esquemas de Fourier eram demasiadamente carregados de nostalgia por algum passado perdido e pensados em escala pequena demais para oferecer uma ajuda tangível para a reconstrução de uma cidade como Paris.

A mesma dificuldade surgiu com muitos outros pensadores da época. Embora Proudhon mostrasse vislumbres ocasionais de que seria capaz de pensar em termos mais amplos (perceba que sua intuição dependia muito

da reestruturação das instituições de crédito), ele nunca chegou a escapar de modo efetivo da escala das oficinas de artesãos de Lyon que inspiraram grande parte do seu pensamento. Leroux (como era de se esperar) e Cabet (de forma desapontadora) não foram além de experimentos com comunidades em pequena escala. Quando saíram do papel na América do Norte, os esforços de Cabet foram tão desastrosos na prática quanto o eram na teoria. Os comunistas mostraram alguns sinais de que seriam capazes de pensar de forma mais ampla. O código urbano de Dézamy divergia do de Fourier em parte porque ele enfatizava os direitos da propriedade coletiva e o igualitarismo radical, mas também porque propunha a organização comunal tanto do trabalho quanto da vida em um sistema de comunas territorialmente organizadas que se comunicavam e se apoiavam de forma fraterna. Os exércitos industriais "realizariam imensos projetos de cultura, reflorestamento, irrigação, canais, estradas, barragens de rios e riachos etc.". Uma atenção cuidadosa seria dedicada a questões de saúde e higiene, e as comunas deveriam estar situadas em locais mais adequados à saúde[47]. Além de códigos de zoneamento para garantir usos racionais da terra no que diz respeito à saúde e ao bem-estar humano, as comunas deviam ser administradas e regulamentadas de maneira a proporcionar educação, subsistência e cuidados iguais a todos. Aqui, de fato, havia um corpo político completo em uma extensa, se não larga, escala, que incorporava o melhor de Cabet e Fourier em combinação com os princípios de Babeuf e Blanqui e os ideais administrativos de Saint-Simon. Mas o que tornava grande parte disso algo utópico e nostálgico era o ardente apego ao ideal das comunidades pequenas, do face a face.

Havia uma dissociação, portanto, entre as realidades em rápida transformação da vida urbana e muitos desses planos utópicos. Mas havia exceções. Saint-Simon havia recorrido aos principais industrialistas e cientistas para que tomassem as rédeas, e aos politécnicos e engenheiros, que tinham o *know-how,* para que repensassem a cidade na escala necessária. Também insistiu que as sementes de qualquer alternativa deveriam ser encontradas nas contradições do presente. E, embora no início da década de 1830 os saint-simonianos tenham se dispersado e

dissipado suas energias, deixando de ser um movimento coerente, suas ideias tiveram ampla circulação entre a elite técnica de financistas, cientistas, engenheiros e arquitetos (como ilustra a declaração de Daly). As reformas vislumbradas pelos outros estavam em uma escala tão pequena que nunca poderiam aspirar a algo além de uma radicalização localizada das relações sociais, das condições de trabalho e da vida na cidade. Ou era isso, ou eram gestadas como novas comunidades a serem construídas em espaços "vazios", como as Américas (Cabet) ou as colônias (a Argélia, então em fase de ocupação, frequentemente aparecia nas discussões: Enfantin, que ainda se considerava o pai do movimento saint-simoniano, escreveu em 1843 um livro detalhado sobre os planos para a colonização da Argélia em moldes saint-simonianos*).

As grandes exceções eram os fourieristas Considérant e Perreymond, que na verdade ampliaram as ideias de harmonia e atração apaixonada de Fourier para fundi-las com o pensamento saint-simoniano. Ambos consideravam a forma como as ferrovias estavam sendo construídas como algo que destruía os interesses humanos e era um importante agente na degradação das relações humanas com a natureza. Eles não se opunham a melhorias nas comunicações, mas objetavam ao fato de estarem sendo implementadas de maneira irracional, promoverem a centralização crescente do poder e do capital entre a elite financeira das cidades grandes, operarem para estimular a indústria e o desenvolvimento urbano, em vez de dar impulso à indispensável agricultura, e sobreporem a tendência da "linha reta" a relações sensorialmente mais agradáveis com a natureza. Eles propunham que a rede ferroviária fosse nacionalizada e construída de acordo com princípios harmônicos racionais (isto é, fourieristas) e sem recorrer ao capital privado. O governo ficou impressionado e produziu uma concessão nacional para a construção de ferrovias, mas a concentrou radialmente em Paris e inseriu uma cláusula que permitia a exploração privada. É interessante notar que Benjamin cita de forma detalhada as objeções de Considérant às ferrovias, mas ignora suas sugestões positivas[48].

Tanto Considérant quanto Perreymond ofereceram amplos argumentos para sanar completamente os problemas de Paris, e o fizeram

de maneira ao mesmo tempo suficientemente prática e plausível para evitar a acusação de utopismo vazio. A análise mais sistemática dessa questão foi apresentada por Perreymond em uma série de artigos iniciada em 1842 e intitulada Estudos sobre a Cidade de Paris[49]. O caos, a desordem e o congestionamento que assolavam o centro da cidade, a ausência de relações harmoniosas entre as partes e o deslocamento da atividade para o norte e o oeste eram o principal foco de preocupação. Perreymond produziu um diagnóstico cuidadoso e empiricamente fundamentado da situação e depois recorreu aos princípios científicos de Fourier para apresentar uma solução. Ele argumentava que a cidade devia retornar ao seu centro tradicional para depois ser ligada às suas muitas partes em crescimento de maneira coerente e harmoniosa. Isso envolvia a reestruturação radical das comunicações internas dentro da cidade (inclusive um melhor posicionamento do acesso ferroviário e a construção de bulevares), mas tão importante quanto esta era uma reconstrução completa do centro. Ele propôs que o braço esquerdo do Sena fosse coberto de Austerlitz até a Pont-Neuf e que o espaço fosse utilizado para reunir atividades comerciais, industriais, administrativas, religiosas e culturais em um centro da cidade rejuvenescido, que também dependeria da desocupação total das propriedades da Île de la Cité.

Perreymond apresentou especificações de engenharia e cálculos financeiros para provar a factibilidade do seu projeto. Ele estava disposto a financiar a dívida e criticava o conservadorismo fiscal de Rambuteau. Ali estava um plano tão ousado e ambicioso quanto qualquer coisa que Haussmann iria mais tarde elaborar. Quando considerado junto com as propostas sobre as ferrovias, ele de fato abordava a questão do papel e da estrutura do espaço metropolitano parisiense em relação ao espaço nacional. Seu tom era em quase todos os âmbitos modernista, mas a grande diferença com relação ao plano de Haussmann é que o de Perreymond evitava recorrer à circulação do capital e à especulação privada da terra e da propriedade. Ele insistia que as intervenções do Estado deveriam atuar em benefício de todos, em vez de apenas para uma elite privilegiada de financistas. É provável que, por essa razão, tal plano grandioso, mas prático, jamais tenha sido seriamente discutido.

Também surgiram propostas semelhantes de amplo alcance por parte de Hippolyte Meynadier, cujo livro *Paris sous le point de vue pittoresque et monumentale* [Paris sob o ponto de vista pitoresco e monumental] foi publicado em 1843. Como Perreymond, Meynadier insistia na revitalização do centro da cidade por meio de desocupações e da construção de um sistema rodoviário muito mais racional, que seria integrado ao sistema ferroviário. Como aponta Marchand, seus planos detalhados para novos bulevares anteciparam de muitas maneiras as propostas de Haussmann (em particular, sua defesa da linha reta)[50]. A desocupação e a substituição de moradias insalubres eram também consideradas prioridades, especialmente no velho centro da cidade. Meynadier se preocupava bastante com as questões de saúde e higiene, e também insistiu muito na ideia de um sistema de parques para Paris, que rivalizaria com o de Londres. E se o acesso aos poderes rejuvenescedores da natureza não estivesse disponível dentro da cidade, então os subúrbios e o campo poderiam proporcionar uma alternativa tranquila, se o acesso apropriado fosse criado. A fantasia pastoral de Balzac poderia ser realizada na forma de uma pequena casa no campo. Em muitos aspectos, Haussmann pôs em prática, na década de 1850, grande parte do que Meynadier havia anteriormente proposto.

Considérant, Perreymond, Meynadier e até Lanquetin produziram mais planos práticos do que ideais utópicos, ainda que seus pensamentos fossem motivados por ideias saint-simonianas e fourieristas. É diante da fermentação desse tipo de ideias que temos de interpretar o que Haussmann realmente fez. Ele não começou do zero e tinha uma dívida enorme em relação a modos pioneiros de pensar (certamente lia a *Revue* de Daly). O problema estava no fato de que, para ele, essas ideias haviam surgido de pressupostos políticos e sonhos utópicos que em muitos aspectos eram anátemas para o bonapartismo. Surge daí o mito propagado por Haussmann de uma ruptura radical. Entretanto, a questão de que grande parte de seus feitos já existia de forma embrionária nas décadas de 1830 e 1840 não diminui o fato de que a modernidade, como argumentamos na introdução, entrou em uma fase nova e distinta após

1848 e que Haussmann contribuiu imensamente para a maneira como ela foi articulada.

O QUE SE PERDEU EM 1848?

O mundo não desvirou em 1848. A revolução socialista falhou e muitos dos que haviam se engajado na sua produção foram marginalizados, exilados ou simplesmente reprimidos após o golpe de Estado, em dezembro de 1851. A contrarrevolução que se iniciou após 1848 teve o efeito de virar de cabeça para baixo muitas esperanças e desejos, bem como de conter a proliferação do senso de possibilidades, que foi articulado de modo tão exagerado nas décadas de 1830 e 1840. Pois o real conflito nos bulevares, em junho de 1848, foi entre duas concepções opostas de modernidade. A primeira era rigorosamente burguesa. Fundamentava-se na rocha da propriedade privada e buscava liberdades de expressão e de ação no mercado, e o tipo de liberdade e igualdade que acompanha o poder do dinheiro. Seu porta-voz mais articulado foi Adolphe Thiers, que teria ficado muito satisfeito com uma monarquia constitucional se o monarca não tivesse pervertido as coisas. Thiers, que fora ministro na década de 1830, estava de fato disposto a tentar salvar a monarquia nas jornadas de fevereiro de 1848. Assim, tornou-se o guia para o chamado "Partido da Ordem", que surgiu na Assembleia Nacional após as eleições de abril de 1848 e que buscava avidamente direcionar a política nacional para a proteção dos direitos e privilégios burgueses.

A segunda concepção de modernidade, bem menos coerente que a primeira, se fundamentava na ideia de uma república social, capaz de nutrir toda a população e lidar com as condições de empobrecimento e degradação em que vivia a maioria do povo francês, tanto no campo quanto nas cidades que floresciam. Era ambivalente no que toca à propriedade privada e quase sempre confusa em relação ao que poderia significar igualdade, liberdade e comunidade, mas tinha profunda fé na ideia de que formas associativas de trabalho e de atividades comunais

proporcionariam uma base alternativa para formas mais adequadas de relações sociais e padrões de abastecimento. Esse movimento tinha muitas vozes – Louis Blanc, Lamartine, Blanqui, Proudhon, Jeanne Deroin, Cabet, Considérant, Leroux – e apontava para várias direções. Mas tinha força suficiente em número de seguidores para representar uma séria ameaça à versão burguesa – ele próprio também ameaçado pela direita mais tradicional, conservadora e provincial que se alarmava diante de qualquer tipo de modernidade. O que foi esmagado nas barricadas de junho foi essa busca pela república social, assim como as esperanças para a versão burguesa foram contidas pelo golpe de Estado de dezembro de 1851. Constatou-se que o Segundo Império buscava um terceiro tipo de modernidade, que misturava autoritarismo e um incômodo respeito pela propriedade privada e pelo mercado, ao passo que tentava periodicamente cultivar sua base populista.

Mas todo tipo de consequência ocorreu após o *débâcle* de 1848. Ora, com a repressão do conceito de república social, como aquela poderosa associação entre a cidade e a república poderia se sustentar como corpo político? Como, inclusive, a cidade poderia ser representada uma vez negado seu status de ser sensível e corpo político? O resultado foi uma crise de representação. A Revolução de 1848 foi, assim, o fator fundamental na separação de maneiras radicalmente distintas de representar a cidade. Isso valia não apenas para a diferença entre Haussmann e seus predecessores, Berger e Rambuteau. Ela também pode ser encontrada na maneira como a cidade é representada nas obras de Balzac e Flaubert[51].

Balzac escrevia de maneira impressionista e com pinceladas amplas, produzindo uma psicogeografia visionária de um mundo urbano em eterno fluxo. No universo balzaquiano, o *flâneur* podia ter um conhecimento absoluto e aspirar ao domínio da cidade e de seus segredos. Flaubert escrevia com um bisturi analítico, dissecando coisas, sentença por sentença, para produzir uma estética positivista, em que a cidade é apresentada como uma obra de arte estática. Entretanto, reduzida a um objeto estético, a cidade perde os significados sociais e políticos, assim como pessoais, que Balzac tão bem comunicou. O *flâneur* do mundo de

Flaubert representa mais a anomia e a alienação do que a descoberta. Frédéric, em *A educação sentimental*, é um *flâneur* que perambula pela cidade sem jamais saber ao certo onde está, tampouco registra a importância do que está fazendo. "Frédéric nunca percebe [a cidade] claramente"; a "linha entre a realidade e o sonho" permanece eternamente velada[52].

Lembre-se, por exemplo, de como Balzac constrói os ambientes, incluindo os menores detalhes de móveis, aposentos e da personalidade das pessoas que os habitam (a descrição viva do *boudoir* de Paquita em *A menina dos olhos de ouro* ou a maneira como a personagem de Madame Vauquer é construída em *O pai Goriot*). Flaubert capta essa ideia. Em *A educação sentimental*, a primeira visão que Frédéric tem de Madame Arnoux (por quem se apaixona loucamente) faz com que ele se pergunte: "Qual o seu nome, sua casa, sua vida, seu passado? Ele ansiava por conhecer os móveis do quarto dela". Mas, quando Flaubert de fato oferece descrições de móveis, aposentos e até de todo o bairro (de forma tão minuciosa e cuidadosa quanto Balzac), qualquer relação com os ocupantes humanos é puramente acidental. Considere a passagem que se segue:

> Ele por fim entrou em uma espécie de *boudoir* que era irregularmente iluminado pelas janelas de vidro colorido. A madeira acima das portas tinha o entalho de um trevo; atrás de uma balaustrada, três colchões grenás formavam um divã, sobre o qual estava o tubo de um narguilé de platina. Em vez de um espelho, havia uma pirâmide de pequenas prateleiras sobre a lareira, portando uma coleção de curiosos relógios de prata antigos, vasos da Boêmia, broches com pedras preciosas, botões de jade, adornos esmaltados, figuras de porcelana chinesa e uma pequena Virgem bizantina cuja coroa era folheada a ouro. Tudo isso misturado em uma espécie de crepúsculo dourado, com a cor azulada do tapete, o brilho madrepérola dos bancos e a cor afetada da parede revestida por couro marrom. Nos pedestais nos cantos do aposento havia vasos de bronze com ramos de flores cujo forte aroma pendia no ar.
>
> Rosanette apareceu vestida com uma jaqueta de cetim cor-de-rosa, calças brancas de caxemira, um colar de medalhas de prata e um solidéu vermelho ornado com um buquê de jasmins ao redor.[53]

Não é de se espantar que Frédéric (assim como o leitor) tenha "tido um sobressalto" diante da incongruência disso tudo. A diferença entre

essa descrição e o tratamento dado por Balzac ao *boudoir* de Paquita em *A menina dos olhos de ouro* (ver p. 68) é notável. Ferguson conclui:

> Fundamentalmente, Paris, como Mme. Arnoux, é mais evanescente do que inconquistável. Flaubert é cuidadoso ao juntá-las porque Frédéric encara cada uma delas mais ou menos à mesma luz. Tudo sobre Paris "está relacionado a ela", e a convicção de Frédéric de que "qualquer tentativa de fazê-la sua amante seria em vão" se aplica igualmente à sua percepção da cidade, que também é uma esfinge cujo enigma ele jamais decifra. Suas tentativas pouco entusiasmadas de conquistar uma e outra, a mulher e a cidade, sucumbem diante da inércia induzida pelo devaneio. Não é por acaso que neste, e em outros casos, Flaubert toma o modelo de Balzac apenas para revertê-lo. Os dois escritores associam Paris a uma mulher e o *flâneur* ao desejo masculino. Mas a correspondência do tropo só destaca a diferença entre esses mundos. A metáfora que Balzac usa para indicar posse é usada por Flaubert para significar exatamente o oposto. Em *A educação sentimental*, o desejo jamais se realiza.[54]

Certo ou errado, Balzac, e muitos outros de sua época (como pensadores utópicos e teóricos urbanos que buscavam a reconstrução adequada da cidade), acreditava poder possuir a cidade e torná-la sua, e, ao refazê-la, refazer a si mesmo, se não também à ordem social. Mas, após 1848, Haussmann e construtores, especuladores, financistas e forças do mercado tinham a posse de Paris e a remoldaram segundo seus próprios interesses e fins específicos, deixando a massa com uma sensação de perda e despossessão. Essa é uma conclusão que Flaubert, por exemplo, aceita passivamente. Não há, portanto, nenhuma definição da cidade como uma totalidade, que dirá como "ser consciente" ou "corpo político". Flaubert reduz a cidade a um cenário que, mesmo belamente construído e mobiliado de forma sublime, funciona como um pano de fundo para a ação humana que se passa nela e acima dela. A cidade torna-se um objeto morto (como ocorre em grande medida no planejamento de Haussmann). *A educação sentimental*, publicada em 1869, após Haussmann ter realizado seu trabalho, está repleta de descrições elaboradas (e realmente brilhantes) dos objetos inanimados que compõem a cidade. Paris ganha ao ser percebida como obra de arte independente (admirada e criticada como tal), mas perde por completo seu caráter como "ser consciente" ou "corpo político".

Poderíamos inferir que a ideia da cidade como um corpo político foi esmagada em 1848 e depois sepultada no mundo comercial da reificação e

do espetáculo na Paris do Segundo Império. Isso, supõe-se, é o que T. J. Clark tinha em mente. No entanto, ele não está absolutamente certo ao concluir que a ideia da cidade como corpo político foi perdida por completo durante todo o advento do Império e da haussmannização. Luís Bonaparte evocou "os dois corpos do imperador" em uma forma masculina e paternalista (em oposição à feminina). O corpo político do Império funcionava como uma ideologia cativante, e foi dentro dessa estrutura que alguns princípios e influências saint-simonianos puderam atuar, ainda que de forma expurgada (Enfantin até iniciou sua *Science de l'Homme* [Ciência do homem], publicada em 1858, com uma carta aberta de elogio a Luís Bonaparte). A história do Segundo Império pode ser lida como uma tentativa de reconstituir uma percepção do corpo político em torno do poder imperial em face das forças de acumulação de capital, as quais Clark está bastante correto em ver como antagonistas a tal forma política. A liberalização econômica (começando pelo tratado de livre-comércio do ex-saint-simoniano Michel Chevalier com a Grã-Bretanha, em 1860) pouco a pouco minou o poder imperial. O Império foi derrubado tanto pelo capital quanto pelo republicanismo (grande parte do qual estava ligado de alguma maneira às liberdades da propriedade privada e das empresas) ou pela oposição dos trabalhadores. No entanto, o que claramente se perdeu em 1848 foi qualquer ideia do corpo político como um Estado protetor, o mesmo representado na iconografia de Daumier.

A agitação do debate também se perdeu. O período entre 1830 e 1848 na França foi incrivelmente rico em ideias sobre alternativas. Foi a época em que o socialismo e o comunismo começaram a tomar forma tanto intelectual quanto politicamente. Havia uma inquietação geral sobre modos de pensar. Todo tipo de visões diferentes e possibilidades especulativas se abriu. Algumas das sugestões mais loucas e bizarras têm todas as qualidades da ficção científica e da verdadeira escrita utópica, mas grande parte delas também possuía forte inclinação prática, produzindo uma pletora de movimentos políticos e vários planos práticos (alguns dos quais chegaram, inclusive, a sair do papel). Era claro que algo tinha de ser feito com relação à situação das classes trabalhadoras, à condição degradante dos pobres, à insalubridade e desordem caótica das

cidades e à vida de pobreza imposta às massas (incluindo os camponeses) por uma sociedade de rígidas estruturas de classe. Tal como acontece com qualquer estrutura excessivamente rígida, as pressões que estavam sendo construídas dentro dela só podiam no fim arrebentá-la. E foi o que acabou ocorrendo na Revolução de 1848. A maneira como tudo isso foi recomposto em uma estrutura igualmente rígida de Império, no qual pensadores engenhosos foram banidos e pensamentos alternativos e criativos foram reprimidos, é outra história. O Império floresceu durante algum tempo, mas foi pouco a pouco enfraquecendo diante do poder do capital.

Por fim, ele também se desintegrou devido à guerra e à violência revolucionária em 1870-1871. Mas até então muita coisa já havia mudado em Paris, quando uma forma distintamente capitalista de modernidade passou a dominar e moldar a capital de maneiras muito específicas. Questões de representação, tão importantes antes de 1848, tornaram-se, após 1851, subservientes a um notável programa de transformação materialista. Mas se, como disse Marx, o que separa o pior dos arquitetos da melhor das abelhas é o fato de ele erigir uma estrutura na imaginação antes de torná-la real*, então os exercícios imaginativos que ocorreram entre 1830 e 1848 prepararam o caminho para muito do que viria em seguida, ainda que quem efetivamente a tenha levado a cabo achasse apropriado renegar muitas das fontes de sua própria inspiração.

Notas

[1] T. J. Clark, *The Painting of Modern Life: Paris in the Art of Manet and his Followers* (Londres, Thames and Hudson, 1984), p. 36 [ed. bras.: *A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 75].

[2] Ernst Kantorowicz, *The King's Two Bodies* (Princeton, Princeton University Press, 1957) [ed. bras.: *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval,* São Paulo, Companhia das Letras, 1998].

[3] Maurice Agulhon, *Marianne into Battle*, cit.

[4] Honoré de Balzac, *The Peasantry*, cit., p. 183.

[5] Gustave Flaubert, *Sentimental Education* (Harmondsworth, Penguin, 1964), p. 290 [ed. bras.: *A educação sentimental*, cit.].

[6] Michel Foucault, "Space, Knowledge, and Power" (entrevista a Paul Rabinow), em The Foucault Reader (org. Paul Rabinow, Harmondsworth, Penguin, 1984), p. 241.

[7] Maurice Agulhon, *Marianne into Battle*, cit.

[8] As contribuições de César Daly foram exaustivamente examinadas por Richard Becherer em *Science plus Sentiment: Cesar Daly's Formula for Modern Architecture* (Ann Arbor, UMI Research Press, 1984).

[9] Os textos reunidos por Ghiță Ionescu em *The Political Thought of Saint-Simon* (Oxford, Oxford University Press, 1976) são muito úteis, e fiz uso considerável deles no que vem a seguir.

[10] Christopher Hill, *The World Turned Upside Down* (Harmondsworth, Penguin, 1975) [ed. bras.: *O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001]; sobre o papel dos historiadores franceses na década de 1840, ver Maurice Agulhon, *Marianne into Battle,* cit.

[11] R. B. Rose apresenta uma eficiente biografia de Babeuf em *Gracchus Babeuf: the First Revolutionary Communist* (Stanford, Stanford University Press, 1978).

[12] Os textos sobre o pensamento utópico reunidos por Paul E. Corcoran em *Before Marx: Socialism and Communism in France, 1830-48* (Londres, Macmillan, 1983) são valiosos, e fiz muito uso deles aqui. A série de reflexões e análises reunida pela Société d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle é também excelente. A vida e as obras de Blanqui são analisadas em detalhes por Maurice Dommanget em *Les idées politiques et sociales d'Auguste Blanqui* (Paris, M. Rivière, 1957), *Blanqui et l'opposition révolutionnaire à la fin du Second Empire* (Paris, Armand Colin, 1969) e *Blanqui* (Paris, EDI, 1970). Flora Tristan apresenta análises históricas e políticas em *L'union ouvrière* (Paris, Prévôt, 1843) e *The London Journal of Flora Tristan 1842* (Londres, Virago, 1982).

[13] Walter Benjamin, *The Arcades Project*, cit., p. 736 [ed. bras.: Walter Benjamin, *Passagens*, cit., p. 777].

[14] Ibidem, p. 25-6 [ed. bras.: ibidem, p. 67].

[15] Durkheim envidou esforços consideráveis para reabilitar a reputação de Saint-Simon, diante das declarações de Auguste Comte (que trabalhou com Saint-Simon quando era estudante, mas posteriormente rompeu com ele) de ter sido a fonte das ideias originais que fundaram as bases da teoria social contemporânea. Ver: Émile Durkheim, *Socialism and Saint-Simon* (Yellow Springs, Routledge, 1958).

[16] Texto em Ghiță Ionescu, *The Political Thought of Saint-Simon*, cit., p. 153.

[17] Textos em ibidem, p. 80, e Keith Taylor, "Introduction", em *Henri Saint-Simon: Selected Writings on Science, Industry and Social Organisation* (org. Keith Taylor, Londres, Holmes & Meier, 1975), p. 32.

[18] Texto em Ghiță Ionescu, *The Political Thought of Saint-Simon*, cit., p. 210.

[19] No texto brilhante e controverso *A noite dos proletários*, Jacques Rancière reconstrói os pensamentos e motivações de um seleto grupo de trabalhadores-escritores e trabalhadores-poetas que contribuiu para a imprensa proletária em ascensão a partir das décadas de 1830 e 1840.

[20] Jack Bakunin, *Pierre Leroux and the Birth of Democratic Socialism 1797-1848* (Nova York, Revisionist Press, 1976).

[21] David Baguley, *Napoleon III and His Regime* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2000), presta uma atenção considerável aos envolvimentos de Luís Bonaparte com o utopismo na década de 1840 e traça alguns dos seus efeitos nas políticas do Segundo Império.

[22] Há duas edições úteis em inglês das obras de Fourier, publicadas em 1971 e 1996; a introdução à primeira, escrita por Beecher e Bienvenu, apresenta um pano de fundo útil sobre sua vida e época [Jonathan Beecher e Richard Bienvenue "Introduction", em Charles Fourier, *The Utopian Vision of Charles Fourier*, Boston, Beacon, 1971]. Jonathan Beecher, *Victor Considerant and the Rise and Fall of French Romantic Socialism* (Oakland, University of California Press, 2002), tem uma biografia abrangente de Considérant.

* São Paulo, Penguin/Companhia das Letras, 2013. (N. E.)

[23] Jonathan Beecher e Richard Bienvenu, "Introduction", cit., p. 36.

[24]* São Paulo, Martins Fontes, 1998. (N. E.)

Christopher Johnson, *Utopian Communism in France: Cabet and the Icarians, 1839-1851* (Ithaca, Cornell University Press, 1974), p. 66, proporciona informações básicas sobre os vários movimentos e publicações enquanto se concentra em Cabet e nos icarianos.

** *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de colon, de laine et de soir* [Resenha do estado físico e moral dos operários das indústrias de algodão de lã e de seda]. (N. E.)

*** *Des classes dangereuses de la population dans les grandes villes* [As classes perigosas da população nas grandes cidades]. (N. E.)

[25] Citado em Paul E. Corcoran, *Before Marx*, cit., p. 113; a coleção organizada pela Société d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle é uma fonte muito rica.

[26] William H. Sewell, *Work and Revolution in France* (Cambridge, Cambridge University Press, 1980).

[27] Citado em Jack Bakunin, *Pierre Leroux and the Birth of Democratic Socialism*, cit., p. 99.

[28] Jacques Rancière, *A noite dos proletários*, cit.

[29] Citado em Jacques Valette, "Utopie sociale et utopistes sociaux en France vers 1848", em Société d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle e John Bartier (orgs.), *1848: Les utopismes sociaux* (Paris, Sedes-CDU, 1981).

[30] Citado em Claire Moses, *French Feminism in the Nineteenth Century* (Albany, State University of New York Press,1984), p. 92.

[31] Ibidem, p. 83, 111.

[32] K. Stephen Vincent, *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism* (Oxford, Oxford University Press,1984), p. 144-6. Há muitas biografias e estudos sobre Proudhon; eu usei principalmente a citada obra de K. Stephen Vincent e a de Edward Hyams, *Pierre-Joseph Proudhon: His Revolutionary Life, Mind and Works* (Londres, John Murray,1979).

[33] Bernard Moss, em *The Origins of the French Labor Movement, 1830-1914* (Oakland, University of California Press, 1976), proporciona muitas informações sobre as associações, e Maurice Agulhon, em *Marianne into Battle*, cit., também as menciona de passagem. A fonte principal é Rémi Gossez, em *Les ouvriers de Paris: l'organization* (Paris, Imprimerie Centrale de l'Ouest,1967).

[34] Ver K. Stephen Vincent, *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism*, cit., p. 141. Alguns dos discursos proferidos no banquete comunista estão publicados em Paul E. Corcoran, *Before Marx*, cit., p. 72-9.

[35] Ver Paul E. Corcoran, *Before Marx*, cit., p. 188-96.

[36] Ibidem, p. 81-2.

[37] Christopher Johnson, *Utopian Communism in France*, cit., p. 107.

[38] Jacques Rancière, *The Nights of Labor*, cit., p. xxvi. A introdução à tradução inglesa resume as reações de Johnson e Sewell ao argumento de Rancière.

[39] Jonathan Beecher e Richard Bienvenu, "Introduction", cit., p. 33-4.

[40] O ataque aos utopistas se iniciou com o *Manifesto Comunista*, de 1848.

[41] Michael J. Piore e Charles F. Sabel, *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity* (Nova York, Basic Books, 1984); David Harvey, *Condição pós-moderna*, cit., parte II.

[42] Richard Becherer, *Science plus Sentiment*, cit.

[43] Citado em Bernard Marrey, "Les réalisations des utopistes dans les travaux publics et l'architecture: 1840-1848", em Société d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle e John Bartier (orgs.), *1848: les utopismes sociaux*, cit., p. 193.

[44] Pierre Pinon, *Atlas du Paris haussmannien: la ville en héritage du Second Empire à nos jours* (Paris, Le Grand Livre du Mois, 1991).

[45] Jonathan Beecher e Richard Bienvenu, "Introduction", cit., p. 2-7.

[46] Bernard Marrey, "Les réalisations des utopistes dans les travaux publics et l'architecture: 1840--1848", cit., p. 203-4.

[47] Ver Paul E. Corcoran, *Before Marx*, cit., p. 193.

[48] Walter Benjamin, *The Arcades Project*, cit., p. 635 [ed. bras.: *Passagens*, cit., p. 678].

[49] A figura de Perreymond foi redescoberta nos últimos anos (juntamente com Meynadier, Lanquetin e, é claro, César Daly). Fontes recentes incluem Bernard Marrey, "Les réalisations des utopistes dans les travaux publics et l'architecture: 1840-1848", cit.; Nicholas Papayanis, "L'mergence de l'urbanisme moderne à Paris", em Karen Bowie (org.), *La modernité avant Haussmann*, cit.; Frédéric Moret, "Penser la ville en fourieriste: les projets pour Paris de Perreymond", em *La modernité avant Haussmann*, cit.; Marcel Roncayolo, *Lectures de Ville: Formes et Temps* (Marselha, Parenthèses, 2002); e Jean des Cars e Pierre Pinon (orgs.), *Paris-Haussmann*, cit. Há também um breve esboço de seus pensamentos em Christine Boyer, *The City of Collective Memory*, cit.

[50] Bernard Marchand dá considerável atenção às ideias de Meynadier em *Paris: histoire d'une ville* (Paris, Seuil, 1993).

[51] Priscilla Parkhurst Ferguson, *Paris as Revolution*, cit., usa muito bem os contrastes entre Balzac e Flaubert.

[52] Ibidem, p. 95.

[53] Gustave Flaubert, *Sentimental Education*, cit., p. 18, 257.

[54] Priscilla Parkhurst Ferguson, *Paris as Revolution*, cit., p. 99.

* *Colonisation de l'Algérie* [Colonização da Argélia]. (N. E.)

* *O capital*, Livro I, cit., p. 255-6. (N. E.)

Parte II

Materializações: Paris 1848-1870



Figura 26: *Gustave Doré (1860) emprega todo o seu poder alegórico para evocar a transformação radical de Paris – em cima, Haussmann se debruça sobre o mapa da cidade e, embaixo, os carroceiros levam embora as estruturas medievais, com a celebração dos trabalhadores ao lado.*

3. Prólogo

> Paris é, na verdade, um oceano. Penetre nela: você nunca tocará seu fundo. Examine-a, escreva sobre ela. Por mais escrupulosos que sejam seu exame e seus relatos, por mais numerosos e persistentes que sejam os exploradores desse mar, sempre permanecerão virgens alguns lugares, cavernas, flores, pérolas, monstros não descobertos – sempre haverá algo extraordinário, perdido pelo mergulhador literário.
>
> Honoré de Balzac*
>
> Se tudo fosse como parece na superfície, não haveria necessidade da ciência.
>
> Karl Marx**

Paris em 1850 era uma cidade na qual problemas e possibilidades sociais, econômicos e políticos efervesciam. Alguns a viam como um lugar doente assolado por tormentos políticos, dilacerado por lutas de classe e arruinado pela própria decadência, corrupção, crime e cólera. Outros a viam como uma cidade de oportunidades para a ambição privada ou o progresso social; se as chaves certas para o mistério de suas possibilidades

fossem encontradas, toda a civilização ocidental poderia se transformar. Apesar de tudo, sua população aumentou rapidamente, de 786 mil habitantes em 1831 para mais de 1 milhão em 1846 (Tabela 1). Sua indústria crescera de forma notável, tendo inclusive ampliado seu tradicional papel centralizado como o coração nacional das comunicações, das finanças, do comércio, da cultura e, é claro, da administração do Estado. Com um passado tão dinâmico, como ela poderia não ter um futuro dinâmico?

Mas em 1850 a cidade parecia aprisionada em uma dupla camisa de força, em que cada camada parecia reforçar a outra. Estava, antes de tudo, presa no rescaldo da mais profunda e disseminada crise do capital vista até então. A cidade já havia enfrentado muitas crises econômicas antes, em geral desencadeadas por calamidades naturais ou guerras. Mas essa era diferente, pois não podia ser facilmente atribuída apenas a Deus ou à natureza. A bem da verdade, houve perdas nas colheitas em 1846-1847 que trouxeram a miséria ao campo e um fluxo de pessoas aflitas para a cidade, buscando emprego ou assistência. Mas em 1848 o capitalismo havia amadurecido em um grau suficiente para até o mais cego apologista burguês enxergar que as condições financeiras, a especulação incauta (em particular com respeito às ferrovias) e a superprodução tinham algo a ver com a tragédia humana que se abateu sobre a Grã-Bretanha em 1847 e logo engolfou tudo em que consistia o mundo capitalista. A maior parte da Europa sofreu a mesma crise simultaneamente, tornando difícil reduzir sua interpretação apenas a narrativas nacionais sobre um tipo ou outro de fracasso do governo. Tratava-se de uma crise completa da superacumulação capitalista em que excedentes maciços de capital e força de trabalho estavam lado a lado, mas parecia não haver saída para juntá-los novamente em uma união lucrativa. Em 1848, a reforma do capitalismo ou sua derrubada revolucionária encaravam todas as pessoas.



Figura 27: *A nova Paris (1862), de Daumier, capta muitas facetas das mudanças provocadas pela haussmannização. A figura diz: "Que alegria para os apressados que os meios de comunicação tenham sido ampliados". O burguês consulta o relógio, a esposa e o filho hesitam, o trânsito é intenso.*

O fato de Paris ter aberto o caminho e assumido a saída revolucionária não foi totalmente fortuito. E representou mais do que apenas a conhecida tradição revolucionária, que levava seus cidadãos a fazer interpretações políticas ao menor sinal de dificuldade econômica, tomar

as ruas, montar barricadas e proclamar seus direitos como os Direitos do Homem[1]. Pois a outra camisa de força que sufocava a cidade era uma verdadeira rede de práticas sociais e infraestruturas do século XVIII que dominava a manufatura, as finanças, o comércio, o governo e as relações de trabalho, sem falar no modelo ainda em grande parte medieval das infraestruturas físicas, ao qual essas atividades e práticas estavam confinadas. Apesar de todo falatório sobre a renovação urbana e das tentativas ocasionais de colocá-la em prática durante a Monarquia de Julho, Paris havia sido devastada. Chevalier escreve:

> Nesses anos Paris olhava em volta e era incapaz de se reconhecer. Outra cidade maior havia inundado a estrutura inalterada de ruas, mansões, casas e corredores, empilhando homem sobre homem e comércio sobre comércio, preenchendo cada canto e esquina, transformando as antigas moradias da nobreza e da classe social mais elevada em oficinas e pensões, erigindo fábricas e amontoando estoques em jardins e pátios de onde as carruagens haviam se afastado silenciosamente, lotando de súbito as ruas encolhidas e os agora superpovoados cemitérios góticos, ressuscitando e sobrecarregando os esquecidos canos de esgoto, derramando detritos e fedores no campo.[2]





Figura 28: *As ruas da velha Paris, aqui representadas por duas fotos de Marville datadas do início da década de 1850, eram estreitas e inóspitas ao movimento, insalubres (observe o esgoto sempre escoando nas ruas) e cobertas de construções que com frequência estavam caindo aos pedaços. Observe como, à direita, as propagandas de transporte de ônibus e trens prometem outro mundo de relações espaciais em vez daquele no qual a velha Paris está incrustada.*

Embora não houvesse nada de singular na miséria humana, na degradação, na doença, no crime e na prostituição – características bastante comuns no capitalismo industrial da época –, essa antiga infraestrutura urbana era incompatível com a organização capitalista cada vez mais sofisticada e eficiente da produção e do consumo que emergia nas novas cidades manufatureiras não somente na Grã-Bretanha – principal concorrente comercial da França –, mas também na Bélgica, Alemanha, Áustria e até em algumas outras regiões da França. Pois, embora Paris tenha melhorado sua posição na divisão internacional do trabalho após a Revolução de 1830, ela o fez mais por meio de adaptações graduais e pontuais de seus antigos métodos do que por transformações nos sistemas de produção. Uma crescente divisão técnica e social do trabalho, apoiada pelas qualidades especiais da sua produtividade e do volume do seu mercado interno, havia sido a base do seu dinamismo na atividade manufatureira. Até mesmo o comércio – há muito tempo bem mais importante para a sua saúde econômica do que a produção – estava preso em ruas congestionadas, prejudicado por impostos e barreiras de todos os tipos, e era cronicamente ineficiente em sua maneira de negociar e distribuir as mercadorias. Como Paris não conseguiu enfrentar com eficácia as novas e mais rígidas exigências da acumulação do capital, sua agonia durante a crise de 1847-1848 foi dupla e mais prolongada; o caminho para a recuperação estava repleto de todos os tipos de obstáculos e fora agravado por uma evolução política e cultural que só gerava dúvida, confusão e medo.

Os diferentes segmentos da sociedade encaravam a crise de maneira um tanto diversa. Os artesãos, por exemplo, munidos de tradições corporativistas, viam a desqualificação, a perda de independência, dignidade e respeito, assim como a fragmentação das tarefas – e a insegurança crônica do emprego –, que eram cada vez mais impostas pelo

controle capitalista da produção e da distribuição, como o cerne do problema. A Revolução de Fevereiro permitiu-lhes colocar na agenda política a questão do trabalho e do direito ao trabalho e afirmar o seu direito de serem tratados com dignidade e respeito, como iguais no corpo político. A república social, como já vimos, era tão importante para eles quanto a república política. Nisso eles tinham uma estranha série de aliados burgueses, desde pequenos mestres e lojistas, que também se sentiam ameaçados pelos novos sistemas de produção e distribuição, até radicais *déclassé* (jornalistas, artistas e escritores, assim como os persistentes revolucionários jacobinos, como Blanqui), poetas e escritores românticos (como Lamartine, Hugo e George Sand), que acreditavam na nobreza do trabalho dentro dos limites relativamente seguros de uma tradição artesã romantizada. Embora os românticos tenham rapidamente se desiludido quando encontraram trabalhadores de verdade nas barricadas, os movimentos sociais da década de 1840 se entrecruzaram com a consciência dos artesãos e geraram, como vimos no Capítulo 2, uma série de expectativas sobre como poderia funcionar uma república social protetora.

Esse sentimento socialista evidentemente alarmava a burguesia. O temor dos "vermelhos" aumentava a sua confusão a respeito da maneira de representar, explicar e reagir a uma crise político-econômica que exigia uma ação corretiva. Alguns viam as estruturas e práticas governamentais e financeiras como a raiz do problema e procuravam modernizar o Estado francês, liberar os fluxos do capital e proporcionar um maior impulso à economia. Elementos progressistas em Paris também há muito buscavam fortes intervenções do Estado para racionalizar e renovar totalmente as infraestruturas físicas deterioradas. Mas seus esforços foram frustrados por outras facções da burguesia, capturadas ou pelo conservadorismo fiscal que garantia a completa paralisia em uma época de depressão econômica severa, ou pelos direitos tradicionais à posse da propriedade (em grande parte absentista e rural) que pareciam oferecer uma esperança de salvação pessoal em meio à ruína do país. Muitos proprietários de terras fugiram da cidade em 1848, levando consigo seu poder de compra. Isso ajudou a

afundar mais ainda a indústria, o comércio e os mercados imobiliários na lama da depressão.

A confusa série de acontecimentos que conduziu "aquele cretino" (a expressão é do impecável burguês Adolphe Thiers, e não de Marx) Luís Bonaparte ao poder, primeiro como presidente da República (eleito pelo sufrágio universal), em dezembro de 1848, e, quatro anos depois, como imperador, não precisa nos deter desnecessariamente. Sobre isso há fartos e brilhantes relatos em toda parte, começando, é claro, por *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte,* de Marx[3]. Basta comentar que questões relacionadas a trabalho e a uma resposta socialista à crise foram varridas da agenda política imediata na feroz repressão das Jornadas de Junho de 1848, quando os trabalhadores parisienses tomaram as ruas em protesto contra o fechamento das Oficinas Nacionais (a resposta da Segunda República à reivindicação do direito ao trabalho). Mas as eleições subsequentes indicaram que o sentimento socialista-democrata estava vivo e saudável. Pior ainda, ele apareceu não apenas em Paris e Lyon (onde era esperado), mas também em algumas áreas rurais, lembrando à França que as origens de sua tradição revolucionária, assim como de sua tradição reacionária, estavam profundamente enraizadas no campo. Diante dessa ameaça, a burguesia de toda parte recebeu bem a eleição do até então exilado, porém populista, Luís Bonaparte como presidente da República, em dezembro de 1848, e depois se rendeu muito facilmente ao golpe de Estado de dezembro de 1851 e à declaração do Império, em dezembro de 1852.

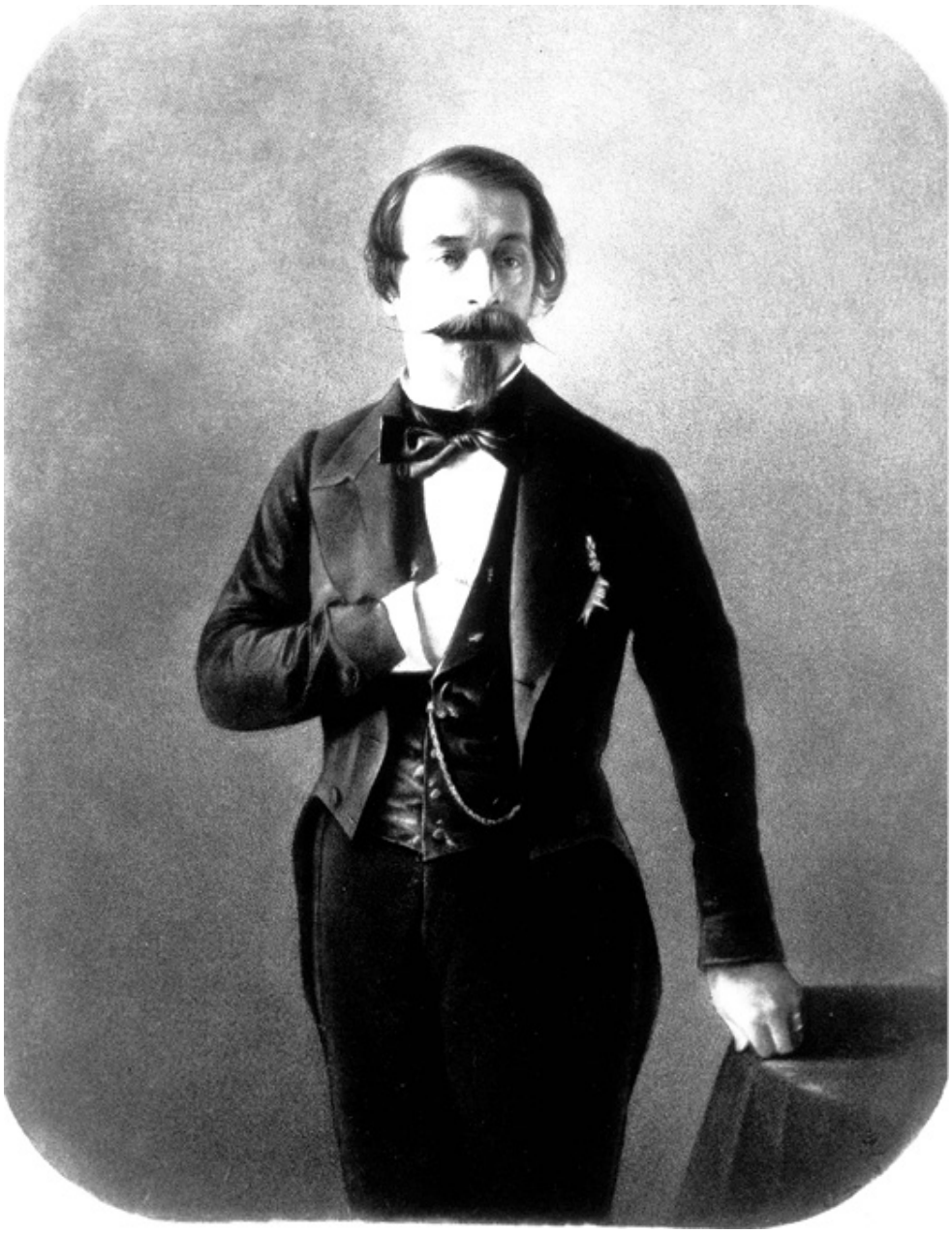


Figura 29: *Retrato de Luís Napoleão, por Riffaut, Mayer e Saint-Victor.*

A outra ameaça à ordem social proveio da destruição e desvalorização dos bens, resultado da crise econômica geral. Nenhuma das facções da burguesia, presas em lutas internas, tinha autoridade ou legitimidade para impor seu desejo. Na medida em que Luís Bonaparte parecia ser uma solução conciliatória que cada facção julgava poder controlar, ele ficou em uma posição na qual podia manipular a vontade popular, o partidarismo e as lealdades tradicionais à lenda napoleônica (particularmente no

Exército) e, desse modo, consolidar um poder muito pessoal. Isso lhe deu espaço para abordar todo o complexo de problemas relativos à reforma e à modernização, ao controle do movimento trabalhista e suas pretensões, à revitalização da economia e à saída do profundo mal-estar econômico, político e cultural em que a França se arrastava entre 1848 e 1851.

Os dezoito anos do Segundo Império em parte alguma foram tão "cretinos" ou "farsescos" quanto Thiers e Marx (nas extremidades opostas do espectro político) haviam previsto. Foram um experimento incrivelmente sério com uma forma de socialismo nacional – um Estado autoritário com poderes de polícia e uma base populista. Ele entrou em colapso, como muitos outros experimentos de sua estirpe, em meio ao dissenso e à guerra, mas sua vigência foi marcada pela imposição de intensa disciplina no trabalho e pela liberação para que o capital circulasse sem as restrições precedentes. Mas não era claro na época (tampouco o é agora) exatamente que novas práticas sociais, sistemas e estruturas institucionais ou investimentos sociais funcionariam. O Segundo Império foi, então, uma fase de empenho para ajustar-se a um capitalismo florescente e exigente, no qual diversos interesses econômicos e políticos buscavam de forma deliberada determinadas vantagens e soluções, apenas para, muito frequentemente, se verem presos nas consequências involuntárias de suas próprias ações.

Foi nesse contexto que o imperador e seus conselheiros procuraram liberar Paris – sua vida, cultura e economia – das restrições que a vinculavam de modo tão estreito a um passado antigo. Embora algumas necessidades imediatas fossem claras – como a melhoria no acesso ao mercado central de Les Halles, a remoção das favelas em torno do centro da cidade e o aprimoramento na circulação do trânsito entre as estações ferroviárias e em direção ao centro cívico –, havia uma série de questões problemáticas. Elas incluíam obstáculos relativos a meios e fins, ao papel apropriado do Estado em relação aos interesses privados e à circulação de capital, ao grau de intervenção do Estado nos mercados de trabalho, na atividade industrial e comercial, à provisão de moradia e bem-estar social e a outros temas do gênero. Havia, acima de tudo, o problema político de como fazer a economia parisiense voltar a andar com os próprios pés sem

provocar a resistência maciça de uma alta burguesia ainda poderosa nem alimentar as inseguranças de uma classe média sempre sob a ameaça de marginalização, apesar de parecer solidamente estabelecida, e muito menos induzir os trabalhadores à revolta direta. Desse ponto de vista, devemos ver o imperador, em última análise, como prisioneiro das forças de classe que ele de início parecia ludibriar com tanto desembaraço e desdém. O fato de ele ter conseguido chegar tão longe e fazer tanto apenas atesta o tremendo transtorno gerado pelo calor de 1848, transtorno esse que afetou não apenas a economia e a política, mas também as maneiras tradicionais de representar o mundo e agir de acordo com tais representações. Nesse aspecto, a vida parisiense, entre 1848 e 1851, estava totalmente conturbada, o que afetou a pintura (esse foi, afinal, o período de ruptura de Courbet em um mundo da arte que não conseguia compreendê-lo), as letras, a ciência e a administração, assim como a indústria, o comércio e as relações de trabalho. Só depois que todo o tumulto acalmou, a sólida resistência ao autoritarismo do Império pôde começar.

Em comparação com a sua conjuntura em 1850, a situação de Paris em 1870 havia mudado fundamentalmente. E as mudanças foram extensas e tiveram raízes profundas, embora não o suficiente para impedir outro grande evento na história da cidade, o levante que deu origem à Comuna de Paris, em 1871. No entanto, embora houvesse continuidades entre as revoluções de 1848 e 1871, muita coisa as separava. Os dezoito anos do Império haviam marcado de forma tão intensa a consciência dos parisienses quanto as obras de Haussmann haviam rasgado e reconstruído a estrutura física da cidade.

No que diz respeito ao destino de Paris, o fato de ela ter sido entregue a Haussmann em junho de 1853, sete meses após a declaração do Império, foi sem dúvida significativo[4]. Haussmann, como vimos anteriormente (p. 20-5), construiu certo relato mítico acerca da importância do Império e estimulou a percepção de uma total ruptura com o passado, na qual ele próprio inocentemente implementaria a vontade do imperador. A ruptura pode não ter sido total, mas foi decerto um ponto de virada. Haussmann era bem mais maquiavélico do que revelou em suas *Mémoires*. Era

ambicioso, fascinado pelo poder, tinha seus próprios engajamentos ardorosos (e também uma visão muito particular de serviço público) e estava preparado para ir muito longe na busca de seus objetivos. Ele obteve um extraordinário poder pessoal por meio da autoridade de Luís Bonaparte e estava pronto para usá-lo ao máximo. Era incrivelmente dinâmico e bem organizado, tinha olhar clínico para detalhes e estava sempre disposto a desprezar opiniões e subverter a autoridade (mesmo a do imperador), operar à beira dos limites da legalidade, manipular as finanças por meio do que hoje chamamos de "contabilidade criativa", ignorar opiniões alheias e não fazer absolutamente nenhuma concessão à democracia. Ele há muito exibia esses traços, e é quase certo que eles o tornaram muito atraente a Luís Bonaparte, em comparação com Berger, o prefeito financeiramente conservador e democraticamente contido que Haussmann substituiu. Ele julgava que teria para sempre o apoio do imperador, e estava certo até pelo menos o início da década de 1860. Excluiu de pronto o conselho municipal (que tanto havia pressionado o cauteloso Berger) e ignorou a comissão de planejamento (declarou tê-lo feito com a conivência do imperador, fato que ele simplesmente inventou). Em resumo, era um bonapartista autoritário, sobreviveu e prosperou durante todo o tempo em que o bonapartismo permaneceu intacto. Mas, quando este enfraqueceu e pouco a pouco deu lugar ao liberalismo, na década de 1860, a posição de Haussmann também ruiu, culminando em sua demissão sacrificial em janeiro de 1870, quando um democrata liberal, Émile Ollivier, tornou-se primeiro-ministro.

O que é tão intrigante em relação a Haussmann é que, embora entendesse perfeitamente a gravidade do problema macroeconômico com o qual se deparava no contexto da crise específica de Paris como uma economia urbana, sua reação incluía uma atenção intensa e com frequência torturante aos detalhes. Ele monitorava de perto os projetos de mobiliário urbano (como a iluminação a gás, os quiosques e até mesmo o projeto dos mictórios de rua conhecidos como *vespasiennes*). Era obcecado por detalhes de alinhamento. Angulou diagonalmente a ponte de Sully sobre o Sena para que ela alinhasse o Panteão à coluna da Bastilha e, em um extraordinário feito de engenharia, moveu a coluna da Vitória para

centralizá-la na recém-criada Place du Châtelet. Mais bizarra ainda foi sua insistência para que o arquiteto Bailly deslocasse o domo de seu Tribunal do Comércio para que ficasse na linha de visão daqueles que transitavam pelo recém-construído Boulevard de Sébastopol. Uma assimetria local foi criada para produzir um efeito simétrico em uma escala urbana maior.

Quando Haussmann foi demitido, o processo da transformação urbana posto por ele em andamento já tinha assumido tal dimensão que era quase impossível detê-lo. A haussmannização – representada, por exemplo, pela finalização da Avenue de l'Opéra – permaneceu por muitos anos após sua saída do cargo. A continuidade dependia em parte da forte e leal equipe de administradores e tecnocratas talentosos que ele reunira à sua volta – Jean-Charles Alphand para fazer os parques, Eugène Belgrand para projetar as obras hidráulicas e os esgotos, Victor Baltard para refazer Les Halles, arquitetos como Jacques Hittorff para criar obras monumentais e Gabriel Davioud para criar fontes. Todos tinham forte personalidade e aptidões e, após conflitos iniciais (e às vezes prolongados) com Haussmann, passaram a reconhecer que podiam soltar as rédeas de seus talentos com seu apoio, da mesma forma que ele fazia em relação ao apoio do imperador. Os frutos da colaboração desses homens podem ser vistos até hoje. O parque no centro da Square du Temple é de Alphand, a Mairie du Troisième Arrondissement que está em frente a ela é de Hittorff e o mercado coberto que a ladeia é de Baltard. O valor dessas obras foi tão consagrado, a reputação dos arquitetos e administradores tão bem estabelecida, a lógica do desdobramento do plano urbano tão bem entrincheirada e a concepção geral tão bem aceita que Paris, pelos trinta anos subsequentes ou mais, em grande parte se desenvolveu ao longo das linhas definidas por Haussmann.

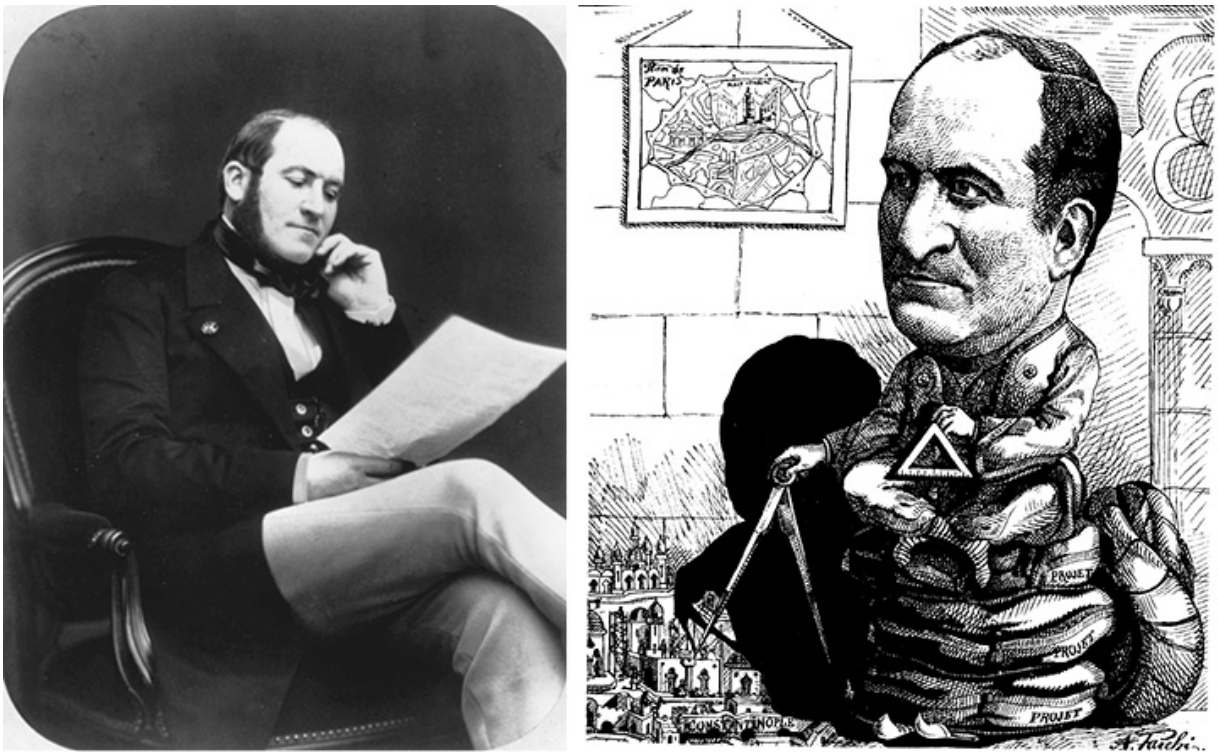


FIGURA 30: *À esquerda, retrato de Haussmann feito por Petit e, à direita, uma caricatura sua, representando-o como o "Átila da Linha Reta", munido de um compasso e de um esquadro, dominando a planta de Paris.*

A essa altura, já havia sido delineada uma nova escala de ação e pensamento que seria difícil de reverter. Não há nada que represente isso melhor do que a transformação de Les Halles, pois não se tratava apenas da escala dos prédios individuais e do estilo arquitetônico, mas de um "novo conceito de urbanismo comercial", que culminava na produção e no planejamento de todo um bairro da cidade para uma única função. O resultado foi proporcionar à cidade um tecido totalmente novo. Mas depois, declara Van Zanten, Haussmann parece ter perdido o rumo:

> No início da década de 1860, quando os projetos iniciais de 1853 haviam sido concluídos ou já estavam bem encaminhados, algo aconteceu – a escala mudou, o foco se perdeu, a coordenação desandou – à medida que novos projetos eram realizados como inflexões, elaborações e extensões do projeto original [...] cujo sucesso impressionante na primeira década de trabalho fez parecer possível, mas que nesse momento saiu do controle e conduziu à crise financeira de 1867-1869 e, portanto, à saída de Haussmann.[5]

Haussmann pode ter aspirado a um domínio total e o conquistado brevemente, mas foi incapaz de sustentá-lo.

Como deve ser contada a história dessa intensa transformação da Paris do Segundo Império? Uma narrativa simples e direta da mudança histórico-geográfica bastaria. Há, na verdade, vários relatos extraordinários que fazem exatamente isso[6]. Mas como construir essa narrativa sem um entendimento adequado das articulações internas e relações da economia, da política, da sociedade e da cultura urbanas? Como preservar uma visão de Paris como um todo sem deixar de reconhecer, como fez tão claramente o próprio Haussmann, a importância dos detalhes? Dissecar a totalidade em partes isoladas significa correr o risco de perder o rastro de suas complexas inter-relações. Mas também não conseguimos apreender o todo sem compreender os detalhes, sem entender como partes isoladas, fragmentos, funcionam. Tomarei um caminho intermediário e tentarei entender a transformação histórico-geográfica de Paris durante o Segundo Império em termos de uma série de temas entrecruzados e entrelaçados, dos quais nenhum pode ser entendido de forma adequada separadamente. O problema é apresentar as inter-relações sem cair em repetições tediosas. Devo colocar aqui sobre o leitor o fardo de tentar manter os temas em perspectiva como parte de uma totalidade de inter-relações que constituem a força motriz da transformação social em um dado local e tempo.



FIGURA 31: *Segundo esta representação, Paris, adornada como uma mulher belamente vestida e de postura imperiosa, rejeita Haussmann com ingratidão em 1870, apesar de todos os magníficos presentes que ele lhe deu.*

Os temas se reúnem sob alguns títulos. Começo pelas relações espaciais, em parte porque considero importante colocar a questão da

materialidade dessas relações e suas consequências sociais no primeiro plano da análise, nem que seja pelo simples fato de ela ser tão frequentemente relegada a uma posição secundária. Não pretendo com isso privilegiá-la na análise geral, mas, se algum privilégio estiver ligado à posição em um argumento (o que invariavelmente acontece), por que não concedê-lo à produção das relações espaciais, ainda que só para variar? Os três temas que se seguem – capital financeiro, interesse imobiliário e Estado – estão vinculados como parte da teoria da distribuição do produto social em juros, aluguel e impostos. Fazer considerações sobre distribuição antes de sobre produção pode parecer um pouco estranho, mas, como comentou Marx, há "uma distribuição inicial que determina a produção" que tem grande importância para o entendimento de como o capitalismo funciona. Nesse caso, o posicionamento resulta em larga medida do fato de que as novas relações espaciais (tanto externas quanto internas) foram criadas a partir de uma coalizão entre Estado, capital financeiro e interesse imobiliário, e que cada um teve de passar por um doloroso ajuste ao outro para que as ações necessárias pudessem ocorrer no processo de transformação urbana. O Estado é, evidentemente, mais que apenas uma faceta da distribuição (embora ele não consiga ir muito longe sem impostos), por isso outros aspectos da ação, legitimidade e autoridade estatais serão analisados aqui e também em seções posteriores, quando for apropriado.

A produção e os processos do trabalho serão examinados em seguida. Mudanças nas técnicas, organizações e locais estavam vinculadas a alterações nas relações espaciais (a ascensão de uma nova divisão internacional do trabalho e a reorganização interna de Paris) e também ao crédito, aos aluguéis e às políticas do Estado (ilustrando, assim, como a distribuição e a produção se integram dentro de um contexto urbano). Mas os produtores também necessitam da mão de obra como principal força produtiva. Isso nos leva a nos debruçar sobre o mercado de trabalho parisiense, com suas múltiplas facetas de crescimento populacional, imigração, determinação da taxa salarial, mobilização de um exército industrial de reserva composto por desempregados, níveis de qualificação e atitudes com relação ao trabalho e à organização da mão de obra.



Figura 32: *Haussmann era extraordinariamente atento aos detalhes. Aqui, à esquerda, ele combina a nova iluminação a gás com uma vespasienne (mictório masculino de rua). A foto à direita capta a mistura entre o detalhe da rua (a iluminação a gás) e a paixão tanto pela linha reta quanto pela uniformidade no estilo de construção (nesse caso, no Boulevard de Sébastopol). As centenas de fotos de ruas tiradas por Marville nesse período são uma fonte maravilhosa de informações detalhadas.*



Figura 33: *A paixão de Haussmann pelo alinhamento retilíneo o fez insistir para que Bailly mudasse seu projeto do novo Tribunal do Comércio. A cúpula foi deslocada para a lateral do prédio para criar um efeito simétrico com a torre da Conciergerie quando vista do Boulevard de Sébastopol. A simetria do edifício é sacrificada em prol da simetria da cidade como um todo. A foto é de Marville.*

A participação das mulheres na força de trabalho era importante e controversa. Na medida em que ocupavam uma posição de ponte entre o mercado de trabalho e a reprodução da força de trabalho no lar, sua posição na sociedade parisiense como um todo merece consideração explícita. Isso proporciona um contexto sociológico para analisar a reprodução da força de trabalho em seus aspectos de longo prazo. Esse processo ocorreu em grande parte fora de Paris porque, durante as décadas de 1850 e 1860, as províncias alimentaram o mercado de trabalho parisiense com imigrantes. Tal fato nos leva a considerar como as relações de classe foram reproduzidas em Paris e submetidas ao controle social mediante estruturas de consumo e de espetáculo. A partir dessa

perspectiva, fica mais fácil refletir sobre as realidades que se reforçam mutuamente e as concepções de comunidade e classe em uma sociedade na qual ambas estavam sofrendo uma transformação radical.

Embora as cidades tenham sido frequentemente consideradas construtos artificiais projetados segundo vontades, necessidades, desejos, capacidades e poderes humanos, é impossível ignorar que sua implementação se dê em um ambiente ecológico e "natural" em que temas de metabolismo e de relações "adequadas" com a natureza estão claramente postos. As epidemias de cólera de 1832 e 1849, por exemplo, deram enorme destaque ao problema de saúde pública e higiene, assuntos seriamente tratados na Paris do Segundo Império. Questões relativas a ciência e sentimento, a retórica e representação, são então abordadas em uma tentativa de descobrir o que o povo sabia, como sabia e de que maneira colocava suas ideias para funcionar social, econômica e politicamente. Estou aqui buscando reconstruir ideologias e estados de consciência, pelo menos até onde estes eram articulados e são recuperáveis para consideração presente. Isso nos coloca em uma posição melhor para entender o que eu chamo, na seção final, de "geopolítica de uma geografia histórica urbana". Vislumbro, então, uma espiral de temas que, começando pelas relações espaciais, se move através da distribuição (crédito, aluguel, impostos), da produção e dos mercados de trabalho, da reprodução (da força de trabalho, das relações de classe e da comunidade) e da formação da consciência para colocar o espaço em movimento como verdadeira geografia histórica de uma cidade viva.

Notas

[1] Priscilla Parkhurst Ferguson, em *Paris as Revolution*, cit., faz da tradição revolucionária o principal foco do seu relato.

[2] Louis Chevalier, *Labouring Classes and Dangerous Classes in Paris during the First Half of the Nineteenth Century* (Nova York, H. Fertig, 1973), p. 45.

[3] Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, cit., e *Class Struggles in France* (Nova York, International Publishers, 1964) [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit.; *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2012]; Maurice Agulhon, *The*

Republican Experiment, 1848-1852 (Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1983); Jean Dautry, *1848 et la IIe République* (Paris, Éditions Sociales, 1977).

[4] Há vários relatos biográficos da vida de Haussmann além de suas *Mémoires* um tanto duvidosas. Os mais completos (e, por isso, mais tediosos) são o de Jean Des Cars, *Haussmann: la gloire du Second Empire* (Paris, Librairie Académique Perrin, 1978), e o de Michael Carmona, *Haussmann*, cit. O de Gérard-Noël Lameyre, *Haussmann, "préfet de Paris"* (Paris, Flammarion, 1958), é o de leitura mais agradável. Para um relato recente e vigoroso em inglês, ver Willet Weeks, *The Man Who Made Paris Paris*, cit.

[5] David Van Zanten, *Building Paris: Architectural Institutions and the Transformation of the French Capital, 1830-1870* (Cambridge, Cambridge University Press, 1994), p. 199-23.

[6] Há vários relatos excelentes da transformação da Paris do Segundo Império, como os de Louis Girard, em *La politique des travaux publics sous le Second Empire* (Paris, Armand Colin, 1952) e *Nouvelle histoire de Paris: La deuxième r*épublique et le Second Empire (Paris, Hachette, 1981); o de Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit.; em inglês, os relatos de David Pinkney, "Migrations to Paris during the Second Empire", *Journal of Modern History*, Chicago, University of Chicago Press, n. 25, 1953, p. 1-12, e *Napoleon III and the Rebuilding of Paris* (Princeton, Princeton University Press, 1958). Em *Paris: histoire d'une ville*, cit., Bernard Marchand, de modo muito perceptivo, põe as obras de Haussmann em um panorama de mais longo prazo.

* *O pai Goriot*, cit. (N. E.)

** *O capital*, Livro III, cit. (N. E.)

4. A organização das relações espaciais

> Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. [...] Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio [...] para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo [...].
>
> Karl Marx*

A integração do espaço nacional da França há muito estava em pauta. Mas, em 1850, "a implantação das estruturas e métodos do capitalismo moderno de larga escala tornou imperativas a conquista e a organização racional do espaço, e sua melhor adaptação às novas necessidades"[1]. A melhoria do espaço interno de Paris havia sido, como vimos (Capítulo 2), esporadicamente debatida e parcialmente realizada durante toda a Monarquia de Julho. Em 1850, ela se tornara imperativa. Luís Bonaparte estava preparado para atuar nas duas frentes. Já em dezembro de 1850 ele falou de modo direto sobre a necessidade de não poupar esforços para embelezar a cidade e melhorar as condições de vida dos habitantes. Nós

vamos, disse ele, “abrir novas ruas, desobstruir bairros populares que carecem de ar e iluminação para que a luz do sol possa penetrar em toda parte entre os muros da cidade, assim como a luz da verdade ilumina nosso coração”. Em 9 de outubro de 1852, ele sinalizou a futura declaração de um Império dedicado a atividades pacíficas. “Nós temos”, declarou ele, “imensas terras não cultivadas para limpar, estradas para abrir, portos para escavar, rios para tornar navegáveis, canais para concluir e a rede ferroviária para completar”[2]. Os ecos da doutrina saint-simoniana eram inequívocos. Em 23 de junho de 1853, Haussmann assumiu o cargo de prefeito do Departamento do Sena com autorização para refazer a cidade de acordo com o planejado.





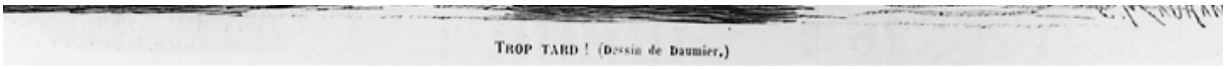


FIGURA 34: *De acordo com a perspectiva de Daumier, as ferrovias contribuíam para a sensação de tumulto e confusão caóticos na cidade, ao mesmo tempo que integravam o campo em torno de Paris à rede urbana. Mas o timing era essencial!*

O poder estava agora extremamente concentrado, bem no momento em que havia um sistema social e político nascente ávido por realizar o trabalho e transformar em realidade viva as esperanças e visões há muito acalentadas. Os excedentes de capital e força de trabalho, tão flagrantes em 1848, seriam absorvidos em longo prazo mediante um programa de investimento maciço no meio ambiente construído que focava na melhoria das relações espaciais. Menos de um ano após a declaração do Império, mais de mil pessoas estavam trabalhando no canteiro de obras das Tulherias; outros milhares estavam de volta ao trabalho construindo ferrovias; e as minas e forjas, ainda abandonadas em 1851, eram apressadas para satisfazer a florescente demanda. O que talvez tenha sido a primeira grande crise do capitalismo fora superado, ao que parecia, por meio de investimento de longo prazo dos excedentes de capital e trabalho na reorganização do sistema de transporte e comunicações.

As realizações pareciam notáveis, e seus efeitos mais ainda. As ferrovias, caracterizadas por alguns trechos aqui e ali (1.931 quilômetros, para ser exato) em 1850, expandiram-se para uma rede intrincada de cerca de 17.400 quilômetros em 1870 (Figura 35). O volume do tráfego cresceu duas vezes mais rápido que a produção industrial, ao mesmo tempo que se deslocou para o sistema ferroviário e abandonou outros meios de transporte (Tabela 2). Embora as estradas imperiais definhassem, as vias de acesso para o sistema ferroviário eram cada vez mais usadas e aprimoradas. O sistema de telégrafo foi do zero, em 1856, a 23 mil quilômetros, dez anos mais tarde, quando pôde ser usado não apenas para propósitos governamentais. "A glória suprema de Napoleão III", escreveu Baudelaire, "terá sido provar que qualquer um pode governar uma grande nação assim que tiver o controle do telégrafo e da imprensa nacional"[3]. Mas o telégrafo também facilitou a coordenação dos mercados e das decisões financeiras. O preço das mercadorias em Paris, Lyon, Marselha e Bordeaux

ficava instantaneamente disponível e, logo depois, Londres, Berlim, Madri e Viena podiam ter a mesma informação. O imperador só não fez jus às suas promessas com respeito aos portos e ao comércio marítimo, mas isso foi mais do que compensado pela enxurrada de capital francês excedente no exterior. Cerca de um terço do capital disponível foi direcionado à abertura de espaço em outras regiões[4]. Sistemas ferroviários e telegráficos com financiamento francês expandiam seus tentáculos até as penínsulas Ibérica e Itálica e, pela Europa central, até a Rússia e o Império Otomano. As finanças francesas também construíram o canal de Suez, aberto em 1869. O sistema de transporte e comunicações, que viria a ser a base de um novo mercado mundial e de uma nova divisão internacional do trabalho, foi em grande parte implantado entre 1850 e 1870.

Tabela 2. *Transporte interno por meio e volume, 1852-1869*

Mercadorias (milhares de kms/toneladas)						*Passageiros (milhares de passageiros/kms)*		
Ano	Rodovia	Canal e hidrovia navegável	Transporte marítimo	Ferrovia	Total	Rodovia	Ferrovia	Total
1852	2,6	1,7	1,3	0,6	6,2	1,36	0,99	2,35
1869	2,8	2,1	0,8	6,2	11,8	1,46	4,10	5,56

Fonte: Alain Plessis, *De la fête impériale au Mur des Fédérés*, cit., p. 116.

Se tudo isso teria ou não acontecido independentemente do regime é discutível. Essa foi, afinal, a era do investimento maciço nos transportes e nas comunicações por todo aquele que, na época, era o mundo capitalista avançado, e o desempenho da França, depois do impulso inicial de energia após 1852, mal conseguia acompanhar o passo – e em certos campos ficou bem atrás – das outras potências importantes. Em alguns casos, como o do canal de Suez, a França poderia razoavelmente alegar que sua orientação e ajuda material foram essenciais para a conclusão dos projetos. E há um consenso geral de que a mistura particular entre políticas governamentais e reformas financeiras, em grande parte proveniente da orientação saint-simoniana do imperador e de alguns de

seus conselheiros mais próximos (com Persigny à frente do Ministério das Finanças), teve muito a ver com o *boom* espetacular do período imediatamente posterior a 1852. Logo se tornou claro que havia limites para tal processo de absorção dos excedentes de capital e mão de obra. Evidentemente, o problema era que emprego "produtivo" sob o capitalismo sempre significou emprego lucrativo. Uma vez que os segmentos mais interessantes e profícuos da rede ferroviária haviam sido concluídos em 1855, seguidos pela primeira rede de estradas de Haussmann em 1856, o Estado tinha de encontrar maneiras cada vez mais sofisticadas para manter o trabalho em andamento. Em meados da década de 1860, todo o processo se deparou com as realidades das finanças capitalistas. Pois esse era – não se engane – um projeto realizado não apenas a mando de um imperador todo-poderoso e de seus principais conselheiros (inclusive Haussmann), mas organizado mediante e para a associação de capitais. Como tal, estava sujeito à lógica poderosa, porém contraditória, da obtenção de lucro por meio da acumulação de capital.

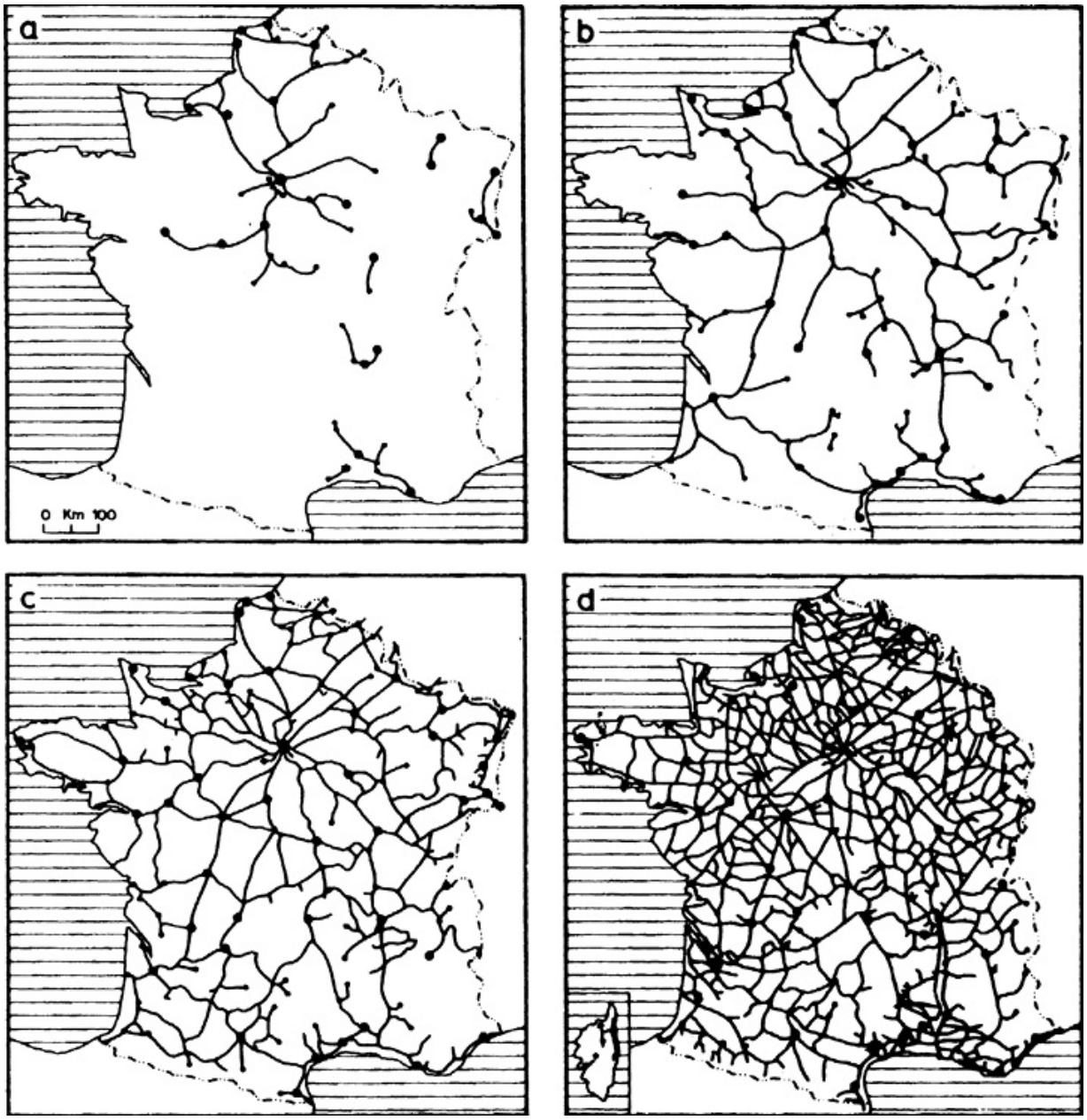


Figura 35: *A transformação da rede ferroviária na França: (a) 1850, (b) 1860, (c) 1870, (d) 1890 (segundo Jacques Boussand, Atlas historique et culturel de la France, Paris, Elsevier, 1957).*

Por exemplo, a decisão de colocar Paris no centro da nova rede ferroviária, supostamente por razões políticas e estratégicas, fazia perfeito sentido econômico, na medida em que Paris era tanto o principal mercado quanto o principal centro produtivo da nação. As economias de aglomeração naturalmente atraíam novos investimentos nos transportes e

novas formas de atividade econômica para Paris, pois ali estavam as ligações ferroviárias mais lucrativas. O resultado foi a abertura da indústria e do comércio parisienses à competição inter-regional e internacional. Mas em compensação a abertura também facilitou o acesso aos mercados de exportação. A posição da indústria e do comércio passou a mudar, portanto, de forma notável em relação a uma inconstante divisão internacional do trabalho. Os custos para reunir as matérias-primas em Paris declinaram (o preço do carvão na cidade caía, enquanto o da boca da mina em Pas-de-Calais estava subindo); como resultado, muitos dos insumos com os quais a indústria parisiense contava se tornaram mais baratos. O aumento da regularidade, do volume e da velocidade dos fluxos de mercadorias que entravam nas fábricas e eram escoadas nos mercados da cidade reduziu o tempo de giro do capital e abriu a possibilidade de grandes operações de negócios tanto na produção quanto na distribuição.

A revolução no varejo – a ascensão das grandes lojas de departamentos despontou na década de 1840 – e as relações de poder cambiantes entre comerciantes e produtores foram em parte resultado das novas relações espaciais[5]. Do mesmo modo, o mercado de alimentos parisiense aliviou-se da íntima dependência de suprimentos locais e frequentemente incertos e foi cada vez mais atraído para as fontes provinciais e estrangeiras, o que provocou "uma verdadeira revolução no consumo"[6]. As hortas, os pomares e a pecuária que antes floresceram na cidade haviam em grande parte desaparecido em 1870[7]. A burguesia podia então aguardar ansiosamente vegetais frescos da Argélia e do Midi, e os pobres podiam suplementar a dieta com batatas do Ocidente e nabos do Oriente. E não foram apenas os produtos que se deslocaram. Turistas vinham do mundo todo (aumentando a demanda efetiva), lojistas afluíam dos subúrbios e o mercado de trabalho parisiense espalhou seus tentáculos até as regiões mais remotas para satisfazer a demanda crescente de força de trabalho.

A transformação das relações espaciais externas exerceu uma pressão muito grande sobre o ímpeto de racionalizar o espaço interno da própria Paris. As explorações de Haussmann nesse aspecto evidentemente se tornaram uma das grandes lendas do planejamento urbano modernista[8].

Apoiado pelo imperador e munido dos meios para absorver os excedentes de capital e mão de obra em um vasto programa de obras públicas, ele elaborou um plano coerente para reorganizar a estrutura espacial da vida social e econômica na capital. Os investimentos cobriram não apenas uma nova rede de ruas, mas também esgotos, parques, monumentos e espaços simbólicos, escolas, igrejas, prédios administrativos, moradias, hotéis, instalações comerciais etc.

A concepção de espaço urbano implementada por Haussmann era sem dúvida nova. Em vez de "coleções de planos parciais de vias públicas considerados sem vínculos ou conexões", Haussmann visava a um "plano geral que fosse não obstante suficientemente detalhado para coordenar de maneira adequada as diferentes circunstâncias locais"[9]. O espaço urbano era visto e tratado como uma totalidade na qual diferentes bairros da cidade e diferentes funções eram colocados em relação para que se formasse um todo funcional. Essa preocupação constante com a totalidade do espaço urbano conduziu à luta feroz de Haussmann, que não foi incondicionalmente apoiada pelo imperador, para anexar os subúrbios onde o desenvolvimento desregrado ameaçava a evolução racional da ordem espacial no interior da região metropolitana. Em 1860, ele finalmente obteve sucesso. Dentro desse espaço novo e maior, criou uma forma hierárquica sofisticada de administração territorial – com ele próprio, é claro, situado no topo – mediante a qual a complexa totalidade de Paris poderia ser mais bem controlada por uma descentralização organizada e uma delegação de poderes e responsabilidades aos vinte *arrondissements*. Em cada um deles, construiu uma *mairie* (administração local) para simbolizar ao povo essa presença administrativa. E lutou incessantemente, embora no fim não tenha tido tanto sucesso, por meio de retórica e legislação priorizando o interesse público contra o privatismo e o paroquialismo dos interesses individuais e por uma evolução racional e ordeira das relações espaciais na cidade.

A paixão de Haussmann pela coordenação espacial exata foi simbolizada pela triangulação que produziu o primeiro mapa cadastral e topográfico preciso da cidade, em 1853. E não há dúvida de que foi Haussmann, e não o imperador, quem impôs a lógica da linha reta,

insistiu na simetria, viu a lógica do todo e estabeleceu o tom tanto da escala quanto do estilo, assim como dos detalhes, do planejamento espacial. No entanto, foram a amplitude da escala e a abrangência do plano e da concepção que asseguraram o lugar de Haussmann como uma das figuras precursoras do planejamento urbano modernista. "Não faça planos pequenos", instava Daniel Burnham muitos anos mais tarde, e Haussmann agia justamente assim.



Figura 36: *Os novos bulevares de Haussmann em diferentes fases de construção.*

Independentemente do que o imperador e Haussmann pudessem ter planejado – a criação de uma capital ocidental para competir com a Roma imperial, celebrando assim uma nova forma de Império; a expulsão das "classes perigosas" e das habitações e indústrias insalubres do centro da cidade –, um dos mais claros efeitos de seus esforços foi a melhora na capacidade de circulação de mercadorias e pessoas dentro dos limites da

cidade. A construção de cerca de 145 quilômetros de espaçosos bulevares, que reduziram de forma notável o custo, o tempo e (em geral) os eventuais estorvos de deslocamento, facilitou a entrada e saída de mercados centrais como Les Halles, a ida e volta de lugares de recreação (Bois de Boulogne durante o dia, os grandes bulevares à noite), o fluxo entre as estações ferroviárias recentemente construídas, entre o centro e a periferia, entre a Rive Gauche e a Rive Droite e entre a indústria e o comércio (para as novas lojas de departamentos). Com os irmãos Péreires, Haussmann planejou a consolidação por meio da fusão de todas as empresas de ônibus, em 1855, em um único monopólio privado – a Compagnie Générale des Omnibus –, aumentando assim o número de passageiros, que passou de 36 milhões, em 1855, para 110 milhões, em 1860. O novo sistema viário tinha a vantagem adicional de rodear cuidadosamente alguns dos enclaves tradicionais de agitação revolucionária, de modo a permitir a livre circulação de forças da ordem, caso necessário. Também contribuía para a livre circulação de ar nos bairros insalubres, enquanto a ação da luz do sol durante o dia e da recém-instalada iluminação a gás à noite ressaltava a transição para uma forma mais extrovertida de urbanismo, em que a vida pública do bulevar tornava-se um destaque do que era a cidade. E, em um extraordinário feito de engenharia, até hoje admirado, os fluxos de água e esgoto foram revolucionados.

Isso tudo foi realizado de maneira implacável e demandou tempo, dinheiro, habilidade técnica e a incrível energia e capacidade administrativa de Haussmann. Ninguém pode duvidar de seu compromisso apaixonado e duradouro para melhorar os meios de transporte. Não fora ele mesmo que, ao ser nomeado pela primeira vez como subprefeito da remota comuna rural de Nérac, em 1832, ignorou a autoridade do prefeito e recorreu a um financiamento criativo de legalidade duvidosa para deixar a comuna, cerca de cinco anos depois, com vários quilômetros de ruas locais pavimentadas, novas pontes e uma estrada adequadamente revestida, conectando-a à cidade principal?

Mas a drástica transformação do espaço interno de Paris não se deveu apenas a Haussmann. O realinhamento do trânsito do eixo principal do

Sena para múltiplos terminais, muito debatido durante a Monarquia de Julho (ver Figura 25), foi menos uma consequência do que uma condição obrigatória para esse trabalho. Haussmann logo reconheceu que era uma "necessidade de primeira ordem" colocar as estações ferroviárias, agora os principais pontos de entrada em Paris, "em relação direta com o coração da cidade por meio de grandes vias"[10]. A ferrovia Petite Ceinture, que rodeava Paris e dinamizou o crescimento dos subúrbios, também pouco deveu a Haussmann. E, como veremos, houve todos os tipos de mudanças – na operação dos mercados fundiários e imobiliários, nos processos de locação e mão de obra industrial, nos sistemas de comércio e fornecimento, na distribuição da população e na formação da família – aos quais Haussmann estava mais se ajustando do que capitaneando. A remodelagem do espaço interno de Paris foi, portanto, uma resposta a processos já em movimento. Mas ela também veio a ser um quadro espacial em torno do qual esses mesmos processos – de desenvolvimento industrial e comercial, de investimento em habitação e segregação residencial etc. – puderam se juntar e desdobrar suas próprias trajetórias, definindo assim a nova geografia histórica da evolução da cidade.

A seu favor, é preciso reconhecer que Haussmann estava mais do que ciente de seu papel limitado. Pois, embora tivesse poderes autoritários e frequentes delírios de grandeza, também reconhecia que, para Paris ser transformada, ele tinha de liberar mais que apenas os fluxos de mercadorias e pessoas de suas restrições medievais. A força que ele teve de mobilizar – e a que, no fim, o dominou – era a circulação do capital. No entanto, essa também era uma condição irrefutável presente no próprio nascimento do Império, pois, para que este pudesse sobreviver, a absorção dos excedentes de trabalho e capital era imprescindível. A incorporação desses excedentes por meio de obras públicas, que tanto transformaram o espaço interno de Paris, implicava a livre circulação do capital mediante a edificação de uma estrutura espacial particular do meio ambiente construído. Liberado de sua camisa de força feudal, o capital reorganizou o espaço interno de Paris segundo princípios que eram exclusivamente seus. Haussmann queria fazer dela uma capital moderna digna não só da França, mas da civilização ocidental. No fim, ele simplesmente ajudou a

torná-la uma cidade em que a circulação do capital tornou-se o verdadeiro poder imperial.

As novas relações espaciais tiveram efeitos poderosos na economia, na política e na cultura parisienses, e seus efeitos sobre a sensibilidade dos moradores da cidade foram inúmeros. Era como se eles tivessem sido instantaneamente mergulhados em um mundo desconcertante de aceleração e rápida compressão das relações espaciais. O Segundo Império passou por um surto feroz de compressão espaço-tempo, e os efeitos contraditórios disso (em particular com respeito ao espaço e ao lugar) estavam evidentes em toda parte. A orientação dos novos investimentos em transportes reenfatizou, por exemplo, a tendência para a centralização da administração, das finanças, da economia e da população em Paris. Ela recolocou em pauta a questão espinhosa do equilíbrio adequado entre a centralização geográfica e a descentralização do poder político dentro da nação, e o fez de maneira a tornar o papel da comuna na construção da cidadania e das identidades políticas um vigoroso tópico de debate[11]. A centralização era vista por muitos como uma virtude. "Paris é a própria centralização", proclamava o imperador com orgulho; "é a cabeça e o coração da França", elaborou Haussmann[12]. Mas isso desafiava a viabilidade e o significado da comunidade local mesmo dentro da própria Paris; os interesses políticos pareciam ter limites geográficos cada vez menos nítidos, e as identidades políticas baseadas no território tiveram de ser cada vez mais afirmadas em vez de apenas vividas.

A escala não era um problema apenas para Haussmann, os financistas e a burguesia. O novo internacionalismo do movimento dos trabalhadores não se acomodava muito bem com o desejo e a luta em prol de autonomia local que tanto haviam agitado os trabalhadores durante a década de 1840 e que mais tarde iriam proporcionar à Comuna de Paris (com sua absoluta insistência no direito ao autogoverno local) grande parte da sua característica política específica. A futura unificação do mundo mediante a monetização e o intercâmbio de mercadorias também foi celebrada nas Exposições Universais realizadas em Paris em 1855 e 1867. Em ambos os casos, o foco não foi apenas o progresso tecnológico, mas também o novo mundo das interconexões espaciais facilitado pelas modernas redes de

comunicação e materializado por meio do intercâmbio de mercadorias. Victor Hugo, em seu ensaio no *Paris-Guide* de 1867, escrito em larga medida para a Exposição Universal daquele ano, produziu um panegírico simplista a uma Europa unificada (do tipo que Saint-Simon havia articulado na década de 1820), isenta de fronteiras nacionais e expressiva de uma cultura comum, no exato momento em que as tensões geopolíticas estavam em ascensão e três anos antes de a Guerra Franco-Prussiana destruir a unidade europeia e pôr fim ao Império. A fantasmagoria da cultura capitalista universal e suas relações espaciais incorporadas na Exposição Universal cegaram até Hugo para a importância e o poder das lealdades ao lugar e das identificações com ele.

E, como tão frequentemente acontece com as melhorias no transporte e nas comunicações, o resultado não aliviou tanto o congestionamento, mas o recriou em velocidade e escala diferentes. A triplicação do número de passageiros de ônibus entre 1855 e 1860 conta grande parte da história. Muitas das charges de Daumier traçadas em reação às novas formas de transporte enfatizam a pressa e a aceleração nas ferrovias, nas estações e ao longo dos bulevares; a intensa pressão da superlotação; e a mudança no equilíbrio entre as intimidades privadas e as presenças públicas (ver Figuras 19, 34, 37 e 38). A segregação por classes nos vagões dos trens e no "andar de cima ou de baixo" dos ônibus permitiu alguma distinção, mas era difícil manter qualquer sensação de privacidade ou intimidade nos vagões lotados, não importa a classe do compartimento. As ferrovias revolucionaram não apenas a materialidade das relações espaciais, mas também as relações sociais, as intimidades e as sensibilidades[13]. A incorporação dos subúrbios e das franjas rurais mais remotas no turbilhão da vida parisiense também significou que não havia lugar para se esconder do processo de urbanização, enquanto a compulsão das classes médias e altas por lazer e prazer no campo, agora mais facilmente acessível, logo se tornaria um dos grandes temas da pintura impressionista.

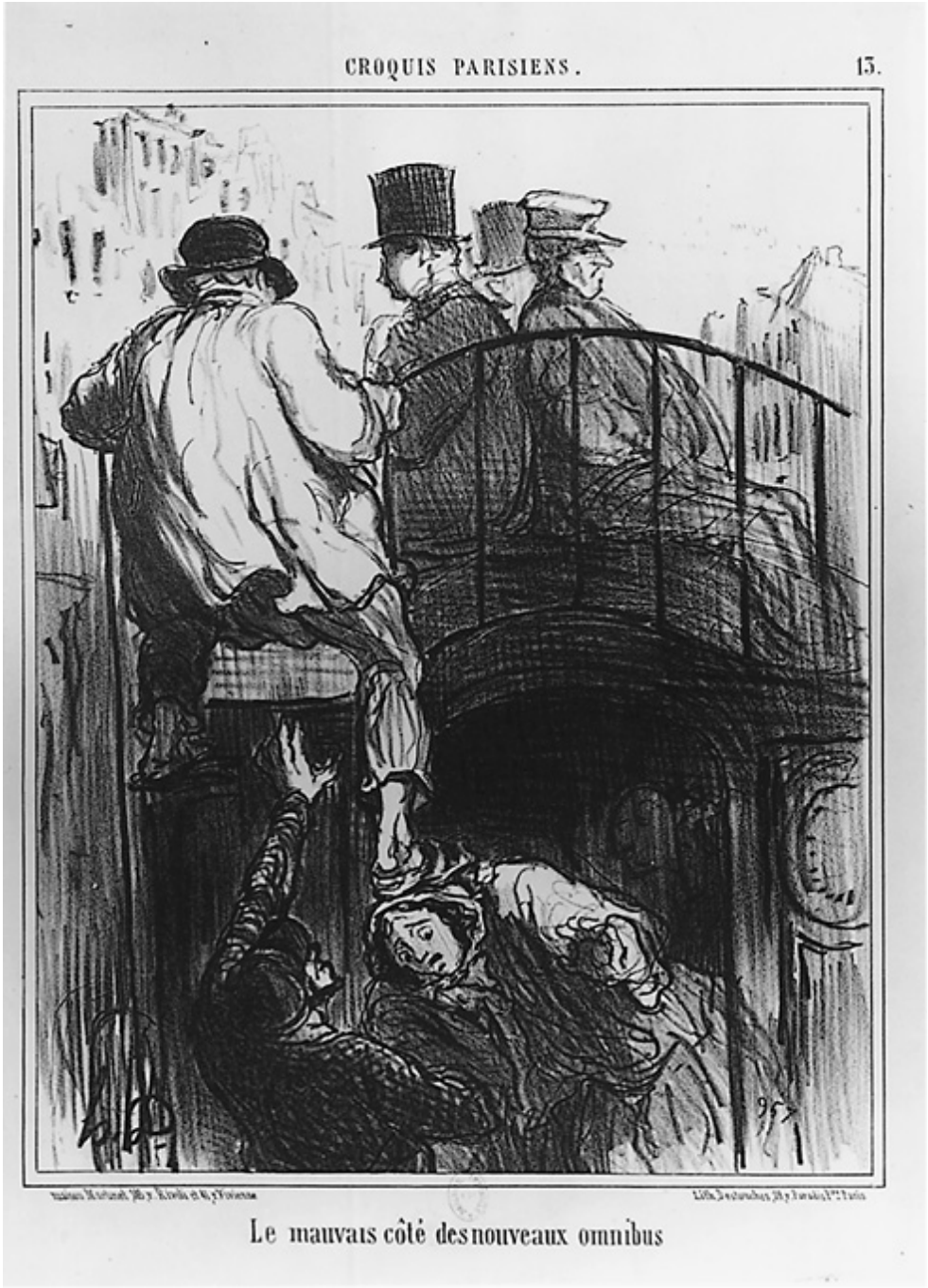


FIGURA 37: *O aumento no tráfego de ônibus ao longo dos bulevares não diminuiu a superlotação e a inconveniência de viajar dentro da cidade, pelo menos segundo esta representação de Daumier datada de 1856.*



FIGURA 38: *A viagem de trem impactou muito a maneira como as pessoas podiam vivenciar os espaços públicos de transporte. Era particularmente difícil preservar qualquer sensação de intimidade, e muitas das charges de Daumier tratam desse problema. A tentativa inicial de erguer compartimentos isolados e, assim, proteger os passageiros de classe alta do contato com o povo foi rapidamente abandonada quando um viajante foi encontrado assassinado em um deles. Esta charge de Daumier (1864) celebra a viagem da terceira classe, pois, embora a pessoa pudesse se sentir asfixiada, jamais seria assassinada.*

A aceleração também expandiu os espaços dentro dos quais as pessoas, as mercadorias e as ideias podiam se movimentar. Isso tornou imperativo repensar e replanejar o processo urbano em uma escala totalmente distinta. Não apenas Haussmann e seus assessores tiveram de se adaptar (e não há dúvida de que foram os primeiros a fazê-lo); os financistas, os

interesses comerciais e os industrialistas também precisaram ajustar seu pensamento e encontrar meios organizacionais para trabalhar em escalas geográficas maiores. A iniciativa de Haussmann de anexar os subúrbios em sua administração urbana simbolizou essa mudança de escala. Urbanistas como Perreymond e Meynadier foram, é claro, pioneiros nesse modo de pensar em 1840 e, ao mesmo tempo, conseguiram adaptar a tradição de racionalização do espaço urbano, que remontava pelo menos a Voltaire e Diderot, ao crescimento urbano caótico e constantemente acelerado de Paris. Lembre-se de que Balzac também havia começado a ver a cidade como um todo e, no celebrado desfecho de *O pai Goriot*, fez Rastignac se preparar para tomar a cidade enquanto a contempla das alturas do cemitério do Père-Lachaise. Mas o projeto de Rastignac é de avanço pessoal.

Zola, muitos anos mais tarde, refaz a cena de Balzac em *La curée*. Saccard, o grande especulador do Segundo Império, janta certa noite com Angèle nas alturas do Butte Montmartre. Ao olhar para baixo e ver Paris, imagina que lá "estão chovendo moedas de 20 francos" e observa alegremente como "mais de um distrito será fundido, e o ouro vai grudar nos dedos dos que aquecem e mexem a argamassa". Angèle arregala os olhos "com vago terror diante da visão desse homenzinho ali ereto sobre o gigante deitado aos pés dele, balançando o pulso em sua direção enquanto franze os lábios de forma irônica". Saccard descreve como Paris já foi cortada em quatro pela Grande Croisée e será ainda mais retalhada pelos "cortes dos escavadores" da segunda e da terceira redes, "as veias abertas, dando sustentação a 100 mil escavadores e pedreiros". "A mão nervosa" de Saccard "continua cortando o espaço" e Angèle

> treme ligeiramente diante dessa faca viva, daqueles dedos de ferro cortando de modo impiedoso a massa ilimitada de telhados escuros [...] a pequenez dessa mão, pairando cruelmente sobre uma presa gigantesca, terminou ficando inquieta; e enquanto, sem esforço, ela rasgava em pedaços as entranhas da enorme cidade, parecia assumir o estranho reflexo do aço no azul do crepúsculo. [14]

Assim, diante da escala da cidade como um todo, Zola recria a destruição criativa de Paris, vista do alto. Mas agora é o especulador que

capta a totalidade com a ambição de loteá-la e se alimentar de suas entranhas.

O remodelamento das relações espaciais e as transformações na escala espacial foram momentos mais ativos do que passivos no processo urbano. A própria organização do espaço por meio do transporte e das comunicações é um fato material de primeira ordem que toda análise histórica e geográfica deve enfrentar. A revolução do Segundo Império nas relações espaciais, tanto dentro quanto além de Paris, pode ter tido raízes em fases anteriores, mas não há dúvida de que, em comparação com o que antes prevalecia, houve uma diferença de ordem entre o ritmo da mudança, a escala espacial e a extensão geográfica após 1852. Como essa revolução foi realizada ainda é algo a ser explorado.

Notas

[1]* *Grundrisse*, cit., p. 432 e 445. (N. E.)

Pierre Leon, "La conquête de l'espace nationale", em Fernand Braudel e Ernest Labrousse (orgs.), *Histoire économique et sociale de la France*, v. 3: *L'avènement de l'ère industrielle (1789-années 1880)* (Paris, Presses Universitaires de France, 1976), p. 241; Hugh Clout, *Themes in the Historical Geography of France* (Londres, Academic Press, 1977).

[2] Louis Girard, *La politique des travaux publics sous le Second Empire*, cit., p. 111.

[3] Charles Baudelaire, *Intimate Journals*, cit., p. 73.

[4] Alain Plessis, *De la fête impériale au Mur des Fédérés, 1852-1871* (Paris, Seuil, 1973), p. 110.

[5] Michael Miller, *The Bon Marché: Bourgeois Culture and Department Stores, 1869-1920* (Princeton, Princeton University Press, 1981), p. 37.

[6] Essa revolução nos padrões de consumo foi fortemente articulada de acordo com a renda e as posições e pretensões de classe, como observaram comentaristas coetâneos como Victor Fournel, *Ce qu'on voit dans les rues de Paris* (Paris, A. Delahays, 1858) e *Paris nouveau et Paris future* (Paris, Jacques Lecoffre, 1865).

[7] Jacques Retel, Éléments pour une histoire du peuple *de Paris au 19e siècle* (Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1977).

[8] Sigfried Giedion, em *Space, Time, Architecture* (Cambridge, Harvard University Press, 1941) [ed. bras.: *Espaço, tempo e arquitetura*, São Paulo, Martins Fontes, 2004], apresenta uma apreciação laudatória. É também interessante notar que, no início de sua carreira, Robert Moses (em "What Happened to Haussmann", *Architectural Forum: The Magazine of Building*, n. 77, jul. 1942, p. 1-10) escreveu uma análise detalhada de contribuições, métodos e deficiências de Haussmann, cujas

realizações foram de várias maneiras reproduzidas por ele em Nova York durante as décadas de 1950 e 1960 (ver Robert A. Caro, *The Power Broker: Robert Moses and the Fall of New York*, Nova York, Knopf, 1974).

[9] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann* (Paris, Victor-Havard, 1890-1893), v. 2, p. 34.

[10] Louis Girard, *La politique des travaux publics sous le Second Empire*, cit., p. 118.

[11] Louis Greenberg, *Sisters of Liberty: Marseille, Lyon, Paris, and the Relation to a Centralized State, 1868-1871* (Cambridge, Harvard University Press, 1971); Sudhir Hazareesingh, *From Subject to Citizen: The Second Empire and the Emergence of Modern French Democracy* (Princeton, Princeton University Press, 1998).

[12] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 202.

[13] Wolfgang Schivelbusch, *The Railway Journey: The Industrialization of Time and Space in the Nineteenth Century* (Oakland, University of California Press, 1977).

[14] Émile Zola, *The Kill (La Curée)* (Nova York, Farrar, Straus and Young, 1954), p. 76-9.

5. Dinheiro, crédito e finanças

> [...] o crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial.
>
> Karl Marx*

Na manhã de 2 de dezembro de 1851, Émile Péreire correu até a casa de James Rothschild para assegurar ao acamado banqueiro que o golpe de Estado decorrera tranquilamente. A história da subsequente ruptura de ambos e da luta terrível que durou até a derrocada dos irmãos Péreires, um ano antes da morte de James, em 1868, é uma das batalhas lendárias das altas finanças e, muito tempo depois, tornou-se tema do romance *L'argent* [O dinheiro], de Zola[1]. Por trás dela estão duas concepções totalmente diferentes do papel do dinheiro e das finanças no desenvolvimento econômico. O *haute banque* dos Rothschilds operava com amigos opulentos e sem publicidade, era um negócio familiar – privado e confidencial – e profundamente conservador na abordagem do dinheiro, o que se expressava em seu apego ao ouro como a forma real do dinheiro, a verdadeira medida do valor. E esse apego havia servido muito bem a Rothschild. Ele permanecera, como se queixou uma publicação dos trabalhadores de 1848, "forte diante das repúblicas jovens" e "independente das velhas dinastias". "Você é mais que um estadista. Você é o símbolo do crédito." Os Péreires, por sua vez, educados nos moldes

saint-simonianos desde o início da década de 1830, tentaram mudar o significado desse símbolo. Eles há muito consideravam o sistema de crédito como o centro nervoso do desenvolvimento econômico e da mudança social. Em meio a um turbilhão de publicidade, buscaram democratizar as poupanças, mobilizando-as em uma elaborada hierarquia de instituições de crédito capazes de realizar projetos de longa duração. A "associação do capital" era o seu tema, e a especulação grandiosa e desavergonhada sobre futuros desenvolvimentos era a sua prática. O conflito entre os Rothschilds e os Péreires foi, em última análise, a versão personalizada de uma profunda tensão dentro do capitalismo entre a superestrutura financeira e sua base monetária[2]. E se, em 1867, aqueles que controlavam dinheiro efetivo (como Rothschild) conseguissem derrubar o império do crédito dos Péreires, a vitória seria, como logo veremos, pírrica.

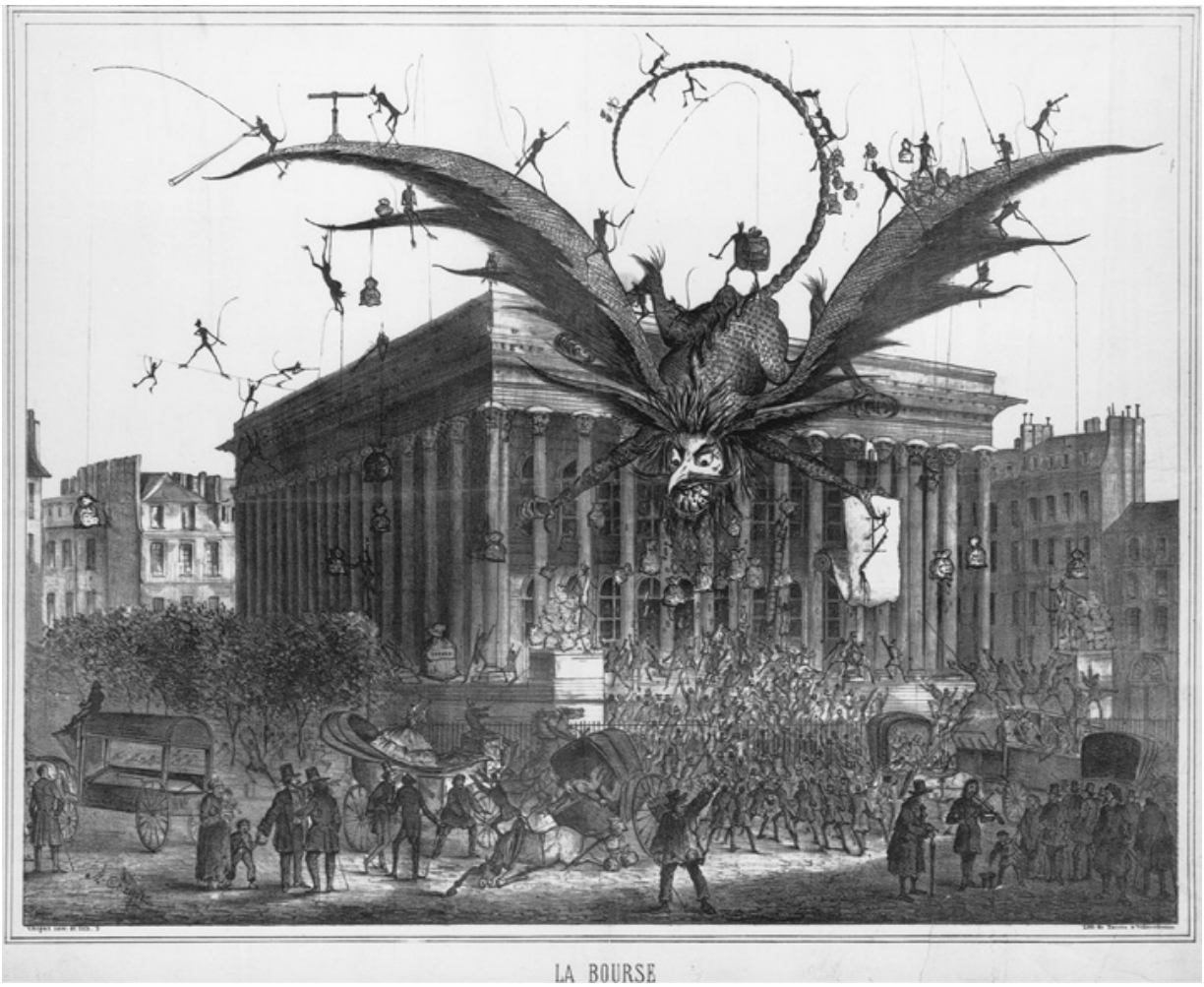


FIGURA 39: *A Bolsa de Valores "é o dinheiro dos outros", disse Dumas, e a ilustração de Chargot a retrata como um antro de vampiros.*

Em 1851, o problema era absorver os excedentes de capital e força de trabalho. A burguesia parisiense reconhecia as raízes econômicas da crise pela qual acabara de passar, mas estava profundamente dividida sobre o que fazer a respeito[3]. O governo assumiu o caminho saint-simoniano e buscou – por meio de um misto de intervenções governamentais diretas, criação de crédito e reforma das estruturas financeiras – facilitar a conversão do excedente de capital e mão de obra em novas infraestruturas físicas que serviriam de base para a retomada econômica. Era uma política de inflação moderada e estímulo à expansão (espécie de keynesianismo primitivo) lubrificada pelo forte influxo de ouro da Califórnia e da

Austrália. Os *hautes banques* e seus clientes viam aquilo com profunda desconfiança. Rothschild escreveu ao imperador, condenando vigorosamente as novas iniciativas. O governo, desconfiado das simpatias políticas orleanistas dos banqueiros, recorreu a administradores como Persigny, os Péreires e Haussmann, que aceitaram a ideia de que o crédito universal era a saída para o progresso econômico e a reconciliação social. Assim, abandonaram o que Marx chamava de o "catolicismo" da base monetária, transformaram o sistema bancário no "papado da produção" e abraçaram o que Marx chamava de "protestantismo da fé e do crédito"[4]. As imagens religiosas aqui utilizadas têm, entretanto, uma importância mais do que casual. Até depois de meados da década de 1840, a Igreja católica equiparou de maneira formal o juro à usura e procurou torná-lo ilegal. Por isso, para muitos católicos devotos, a imoralidade do novo sistema financeiro era uma questão séria. O fato de Rothschild e os Péreires serem judeus e Haussmann protestante também não ajudava muito. Para vários desses católicos, o capitalismo e a prostituição eram a mesma coisa, como a ilustração de Gavarni atesta de modo sutil [ver Figura 40]. A condenação moral do Império, que ressurgiu tão fortemente após seu colapso, com frequência se referia às suas operações financeiras como irregulares e pecaminosas. Havia, evidentemente, barreiras tanto morais quanto políticas, técnicas e filosóficas a serem superadas na criação de um novo sistema financeiro.

A história da reforma financeira durante o Segundo Império tem detalhes complicados[5], e o Crédit Mobilier dos Péreires era sem dúvida o ponto central da controvérsia. Inicialmente criado para impulsionar a retomada da construção de ferrovias e todas as indústrias a ela ligadas, tratava-se de um banco de investimento que tinha ações de empresas e as ajudava a reunir o financiamento necessário para empreendimentos de larga escala. Ele podia também vender dívidas ao público geral a uma taxa de retorno garantida pelos ganhos das empresas controladas. Desse modo, atuava como um intermediário entre os inúmeros pequenos poupadores, que até então não tinham tais oportunidades de aplicação (os Péreires deram muita importância à suposta "democratização" do crédito), e uma ampla gama de empreendimentos industriais. Eles também esperavam

transformá-lo em uma *holding* universal que, ao reunir fundos e fusões, colocaria toda a atividade econômica (inclusive a do governo) sob um controle comum. Muita gente, inclusive no governo, via com desconfiança o equivalente a uma evolução planejada do que hoje se conhece como "capitalismo monopolista de Estado". E, embora os Péreires tenham caído no final, vítimas da inflamada oposição conservadora e de sua própria especulação desmedida (destino que Rothschild havia previsto em sua carta ao imperador e ajudado a selar), seus oponentes foram obrigados a adotar os novos métodos. Já em 1856, Rothschild contra-atacou com a mesma forma de organização e, ao fim do Segundo Império, uma série de novos intermediários financeiros (como o Crédit Lyonnais, fundado em 1863) havia emergido, dominando a vida financeira francesa dessa época até os dias de hoje.



Figura 40: *Muitos católicos conservadores encaravam a cobrança de juro como algo semelhante à prostituição. Nesta charge de Gavarni, uma jovem bem vestida tenta atrair um cliente relutante para uma casa de investimento (local de má reputação), prometendo-lhe ser boa e gentil e lhe dar uma bela porcentagem de lucro sobre qualquer quantia que ele se dispusesse a aplicar.*

O Crédit Mobilier por si só, como reconheciam os Péreires, não seria eficaz sem uma série de outras instituições a ele integradas ou subordinadas. O Banco da França (instituição privada, mas regulada pelo Estado) cada vez mais assumia o papel de banco central nacional. Do ponto de vista fiscal, ele era demasiado conservador para o gosto dos Péreires, pois levava muito a sério a preservação da qualidade do dinheiro, mesmo à custa de arrocho do crédito e elevação do índice de desconto a níveis que eles consideravam prejudiciais ao crescimento econômico[6]. O Banco da França acabou se tornando o principal centro de oposição financeira às ideias dos Péreires. Trabalhava quase exclusivamente com títulos comerciais de curto prazo, descontando letras de câmbio comerciais. O Crédit Foncier, nova instituição finalmente criada em 10 de dezembro de 1852 (logo depois do Crédit Mobilier), traria racionalidade e ordem ao mercado hipotecário fundiário e imobiliário. Fundado sob a influência dos Péreires, ele seria um importante aliado em seus interesses. Outras organizações, como o Comptoir d'Escompte de Paris (fundado em 1848) e o Crédit Industriel et Commercial (1859), negociavam tipos de crédito especiais. E, dentro do seu próprio império, os Péreires, com a bênção do governo, geraram uma ampla série de instituições hierarquicamente ordenadas, como a Compagnie Immobilière, que se concentrava nas finanças da incorporação imobiliária. No seu apogeu, o extraordinariamente poderoso Crédit Mobilier integrava vinte companhias sediadas na França e quatorze no exterior.

Os efeitos de tudo isso na transformação de Paris foram enormes. Na verdade, se as finanças não tivessem sido reorganizadas, a transformação simplesmente não poderia ter progredido naquele ritmo. Isso não se deveu apenas ao fato de a cidade ter necessitado recorrer a empréstimos (tópico que abordarei mais adiante), mas de os projetos de Haussmann dependerem da existência de companhias que tivessem o poder financeiro para desenvolver, construir, comprar e administrar os espaços que ele abriu. Por isso os Péreires se tornaram, "em muitos sentidos e lugares, o braço secular do prefeito"[7]. A Compagnie Immobilière de Paris emergiu em 1858 da organização dos Péreires, criada em 1854 para levar a cabo os primeiros grandes projetos de Haussmann, a conclusão da Rue de Rivoli e

do Hôtel du Louvre. O que ocorreu no primeiro caso ilustra bem o modo de funcionamento do novo sistema. A decisão de levantar capital e construir os espaços de compras e o hotel ao longo da Rue de Rivoli foi tomada como uma iniciativa especulativa na preparação para a Exposição Universal planejada para 1855. O projeto original de uma passagem de lojas individuais não pareceu atraente, então os Péreires aceitaram a proposta de transformar todo o espaço de compras em uma grande loja de departamentos, iniciativa nova e igualmente especulativa. Aberta em 1855, a loja foi mal gerida e não era rentável. Os Péreires tiveram de reorganizar e recapitalizar todo o empreendimento, e foi só em 1861 que ele finalmente começou a dar lucro[8]. Enquanto isso, eles levantavam capital a fim de emprestá-lo à loja de departamentos para que esta pudesse saldar a dívida gerada para sua construção. Se em qualquer momento antes de 1861 alguém houvesse questionado a contabilidade criativa envolvida (ou mesmo se recusado a investir mais dinheiro), os Péreires teriam enfrentado uma profunda dificuldade financeira. Mas eles engambelaram em curto prazo e conseguiram sucesso em longo prazo.

A empresa passou a construir ao longo dos Champs-Élysées e do Boulevard Malesherbes, e em torno do Opéra e do Parc Monceau. Entretanto, cada vez mais dependia de operações especulativas como fonte de lucro. Em 1856-1857, três quartos de sua renda advinham do aluguel de moradias e instalações industriais, e apenas um quarto da compra e venda de terras e imóveis. Em 1864, a proporção era exatamente inversa[9]. A companhia podia facilmente aumentar seu capital por meio do Crédit Mobilier (que detinha metade de suas ações) e impulsionar seus lucros mediante uma operação de alavancagem baseada em um relacionamento cômodo com o Crédit Foncier (tomar emprestado deste metade do seu capital à taxa de juros de 5,75% para um projeto que dava como retorno 8,7% conferia a ela um rendimento de 11,83%, explicava Péreire aos estupefatos acionistas). A empresa passou a recorrer cada vez mais ao financiamento de curto prazo, o que a tornou vulnerável a movimentos na taxa de juros ditada pelo Banco da França (o que explica a impaciência dos Péreires com as políticas dessa instituição e a obsessão deles por crédito barato). Ela também terceirizava a construção de obras a

empresas financiadas pelo Crédit Mobilier (provocando assim considerável concentração e aumento de emprego na indústria da construção; ver Tabela 4) e vendia ou alugava os prédios a empresas de gestão ou grupos comerciais nos quais o Crédit Mobilier com frequência tinha participação semelhante.

Os Péreires eram mestres em desenvolver sistemas financeiros verticalmente integrados que poderiam ser acionados para construir ferrovias, lançar todo tipo de empreendimento voltado ao transporte, comércio ou indústria e criar investimentos maciços no meio ambiente construído. "Quero escrever minhas ideias na própria paisagem", escreveu Émile Péreire – e de fato ele e o irmão assim o fizeram. Mas não estavam sozinhos. Até Rothschild se rebaixou ao ponto de usar suas propriedades em torno da Gare du Nord em uma lucrativa iniciativa imobiliária, e muitos construtores, empreiteiros, arquitetos ou proprietários buscaram lucro pela mesma via. E, embora esse não fosse o único sistema de desenvolvimento urbano em Paris, como veremos adiante, foi o principal meio utilizado para a haussmannização da cidade.

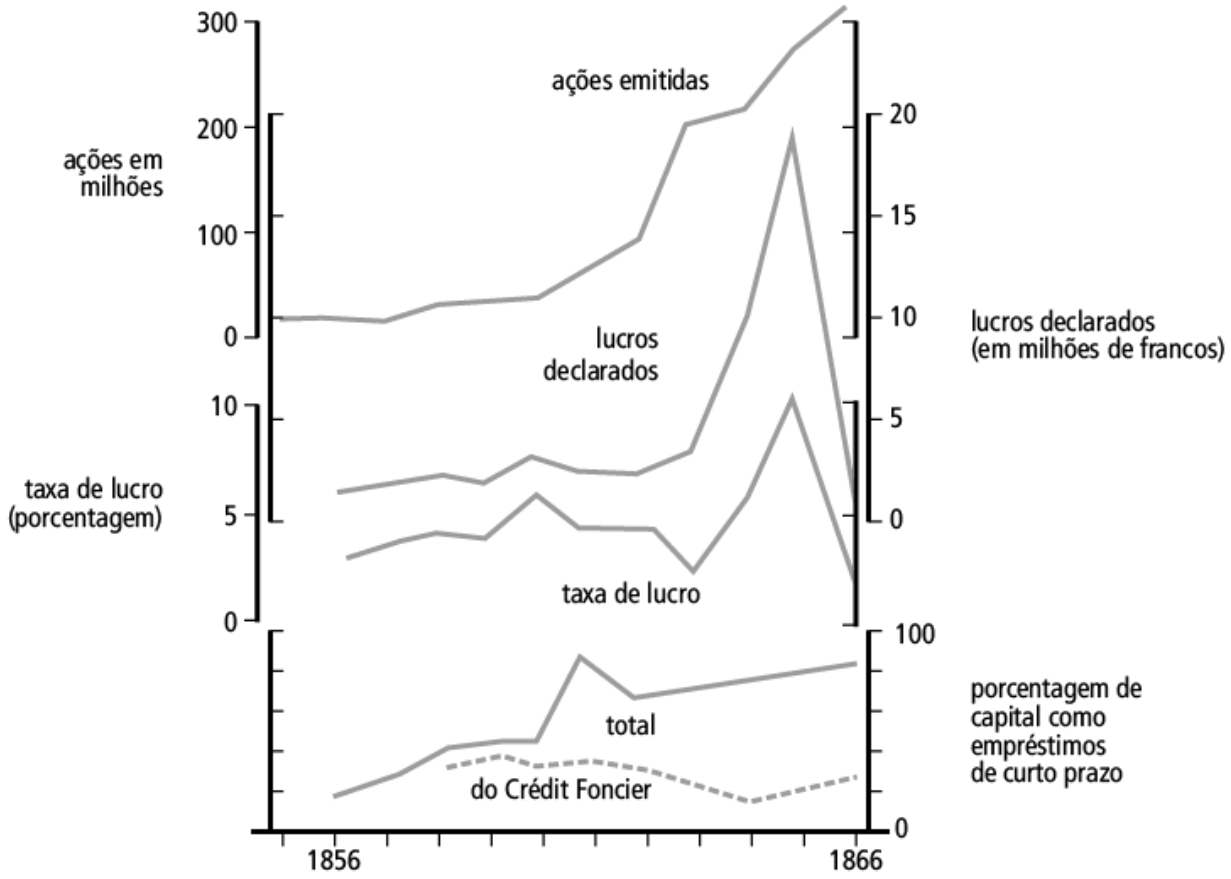


Figura 41: *As operações da Compagnie Immobilière, 1856-1866 (segundo Michel Lescure, Les sociétés immobilières en France au XIXème siècle, cit.), discriminadas entre o número total de ações (que aumentou rapidamente após 1866, pouco antes da quebra de 1867), os lucros declarados e as taxas de lucro (que despencaram após 1865) e a crescente dependência dos empréstimos de curto prazo após 1860.*

Mas essa era apenas a ponta de um verdadeiro iceberg de efeitos na economia e na vida de Paris. O dinheiro, as finanças e a especulação tornaram-se uma obsessão tão grande para a burguesia parisiense ("os negócios são o dinheiro dos outros", ironizou Alexandre Dumas, filho) que a Bolsa converteu-se em um centro de corrupção e especulação desenfreada que engoliu muitas fortunas. Sua influência nefanda sobre a vida cotidiana foi imortalizada mais tarde em *La curée* e *L'argent,* de Zola, por meio da figura de Saccard (vagamente baseada nos Péreires), que no primeiro desses romances aparece como o grande especulador que se envolve na transformação de Paris e no segundo como o financista que planeja esquemas de investimento no Oriente, onde, segundo ele:

> Terrenos serão limpos, estradas e canais construídos. Quando estimularmos o sistema, injetando sangue novo nas veias exauridas, novas cidades brotarão do solo e a vida retornará como quem retorna a um corpo doente. Sim! O dinheiro operará esses milagres [...] Você deve entender que a especulação, o jogo, é o principal mecanismo, o próprio centro de um vasto negócio como o nosso. Sim, ela atrai sangue, extrai-o de toda fonte em pequenos córregos, coleta-o, envia-o de volta em rios que correm em todas as direções e estabelece uma enorme circulação de dinheiro, que é a própria vida das grandes empresas [...]. Especulação – por que esse é o único incentivo que temos para viver; é o eterno desejo que nos impele a viver e lutar. Sem ela, meu caro amigo, não haveria nenhum tipo de negócio [...]. O mesmo acontece no amor. No amor, como na especulação, há muita sujeira; no amor as pessoas também só pensam na sua própria satisfação; no entanto, sem amor a vida não existiria e o mundo chegaria ao fim.[10]

La curée invoca o mesmo processo, mas dentro da própria Paris. Ao ter se inteirado do "vasto projeto para a transformação de Paris", Saccard passa a se dedicar a extrair lucro do conhecimento privilegiado que tem (e até se "aventura a consultar, na sala do prefeito, aquela famosa planta de Paris na qual 'uma nobre mão' traçara com tinta vermelha os princípios da segunda rede"). Após ter "lido o futuro no Hôtel de Ville", sabendo muito bem "o que pode ser roubado na compra e venda de casas e terrenos" e sendo "brilhante em toda fraude clássica", ele

> Sabia como vender por 1 milhão o que custara 500 mil francos; como adquirir o direito de pilhar o tesouro do Estado, que sorri e fecha os olhos. Sabia que, ao lançar um bulevar de um lado a outro de um velho bairro, são feitas falcatruas com prédios em meio ao aplauso unânime dos incautos. E naqueles dias ainda nublados, quando o câncer da especulação ainda estava incubado, o que fez dele um jogador formidável foi o fato de ter visto antes de seus próprios chefes o futuro de pedra e gesso reservado a Paris.[11]

A figura do grande especulador não apenas assume o encargo de moldar Paris e sua forma urbana, mas também aspira a comandar todo o globo. E a ferramenta é a associação de capitais. O fato de Zola se sentir tão à vontade ao invocar a doutrina saint-simoniana em sua forma mais presunçosa cerca de setenta anos após sua formulação inicial diz muito sobre a persistência desse modo de pensar na França durante todo o século. A fórmula "o dinheiro, investido na ciência, produz o progresso", invocada por Zola, ressoava em todos os níveis. Evidentemente, não poderia haver modernidade sem a reunião do capital especulativo para levá-la a cabo. O segredo era encontrar uma maneira de juntar os

pequenos córregos de capital em um fluxo volumoso para realizar projetos na escala requerida. Era exatamente isso que os Péreires tinham em mente e o que as mudanças institucionais nas finanças pretendiam realizar.

Foi, entretanto, por meio da democratização do dinheiro em uma extremidade que a imensa centralização do poder financeiro se tornou possível na outra. As seis principais famílias detinham 158 das 920 cadeiras dos conselhos das companhias registradas em Paris em meados da década de 1860 – os Péreires tinham 44 e os Rothschilds, 32[12]. As queixas sobre o imenso poder do novo "feudalismo das finanças" foram disseminadas e expostas de forma crítica ao público em obras populares como a de Georges Duchêne[13]. Esse poder foi sentido internacionalmente (os Péreires ameaçavam, diziam seus detratores, substituir o ouro por um novo papel-moeda internacional, sob seu controle), assim como em todas as esferas da organização urbana – os irmãos também fundiram as companhias de gás em um único monopólio regulado, proporcionando iluminação nas indústrias e ruas de grande parte de Paris; fundaram (mais uma vez, por fusão) a Compagnie des Omnibus de Paris; financiaram uma das primeiras lojas de departamentos (Grands Magasins du Louvre); e tentaram monopolizar o cais e o entreposto comercial[14].

A reorganização do sistema de crédito teve efeitos poderosos sobre a indústria, o comércio, o processo de trabalho e o modo de consumo parisienses. Afinal, todos dependiam do crédito. A única questão era quem o tornaria disponível para quem e em que termos. Os trabalhadores atormentados pelo desemprego sazonal viviam dele; os pequenos mestres de ofício e lojistas necessitavam dele para enfrentar a sazonalidade da demanda – a cadeia era interminável. O endividamento era um problema crônico em todas as classes e áreas de atividade, e o sistema de crédito da década de 1840 era tão arbitrário e caprichoso quanto inseguro (somente a terra e a propriedade proporcionavam real segurança). Propostas para a reforma do sistema de crédito eram abundantes em 1848. Artesãos, pequenos mestres e trabalhadores de ofício buscavam algum tipo de sistema de crédito mútuo sob controle local e democrático. A experiência de Proudhon com um Banco do Povo, oferecendo crédito gratuito sob o

lema “Comerciantes do dinheiro, seu reinado acabou!”, foi por água abaixo com sua prisão, em 1849[15]. Mas a ideia nunca morreu. Quando os trabalhadores começaram a se organizar na década de 1860, voltaram-se cada vez mais às questões de crédito mútuo. Seu Crédit au Travail, iniciado em 1863, soçobrou em 1868, irremediavelmente insolvente com “empréstimos substanciais a 48 cooperativas, das quais 18 estavam falidas e apenas 9 conseguiam pagar suas dívidas”[16]. A culpa recaiu na indiferença do governo e, o que era mais surpreendente, nos outros trabalhadores. As cooperativas de consumidores enfrentavam problemas similares, pois muitas famílias preferiam o não pagamento de suas dívidas e uma relação hostil com lojistas locais ao ônus econômico da cooperação diante do periódico desemprego e da defasagem das rendas reais. A casa de penhores de Mont-de-Piété continuava a ser o último recurso para o populacho parisiense, e o sonho do crédito gratuito parecia cada vez mais remoto. “Ele envolvia a reversão de todo o sistema de propriedade privada sob o qual os comerciantes, os proprietários de terras, o governo etc. viviam”, disse um membro da Comissão dos Trabalhadores de 1867[17].

O sistema de crédito foi racionalizado, expandido e democratizado mediante a associação de capitais, mas à custa da especulação quase sempre descontrolada e da crescente absorção de todas as poupanças em um sistema centralizado e hierarquicamente organizado que deixava as pessoas de baixa renda ainda mais vulneráveis às arbitrariedades e aos caprichos imprevisíveis dos detentores de algum poder monetário. Mas foi necessária uma revolução no sistema de crédito para produzir a revolução nas relações espaciais. Em Paris, contudo, esse processo dependia de uma integração mais estreita entre capital financeiro e propriedade imobiliária. Vamos passar agora à maneira como ela foi realizada.

Notas

[1]* “O papel do crédito na produção capitalista”, em *O capital*, Livro III, cit. (N. E.)

Jean Autin, *Les frères Pereire* (Paris, Perrin, 1984); Jean Bouvier, *Les Rothschild* (Paris, A. Faynard, 1967); Émile Zola, *Money* (Londres, Alan Sutton, 1991).

[2] David Harvey, *Os limites do capital*, cit., é a base para esse argumento – mais especificamente o capítulo 10, intitulado "O capital financeiro e suas contradições".

[3] André-Jean Tudesq, "La crise de 1847, vue par les milieux d'affaires parisiens", *Etudes de la Société d'Histoire de la Révolution de 1848,* n. 19, 1956, p. 4-36 .

[4] Karl Marx, *Capital*, cit., v. 3, p. 592 [ed. bras.: *O capital*, Livro III, cit.]; e *Grundrisse*, cit., p. 156 [ed. bras.: *Grundrisse*, cit., p. 104].

[5] Pierre Dupont-Ferrier, *Le marché financier de Paris sous le Second Empire* (Paris, Félix Alcan, 1925); Maurice Lévy-Leboyer, "Le crédit et la monnaie: l'évolution institutionelle", em Fernand Braudel e Ernest Labrousse (orgs.), *Histoire économique et sociale de la France*, cit.

[6] Jean Autin, *Les frères Pereire*, cit.; Alain Plessis, *La Banque de France et ses deux cents actionnaires sous le Second Empire* (Genebra, Droz, 1982).

[7] Jean Autin, *Les frères Pereire*, cit., p. 186.

[8] Michael Miller, *The Bon Marché*, cit., p. 28.

[9] Michel Lescure, *Les sociétés immobilières en France au XIXème siècle* (Paris, Université de Paris I Panthéon Sorbonne, 1980), p. 19.

[10] Émile Zola, *Money*, cit., p. 117-8.

[11] Idem, *The Kill*, cit., p. 76.

[12] Alain Plessis, *La Banque de France et ses deux cents actionnaires sous le Second Empire*, cit., p. 81.

[13] Georges Duchêne, *L'empire industriel* (Paris, Librairie Centrale, 1869).

[14] Jean Autin, *Les frères Pereire*, cit., p. 186, 249-56.

[15] Edward Hyams, *Pierre-Joseph Proudhon*, cit., p. 154-71; K. Stephen Vincent, *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism*, cit.

[16] Maxwell Kelso, "The French Labor Movement during the Last Years of the Second Empire", em Donald McKay (org.), *Essays in the History of Modern Europe* (Nova York, Harper & Bross, 1936), p. 102.

[17] Comissão dos Trabalhadores de 1867, *Rapports des délégations ouvrières* (Paris, Librairie A. Morel, 1969), v. 1, p. 126.

6. O aluguel e o interesse imobiliário

> É o aluguel do terreno, não da casa, que constitui o objeto real da especulação imobiliária nas cidades de crescimento rápido.
>
> Karl Marx*

Entre 1848 e 1852, o mercado imobiliário parisiense sofreu sua mais severa e prolongada depressão do século. Em alguns bairros burgueses, mais duramente atingidos pela depressão, a taxa de vacância chegou a um sexto, os aluguéis caíram pela metade e o preço das propriedades (se afinal as vendas fossem possíveis) foi gravemente rebaixado[1]. O Segundo Império reverteu tudo isso. Provou ser a época dourada em um século caracterizado por índices elevados e relativamente estáveis de rentabilidade e valorização da propriedade parisiense. Mas foi também uma fase em que o significado e a orientação social da propriedade na cidade mudaram de forma radical. Em Paris, a propriedade era cada vez mais tida apenas como ativo financeiro, como uma forma de capital fictício cujo valor de troca, integrado na circulação geral do capital, dominou por completo o valor de uso. Como o próprio Zola reconheceu, havia uma enorme diferença entre as especulações desenfreadas de Saccard e as incursões menores descritas em *A prima Bette*, de Balzac, ou mesmo nas explorações mais sistemáticas implementadas em *César Birotteau* e *O pai Goriot*.



Figura 42: *Daumier frequentemente criticava o interesse imobiliário e os proprietários. Aqui, eles entram em conluio para aumentar os aluguéis na próxima data de vencimento.*

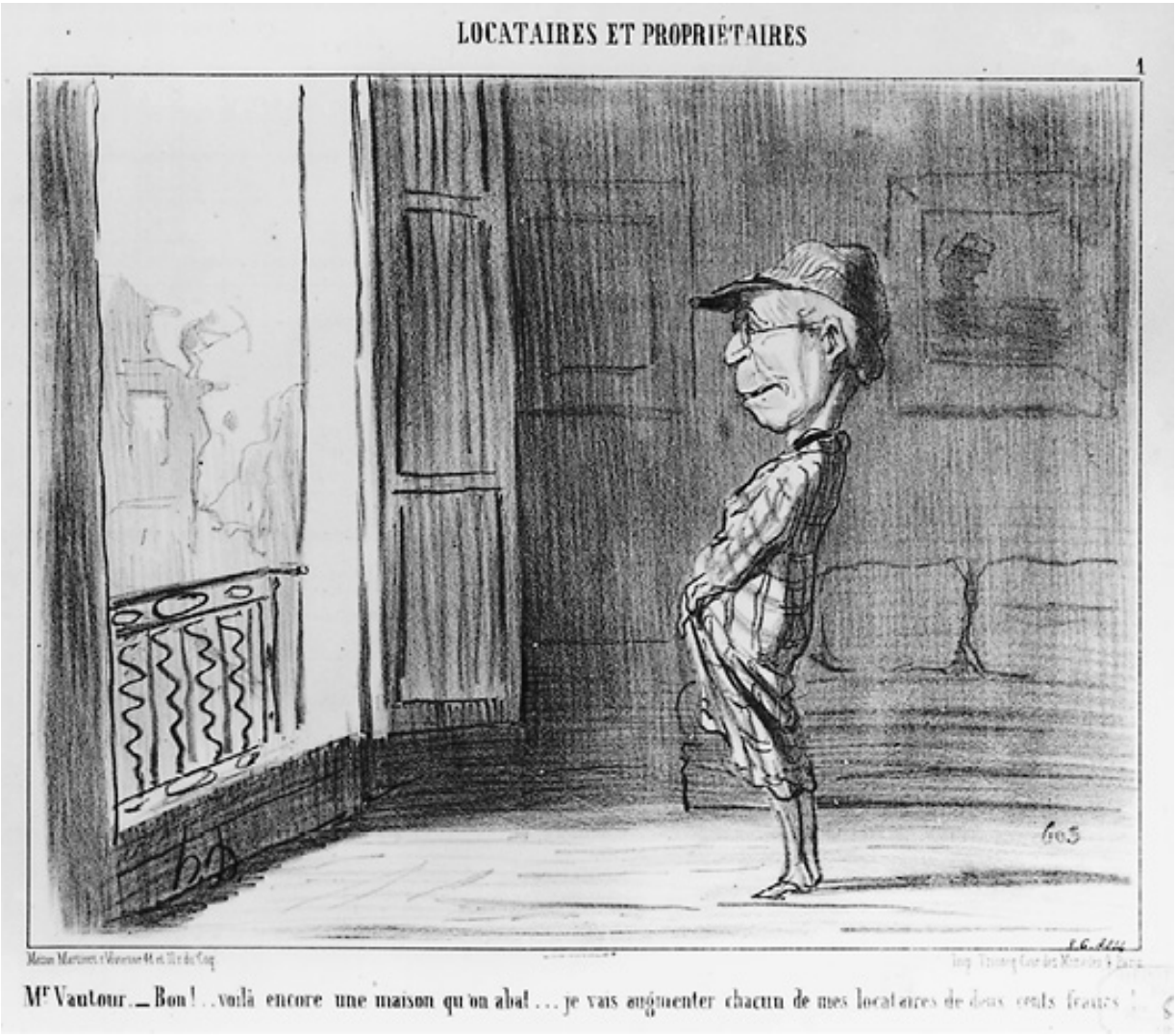


Figura 43: *M. Vautour era o nome popular dado ao proprietário ganancioso. Daumier (1852) o retrata encantado com as demolições, pois, a cada casa derrubada, ele conseguia elevar seus aluguéis em 200 francos.*

A especulação no mercado imobiliário parisiense teve, é claro, uma história longa e não muito respeitável. Quando o primeiro-ministro de Luís Filipe, François Guizot, lançou seu famoso convite, *"Enrichissez-vous"* [Enriqueçam], a burguesia parisiense reagiu com uma euforia pela especulação que durou até mais de meados da década de 1840. Foi durante esse período que o projeto especulativo de apartamentos residenciais, tão comum no Segundo Império, foi de fato introduzido como uma solução para a alta densidade urbana. A burguesia voltou-se

para essa direção, em parte porque a propriedade era uma das poucas formas seguras de investimento disponíveis para ela. Era remunerativa simplesmente porque a provisão habitacional estava bem aquém do crescimento da população, e assim os burgueses podiam explorar a escassez (tornando a figura ficcional de M. Vautour, o proprietário explorador, um foco comum de opróbrio popular na década de 1840 e um alvo importante em 1848). O número de casas na cidade aumentou de 26.801 em 1817 para 30.770 em 1851, enquanto a população cresceu de 713.966 para 1.053.897. A taxa de retorno sobre a habitação do trabalhador era de 7% na década de 1820 e provavelmente continuou nesse nível, à custa de submanutenção e superlotação nos bairros insalubres tão graficamente descritos nos romances de Eugène Sue e também em *A prima Bette*, de Balzac. Nos bairros burgueses, a taxa de retorno estava mais próxima de 5% (dificilmente menos que isso), pois os inquilinos eram mais exigentes e difíceis de encontrar[2]. Não obstante, se comparada aos 3% obtidos com a dívida pública, ela é muito favorável.



Figura 44: *As fotos de Marville atestam a condição insalubre e frágil de grande parte das habitações de Paris no início da década de 1850.*

Graças aos meticulosos estudos de Adeline Daumard, podemos discernir as principais linhas de mudança que se seguiram. Embora a propriedade fosse um meio privilegiado de acumular riqueza em todos os segmentos da burguesia parisiense, metade dela estava nas mãos de lojistas e artesãos na década de 1840, e um terço nas daqueles envolvidos

em profissões liberais e interesses comerciais. Em 1880, o padrão havia mudado completamente. Os lojistas e artesãos caíram para 13,6% e as profissões liberais para 8,1%, suplantados por uma classe que se identificava apenas como proprietários imobiliários (53,9%). Somente os interesses comerciais (em especial quando associados à nova categoria de "empresas") conservavam sua posição (Tabela 3). Os lojistas mantiveram uma presença importante apenas na periferia, que correspondia a um quarto das vendas em 1870, número que, entretanto, caiu para 18,1% em 1880. O comércio, as empresas e as profissões liberais tinham uma parcela desproporcional das propriedades da cidade, embora não chegassem aos pés dos proprietários. Portanto, a classe média baixa e a pequena burguesia foram gradualmente excluídas da posse da propriedade (em particular nos centros) e substituídas por uma alta burguesia de proprietários imobiliários e interesses comerciais. Tal mudança era coerente com importantes modificações na estrutura comercial, financeira e manufatureira, que viu a subordinação de artesãos, pequenos produtores e lojistas à hegemonia do grande comércio e das finanças. Há também evidências de que todos os grupos sociais estavam cada vez mais dispostos a se envolver na compra e venda especulativa de propriedades.

A posse começou e permaneceu extremamente dispersa. Daumard calcula que, em 1846, o proprietário médio controlava apenas duas propriedades, e, embora algumas delas fossem grandes, a maioria não era. Havia, e continuava a haver, uma considerável variação de um bairro para outro. Caso existisse algum padrão para tudo isso em 1850, sugere Gaillard, os interesses imobiliários "progressivos" de grande escala eram mais voltados à Rive Droite do que à Rive Gauche e mais direcionados ao centro do que à periferia[3]. A tendência para a concentração da propriedade, que Daumard detecta em algumas áreas centrais da Rive Droite, era apenas a perpetuação de um modelo já evidente em 1850 e mesmo antes. Na verdade, o modo precedente de apropriação do espaço em Paris tinha um papel-chave a desempenhar na subsequente reorganização desse espaço. A forma e o estilo da posse de terras na Rive Gauche (grandes proprietários aristocráticos mesclados com artesãos e lojistas) a deixaram profundamente contrária às obras de Haussmann, e os

resultados disso ainda hoje podem ser percebidos. Os interesses comerciais de grande porte reunidos no centro da Rive Droite não só eram receptivos à mudança como haviam se promovido e programado de forma ativa para ela durante a Monarquia de Julho.

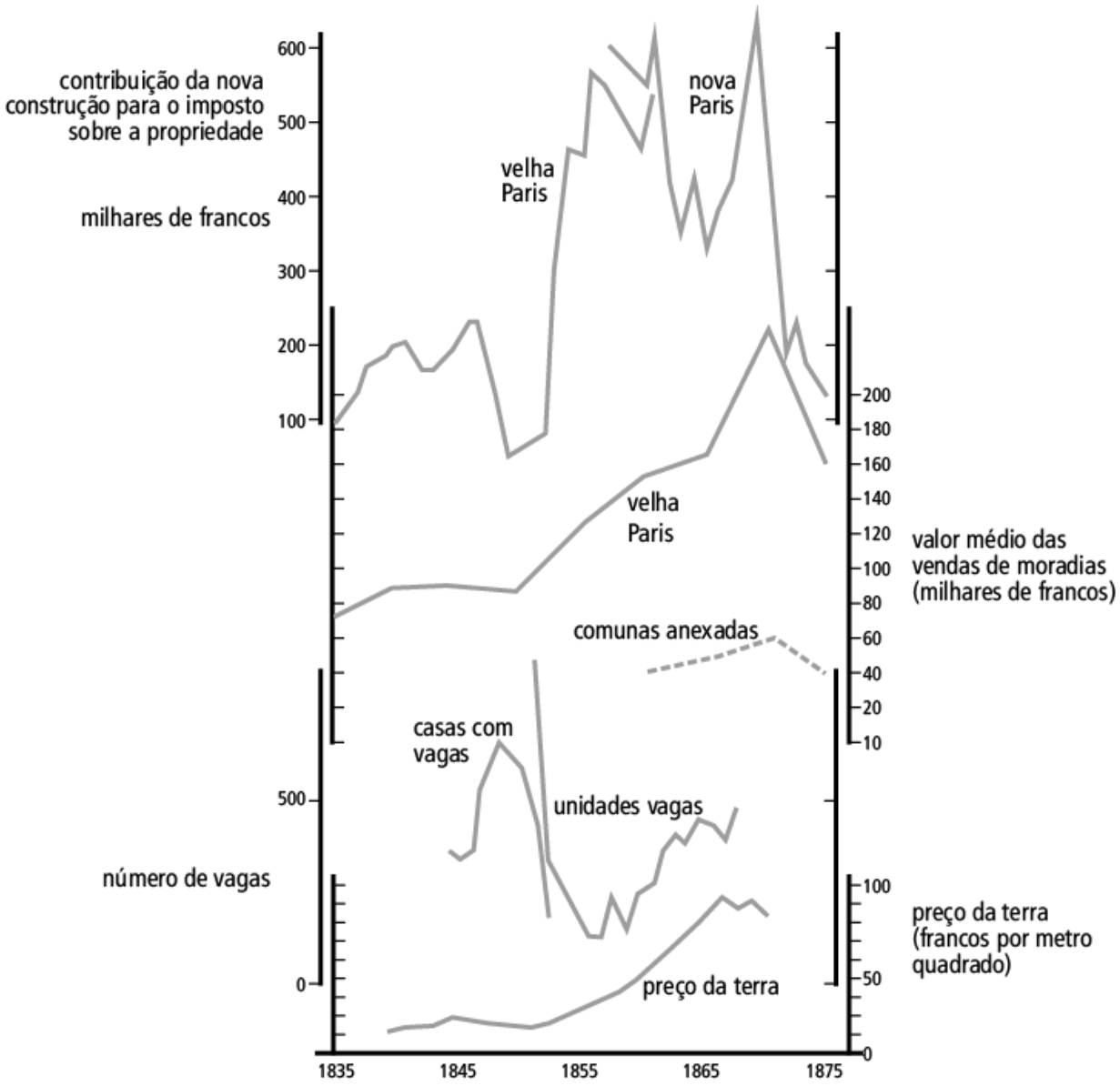


Figura 45: *Os movimentos do preço das propriedades em Paris, discriminados entre a contribuição das novas construções para o imposto sobre imóveis (observe o salto incrível após 1855 e o colapso após 1866); o aumento estável no preço das moradias após 1848 até 1866 (mas repare nos valores bem menores nas comunas anexadas); a queda vertiginosa nas taxas de vacância e o aumento do preço da terra após 1852 (segundo Adeline Daumard, Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle, cit.; e Jeanne Gaillard, Paris: la ville, cit.).*

Tabela 3. *Papel da propriedade na riqueza pessoal, 1840-1880*

Categoria socioeconômica	% de fortunas parisienses em forma de propriedade, 1847			% de propriedades parisienses por grupo social			
				1840	1880		
	em Paris	ex-Paris	Total	%	% Total	% Centro	% Periferia
Proprietários[a]	39,8	21,3	61,1	8,9	53,9	49,1	59,3
Comerciantes[b]							
ativos	16,0	5,3	21,3	14,2	14,5	17,7	11,0
aposentados	23,5	20,5	43,7				
Companhia					3,5	5,9	0,9
Lojistas[c]							
ativos	18,0	7,0	25,0	48,8	13,6	9,6	18,1
aposentados	38,8	2,2	41,0				
Funcionários	13,0	33,4	46,4	4,3	2,2	3,1	0,7
Empregados do Estado	10,7	16,5	27,2	4,0	0,6	1,0	0,2
Empregados diversos	14,0	10,2	24,2	2,3	2,7	2,8	2,6
Profissionais liberais[d]	37,5	7,3	44,8	17,2	8,1	10,1	6,0
Diversos[e]	8,7	0,9	9,6	0,3	0,8	0,5	1,1
Pessoas que trabalham em casa	15,8	2,3	18,1				
Trabalhadores diaristas	15,6	1,6	17,2				
Trabalhadores domésticos	2,8	5,3	8,1				
TOTAL	27,4	17,3	44,7				

Fontes: Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit., p. 237, 241, e *Les fortunes françaises au XIXe siècle* (Paris, Mouton, 1973), p. 216.

[a] Inclusive aqueles que listaram esta como sua posição.

[b] Inclusive tanto industrialistas quanto atacadistas e varejistas.

[c] Inclusive artesãos.

[d] Médicos, advogados, professores etc.

[e] Provavelmente inclui as pessoas que trabalham em casa, os trabalhadores diaristas e domésticos nas colunas de posse de propriedade.

Em Paris, os interesses imobiliários urbanos exerceram uma poderosa força política durante a Monarquia de Julho e eram conhecidos por terem simpatias políticas orleanistas. Seu poder e suas atitudes sociais deixaram

uma marca indelével na paisagem parisiense de 1850. Em geral, eles realizaram poucas melhorias que não as ditadas por ganho pessoal, capricho ou busca de status. O capital que investiam era visto principalmente como garantia de rendimento ou, no caso dos lojistas, valor de uso, em vez de como circulação produtiva do capital mediante a construção do meio ambiente construído. A construção especulativa, ao contrário da personalizada, era ainda relativamente restrita, fortuita e pequena em escala. Grande parte dela estava localizada na periferia (que, naquela época, significava a expansão urbana para o noroeste em torno dos novos bairros de Chaussée d'Antin e mais além). Por não conseguir atender às necessidades populares, era suplementada pela formação de favelas, como a famosa Petite Pologne. As moradias disponíveis eram caras e, de modo geral, estavam em más condições. Os proprietários tendiam a se opor a melhorias públicas, por um lado devido à perspectiva espacial míope que costuma acompanhar a propriedade de pequena escala, por outro porque a distribuição irregular dos benefícios entre os proprietários dispersos dificultava qualquer consenso no que dizia respeito a mudanças, e também em razão do pavor que tinham da elevação de impostos e diminuição da renda. Era evidente a deterioração dessas infraestruturas parisienses em relação às necessidades cada vez maiores. No entanto, pouco havia sido feito, principalmente devido à atitude e ao poder político dos proprietários. Para que Paris se modernizasse, essa condição tinha obrigatoriamente de mudar.



Figura 46: *Esta foto de Marville (provavelmente de meados da década de 1850) capta as condições de vida nas numerosas favelas que surgiram na periferia e nos interstícios dos desenvolvimentos em andamento quando as demolições tomaram conta do centro.*

As circunstâncias sob as quais Haussmann chegou a Paris eram propícias em vários aspectos. O imperador não estava em dívida com uma classe que simpatizava de modo aberto com o orleanismo e que, além disso, fora posta na defensiva política. O fato é que anos de ódio acumulado contra proprietários gananciosos e negligentes – popularmente caricaturados como M. Vautour – transbordaram no movimento dos trabalhadores de 1848. Mesmo depois das Jornadas de Junho e do notável triunfo eleitoral do "Partido da Ordem", em 1849, o socialismo social-democrata, profundamente contrário ao latifúndio (e que por vezes utilizava o slogan de Proudhon, "propriedade é roubo"), estava bastante em evidência, particularmente em Paris. A esses problemas políticos somava-se a depressão crônica do mercado imobiliário parisiense. Por isso,

o interesse imobiliário, muito enfraquecido, estava disposto a aceitar quase qualquer coisa para garantir a perpetuação de seus direitos e o ressurgimento do mercado.

O Império satisfez seus desejos em duas frentes. Conteve a esquerda sem qualquer escrúpulo e lançou as bases para uma recuperação espetacular no mercado imobiliário parisiense. Em 1855, a taxa de vacância caiu para um valor histórico, o preço das propriedades subia rapidamente e Louis Lazare, que tinha acesso a um grande número de informações detalhadas, reclamava de taxas de retorno de 12% ou mais. Os dados, cuidadosamente reestruturados por Daumard, relativos à construção de residências ao longo dos novos bulevares em locais selecionados do centro da cidade indicam taxas de retorno sólidas durante todo o Segundo Império[4].

Taxa de Retorno (%)	>5	5-5,9	6-6,9	7-7,9	8-8,9	9<
Número de Casos (%)	4,6	6,8	32,7	36,7	13,8	5,2

Há poucos motivos para suspeitar que as taxas de retorno sobre velhas moradias fossem muito menores. Os proprietários podiam simplesmente ditar os termos aos locatários. Em suma, a propriedade parisiense tornou-se um investimento seguro e de alto rendimento, protegida das flutuações que caracterizavam o mercado financeiro.

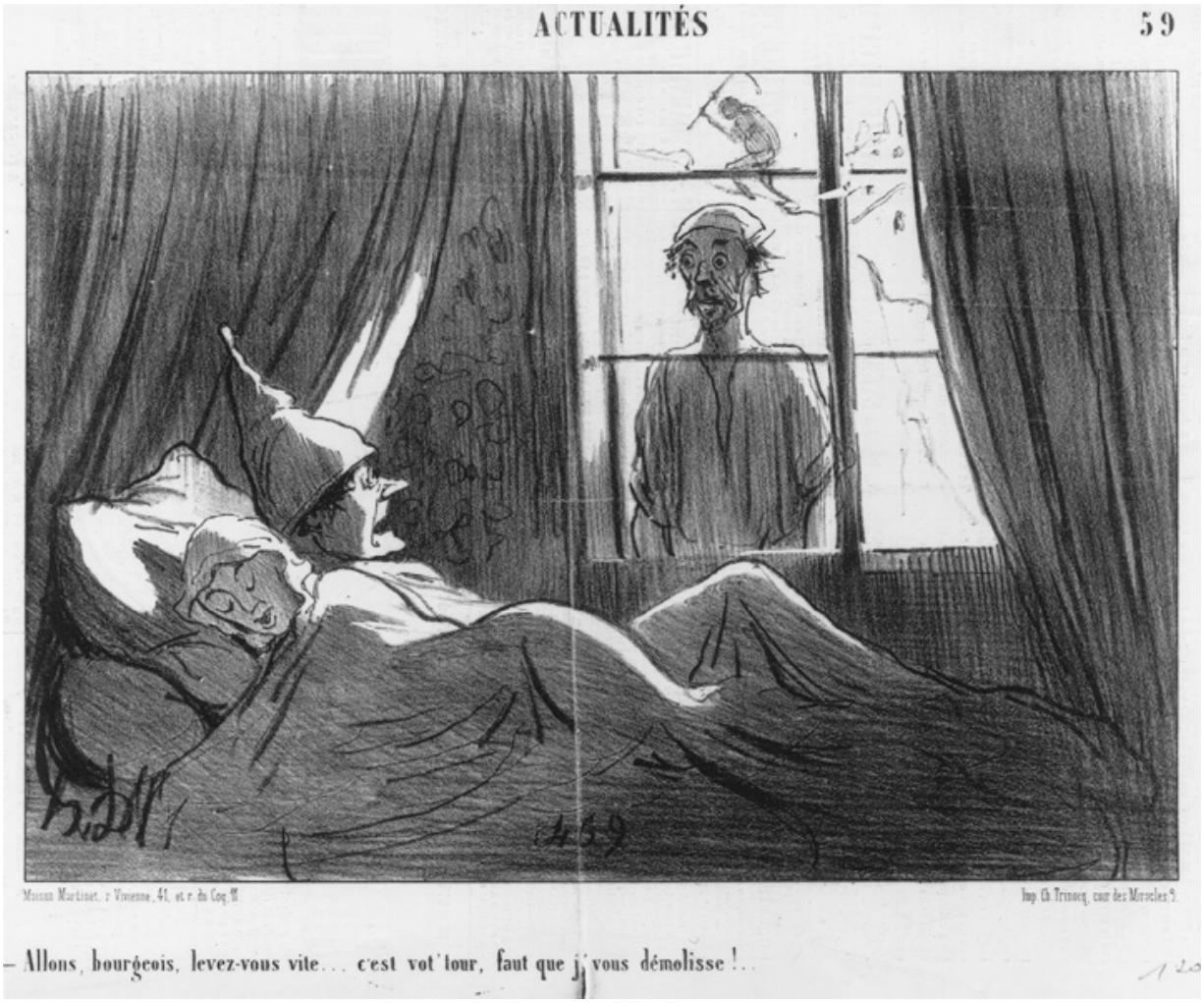


FIGURA 47: *As demolições afetaram todos. Nessa charge de Daumier (1852), um trabalhador diz a um casal burguês para se apressar e se levantar, pois são os próximos na fila da picareta.*

Uma base material foi lançada para conciliar os proprietários parisienses e o Império[5]. A princípio indiferente aos proprietários, o Império cada vez mais os encarava como uma base de apoio em uma capital onde o sentimento de oposição já era dominante desde, no mínimo, 1857. Mas as relações de Haussmann com o interesse imobiliário eram frequentemente problemáticas e, na melhor das hipóteses, ambivalentes. Isso ajuda a explicar por que o apoio deste último ao Império foi menos entusiasmado do que se poderia esperar. Para começar, a concepção que Haussmann tinha do espaço urbano era radicalmente diferente daquela dos proprietários tipicamente tacanhos e dispersos.

Embora fosse muito favorável à propriedade privada em geral, Haussmann não se preocupava com os direitos de ninguém nesse quesito e estava disposto a tratar a oposição particularista com arrogância, o que provocava ressentimentos. Além disso, era difícil proporcionar benefícios iguais a tantos proprietários dispersos. Perto do fim do Império, comenta Gaillard, havia muitas queixas de proprietários que se sentiam excluídos do grande banquete especulativo que acompanhava as obras públicas[6]. Haussmann também teve de combater o conservadorismo fiscal de proprietários que os impedia de investir de forma produtiva na transformação do espaço urbano ou de viabilizar a ação pública com tal objetivo. Para que Paris pudesse ser de fato transformada, o capital teria de ser mobilizado não apenas na compra e venda, mas também em demolições, em reconstruções e no gerenciamento de longo prazo do espaço urbano em consonância com princípios coletivistas, que eram um tanto estranhos ao privatismo dos proprietários tradicionais.

Em resumo, o que Haussmann encorajava era a forma capitalista de propriedade privada da terra e, assim, entrou em choque com atitudes e práticas mais tradicionais e profundamente arraigadas. Haussmann previra a resistência que poderia encontrar, e logo marginalizou os dois principais canais de influência dos proprietários sobre as decisões de renovação. A comissão de planejamento foi na verdade reduzida apenas a ele; e a Câmara dos Vereadores, mais indicada do que eleita, foi facilmente cooptada. Não obstante, ele achou prudente acalmar os medos dos proprietários acerca do aumento nos impostos e concebeu métodos criativos de financiamento das dívidas que se baseavam mais na expansão da base tributária do que em qualquer elevação na alíquota tributária. Também muniu-se de fortes poderes de expropriação "por razões de interesse público" e de condenação por "insalubridade" legados pela legislação social da Segunda República. Estava disposto a usar ambos de maneiras que seus redatores dificilmente haviam vislumbrado. Uma vez que o interesse imobiliário estava de todo modo desmoralizado, Haussmann atacou forte e rápido o cerne do problema sem sofrer quase nenhuma oposição.

Logo em seguida, os proprietários organizaram um contra-ataque bem-sucedido mediante o Judiciário e o Conselho de Estado (os quais eles vieram a dominar). Em 1858, reconquistaram o direito de capitalizar as melhorias urbanas, que Haussmann havia anteriormente retido (com muitos benefícios financeiros) para a cidade. Conseguiram, nos tribunais, compensações cada vez mais favoráveis por terrenos tombados e, por meio de um labirinto de decretos e julgamentos legais, viraram totalmente o jogo contra Haussmann no início dos anos 1860. Este mais tarde declararia que a "vitória do privatismo sobre os interesses públicos" e os custos ascendentes de compensação, junto com a consequente perda de rendimentos, estavam na raiz dos problemas fiscais que assaltaram a cidade na década de 1860. Os dados de Daumard por certo mostram que os proprietários receberam compensações bem acima do valor de mercado após 1858[7]. Foi desse cocho que Zola alimentou Saccard em *La curée*. Por isso, se os proprietários consolidaram sua aliança com o Império, o fizeram em parte à custa de Haussmann. E, embora argumentar que eles tiveram um papel direto em sua queda seja forçar um pouco a barra, boa parte deles estava descontente o bastante para não fazer nenhum protesto quando Haussmann caiu.

No entanto, havia processos mais profundos em ação que merecem ser examinados com detalhamento. Eles ilustram os conflitos que surgem não apenas quando práticas pura e parcialmente capitalistas entram em choque com respeito ao uso da propriedade, mas também quando as tensões inerentes à racionalidade capitalista vêm à tona. Haussmann fez o possível para dominá-las, mas o fato de elas o terem dominado no fim das contas não refletiu em nada seu brilhantismo. Sua genialidade foi enxergar com enorme clareza que novas práticas imobiliárias tinham de ser mobilizadas para que Paris fosse transformada e modernizada.

A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL NO MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO

A mobilização do fluxo do capital para transformar o meio ambiente construído de Paris durante o Segundo Império foi algo espetacular. "O capital corria como ar preenchendo um vácuo", escreveu Halbwachs, mas era principalmente um certo tipo de capital que corria, aquele dos capitalistas associados e mobilizados mediante o novo sistema de financiamento[8]. A estratégia de Haussmann tinha duas vertentes. Se ele não conseguisse encontrar incorporadoras com disposição e recursos suficientes para realizar os enormes projetos que tinha em mente, usaria o poder do Estado para mobilizar o financiamento e realizar o grosso do trabalho. A cidade poderia então recuperar os valores das melhorias resultantes de seus próprios investimentos, tornando-se assim, como se queixavam os críticos, o maior especulador de todos. Os proprietários privados assistiam à cena horrorizados enquanto os benefícios que consideravam lhes pertencer legitimamente eram despejados nos cofres da cidade. Com base nisso, mobilizaram o bem-sucedido contra-ataque legal de 1858.

Mas a segunda estratégia de Haussmann, e sua favorita, foi, no fim, ainda mais poderosa e convincente. "Era melhor", ele declarava, "deixar a cargo da especulação estimulada pela competição" a tarefa de "reconhecer as necessidades reais das pessoas e satisfazê-las"[9]. Para isso, ele forjou uma aliança entre a cidade e um grupo de interesses financeiros e imobiliários (construtores, incorporadores, arquitetos etc.) reunidos sob a proteção do capital "associado" ou "financeiro". Portanto, o que ele tinha em mente era uma forma bem organizada de competição monopolística. E tinha de ser dessa maneira, pois a cidade subsidiava as obras mediante doações de terra, e não de dinheiro. Assim, como declarou Zola, "as novas ruas foram especuladas como se especula com títulos e ações"[10]. A própria terra, assim como as construções nela edificadas, tornou-se uma forma de capital fictício. No entanto, para que pudessem se beneficiar, as empresas tinham de ser grandes o bastante para orquestrar seus próprios efeitos de externalidade (garantindo, por exemplo, as principais regiões imobiliárias que rapidamente ficavam mais caras enquanto elas loteavam o terreno ao redor) e para conseguir esperar (às vezes, vários anos) até que o encarecimento do terreno se materializasse.

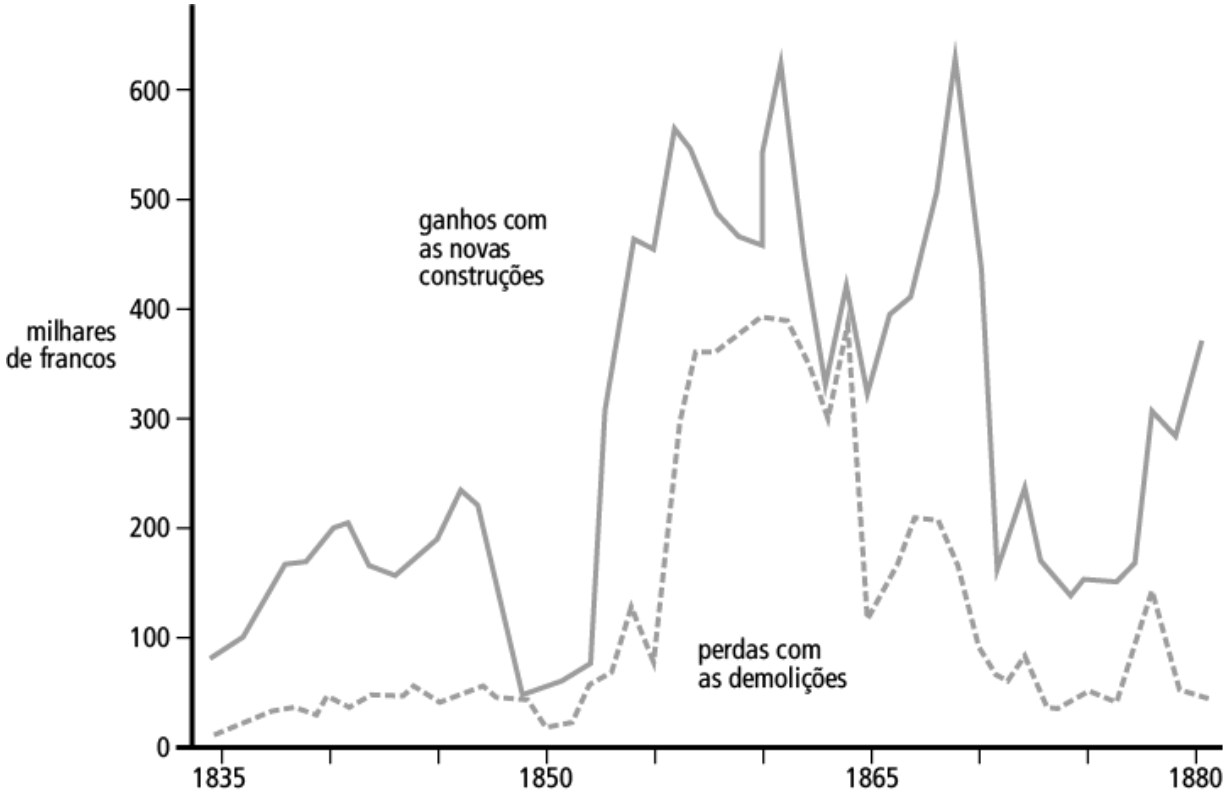


Figura 48: *Aumentos na base tributária das propriedades devidos às novas construções (——————) em comparação com as perdas causadas por demolições (- - - - - - - - -) em Paris, 1835-1880 (segundo Adeline Daumard, Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème Siécle, cit.).*

A revitalização colocou grandes concessões nas mãos de poucos capitalistas que tinham acesso privilegiado ao Estado (inclusive aos recursos do recém-fundado Crédit Foncier), por trás dos quais havia uma falange de financistas (como os Péreires) que tinham interesses em vários outros ramos, como companhias de seguro, construção e gestão imobiliária. Tratava-se de capital associado, ou financeiro, aplicado ao desenvolvimento territorial, inovação que nasceu de estruturas específicas do Império e que se opôs às formas tradicionais de propriedade e uso da terra. Mas a própria natureza de suas operações restringia os financistas a satisfazer a demanda por moradia e instalações comerciais das classes ricas ou do comércio de grande porte. Muito ativos na zona oeste e no centro, eles desempenharam um papel crucial na formação dos bairros predominantemente burgueses que adornaram os novos bulevares de Haussmann. Mas seu impacto permanente sobre a propriedade imobiliária

(em oposição à compra e venda em curto prazo que, como vimos no caso dos Péreires, dominavam cada vez mais suas operações) foi relativamente fraco, pois as empresas detinham menos de 6% das propriedades do centro da cidade em 1880 (ver Tabela 3). Não obstante, esse era o sistema que despertava a inveja, o medo e a ira dos interesses imobiliários convencionais. E, embora alguns proprietários privados, construtores de pequeno porte, arquitetos e afins de fato tenham participado de algum modo da revitalização, achavam cada vez mais difícil fazê-lo[11].

A provisão de moradias para a população de renda média e baixa ocorria à parte desse sistema de desenvolvimento. Tratava-se de um esquema radicalmente diferente de desenvolvimento urbano e habitacional surgido por meio da ação de proprietários de pequeno porte "relativamente empobrecidos". "Tardiamente nutridos pela expropriação e modestamente irrigados com crédito pelo Crédit Foncier", eles não obstante tiveram oportunidades consideráveis para especular na construção de moradias, em especial nas periferias das zonas norte e leste, que formavam uma verdadeira fronteira urbana. Nelas, os baixos preços da terra permitiam que mesmo aqueles com poupanças modestas (advogados, comerciantes, lojistas, artesãos e até trabalhadores) tivessem pequenos ganhos ao aproveitar os processos do crescimento demográfico e do aumento na demanda por moradia popular. No decorrer do Segundo Império, alguns desses incorporadores chegaram a desenvolver um negócio bastante substancial, principalmente nos *arrondissements* periféricos e fora do sistema de urbanização que dominava no centro. Eles sem dúvida tiveram como estímulo a renovação do centro da cidade para acumular capital mediante seu próprio modo de investimento no meio ambiente construído. A reação em geral favorável que esboçaram à anexação dos subúrbios, em 1860, baseou-se na esperança – vã, como veio a se confirmar – de que a incorporação encareceria os terrenos e lhes traria os ricos benefícios da expropriação e do acesso privilegiado ao crédito. A sensação de terem sido enganados quando tais benefícios não se materializaram os levou a se tornarem os principais críticos da política de Haussmann, quase no fim da década de 1860[12].

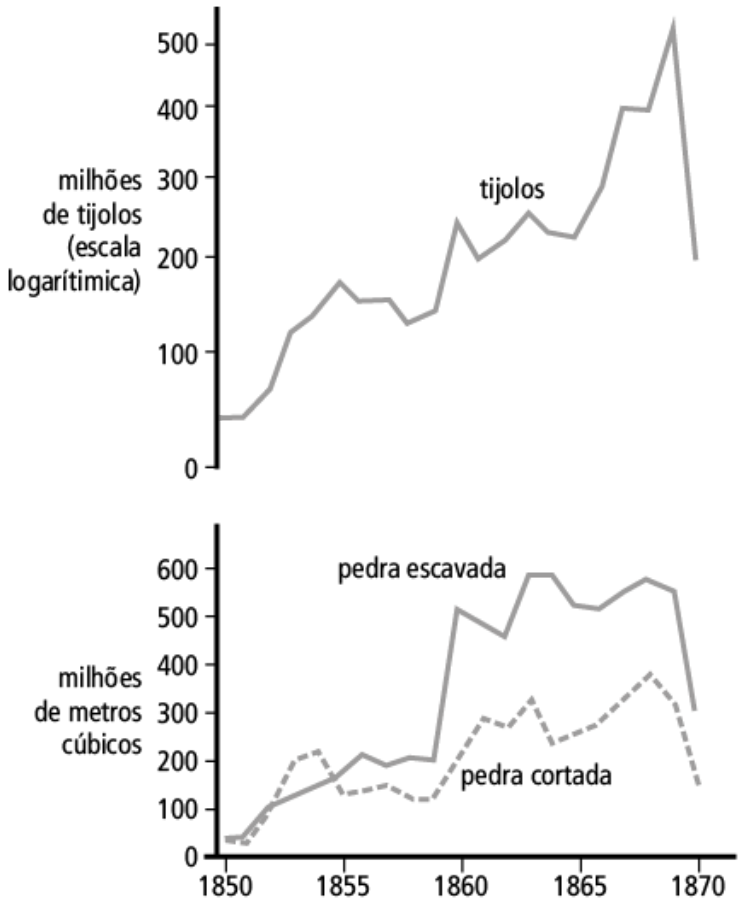


Figura 49: *Volume de materiais de construção que entravam em Paris, 1850-1870. Observe que a pedra escavada e a pedra cortada se estabilizaram após 1860, mas o volume de tijolos (ligados à construção especulativa de moradias de qualidade inferior) continuou a subir na década de 1860.*

Houve, no entanto, uma onda fantástica de construção de moradias que, após uma fase inicial, em que o número de demolições superava o de novas unidades, aumentou de forma substancial o estoque de habitações na cidade – a tal ponto que, na década de 1860, ele ultrapassou pela primeira vez no século o crescimento populacional. As unidades de moradia aumentaram 27% e a população apenas 11%. Mas dentro desse notável desempenho geral houve também divergências igualmente significativas. Gaillard observa que Paris estava dividida em dois tipos de desenvolvimento e construção, "cada um com seu próprio domínio geográfico, sua própria clientela e seus próprios ritmos". Ativa na década de 1850, a construção de pequeno porte de moradias populares na

periferia (Belleville, Batignolles e áreas similares), em grande parte feitas com tijolos, explodiu na década de 1860, pressionada pela formação de famílias provenientes da onda de imigração anterior somada ao deslocamento populacional do centro da cidade[13]. O número de tijolos que entravam em Paris (um bom índice desse tipo de atividade) aumentou de modo contínuo até 1870. Atividades especulativas serviram às massas e extraíram lucros das rendas já baixas dos trabalhadores. Em contraste, o fluxo de pedras para adornar as fachadas dos novos bulevares de Haussmann variava de acordo com o número de expropriações e com a oferta de crédito. Após um surto inicial, que durou até 1854, a concorrência por fundos (em especial, provenientes da construção de vias férreas) e as taxas de juros mais elevadas impediram o crescimento até 1859, e as dificuldades financeiras de 1864 e 1867-1868 levaram a rápidas contrações nesse tipo de construção[14].

É também perceptível como o ritmo geral do crescimento nesse setor diminuiu na década de 1860, quando a demanda por moradias para a população de alta renda atingiu o ponto de saturação. Grande parte do mercado imobiliário parisiense voltado à classe trabalhadora caminhava em direção oposta àquela patrocinada por Haussmann para a renovação urbana. O glamour em torno desta última a fez destacar-se de forma indevida, embora uma atenção especial lhe fosse justificada na medida em que representava um afastamento radical e inovador das formas tradicionais de desenvolvimento territorial. O interessante, no entanto, foi a maneira como a crescente liberdade de circulação do capital na produção de meios ambientes construídos transbordou para os incorporadores urbanos de pequeno porte da periferia. Desse ponto de vista, a integração de Haussmann dos subúrbios ao marco urbano desempenhou, administrativa e espacialmente, um papel fundamental na viabilização do crescimento de sistemas de desenvolvimento territorial que haviam definhado em períodos anteriores. E a classe trabalhadora parecia não ter uma resposta efetiva a esse sistema. Algumas tentativas débeis de montar empreendimentos cooperativos fracassaram vergonhosamente. Assim, as divergências dentro do processo de

desenvolvimento parisiense se mantiveram unidas por uma base comum, a circulação do capital.

A RENDA E A ALOCAÇÃO DA TERRA AO USO

Os grandes e pequenos incorporadores também tinham isto em comum: eles cada vez mais preferiam lucrar com o encarecimento de terrenos e propriedades a investir em aluguéis como fonte de renda estável. A separação entre o incorporador e o proprietário final teve impactos importantes sobre o nível e o padrão dos arrendamentos dos terrenos e do preço das propriedades, que por sua vez geraram uma lógica diferente para o uso da terra na cidade. Encontramos aqui outra importante transformação desenvolvida durante o Segundo Império: os arrendamentos e preços de terrenos e imóveis funcionavam cada vez mais com o propósito de alocar a terra para usos que seguiam uma lógica distintamente capitalista.

O valor dos terrenos e imóveis parisienses mais que duplicou durante o Segundo Império (ver Figura 43). É difícil reconstituir os detalhes, o que indica um padrão geográfico e um ritmo de mudança temporal de uma complexidade tão intrincada que desafiam uma descrição fácil[15]. Os terrenos nas ruas internas da cidade podiam valer metade de outros ao longo dos novos bulevares e seu preço podia variar ainda mais de um bairro para o outro. Foi precisamente devido a essas variações tão vertiginosas do valor da terra que os construtores de grande porte puderam operar com tanto sucesso, pois o novo sistema de ruas criou oportunidades maravilhosas para capturar os crescentes aluguéis dos espaços. Os Péreires, por exemplo, pagaram 430 francos por metro quadrado no centro do Boulevard Malesherbes com o intuito de abrir o caminho para terrenos que haviam adquirido em torno do Parc Monceau (a cerca de um quilômetro de distância) por 50 francos e uma propriedade que estava um pouquinho além disso, comprada anteriormente por menos de 10 francos. Assim que a renovação foi aprovada, o preço dos terrenos

disparou. Aqueles ao longo do Boulevard de Sébastopol, que custavam 25 francos em 1850, foram vendidos por 1.000 francos o metro quadrado em 1857, e, após a Exposição de 1867, o valor de algumas áreas da Rive Gauche aumentou dez vezes em dois anos[16]. Com gradientes geográficos e mudanças temporais dessa ordem, não é de surpreender que a especulação no mercado imobiliário parisiense fosse um negócio ativo. Mas, à medida que ela prosseguia, o intrincado padrão de altos e baixos locais que antes definia a paisagem do aluguel parisiense começou a se aplanar, estabelecendo um mapa mais ordenado dos valores da terra. Assim, a sistematização das relações espaciais implícita no novo conjunto de ruas desembocou numa organização mais sistemática dos valores e usos da terra. Os usos que não conseguiam sustentar os aluguéis foram gradualmente descartados e substituídos por aqueles que conseguiam.

Como era de se esperar, o padrão que emergiu mostrou uma gradação visível do centro para a periferia (onde os terrenos ainda podiam ser comprados por 15 a 30 francos o metro quadrado em 1870) e uma enorme diferença entre o oeste burguês e o leste trabalhador, separados por um centro comercial de alta renda que distinguia a dinâmica Rive Droite da um pouco mais letárgica Rive Gauche. Dentro dessa estrutura regional de valores da terra, alguns gradientes agudos continuavam a existir, mas agora tendiam a representar distinções de uso. Por exemplo, o preço dos terrenos caiu de 1.000 francos por metro quadrado em torno de Les Halles para 600 francos na Rue Saint-Denis e para 150 a 250 francos mais a leste, em bairros solidamente habitados pela classe trabalhadora. Além disso, havia as usuais (pelos padrões modernos) distinções entre os locais mais importantes nas interseções-chave, ao longo dos novos bulevares ou nos complexos comerciais florescentes, e os valores mais baixos em ruas distantes e áreas residenciais.

Essa classificação dos aluguéis em função dos usos que geram – processo estimulado pela especulação imobiliária – torna-se ainda mais evidente quando consideramos as mudanças geográficas e temporais no preço das propriedades. O alcance da explosão imobiliária é indicado pela elevação no valor total da propriedade parisiense de 2,5 bilhões para 6 bilhões de francos entre 1852 e 1870, com o encarecimento de

propriedades já existentes respondendo por 1,5 bilhão desse aumento. O preço médio de casas à venda na velha Paris triplicou durante o mesmo período (ver Figura 45). Mais uma vez, há muitas variações intrincadas a serem consideradas. Mas podemos também detectar alguns processos generalizados em ação por trás da elevação geral e do aumento da segregação geográfica nos aluguéis e valores dos imóveis.

Haussmann tratava tudo isso como uma questão de oferta e demanda, argumentando que os aluguéis teriam subido com muito mais rapidez se ele não tivesse estimulado a urbanização de novas terras na periferia. Seus críticos respondiam que as demolições restringiam a oferta e que a renovação provocou a onda de imigração que tanto estimulava a demanda. Embora houvesse alguma verdade nas duas posições, a questão era um pouco mais complicada. Para começar, os custos de construção estavam baixando com a melhoria da eficiência na indústria do setor, enquanto havia também, como já foi discutido, um grande excedente de moradias em relação à população, particularmente na década de 1860. E, embora fosse uma fonte vital de ganho para construtores e empreiteiros, o aumento do custo da terra não era em si suficiente para justificar o encarecimento de aluguéis e propriedades. Uma explicação mais convincente está no relato de Gaillard do "emburguesamento" (ou "gentrificação", como poderíamos agora chamá-lo) de grande parte do mercado imobiliário parisiense[17].

O acesso ao crédito e as políticas de Haussmann privilegiaram a construção de moradias de alto valor. A queda dos custos de construção, aliada a projetos de interiores que economizavam no uso do espaço, colocou esse tipo de moradia ao alcance da classe média, cuja renda estava aumentando. Consequentemente, o valor do mercado imobiliário parisiense subiu. Há também evidências consideráveis de superprodução de residências de alto valor, até relacionada ao aumento da demanda efetiva. Os Péreires, por exemplo, tiveram dificuldades em se desvencilhar de todas as suas propriedades no Boulevard Malesherbes na década de 1860 – uma amostra do aperto que sofreriam no futuro. Mas é difícil deter a lógica desse tipo de "máquina de crescimento" quando ela já foi acionada. E parte dessa lógica é a busca pela proteção tanto dos valores

imobiliários criados quanto da clientela servida mediante a crescente segregação espacial.

Por isso, o Segundo Império viu não apenas a progressiva gentrificação do centro da cidade renovado, mas também a rápida criação de bairros exclusivamente burgueses na direção oeste. Compare isso ao sistema "relativamente empobrecido" de provisão de moradia para as classes mais baixas, que não tinha os privilégios desfrutados pela construção de valor elevado. A queda dos custos foi mais do que compensada pelo aumento do preço dos terrenos, pois era difícil para as famílias trabalhadoras, já amontoadas em um aposento, economizar mais ainda em espaço. Além disso, como veremos, a formação de famílias na década de 1860, devido à onda de imigração principalmente de pessoas solteiras na década de 1850, mudou a natureza da demanda habitacional. A demolição e a gentrificação no centro restringiram ali a oferta para setores de baixa renda, forçando-os a buscar outros espaços (como as pensões da Rive Gauche que, em consequência, aumentaram os aluguéis) ou novas zonas de construção na periferia. E, embora houvesse uma significativa expansão nas construções na periferia, há pouca evidência de superprodução. O encarecimento dos terrenos da classe trabalhadora é mais bem explicado pela natureza do processo de construção especulativo e pelo aumento na proporção de renda disponível que a maioria dos trabalhadores era obrigada a gastar em moradia. Havia também o avanço da segregação espacial, em grande parte espontâneo, pois se provou difícil atrair proprietários ou locatários burgueses para áreas nas quais o desenvolvimento do terreno estava cada vez mais voltado a moradias especulativas populares. A distinção entre as zonas leste e oeste (na qual o valor médio dos terrenos a oeste ultrapassa o de qualquer bairro do leste) consolidou esse sistema dual e classista da provisão de moradias.

O processo especulativo também acentuou a competição entre os diferentes tipos de usuários. Os usos financeiros e comerciais elevaram a tal ponto os aluguéis entre a Bolsa e a Chaussée d'Antin que todos os outros usos ficaram impossibilitados, proporcionando uma forte dinâmica a noroeste do centro que não se encontrava em nenhuma outra parte. O desenvolvimento imobiliário na Rive Gauche teve uma dinâmica muito

diferente, pois ela não possuía um centro comercial, mas de todo modo absorvia um número desproporcional de instituições educacionais e religiosas. Embora os aluguéis tenham subido (de quase 500 francos por ano em 1860 para mais de 800 francos em 1864 para um quarto mobiliado perto do Odéon) sob a pressão da demanda dos trabalhadores deslocados do centro da cidade e do aumento da população estudantil, o ritmo da renovação foi vagaroso e a especulação foi restringida pelas qualidades peculiares da estrutura do latifúndio e pela ausência de forte competição entre as instituições financeiras, o comércio e a indústria pelo uso da terra[18]. A indústria, por sua vez, também teve de enfrentar a superfície movediça dos valores da propriedade, mantendo-se próxima dos altos aluguéis do centro somente à custa de uma drástica reorganização de seu processo de trabalho ou por conta de vantagens de acesso, que tornavam o pagamento de altos aluguéis factível e desejável. Por isso, as indústrias intimamente ligadas aos mercados do centro da cidade tenderam a se aglomerar próximas ao nordeste do centro, em meio a bairros de artesãos, onde os aluguéis, embora muito mais altos se comparados aos da periferia, eram bem mais baixos do que os do noroeste comercial e financeiro ou do oeste residencial burguês. Nos demais casos, a indústria era obrigada a procurar terrenos mais baratos na periferia ou que tivessem qualidades especiais (pontos nodais estratégicos dentro do sistema de comunicação, por exemplo), pelos quais valeria a pena pagar mais caro.

A reorganização – estimulada pelo surgimento do novo sistema de crédito – dos mercados fundiários e imobiliários sob linhas mais puramente capitalistas (que decerto encontravam fortes centros de resistência tradicionalista, como na Rive Gauche) teve efeitos importantes. Ela cada vez mais vinculou a organização do espaço interno de Paris à concorrência de preços entre diferentes usuários pelo seu controle. Usos industriais, comerciais, governamentais e residenciais competiam entre si, bem como indústrias de diferentes tipos e moradias de diversas qualidades. Dada a maneira como os fluxos de capital foram liberados para a reestruturação do meio ambiente construído e de sua configuração espacial, era de se esperar que Paris estivesse mais geograficamente segregada em 1870 do que em 1850. A nova condição de

concorrência pelo uso da terra organizada pela especulação imobiliária e fundiária forçou todos os usuários a se adaptarem de vários modos diferentes. Grande parte da população de trabalhadores foi jogada para a periferia (com jornadas mais longas de trabalho) ou se concentrou em locais superlotados e caros, mas próximos do centro. A indústria também se deparou com a escolha de mudar seu processo de trabalho ou se suburbanizar.

A absorção dos excedentes de mão de obra e de capital durante a reconstrução de Paris teve toda sorte de efeitos negativos – como o aumento do deslocamento e da segregação, jornadas de trabalho maiores, aluguéis mais elevados e excesso de pessoas nas moradias –, que muitos na época viam como totalmente patológicos. Entretanto, contemporâneos como Louis Lazare se equivocaram ao atribuir todos esses efeitos à genialidade maléfica de Haussmann. Nisto, é claro, os críticos estavam se envolvendo na prática francesa tradicional (de modo algum já extinta) de atribuir qualquer sinal ou todos os sinais de patologia às diretrizes e políticas defeituosas de um Estado supostamente todo-poderoso. A medida exata do quanto esse Estado era poderoso em geral, e do quanto Haussmann era particularmente influente, requer, portanto, uma análise cuidadosa.

Notas

[1]* *O capital*, Livro III, cit. (N. E.)

Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle, 1809-1880* (Paris, Éditions Cujas, 1965), p. 23-35. De modo geral, essa obra é fonte fundamental sobre o interesse imobiliário em Paris durante esse período. *The Autumn of Central Paris* (Londres, Edward Arnold, 1970), de Anthony Sutcliffe, também é muito útil.

[2] Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit., p. 137.

[3] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 85-120.

[4] Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit., p. 228.

[5] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 136.

[6] Ibidem, p. 110-2.

[7] Ver David Pinkney, *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, cit., p. 185-7; Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit., p. 40-1; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville,* cit., p. 27-30. *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 301-71, de Georges-Eugène Haussmann, também proporciona um relato paralelo. Ver, ainda, Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit., p. 215.

[8] Maurice Halbwachs, *La population et les tracés des voies à Paris depuis un siècle* (Paris, Les Presses Universitaires de France, 1928).

[9] Geneviève Massa-Gille, *Histoire des emprunts de la ville de Paris, 1814-1875* (Paris, Commission des Travaux Historiques, 1973), capítulo 5; Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit., p. 117.

[10] Émile Zola, *The Kill (La Curée)*, cit., p. 108.

[11] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 121-7, e Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit., p. 267.

[12] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 104-15, 127-44; Gérard-Nöel Lameyre, *Haussmann, "préfet de Paris"*, cit., p. 152.

[13] Louis Girard, *Nouvelle histoire de Paris*, cit., p. 186; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville,* cit., p. 82.

[14] Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit., p. 118.

[15] Louis Girard, *Nouvelle histoire de Paris*, cit., p. 173-5; Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit., p. 158; Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit.

[16] Jean Autin, *Les frères Pereire,* cit., p. 186; Gérard-Nöel Lameyre, *Haussmann, "préfet de Paris"*, cit., p. 140-2; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 92; Maurice Halbwachs, *Les expropriations et le prix de terrains à Paris, 1860-1900* (Paris, E. Cornély, 1909).

[17] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit.

[18] Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit.; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 85-100.

7. O Estado

> [...] o interesse material da burguesia francesa está entretecido da maneira mais íntima possível justamente com a manutenção dessa máquina estatal extensa e muito capilarizada.
>
> Karl Marx*

Em meados do século, o Estado francês buscava modernizar suas estruturas e práticas de modo condizente com as necessidades contemporâneas. Isso valia tanto para Paris quanto para a nação. Luís Bonaparte subiu ao poder nos escombros da tentativa de definir essas necessidades do ponto de vista dos trabalhadores e de uma burguesia radicalizada. Ele alcançou a presidência da República porque era o único candidato que parecia capaz de impor ordem aos "vermelhos". E recebeu apoio maciço para constituir o Império porque era a única pessoa que parecia capaz de manter essa ordem. Entretanto, o imperador precisava desesperadamente de uma aliança estável de classe que o apoiasse (em vez de enxergá-lo apenas como a opção menos ruim) e de um modelo político que lhe assegurasse tanto controle quanto administração efetivos. Luís Bonaparte deu início ao seu governo com um modelo (o qual ele foi pouco a pouco obrigado a abandonar na década de 1860) pautado em um autoritarismo hierarquicamente ordenado, mas de base popular. A imagem que ele usava era a de um grande Exército nacional encabeçado por um

líder popular, em que cada pessoa teria seu lugar em um projeto de desenvolvimento nacional voltado ao benefício coletivo. A forte disciplina imposta pela meritocracia no topo teria de ser compatível com o desejo popular na base. A tarefa da administração era comandar e controlar.

É tentador interpretar a rotatividade de funcionários e políticas durante o Segundo Império como vacilações arbitrárias de um sonhador oportunista cercado de conselheiros venais e ambiciosos. Seguirei o mesmo raciocínio de Gramsci e Zeldin, que, de lados opostos do espectro político, viam o Império como uma importante transição no governo e na política franceses que, apesar de todas as hesitações, contribuiu para aproximar as instituições nacionais das modernas exigências e contradições do capitalismo[1]. A seguir, vou me concentrar em como essa transição política ocorreu em Paris e quais foram suas consequências sobre a geografia histórica da cidade.



Chez Aubert & Cie Pl de la Bourse, 8g. Paris
Imp. Ch. Trinocq Cour des Miracles 3. Paris.

— Belle dame, voulez-vous bien accepter mon bras ?
— Votre passion est trop subite pour que je puisse y croire !

Figura 50: *Desde o início, o problema de Luís Bonaparte era manter uma base popular para seu governo. Aqui, em uma das famosas descrições que fez dele como um personagem oportunista chamado Ratapoil, Daumier o mostra, em 1851, antes do golpe de Estado, tentando seduzir uma relutante França – apresentada, como sempre, na figura feminina da Liberdade. Ela reage a seus avanços dizendo que sua paixão é repentina demais para merecer crédito.*

INTERVENÇÕES DO ESTADO NA CIRCULAÇÃO DO CAPITAL

A ideia de "gastos produtivos do Estado" vem da doutrina saint-simoniana livremente aceita pelo imperador e por alguns de seus principais conselheiros, como Persigny, o líder do grupo, e Haussmann. O argumento era que despesas financiadas via dívida não requeriam taxação adicional e não eram um encargo a mais para o Tesouro, contanto que os gastos fossem "produtivos" e promovessem o crescimento da atividade econômica, que, a uma alíquota estável de imposto, expandiria suficientemente as rendas do governo para cobrir os juros e os custos da amortização. Obras públicas financiadas pelo Estado como as encarregadas pelo imperador a Haussmann poderiam, pelo menos em tese, ajudar a absorver os excedentes de capital e de força de trabalho e garantir seu pleno emprego contínuo sem nenhum custo extra para os contribuintes, se produzissem crescimento econômico.

A principal base tributária na qual Haussmann podia confiar era o *octroi* – taxa sobre as mercadorias que entravam em Paris. Contanto que aumentasse essa receita fiscal, Haussmann estava disposto a subsidiar e financiar o déficit de qualquer tipo de modificação na cidade. Por exemplo, ele praticamente cedia terra aos construtores, mas, ao regular com rigidez o estilo arquitetônico e os materiais empregados, garantia a expansão das receitas fiscais sobre os materiais de construção que chegavam à cidade. A propósito, foi daí que surgiu a forte predileção de Haussmann por moradias custosas para os ricos.

A história dos métodos escorregadios de financiamento empregados por Haussmann já foi demasiado explorada em outros relatos para ser repetida em detalhes aqui[2]. Em 1870, suas obras custaram cerca de 2,5 bilhões de francos, metade dos quais foi financiada por excedentes do orçamento, subsídios do Estado e revenda de terras. Ele tomou um empréstimo de 60 milhões mediante subscrição pública direta (uma inovação) em 1855 e ainda pediu mais 130 milhões em 1860, valor que lhe foi finalmente concedido em 1862, quando o Crédit Mobilier dos Péreires tomou um quinto dessa quantia. O empréstimo de 270 milhões de francos, autorizado após um intenso debate em 1865, só foi obtido com a ajuda direta do Crédit Mobilier. Haussmann precisava de mais 600 milhões, e suas chances de obter outro empréstimo eram escassas. Assim, ele começou a tirar recursos do Fundo de Obras Públicas, que funcionava como uma dívida flutuante, independente do orçamento da Prefeitura, cujo propósito era o de simplificar as receitas e os gastos ligados a obras públicas que demoravam muito tempo para serem concluídas. Os custos de edificação eram normalmente pagos pelo construtor, depois reembolsados pela Prefeitura em até oito parcelas anuais (incluindo os juros) após a finalização do projeto. Como o construtor tinha de levantar o capital, esse era na verdade um empréstimo de curto prazo à Prefeitura. Em 1863, alguns construtores enfrentaram dificuldades financeiras e exigiram pagamento imediato sobre projetos parcialmente finalizados. A Prefeitura recorreu ao Crédit Foncier, que, diante da insistência do imperador, emprestou o dinheiro sob a garantia de uma carta da Prefeitura aos construtores, estabelecendo a data esperada de conclusão do projeto e o cronograma de pagamentos. Na verdade, Haussmann estava pedindo dinheiro emprestado ao Crédit Foncier por intermédio de terceiros. E tudo isso podia ser ocultado pelo Fundo de Obras Públicas, que não era aberto a escrutínio público. Em 1868, Haussmann havia levantado quase meio bilhão de francos dessa maneira.

Dada a associação de Haussmann com os Péreires e o Crédit Mobilier, não surpreende que suas falcatruas só tenham começado a ser reveladas em 1865 por Léon Say, economista de convicções liberais (leia-se, de livre mercado) e protegido dos Rothschilds. Isso deu muita munição para os

que se opunham ao Império. *Comptes fantastiques d'Haussmann* [Contas fantásticas de Haussmann], de Jules Ferry, expôs todo o processo e, além disso, caiu nas mãos da imprensa, causando grande impacto em 1868. Não há dúvida de que uma burguesia conservadora do ponto de vista fiscal, sem imaginação e politicamente motivada desempenhou um papel fundamental na demissão de Haussmann. Mas aqui havia um problema muito mais profundo, originado da forma como o Estado estava envolvido na circulação do capital. Entre 1853 e 1870, "a dívida da Prefeitura havia aumentado de 163 milhões para 2,5 bilhões de francos e, em 1870, os encargos da dívida compunham 44,14% de seu orçamento". Assim, as finanças da cidade tornaram-se incrivelmente vulneráveis a todos os choques, tribulações e incertezas ligados à circulação do capital portador de juros. Longe de controlar o futuro de Paris, e ainda mais de estabilizar a economia, "o próprio Haussmann havia sido dominado pela máquina que ele e seu governante imperial haviam criado". Sutcliffe ainda conclui que Haussmann teve a sorte de sair do poder devido a questões políticas nacionais, pois uma estrutura financeira municipal sobrecarregada "não sobreviveria às repercussões da depressão internacional da década de 1870"[3].

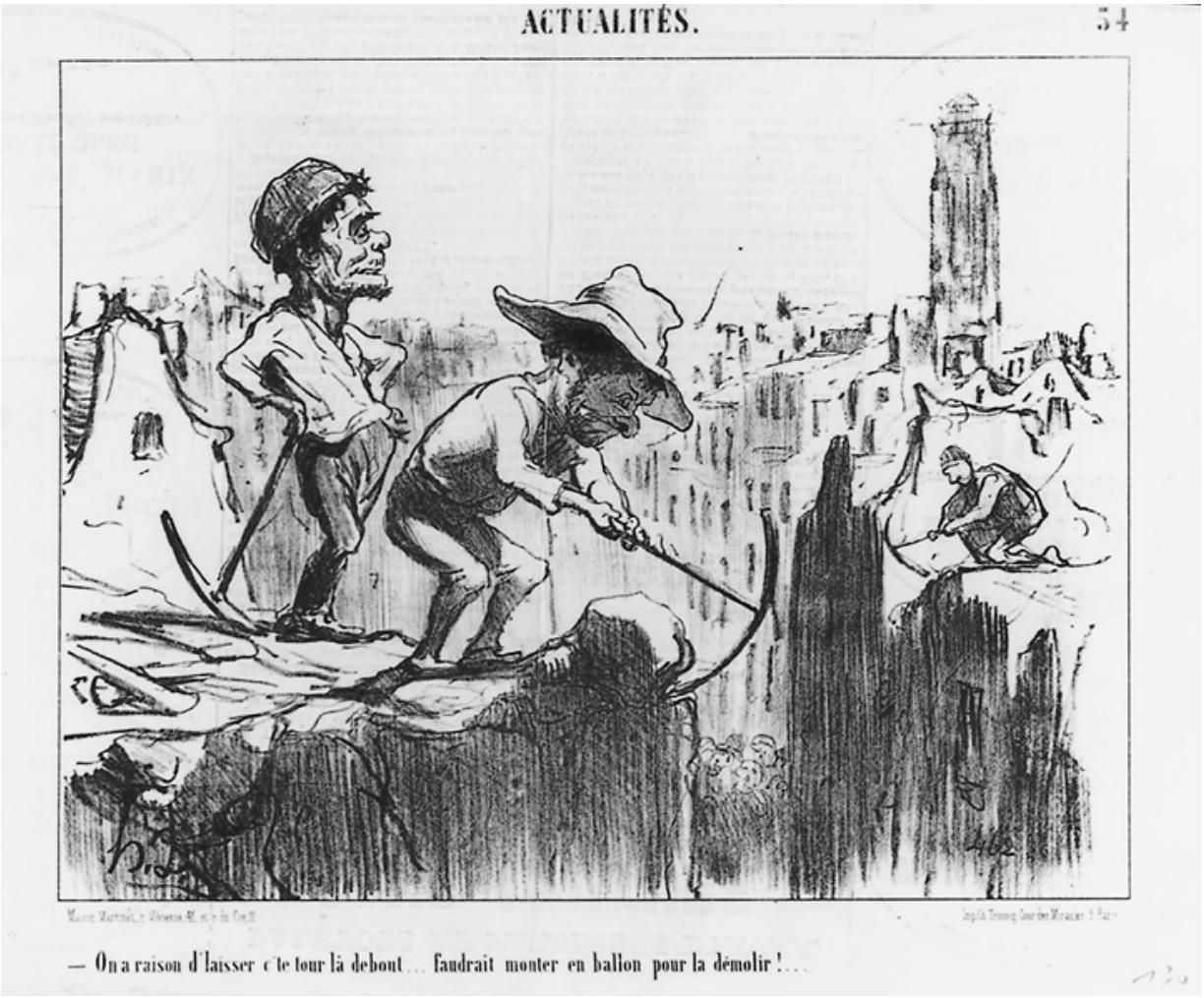


Figura 51: *A partir do momento em que as demolições de fato começaram, os trabalhadores da construção podiam ser encontrados por toda parte. Aqui, Daumier mostra dois proletários especulando que a razão de a Tour St. Jacques (até hoje um marco isolado na cidade) ter sido deixada de pé seria a necessidade de subir de balão para demoli-la.*

Nesse caso, como em outros tempos e lugares (Nova York, na década de 1970, vem logo à mente), o aparato do Estado se propôs a resolver os grandes problemas da superacumulação mediante financiamento do déficit de seus próprios gastos e acabou sendo vítima das traiçoeiras contradições da circulação do capital financeiro. De fato, o destino de Haussmann se assemelha ao dos Péreires em um sentido. Pelo menos nesse aspecto, o imperador e seus conselheiros modernizaram o Estado na direção das contradições generalizadas das finanças capitalistas

contemporâneas, colocando-o à mercê dos mercados financeiros, e sofreram as consequências disso (como fizeram muitos outros Estados desde então).

A GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO

"Eu preferiria enfrentar um Exército hostil de 200 mil homens", disse o imperador, "à ameaça de insurreição causada pelo desemprego"[4]. Na medida em que a Revolução de 1848 fora feita e desfeita em Paris, a questão do pleno emprego na capital era premente. O ritmo acelerado das obras públicas resolvera apenas parte do problema.

> Não se viam mais bandos de insurgentes perambulando pelas ruas da cidade, mas equipes de pedreiros, carpinteiros e outros artesãos indo para o trabalho; as pedras não estavam mais sendo amontoadas a fim de erguer barricadas, mas de abrir caminho para encanamentos de água e gás; as casas não eram mais ameaçadas por incêndio criminoso ou fogo, mas pela rica indenização da expropriação.[5]

Em meados da década de 1860, mais de um quinto da população trabalhadora de Paris estava empregado na construção. Esse feito extraordinário tinha dois pontos vulneráveis. Em primeiro lugar, como disse Nassau Senior, "a interrupção de uma semana no setor da construção aterrorizaria o governo". Em segundo, o carrossel dos gastos produtivos, que parecia infindável, colocou uma carga de dívidas tão pesada no trabalho futuro que condenou grande parte da população ao crescimento econômico incessante e ao trabalho perpétuo. Quando as obras públicas atrasavam, o que passou a acontecer por razões políticas e econômicas após 1868, a queda nas receitas dos impostos e o desemprego no setor da construção tornavam-se um problema muito grave. O número desproporcional de trabalhadores do setor da construção que participaram da Comuna sugere que esse fato teve um efeito radicalizador sobre eles, que, ao contrário da opinião burguesa, não eram de modo algum tão

avessos a Haussmann, como em geral se pensava – o prefeito era sua principal fonte de emprego, e eles sabiam disso[6].

O Estado ainda tinha alguns outros recursos para estimular o comércio. O esplendor imperial exigia que o Exército tivesse novos uniformes e que se estabelecessem códigos de vestuário na corte; a moda da época tornou-se algo obrigatório para garantir o status e a reputação em toda a cidade. De 1852 até o fim da década de 1850, o estímulo para o comércio têxtil foi imenso. No entanto, nem todos os excedentes de mão de obra podiam ser absorvidos por medidas desse tipo. Havia vastas reservas de trabalhadores em toda a França que inundavam Paris, em especial na década de 1850, o que em parte se deveu às oportunidades de emprego criadas pelas obras públicas. Assim, embora o índice de indigência (indicador aproximado do excedente de mão de obra) tenha caído de 1 em cada 16,1 habitantes para 1 em 18,4 entre 1853 e 1862, o número absoluto de indigentes não declinou em momento algum, ao passo que o índice em si subiu novamente para 1 em 16,9 em 1869.

A política de Haussmann com relação a esse exército maciço de reserva industrial passou por uma evolução interessante. As tradições do século XVIII, segundo as quais a assistência municipal era um direito e a Prefeitura tinha o dever de alimentar os pobres (até os das províncias), foram pouco a pouco abandonadas. Haussmann as substituiu por uma política neo-malthusiana mais moderna. Na verdade, dadas as pressões sobre o orçamento da Prefeitura, a dimensão do problema do bem-estar e as modificações nas formas de financiamento, ele provavelmente não teve muita escolha. Haussmann defendia que a cidade cumpriria melhor seu dever proporcionando empregos, não assistência social, e que se ela se encarregasse de gerar postos de trabalho poderia diminuir de maneira razoável sua obrigação de fornecer assistência. No entanto, se apesar da geração de empregos a pobreza continuasse a existir, a culpa seria – insinuava ele – dos próprios pobres, que consequentemente perderiam o direito à assistência do Estado. É claro que esse é um argumento com o qual continuamos muito familiarizados; ele foi fundamental para a reforma do sistema previdenciário tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha na década de 1990. Em 1870, a concepção do aparato

estatal em Paris acerca de suas responsabilidades em relação aos pobres, aos doentes e aos idosos era muito diferente daquela de 1848. Gaillard sugere que essa mudança de atitude administrativa com relação ao bem-estar social, à assistência médica, ao ensino etc. tenha contribuído para a sensação de perda de direitos e de comunidade que está na raiz dos levantes sociais de 1868 a 1871[7]. O fato de essas políticas tão neo-malthusianas terem provocado tal reação popular não surpreende. A Comuna certamente buscou restabelecer esses direitos, e até mesmo Haussmann, que tentava fortalecer o apoio para um regime em dificuldades, se viu obrigado a prestar cada vez mais atenção a questões de bem-estar social, pois o desemprego estava aumentando e o Império se esforçava para fazer jus à sua propaganda de que provia bem-estar social e uma rede de segurança do berço ao túmulo.

Haussmann adotou princípios similares com respeito ao preço das provisões. Quando este subia em demasia, protestos sociais geralmente provocavam um apressado subsídio estatal. Mas Haussmann acreditava no livre mercado, pelo menos para as classes trabalhadora e média. Se a flutuação de preço ligada à variabilidade das colheitas causasse dificuldades, a resposta estava em um fundo rotativo que padeiros ou açougueiros alimentavam quando o preço dos suprimentos estava baixo e do qual retiravam recursos quando os valores subiam. O ônus disso para o orçamento da Prefeitura era irrisório, e a estabilidade dos preços foi alcançada. Desse modo, Haussmann foi pioneiro em esquemas desse tipo para a estabilização do valor das mercadorias, que se tornaram comuns na década de 1930. Mas ele preferiu abrir mão deles, abandonando-os por completo quando o liberalismo de livre mercado passou ao centro da política governamental, após 1860. Nessa época, a eliminação das barreiras espaciais e a disponibilidade de importações de várias fontes já haviam extinguido a vulnerabilidade do abastecimento alimentar de Paris às condições nacionais de colheita. Aliadas a uma melhora na distribuição interna, elas trouxeram maior segurança ao suprimento alimentício da cidade.

Embora nenhum princípio orientador simples tenha sido estabelecido na administração do imensamente complicado maquinário do bem-estar

social da cidade, os instintos de Haussmann o conduziram em duas direções muito modernas que foram, à primeira vista, um tanto incompatíveis com o autoritarismo centralizado do Império. Em primeiro lugar, ele procurou privatizar todas as funções do bem-estar que pôde (como é o caso da educação, na qual, segundo sua concepção, o papel do Estado estava restrito apenas à escolarização de indigentes). Em segundo lugar, buscou uma descentralização controlada para dar ênfase à responsabilidade e à iniciativa locais. A dispersão da carga do bem-estar social de Paris às províncias e a descentralização da responsabilidade pela saúde pública, a educação e a assistência aos pobres para os *arrondissements* se ajustavam a um esquema administrativo que, embora não abandonasse de modo algum a hierarquia, conectava a expectativa do serviço à capacidade local de pagar por ele. Com os *arrondissements*, portanto, a Prefeitura deixou de ser o centro institucional ao qual os carentes de serviços de bem-estar recorriam para satisfazer suas necessidades.

VIGILÂNCIA E CONTROLE

O Segundo Império era um Estado policial autoritário, e sua inclinação para a vigilância e o controle se estendia por toda parte. Além da ação policial direta e do uso de informantes, espiões e assédios legais, as autoridades imperiais procuravam controlar o fluxo de informações, investiam pesado em propaganda e lançavam mão de poderes e favores políticos para cooptar e controlar tanto aliados quanto adversários[8]. O sistema funcionava bem na França rural, mas era mais difícil de ser imposto nas cidades. Paris apresentava problemas graves, por um lado devido à sua tradição revolucionária, por outro devido ao seu próprio tamanho e às suas características labirínticas. Embora Haussmann e o chefe de polícia (que estavam frequentemente em desacordo sobre questões jurisdicionais) fossem as principais engrenagens de vigilância e controle, vários departamentos governamentais (Interior, Justiça etc.) estavam também envolvidos. E as leis eram moldadas de acordo com esse

contexto. A censura da imprensa foi reimposta durante a Segunda República – "todas as publicações republicanas foram proibidas", comentou ironicamente um visitante inglês, "e só eram permitidas as que representassem as facções orleanistas, legitimistas ou bonapartistas"[9]. O Império, mediante leis para a imprensa, apenas endureceu o que o "Partido da Ordem" republicano já havia imposto. Segundo uma lei de 1853, até cantores e artistas de rua, vistos pelas autoridades como disseminadores de canções e cenas de socialismo e subversão, precisavam ter licença para se apresentar, e suas canções tinham de ser aprovadas pelo prefeito. O conteúdo político da cultura popular foi extirpado das ruas, assim como muitos dos próprios artistas. Mas a frequência com que contemporâneos (como Victor Fournel) se deparavam com tais personagens e com que Daumier, por exemplo, os utilizava como tema sugere que as autoridades jamais conseguiram eliminar totalmente esse aspecto da cultura popular[10].

A polícia (à qual os trabalhadores sempre se referiam como espiões) era muito mais dedicada a coletar informações e fazer relatórios ao menor sinal de oposição política do que a controlar a atividade criminal. Embora tenha conseguido instilar bastante temor, não parece ter sido muito eficiente em seu trabalho, mesmo depois de passar por uma importante reorganização administrativa em 1854. O medo estava ligado à ampla rede de potenciais informantes. "A polícia está organizada tanto nas oficinas quanto nas cidades", escreveu Proudhon; "não há mais confiança entre os trabalhadores, não há mais comunicação. As paredes têm ouvidos"[11]. As pensões eram mantidas sob estrita vigilância, os registros dos que ali viviam e de suas idas e vindas eram regularmente inspecionados, e os porteiros com frequência estavam ligados à rede de informantes da polícia. Quando o imperador derrubou o direito à associação, coalizão e reunião (juntamente com o direito à greve) dos trabalhadores em 1852, substituiu-o por um sistema de *conseils de prud'hommes* (conselhos de funcionários e empregadores para a resolução de disputas em um setor) e associações de ajuda mútua para os trabalhadores. Para evitar que ambos se tornassem focos de socialismo, o imperador nomeava os delegados administrativos (em geral, indicados pelo chefe de polícia), que

apresentavam relatórios regulares. Um sistema de controle similar foi estabelecido quando o direito à realização de reuniões públicas foi finalmente concedido em 1868 – "assessores" com poder para monitorar e encerrar reuniões excessivamente "políticas" eram nomeados e obrigados a preencher extensos relatórios. O sistema de propaganda não era menos elaborado[12]. Fluxos controlados de notícias e informações da imprensa oficial e semioficial, todos os tipos de pronunciamentos e ações administrativas (muitas delas sob a responsabilidade direta do prefeito) visavam a convencer as classes populares dos méritos daqueles que estavam no poder (principalmente os do imperador e da imperatriz). Era como se obras de caridade, bailes, exposições e festas com patrocínio oficial compensassem a perda da liberdade individual.

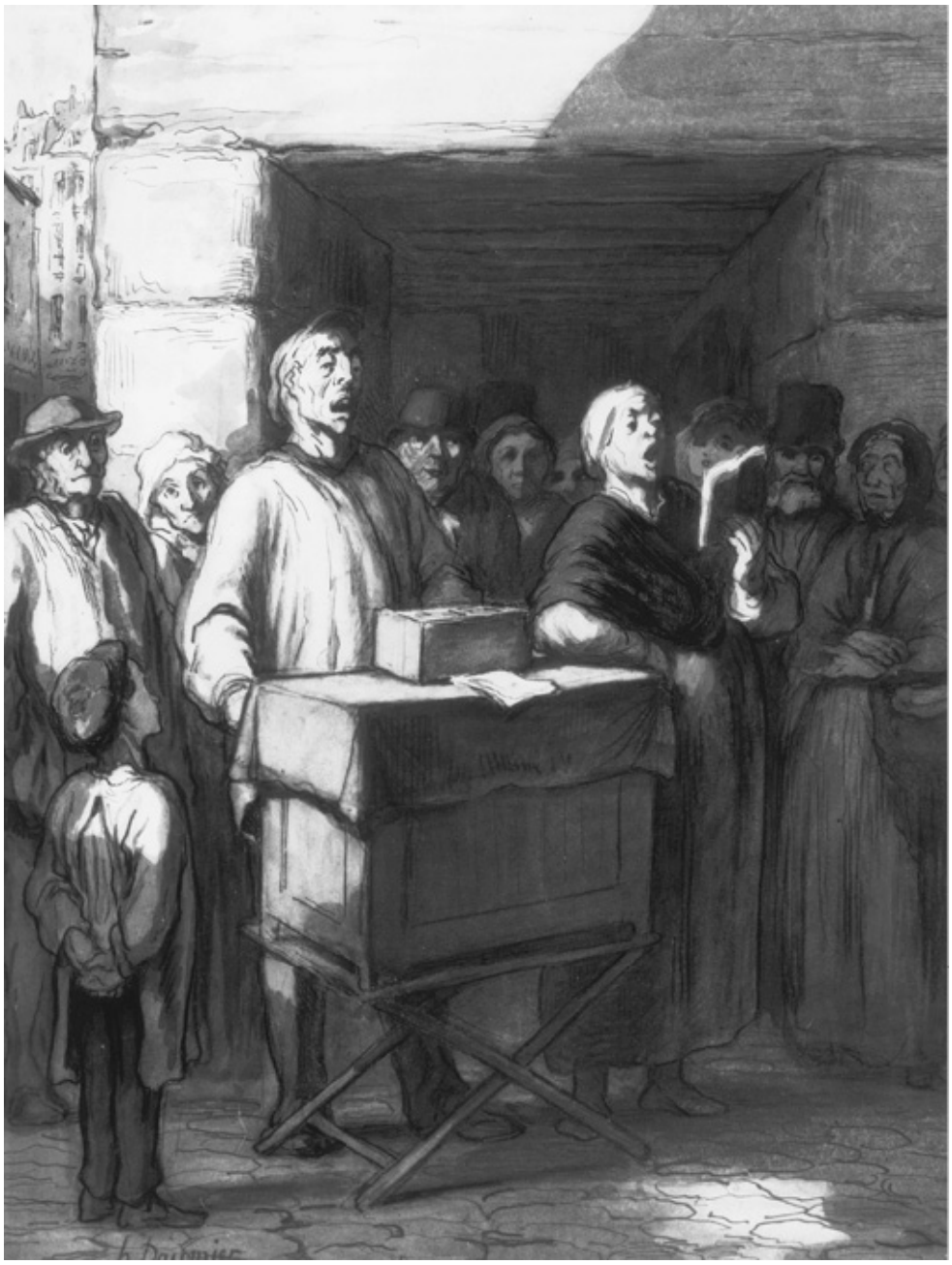


Figura 52: *Os artistas de rua eram um elemento fundamental na vida parisiense, mas controlá-los e impedi-los de fazer qualquer pronunciamento político provou-se difícil. Esta representação de músicos de rua em ação traz Daumier em um de seus melhores momentos.*

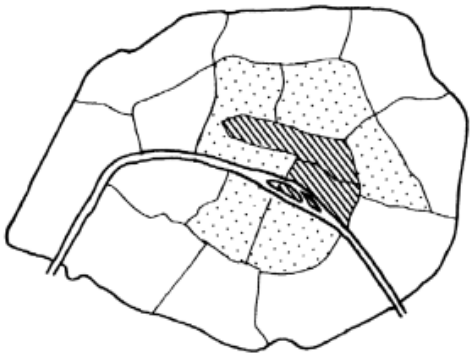
Tal sistema tinha seus limites. É difícil manter a vigilância e o controle em uma economia na qual a circulação do capital tem passe livre e em que a competição e o progresso técnico andam lado a lado, estimulando todo tipo de movimentos e adaptações culturais. A facilidade de Bruxelas para

difundir informações por toda a Europa transformou-a em um centro importante de publicações críticas; e era difícil, se não impossível, deter seu fluxo até a França. Os dilemas da censura à imprensa ilustram o problema. A imprensa parisiense cresceu de uma circulação de 150 mil publicações em 1852 para mais de 1 milhão em 1870[13]. Embora totalmente dominados pelos novos interesses monetários, os jornais e revistas eram suficientemente diversos para criar controvérsias que podiam afetar as políticas do governo. Quando Say atacava as finanças de Haussmann em nome da prudência fiscal, corroía a autoridade do imperador. Oponentes republicanos como Jules Ferry puderam, de modo oportunista, fazer o mesmo. E a censura não estava apenas confinada à política; ela também lidava com a moralidade pública. A maioria das canções rejeitadas pelas autoridades era mais obscena do que política[14], e o governo se enredou em todo tipo de confusão nas perseguições a Baudelaire, Flaubert e outros por indecência pública. O efeito disso foi a corrosão da aliança de classe, que devia ter sido a base real do poder do imperador. Em resumo, nesse aspecto o sistema político era mal adaptado ao capitalismo florescente. Como o Segundo Império se fundava em um projeto capitalista para o progresso social, a passagem para o Império Liberal estava, como insiste Zeldin, presente em sua própria base[15].

As mesmas dificuldades surgiram com as tentativas de controlar as classes populares. A propaganda dos méritos do imperador tinha de se basear em outra coisa além da caridade. A fórmula de "festas e pão" funcionou bem quanto às festas, que as classes trabalhadoras realmente adoravam, mas nem tanto quanto ao pão. A queda dos salários reais na década de 1860 gerou paródias das alegações de progresso social e fez as festas parecerem extravagâncias macabras, montadas à custa da classe trabalhadora. Como, então, o imperador poderia fazer jus à sua retórica de que não era um mero instrumento da burguesia? Sua tática foi a de tentar cooptar os trabalhadores de Paris ao lhes conceder o direito à greve (1864) e à realização de reuniões públicas e associações (1868). Ele inclusive chegou a estimular formas coletivas de ação. Assim, o ramo francês da Associação Internacional dos Trabalhadores surgiu da visita dos trabalhadores, patrocinada pelo governo, à Exposição de Londres de 1862

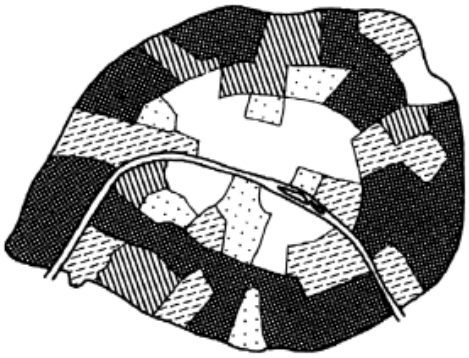
(provocando a suspeita natural de que ela fosse um mero instrumento do Império). E, embora a cultura popular estivesse em estado de aparente sonolência devido a anos de repressão, uma corrente subterrânea de retórica política veio rapidamente à tona assim que ocorreu a abertura, em 1868[16].

DENSIDADE
(habitantes por hectare, 1866)



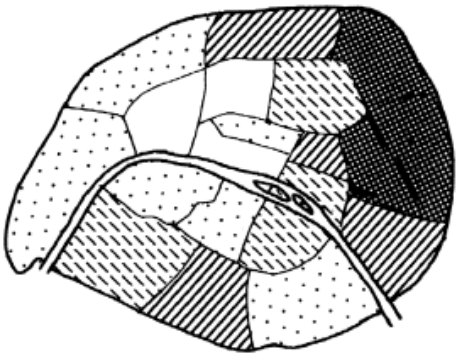
menos de 300 | 300-600 | mais de 600

MUDANÇA POPULACIONAL
(% de mudança, 1856-1866)



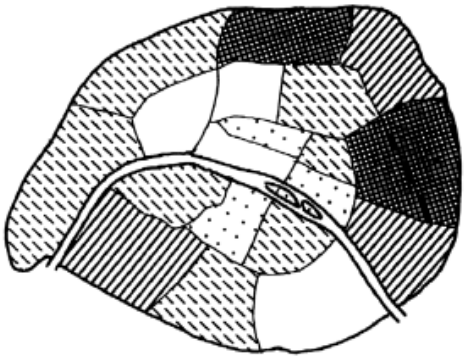
redução | 0-10 | 10-30 | 30-50 | mais de 50

POPULAÇÃO DEPENDENTE DA INDÚSTRIA (%)



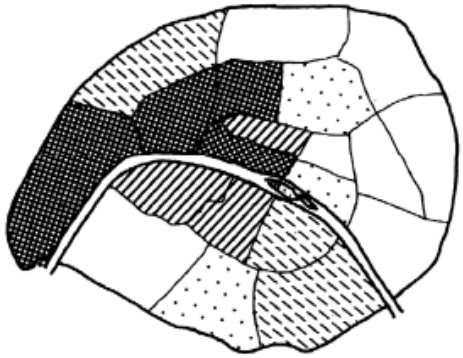
menos de 30 | 30-40 | 40-50 | 50-60 | 60-70

TRABALHADORES (%)



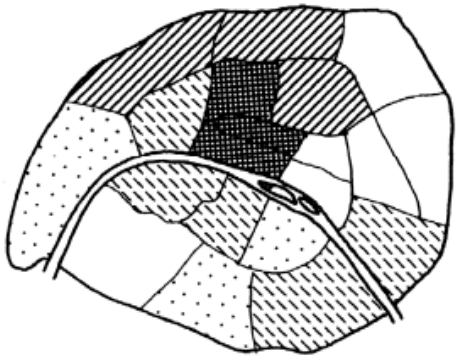
menos de 25 | 25-30 | 30-40 | 40-50 | 50-60

TRABALHADORES DOMÉSTICOS (%)



menos de 2,5 | 2,5-5 | 5-7,5 | 7,5-12 | 12-23

FUNCIONÁRIOS (%)



menos de 10 | 10-14 | 14-17 | 17-20 | 20-25

Figura 53: *Densidade populacional em 1866 e mudança populacional em Paris entre 1856-1866 (segundo Louis Girard, Nouvelle histoire de Paris, cit.; e Elsie Canfora-Argandoña e Roger-Henri Guerrand, La répartition de la population: les conditions de logement des classes ouvrières à Paris au 19e siècle, Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1976) e distribuição da população por arrondissements entre trabalhadores, funcionários, trabalhadores domésticos e dependentes da indústria em Paris em 1872 (segundo Louis Chevalier, La formation de la population parisienne au XIXème siécle, cit.).*

A transformação urbana também teve efeitos ambivalentes sobre o poder de vigilância e controle. Inúmeros esconderijos, becos e ruas estreitas, propícios a barricadas, foram varridos e substituídos por bulevares, muito mais fáceis de controlar. Mas a população desabrigada, que fora dispersada do centro e cujo número aumentara devido à afluência de imigrantes, perambulava por áreas novas como Belleville e Gobelins, que se tornaram seu domínio exclusivo. Os trabalhadores deixaram de ser uma ameaça organizada, mas monitorá-los também ficou mais difícil. Por isso, as táticas e a geografia da luta de classes sofreram uma mudança radical.

A MOLDAGEM DOS ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

"No espaço do poder, o poder não aparece como tal; ele se dissimula sob 'a organização do espaço'."[17] Haussmann entendeu claramente que seu poder para moldar o espaço também lhe permitia influenciar os processos de reprodução societária.

Seu desejo evidente de livrar Paris tanto da base industrial quanto da classe trabalhadora, e assim transformá-la, presumivelmente, em um bastião não revolucionário de apoio à ordem burguesa, era uma tarefa grande demais para ser concluída em uma só geração (na verdade, ela só foi finalmente concretizada nos últimos anos do século XX). No entanto, Haussmann pressionou a indústria pesada, a indústria poluente e até mesmo a indústria leve a ponto de a desindustrialização de grande parte do centro da cidade ser um fato concreto em 1870. E grande parte da classe trabalhadora foi afastada junto com ela, embora não para tão longe quanto Haussmann desejava (Figura 53). O centro de Paris foi entregue a

representações monumentais do poder e da administração imperiais, às finanças, ao comércio e aos serviços em ascensão que surgiam em torno do florescente mercado turístico. Os novos bulevares não só facilitavam o controle militar, mas também permitiam (quando iluminados a gás e patrulhados de maneira adequada) a circulação livre da burguesia nos bairros comerciais e de entretenimento. A transição para uma forma "extrovertida" de urbanismo, com todos os seus efeitos sociais e culturais, estava assegurada (a questão não é propriamente a do aumento no consumo, embora isso de fato tenha acontecido, mas da exacerbação de suas qualidades conspícuas para que todos as vissem). E a crescente segregação residencial não só protegia a burguesia dos riscos reais ou imaginados das classes perigosas e criminosas, como também moldava cada vez mais a cidade em espaços relativamente seguros de reprodução das diferentes classes sociais. Para esses fins, Haussmann demonstrou uma notável capacidade de orquestrar diversos processos sociais, por meio de poderes de regulação e planejamento e pelo domínio da geografia dos efeitos *spillover* (nos quais um investimento aumenta o valor de outro), com o objetivo de remoldar a geografia da cidade.

Nem sempre Haussmann alcançou os resultados almejados, em parte porque os processos coletivos que ele procurou articular conduziram as questões em uma direção totalmente diferente (isso aconteceu com a produção industrial, como veremos mais adiante). Mas, desde o início, seu projeto era também político, o que automaticamente estimulou o surgimento de contraprojetos, não apenas na classe trabalhadora, como também entre diferentes facções da burguesia. Por essa razão, Michel Chevalier (o economista preferido do imperador) foi contra livrar a cidade da indústria, pois isso minaria o emprego estável e ameaçaria a paz social. Até que Haussmann a fechasse, Louis Lazare usou a influente *Revue Municipale* [Revista Municipal] não somente para execrar as especulações dos Péreires, mas também para criticar as obras de Haussmann pela maneira como enfatizavam as divisões sociais e geográficas entre "a velha Paris, a Paris do luxo", e "a nova Paris, aquela da pobreza" – certamente uma incitação, segundo ele, à revolta social. Posteriormente, escreveu livros denunciando os efeitos sociais das intervenções de Haussmann,

mas, na época em que foram publicados, este já não estava mais no poder. Haussmann (e o imperador) teve de buscar uma coalizão de interesses em meio a vozes tão beligerantes[18].

A BUSCA DE UMA ALIANÇA DE CLASSE

Era dever de qualquer prefeito cultivar e consolidar apoio político para o governo que estava no poder. Como não havia nenhum partido político por trás dele e nenhuma aliança de classe natural à qual pudesse recorrer, Luís Bonaparte tinha de encontrar uma base social mais profunda para governar do que um mero sobrenome e o apoio do Exército[19]. Haussmann precisava auxiliá-lo a engendrar algum tipo de aliança de classe dentro de uma cidade politicamente hostil e, assim, proporcionar uma base melhor ao poder imperial e, por extensão, ao seu próprio poder.

O drama de sua queda tende a ocultar o quão bem-sucedido Haussmann de fato foi nesse sentido, ainda mais num contexto de configurações movediças de classes (moldadas pelo rápido crescimento urbano e pela acumulação de capital) e conturbada modernização – condições propensas a despertar "descontentamento cego, invejas implacáveis e animosidades políticas". Apesar disso, como peça central em uma incrível "máquina de crescimento", ele podia distribuir inúmeras benesses, em torno das quais todos os tipos de interesses poderiam se congregar. O problema, evidentemente, é que, quando a fonte seca, os interesses se deslocam para outro lugar. Além disso, como Marx observou com frequência, o burguês está sempre "inclinado a sacrificar o interesse geral de sua classe em favor deste ou daquele motivo privado"* – julgamento com o qual Haussmann concordava, queixando-se em suas *Mémoires* da "prevalência do privatismo sobre o interesse público". Na ausência de um partido político poderoso ou de qualquer outro meio para cultivar apoio por intermédio da aliança com alguma classe dominante, Haussmann sempre esteve vulnerável a traições abruptas em nome de interesses materiais mesquinhos[20]. Desse ponto de vista, seus duvidosos

métodos de financiamento têm de ser entendidos como uma tentativa desesperada de manter a fonte correndo para preservar o seu poder.

A relação de Haussmann com a classe dos proprietários foi sempre difícil, pois sua visão mais ampla da estruturação espacial não se limitava ao que era definido apenas pelos estreitos direitos da propriedade privada. E a própria classe dos proprietários estava fragmentada entre feudais e modernos, grandes e pequenos, centrais e periféricos. Mas Gaillard está provavelmente certa ao perceber "o progressivo fortalecimento da aliança entre o Império e os proprietários parisienses"[21]. Isso, porém, teve tanto a ver com a mudança no significado da posse de propriedade quanto com qualquer adaptação fundamental por parte do governo. Seja como for, os proprietários imobiliários de qualquer tipo seriam provavelmente os primeiros a traírem interesses de classe por um pequeno ganho privado. A aliança de Haussmann com os Péreires foi, enquanto durou, extremamente poderosa, mas o capital financeiro também estava em transição. A queda dos Péreires e a ascendência do conservadorismo fiscal nos círculos financeiros minaram, no final da década de 1860, o que antes fora um sólido pilar de apoio. Lembre-se, foi um protegido dos Rothschilds quem primeiro atacou os métodos de financiamento do prefeito. Ao mesmo tempo, as relações de Haussmann com os interesses industriais iam de mal a pior, de tal forma que, ao fim do Império, eles estavam firmemente contra ele, que de fato colheu o que plantou em sua luta para livrar a cidade da indústria. E embora tivessem sido muito favorecidos pelo que Haussmann fez, os interesses comerciais eram por natureza pragmáticos; tiraram proveito do que puderam, mas em troca não demonstraram um apoio veemente. Sua relação com os trabalhadores é a mais curiosa de todas. Estes conquistaram sua eterna ira e menosprezo ao votarem de forma maciça, desde 1857, nos republicanos[22]. E ele raramente tentou cultivar qualquer base populista. Entretanto, o surpreendente é que poucos levantes de trabalhadores foram dirigidos a Haussmann nos tumultuados anos de 1868-1870, e sua demissão foi recebida com tristeza e manifestações nos setores da construção. Como o grande provedor de empregos, ele havia evidentemente conquistado a lealdade de pelo menos parte da classe trabalhadora. E, se houvesse

problemas com altos aluguéis, os trabalhadores bem sabiam que eram os proprietários que estavam embolsando o dinheiro, e não Haussmann.

Havia fontes mais profundas de descontentamento que dificultavam a manutenção de uma aliança de classe estável na cidade. A própria transformação incitou uma nostalgia e um pesar generalizados (comuns tanto ao aristocrata quanto ao trabalhador) diante do fim da "velha Paris" e contribuiu para a sensação geral de perda de comunidade, que Gaillard tanto destaca[23]. As velhas tradições e estruturas haviam sido reviradas. Ciente disso, Haussmann fundou instituições para reunir, catalogar e registrar o que estava sendo perdido. A Bibliothèque Historique de la Ville de Paris foi criada, e Marville foi encarregado de registrar as mudanças na paisagem urbana. Mas nada emergiu de forma clara para substituir o que fora perdido. O fato de que não se estabeleceu uma forma de governo municipal por meio do voto certamente foi nocivo. Afinal, Haussmann se recusava a ver Paris como uma comunidade no sentido mais usual da palavra e a tratou como uma capital para a qual e da qual todos os tipos de interesses e indivíduos diferentes, variados e "nômades" iam e vinham, o que impediu a formação de qualquer senso de comunidade sólido e permanente. Por isso, era vital que Paris fosse administrada para e pela nação, e, com esse objetivo em mente, ele promoveu e defendeu a Lei Orgânica de 1855, que outorgava todos os reais poderes administrativos a um prefeito indicado, e não a representantes eleitos. Haussmann podia estar certo com respeito às qualidades transitórias da comunidade parisiense, mas a recusa da soberania popular na capital era uma questão candente que levou muitos trabalhadores e burgueses a apoiarem a Comuna[24]. Desse ponto de vista, o fracasso de Haussmann em sustentar uma aliança de classe permanente tinha menos a ver com suas ações do que com seus métodos para efetivá-las. Mas, por outro lado, o estilo autoritário de sua administração também estava intimamente ligado às circunstâncias que deram origem ao golpe de Estado. Portanto, é lógico que ele não poderia sobreviver à transição para o Império liberal.

A imponente figura de Haussmann dominou o aparato do Estado de Paris durante todo o Segundo Império. Dizer que ele simplesmente surfou

sobre a tempestade de forças sociais desencadeada pela rápida acumulação do capital não implica de modo algum diminuir sua grandeza, pois ele o fez com enorme talento e orquestrou o turbulento poder com notável habilidade e visão por cerca de dezesseis anos. Entretanto, foi uma tempestade que ele não criou nem domou, mas uma profunda turbulência na evolução da economia, política e cultura francesas que, por fim, o lançou tão impiedosamente aos cães como ele havia lançado a Paris medieval aos *demolisseurs* (demolidores). Durante esse processo, a cidade adquiriu uma aura de modernidade capitalista, tanto em suas infraestruturas físicas quanto administrativas, que persiste até hoje.

Notas

[1] Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks* (Londres, Lawrence & Wishart, 1971), p. 212-23; Theodore Zeldin, *The Political System of Napoleon III* (Londres/Nova York, Macmillan/St. Martin's Press, 1958), e *Émile Ollivier and the Liberal Empire of Napoleon III* (Oxford, Clarendon, 1963). Uma visão mais benigna de Luís Bonaparte pode ser encontrada em *Napoleon III and His Regime*, cit., de David Baguley, e em *Haussmann*, cit., de Michel Carmona, que parecem fazer parte de uma tendência revisionista que lhe confere maior reconhecimento por suas contribuições.

[2] David Pinkney, *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, cit.; Geneviève Massa-Gille, *Histoire des emprunts de la ville de Paris*, cit.; Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit.

[3] Jules Ferry, *Comptes fantastiques d'Haussmann* (Paris, Armand Le Chevalier, 1868), é o texto fundamental. Ver também Anthony Sutcliffe, *The Autumn of Central Paris*, cit., p. 42.

[4] Albert Thomas, *Le Second Empire, 1852-1870* (Paris, J. Rouff et Cie., [1907]), p. 65.

[5] David Pinkney, *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, cit., p. 178; as implicações do financiamento das dívidas são examinadas em David Harvey, *Os limites do capital*, cit., p. 353-7.

[6] Jacques Rougerie, *Procès des communards* (Paris, Julliard, 1965), p. 129-34.

[7] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 224-30, 269-73, 331-4; David Kulstein, *Napoleon III and the Working Class* (Sacramento, California State Colleges, 1969), p. 100.

[8] Idem; Theodore Zeldin, *The Political System of Napoleon III*, cit.

[9] Bayle St. John, *Purple Tints of Paris* (Londres, Riker, Thorne and Co., 1854), p. 25.

[10] T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois*, cit., p. 121; Adrian Rifkin, "Cultural Movements and the Paris Commune", *Art History*, Londres, Association of Art Historians, n. 2, 1979, p. 210-22. Os relatos de Victor Fournel em *Ce qu'on voit dans les rues de Paris*, cit., e *Paris nouveau et Paris future*, cit., são muito ricos em detalhes sobre a vida na rua.

[11] Howard Payne, *The Police State of Louis Napoleon Bonaparte* (Seattle, University of Washington Press, 1966); Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit., p. 174.

[12] Alain Dalotel, Alain Faure e Jean-Claude Freiermuth, *Aux origines de la Commune: le movement des réunions publiques à Paris, 1868-1870* (Paris, Maspero, 1980); David Kulstein, *Napoleon III and the Working Class*, cit.

[13] Roger Bellet, *Presse et journalisme sous le Second Empire* (Paris, Armand Colin, 1967).

[14] Adrian Rifkin, "Cultural Movements and the Paris Commune", cit.

[15] Theodore Zeldin, *The Political System of Napoleon III*, cit., e *Émile Ollivier and the Liberal Empire of Napoleon III*, cit.

[16] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris* (Paris, Pagnerre,1863), p. 93; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire* (Paris, Gallimard, 1946); Adrian Rifkin, "Cultural Movements and the Paris Commune", cit.; Jacques Rancière e Patrick Vauday, "Going to the Expo: The Worker, His Wife and Machines", em Adrian Rifkin e Roger Thomas (orgs.), *Voices of the People* (Londres/Nova York, Routledge/Kegan Paul, 1988).

[17] Henri Lefebvre, *La production de l'espace* (Paris, Anthropos, 1974), p. 370.

[18] Louis Lazare, *Les quartiers pauvres de Paris* (Paris, Bureau de la Bibliothèque Municipale, 1869), e *Les quartiers pauvres de Paris: le XXème arrondissement* (Paris, Bureau de la Bibliothèque Municipale, 1870).

[19] Esse é o ponto de partida de Karl Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit.

* Ibidem, p. 106. (N. E.)

[20] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 371.

[21] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 136.

[22] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 200.

[23] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 331-2.

[24] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 197-202.

* *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 77. (N. E.)

8. Trabalho abstrato e trabalho concreto

> Além dos trabalhadores fabris, dos trabalhadores manufatureiros e dos artesãos, que ele concentra espacialmente em grandes massas e comanda diretamente, o capital movimenta, por fios invisíveis, um outro exército: o dos trabalhadores domiciliares, espalhados pelas grandes cidades e pelo campo.
>
> Karl Marx*

A força e o poder coletivos dos trabalhadores provaram-se indispensáveis para a derrubada da Monarquia de Julho, e sua condição deteriorada acabou gerando inúmeras propostas e movimentos para a reforma social e industrial durante a década de 1840. Por isso, em 1848 a questão do trabalho estava no cerne das preocupações dos trabalhadores parisienses. Entretanto, o papel exato exercido pelos trabalhadores qualificados de tradição artesã – classe superior que compreendia cerca de 40% da força de trabalho, segundo os escritos de Claude Anthime Corbon em meados do Império – não é fácil de ser determinado[1]. De acordo com a narrativa mais comum, esses trabalhadores confiavam em suas habilidades, mas se sentiam desmoralizados pela insegurança crônica; estavam convencidos da nobreza do trabalho como um ideal, mas ficavam constantemente

angustiados ao vivenciá-lo. E, por acreditar que o trabalho era a fonte de toda riqueza, buscavam um novo tipo de ordem industrial que abrandasse a insegurança do trabalho, aliviasse sua relativa penúria e protelasse as tendências à desqualificação e à crescente exploração. Rancière, no entanto, lança dúvidas sobre o poder e o caráter dessa tradição artesã[2]. As evidências que ele apresenta, em grande parte baseadas nos escritos de poetas e autores trabalhadores que contribuíam para o jornal *L'Atelier*, certamente apontam para os perigos de se romantizar e homogeneizar os trabalhadores de ofício como portadores de uma consciência revolucionária claramente proletária. Os trabalhadores cujos escritos e correspondência Rancière examina em detalhes buscavam alívio do trabalho e tinham poucas ilusões sobre a nobreza de suas extenuantes atividades. Eles buscavam o respeito dos empregadores, não a revolução. Queriam ser tratados como iguais, como seres humanos, e não como instrumentos contratados. Queriam soluções imediatas e ajuda pessoal para seus problemas individuais. Mostravam pouco interesse pela ideia blanquista de uma ditadura do proletariado, e a maioria encarava o movimento saint-simoniano como uma fonte de apoio financeiro e emprego, não como uma fonte abundante de ideias para a reforma social.



Figura 54: *O trabalhador, de Daumier, capta tanto a autoconfiança quanto a posição subserviente dos trabalhadores parisienses, que, para o empregador Poulot, por exemplo, eram de opinião demasiado elevada sobre si mesmos.*

Mas, enquanto o relato de Rancière faz uma correção ao romantismo revolucionário, às vezes forçado pelos historiadores do trabalho de inspiração marxista, não fica totalmente claro se o seu relato capta os sentimentos desses trabalhadores, que de fato lutaram nas barricadas, participaram das deliberações da Comissão de Luxemburgo e apoiaram de maneira ativa os esforços de Cabet, Considérant, Proudhon e dos comunistas e socialistas da época. Certamente, a maioria dos trabalhadores parece ter buscado alguma forma de associação, autogestão ou mutualismo, em vez do controle centralizado do Estado. Mas a recalcitrância da burguesia em geral, e dos empregadores em particular, com frequência os obrigava (como fizeram Cabet, Considérant, Leroux e outros) a tomar posições nas quais eles não tinham outra escolha a não ser

assumir uma postura mais revolucionária. Embora houvesse, evidentemente, certa confusão e indeterminação com respeito tanto à agenda quanto aos meios (em particular o recurso à violência), não há dúvida de que a maior parte dos trabalhadores de ofício visava à criação de uma república social em 1848 que apoiasse seus esforços para reorganizar o trabalho e reformar as relações sociais de produção, montando o palco para seu próprio avanço social nas décadas seguintes.

A evolução da indústria parisiense durante o Segundo Império assumiu um rumo muito especial. Paris, em meados do século, era de longe o centro de produção mais importante e diversificado da nação. E, apesar da imagem de grande centro de consumo ostensivo, ela na verdade ainda era uma cidade de classe trabalhadora, extremamente dependente do crescimento da produção. Em 1866, por exemplo, 58% de seus 18 milhões de pessoas dependiam da indústria, enquanto apenas 13% dependiam do comércio[3]. No entanto, havia algumas características muito especiais de sua estrutura e organização industriais (Tabelas 4, 5 e 6). Em 1847, mais da metade das empresas de manufatura tinha menos de dois empregados, apenas 11% delas empregavam mais do que 10, e não mais de 425 se encaixavam no título de "grandes empresas" (com mais de 500 trabalhadores). Em muitos casos era difícil distinguir entre proprietários e trabalhadores, e Scott mostra como a investigação de 1847-1848 deliberadamente confundiu as categorias por razões políticas[4]. De todo modo, como os trabalhadores de ofício haviam desenvolvido formas de comando hierárquicas, havia pouco espaço nas pequenas empresas para fortes antagonismos de classe (condição que prevaleceu durante todo o Segundo Império e levou uma ala inteira do movimento dos trabalhadores, em particular aqueles influenciados por Proudhon, a desaprovar greves, investir na associação e restringir sua oposição aos financistas, monopolistas, proprietários de terras e ao Estado autoritário, em vez de à propriedade privada e à posse de capital). Era também muito difícil distinguir o comércio da manufatura, pois o ateliê nos fundos estava com frequência unido à loja da rua.

Essas condições variavam em certa medida de uma indústria para outra, assim como entre diferentes localizações. Com exceção do setor de

alimentos e provisões (no qual a distinção entre indústria e comércio era particularmente difícil), eram dominantes os comércios têxteis e de vestuário, juntamente com os de móveis e metalurgia, que eram permeados por toda sorte de "*articles de Paris*", pelos quais a cidade havia se tornado, e continuaria sendo, merecidamente famosa. Muitos dos setores clássicos para o desenvolvimento industrial capitalista estavam ausentes, portanto, na capital; e, em 1847, boa parte do setor têxtil, que já fora importante, havia se dispersado pelas províncias, deixando em Paris a indústria de confecção. Claramente, a maioria da indústria parisiense estava orientada para servir ao seu próprio mercado. Apenas nos setores de metalurgia e engenharia se podia identificar algum traço de forma "moderna" de estrutura industrial capitalista.

Esse vasto empreendimento econômico não poderia ser facilmente transformado, mas passou por uma evolução importante em termos de variedade, tecnologia, organização e localização industriais. Saiu da depressão de 1848-1850 com um surpreendente vigor que primeiro atingiu a indústria leve e, após 1853, espalhou-se para os setores da construção e para a engenharia e a metalurgia pesadas, assim como para o ramo do vestuário. Durante a década de 1860 o ritmo de crescimento diminuiu, em particular nas indústrias de grande porte, e tornou-se mais seletivo com relação ao setor e à localização.

Tabela 4. *Estrutura de emprego de Paris, 1847 e 1860*

Ocupação	*1847 (Cidade velha)*			*1860 (Cidade nova)*		
	Empresas	Trabalhadores	Trabalhadores por empresa	Empresas	Trabalhadores	Trabalhadores por empresa
Têxteis & vestuário	38.305	162.710	4,2	49.875	145.260	2,9
Móveis	7.499	42.843	5,7	10.638	46.375	4,4
Metais & engenharia	7.459	55.543	7,4	9.742	68.629	7,0
Artes gráficas	2.691	19.132	7,1	3.018	21.600	7,2
Alimentos	2.551	7.551	3,0	2.255	12.767	5,7
Construção	2.012	25.898	12,9	2.676	50.079	18,7
Instrumentos de precisão	1.569	5.509	3,5	2.120	7.808	3,7
Produtos químicos	1.534	9.988	6,5	2.712	14.335	5,3
Equipamento de transporte	530	6.456	12,2	638	7.642	12,0

Fonte: Maurice Daumas e Jacques Payen (orgs.), *Évolution de la géographie industrielle de Paris et sa proche banlieue au XIXe siècle*, 2 v. (Paris, Conservatoire des Arts et Métiers/École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976).

Tabela 5. *População economicamente dependente de Paris, 1866*

Ocupação	*Proprietários*	*Funcionários e trabalhadores*	*Famílias*	*Total*	*%*
Têxteis & vestuário	26.633	182.466	103.964	313.063	25,3
Construção	5.673	79.827	71.747	157.247	12,7
Artes e gráficas[a]	11.897	73.519	60.449	145.865	11,8
Metais	4.994	42.659	50.053	98.906	8,0
Madeira e móveis	5.282	27.882	33.093	66.257	5,3
Transporte	9.728	35.022	48.938	93.688	7,6
Comércio	51.017	78.009	101.818	240.840	18,6
Diversos[b]	10.794	50.789	58.435	120.018	9,7
Não classificadas	2.073	4.608	5.417	12.098	1,0
Total	128.091	575.981	533.914	1.237.987	(100,0)

Fonte: Jacques Rougerie, *Paris libre, 1871* (Paris, Seuil, 1971), p. 10. (*N.B.* A população total de Paris em 1866 era de 1.825.274; ver Tabela 1.)

[a] Inclui impressões gráficas, *articles de Paris*, instrumentos de precisão e trabalho com metais preciosos.

[b] Inclui couro, cerâmica e produtos químicos.

Tabela 6. *Volume de negócios das indústrias parisienses, 1847-1848 e 1860 (em bilhões de francos)*

Negócios	*1847-1848*	*1860*
Alimentos e bebidas	226,9	1.087,9
Vestuário	241,0	454,5
Articles de Paris	128,7	334,7
Construção	145,4	315,3
Móveis	137,1	200,0
Produtos químicos e cerâmica	74,6	193,6
Metais preciosos	134,8	183,4
Metais pesados	103,6	163,9
Tecidos e fios	105,8	120,0
Couro e peles	41,8	100,9
Impressão gráfica	51,2	94,2
Material de transporte (carruagens)	52,4	93,9

Fonte: Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 376.

As *Enquêtes* de 1847-1848, 1860 e 1872, embora falhas, permitem a reconstrução do caminho geral da evolução industrial[5]. A *Enquête* de 1860 lista 101 mil empresas que, juntas, empregavam 416 mil trabalhadores – um aumento de 11% em relação a 1847; e a maior parte do ganho líquido se deve à anexação dos subúrbios, pois dados comparáveis da velha Paris indicam uma perda de 19 mil trabalhadores. O número de empresas aumentou 30%, o que indica uma surpreendente expansão dos pequenos negócios, mas a quantidade das que empregavam menos de dois trabalhadores aumentou para 62% (de 50% em 1847-1848), e o número daquelas que empregavam mais de dez trabalhadores caiu de 11% para 7%. Visível em muitos setores, essa crescente fragmentação era em especial marcante na velha Paris. No setor de vestuário, por exemplo, o número de empresas aumentou 10%, enquanto o de trabalhadores

empregados caiu 20%. Os dados para o setor químico foram ainda mais impressionantes – havia 45% de empresas a mais e 5% de trabalhadores a menos. O ramo da fabricação de máquinas, o de maior escala em 1847-1848, que tinha uma média de 63 funcionários por empresa, fragmentou-se para uma média de 24 trabalhadores em 1860.

A interpretação exata a ser inferida disso é controversa. Tudo aponta para o crescimento vigoroso de um grande número de empresas muito pequenas e para o aumento na fragmentação da estrutura industrial, processo que continuou mesmo depois do fim do Império. Além disso, o aumento e a fragmentação das pequenas empresas podem ser vistos tanto em locais próximos ao centro quanto nos periféricos. O forte crescimento absoluto das grandes empresas entre 1847-1848 e 1860 (o número permaneceu praticamente inalterado de 1860 a 1872) foi acompanhado por sua suburbanização. Contudo, mesmo nesse caso, o movimento não foi uniforme. As gráficas de grande porte mantiveram sua localização central na Rive Gauche, enquanto a metalurgia se deslocou apenas para as periferias mais internas ao norte e a leste. A tendência das operações químicas de grande porte, no entanto, foi se transferir para muito mais longe.

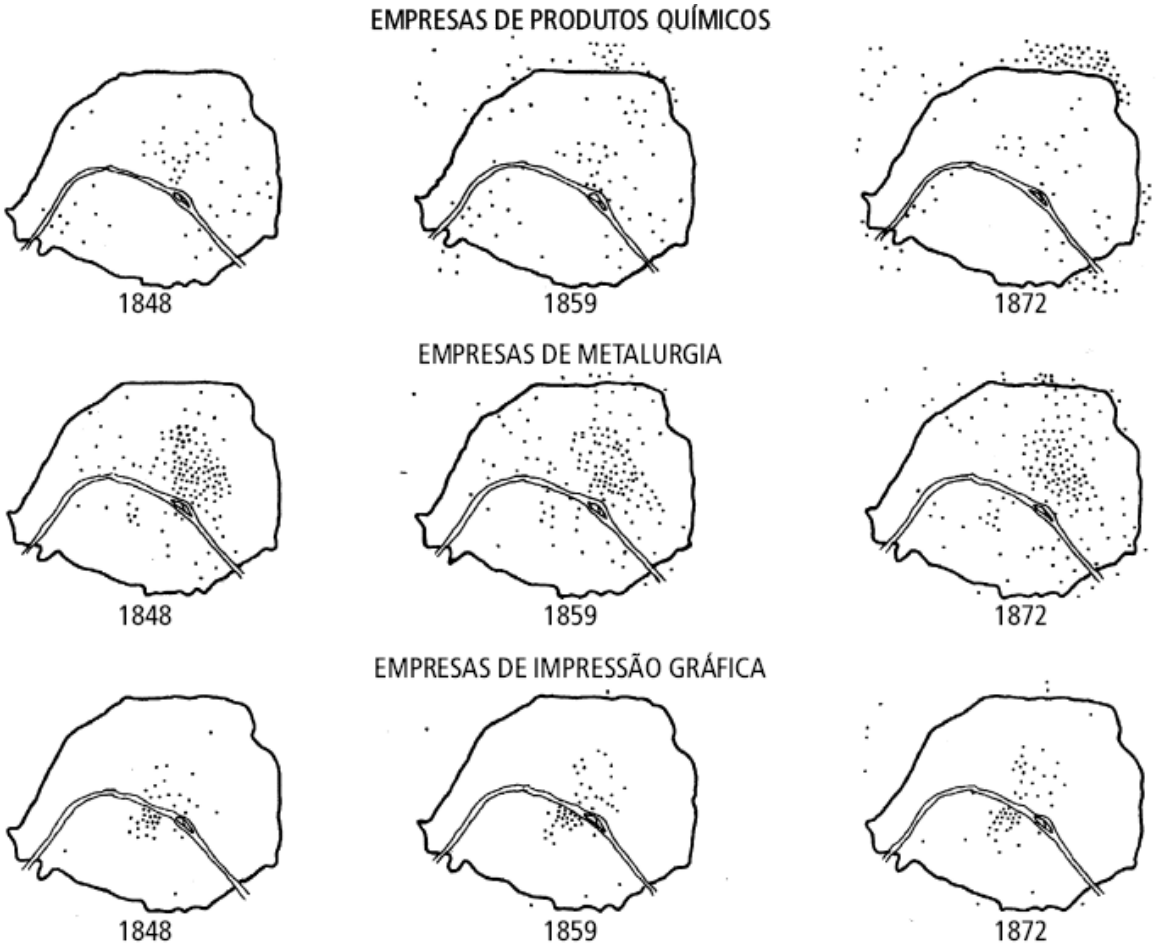


Figura 56: *A localização das empresas de grande porte de produtos químicos, metalúrgicos e gráficos, de acordo com as Enquêtes de 1848, 1859 e 1872 (segundo Jacques Retel, Éléments pour une histoire du peuple de Paris au 19e siècle, cit.).*

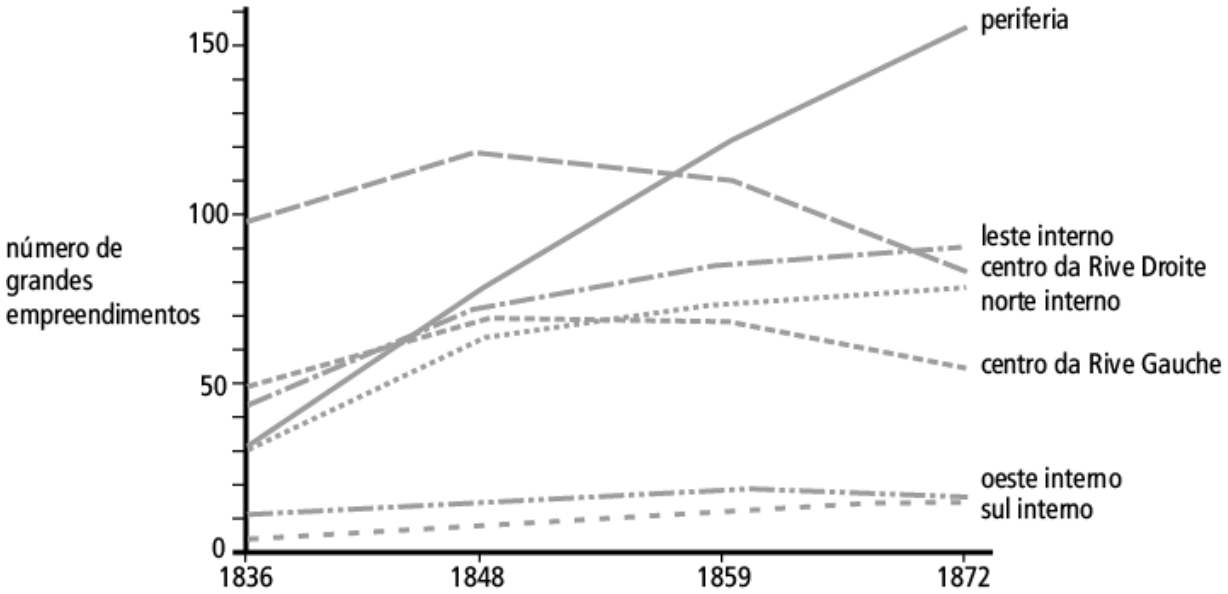


FIGURA 55: *Número de grandes empreendimentos em diferentes setores de Paris, de acordo com os levantamentos de 1836, 1848, 1859 e 1872 (segundo Maurice Daumas e Jacques Payen, orgs., Évolution de la géographie industrielle de Paris et sa proche banlieue au XIXe siècle, cit.).*

O caso do setor químico é interessante, pois capta grande parte do complexo movimento em ação na indústria parisiense durante esse período. Por um lado, empreendimentos de grande porte e em geral poluentes ou foram forçados a se deslocar, ou voluntariamente buscaram localizações mais periféricas em pontos favoráveis da rede de transportes, onde a terra era relativamente barata. Por outro lado, a inovação de produtos significava a proliferação de pequenas empresas que fabricavam itens especializados como porcelana, fármacos, bijuterias e flores artificiais, enquanto outras indústrias, principalmente na categoria de "*articles de Paris*", geravam demandas especializadas para pequenas quantidades de tintas, corantes e produtos afins, que poderiam ser mais bem atendidas pela produção em pequena escala. Em muitos setores havia um movimento duplo similar que assistia ao crescimento de algumas grandes empresas em localizações suburbanas e ao aumento da fragmentação e especialização da atividade econômica, em particular próxima do centro.

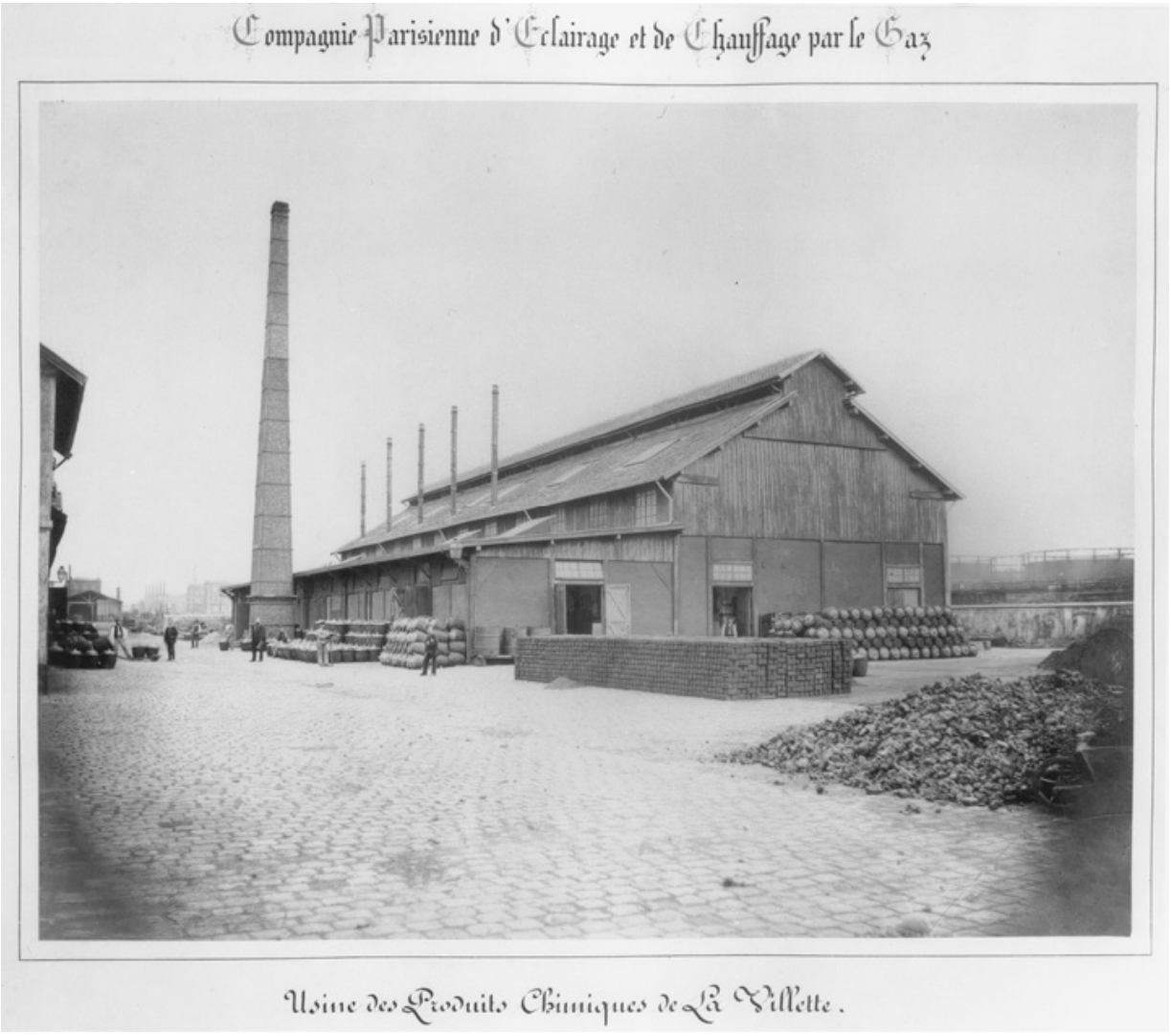


FIGURA 57: *Grandes fábricas, como essa indústria química, começaram a surgir em localizações suburbanas como La Villette na década de 1860.*

Esse desenvolvimento altamente especializado teve muito a ver com a manutenção das habilidades superiores de um pequeno grupo de trabalhadores "superiores". A fragmentação e o recurso ao trabalho domiciliar pago por peça podem também ser vistos como concessões à forte predileção dos trabalhadores de ofício pela preservação de sua autonomia, sua independência e seu controle nominal sobre seu processo de trabalho. Entretanto, houve uma importante transformação das relações sociais que as estatísticas brutas ocultam. O que de fato

aconteceu, argumenta Gaillard de maneira muito convincente, é que houve uma divisão técnica cada vez mais sofisticada do trabalho especializado, na qual os produtos de indivíduos, pequenas empresas, trabalhadores domiciliares e aqueles remunerados por peça foram integrados a um sistema de produção extremamente eficiente. Muitas pequenas empresas não eram nada além de unidades de subcontratação para organizações maiores. Nesse sentido, elas funcionavam praticamente como sistemas de trabalho contratado submetidos aos produtores ou comerciantes capitalistas que as controlavam a distância[6]. Os capitalistas economizavam em despesas gerais, como energia e instalações, quando o trabalho era realizado por peça em casa. Além disso, ao manter essas unidades em perpétua concorrência por trabalho, os empregadores podiam forçar a redução dos custos da mão de obra e maximizar seus próprios lucros. Os trabalhadores, embora independentes em tese, viam-se compelidos à subserviência e a padrões de autoexploração que podiam ser tão cruéis e degradantes quanto aqueles encontrados no sistema fabril.

Nesse contexto, um sistema muito odiado e opressivo composto por capatazes, supervisores, subcontratantes (proibidos na legislação social de 1848 e reintegrados após 1852) e outros intermediários pôde ser firmemente implantado. Então, embora os artesãos continuassem a ser importantes, sua posição sofreu uma notável degradação. A extrema divisão da mão de obra colaborou para que algumas esferas atingissem qualidade e perfeição técnica inigualáveis, mas isso não levou a salários mais elevados nem a maior liberdade para o trabalhador. Ao contrário, significou a gradativa subordinação dos artesãos e proprietários até então independentes à dominação formal de uma organização comercial e industrial rigidamente controlada. Em consequência disso, até Poulot (que passou grande parte do seu tempo criticando os hábitos indolentes e a recalcitrância de seus trabalhadores diante da autoridade) acabou admitindo:

> Paris é a cidade onde as pessoas trabalham mais do que em qualquer outra cidade do mundo [...]. Quando os trabalhadores vêm das províncias para Paris, eles nem sempre permanecem aqui, porque é preciso muita esfolação para ganhar a vida [...]. Em Paris há alguns negócios que

funcionam com trabalho por encomenda, nos quais após vinte anos o trabalhador está incapacitado e desgastado, se ainda estiver vivo.[7]

Entretanto, por trás dessa evolução geral existe uma variedade de forças que merece um exame mais profundo. A redução das barreiras espaciais abriu o extenso e valioso mercado parisiense à competição provincial e estrangeira (processo ainda mais encorajado após a mudança para o mercado livre, em 1860). Mas isso também significou que a indústria parisiense passou a ter acesso a matérias-primas e suprimentos alimentares geograficamente mais dispersos para abastecer os trabalhadores e satisfazer sua demanda por produtos intermediários a custos mais baixos. Dada a sólida base que a indústria possuía no mercado parisiense, isso significava que Paris poderia com a mesma facilidade tanto competir nas províncias e no exterior quanto sofrer competição externa.



Figura 58: *A fabricação de tapetes em Les Gobelins era uma típica indústria artesanal de alta qualidade que sobreviveu durante o Segundo Império e se beneficiou da melhoria no acesso aos mercados estrangeiros (por Gustave Doré).*

A rigor, a cidade expandiu sua participação no crescente comércio de exportações francês de cerca de 11% em 1848 para 16% no início da década de 1860[8]. Como era de se esperar, os produtos de luxo em que Paris se especializou estavam bem representados nessa vasta onda de exportações. Contudo, mais da metade das locomotivas e dos equipamentos ferroviários produzidos em Paris somou-se ao capital francês no exterior, e até parte da indústria alimentícia (como a de açúcar refinado) conseguiu encontrar espaço nos mercados provinciais. O interesse industrial parisiense, ao contrário de algumas de suas

contrapartes provinciais, não era de modo algum contrário ao livre-comércio, pois a manufatura da cidade era evidentemente capaz de dominar os mercados provinciais e internacionais em algumas linhas de produção.

Mas sua posição vantajosa em relação a essa nova divisão internacional do trabalho trazia também algumas desvantagens. A indústria parisiense estava cada vez mais exposta à imprevisibilidade dos mercados estrangeiros. É claro que a expansão geral do comércio mundial no período foi muito vantajosa, mas os industrialistas logo tiveram de se adaptar aos caprichos do gosto estrangeiro, à imposição repentina de taxas alfandegárias, à ascensão da manufatura estrangeira (que tinha o mau hábito de copiar os projetos franceses e produzi-los a custos mais baixos, embora com qualidade inferior) e às interrupções causadas por guerras (a Guerra Civil Norte-Americana, particularmente, teve efeitos terríveis, pois os Estados Unidos eram um importante mercado de exportação). A indústria parisiense também precisava se adaptar às peculiares exigências do fluxo do comércio estrangeiro. O crescimento do comércio norte-americano, por exemplo, aumentou os problemas de desemprego sazonal. A chegada de algodão bruto dos Estados Unidos no outono colocava dinheiro nas mãos dos compradores norte-americanos, que o gastavam o mais rápido possível para garantir seus produtos de volta aos Estados Unidos antes da primavera. Assim, três meses de intensa atividade podiam ser seguidos por nove meses de "estação morta". A *Enquête* de 1860 mostrou que mais de um terço das empresas parisienses tinha uma estação morta, porém mais de dois terços das que produziam "*articles de Paris*" e mais da metade do setor de móveis, vestuário e joias passavam por uma estação morta que durava entre quatro e seis meses[9]. Abordarei em breve os problemas que isso criou para a organização da produção e dos mercados de trabalho.

Os concorrentes estrangeiros e provinciais não só desafiavam a indústria parisiense nos mercados interno e externo, mas também cobiçavam o enorme e crescente mercado de bens de consumo e intermediários que Paris oferecia. A competição externa tornou-se cada vez mais feroz na década de 1860. De início, o desafio vinha dos bens

produzidos em massa, com os quais os produtores provinciais e estrangeiros, com mão de obra mais barata e acesso mais fácil às matérias-primas, abriram uma vantagem de custo marcante, cuja queda nas taxas de frete tornava ainda mais evidente. Assim, a produção de sapatos se dispersou pelas províncias, foi para Pas-de-Calais, l'Oise e locais similares. Mas os produtos de luxo podiam muito facilmente acompanhar a produção em massa aonde quer que ela fosse. O processo exato por meio do qual isso ocorria pode ser mais bem ilustrado mediante o exame das novas relações que emergiam em Paris entre a indústria e o comércio.

A INDÚSTRIA EM RELAÇÃO ÀS FINANÇAS E AO COMÉRCIO

O poder relativo dos interesses industriais, financeiros e comerciais mudou de forma acentuada durante o Segundo Império. Embora algumas grandes empresas tenham permanecido imunes, boa parte da indústria de pequeno porte estava cada vez mais sujeita à disciplina externa imposta pelos financistas e comerciantes. Estes últimos se tornaram, na verdade, os agentes que garantiram a transformação do trabalho concreto em função de exigências abstratas.

A ascensão de um novo sistema de crédito favoreceu de uma série de maneiras diferentes a criação de empresas de produção e serviço em larga escala. O financiamento direto da produção fabril que usava formas modernas de tecnologia e organização industrial tornou-se factível. Nesse aspecto, os Péreires foram pioneiros, mas logo acabaram sendo seguidos por toda uma gama de instituições financeiras. Contudo, os efeitos indiretos foram igualmente profundos. A mudança de escala das construções e obras públicas (dentro e fora do país) e a formação de um mercado maciço para muitos produtos (assinalado pela ascensão da loja de departamentos, ela própria filha do sistema de crédito) favoreceram a indústria de grande porte. A absorção das pequenas poupanças pelas novas estruturas de crédito tendeu também a secar as fontes pequenas, locais e

familiares de crédito para os negócios menores, e nada surgiu para substituí-las. O efeito líquido disso foi a redistribuição da disponibilidade do crédito, colocando-o cada vez mais fora do alcance direto dos pequenos produtores e dos artesãos.

Por isso, o novo sistema de crédito não foi bem recebido pela maioria dos industrialistas, que encarava os financistas – e com toda razão, no caso dos Péreires – como instrumentos de controle e fusão. A relação de classe entre os capitalistas produtivos e os monetários era tipicamente de desconfiança. Na verdade, é provável que a queda dos Péreires se deva tanto ao poder dos interesses comerciais e industriais no interior do Banco da França quanto à tão alardeada rivalidade pessoal de Rothschild. A longa polêmica contra o excessivo poder monopolista dos financistas perto do fim do Segundo Império ganhou a enfática aprovação dos artesãos e dos pequenos negociantes e em parte explica a crescente oposição dos burgueses às políticas econômicas do Império[10].

No entanto, os pequenos produtores e os artesãos, que quase sempre enfrentavam longas estações mortas e todo tipo de prazos de acerto de contas, necessitavam desesperadamente de crédito de curto prazo. O Banco da França proporcionava facilidades de desconto sobre o papel comercial, mas só servia a alguns poucos clientes[11]. Apenas quando esse período estava perto do fim é que surgiram outras instituições financeiras para começar a preencher essa lacuna. O que havia em seu lugar era um sistema de financiamento informal e paralelo baseado em vínculos de parentesco ou em créditos de pequeno porte oferecidos entre compradores e vendedores – sistema disseminado até mesmo nos níveis mais inferiores da classe trabalhadora, que não poderiam ter sobrevivido se não tivessem feito compras a tempo. E foi a partir desse sistema que uma classe comerciante recentemente consolidada passou a exercer um grau cada vez maior de controle sobre a organização e o crescimento da indústria parisiense.

É claro que o comércio sempre teve um lugar especial na economia parisiense. Mas, na metade do século, as diferenças entre fabricação e comercialização eram tão confusas que a expressão de um interesse comercial específico se aplicava a vários tipos de negociantes

especializados (em vinho, por exemplo). O comércio era, em grande parte, o servidor da indústria. No entanto, o Segundo Império foi marcado a tal ponto pela crescente separação entre produção e comercialização e pela inversão gradual das relações de poder que a maioria da indústria parisiense estava cada vez mais obrigada a se comportar segundo o que o comércio ditava[12]. A transição foi, em grande medida, mais gradual do que traumática. Os proprietários simplesmente preferiam manter a loja e abrir mão da oficina. No entanto, não deixaram de manter uma relação direta com os produtores, tornando-se o centro de uma rede de subcontratação, produção por encomenda ou por peça e trabalho domiciliar. Assim, uma classe comerciante cada vez mais autônoma tornou-se o agente para a subordinação formal do trabalho artesanal e de ofício sob o domínio do capital comercial. "Às vezes", escreve Alain Cottereau, "várias centenas de pseudotrabalhadores de ofício e algumas dúzias de pequenas oficinas eram nada mais que as antenas terminais de grandes interesses do vestuário, cada um com milhares de empregados, geridos por comerciantes, industrialistas ou lojas de departamentos." E o pior era que esses novos "módulos de organização capitalista [...] estavam constantemente redistribuindo o trabalho, reorganizando suas operações, para colocar o máximo possível delas nas mãos de uma força de trabalho sem nenhuma habilidade reconhecida; trabalhadores braçais, mulheres, crianças e idosos"[13].

O grau notável de fragmentação das tarefas e especialização na indústria parisiense proporcionou-lhe grande parte do seu poder competitivo e da sua reputação pela boa qualidade tanto no mercado local quanto no internacional. E o Segundo Império viu crescentes aperfeiçoamentos nessa forma de organização. A fabricação de flores artificiais, que já tendia a ser especializada, pois tipos distintos de flores eram fabricados em diferentes oficinas em 1848, estava, no fim do Império, organizada em um sistema de oficinas que produziam partes de determinadas flores. Maxime Du Camp queixou-se da "infinita divisão de trabalho" que necessitava da coordenação de nove habilidades diferentes para produzir uma simples faca[14]. O fato de tal sistema conseguir funcionar devia-se inteiramente às eficientes habilidades de organização

dos empresários comerciantes que forneciam matérias-primas, organizavam a divisão técnica do trabalho entre numerosas oficinas dispersas ou mediante o trabalho por peça em domicílio, supervisionavam a qualidade do produto e o ritmo dos fluxos e introduziam o produto finalmente concluído em mercados bem definidos.

Mas os próprios agentes que reorganizaram a indústria parisiense para impedir a competição estrangeira também trouxeram a competição estrangeira e provincial para o coração do mercado parisiense. Sob uma pressão competitiva para maximizar os lucros, os comerciantes de Paris não eram de modo algum avessos a buscar todo tipo de fonte de suprimento nas províncias e até mesmo fora do país, estendendo suas redes de domínio e de trabalho domiciliar bem longe da capital, onde encontrassem custos (particularmente de mão de obra) mais baratos. Assim, eles tanto estimulavam a competição externa quanto se organizavam para repeli-la, e em alguns casos chegavam a organizar de maneira ativa a dispersão geográfica de algumas fases de produção pelas províncias. Os comerciantes estrangeiros e provinciais, que antes eram uma presença itinerante ou sazonal na cidade, tendiam a se estabelecer permanentemente e, por meio de contatos internacionais e provinciais, organizavam um fluxo cada vez mais competitivo de produtos para o mercado parisiense. Ainda existem exemplos, como no comércio de chapéus e luvas, da separação entre a produção, que rumou para as províncias, e o desenho e a comercialização, que permaneceram na capital[15].



FIGURA 59: *Já em 1843 Daumier escarnecia da organização das novas lojas de tecidos. O atendente explica o detalhado caminho que o cliente deve seguir para se orientar pela loja e chegar ao setor que vende toucas de algodão.*

Houve outros desenvolvimentos no comércio que tiveram um forte impacto sobre vários aspectos da indústria parisiense. A ascensão das grandes lojas de departamentos significou a formação de mercados maciços de roupas *prêt-à-porter*. A demanda se deslocou para qualquer

coisa que pudesse ser produzida em massa de forma lucrativa, independentemente do seu uso, valor ou qualidades. A comercialização em massa não significava necessariamente produção fabril em massa, mas implicava a organização da produção de pequenas oficinas ao longo de diferentes linhas (a subcontratação era a dominante). As queixas dos trabalhadores a respeito da preocupação cada vez menor com a qualidade do produto e com a desqualificação do trabalho na tradição artesã tiveram muito a ver com o crescimento espetacular desse tipo de comércio, quando as grandes lojas de departamentos como Bon Marché (fundada em 1852 e com um movimento de 7 milhões de francos em 1869), Louvre (1855) e Printemps (1865) se tornaram peças centrais do comércio parisiense[16].

Na década de 1860, um sistema de crédito hierarquicamente estruturado estava se tornando cada vez mais o poderoso centro nervoso para o desenvolvimento industrial, mas ainda não havia se estendido para as pequenas empresas. Os comerciantes, bem servidos quando necessário tanto pelas novas quanto pelas velhas estruturas de crédito, intervieram nesse aspecto e se tornaram a força organizadora de muitas indústrias pequenas. A crescente autonomia dessa classe de comerciantes durante o Segundo Império foi marcada pela formação de diferentes bairros comerciais em torno da Chaussée d'Antin no centro do noroeste e, em menor grau, em torno do Mail et Sentier e no centro do nordeste (a Rue de Paradis, tanto naquela época quanto agora, era o centro próspero para artigos de vidro e porcelana). Foi a partir daí que a produção local, provincial e internacional para o mercado parisiense e para exportação ficou cada vez mais organizada. Esses bairros também ofereciam tipos especiais de oportunidades de emprego administrativo, que deixaram uma marca na divisão do espaço social na cidade (ver Figura 53). Tradições especiais surgiram nesses bairros com respeito a política, educação, religião e afins, o que levou os comerciantes a participar muito pouco da formação ou repressão da Comuna.

O aumento da autonomia da classe comerciante e a ascensão do novo poder financeiro teceram uma complexa trama de controle em torno de grande parte da indústria parisiense, enquanto a preocupação dos

comerciantes com o lucro e a amplitude geográfica de produção os conduziu à reestruturação dessa indústria para satisfazer as condições de uma nova divisão internacional do trabalho. Os pequenos produtores, antes trabalhadores de ofício e artesãos orgulhosos e independentes, foram cada vez mais aprisionados dentro de uma rede de dívidas e obrigações, de encomendas específicas e suprimentos controlados; obrigados a ocupar a posição de mão de obra técnica dentro de um sistema de produção geral cuja evolução parecia escapar do seu controle. Foi dentro de tal sistema que os processos de desqualificação e dominação, que já haviam se evidenciado antes de 1848, puderam ganhar ainda mais espaço no sistema de produção. Não há dúvida de que os trabalhadores identificaram a natureza do problema. A Comissão dos Trabalhadores de 1867 debateu extensamente as adversidades e colocou a questão do crédito social e da liberdade do trabalho na linha de frente da sua agenda social. Mas a essa altura já fazia quase vinte anos que a associação do capital havia se imposto sobre a visão nobre da associação dos trabalhadores.

A INDÚSTRIA, O ESTADO E A PROPRIEDADE PRIVADA

Haussmann, como já vimos, não tinha nenhum escrúpulo quando o assunto era expulsar indústrias nocivas ou indesejáveis (como as de curtume e de alguns produtos químicos) do centro da cidade mediante a remoção direta ou o emprego de leis de insalubridade[17]. Ele também buscou todos os meios indiretos (impostos, anexação dos subúrbios, direcionamento dos serviços da cidade) para empurrar a maioria das indústrias, exceto as de mercadorias de luxo e "*articles de Paris*", para fora do centro da cidade. Suas políticas anti-industriais derivaram em parte do desejo de criar uma "capital imperial" à altura de toda a civilização ocidental, mas tão importante quanto isso era a sua preocupação em livrar Paris do poder político da classe trabalhadora, acabando com suas oportunidades de emprego. Nesse aspecto, ele foi apenas parcialmente bem-sucedido[18]. Embora a desindustrialização do próprio centro não

fosse ainda um fato consumado em 1870, as melhorias nas comunicações e nas infraestruturas urbanas (gás, água, esgotos etc.) tornavam Paris um local muito atrativo. Haussmann em certa medida desfazia com uma das mãos o que procurava fazer com a outra. Mas seu fracasso em atender às necessidades da indústria e sua visível preferência pelo desenvolvimento residencial (por exemplo, no projeto da terceira rede de rodovias) lhe renderam uma crescente oposição dos interesses industriais, que, de todo modo, foi suficientemente poderosa para frustrar alguns dos planos de relocação do imperador. E, à medida que a concorrência provincial e internacional ganhava força na década de 1860, a campanha de Haussmann contra a indústria se intensificava e as dificuldades desse setor recaíam sobre o prefeito, provocando uma vigorosa oposição ao Império.

O aluguel era um custo importante com o qual a indústria parisiense tinha de arcar. Os aluguéis, que rapidamente aumentavam nos novos bairros financeiros e comerciais (Bourse, Chaussée d'Antin) e nos bairros residenciais refinados próximos às regiões oeste e noroeste, obrigaram a saída das indústrias existentes ou atuaram (na periferia oeste, por exemplo) como uma barreira à implantação de novas. Quando não forçavam sua saída para os subúrbios, os aluguéis em ascensão no centro as obrigavam a se apinhar ou intensificar o uso do espaço em locais especialmente vantajosos. A metalurgia, por exemplo, dispersou-se por uma distância relativamente curta na direção noroeste, onde encontrou bons recursos de comunicação e acesso a uma oferta superior de mão de obra (ver Figura 56). As áreas de aluguel mais caro próximas ao centro também eram muito atrativas (Haussmann as comparava aos vinhedos no monte Vesúvio que, quanto mais próximos estão do topo, mais férteis se tornam). Isso era particularmente verdadeiro no caso daquelas indústrias para as quais o acesso imediato ao mercado dos produtos de luxo (ou às indústrias que supriam esses mercados) era de vital importância. Os atrativos de uma localização central ficavam ainda maiores pelo fato de o comércio estar concentrado nas grandes lojas de departamentos, nos hotéis que serviam ao próspero negócio do turismo e no mercado central de Les Halles, que atraía todo tipo de pessoas.



Figura 60: *Em meados da década de 1860, Marville fotografou as fábricas de curtume ao longo do extremamente poluído rio Bièvre. Estas eram os tipos de indústrias poluentes que Haussmann procurava expulsar das áreas centrais da cidade.*

As obras públicas e os investimentos urbanos criavam um mercado adicional cuja demanda parecia infinita (inclusive aquela de móveis e decorações de luxo), em grande parte concentrado perto do centro da cidade. Muitos setores tinham fortes incentivos para permanecer próximos às localizações centrais – os de cosméticos, tintas, fármacos, metalurgia (particularmente do tipo ornamental), marcenaria e carpintaria, assim como os fabricantes de roupas da moda e "*articles de Paris*". Mas os altos aluguéis tinham de ser pagos. E, nesse caso, a adaptação que viu crescer o trabalho domiciliar por encomenda fez muito sentido, porque assim os próprios trabalhadores arcavam com o alto valor do aluguel (trabalhando em casa em bairros superpovoados) ou com o custo da inacessibilidade ao centro. Os comerciantes economizavam nas

despesas com aluguel enquanto garantiam que a produção seria organizada em uma configuração que fluísse harmoniosamente até os pontos de alta demanda. Os ateliês independentes que permaneciam se enredaram, por fim, em um aperto de custos tão grande que, quando isso não os jogou nas mãos de comerciantes, os impeliu a reorganizar sua divisão de trabalho interna e, assim, reduzir os custos de mão de obra. O encarecimento dos aluguéis no centro da cidade cobrou um sério tributo da indústria e dos trabalhadores e, assim, desempenhou um papel fundamental na reestruturação industrial de Paris durante o Segundo Império.

PRODUTIVIDADE, EFICIÊNCIA E TECNOLOGIA

Há um mito, que os historiadores só agora estão começando a desmascarar, de que a indústria de grande porte expulsa a indústria de pequeno porte devido à eficiência superior alcançada por meio das economias de escala[19]. A persistência da indústria de pequeno porte em Paris durante o Segundo Império parece refutar o mito, pois não há dúvida de que as pequenas oficinas sobreviveram justamente devido à sua produtividade e eficiência superiores. Mas é perigoso levar muito longe essa refutação. Os setores em que economias de escala podiam de fato ser constatadas (como os têxteis e, mais tarde, os de algumas peças do vestuário) se dispersaram pelas províncias, e os de engenharia de grande porte ou se estabeleceram nos subúrbios ou foram para outros locais. E a indústria de pequeno porte que restou, e exibia um crescimento muito vigoroso, alcançou economias de escala não mediante a fusão de empresas, mas mediante a organização de vínculos interindustriais e a concentração das inúmeras tarefas especializadas. Não era o tamanho da empresa que importava, mas a aglomeração geográfica de inúmeros produtores sob o poder de organização dos comerciantes e de outros empresários. E, de fato, foi a soma das economias de escala alcançada por

esse tipo de indústria na região de Paris que constituiu a base para sua vantagem competitiva na nova divisão internacional do trabalho.

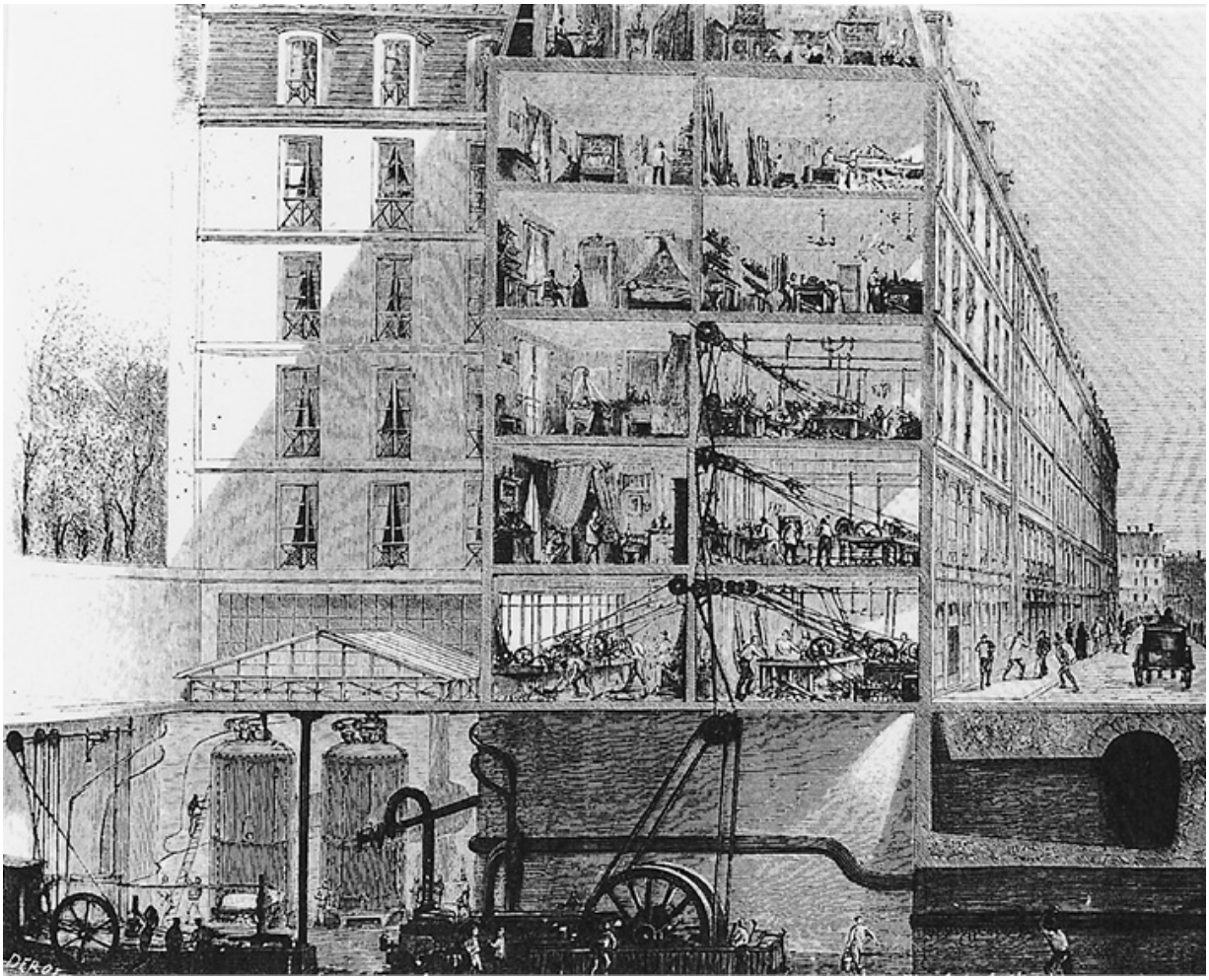


Figura 61: *O uso coletivo dos motores a vapor era característico da indústria parisiense no período. Este desenho, datado de 1872, ilustra como o sistema – que funcionava mediante um motor a vapor no porão, distribuindo energia para vários andares acima – permitia que o prédio fosse ocupado por diferentes negócios.*

Há outro mito, mais difícil de desfazer, de que a produção da pequena indústria e aquela dos artesãos são menos inovadoras quando se trata de novos produtos ou processos de trabalho. Na época, Claude-Anthime Corbon negou isso enfaticamente, detectando nos trabalhadores e artesãos "superiores" um interesse muito vivo nas novas linhas de produto, novas técnicas e aplicações da ciência, embora não tenha deixado de comentar, mais tarde, que eles tendiam a admirar a aplicação de tudo o que era novo

em qualquer lugar, exceto em seu próprio negócio[20]. Mas o sucesso que viria com a inovação dos produtos (em particular no setor de luxo) era significativo demais para os pequenos proprietários deixarem passar as oportunidades. E novas tecnologias rapidamente proliferaram. Até mesmo os motores a vapor, certamente de potência fraca, foram organizados em padrões de uso coletivo entre os ateliês. E a indústria de vestuário adotou a máquina de costura, os trabalhos em couro passaram a ser feitos com facas de corte mecânicas, os marceneiros começaram a usar serras mecânicas e os fabricantes dos "*articles de Paris*" ficaram totalmente obcecados pela pressa em inovar quando se tratava de tingimentos, colorações, preparações especiais, bijuterias, entre outros. Os monumentos e as construções também testemunharam importantes inovações (como a instalação de elevadores mecânicos).

O quadro que emerge é de vigorosa inovação e rápida adoção de novos processos de trabalho. As objeções dos trabalhadores de ofício não eram às novas técnicas, mas, a julgar pela Comissão dos Trabalhadores de 1867 e pelos escritos de trabalhadores como Eugène Varlin, à maneira que elas lhes eram impostas como parte do processo de padronização do produto, desqualificação e redução salarial[21]. A crescente integração da divisão especializada e técnica do trabalho sob o comando de comerciantes e empresários conferiu qualidades especiais à transformação do processo de trabalho. O evidente vigor tecnológico da indústria de pequeno porte em Paris não era necessariamente o mesmo que os trabalhadores apreciavam. E com razão: Poulot (industrialista reconhecido por sempre buscar a inovação) admitia que os três objetivos fundamentais que tinha em mente ao implementar inovações eram aumentar a precisão, acelerar a produção e "reduzir o livre-arbítrio dos trabalhadores"[22].

Nesse aspecto, as memórias de Xavier-Edouard Lejeune são instrutivas[23]. Criado no campo por seus avós, ele se uniu à sua mãe solteira (aparentemente vítima da sedução do filho de um burguês de certo prestígio) em Paris, em 1855, aos dez anos. Encontrou-a como a empregadora de seis a oito mulheres na produção de casacos femininos de alta qualidade e dona de conexões especiais com alguns pontos de varejo. Aquele ano foi o ponto alto da explosão nos negócios de vestuário, quando

se consolidaram o estímulo dado pelos gastos do Estado e a ascensão da moda na corte imperial e em toda Paris. Sua mãe vivia em acomodações relativamente espaçosas e centrais, tinha uma criada e recebia familiares e amigos. Seis anos mais tarde, ela empregava apenas uma pessoa e havia sido obrigada a realizar várias mudanças para acomodações menores com aluguéis muito mais baixos. Parou de receber amigos e dispensou a criada; Xavier-Edouard ficou responsável pelo trabalho doméstico e pelas compras durante algum tempo, antes de ser enviado, por "razões de economia", a um comércio varejista onde deveria trabalhar e receber acomodação e refeições, além de um pequeno salário. O problema para sua mãe foi o advento da máquina de costura e a competição mais feroz do mercado em condições de demanda mais fraca. Ela foi gradualmente empobrecendo (o relato não a menciona após 1868, mas uma pesquisa realizada posteriormente mostrou que ela ainda tinha um negócio em 1872, mas já se encontrava totalmente empobrecida em 1874, quando foi declarada insana e confinada até morrer, em 1891). Imagino que para muitos trabalhadores donos do seu próprio negócio essa história era, em linhas gerais, bastante comum.

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHAR

Então, como era trabalhar na indústria parisiense durante o Segundo Império? É difícil fazer um quadro definido de uma experiência de trabalho tão diversificada. São muitas as anedotas a respeito, e algumas se repetem porque provavelmente captam a essência da experiência do trabalho para muitos.

Em 1865, um imigrante recém-chegado de Lorraine aluga, com a esposa e dois filhos, dois quartos minúsculos em Belleville, região próxima à periferia de Paris. Ele sai todas as manhãs às cinco horas, munido de uma crosta de pão, e caminha 6,5 quilômetros até o centro, onde trabalha quatorze horas por dia em uma fábrica de botões. Após o pagamento do aluguel, seu salário lhe deixa 1 franco por dia (o quilo do pão custa 37

cêntimos), por isso ele traz para casa algum trabalho domiciliar para a esposa, que realiza a atividade durante longas horas em troca de quase nada. "Viver, para um trabalhador, é não morrer", era o ditado da época[24].

Foram descrições desse tipo que Zola usou, causando grande efeito dramático em *L'assommoir* [*A taberna*]* (ao que parece, ele estudou muito atentamente o texto de Poulot na preparação desse romance). Coupeau e Gervaise visitam Lorilleux e sua esposa no quarto minúsculo, bagunçado e sufocantemente quente que lhes serve de oficina domiciliar. O casal está trabalhando junto, moldando fios de ouro para a fabricação de correntes *grumet*. "Tem corrente de elo pequeno, corrente pesada, corrente de relógio e corrente de corda torcida", explica Coupeau, mas Lorilleux (que calcula ter fiado 8 mil metros de correntes desde os doze anos de idade e espera algum dia "ir de Paris a Versalhes") faz apenas correntes *grumet*. "Os empregadores forneciam o ouro em forma de arame e já na liga correta, e os trabalhadores começavam a puxá-lo na fieira para colocá-lo no calibre adequado, tomando o cuidado de reaquecê-lo cinco ou seis vezes durante a operação para impedir que se rompesse." Esse trabalho, embora necessite de grande força, é realizado pela esposa, pois também requer uma mão firme e Lorilleux tem terríveis acessos de tosse. Ainda relativamente jovens, os dois parecem prestes a desmoronar pelo regime de trabalho exaustivo e exigente. Lorilleux demonstra como o arame é torcido, cortado e soldado em minúsculos elos, operação "realizada com uma regularidade ininterrupta, elo após elo, tão rapidamente que a corrente pouco a pouco cresce diante dos olhos de Gervaise sem ela perceber muito bem como foi feita".

A ironia da produção desses componentes de produtos de luxo tão especializados em circunstâncias assim deploráveis e empobrecidas não passou despercebida na obra de Zola. E era só mediante a estrita supervisão dos organizadores da produção que tal sistema poderia prevalecer. Pouco espanta que a delegação de trabalhadores de ourivesaria, do contrário muito moderada, que compareceu à Exposição de 1867 tenha se queixado em seu relatório de "um capitalismo insaciável", que os deixava indefesos e incapazes de protestar contra o "mal óbvio e

destrutivo" que ocorria "nos grandes centros de manufatura onde o capital acumulado, desfrutando de toda liberdade, tornava-se uma espécie de opressão legalizada, regulamentando a mão de obra e distribuindo trabalhos para criar empregos mais especializados"[25]. É interessante notar que isso foi escrito no ano da publicação do Livro I de *O capital*, de Marx, em Leipzig.

Gervaise mais tarde encontra um processo de produção muito diferente quando visita Goujet, o metalúrgico, após uma viagem apavorante pelo segmento industrial do nordeste de Paris; zona deveras impressionante, segundo todos os relatos. Lejeune, em suas lembranças do período, a descreve da seguinte maneira:

> Havia fábricas e estabelecimentos de produção nos cantos mais distantes dos pátios e vielas fechadas, havia oficinas desde o térreo até os andares mais altos das casas e uma incrível densidade de trabalhadores que conferiam ao bairro uma atmosfera animada e barulhenta.

No relato de Zola, Goujet mostra a Gervaise como se fazem rebites hexagonais a partir de metal quente, produzindo trezentos rebites de 20 milímetros por dia com as delicadas pancadas de um martelo de 2,3 quilos. Mas tal ofício está sob ameaça, pois o chefe está instalando uma nova aparelhagem:

> O motor a vapor estava em um canto, oculto atrás de uma baixa parede de tijolos [...]. Ele elevou a voz para gritar explicações, depois se dirigiu às máquinas; cisalhadoras mecânicas que devoravam barras de ferro, tirando um segmento a cada corte e soltando um após o outro; máquinas para a produção de parafuso e rebite, imponentes e complicadas, faziam uma cabeça de parafuso com um giro de seus poderosos pinos; máquinas de corte com volantes de ferro fundido e uma bola de ferro que golpeava o ar furiosamente a cada peça cortada pela máquina; as rosqueadeiras operadas por mulheres, que faziam roscas em parafusos e porcas, tinham manivelas que emitiam cliques sucessivos e brilhavam com o óleo [...]. A máquina estava produzindo rebites de 44 milímetros com o desembaraço de um calmo gigante [...]. Em 12 horas essa maldita maquinaria podia produzir centenas de quilos deles. Goujet não era um homem vingativo, mas em alguns momentos teria com satisfação [...] esmagado toda essa ferragem em seu ressentimento porque os braços da máquina eram mais fortes que os dele. Isso o perturbava, embora ele soubesse que a carne não poderia competir com o ferro. Chegaria o dia, é claro, que as máquinas iriam acabar com o trabalhador manual; seus ganhos diários já haviam caído de 12 francos para 9, e se falava que ainda mais reduções viriam. Não havia nada de engraçado nessas grandes aparelhagens que produziam rebites e parafusos como se fossem

salsichas [...]. Ele se virou para Gervaise, que continuava muito perto, e disse com um sorriso triste [...] "Quem sabe algum dia isso trabalhe em prol da felicidade universal."[26]

É assim que as forças abstratas do capitalismo foram aplicadas à experiência concreta da mão de obra durante o Segundo Império.

Notas

[1]* *O capital*, Livro I, cit., p. 533. (N. E.)

Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit.; William H. Sewell, *Work and Revolution in France*, cit.

[2] Jacques Rancière, *The Nights of Labor*, cit.

[3] Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle* (Paris, Presses Universitaires de France, 1950), p. 75.

[4] Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit., capítulo 6; William H. Sewell, *Work and Revolution in France*, cit.

[5] Maurice Daumas e Jacques Payen (orgs.), *Évolution de la géographie industrielle de Paris et sa proche banlieue au XIXe siècle*, 2 v. (Paris, Conservatoire des Arts et Métiers/École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976); Louis Chevalier, *Laboring Classes and Dangerous Classes in Paris during the First Half of the Nineteenth Century*, cit.; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville,* cit.; Jacques Retel, *Éléments pour une histoire du peuple de Paris au 19e siècle,* cit.; Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit.

[6] Alain Cottereau, "Étude Préalable", em Denis Poulot, *Le sublime* (Paris, Maspero, 1980); Louis Girard, *Nouvelle histoire de Paris*, cit., p. 215-6; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 390; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 252-69.

[7] Alain Cottereau, "Denis Poulot's *Le sublime* – a Preliminary Study", em Adrian Rifkin e Roger Thomas (orgs.), *Voices of the People*, cit., p. 121.

[8] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 380-91.

[9] Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle*, cit., p. 96; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 443.

[10] Georges Duchêne, *L'empire industriel*, cit.

[11] Alain Plessis, *La Banque de France et ses deux cents actionnaires sous le Second Empire*, cit.

[12] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 286.

[13] Karl Marx, *Capital*, cit., v. 1, p. 342; Alain Cottereau, "Denis Poulot's *Le sublime* – a Preliminary Study", cit., p. 146-8.

[14] Maxime Du Camp, *Paris: ses organes, ses fonctions et sa vie dans la seconde moitié du XIXème siècle* (Paris, Hachette, 1875), v. 6, p. 235.

[15] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 378, 446.

[16] Michael Miller, *The Bon Marché*, cit.

[17] Maurice Daumas e Jacques Payen (orgs.), *Évolution de la géographie industrielle de Paris et sa proche banlieue au XlXe siècle*, cit., p. 147.

[18] Ibidem, p. 135; Theodore Zeldin, *The Political System of Napoleon III*, cit., p. 76.

[19] Em *Philadelphia: Work, Space, Family, and the Group Experience in the Nineteenth Century* (Oxford, Oxford University Press, 1981), Theodore Hershberg enfatiza extremamente esse ponto mediante uma análise detalhada de dados sobre a Filadélfia no século XIX.

[20] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit.

[21] Eugène Foulon, *Eugène Varlin: relieur et membre de la Commune* (Clermont-Ferrand, Éditions Mont-Louis, 1934); Paule Lejeune, *Eugène Varlin: pratique militante et écrits d'un ouvrier communard* (Paris, Maspero, 1977).

[22] Alain Cottereau, "Denis Poulot's *Le sublime* – a Preliminary Study", cit., p. 130.

[23] Michel Lejeune e Philippe Lejeune, *Calicot: Xavier-Edouard Lejeune* (Paris, Montalba, 1984).

[24] Clément Lepidis e Emmanuel Jacomin, *Belleville* (Paris, H. Veyrier, 1975), p. 230.

* São Paulo, Cia. Brasil, 1956. (N. E.)

[25] Alain Cottereau, "Denis Poulot's *Le sublime* – a Preliminary Study", cit., p. 144.

[26] Michel Lejeune e Philippe Lejeune, *Calicot*, cit., p. 102-3; Émile Zola, *L'assommoir* (Harmondsworth, Penguin, 1970), p. 176-7.

9. Compra e venda da força de trabalho

> [O capital] só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção.
>
> Karl Marx*

O crescimento da indústria e do comércio, associado à expansão das construções em Paris, exerceu uma pressão muito grande sobre os mercados de trabalho durante o Segundo Império. De onde viria a oferta? Como e em que condições os trabalhadores estavam dispostos a ceder a outros os direitos sobre sua força de trabalho? E como as quantidades e qualidades da força de trabalho oferecida em Paris afetaram a forma e a distribuição geográfica da atividade econômica?

Em 1848, Paris tinha um enorme excedente de força de trabalho. Àqueles lançados ao desemprego pelo colapso da indústria e do comércio parisienses somou-se uma enxurrada de trabalhadores provinciais em busca das tradicionais proteções de Paris em épocas turbulentas. O número de pessoas alistadas nas Oficinas Nacionais passou de 14 mil para

mais de 117 mil entre março e junho de 1848[1]. A repressão das Jornadas de Junho levou muitos a fugir da cidade, mas o desemprego continuou sendo um problema importante tanto na capital quanto na nação. Os excedentes de mão de obra em Paris foram parcialmente absorvidos durante a recuperação de 1849-1850, mas foi apenas com o surto de atividade econômica posterior a 1852 que um excedente de mão de obra com salários em queda transformou-se em escassez de mão de obra e taxas salariais nominais ascendentes – embora os aumentos fossem em grande parte contrabalançados pela inflação – até a década de 1860[2]. O reflexo dessa escassez foi a volumosa onda de imigração para a cidade durante a década de 1850, seguida da crescente absorção de outro segmento do exército de reserva industrial – as mulheres – quando as taxas salariais nominais estagnaram e as taxas salariais reais caíram durante a década de 1860. Dessa maneira, as necessidades quantitativas da indústria e do comércio parisienses foram amplamente satisfeitas.

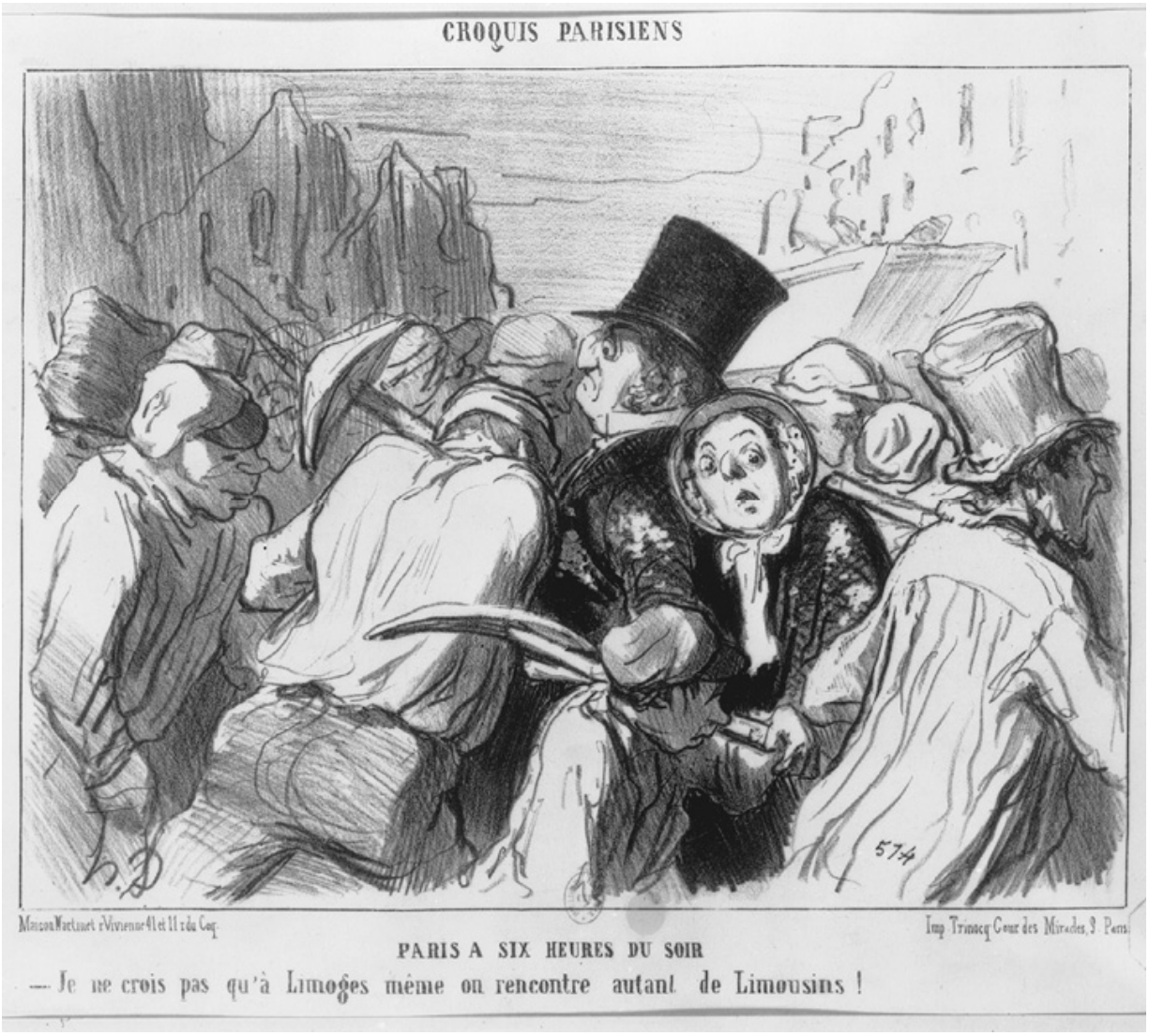


Figura 62: *O setor da construção trouxe um enorme fluxo de migrantes para a cidade, alguns dos quais vinham de regiões muito específicas. Aqui, Daumier comenta que é mais fácil encontrar pessoas de Limousin nos bulevares de Paris às seis da tarde do que em Limoges, principal cidade dessa província.*

Examinar as qualidades da mão de obra ofertada é mais difícil. Paris já havia perdido a maior parte de seus autênticos artesãos – trabalhadores que tinham domínio de seu processo de trabalho e atuavam no mercado de forma independente. Segundo Cottereau, eles não representavam mais de 5% da população economicamente ativa em 1847. No entanto, também havia poucos operadores de máquina. A maior parte da mão de obra estava dividida entre trabalhadores de ofício, que eram plenamente iniciados

(em geral pelo trabalho como aprendizes) em todos os aspectos de um ofício; trabalhadores qualificados, cujas habilidades estavam limitadas a tarefas especializadas dentro da divisão técnica do trabalho; e trabalhadores não qualificados, em geral diaristas itinerantes, avançando gradativamente para as classes dos indigentes e dos criminosos, também referidas como "classes perigosas" ou "lumpemproletariado". Os trabalhadores letrados e capazes de fazer operações matemáticas também podiam encontrar emprego nas ocupações burocráticas que começavam a despontar por conta das revoluções no setor bancário e no comércio, assim como da ascensão do turismo[3].

Durante o meio século anterior, os trabalhadores de ofício tinham desenvolvido meios de controle informal sobre os mercados de trabalho[4]. Eles possuíam formas ocultas de organização corporativista e conseguiam negociar coletivamente com os proprietários sobre o preço, as condições e a duração das atividades. Os mercados de trabalho com frequência eram centralizados e estavam sob controle coletivo; os empregadores faziam contratações em um ponto central de reunião ou em um local específico, onde os trabalhadores podiam trocar informações e exercer o máximo de pressão sobre os empregadores e os outros trabalhadores acerca de normas coletivas. Esse poder, no entanto, não garantia trabalho fixo ou seguro. Os altos e baixos do mercado eram sentidos mais como desemprego periódico, sazonal e ocasionalmente prolongado (este último, em geral, desencadeava protestos políticos e agitações sociais) do que em variações nas taxas salariais. Esse sistema de controle tinha a vantagem adicional de facilmente integrar trabalhadores artesãos migrantes ao mercado de trabalho urbano (raro vestígio do *tour de France*, no qual o sistema de *compagnonnage* organizara os movimentos de migração da mão de obra provincial durante pelo menos dois séculos).

É difícil conseguir qualquer estimativa exata da proporção de trabalhadores parisienses que operavam em mercados de trabalho desse tipo, mas ela era claramente substancial. O exemplo e a liderança política dos trabalhadores artesãos, por exemplo, inegavelmente definiram os rumos do mercado de trabalho parisiense na década de 1840 e estavam no

centro do movimento dos trabalhadores de 1848. Eles eram o grupo contra o qual a associação de capitais tinha de lutar.

O Segundo Império viu a redução do controle dos mercados de trabalho por parte dos trabalhadores artesãos[5]. Viu também a redefinição das qualificações descritas por Marx em *O capital*, quando a produção passa pela crescente divisão técnica e social do trabalho em direção à produção maquinal e fabril. Em algumas indústrias, as habilidades artesanais foram eliminadas e substituídas por habilidades especializadas dentro da divisão técnica do trabalho. Em outras, os operadores das máquinas substituíram os trabalhadores artesanais. Algumas das habilidades especializadas que surgiram das transformações do processo de trabalho eram monopolizáveis, mas outras eram relativamente fáceis de reproduzir. Também nesse caso a tendência era a desqualificação e o uso de habilidades facilmente reprodutíveis em sistemas de produção massificados de qualidade inferior (quer por fábricas, quer por oficinas integradas). O limite entre o qualificado e o não qualificado tornou-se mais difuso na medida em que se tornava mais fácil, dadas as mudanças técnicas e organizacionais, introduzir migrantes não qualificados ou mulheres nas oficinas. Os controles tradicionais também tendiam a se romper à medida que o mercado de trabalho parisiense aumentava de maneira explosiva e se dispersava espacialmente. Os pontos de contratação centralizados, ainda um tema de comentários na *Enquête* de 1847-1848, haviam praticamente desaparecido em 1870[6]. E a maioria das opiniões concordava que o individualismo competitivo no mercado de trabalho estava muito mais disseminado em 1870 do que em 1848.

Apesar de tudo, os trabalhadores continuaram a exercer um poder e uma influência extraordinários. Segundo as vívidas descrições de Denis Poulot, em *Le sublime* [O sublime], sobre a vida e os costumes nas oficinas parisienses de 1870, eles permaneciam autoconfiantes a ponto da arrogância, obstinados, tempestuosos e incuravelmente independentes, beirando a indisciplina (ver Tabela 9). Eles resistiam à autoridade dos capitalistas com uma intensidade irônica que caracterizava o que Poulot, ao falar da perspectiva de um empregador, chamou desdenhosamente de "sublimismo". Sofriam da crença incurável que Varlin, um de seus

membros, definia da seguinte maneira: "A maioria dos trabalhadores nada tem a aprender com os proprietários, que não são peritos em sua profissão e não passam de exploradores"[7]. Eles continuaram a exercer pressão coletiva sobre os mercados de trabalho, principalmente ao permanecerem em bairros tradicionais (mesmo diante da renovação urbana e do aumento dos aluguéis). Os setores que necessitavam de suas habilidades tinham de procurá-los (um dos motivos da persistência de indústrias próximas ao centro e na direção nordeste). Na verdade, parte do padrão geral de deslocamento e da inovação na indústria parisiense durante o Segundo Império deve ser interpretado como uma reação ao poder desses trabalhadores, que só poderia ser superado pela desqualificação e pela organização industrial. E, é claro, esse grupo fornecia a grande maioria da liderança política do movimento dos trabalhadores. Foi dos bairros proletários que emanou a maior parte da explosiva força política da Comuna.

A presença continuada desse poder e dessa influência é ainda mais notável dada a intensa repressão ao movimento dos trabalhadores após 1852. Todos os direitos de associação, combinação, sindicalização, reunião pública e greve lhes foram negados, e eles também se viram confrontados com uma bateria de leis que cobriam questões como o *livret* (espécie de livro de registro de trabalho, o qual se supunha que cada trabalhador deveria ter), disputas jurídicas (a lei ditava que, na eventualidade de qualquer conflito de opiniões entre o empregador e o trabalhador, a do empregador deveria prevalecer) e a participação dos trabalhadores nos *conseils de prud'hommes* (conselhos sindicais), nos quais eram sempre minoria. Também tinham de conviver com um sistema de vigilância que estava mais do que pronto para alegar a existência de conspiração ao menor indício de discussão informal ou aberta. Entretanto, os trabalhadores há muito vinham sendo condicionados a esse tipo de repressão e sabiam muito bem como se organizar secretamente. O recurso à ironia e à provocação desrespeitosa e a codificação sofisticada de todos os tipos de sinais de resistência tornaram-se armas indispensáveis na guerra de classe. Essa era a essência do "sublimismo", que certamente enfurecia empregadores como Poulot, o qual via sua erradicação como

indispensável ao progresso industrial. Mas em Paris os trabalhadores tinham outro poder, pois suas qualificações e habilidades eram imprescindíveis para grande parte da indústria parisiense. Por essa razão, a legislação sobre o *livret* permaneceu em grande medida letra morta entre os trabalhadores artesãos[8].

No fim, a corrosão do seu poder deveu-se muito mais às transições no processo de trabalho do que a qualquer repressão política. Na medida em que as condições de trabalho abstrato mudaram, o trabalho concreto oferecido pelos trabalhadores artesãos tornou-se menos importante. Mas os trabalhadores ainda tinham muitas oportunidades para valer-se de seu poder em novas configurações. Como a fronteira entre patrão e trabalhador era muitas vezes extremamente porosa, a mobilidade ascendente (pelo casamento ou pela sucessão direta) era possível, embora menos do que em épocas anteriores. A organização hierárquica do seu próprio sistema de trabalho também lhes dava oportunidades de se inserirem como supervisores, contramestres e subcontratantes na divisão técnica e social do trabalho. E suas qualificações, formação e adaptabilidade lhes permitiam colonizar novos ofícios à medida que surgiam e monopolizar novas qualificações. Assim, eles perdiam o status de trabalhadores artesãos e se tornavam o centro de uma "aristocracia do trabalho" que seria a base do socialismo sindical após 1871. Uma das melhores evidências de que essa transição já estava a caminho encontra-se na evolução do ramo francês da Internacional após 1864, quando passou a exprimir a consciência sindical revolucionária de um proletariado industrial, em vez da ideologia mutualista que emanava da tradição artesã.

Tabela 7. *Rendas anuais e taxas salariais diárias por ocupação, Paris, 1847-1871*

Taxas	*Estimativas de Duvean, 1860*			*Índices diários médios*		
Ocupação	Salário anual	Taxa diária	Estação morta (meses)	1847	1860	1871
Homens						
Mecânico	1.500	5,00-6,50	3	4,50	4,50	5,00
Carpinteiro	1.350	5,50-6,00	4	5,00	5,00	6,00
Canteiro	1.150	4,50-5,50	4	4,00	5,00	5,00
Chapeleiro	1.150	4,00-5,00	3	4,00	5,00	6,50
Joalheiro				4,00	5,00	6,00
Trabalhador em bronze				4,50	5,00	7,00
Serralheiro	1.050	4,00-5,00	4	4,00	4,50	4,50
Tipógrafo				4,00	5,00	5,00
Alfaiate				3,50	4,50	5,00
Marceneiro de obra	1.000	4,00-5,00	4	3,50	4,00	5,00
Pintor	980	4,50-5,00	5	3,50	4,50	6,00
Sapateiro	950	3,00-3,50	2½	3,00	3,00	3,50
Padeiro	900	4,00-5,00	Irregular	4,25	5,00	6,60
Trabalhador em equipe	850	2,00-2,50				
Marceneiro comum	700	3,00-4,00	4	3,50	4,50	5,00
Trabalhador diarista				2,50	3,00	3,25
Trabalhador de construção				2,75	3,00	4,00
Mulheres						
Lavadeira	685	2,00-2,25				
Modista	640	2,25-3,50				
Confeccionista de flores	420	1,50-2,25	3-6			
Operadora de máquina	387	1,50-2,25				
Costureira sob medida	340	1,00-2,25				

Fontes: Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 320-8 (colunas 1-3); e Jacques Rougerie, "Les sections françaises de l'Association Internationale de Travailleurs", cit., tabelas 4 e 6 (colunas 4-6). Em *L'ouvrière* (Paris, Hachette, 1861), p. 286-7, Jules Simon apresenta estimativas das estações mortas para o emprego das mulheres.

O padrão de qualificações e ofícios sofreu uma revolução estrutural significativa entre 1848 e 1870. Novas ocupações passaram a existir (como eletricista), enquanto outras desapareceram (as obras públicas de Haussmann praticamente eliminaram a ocupação de carregador de água, por exemplo). Técnicas mecanizadas chegaram às fábricas e oficinas – a máquina de costura revolucionou as ocupações relacionadas a vestuário, com efeitos particularmente ruins, como já vimos – e substituíram ofícios

mais antigos. Vendedores de lojas, bancários, gerentes, funcionários de hotel e burocratas também se tornaram muito mais visíveis na década de 1860, na medida em que ocupações administrativas surgiram nos bancos, no comércio, no turismo e no governo. Aqui se encontravam as sementes para uma pequena burguesia em ascensão que logo estaria no mesmo nível dos lojistas, cuja riqueza e poder decaíam. E foi nesse fluxo que os imigrantes provinciais e as mulheres foram inseridos e os trabalhadores artesãos transformados para criar estruturas radicalmente novas no mercado de trabalho.

Todas as fontes concordam que a média salarial subiu cerca de 20% ou mais durante o Segundo Império e que os aumentos estavam amplamente disseminados por diferentes ocupações (Tabela 7), inclusive aquelas dominadas por mulheres. Devido ao emprego instável e à famosa estação morta, as taxas salariais – que permaneciam bastante padronizadas, embora em menor grau no fim do que no início do Império – são muito mais fáceis de tabular do que as rendas do trabalhador. Duveau se baseia em várias monografias contemporâneas para conseguir estimativas aproximadas da estação morta e da renda anual do trabalhador. Esta variava entre 700 e 1.500 francos para os homens e entre 345 e 685 francos para as mulheres, dependendo da ocupação. Uma vez que tais dados se referem às condições existentes mais ou menos em meados do Império, eles provavelmente subestimam as rendas anuais no período próximo ao seu fim[9].

O movimento dos salários reais é muito diferente. A elevação no custo de vida quase neutraliza aquela nos salários nominais. Se o custo das necessidades dos trabalhadores fosse usado como padrão, a elevação nas taxas dos salários nominais seria mais que neutralizada. Este último cálculo é particularmente traiçoeiro, pois o Segundo Império também viu revoluções nos hábitos de consumo que afetaram tanto os trabalhadores quanto a burguesia[10]. Seja como for, todas as fontes concordam que os preços subiram durante o Segundo Império, afetando de modo fundamental o padrão de vida dos trabalhadores. Thomas[11] apresenta as seguintes estimativas do custo de vida anual (em francos) para uma família de quatro pessoas:

Anos Habitação Alimentação/aquecimento etc. Total
1852-1853 121 931 1.051
1854-1862 170 1.052 1.222
1864-1873 220 1.075 1.295

Esses custos, liderados pelos aumentos no aluguel, fonte eterna de queixas, aumentaram 20%. Quando os comparamos às estimativas de renda anual apresentadas por Duveau (ver Tabela 7), vemos que apenas os mecânicos e os carpinteiros ganhavam em média o suficiente para sustentar uma família de quatro pessoas. Todos os outros grupos precisavam de uma fonte de renda suplementar, a da mulher, para satisfazer as necessidades básicas da família. Essa condição era suficientemente universal para pautar extensos comentários e preocupações na Comissão dos Trabalhadores de 1867. Os orçamentos lá esboçados (com exceção dos mais extravagantes) indicavam necessidades anuais de 1.670 a 2 mil francos para uma família de quatro pessoas, embora naquele ano um carpinteiro com 337 dias de trabalho (algo muito raro de acontecer) só conseguisse ganhar 1.470 francos. O homem solteiro, que conseguia satisfazer suas necessidades básicas com mais ou menos 700 francos, era, nessas circunstâncias, desaconselhado a formar uma família, a menos que o fizesse com uma mulher que também trabalhasse. As mulheres, no entanto, simplesmente não conseguiam sobreviver apenas do salário que recebiam. Essa disparidade traria efeitos sociais enormes à vida da classe trabalhadora.

Houve, contudo, algumas mudanças no ritmo e no padrão desse quadro geral do movimento dos salários nominais e reais. Duveau, por exemplo, detecta uma crescente polarização no interior da classe trabalhadora entre um grupo pequeno, porém cada vez maior, de trabalhadores privilegiados cujas rendas ultrapassavam o custo de vida (e que podiam até aspirar a possuir uma propriedade) e o número ascendente de trabalhadores na categoria "infeliz", que não conseguiam viver dentro do orçamento, por mais que tentassem. É difícil confirmar essa tendência, mas os relatos contemporâneos certamente dão a impressão de que pelo menos alguns trabalhadores se encontravam em

situação suficientemente boa para acumular pequenas economias ou optar por não trabalhar às segundas-feiras e esbanjar nos cabarés[12].

Entretanto, o nível de dificuldade para cobrir as despesas mensais dependia da economia. As condições parecem ter sido muito duras antes de 1857. Safras ruins e os efeitos inflacionários do financiamento do déficit e do influxo do ouro californiano e australiano geraram forte elevação de preços diante dos salários estagnados. As condições logo melhoraram a partir daí, quando a escassez de mão de obra forçou a elevação dos salários e a melhoria no transporte baixou os preços. O duro equilíbrio entre o movimento dos salários e as mudanças no custo de vida, que parece ter prevalecido no início da década de 1860, veio abaixo após 1866, quando as dificuldades financeiras (o colapso do Crédit Mobilier) e a interrupção das obras públicas junto com o acirramento da competição externa complicavam a vida de boa parte da classe trabalhadora de Paris. Esse quadro geral (confirmado por Rougerie, Duveau e Thomas*) sem dúvida continha inúmeras nuances, dependendo da ocupação, do sexo e da localização. Algumas forças que as moldaram merecem uma avaliação mais profunda.

FRAGMENTAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL NO MERCADO DE TRABALHO

Em Paris, como em outros lugares, a luta pela dominação do tempo do trabalhador foi travada de forma intensa. A legislação de março de 1848, que restringia a jornada de trabalho parisiense a dez horas, recuou em setembro para as doze horas anteriores e, depois, foi tão crivada de exceções que nesse quesito o trabalhador estava praticamente desprotegido. Duveau estabeleceu a jornada diária média de trabalho em onze horas durante grande parte do Segundo Império, mas observou uma enorme variação entre os trabalhadores artesãos (que com frequência ainda "folgavam" na "santa segunda") e aqueles que trabalhavam quatorze horas por dia em alguns estabelecimentos exploradores [*sweatshops*][13].

Mas o maior problema de todos era a insegurança do emprego, notória na Paris do Segundo Império. A estação morta em alguns setores era tão longa que até os trabalhadores artesãos que faziam produtos de alta qualidade por altos salários durante parte do ano eram obrigados a suplementar a renda participando da produção em massa com baixos salários no resto do ano. Por isso, é muito difícil traduzir as taxas salariais padrão referentes a um determinado emprego em qualquer noção do que seriam as rendas do trabalhador. Além disso, existia um canal fluido para essa conversão dos trabalhadores de ofício em meros trabalhadores qualificados durante parte do ano. Embora o problema da estação morta tendesse a diminuir como um todo, muitos observadores contemporâneos encaravam seu aumento em determinados ofícios como um problema central nos derradeiros anos do Segundo Império[14]. A instabilidade do emprego em algumas profissões pode muito bem ter tornado a atividade regular na fábrica mais atraente, mesmo com salários mais baixos e um menor controle sobre o processo de trabalho. Certamente, um dos atrativos de Paris para potenciais empregadores era a disponibilidade da força de trabalho qualificada a baixo custo durante a estação morta.

O mercado de trabalho parisiense também se fragmentou geograficamente. O aumento e a dispersão da população, da habitação e do emprego foram acompanhados por uma crescente separação entre trabalho e lar. Bernard Lazare, observador contemporâneo de certo destaque, fala muito do percurso cada vez maior para o trabalho (em geral, feito a pé e através de longas distâncias) como um fardo que se tornava mais pesado para os trabalhadores, em particular para imigrantes recém-chegados que eram obrigados a se estabelecer na periferia. Em um depoimento na Comissão dos Trabalhadores de 1867, um trabalhador chamado Tartaret queixou-se de que muitos trabalhadores agora tinham de caminhar três horas por dia para ir ao trabalho e voltar[15]. Sistemas de transporte mais baratos para atender às necessidades dos trabalhadores ou jornadas de trabalho mais curtas para compensar o maior tempo de viagem surgiram como questões. No entanto, os trabalhadores artesãos que permaneciam em locais centrais tinham poucas queixas nesse sentido e, em vez disso, concentravam sua ira nos altos aluguéis. A dispersão e a

fragmentação crescentes do mercado de trabalho tiveram efeitos variados. A preocupação de outro contemporâneo, Cochin, era que a emergência de novos centros de emprego, cada qual com sua própria tradição, estilo e vínculos, transformasse Paris em uma cidade de habitantes, não de cidadãos. As diferenças de renda entre uma parte e outra da cidade (em particular, entre o centro e o subúrbio) de fato tornaram-se mais marcantes. Mas a fragmentação geográfica também ampliou a sensação de afastamento entre trabalhadores e proprietários – que na maioria dos casos costumavam viver sob o mesmo teto –, acelerou o colapso do sistema de aprendizes e dificultou a sobrevivência dos modos informais de controle do mercado de trabalho. Embora as tradições corporativistas de alguns, como os carpinteiros, tivessem permanecido intactas até depois da Comuna, o poder coletivo de vários outros ofícios sofreu grave erosão devido à dispersão e à fragmentação geográficas.

É claro que o mercado de trabalho parisiense nunca havia sido totalmente centralizado e que os trabalhadores franceses tinham uma longa reputação de serem individualistas, como tão bem ilustra *Le sublime*, de Poulot. Mas a tradição corporativista não era o bastante para enfrentar os novos padrões geográficos e o crescente individualismo. A mudança do mutualismo para o sindicalismo revolucionário pela qual passou o ramo parisiense da Internacional pode ser interpretada exatamente como uma adaptação nesse sentido.

IMIGRAÇÃO

O aumento rápido na população, que passou de menos de 1,3 milhão em 1851 para quase 2 milhões às vésperas do cerco de Paris em 1870 (ver Tabela 1), foi provocado principalmente por uma volumosa onda de imigração de cerca de 400 mil a 450 mil pessoas[16]. A maioria da reserva de mão de obra em Paris vinha das províncias, e um dos motivos que levaram sua população a se deslocar foram as desfavoráveis condições rurais na década de 1850 – provocadas em parte pela mudança das

relações espaciais, que destruiu algumas indústrias rurais, acabou com a autossuficiência no campo e gerou um lento processo de modernização na agricultura francesa[17]. Quando essa situação coincidiu com a enorme explosão nas oportunidades de emprego criadas pelas obras públicas e pelo revigoramento da indústria em Paris, não é difícil entender o impulso fundamental que estava por trás da imigração. O mercado de trabalho parisiense durante muitos anos espalhou seus tentáculos pelas províncias, principalmente as do norte, mas, em alguns casos especiais, como as famosas migrações de canteiros de Creuse e Limousin, ele adentrou a França rural. A chegada das ferrovias, porém, desviou o campo de recrutamento para fora, proporcionando-lhe uma coesão e extensão geográficas ainda maiores. Além disso, a diversidade e o tamanho do mercado de trabalho parisiense tornavam-no um destino atrativo, independentemente das diferenças nas taxas salariais. Quando as condições rurais melhoraram na década de 1860 e os salários em Paris ficaram estagnados, a imigração continuou, ainda que em ritmo mais lento se comparada à vasta inundação da década de 1850.

Tabela 1. *A população de Paris, 1831-1876*

Ano	Velha Paris	Comunas anexadas em 1860	Paris após 1860	% de mudança
1831	785.866	75.574	861.436	
1836	899.313	103.320	1.002.633	16,39
1841	936.261	124.564	1.059.825	5,70
1846	1.053.897	173.083	1.226.980	15,77
1851	1.053.261	223.802	1.277.064	4,08
1856	1.174.346	364.257	1.538.613	20,48
1861			1.696.141	10,24
1866			1.825.274	7,61
1872			1.851.792	1,45
1876			1.988.800	7,45

Fonte: Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle* (Paris, Presses Universitaires de France, 1950).

A integração dos imigrantes no mercado de trabalho parisiense era uma questão complexa[18]. Em primeiro lugar, havia pouca

compatibilidade entre as habilidades dos imigrantes e os postos que assumiam em Paris. Muitos não tinham qualificações, pelo menos para os empregos que a capital oferecia, e tinham de se virar para encontrar oportunidades. A contínua escassez de mão de obra qualificada proporcionava um incentivo à mudança técnica e organizacional na indústria parisiense, mesmo diante da vasta onda de imigração. E a maioria dos imigrantes se mostrou disposta a adaptar-se às novas tarefas que se abriam. Houve, certamente, algumas exceções. As tradicionais migrações sazonais de trabalhadores qualificados do setor da construção tornaram-se cada vez mais permanentes; os alojamentos de canteiros continuavam a operar como pontos de troca de informações sobre empregos e recepção de novos imigrantes. Também existiam vias de integração privilegiadas para os que vinham de determinadas regiões (de Auvergne, ou mesmo alemães, no Faubourg Saint-Antoine). Em alguns casos, as indústrias parisienses que enfrentavam escassez de mão de obra qualificada faziam recrutamentos diretos – de carpinteiros e metalúrgicos da Alsácia, por exemplo. Mas, exceto as ocupações da construção, que tinham alta demanda em função das obras públicas e, por isso, estavam na linha de frente da onda de imigração, parece que os imigrantes não tinham as qualificações necessárias para exercer trabalhos tradicionais, mas rapidamente desenvolveram as competências exigidas para novos processos de trabalho.

Esse influxo maciço de imigrantes não qualificados, porém adaptáveis, criou inúmeras oportunidades para a indústria parisiense. Tarefas insalubres – as indústrias que manipulavam branco de chumbo eram uma armadilha mortal tão notória que seus trabalhadores eram evitados nas ruas – e o aumento da produção em massa abriram muitas vagas de empregos semiqualificados para as quais os novos imigrantes podiam ser treinados com relativa facilidade. E, uma vez que a maioria deles encontrava moradia na periferia, locais suburbanos tornavam-se mais atraentes para algumas indústrias mais recentes. O processo de adequação dos trabalhadores não qualificados aos métodos do capitalismo industrial foi, portanto, muito diferente da transformação vivenciada pelos trabalhadores de ofício. Desse modo, surgiu uma formidável divisão social

no mercado de trabalho parisiense, cujas nítidas consequências políticas ficariam evidentes com a baixa participação dos trabalhadores industriais suburbanos nos eventos da Comuna.

O INGRESSO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

O ingresso das mulheres – outro grande reservatório de mão de obra excedente – no mercado de trabalho sofreu algumas reviravoltas muito peculiares após 1848. As mulheres representavam 41,2% da mão de obra (excluindo-se as empregadas domésticas) em 1847-1848, número que decresceu para 31% em 1860 e voltou a subir para 41,3% em 1872[19]. A queda na participação em 1850 é em parte uma aberração estatística, pois as indústrias nos subúrbios anexados em 1860 eram mais voltadas para trabalhadores do sexo masculino. Ainda assim, houve de fato um declínio relativo real, explicado pela predominância de homens na onda de imigração que atingiu Paris na década de 1850 e pela desindustrialização e o despovoamento do centro da cidade, principal bastião de empregos para as mulheres. Os salários cada vez maiores dos homens também podem ter diminuído o incentivo para que mulheres casadas se dedicassem a trabalhos que de todo modo eram mal remunerados – a remuneração média das mulheres era menos da metade daquela dos homens para trabalho equivalente. As jovens solteiras que chegavam de fato a imigrar provavelmente ingressavam no mercado como empregadas domésticas trazidas das propriedades rurais da nobreza, o que significava que a maioria delas acabava no lado oeste, não industrial, da cidade. Por isso, a divisão leste-oeste da Paris da classe trabalhadora assumiu a forma demográfica de um leste predominantemente masculino e um oeste predominantemente feminino.

A reversão geral da participação das mulheres após 1860 teve explicações igualmente convincentes. O acirramento cada vez maior da competição na indústria parisiense, em especial com respeito aos custos

de mão de obra, tornou a admissão de mulheres por salários inferiores não apenas atrativa, mas imperativa em alguns setores. Diante do declínio da imigração, muitos empregadores só podem ter olhado com cobiça para essa vasta reserva de mão de obra cativa feminina que havia se dispersado pela periferia durante a década de 1850. A média salarial das mulheres, que já era baixa, ficava ainda menor nos subúrbios. Sua entrada no mercado de trabalho não só puxava as taxas salariais para baixo, como podia ser usada para confrontar o poder dos trabalhadores artesãos em determinados ofícios. O uso de mulheres para interromper uma das primeiras greves (ilegais) importantes na indústria tipográfica, em 1862, causou um profundo impacto tanto nos empregadores quanto nos trabalhadores[20]. E, embora os homens, em parte por consequência disso, geralmente fossem contra a admissão de mulheres, eles se viram cada vez mais obrigados a reconhecer na década de 1860 que seus salários eram insuficientes para sustentar uma família. Na medida em que os imigrantes da década de 1850 foram formando famílias na década seguinte, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho se tornou cada vez mais uma pura necessidade econômica.

É claro que, dentro dessas tendências gerais, havia inúmeras nuances, que dependiam das mudanças tecnológicas e organizacionais e das inovações dos produtos, as quais originaram algumas ocupações (em especial, a de supervisor de máquinas, como descrito por Zola) e eliminaram outras. Um debate considerável acerca da educação e da posição das mulheres, e sobre a organização do seu trabalho, também surgiu[21]. Por um lado, os conventos parisienses tornaram-se centros de mão de obra feminina rigidamente organizados, mal remunerados e altamente competitivos – fato que criou significativo descontentamento entre os trabalhadores homens e alimentou o sentimento anticlerical que iria florescer sob a Comuna. No fim da década de 1860, pequenos grupos de feministas socialistas tentaram reavivar os experimentos de 1848 com cooperativas de mulheres para a produção e o consumo, antes de se tornarem uma importante força organizadora durante a Comuna[22]. Isso nos remete a questões mais amplas que merecem a devida consideração sobre a posição das mulheres.

Notas

[1]* *O capital*, Livro I, cit., p. 245. (N. E.)

Donald McKay, *The National Workshops: A Study in the French Revolution of 1848* (Cambridge, Harvard University Press, 1933).

[2] Jacques Rougerie, *Procès des Communards*, cit., e "Les sections françaises de l'Association Internationale de Travailleurs", *Colloques Internationales du CNRS*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1968.

[3] Michael Hanagan, *The Logic of Solidarity* (Illinois, University of Illinois Press, 1980), e "Urbanization, Worker Settlement Patterns, and Social Protest in Nineteenth Century France", em John Merriman (org.), *French Cities in the Nineteenth Century* (Londres, Hutchinson, 1982); Alain Cottereau, "Étude Préalable", cit., p. 70.

[4] William H. Sewell, *Work and Revolution in France,* cit.

[5] Todos estes autores concordaram com tal tendência básica: Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle,* cit.; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit.; Alain Cottereau, "Denis Poulot's *Le sublime* – a Preliminary Study", cit.; e Jacques Rancière, *The Nights of Labor*, cit.

[6] Jacques Retel, Éléments pour une histoire du peuple *de Paris au 19e siècle*, cit., p. 199-207.

[7] O relato de Denis Poulot, *Le sublime*, é fascinante, e as evidências de Eugène Varlin aparecem na Comissão dos Trabalhadores de 1867, *Rapport des délégations ouvrières*, cit., v. 1, p. 99.

[8] Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit.; William H. Sewell, *Work and Revolution in France*, cit.; Michael Hanagan, "Urbanization, Worker Settlement Patterns, and Social Protest in Nineteenth Century France", cit.; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit.

[9] Jacques Rougerie, "Les sections françaises de l'Association Internationale de Travailleurs", cit.; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit.

[10] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 245-6.

[11] Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit., p. 179.

[12] Denis Poulot, *Le sublime*, cit.

[13]* Jacques Rougerie, "Remarques sur l'histoire des salaires à Paris au dix-neuvième siècle", *Le Mouvement Sociale*, Paris, Les Éditions Ouvrières, n. 63, abr.-jun. 1968, p. 71-108; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit.; Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit. (N. E.)

Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 236-48.

[14] Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle*, cit., p. 96; Ernest Fribourg, *Du paupérisme parisien* (Paris, Germer Baillière, 1872).

[15] Louis Lazare, *Les quartiers pauvres de Paris*, cit., e *Les quartiers pauvres de Paris: le XXème arrondissement*, cit.; Augustin Cochin, *Paris: sa population, son industrie* (Paris, Auguste Durand, 1864), p. 83; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 363; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 417.

[16] Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXeme siècle*, cit.; David Pinkney, *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, cit., p. 152.

[17] Roger Price, *An Economic History of Modern France, 1730-1914* (Nova York, St Martin's Press, 1981); Eugen Weber, *Peasants into Frenchmen: the Modernization of Rural France, 1870-1914* (Stanford, Stanford University Press, 1976). Para um exemplo específico, ver as memórias de Martin Nadaud, *Mémoires de Léonard, ancien garçon maçon* (Bourganeuf, A. Duboueix, 1895).

[18] Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXeme siècle*, cit., p. 233; David Pinkney, "Migrations to Paris during the Second Empire", cit., e *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, cit., p. 157-61; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 405; Jacques Rougerie, *Procès des communards*, cit.

[19] Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 284-95; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 406-11.

[20] Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 327; Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit., p. 200.

[21] Jules Simon, *L'ouvrière* (Paris, Hachette, 1861), p. 286-7; Paul Leroy-Beaulieu, *De l'état moral et intellectuel des populations ouvrières et de son influence sur le taux de salariés* (Paris, Guillaumin, 1868).

[22] Henriette Vanier, *La mode et ses métiers: frivolités et luttes des classes, 1830-1870* (Paris, Armand Colin, 1960), p. 109; Alain Dalotel, *Paule Minck: communarde et féministe, 1839-1901* (Paris, Syros, 1981).

10. A condição das mulheres

> A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade.
>
> Charles Fourier*

"O pior destino para uma mulher", escreveu Michelet em *La femme* [A mulher] (publicado em 1859), "é viver sozinha". Ele cita o número desproporcional de mulheres jovens cujos corpos nunca foram reclamados dos hospitais públicos como terrível justificativa para sua tese sobre o destino inevitável da mulher que vivia fora da proteção da família[1]. Usou esse fato doloroso da vida na Paris do Segundo Império como base para um julgamento de cunho moral. Mas com isso também expressou um medo generalizado nos círculos burgueses; o da mulher insubmissa e independente. Para a burguesia, o termo *femmes isolées* indicava

> o domínio da pobreza, um mundo de turbulenta sexualidade, independência subversiva e insubordinação perigosa [...]. Associadas à prostituição, essas mulheres carregavam "a lepra moral" que fazia das grandes cidades "centros permanentes de infecção". Elas permitiam que se expressassem ou eram elas mesmas simplesmente a expressão de "paixões tumultuosas"; algo que, em tempos de sublevação política – como na Revolução de 1848 –, ameaçava subverter toda a ordem social.[2]

Assim, como veremos mais adiante, construiu-se uma forte conexão entre gênero, sexualidade e revolução.



Figura 63: *A musa da cervejaria, de Daumier, não somente parece ter inspirado a famosa pintura da garçonete do Folles Bergères, por Manet, mas também indica um dos papéis que as mulheres cada vez mais representavam na fête impériale. Nos bares e também nas lojas de departamentos, a exibição explícita da sexualidade em relação à mercantilização tornou-se prática habitual durante esses anos.*

Para a mulher, legalmente considerada menor pelo Código Napoleônico, era difícil, embora não impossível, seguir seu próprio caminho na vida, tanto no âmbito econômico quanto no social, sem algum tipo de proteção de um pai, marido, parente, amante, cafetão, de instituições (como conventos e escolas) ou de um empregador. Era mais do que evidente que essa "proteção" estava exposta a todos os tipos de

abuso (social, econômico e sexual), embora houvesse muitos homens que levassem a sério suas responsabilidades paternalistas, enquanto as mulheres encontravam inúmeras maneiras, sozinhas e às vezes em grupo, de conseguir posições especiais no contexto de restrições em que estavam confinadas.

Considere, em primeiro lugar, a possibilidade de alguma independência econômica razoável mediante um emprego remunerado. O salário das mulheres (ver Tabela 7) era geralmente insuficiente para satisfazer até as necessidades mais básicas. O estudo de Simon, de 1861, descreve uma mulher que trabalha em casa durante doze horas por dia e, mesmo passando pela estação morta mais curta possível, tem, em uma estimativa generosa, uma renda anual de 500 francos. Depois de deduzir os custos básicos de aluguel e vestuário, restavam-lhe 59 cêntimos por dia para alimentação – o suficiente para um pouco de pão e leite. Esse era o caso se ela estivesse saudável, atuando em pleno rendimento. O trabalho nas oficinas, na prestação de serviços ou no setor do varejo (comércio ambulante e preparo de alimentos, por exemplo) oferecia perspectivas igualmente lúgubres[3]. Além disso, os ofícios predominantemente femininos, como os de criada e lavadeira, ocupados por 70 mil mulheres em Paris em 1870, eram também mal remunerados.

Uma modista, costureira ou encadernadora experiente podia ocasionalmente conseguir independência econômica[4]. Mulheres independentes (a maioria solteira) podiam ser encontradas, de maneira dispersa, à frente do próprio pequeno negócio, em especial entre modistas, costureiras e encadernadoras, mas sua sobrevivência era precária, pois elas tinham pouco acesso ao capital ou ao crédito em época de dificuldades. A constante substituição das roupas feitas sob medida pelas *prêt-à-porter* no setor de vestuário parece também ter achatado uma das poucas áreas em que empresárias independentes podiam competir com sucesso. As novas lojas de departamentos, que trabalhavam com roupas *prêt-à-porter*, ofereceram um novo tipo de oportunidade para mulheres atraentes e bem arrumadas, que eram supervisionadas de perto no sistema de controle paternalista. Essas oportunidades se expandiram após a greve dos

trabalhadores do comércio em 1869, que levou os empregadores a recorrer mais ao trabalho "dócil" das mulheres.

O emprego doméstico, de longe a ocupação mais importante para as mulheres na cidade (111.496, em 1861), tinha características especiais. Oferecia alimentação adequada, alojamento (ainda que problemático) e condições de trabalho menos intensas. Mas as jornadas eram longas (com frequência duravam entre quinze e dezoito horas por dia, sete dias por semana) e as condições de vida eram rigidamente reguladas (as domésticas, como todas as mulheres, eram consideradas inferiores do ponto de vista jurídico e estavam sujeitas à estrita supervisão). Embora elas muitas vezes trocassem de empregadores, nunca conseguiam escapar da condição de quase escravidão aos caprichos do patrão. E isso às vezes significava caprichos sexuais (são abundantes as histórias de domésticas obrigadas a satisfazer às necessidades sexuais dos filhos dos patrões, para não haver o risco de estas serem saciadas em condições menos controladas e seguras). A gravidez indesejada era causa de demissão imediata, o que significava aborto ou prostituição. As domésticas "rebaixadas" compunham grande parte do contingente de prostitutas, assim como estavam vinculadas à maioria dos nascimentos ilegítimos e, provavelmente, dos corpos não reclamados citados por Michelet. Apesar disso, se todos os perigos pudessem ser evitados, a posição de doméstica não era desprovida de atrativos, dadas as alternativas disponíveis. Elas podiam guardar os salários, embora baixos (as domésticas eram o maior grupo de pequenos poupadores), e conseguir algum tipo de treinamento e até mesmo de educação; além disso, as domésticas que demonstravam lealdade podiam esperar obter uma pensão ou um legado na velhice. O serviço doméstico era também um caminho razoavelmente protegido para que as mulheres jovens de origem rural pudessem se integrar à notoriamente perigosa vida urbana (elas se concentravam nos bairros burgueses da zona oeste, que eram mais seguros). Embora fosse difícil casar – e ainda mais difícil ter filhos – e continuar no serviço, uma doméstica jovem e prudente que guardasse algo como dote e aprendesse sobre como administrar uma casa não era uma perspectiva de casamento ruim para um lojista ou artesão.

Por isso, a maioria das domésticas era de preferência jovem (40% tinham menos de 25 anos de idade).

Mulheres instruídas podiam aspirar ao cargo de governanta, dama de companhia e professora primária, ocupações que também lhes proporcionavam certa liberdade de ação e para as quais a remuneração era em geral insatisfatória – 4 mil professoras ganhavam menos de 400 francos por ano[5]. Somente as mulheres que tinham meios independentes (as que haviam se casado sob o sistema chamado *le regime dotal* tinham alguns direitos e a proteção da propriedade trazida como dote para o casamento) podiam evitar a base econômica da dominação social das instituições e costumes em uma sociedade dominada por homens[6]. Ser uma viúva bem dotada de recursos era um privilégio que muitas podiam esperar, mas poucas atingiam. Mulheres casadas que se separavam, como George Sand, só podiam readquirir o controle de sua propriedade após uma batalha legal que geralmente consistia na extorsão de concessões de um marido com o poder legal de colocá-las na cadeia por até três anos se elas saíssem do casamento sem sua anuência.

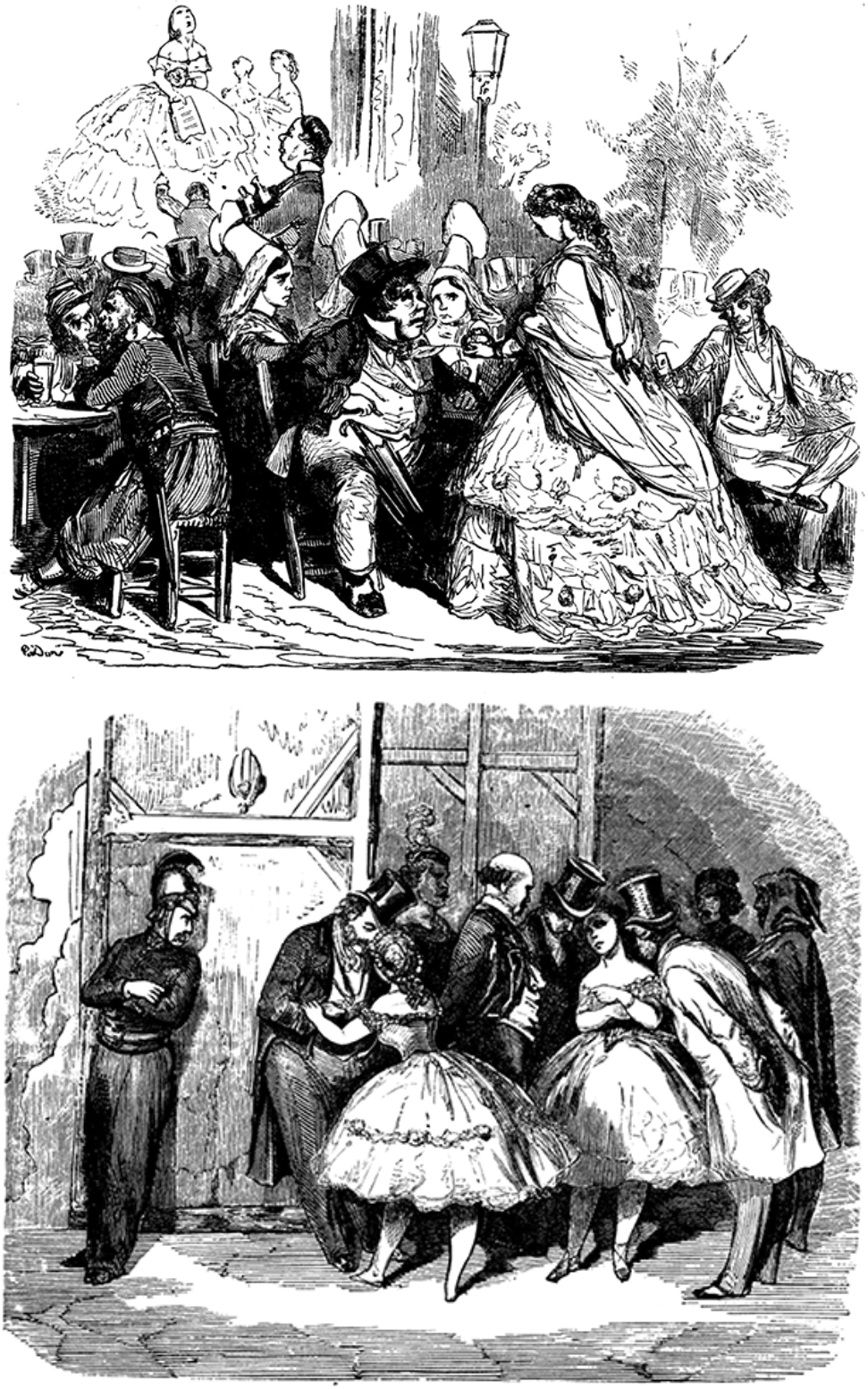


Figura 64: *Representações de Gustave Doré de um ambiente do Opéra (local tido como favorito para arranjar uma amante) e do Café Concert retratam espaços em que os papéis das mulheres eram definidos pelo posicionamento sexual.*

Então, o que uma trabalhadora solteira que vivia de pão e um pouco de leite e trabalhava doze horas por dia podia fazer? A maioria dos comentaristas burgueses concordava que havia duas opções básicas: suplementar a renda mediante prostituição ou estabelecer uma relação (formal ou informal) com um homem. A prostituição era muito disseminada – 34 mil mulheres estavam supostamente envolvidas nessa atividade na Paris da década de 1850 – e tratada pela burguesia com a hipocrisia habitual[7]. Nos estabelecimentos regulamentados – bordéis, entre outros –, as atividades e a saúde das prostitutas podiam ser monitoradas pelas autoridades. O grande problema era o enorme número de mulheres que trabalhavam por conta própria e não eram registradas (havia cerca de 4 mil prostitutas registradas no início da década de 1850). O termo *femmes isolées* se aplicava (como salienta Scott) às prostitutas não regulamentadas e às mulheres que trabalhavam de forma independente como modistas ou costureiras, o que sugeria uma associação entre elas.

A prostituição se ocultava em uma ampla série de lugares, desde os salões de dança da classe baixa até a ópera e o teatro da classe alta, fundindo-se com a profissão de "amante". Para as mulheres, as tentações eram enormes, embora a probabilidade de elas tirarem partido da boa aparência para conseguir parte da fortuna de um banqueiro (como a Nana, de Zola) fosse muito pequena. Além do mais, havia demasiada competição no topo, pois os pontos altos da vida cortesã e burguesa já estavam devidamente ocupados. (Será que o marquês de Hertford realmente pagou 1 milhão de francos por uma noite com a requintada beldade que chegou a ser amante de Napoleão III, a condessa de Castiglione?) Mas em uma cidade grande como Paris, onde certo anonimato podia facilmente ser preservado, todos os tipos de relações eram possíveis, nenhum deles sem seus perigos. Por exemplo, era costumeiro os estudantes das províncias terem amantes, o que deu origem à curiosa profissão de *grisette*. Um inglês observou de perto a vida dos estudantes e, embora fizesse de tudo para desaprovar tal condição, terminou demonstrando certa admiração por essas mulheres. Elas cuidavam fielmente e bem de seus estudantes, até administravam o orçamento, em troca de alívio do emprego tedioso e mal remunerado. Embora pudessem, como a malfadada Fantine em *Os*

miseráveis, de Hugo, ser deixadas em total desamparo quando o estudante retornasse às suas responsabilidades provinciais, e ainda que o casamento estivesse fora de questão, elas às vezes recebiam apoio para os filhos e talvez algum tipo de recompensa (obter recursos para montar uma loja era uma das preferidas – muitas das proprietárias independentes conseguiram começar dessa maneira) pela sua lealdade.

Alguns lamentaram a substituição gradual das *grisettes* pelas "*lorettes*"[8]. Assim chamadas por conta do distrito de Notre Dame de Lorette (onde elas presumivelmente se concentravam), as *lorettes* eram mulheres de prazer que usavam seu poder de sedução para ganhos de curto prazo (refeições, diversão, presentes, assim como dinheiro). Lejeune, em suas memórias como jovem vendedor de uma loja de departamentos na década de 1850, apresenta um exemplo de como elas trabalhavam. Chamado no último minuto para substituir um vendedor mais velho, ele levou alguns itens à venda até a casa de um potencial cliente e foi recebido por uma mulher trajando um *negligé* diáfano. Obviamente surpresa, ela explicou que não tinha dinheiro naquele momento e sugeriu a ele que deixasse os itens para serem examinados e pedisse ao outro vendedor que retornasse mais tarde para buscar o pagamento. Lejeune pegou os itens e saiu correndo da casa. Esse papel da *lorette*, observou o visitante inglês, parecia uma reação apropriada a um sistema legal construído apenas para "a proteção do prazer dos homens". Dadas a ostentação das amantes (sustentar uma era sinal de riqueza na classe média) e as inúmeras interseções entre a burguesia e as mulheres de reputação duvidosa dos cafés e bulevares, dos teatros e do Opéra, as possibilidades e tentações eram infinitas. Haussmann, por exemplo, teve uma ligação bastante aberta e duradoura com uma atriz do Opéra, que prosperou sob a sua proteção.

No entanto, a maior parte da prostituição era fruto do desespero e da fome absoluta (parecia-se mais com Gervaise, cambaleando nos bulevares após três dias sem comer em *A taberna*, de Zola, do que com a espetacular ascensão e queda de sua filha Nana no romance homônimo). A prostituição era sobretudo tão vasta e horrível quanto a pobreza que a gerava. Apenas ocasionalmente uma *madame* tinha o talento necessário para transformá-la em um negócio razoável – em 1870, cerca de 15% das

proprietárias de bordel eram mulheres – e, mesmo assim, era difícil manter os cafetões a distância[9]. No entanto, para uma mulher que vivia às próprias custas com um orçamento que só lhe permitia pão e um pouco de leite, a oferta de uma boa noite fora ou uma bijuteria barata era mais que tentadora. E para as mulheres casadas cujas famílias estavam no mais desesperador apuro financeiro, a prostituição era muitas vezes a única opção. O industrialista Poulot até se preocupava com o fato de as mulheres da classe trabalhadora (inclusive as casadas) estarem tomando as ruas em um posicionamento de vingança e guerra de classe.

Comparado a isso, qualquer tipo de ligação razoavelmente segura com um homem de recursos devia parecer uma verdadeira emancipação econômica. "Para ter o suficiente para viver", disse Paule Minck, as mulheres "arranjam um amante e cinicamente admitem isso"[10]. O problema era que elas necessitavam financeiramente do homem, para o qual esposa e filhos eram obrigações econômicas, a menos que a mulher trabalhasse. Dessa desigualdade surgiram vários tipos de relação. Na classe trabalhadora de Paris, o concubinato era tão comum quanto o casamento. Isso ocorria em parte porque o casamento era custoso (a licença era cara) e cercado de todos os tipos de formalidades legais (abaixo dos 25 anos, o consentimento dos pais era obrigatório). Antes de 1860, muitos se casavam no 13º *arrondissement* (a piada estava no fato de existirem apenas 12). Os relativamente raros casamentos na classe trabalhadora aconteciam por razões religiosas ou econômicas, ou devido a antigas conexões familiares, que muitas vezes remetiam à província de origem. O concubinato às vezes significava relações temporárias, mas muitas delas eram comparativamente duradouras e em tudo se assemelhavam ao casamento, menos no nome. O problema era que as mulheres entravam em um relacionamento sem qualquer poder econômico e não tinham nenhum poder legal para sair dele com o mínimo de benefícios, o que as expunha a todo tipo de exploração pelos homens dominantes. Então, ou a renda de seu trabalho era indispensável (caso em que elas eram atiradas em oficinas, onde o assédio sexual e a violência eram bastante comuns[11]), ou sua força de trabalho acabava sendo absorvida na própria casa, como assistentes e ajudantes dos homens (como na descrição de Zola sobre o

comércio de correntes de ouro em *A taberna*). Elas podiam ser acolhidas e receber proteção, mas depois eram postas para trabalhar (seu trabalho era mais barato do que o de um aprendiz sob as mesmas condições) e abandonadas caso engravidassem. Em geral, esperava-se que também cuidassem da casa, embora sua carga de atividades com frequência as impedisse de participar de forma eficaz como esposas e mães.



Figura 65: *As ocupações de grisette e lorette eram os temas preferidos de Paul Gavarni. À esquerda, um estudante sendo cuidado por sua grisette diz que, quando se tornar ministro da Justiça, vai impedir as mulheres de atrapalharem o aprendizado dos estudantes (e ela replica que ele então seria privado de conversar). À direita, o galante visitante diz à lorette que ela está bela como sempre, e ela lhe responde que essa é, evidentemente, sua posição na vida.*

Ao longo do Segundo Império, esse foi o foco das objeções de homens e mulheres às terríveis condições e cargas de trabalho em muitos campos da indústria parisiense. Os representantes dos alfaiates na Exposição de Londres de 1862 se queixaram, por exemplo, de que o sistema de trabalho domiciliar ao qual eles estavam sendo cada vez mais sujeitados não os ajudava, como proclamavam os teóricos burgueses, a moldar uma vida

familiar mais compensadora. Ao trabalharem de dezesseis a dezoito horas por dia, auxiliados por esposas desprovidas de remuneração, não sobrava tempo para as funções domésticas. "Enquanto a esposa descansa, o marido faz sua parte e prepara as tarefas dela; quando ele termina, ou melhor, sucumbe à exaustão, a esposa se levanta e o marido ocupa o lugar dela [...]. Como uma mulher nessas circunstâncias deploráveis pode educar e criar os filhos de modo decente?[12]". O pior de tudo é que, quando seu companheiro ficava esgotado, doente e destruído (com frequência em uma idade relativamente precoce) devido às condições atrozes em muitas das oficinas, a mulher cada vez mais tinha de assumir não só o sustento dele, mas do resto da família, com um salário irrisório. Enviuvar prematuramente de um trabalhador era talvez a pior de todas as situações em que uma mulher podia se encontrar.

Caso fosse trocada por outra, ou pela companhia de cabarés e tabernas, a mulher não tinha como recorrer. O aprisionamento em relações fracassadas era um problema grave o bastante para a maioria das oradoras nas reuniões públicas após 1868 enfatizar o direito ao divórcio e à união livre[13]. Mas não estava de modo algum evidente que tal concentração nas formas legais tivesse qualquer significado para as mulheres da classe trabalhadora, cuja vida cotidiana era nada além da mera luta pela sobrevivência. Contudo, havia muitos relacionamentos afetivos entre homens e mulheres dentro e fora do casamento, e eles com frequência ocorriam sob as piores circunstâncias econômicas. A maioria dos homens falou calorosamente sobre valores da vida familiar diante da Comissão dos Trabalhadores de 1867, e as poucas feministas socialistas que restaram, no Segundo Império, do vigoroso movimento que teve seu apogeu em 1848 também associaram a demanda pelo direito a remunerações igualitárias ao reconhecimento da importância da família (e do papel especial das mães) na vida social. Poulot observou tanto relacionamentos de apoio mútuo entre seus trabalhadores quanto relações mais casuais e casamentos contestados. As mulheres, queixou-se ele, podiam acabar jogando o jogo do "sublimismo" tão bem quanto os homens e, com frequência, estabeleciam fortes parcerias contra os empregadores. As investigações sociais de Le Play mostraram que elas em geral controlavam o orçamento

doméstico e chegavam até mesmo a dar ao homem o dinheiro para o almoço. Essa prática, que os empregadores buscavam ampliar dando contracheques para o trabalhador levar para casa, fez Poulot caracterizar a "boa esposa" como a mulher que sabia economizar e administrar os gastos domésticos enquanto incentivava o companheiro a adotar hábitos moderados e laboriosos. Na luta para controlar seus trabalhadores, os patrões buscaram firmar alianças com as esposas (o que também explica o interesse do empregador na educação das mulheres). No entanto, essa estratégia funcionou apenas em raras ocasiões, e a solidariedade entre marido e esposa diante da exploração do empregador parece ter sido bastante generalizada[14].

A "boa esposa" tinha vários papéis ideais importantes no pensamento burguês. Restrições cada vez maiores ao acesso das mulheres à vida pública, a separação entre a casa e o local de trabalho, bem como a desordem e o caos crescentes da vida urbana, revolucionaram o papel das mulheres burguesas na Paris do século XIX[15]. Elas se tornaram não apenas administradoras e gestoras da família (papel evitado por suas antepassadas aristocráticas), como também assumiram a função de estabelecer a ordem no lar, em particular a espacial e temporal. Essa última atuação se tornou cada vez mais exclusivamente sua; elas administravam os criados, mantinham a contabilidade e impunham uma disciplina férrea sobre a organização interna da casa. A disciplina era tanto uma expressão da racionalidade capitalista quanto uma espécie de resposta estruturada e controlada às paixões desenfreadas e à desordem que reinavam não apenas nas ruas, mas também no mercado. Esse espaço externo de paixão e estímulos excessivos devia permanecer fora de seu alcance. "Uma mulher contida, contida em um espartilho, contida em uma casa, era uma mulher ordeira." Ela devia ser, como Michelet a descreveu, a guardiã de outro tipo de intimidade e cuidado privados, diferente daquele exibido no mercado[16].



Figura 66: *De acordo com esta ilustração de Daumier, a boa esposa e a família burguesa atingem certa serenidade e calma paternalista, que também podem ser encontradas em muitas pinturas impressionistas.*

Essa era a área em que as duas mais famosas artistas impressionistas – Berthe Morisot e Mary Cassatt – concentravam sua atenção. Mas seria um erro concluir que isso refletia a condição geral das mulheres, em vez da posição de um pequeno grupo que parecia tão dedicado a promover os ideais da domesticidade e da maternidade quanto Michelet ou Simon. Griselda Pollock talvez esteja exagerando um pouco quando afirma que a arte de Morisot e Cassatt refletia o fato de que "uma série de locais estava

fechada para elas e aberta a seus colegas homens, que podiam se movimentar livremente com homens e mulheres no mundo público socialmente fluido das ruas, do entretenimento popular e das trocas do comércio ou do sexo casual". É inegável que elas não deveriam estar nesses lugares, segundo a opinião burguesa, e que sua arte reflete isso; porém, se realmente não tinham acesso aos espaços é outra questão[17].

Daumier transmite uma percepção completamente diversa dos variados papéis das mulheres em diferentes posições de classe nos espaços públicos e na sociedade parisienses. Algumas burguesas tentavam permanecer próximas ao mundo do trabalho e do poder, chegando até a se aventurar na Bolsa de Valores (embora não pudessem negociar por conta própria, elas ficavam à espreita nos corredores externos e mandavam agentes comprarem ações em seu nome). No papel de lojistas e consumidoras, assim como expositoras de moda, elas desempenhavam, como veremos, um papel fundamental na cultura do consumidor e na apresentação e exibição pública das mercadorias como espetáculo. Além disso, os salões da Paris do Segundo Império eram tão famosos (se não mais) quanto seus predecessores como centros de intriga política, financeira e cultural. Mas esse não deveria ser o caminho da "boa esposa burguesa" que, como Olivia Haussmann, simplesmente governava a casa com competência. Foi nesse espaço interno que uma espécie de "feminismo doméstico" pôde surgir, um centro onde as mulheres tinham considerável poder. Talvez fosse isso que as pintoras impressionistas estavam procurando captar e até mesmo celebrar.

Dentro de casa, a mulher também adquiriu um papel extremamente importante como educadora – apesar dos influentes protestos de Proudhon de que a instrução das crianças deveria estar sob o controle do pai. Já a educação das mulheres, por sua vez, tornou-se foco de intenso debate e interesse públicos. A Igreja considerava seu controle praticamente exclusivo sobre o ensino das meninas como essencial para a perpetuação de sua influência moral, enquanto os reformistas burgueses, como Jules Simon e Victor Duruy, achavam que o progresso social dependia fundamentalmente de uma educação mais liberal e completa das mulheres de todas as classes sociais. A reverência concedida à mãe era

extraordinária. Le Play registra, por exemplo, que o respeito pela mãe era um elemento essencial no ritual da corporação dos carpinteiros. E a *mère terrible* espreita no pano de fundo de quase qualquer poesia e ficção do período (veja Baudelaire e Flaubert). Se os vários manuais da época servem como referência, ao que parece, o papel da parceira sexual não devia ser negligenciado; a incidência de dolorosas doenças ginecológicas (que afligiam talvez até 80% das parisienses) era tão alta que chegava a ser uma barreira séria a uma parceria sexual regular[18]. As doenças venéreas também cobraram um alto preço em mortes e sofrimento.

Esses papéis parecem ter se transferido até mesmo para as camadas mais baixas da classe trabalhadora[19]. É claro que eles foram muito modificados, pois se esperava que a esposa (ou equivalente) pertencente a esses estratos sociais não apenas cuidasse do lar, mas suplementasse a renda familiar atuando como costureira ou trabalhando fora de casa com a venda de alimentos, lavagem de roupas ou como assistente do homem em oficinas ou lojas. Os trabalhadores em situação melhor podiam ter esperanças de encontrar para suas esposas funções como as de atendente em mercearia, vendedora de vinho, lavadeira etc. No entanto, apesar disso, algumas mulheres parecem ter tido um considerável controle da administração e das contas domésticas, da educação, da saúde e até do planejamento familiar.

Ao que parece, elas eram companheiras confiáveis e quase sempre valorizadas ao extremo nesses papéis. Muitas propostas feministas de reforma seguiam o pensamento de Flora Tristan ao conceber a família como instituição central para a construção de uma vida boa, mas reconheciam que as relações sociais e as condições econômicas prevalentes do capitalismo inviabilizavam uma vida familiar de fato gratificante. Também se reconhecia amplamente que o status das mulheres da classe trabalhadora, as "proletárias do proletariado" na expressão memorável de Tristan, significava que as tensões entre gênero e classe, entre feminismo e socialismo, haviam sido relativamente atenuadas nesses anos. O Sindicato das Mulheres viria a desempenhar um papel muito importante na Comuna de Paris.

A questão do planejamento familiar levanta o espinhoso problema do aborto. Empregadas domésticas, amantes e atrizes tinham fortes incentivos para interromper gestações indesejadas. E o mesmo valia para mulheres da classe trabalhadora cuja contribuição para a renda familiar estava em jogo; elas com frequência tinham a aprovação tácita dos homens, que viam "pouco sentido em gerar sua própria concorrência". Comparado à média nacional, o índice de natalidade parisiense era extremamente baixo. Observadores posteriores avaliaram que o aborto já era um negócio de larga escala na década de 1850, e a disseminação nas décadas seguintes do conhecimento sobre métodos para induzi-lo (alguns folclóricos e outros mais poderosos, até mesmo perigosos) certamente tinha raízes em épocas anteriores[20]. Mas as mulheres parecem ter exercido algum controle sobre o próprio corpo também nesse caso, o que é mais coerente com a tese de um feminismo doméstico, em vez de um feminismo fortemente público e político.

As estruturas familiares convencionais, legalmente santificadas ou não, sobreviveram e permitiram às mulheres todas as possibilidades e limitações inerentes em tal situação. Muitos casamentos burgueses eram puros empreendimentos de negócios, hábito que se espalhou para os lojistas e *petits commerçants*, com efeitos particularmente malévolos. Mas os relacionamentos da classe trabalhadora parecem ter se caracterizado por um apoio mútuo bem maior do que a opinião burguesa fazia crer (como a de Zola). Poulot queixava-se de que muitas das tentativas para tornar as esposas suas aliadas na luta de classe saíram pela culatra. Aos sábados à noite, as tabernas estavam regularmente repletas de famílias inteiras que celebravam qualquer vantagem obtida naquela semana sobre os empregadores. Longe de serem verdadeiras fúrias selvagens enraivecidas, como a burguesia tão frequentemente as descreveu, as mulheres que participaram no cerco e na Comuna estavam em sua maioria apenas dando apoio a seus homens de um modo muito tradicional. E, conforme se evidenciava uma política feminista alternativa nos clubes e associações de mulheres que surgiram, ela reivindicava não somente o direito ao divórcio e ao trabalho, mas também o estabelecimento de uma base econômica para a emancipação das mulheres por meio de uma

organização coletiva da produção e do consumo. As mulheres que cerraram fileiras na Comuna eram costureiras, modistas, finalizadoras, cortadeiras, lavadeiras, aparadoras e fabricantes de flores artificiais (empregadas domésticas dificilmente participaram), que possuíam longa vivência (pois grande parte delas tinha mais de quarenta anos) na base econômica de sua própria dominação e que, como os homens, viam a solução na política coletivista e cooperativa[21].

Mas se existe algum tema específico que se destaca durante o Segundo Império é o do crescente controle feminino sobre o espaço interno da casa, associado à crescente transformação das mulheres em mercadoria na vida pública. É necessário ler Balzac para perceber que isso não era inteiramente novo, não mais do que a especulação imobiliária ou financeira. Mas, como nesses outros casos, o Segundo Império viu um salto quântico para um diferente plano de práticas. A monetização, a mercantilização das relações sexuais e pessoais em todas as classes e a crescente importância das mulheres na economia doméstica e no mercado de trabalho prenunciavam uma enorme transformação em seu papel na sociedade. Era, porém, uma transformação atravancada pelas estruturas jurídicas tradicionais da dominação masculina e da organização econômica. No entanto, uma batalha de guerrilha estava se desenvolvendo dentro da crescente monetização das relações sociais, batalha na qual as domésticas aprendiam a usar e até a ludibriar os empregadores; as prostitutas, a dar golpes nos clientes; as *lorettes*, a substituir as *grisettes*; as esposas ou companheiras, a controlar ainda mais a circulação dos rendimentos; as mulheres burguesas, a assumir a liderança de moldar a cultura de consumo na moda; e as trabalhadoras, a enfrentar o desafio de exercer novos tipos de trabalho nas fábricas e novas funções na prestação de serviços, bem como a explorar formas de organização alternativas que pudessem criar a base econômica para sua emancipação futura. Era como se as mulheres tivessem percebido que, se elas eram uma mercadoria valorizada, com um valor monetário, então poderiam se valer da democracia do dinheiro como ferramenta para sua própria libertação, quer como consumidoras, quer como produtoras.

Notas

[1]* Citado em Karl Marx e Friedrich Engels, *A sagrada família, ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes* (trad. Marcelo Backes, São Paulo, Boitempo, 2003), p. 219. (N. E.)

Jules Michelet, *La femme* (Paris, Flammarion, 1981), p. 65 [ed. bras.: *A mulher*, São Paulo, Martins Fontes, 1995]; ver também Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 222-4, e Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit., p. 147.

[2] Edith Thomas, *The Women Incendiaries* (Nova York, George Braziller, 1966).

[3] Ibidem, capítulo 1; Jules Simon, *L'ouvrière*, cit.

[4] Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit.; Michael Miller, *The Bon Marché*, cit.; Theresa McBride, *The Domestic Revolution: The Modernisation of Household Service in England and France, 1820-1920* (Nova York, Holmes & Meier, 1976), e "A Woman's World: Department Stores and the Evolution of Women's Employment, 1870-1920", *French Historical Studies*, Durham, Duke University Press, v. 10, n. 4, 1978, p. 664-83; Michel Lejeune e Philippe Lejeune, *Calicot*, cit.

[5] Edith Thomas, *The Women Incendiaries*, cit.; Louise Michel, *The Red Virgin: Memoirs of Louise Michel* (Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1981).

[6] Frederick Green, *A Comparative View of French and British Civilization, 1850-1870* (Londres, J. M. Dent, 1965), p. 95.

[7] Theodore Zeldin, *France, 1848-1945*, v. 1: *Ambition, Love and Politics* (Oxford, Clarendon, 1973), p. 307; Alain Corbin, *Les filles de noce: misère sexuélle et prostitution aux 19ème et 20ème siècles* (Paris, Aubier Montaigne, 1978); Jill Harsin, *Policing Prostitution in Nineteenth Century Paris* (Princeton, Princeton University Press, 1985).

[8] Bayle St. John, *Purple Tints of Paris*, cit., p. 233-308; Michel Lejeune e Philippe Lejeune, *Calicot*, cit.

[9] Jill Harsin, *Policing Prostitution in Nineteenth Century Paris*, cit.; ver também Denis Poulot, *Le sublime*, cit.

[10] Alain Dalotel, *Paule Minck*, cit., p. 134.

[11] Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit., p. 101; Alain Cottereau, "Etude Préalable", cit.

[12] Jacques Rancière e Patrick Vauday, "Going to the Expo: The Worker, His Wife and Machines", cit.

[13] Alain Dalotel, *Paule Minck*, cit., p. 134.

[14] Alain Cottereau, "Étude Préalable", cit., p. 25-7; Frédéric Le Play, *Ouvriers de deux mondes* (Paris, Armand Colin, 1983), p. 9, e *Les ouvriers européens* (Paris, Tours, A. Mame et Fils, 1878), v. 5, p. 427-30.

[15] Erna Hellerstein, "French Women and the Orderly Household", *Western Society for French History*, n. 3, 1976, p. 378-89; Theresa McBride, *The Domestic Revolution*, cit., p. 21-2.

[16] Jules Michelet, *La femme*, cit.

[17] Elizabeth Wilson, "The invisible *Flâneur*", cit., apresenta uma crítica útil de Griselda Pollock, *Vision and Difference: Femininity, Feminism and the Histories of Art* (Londres, Routledge, 1988), p. 62.

[18] Frédéric Le Play, *Ouvriers de deux mondes*, cit., p. 9; Theodore Zeldin, *France, 1848-1945*, v. 1, cit., p. 293-303.

[19] Lenard Berlanstein, "Growing Up as Workers in Nineteenth-Century Paris: The Case of Orphans of the Prince Imperial", *French Historical Studies*, Durham, Duke University Press, v. 11, n. 4, 1980, p. 551-76; Frédéric Le Play, *Ouvriers de deux mondes*, cit., p. 149, 274. Alain Cottereau, em "Étude Préalable", cit., é enfático na defesa de uma relação amplamente não conflituosa entre o feminismo e o socialismo, mesmo diante das exclusões de Proudhon. Em "Going to the Expo: The Worker, His Wife and Machines", cit., Jacques Rancière e Patrick Vauday sugerem, no entanto, o contrário.

[20] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 65; Angus McLaren, "Abortion in France: Women and the Regulation of Family Size, 1800-1914", *French Historical Studies*, Durham, Duke University Press, v. 10, n. 3, 1978, p. 461-85.

[21] Denis Poulot, *Le sublime*, cit.; Edith Thomas, *The Women Incendiaries*, cit.; Claire Moses, *French Feminism in the Nineteenth Century*, cit.

II. A reprodução da força de trabalho

> O capital variável é, pois, apenas uma forma histórica particular de manifestação do fundo dos meios de subsistência ou fundo de trabalho de que o trabalhador necessita para sua autoconservação e reprodução, e que ele mesmo tem sempre de produzir e reproduzir em todos os sistemas de produção social.
>
> Karl Marx*

A reprodução da força de trabalho, pela qual as mulheres, tanto naquela época quanto agora, tinham uma grande responsabilidade, tem dois aspectos. Em primeiro lugar, há a questão da alimentação, do sono, do abrigo e do descanso suficientes para o trabalhador voltar ao trabalho revigorado o bastante no dia seguinte. Em segundo lugar, há as necessidades de longo prazo, ligadas à próxima geração de trabalhadores, desde conceber e parir até criar e educar os filhos.

É provavelmente justo dizer que, em média, os recursos disponíveis para a maioria dos trabalhadores mal davam para satisfazer suas necessidades diárias e eram de fato insuficientes para as necessidades de longo prazo, vinculadas à criação dos filhos. Essa avaliação geral – que certamente requer muitas matizações – está em consonância com inúmeros fatos básicos da demografia parisiense durante o Segundo Império. Em 1866, por exemplo, apenas um terço da população total podia

declarar que havia nascido em Paris. Mesmo na década de 1860, após o pico da grande onda de imigração, o crescimento natural da população era de 9 mil por ano, em contraste com a imigração anual de 18 mil[1]. A reprodução em longo prazo da força de trabalho parece ter sido uma questão em grande parte provincial. Segundo Marx, Paris satisfazia sua demanda por mão de obra "pela absorção contínua de elementos vitais naturais-espontâneos do campo"**. Entretanto, os vínculos com as províncias eram mais intrincados que os simples fatos da imigração. Em geral, as crianças eram enviadas às províncias para serem criadas, e até a classe trabalhadora adotou essa prática francesa comum de deixar os filhos aos cuidados de amas de leite rurais, o que, dado o alto índice de mortalidade, estava mais para infanticídio organizado do que para reprodução da força de trabalho[2]. Seja como for, Paris estava repleta de homens solteiros (60% dos homens entre 21 e 36 anos, em 1850). Os casamentos, se é que as uniões eram oficializadas, ocorriam relativamente tarde (no caso dos homens, aos 29,5 anos, em 1853, e aos quase 32, em 1861), e o número médio de filhos por família era de 2,40, enquanto nas províncias era de 3,23, com uma taxa de ilegitimidade de 28%, enquanto em outros lugares era de 8%. Além disso, o crescimento populacional natural na cidade devia-se quase totalmente à estrutura etária jovem da população, em si uma decorrência da imigração.



Figura 67: *A sopa, de Daumier, retrata as relações reprodutivas da família na classe trabalhadora. Em contraposição à serenidade da família burguesa (Figura 66), a mulher apressada e faminta toma sopa enquanto amamenta o bebê (representação bastante diferente daquela apresentada em A República, de Daumier, Figura 23).*

Perto do fim do Segundo Império, o quadro demográfico mudou um pouco. A formação familiar revigorou-se na década de 1860, dessa vez nos subúrbios, deixando no centro um perfil demográfico majoritariamente solteiro e mais velho. A pobreza crônica das favelas do centro, que afetava principalmente novos imigrantes e idosos, já se equiparava à suburbanização da pobreza familiar, afetando os jovens (Figura 69). A mudança na estrutura etária desencadeada pela grande onda de imigração de pessoas em sua maioria jovens e solteiras na década de 1850 ia se consolidando aos poucos na demografia da cidade, bairro por bairro. A burguesia pouco a pouco começou a perceber que quem dispunha de forma tão irrestrita dessa força de trabalho tinha algum tipo de responsabilidade ou interesse pessoal em sua reprodução. E mesmo aqueles que, como o imperador, viam ligações entre a falta de atenção da

burguesia a esse aspecto e os eventos de 1848 eram incapazes de definir uma base, muito menos chegar a um consenso, para uma intervenção. Ainda assim, os reformistas burgueses estavam muito preocupados com a questão. Suas investigações e polêmicas, fecundas em conceitos, mas limitadas em sua aplicação, produziram muitas informações e ideias que, após o trauma da Comuna, se tornaram a base para a reforma social durante a Terceira República. Como e por que a configuração das forças de classe frustrou seus esforços em matéria de habitação, nutrição, educação, saúde e bem-estar social merecem uma reconstrução cuidadosa.

HABITAÇÃO

O Segundo Império testemunhou uma transformação radical no sistema de provisão de moradia. A habitação da burguesia estava em grande medida nas mãos do novo sistema de financiamento, loteamento e construção, o que aumentou a segregação residencial na cidade. Um sistema paralelo de construção especulativa de pouca significância surgiu em terrenos abertos da periferia para satisfazer à demanda de habitação da classe trabalhadora. No entanto, embora o sistema de provisão habitacional tivesse mudado, a renda dos trabalhadores continuava relativamente baixa, restringindo sobremaneira os tipos de habitação com os quais eles podiam arcar. Uma família relativamente próspera, com duas pessoas em empregos estáveis, podia ganhar 2 mil francos por ano em 1868 e arcar com um aluguel de no máximo 350 francos anuais. Quantas habitações, e de que qualidade, podiam-se obter por 350 francos ou menos? Nas melhores condições, a resposta era poucas e de baixa qualidade; nas piores, em que o terreno e a construção eram caros e os proprietários buscavam seus 8% ou mais, as condições de moradia eram nada menos que deploráveis.

Os aluguéis em rápida ascensão colocaram uma carga cada vez maior nos trabalhadores. Em 1855, Léon Say já sinalizava aumentos de 20% a 30% em toda a cidade, de forma que um quarto de solteiro não podia ser

alugado por muito menos que 150 francos. Segundo Corbon, os aluguéis da classe trabalhadora em 1862 eram 70% mais altos em comparação aos do período anterior a 1848 e, de acordo com Thomas, os custos de habitação aumentaram 50% em cada década do Império. A série de estatísticas reunidas por Flaus aponta índices menores, entre 50% e 62% para todo o período, com os aluguéis de menos de 100 francos aumentando apenas 19,5%. Mas havia poucos aluguéis inferiores a 100 francos; o aluguel de um quarto de solteiro para indigentes registrados variava em média entre 100 e 200 francos em 1866. Um relatório sobre os aluguéis pagos pelas cerca de 40 mil famílias indigentes estabeleceu a média em 113 francos em 1856, valor que subiu para 141 francos em 1866, mesmo após a anexação dos subúrbios ter incluído as habitações suburbanas mais baratas na amostra. Há um forte consenso de que a elevação dos aluguéis superava a das rendas nominais dos trabalhadores, em especial durante a década de 1860[3]. Tal aumento era coerente com a elevação geral no valor das propriedades e afetou todas as classes sociais. Aqueles que viviam de rendas fixas ou mesmo das rendas estagnadas das propriedades rurais, e que não podiam pagar mais que cerca de 700 francos, enfrentaram muitas dificuldades nessa época. Inúmeros casos de adversidade e de realojamento forçado podem ser encontrados nesse segmento da burguesia. No entanto, aqueles que participavam dos ganhos econômicos do Segundo Império não viam nenhum problema na elevação dos aluguéis. Para o mais de meio milhão de pessoas que viviam do seu trabalho na cidade, a história era outra.

Os trabalhadores se adaptavam de diferentes maneiras a essa situação. Há evidências, em grande parte de natureza anedótica, de que eles gastavam uma proporção cada vez maior do seu orçamento em habitação. Em 1860, até um sétimo da sua renda podia estar comprometida com moradia, em comparação com um décimo em épocas anteriores. Em 1870, a cifra pode ter atingido 30%[4]. Havia também a possibilidade de economizar espaço. Para uma família que já vivia em um quarto (e isso era um fato para dois terços dos indigentes investigados em 1866), diminuir o espaço era difícil, mas não impossível, e estava longe de ser algo incomum no caso das famílias mais pobres. Para os solteiros, isso era mais fácil, e

muitas pensões realmente assumiram o aspecto de dormitórios militares, com muitas camas por quarto para trabalhadores solteiros mal remunerados. Outra opção era buscar acomodações menos onerosas na periferia, o que quase sempre significava percorrer longos trajetos a pé até o trabalho em troca de um aluguel mais barato. Mas as pressões eram tais que, embora os aluguéis das habitações especulativas na periferia fossem inferiores, eles não o eram tanto, em especial devido à forte tendência dos construtores e donos de propriedade no subúrbio a também se aproveitar da explosão no mercado imobiliário parisiense e lucrar às custas dos trabalhadores. O último recurso era povoar uma das inúmeras favelas que surgiam, às vezes temporariamente, em terrenos vazios na periferia ou mesmo em áreas próximas do centro.

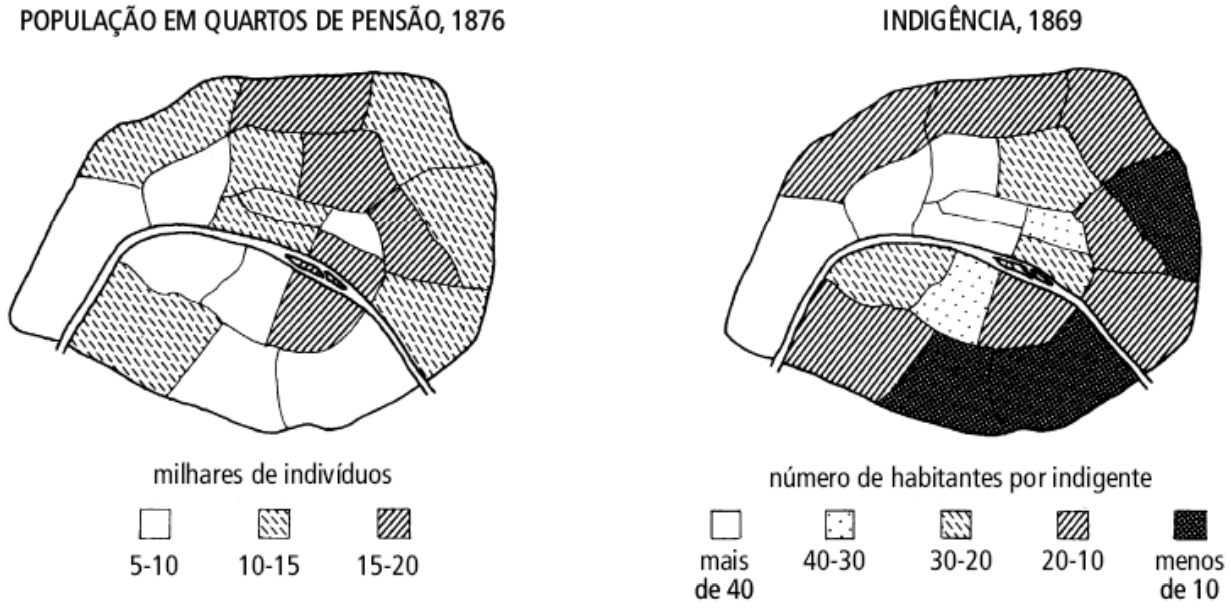


Figura 68: *A população total que vivia em quartos de pensão em 1876 e a taxa de indigência em Paris em 1869 (segundo Jeanne Gaillard, Paris: la ville, cit.).*

A precariedade das rendas do trabalhador em relação ao preço dos aluguéis deixou uma marca indelével na situação habitacional da cidade. E foi em parte com base nessa situação que Engels elaborou seu famoso argumento de que a burguesia só tinha uma maneira de resolver a questão habitacional: deslocando-a. Não há melhor ilustração dessa tese do que Paris sob o comando de Haussmann. Os comissários de saúde se

queixavam das favelas temporárias que surgiam ao lado dos novos canteiros de obra no centro da cidade. As condições ali, às quais todos faziam vista grossa, eram simplesmente horripilantes[5]. A proliferação e a superlotação das pensões próximas ao centro; a construção de moradias mal ventiladas, apertadas e desprovidas de infraestrutura básica de serviços, que se convertiam quase imediatamente em favelas; e os famosos "acréscimos", que em alguns casos transformavam os pátios interiores por trás das esplêndidas fachadas de Haussmann em favelas altamente lucrativas da classe trabalhadora eram evidências diretas de que a renda dos trabalhadores era insuficiente para lhes proporcionar moradia decente. Ao estimularem a ascensão geral dos aluguéis em uma época de estagnação das rendas do trabalhador, as obras de Haussmann estavam longe de livrar a cidade das favelas, pois aceleraram o processo de favelização, mesmo no coração de Paris. Em um simples percurso do centro da cidade até as fortificações, Louis Lazare contou não menos de 269 becos, pátios, cortiços e favelas construídos sem nenhum controle municipal. Embora grande parte da habitação para famílias pobres estivesse no semicírculo suburbano em torno do leste da cidade, concentrando-se em particular no sudeste e no nordeste, havia uma intensa superpopulação de trabalhadores nas pensões próximas do centro e focos de favelização até mesmo nos interstícios do oeste predominantemente burguês.



FIGURA 69: *Daumier repreende os proprietários por usarem seu poder para excluir elementos indesejados, como crianças e animais domésticos, que eram então obrigados a passar a noite nas ruas.*

Tal situação habitacional funesta não podia deixar de ter efeitos sociais. Ela presumivelmente acentuou o que já era uma barreira forte à formação de famílias, e tanto Simon quanto Poulot atribuíram o que viam como instabilidade e promiscuidade da vida da classe trabalhadora a altos aluguéis e habitações inadequadas (Poulot, no entanto, evitou o fato de que talvez os baixos salários pagos por ele tivessem algo a ver com isso). Havia também evidências consideráveis conectando as habitações inadequadas e insalubres à ameaça persistente, embora cada vez menor, de epidemias de cólera e tifo. A simples falta de espaço também empurrava grande parte da vida social para as ruas, tendência exacerbada pela

ausência geral de cozinhas. Isso obrigava as pessoas a comerem e beberem nos cafés e cabarés, que por consequência se tornaram centros coletivos de agitação e conscientização políticas.

Apesar de os reformistas burgueses estarem profundamente cientes e alarmados diante de tais condições e de o imperador reconhecer a importância da consolidação do apoio da classe trabalhadora ao seu governo por meio da "extinção do pauperismo" (para citar um tratado escrito por ele em 1844), é surpreendente que tão pouco tenha sido realizado em direção a uma reforma palpável. As leis de insalubridade, aprovadas durante a Segunda República devido à insistência de um reformista católico, ou foram usadas de forma seletiva por Haussmann para seus propósitos pessoais, ou permaneceram letra morta – menos de 18% do total de habitações foram inspecionados em 18 anos[6]. Lançado em 1849, o plano para construir uma série de *cités ouvrières* (projeto habitacional em larga escala para a classe trabalhadora que buscou inspiração em algumas ideias de Fourier para os falanstérios), para o qual Luís Bonaparte contribuiu com parte dos recursos, foi logo interrompido diante da virulenta oposição conservadora, que as via como áreas de reprodução da consciência socialista e como potenciais centros de revolução. Os trabalhadores, no entanto, consideravam-nas mais como prisões, pois os portões eram trancados às dez horas da noite e a vida era rigidamente controlada lá dentro. Propostas de moradias individualizadas, mais aceitáveis pela direita conservadora e pelos proudhonistas da esquerda, geraram muitos projetos (houve até uma competição na Exposição de Paris de 1867), mas pouca ação, pois o plano de subsidiar habitações para a população de baixa renda havia gerado apenas 63 unidades em 1870, e a única sociedade cooperativa (que o imperador, mais uma vez, generosamente aprovou) só havia construído 41 unidades até essa mesma data.

O fracasso prático, apesar do evidente interesse do imperador (que subvencionou a partir de fundos pessoais tanto iniciativas coletivas quanto individuais, inspirou artigos e programas de governo e foi responsável pela tradução de tratados em inglês sobre o problema), deu-se em parte por uma questão de ideologias confusas. Fourier, com seu

modelo coletivista, e Proudhon, que se pronunciou de forma extremamente favorável à posse de residências individuais para os trabalhadores, dividiram a esquerda. A influência de Proudhon era tão forte que não houve nenhum desafio à posse de propriedade durante a Comuna, quando o ressentimento contra os proprietários de terras estava no auge. Com um consenso tão amplo, que se estendia de Le Play, na direita católica, até Proudhon, na esquerda socialista, a única opção real era abordar o problema habitacional dentro do modelo da propriedade privada. Mas, para os trabalhadores, a aquisição da casa própria só era possível mediante subsídios estatais. E, nessa questão, o governo ia de encontro ao interesse da poderosa classe dos proprietários de terras, de cuja base seu poder político estava cada vez mais refém, e ao apego geral à liberdade do mercado que, para alguém como Haussmann, era um princípio fundamental de ação. As poderosas forças de classe agravavam a confusão ideológica, impedindo qualquer ação voltada ao problema habitacional de ir além da remoção de favelas arquitetada por Haussmann. Foi só depois da Comuna, quando os reformistas notaram que as lamentáveis favelas e pátios internos eram terrenos muito mais férteis para a ação revolucionária do que poderiam ter sido quaisquer *cités ouvrières*, que uma reforma habitacional de fato começou a ser implantada.

NUTRIÇÃO

A "revolução no consumo", facilitada pela redução dos custos do transporte de produtos agrícolas, pela eficiência no sistema de distribuição parisiense e pelas economias de escala, não ignorou o trabalhador por completo, embora também tenha significado um aumento da "estratificação da dieta e do gosto" em todas as classes sociais[7]. Pão, carne e vinho constituíam a base de uma típica dieta da classe trabalhadora (um tanto diferente daquela nas províncias), que era cada vez mais suplementada e diversificada por vegetais frescos e laticínios. A carne raramente era consumida sozinha, é claro, mas incorporada em

sopas e guisados, que formavam o cerne da refeição principal. Na medida em que a diversidade e a segurança do suprimento alimentar melhoraram, há evidências de que os padrões de nutrição evoluíram ao mesmo tempo que o custo de vida subiu. A vulnerabilidade de Paris ao fracasso nas colheitas tornou-se bastante evidente em 1868-1869, quando se repetiu a fase difícil de alta nos preços entre 1853-1855. Nesse ponto, também se tornou evidente que a renda restrita da classe trabalhadora dificultava o acesso das massas a essa base alimentar diversificada, o que não era o caso da burguesia.

O sistema de distribuição de alimentos tinha algumas características importantes. A grande população que se alojava nas pensões e a ausência de cozinhas dentro de casa (63% dos indigentes tinham apenas uma lareira para preparar os alimentos) exigiam que se consumisse e preparasse a comida na rua, nos restaurantes e cafés. A natureza periódica da renda dos trabalhadores (em especial durante a estação morta) implicava a compra a crédito de grande parte da comida, que costumava entrar a granel nos mercados do centro (Les Halles), nos abatedouros (La Villette) ou nos depósitos de vinho (Bercy). O desmonte do sistema a granel via uma rede de varejistas, vendedores de rua e afins também se baseava no crédito. Isso abriu inúmeras possibilidades para atividades empresariais em pequena escala, com frequência organizadas por mulheres, embora em geral estivessem, como em outros aspectos da vida, sob o controle de homens.

Esse intrincado sistema de intermediação teve consequências sociais interessantes. Os trabalhadores o encaravam com ambivalência. Por um lado, ele proporcionou muitas oportunidades de emprego suplementar (em especial para as mulheres) e até mesmo a chance de ascender socialmente ao mundo pequeno-burguês do lojista. Por outro lado, os intermediários tomavam decisões de quase vida ou morte quanto a estender ou não o crédito, e eram muitas vezes considerados exploradores mesquinhos. Com o intuito de contornar essa questão, o movimento dos trabalhadores começou a desenvolver uma grande organização de cooperativas de consumidores na década de 1860, e muitas delas tiveram considerável sucesso. Nathalie Lemel uniu-se ao incansável Varlin para

fundar a La Marmite, cooperativa alimentícia à qual os trabalhadores davam 50 francos por ano para ter o direito de comprar alimentos baratos e bem preparados diariamente, a preços muito mais baixos do que os dos restaurantes. Em 1870 já havia três filiais realizando um comércio bastante movimentado[8]. Lemel e Varlin tinham um duplo objetivo: não só buscavam atender às necessidades de quem não tinha onde cozinhar, mas também viam as cooperativas como centros de organização política e ação coletiva.

Assim, eles apenas confirmavam os medos que lentamente acometiam os reformistas burgueses: de que as massas de Paris, privadas de instalações e confortos necessários a uma vida familiar estável, estariam sendo empurradas para as ruas e para lugares onde podiam ser presas fáceis da agitação política e das ideologias da ação coletiva. Para Poulot, era óbvio que cabarés, cafés e tabernas proporcionavam o espaço para a elaboração de críticas mordazes à ordem social e de planos para reorganizá-la. E o fato de serem núcleos para a formação e articulação da consciência e da cultura da classe trabalhadora tornou-se bastante evidente quando a agitação política aumentou após 1867. A ênfase dada por republicanos burgueses como Jules Simon às virtudes da vida familiar estável (uma casa decente com cozinha adequada) era em parte uma reação aos perigos que espreitavam quando alimentos, bebida e política tornavam-se parte de uma cultura coletiva da classe trabalhadora.

EDUCAÇÃO

Os reformistas sociais da Segunda República haviam vislumbrado um sistema de educação primária estadual gratuita, secular e compulsória para ambos os sexos. O que conseguiram, após a vitória do "Partido da Ordem", foi a Lei Falloux, de 1850, que promovia um sistema dual de educação – um religioso e o outro proporcionado pelo Estado –, no qual toda atividade de ensino era submetida à supervisão de conselhos locais em que o poder tradicional da universidade passara a ser contrabalançado

pelo da Igreja e dos funcionários públicos eleitos e indicados. Há um acordo geral de que a lei trouxe poucos benefícios e muitos problemas. Aliada à precariedade dos orçamentos educacionais estatais, ela contribuiu para o desempenho deplorável da qualidade educacional durante o Segundo Império[9].

Os problemas surgiram em parte porque a política educacional estava à mercê das relações Igreja-Estado. Ansioso para arregimentar os católicos para sua causa, o imperador não somente apoiou a Lei Falloux, como relutou em minar seu espírito até 1863, quando, já em desacordo com o papa sobre sua política italiana, nomeou Victor Duruy, livre-pensador e reformador liberal, como ministro da Educação. Duruy enfrentou grandes adversidades e obteve sucesso apenas limitado em dinamizar mais o setor estatal e, assim, solapar o poder da Igreja. Seus movimentos em direção ao ensino primário gratuito e compulsório e à educação estatal para meninas eram quase sempre enfraquecidos pela intervenção do Legislativo e pelo baixo orçamento disponível para a área. Mas havia vários outros tipos de conflitos. À parte os intermináveis debates filosóficos e teológicos (religião *versus* materialismo, por exemplo), não havia um consenso claro na burguesia em relação aos objetivos da educação. Alguns a viam como um meio de controle social que deveria inculcar o respeito à autoridade, à família e aos valores religiosos tradicionais – antídoto perfeito para a ideologia socialista, promovida por alguns professores suficientemente imprudentes nos impetuosos dias de 1848. Mesmo os republicanos por tradição anticlericais estavam satisfeitos em ver uma boa dose de religião na educação, se isso pudesse proteger os valores burgueses (daí o apoio de muitos deles à Lei Falloux). O problema era que a maioria dos valores religiosos promovidos pela Igreja era extraordinariamente conservadora e retrógrada. Ainda no fim da década de 1830, a Igreja pregava contra o juro e o crédito e, na década de 1850, não se mostrava muito "encantada" com a ciência materialista. Seu atraso nessas questões é em parte responsável pelo violento anticlericalismo de muitos estudantes (em particular os de medicina), que constituíram o núcleo do movimento revolucionário blanquista[10].

Outros, no entanto, encaravam a educação como uma maneira de levar às massas o espírito dos tempos modernos, inculcando ideais de investigação científica livre, ciência e racionalidade materialistas apropriadas a um mundo de progresso científico e sufrágio universal. O problema era como fazê-lo. Alguns, como Proudhon, opunham-se profundamente ao controle estatal da educação (que, segundo ele, devia permanecer sob o controle do pai), enquanto outros temiam que, sem o controle centralizado do Estado, não haveria nada que pudesse impedir a disseminação de propaganda subversiva. Duruy lutava em defesa de uma educação responsável e progressista e era ao mesmo tempo apreciado e difamado pelos outros grupos. Dadas essas confusões, não surpreende que o resultado tenha sido um progresso tímido tanto na provisão quanto no conteúdo educacional. Mas o debate na década de 1860 sobre o papel da educação teria uma influência duradoura na vida política francesa[11]. Tanto católicos progressistas quanto republicanos se empenhavam para definir uma filosofia e uma prática nas áreas da educação, habitação e em outras facetas do bem-estar social que dessem à educação em massa um novo significado na sociedade burguesa. O debate foi vital, ainda que as realizações antes de 1870 tenham sido mínimas.

Como Paris extraía sua mão de obra dos quatro cantos da França, o fracasso geral na melhoria da educação teve sério impacto sobre a qualidade dessa força na cidade. É claro que a redução do analfabetismo em todo o país foi útil, mas em 1872 cerca de 20% dos parisienses ainda eram analfabetos; e muitos daqueles que sabiam ler e escrever só tinham uma educação rudimentar, o que os deixava com habilidades mínimas quando se tratava de algum tipo de competência que exigisse escolaridade formal. Pouco havia no sistema educacional de Paris para compensar esse quadro nacional deplorável. No início, o governo ficou do lado daqueles que viam o ensino apenas como um meio de controle. As escolas do Estado e as religiosas se desenvolviam igualmente, lado a lado[12]. As alocações orçamentárias de Haussmann para a educação eram parcimoniosas ao extremo quando comparadas com seus gastos exorbitantes em obras públicas. Ele esperava que as escolas religiosas e privadas satisfizessem as necessidades de novos imigrantes e comunidades

suburbanas recém-formadas e fez o máximo para limitar o ensino gratuito a filhos de indigentes; por isso, a exigência de pagamento para frequentar as escolas do Estado era bastante comum. A remuneração dos professores, em torno de 1.500 francos por ano, mal dava para atender às necessidades de uma pessoa e certamente não bastava para o sustento de uma família. Por razões puramente orçamentárias, Haussmann (e alguns poucos contribuintes) preferia deixar o ensino a cargo do setor privado, em especial das instituições religiosas, onde a remuneração dos professores era ainda menor (em torno de 800 francos).

Esse quadro só começou a mudar após 1868, quando Duruy finalmente conseguiu impor o princípio da educação pública gratuita e Octave Gréard iniciou a reforma da provisão educacional em Paris. Mas a essa altura a estratégia *laissez-faire* e privatista de Haussmann já havia moldado um mapa muito diferente da educação na cidade. Os subúrbios anexados formavam o que só pode ser descrito como um total sucateamento no ensino, com poucas e inadequadas escolas públicas, enquanto as instituições religiosas e privadas eram rudimentares, pois essa área estava longe de ser habitada por pais ricos que podiam bancar tais gastos. A negligência de Haussmann à escolarização nesse território fica ainda mais evidente pelo fato de que só foram gastos 4 milhões de francos em novas escolas na zona anexada entre 1860 e 1864, contra 58 milhões para novas *mairies*, 69 milhões para novas estradas e 5,5 milhões para novas igrejas. O índice de frequência escolar era baixo, e o analfabetismo, mais elevado que a média da cidade. Aqui se encontravam aquelas "escolas deterioradas" em que se reuniam "crianças de todas as idades que nada tinham em comum salvo o [...] grau de ignorância". Era o espaço de reprodução social de uma classe trabalhadora empobrecida e educacionalmente marginalizada. Nos bairros burgueses do oeste, o sistema de Haussmann funcionava, pois as escolas públicas eram usadas de maneira gratuita pelos pobres, separadas das escolas privadas e religiosas preferidas pela burguesia. Em alguns dos bairros centrais povoados por trabalhadores de ofício, pessoas ligadas ao comércio e pequenos burgueses, as escolas públicas eram consideradas um veículo comum para o ensino de habilidades técnicas e práticas a todas as

crianças, algo que as instituições católicas tinham mais dificuldade em fornecer. Assim, a crescente segregação social do espaço na cidade refletiu-se no mapa da provisão do ensino[13].

A qualidade desse sistema educacional também variava muito. Embora houvesse escolas católicas progressistas (e a Igreja dava atenção especial à educação em Paris), o setor estatal era mais avançado nas ciências e em outras disciplinas modernas. Entretanto, a estreita vigilância dos professores, viabilizada pelos conselhos de supervisão estabelecidos em 1850, fez todo o sistema educacional assumir um viés mais orientado pelo controle e pela doutrinação religiosa do que pelo materialismo iluminista. Mas, uma vez que as escolas católicas pregavam a intolerância e o respeito aos valores tradicionais, elas se tornaram cada vez menos populares entre os burgueses liberais, muitos dos quais recorreram às escolas protestantes. Até as reformas de Duruy, no fim da década de 1860, a educação das meninas era função quase exclusiva da Igreja. É interessante notar que foi justamente nesse ponto que o tema do equilíbrio adequado entre o ensinamento moral e a formação profissional se tornou mais explícito à medida que a questão do papel das mulheres vinha à tona.

Se modos mais tradicionais de capacitação não tivessem entrado em colapso, o fracasso da estrutura educacional no ensino de habilidades técnicas modernas não teria sido tão grave. O sistema de formação de aprendizes, que já enfrentava sérios problemas em 1848, entrou em uma crise generalizada no Segundo Império[14]. Devido às pressões da competição e à fragmentação das tarefas, em alguns ofícios a figura do aprendiz degenerou na mão de obra infantil barata, e nada mais. A dispersão geográfica do mercado de trabalho e a crescente separação entre local de trabalho e residência criaram mais uma tensão em um sistema que sempre fora suscetível ao abuso, exceto quando supervisionado e controlado de perto por todas as partes envolvidas. O sistema só parece ter sobrevivido razoavelmente bem em algumas poucas ocupações, como a ourivesaria. Além disso, mesmo alguns dos centros provinciais de formação profissional tradicionalmente voltados ao fornecimento de mão de obra qualificada ao mercado de trabalho parisiense estavam desaparecendo cada vez mais, à medida que as migrações sazonais davam

lugar à morada permanente. Por isso, surgia uma demanda, tanto dos empregadores quanto da classe trabalhadora, por um sistema escolar que pudesse substituir aquele da formação de aprendizes mediante treinamento profissional e capacitação nas instituições educacionais. As poucas escolas privadas criadas na década de 1860 alcançaram algum sucesso e, desse modo, abriram caminho para a reforma educacional após a Comuna. No entanto, os que tinham tempo ou dinheiro para frequentá-las eram, em sua maioria, filhos da pequena burguesia ou dos trabalhadores mais prósperos. A mesma limitação afetava os cursos populares de educação para adultos criados nas áreas centrais da cidade na década de 1860.

Assim como hoje, os rudimentos da educação da classe trabalhadora eram transmitidos em casa, onde, segundo a maioria dos observadores burgueses, e apesar das injunções de Proudhon, a mulher costumava desempenhar o papel central. O forte interesse de Simon pela educação das mulheres derivava em parte do que ele via como a necessidade de melhorar a qualidade (tanto moral quanto técnica) da instrução que as mães poderiam transmitir. A partir daí, a educação dos filhos se deparou com o conflito "quanto mais eles ganham, menos aprendem" – problema vital para as famílias próximas à margem da existência. Por essa simples razão, grande parte da classe trabalhadora não instruída se mostrou hostil à educação compulsória e ao sistema de formação de aprendizes. Uma atitude diferente prevaleceu entre os trabalhadores de ofício, que veneravam o sistema de formação de aprendizes e lamentavam sua degeneração. Foi a partir desse setor da classe trabalhadora que a educação gratuita, compulsória e profissionalizante foi exigida de forma mais intensa. E eles estavam dispostos a resolver a questão por conta própria. Em Paris, não faltavam livres-pensadores dissidentes e estudantes ansiosos, como os blanquistas, para ensinar por razões políticas ou, mais frequentemente, em troca de pequenas somas de dinheiro. Varlin, por exemplo, ao mesmo tempo que foi autodidata, aprendeu princípios de economia política e moral com um professor informal[15]. Para os membros mais esclarecidos da burguesia, como Poulot, havia nesse fato uma séria ameaça: os autodidatas entre os trabalhadores de ofício, com seu livre

pensar e espírito crítico (o "sublimismo"), podiam conduzir a massa dos trabalhadores pouco instruídos à revolta política. O fato de os estudantes livre-pensadores, que compuseram o núcleo do movimento revolucionário blanquista e se associaram à Internacional ou aderiram à imprensa radical popular, também assumirem tais papéis radicalizadores tornou-se mais do que evidente nas numerosas reuniões públicas às quais muitos trabalhadores pouco instruídos foram atraídos após 1868. Afinal, foi na sucata educacional da periferia que a anarquista Louise Michel iniciou sua extraordinária e turbulenta carreira como professora. Desse ponto de vista, a burguesia iria colher os frutos do seu próprio fracasso no campo da reforma e do investimento educacionais – lição que seria levada a sério após a Comuna, quando o ensino se tornou a pedra fundamental do seu esforço para estabilizar a Terceira República.

O POLICIAMENTO DA FAMÍLIA

Grande parte do que de fato aconteceu no âmago da família, legalmente constituída ou não, está envolto em mistério. A eficiência do sistema de parentesco na integração dos imigrantes à vida e cultura parisienses e na provisão de algum tipo de seguridade social também é discutível. As ocasionais biografias e autobiografias (como as de Nadaud, Varlin, Louise Michel e Édouard Moreau) indicam a enorme importância da família (ou da união livre) e do parentesco nas redes sociais da vida parisiense. No entanto, não estamos tratando apenas de pessoas politicamente ativas, mas também dos trabalhadores de ofício instruídos, profissionais pequeno-burgueses ou lojistas, cuja condição social, como vimos, estava muito longe daquela vivenciada pela massa de imigrantes incultos. Muitos destes últimos traziam os parceiros de sua província de origem para Paris e, presumivelmente, importavam da França provincial o máximo de sistemas familiares e relações de parentesco possível[16]. Para a primeira geração desses imigrantes, o cadinho parisiense provavelmente tinha pouco significado e, mediante a formação de diferentes colônias, da Bretanha,

de Creuse, Auvergne e Alsácia, eles podiam até preservar as culturas provinciais em meio à estrutura geral da vida na cidade grande. Mas também há indícios de uma dissolução muito rápida na alienação e na anomia da cultura urbana de larga escala. Os corpos não reclamados dos hospitais, os altos índices de crianças detidas por vagabundagem, órfãos e menores abandonados apontam para o colapso dos sistemas de seguridade tradicionais incorporados na organização familiar e de parentesco diante da insegurança do emprego, da miséria e de todas as outras patologias e tentações (bebida, prostituição) da vida parisiense.

Nos sistemas familiares e de parentesco que chegaram a sobreviver, a mulher mais velha parecia adquirir certo prestígio devido às suas competências como mãe, cuidadora e educadora, como a gestora da reprodução da força de trabalho no lar. Esse era um papel que muitos homens evidentemente valorizavam, que os reformistas burgueses procuravam encorajar como um pilar de estabilidade social e que a Igreja buscava colonizar mediante o ensino das meninas como provedoras dos valores religiosos e da moralidade. Tal atribuição era duplamente importante, pois um dos principais valores esperados da educação dada pela mulher era o respeito à autoridade do pai dentro do lar e à Igreja ou ao Estado fora dele. O fato de a reivindicação máxima das feministas mais radicais ter sido o respeito mútuo na união livre sugere a hegemonia dessa ideologia. Pois, como já vimos, era quase impossível para uma mulher sobreviver, econômica ou socialmente, sem estar ligada a um homem.



Figura 70: *Neste desastroso episódio, como em boa parte das representações de Daumier, a família é tudo, menos idílica. O contraste com a idealizada serenidade que caracteriza o trabalho das pintoras impressionistas do período, como Cassatt e Morisot, é marcante.*

Ainda que as mulheres tivessem controle sobre as finanças, havia em geral muito pouco disponível para a reprodução adequada da força de trabalho. A estação morta significava terríveis arrochos sazonais na renda, e as datas de vencimento do aluguel (normalmente pago com três ou seis meses de antecedência) constrangiam os gastos da casa de forma similar. Sob tais condições materiais, era difícil para a família se manter unida sem

outras formas de apoio. O número de pessoas com poupanças nas *caisses d'epargne* [caixas econômicas] (estabelecidas em 1818 e consolidadas em 1837 para promover a prosperidade da classe trabalhadora) se expandiu enormemente, mas a quantia média das poupanças caiu para cerca de 250 francos por depositante em 1870 – o bastante para um ou dois dias de aperto, não mais do que isso. É provável que o outro recurso – encarregar parentes da criação dos filhos – fosse igualmente limitado, pois a maioria desses parentes estava na mesma situação financeira[17]. No entanto, os trabalhadores que precisavam de emprego com urgência podiam recorrer ao sistema de parentesco, que nesse caso era bastante eficaz. Para além disso, a família tinha de buscar o auxílio do Estado ou da caridade.

Paris havia sido tradicionalmente a capital do bem-estar na França, com uma tradição de caridade religiosa e estatal cujo direito todos os indigentes podiam reivindicar. Esse sistema, atacado pelos republicanos conservadores na Segunda República, foi progressivamente desmantelado por Haussmann, cujas atitudes neo-malthusianas com relação ao bem-estar nós já comentamos. O objetivo, é claro, era reduzir a carga fiscal e empurrar a provisão do bem-estar de volta para as famílias – estrutura (tanto naquela época quanto agora) que teria feito mais sentido se elas tivessem os recursos financeiros para arcar com o ônus. De todo modo, os hospitais e o atendimento médico não podiam ser tão facilmente transferidos, e o problema da pobreza era tal que o apoio aos indigentes continuou a ser um item fundamental no orçamento da cidade.

No fim, a estratégia de Haussmann de descentralização e transferência da responsabilidade sobre o bem-estar simplesmente acompanhou o ritmo da rápida suburbanização da família e da pobreza infantil. A única alternativa era buscar a formação de sociedades de ajuda mútua e outras formas de auxílio mútuo na classe trabalhadora. O governo tomou várias medidas para encorajar tais organizações, mas temia que elas pudessem se tornar centros de mobilização política secreta – o que, é claro, aconteceu. Seu considerável crescimento e as tentativas de vigilância e controle que sofreram por parte do governo constituem um interessante capítulo na luta pelos direitos políticos e pela segurança econômica. As mulheres enfrentaram dificuldades para conseguir acesso a essas sociedades e não

podiam recorrer a seus benefícios de forma independente – limitação que em parte corroeu o objetivo fundamental de apoio à família. Mas a insistência do governo na vigilância e no controle rígidos também restringiu bastante o desenvolvimento das sociedades. Aqui, assim como no caso do sistema de vigilância ligado ao bem-estar dos indigentes, o Estado autoritário estava indo brutalmente em direção ao policiamento da família, caminho que seria trilhado com muito mais sofisticação pelas gerações subsequentes de reformistas burgueses.

Notas

[1]* *O capital*, Livro I, cit., p. 643. (N. E.)

Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle*, cit., p. 50; Karl Marx, *Capital*, cit., v. 1, p. 269.

* * Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 341. (N. E.)

[2] Fanny Fay-Sallois, *Les nourrices à Paris au XIXéme siècle* (Paris, Payot, 1980); Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au XIXe siècle*, cit., p. 46-52; Louis Girard, *Nouvelle histoire de Paris*, cit., p. 136; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 225.

[3] Roger-Henri Guerrand, *Les origines du logement social en France* (Paris, Éditions Ouvrières, 1966), p. 85; Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 181; Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit., p. 179; Lucien Flaus, "Les fluctuations de la construction d'habitations urbaines", *Journal de la Société de Statistique de Paris*, v. 90, maio-jun. 1949; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 129-31; Gérard-Nöel Lameyre, *Haussmann, "préfet de Paris"*, cit., p. 174.

[4] Denis Poulot, *Le sublime*, cit., p. 146; Armand Audiganne, *Les populations ouvrières et les industries de la France dans le mouvement social du XIX*ème *siècle* (Paris, Capelle, 1854), v. 2, p. 379.

[5] Friedrich Engels, *The Housing Question* (Nova York, International Publishers, 1935) [ed. bras.: *Sobre a questão da moradia*, trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2015]; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 209; Commission des Logements Insalubres de Paris, *Rapport* générale s*ur les travaux de la commission pendant les années 1862-1865* (Paris, s.n., 1866); Louis Lazare, *Les quartiers pauvres de Paris*, cit.; Denis Poulot, *Le sublime*, cit., p. 146.

[6] Roger-Henri Guerrand, *Les origines du logement social en France*, cit., p. 105, 199.

[7] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 233-67; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 328-43.

[8] Eugène Foulon, *Eugène Varlin*, cit., p. 56-67.

[9] Robert Anderson, "The Conflict in Education", em Theodore Zeldin (org.), *Conflicts in French Society* (Londres, Allen & Unwin, 1970), e Robert Anderson, *Education in France, 1848-1870* (Oxford, Clarendon, 1975).

[10] Patrick Hutton, *The Cult of the Revolutionary Tradition: The Blanquists in French Politics, 1864--1893* (Oakland, University of California Press, 1981).

[11] Katherine Auspitz, *The Radical Bourgeoisie: The Ligue de l'Enseignement and the Origins of the Third Republic, 1866-1885* (Cambridge, Cambridge University Press, 1982).

[12] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 281.

[13] Louis Girard, *Nouvelle histoire de Paris*, cit., p. 288-9; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 270.

[14] Ibidem, p. 416-23.

[15] Eugène Foulon, *Eugène Varlin*, cit., p. 20-6; Alain Dalotel, Alain Faure e Jean-Claude Freiermuth, *Aux origines de la Commune*, cit.; Louise Michel, *The Red Virgin*, cit.

[16] Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit.; Frédéric Le Play, *Ouvriers de deux mondes*, cit.

[17] Fanny Fay-Sallois, *Les nourrices à Paris au XIXéme siècle*, cit.; Jacques Donzelot, *La police des familles* (Paris, Éditions de Minuit, 1977) [ed. bras.: *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro, Graal, 2001].

12. Consumismo, espetáculo e lazer

> [Aos produtores] as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.
>
> Karl Marx*

No início, o espetáculo do Império tinha um aspecto puramente político que se concentrava no populismo da lenda napoleônica e na apresentação do poder imperial. Haussmann era responsável por fazer Paris assumir a posição da Roma imperial e se tornar o cérebro e o coração da civilização europeia. Cerimônias na corte, casamentos imperiais, enterros e visitas de autoridades estrangeiras, desfiles militares (de preferência com o imperador cavalgando na vanguarda após algum empreendimento vitorioso, como no retorno da Itália em 1859), tudo isso proporcionava ocasiões para mobilizar espetáculos de apoio ao poder imperial. Haussmann foi nomeado para a prefeitura do Sena principalmente devido à sua orquestração bem-sucedida da espetacular entrada de Luís Bonaparte em Bordeaux no outono de 1852, pouco antes de o Império ser declarado. Haussmann era um mestre na organização de apresentações

desse tipo e transformou o Hôtel de Ville em um centro permanente de espetáculos, com bailes e galas para toda ocasião. As aberturas dos bulevares – Sébastopol (1858), Malesherbes (1861) e Prince-Eugène (1862) – foram eventos organizados e decorados de forma elaborada, assim como a inauguração de monumentos (a fonte de St. Michel, em 1860). Todos esses acontecimentos foram transformados em celebrações espetaculares nas quais um público enlevado podia aplaudir a magnificência, a elegância e o poder imperiais. O apoio popular ao imperador também era mobilizado por galas, festas e bailes (até as mulheres de Les Halles, reconhecidamente republicanas, organizaram um grande baile público para celebrar o advento do Império, em 1852). O 15 de Agosto foi declarado um dia de *fête impériale*.

A monumentalidade mais permanente que acompanhou a reconstrução do tecido urbano (espaços e perspectivas projetados para privilegiar a visibilidade e o acesso a importantes símbolos do poder imperial) ajudou na legitimação do novo regime. A dramaticidade das obras públicas e a resplandecência da nova arquitetura destacavam a atmosfera de intencionalidade, mas também de festividade, na qual o Império procurava se envolver. As Exposições Universais de 1855 e 1867 incrementaram a glória do Império. Mas, como observa Van Zanten, houve um declínio rápido dessa teatralidade após 1862, quando o poder imperial foi pouco a pouco diminuindo diante do poder do capital e do comércio como forças condutoras na reconstrução de Paris. Dali em diante, Haussmann perdeu cada vez mais o domínio sobre o processo urbano. O arquiteto Garnier, no meio da Exposição Universal de 1867 e na véspera da *fête impériale* de 15 de agosto, teve de organizar a inauguração da recém-concluída fachada de sua nova casa de ópera sem ajuda ou participação pública[1].

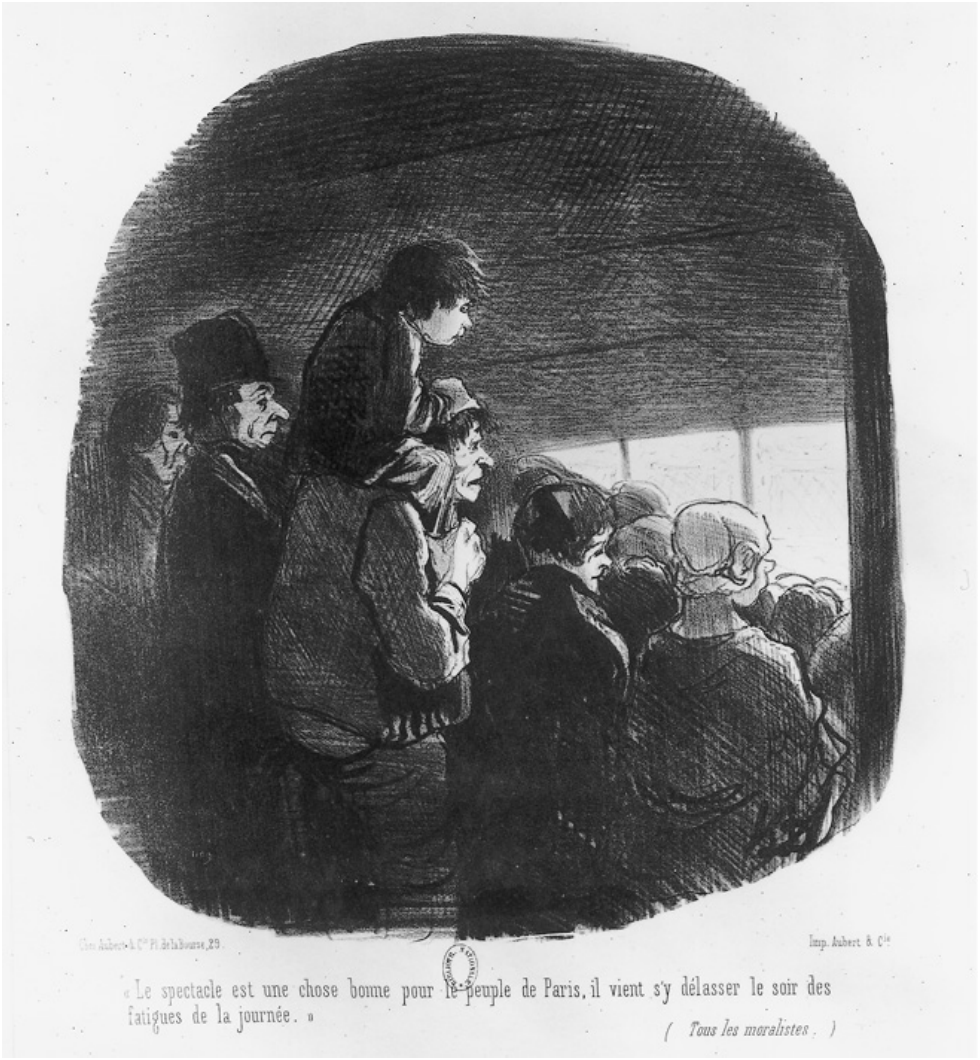


FIGURA 71: *Em 1849, Daumier já notava que os espetáculos podiam ser bons para as classes populares após um dia de trabalho árduo.*

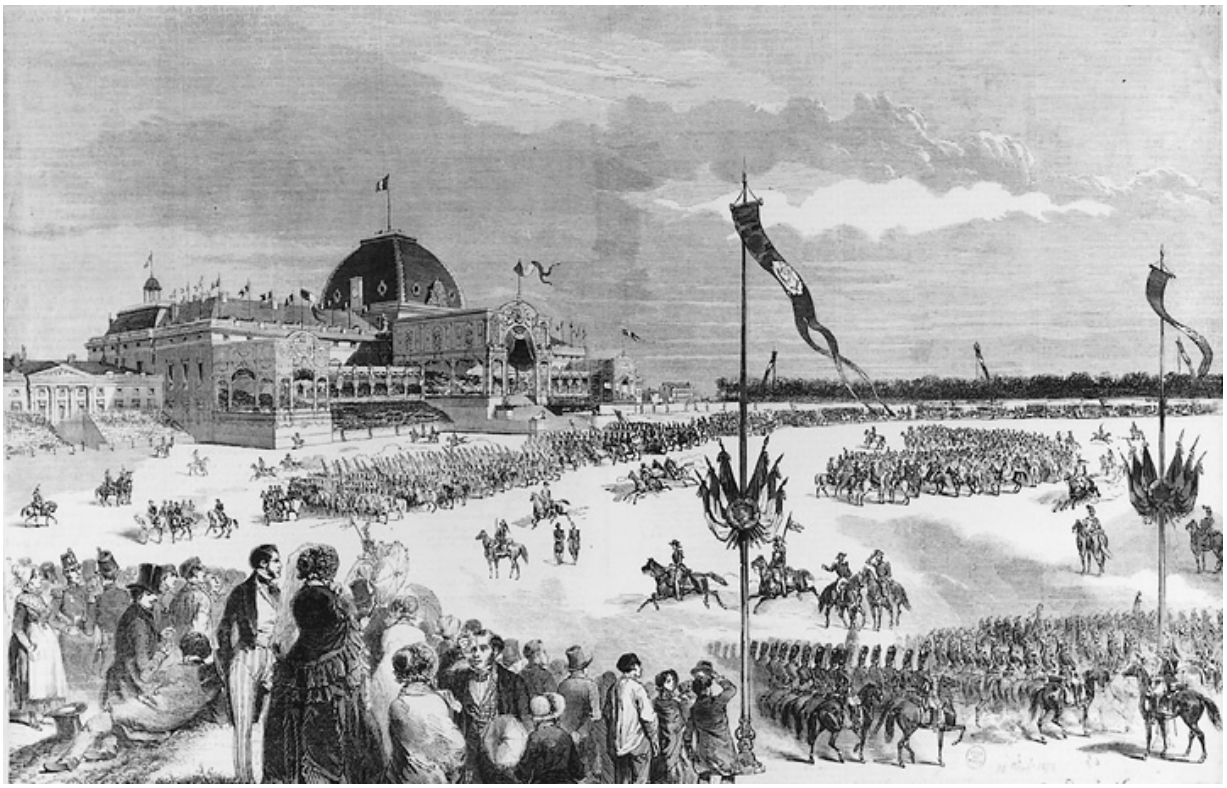


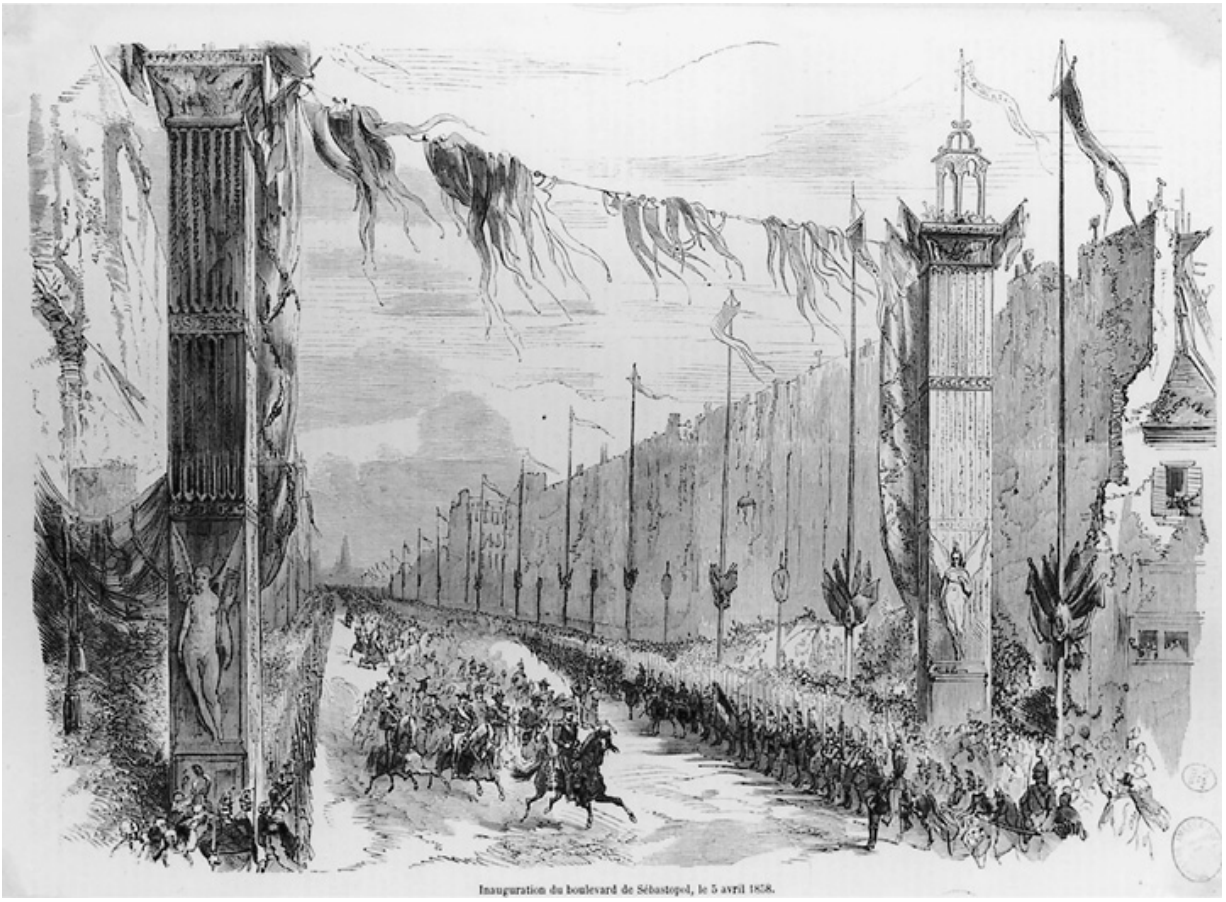
FIGURA 72: *As paradas militares desempenharam um papel vital na construção do espetáculo imperial. Esta, realizada em maio de 1852, precedeu a declaração formal do Império.*

O espetáculo, mesmo aquele da própria cidade, sempre foi fundamental para a vida urbana, e por muito tempo seus aspectos políticos desempenharam um papel importante na construção da legitimidade e do controle social. Não faltaram espetáculos durante a Monarquia de Julho, mas grande parte deles fugia ao controle social das autoridades. Nos passeios dominicais, os trabalhadores saíam dos limites da cidade e iam a bares e salões de dança em lugares como Belleville, culminando em uma licenciosa e barulhenta descida noturna para o centro da cidade. Havia o medo oculto de que espetáculos desse tipo facilmente conduzissem a motins e revolução. Isso foi particularmente comprovado no Carnaval da semana que precedeu a Quaresma na década de 1840, caracterizado como "o último exuberante suspiro do teatro pré-industrial de excessos duramente refratário às ideologias nascentes da cidade metropolitana".

"As inversões e misturas promíscuas", o travestismo, a perda temporária das distinções de classe ameaçavam a ordem social. O Carnaval

> era insolente demais em suas zombarias das cuidadosas nuances entre espetáculo e ameaça urbana delimitadas pela cidade. Ao tornar gestos, olhares e aparências tanto mais explícitos quanto evidentemente falsos e misturá-los de modo desordenado, como se desse embaralhamento nenhum mal pudesse surgir, ele expunha o blefe do Boulevard des Italiens, o Chaussée d'Antin.

As autoridades e os burgueses, que não se sentiam tão atraídos pelo frenesi, ficavam atemorizados e horrorizados[2]. A macabra maneira carnavalesca na qual os corpos dos que haviam sido abatidos no Boulevard des Capucines, na noite de fevereiro de 1848, foram exibidos pela cidade como uma incitação à revolução retomou essas tradições. Era isso que os espetáculos socialmente controlados do Segundo Império planejavam substituir, transformando participantes ativos em espectadores passivos. O declínio do Carnaval de Belleville durante o Segundo Império se deveu à mistura entre deslocamento, repressão ativa e mudanças administrativas (como a incorporação de Belleville à cidade por meio da anexação de 1860). Entretanto, a imagem perturbadora da "descida de Belleville" perdurou e, ao ser finalmente ressuscitada no fim da década de 1860, foi com a clara intenção de pôr fim ao Império e fazer a revolução.



Inauguration du boulevard de Sébastopol, le 5 avril 1858.





Figura 73: *As inaugurações dos bulevares – Sébastopol, em 1858 (acima, autor anônimo), e Prince- -Eugène, em 1862 (abaixo, de autoria de Thorigny e Lix) – eram também ocasiões de exibição.*

Mas os espetáculos do Segundo Império foram muito além da pompa imperial. Em primeiro lugar, eles buscavam celebrar de maneira direta o nascimento do moderno. Isso se confirmou de modo particular nas Exposições Universais, que eram, como comenta Benjamin, "lugares de peregrinação ao fetiche da mercadoria", ocasiões em que "a fantasmagoria da cultura capitalista atingia seu desdobramento mais radiante"[3]. Mas eram também celebrações das tecnologias modernas. Em muitos aspectos, os espetáculos imperiais harmonizavam primorosamente com os processos de reificação e com o crescente poder da circulação do capital sobre a vida cotidiana. Além de gerarem emprego, os novos bulevares facilitavam a circulação de mercadorias, dinheiro e pessoas. As exposições atraíam multidões das províncias e do exterior, estimulando o consumo. E a montagem de todos esses espetáculos exigia técnica, mão de obra, mercadorias e dinheiro. Por isso, houve um considerável estímulo à economia.







Figura 74: *Os passeios ao Bois de Boulogne de dia e ao Opéra à noite (ambas as ilustrações são de Guérard) entretinham àqueles que podiam frequentá-los.*

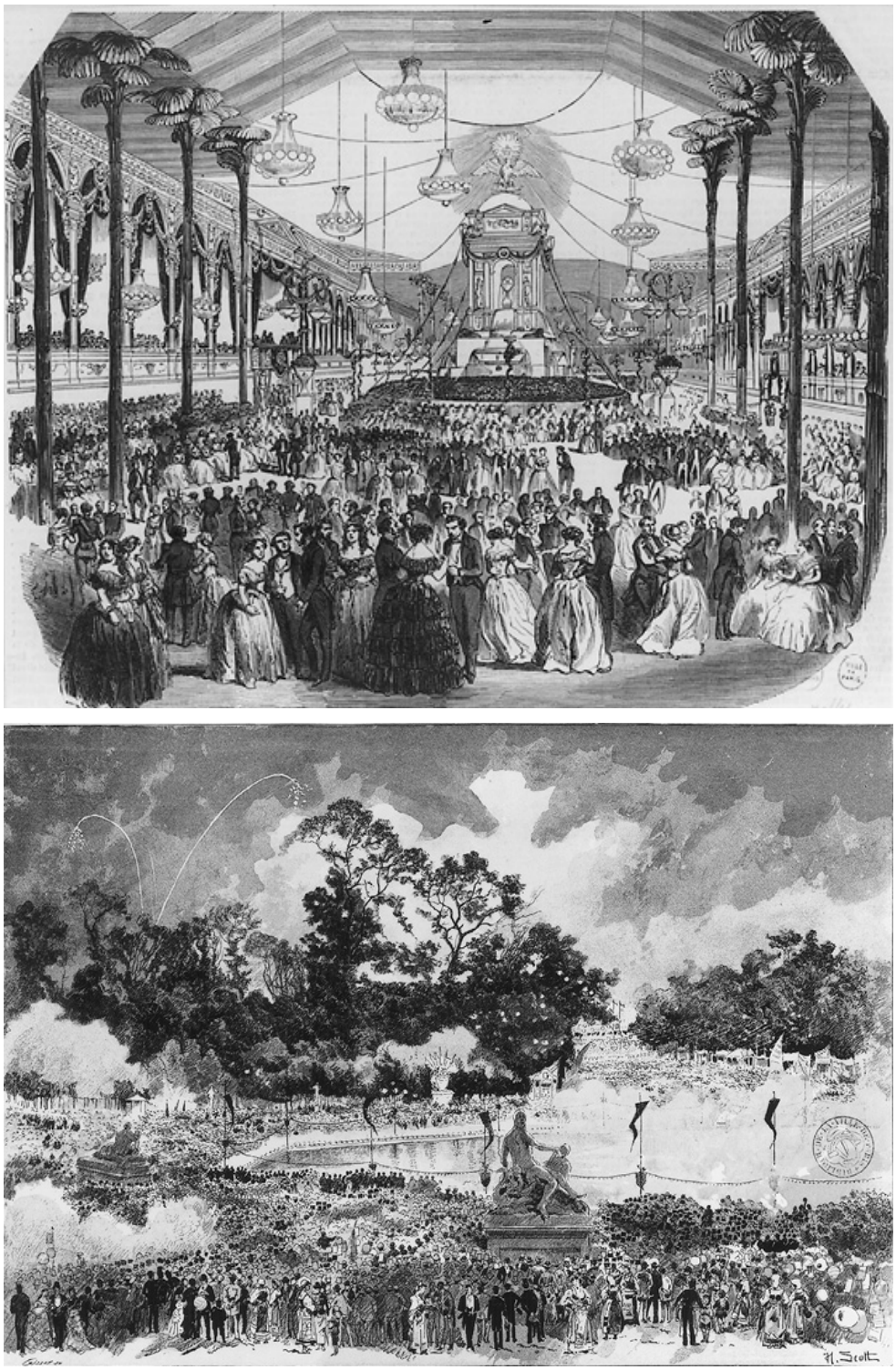


FIGURA 75: *Festas e bailes eram organizados como eventos comemorativos, em geral concentrados em torno do 15 de Agosto. Até as mulheres de Les Halles e Le Marché de Innocents (historicamente simpatizantes da República) organizaram um evento em agosto de 1853 para celebrar o advento do Império. Mais tarde, o jardim das Tulherias passou a ser regularmente escolhido para as comemorações do 15 de Agosto e a exibição de fogos de artifício.*

Haussmann trabalhou simultaneamente em todos esses níveis. Os novos bulevares criaram suas próprias formas de espetáculo, com a agitação das carruagens e dos transportes públicos em superfícies recém-macadamizadas (que, segundo alguns radicais, serviam para impedi-los de erguer barricadas com os paralelepípedos). A chegada das novas lojas de departamentos e dos cafés, que invadiam as calçadas dos novos bulevares, tornava poroso o limite entre espaços públicos e privados. A proliferação de cabarés, circos, concertos, teatros e das populares casas de ópera produziu um frenesi de entretenimento popular (a frivolidade da cultura do Segundo Império estava fortemente associada às sátiras populares de Jacques Offenbach à ópera italiana na forma de ópera-bufa). A transformação de parques como Bois de Boulogne e Monceau, e até de praças, como a Square du Temple, em locais de socialização e lazer também contribuiu para estimular uma forma extrovertida de urbanização que destacava a exibição pública da opulência privada. A socialização do grande número de pessoas atraídas aos bulevares era agora tão controlada pelos imperativos do comércio quanto pelo poder policial.

As novas lojas de departamentos eram a expressão máxima do crescente poder da própria mercadoria como espetáculo. O Bon Marché, inaugurado em 1852, foi o pioneiro, seguido pelo Louvre, em 1855 (embora os protótipos remontassem à década de 1840). Lojas de giro tão alto precisavam atrair uma grande clientela de todas as partes da cidade, e os novos bulevares facilitaram esse movimento. As vitrines das lojas eram organizadas de forma tentadora para fisgar a atenção. As mercadorias visível e fartamente empilhadas nas lojas de departamentos se tornaram por si só um espetáculo. Com as portas abertas para a rua, as lojas estimulavam a entrada do público e o eximiam de qualquer obrigação de compra. Um exército de atendentes e vendedores (particularmente jovens atraentes de ambos os sexos) patrulhava o comportamento no interior da loja, ao mesmo tempo que buscava atender aos desejos do consumidor. A sexualidade envolvida era flagrante. Por isso, as mulheres tiveram um papel muito mais importante, tanto como compradoras quanto como vendedoras. Mouret, proprietário ficcional de uma loja como a Bon Marché no romance retrospectivo de Zola, *O paraíso das damas*, explica "o

mecanismo do grande comércio moderno" para um barão (inspirado, muito obviamente, em Haussmann). Dizia Mouret,



FIGURA 76: *Passar dias de lazer no campo tornou-se uma característica da vida no Segundo Império, mas aqui Daumier aponta o trauma competitivo de chegar lá em trens superlotados. Observe o contraste com as cenas tranquilas tipicamente apresentadas pelos pintores impressionistas.*

[...] no pico da mecânica mercantil vinha a exploração da mulher. Tudo convergia para isso: o capital incessantemente renovado, o sistema de acúmulo de mercadorias, os preços baixos que atraem, a marcação em cifras conhecidas que tranquiliza. Era a mulher que os magazines disputavam, a mulher que capturavam na armadilha de seus preços, depois de tê-las atordoado diante das vitrines. Os grandes magazines haviam despertado novos desejos na carne feminina,

> eram uma tentação constante, à qual a mulher sucumbia fatalmente, cedendo inicialmente a suas compras de boa dona de casa, conquistada em seguida pela vaidade, e finalmente devorada. Ao decuplicar as vendas, ao democratizar o luxo, essas lojas se tornavam um terrível agente de gastos, devastavam os lares, tirando proveito da loucura da moda, cada vez mais cara. [...] "Domine a mulher" – disse baixinho ao barão – "e venderá o mundo!"[4]

A arte da sedução começava com as vitrines (que estimularam uma nova linha de empregos qualificados e bem remunerados). Mouret foi descrito como "o melhor vitrinista de Paris, um vitrinista revolucionário, na verdade, que fundou a escola do brutal e do colossal na ciência da vitrine".

O papel dos bulevares, já consolidados durante a Monarquia de Julho como importantes centros de exibição pública, foi reafirmado e transformado em algo muito maior. Sua teatralidade fundiu-se com o mundo performático presente em muitos teatros, cafés e outros locais de entretenimento que pipocavam ao redor, criando assim espaços para a exibição da riqueza burguesa, do consumo ostensivo e da moda feminina. Em resumo, os bulevares tornaram-se espaços públicos onde o fetiche da mercadoria reinava soberano. As novas comunicações ferroviárias também facilitaram o surgimento de formas de lazer inéditas. O número de turistas e estrangeiros aumentou, e os passeios de fim de semana até o litoral ou o campo (temas favoritos dos pintores impressionistas, embora Daumier destacasse mais o trauma de se chegar lá na correria dos "trens do prazer" superlotados) tornaram-se cada vez mais populares.



Figura 77: *O cartunista Cham abordou as consequências da substituição dos paralelepípedos pela pavimentação macadamizada das ruas. Nesta imagem, a mulher está cuidadosamente empilhando paralelepípedos na lateral da via, "caso eles sejam necessários para barricadas".*

A relação simbiótica entre espaços comerciais e públicos e sua apropriação privada mediante o consumo se tornou fundamental. O espetáculo da mercadoria passou a atravessar a divisão entre público e privado, e efetivamente dominou e unificou os dois. Apesar de o papel das mulheres burguesas ter sido de algumas maneiras realçado por essa progressão das passagens para as lojas de departamentos, a sina delas ainda era a exploração, embora dessa vez mais como consumidoras do que como gestoras da família. Para elas, tornou-se uma necessidade social passear pelos bulevares, fitar as vitrines, comprar e exibir suas aquisições

no espaço público, em vez de recolher-se em casa ou no *boudoir*. Elas também se tornaram parte do espetáculo (em especial quando a moda se voltou para os enormes vestidos de crinolina), que se retroalimentava e definia os espaços públicos como locais de exibição das mercadorias e do comércio revestidos de uma aura de desejo e trocas sexuais. Obviamente, isso estava em profunda contradição com o culto da domesticidade burguesa, que buscava confinar as mulheres no lar. O outro efeito, segundo Richard Sennett, foi a despolitização:

> A ordem capitalista tinha o poder de atirar os materiais de aparências para dentro de um estado permanentemente problemático, permanentemente "mistificador" [...]. Em "público", a pessoa observava, expressava-se, em termos daquilo que ela queria comprar, pensar, aprovar, não como resultado de uma interação contínua, mas após um período de atenção passiva, silenciosa, concentrada. Por contraste, o "privado" significava um mundo onde a pessoa poderia se expressar diretamente, assim como seria tocada por outra pessoa; o privado significava um mundo onde reinava a interação, mas que precisava ser secreto.[5]

No entanto, o mundo privado espelhava o público de formas importantes, mesmo quando o invertia. Baudelaire, por exemplo, reconhecia plenamente o poder do espetáculo sobre os estados internos da mente. "Em alguns estados interiores quase sobrenaturais", escreveu ele, "a profundidade da vida é quase inteiramente revelada no espetáculo, embora comum, que temos diante dos olhos, e que se torna símbolo dela."[6]



Figura 78: *A moda dos vestidos de crinolina deu a Daumier muitas oportunidades para fazer comentários humorísticos.*

Quem eram todos esses consumidores? A crescente mecanização (por exemplo, o advento da máquina de costura), a redução do custo das matérias-primas, a melhora da eficiência tanto da produção quanto do consumo e o índice ascendente de exploração da força de trabalho barateararam muitas mercadorias, particularmente as roupas. Isso ampliou a base de consumidores de alguns produtos, agregando as classes médias baixas e até os trabalhadores mais bem remunerados (ou solteiros). As antigas segregações permaneceram – o café Tortoni e o Boulevard des Italiens ainda concentravam a alta burguesia e o Boulevard du Temple as

ansiosas classes médias, mas o consumismo em massa, apoiado pela democracia do dinheiro, proliferava por todo lugar, ao mesmo tempo que bagunçava alguns espaços (como a Champs-Élysées). Apesar da evolução de uma ecologia residencial mais segregada dentro da cidade, era difícil controlar o amálgama que se formava em áreas externas – bulevares e jardins públicos (como as Tulherias) –, e o policiamento do espaço público tornou-se difícil. Os limites entre as mulheres respeitáveis e as promíscuas requeriam vigilância mais estrita, e a política da vida na rua – músicos itinerantes e panfleteiros – era um foco de considerável atividade policial. Isso causou nos burgueses uma sensação de insegurança, vulnerabilidade, ansiedade e até anomia, por trás da máscara turbulenta do espetáculo e da reificação nos espaços públicos.





FIGURA 79: *A vida no bulevar – em torno do famoso café Tortoni (de autoria de Guérard) e dos novos grandes hotéis (autor anônimo) – tornou-se parte do urbanismo consumista predominante no Segundo Império.*

Considere, por exemplo, como essa ansiedade foi expressada no poema em prosa de Baudelaire, "Os olhos dos pobres"[7]. Ele começa com o eu lírico perguntando à amante se ela entende por que ele de repente a odeia tanto. Durante todo o dia eles tinham compartilhado pensamentos e sentimentos com muita intimidade, quase como se fossem uma só pessoa. E então, naquela noite:

> Você quis sentar-se em frente a um café novo, que formava a esquina de uma avenida nova, ainda repleta de cascalhos e já mostrando gloriosamente seus esplendores inacabados. O café reluzia. Até o gás ostentava ali todo o ardor de um início, e iluminava com todas as suas forças as paredes ofuscantes de brancura, as extensões deslumbrantes dos espelhos, os ouros das molduras e cornijas [...] ninfas e deusas carregando na cabeça frutas, patês e caças [...] toda a história e toda a mitologia a serviço da glutonaria.

Mas então eles veem na rua um homem de barba grisalha e cerca de quarenta anos com duas crianças maltrapilhas, olhando para o café e admirando sua beleza. Os olhos do pai diziam, "Parece até que todo o ouro do pobre mundo veio encerrar-se nessas paredes", e os olhos do menino diziam, "Mas é uma casa onde só pode entrar gente que não é como nós". Cheios de fascínio, os olhos do menino estão cravados no café. Baudelaire escreve:

> Dizem os cantadores que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. Quanto a mim, naquela noite, a canção estava certa. Eu me sentia não só comovido com aquela família de olhos, como envergonhado com nossos copos e jarras, maiores que a nossa sede. Voltei meu olhar para o seu, amor querido, para nele ler meu pensamento; mergulhava nos seus olhos tão lindos e estranhamente doces, seus olhos verdes habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, e então você disse: "Não suporto essa gente, esses olhos arregalados! Você não poderia pedir ao dono do café que os afastasse daqui?".

E o poeta conclui: "Tão difícil é se entender, meu anjo querido, e tão incomunicável é o pensamento, mesmo entre quem se ama!"*.

O espaço público do novo bulevar proporciona o cenário, mas ele adquire suas qualidades em parte mediante as atividades comerciais e privadas que o iluminam e transbordam para seu interior. O limite entre os espaços público e privado aparece como algo poroso. O poema sinaliza a ambiguidade do direito à propriedade, da estética, das relações sociais, e um ponto de contestação para o controle do espaço público. A amante do poeta deseja que alguém defenda o direito à propriedade sobre o espaço público. O café tampouco é exatamente um espaço privado: um público seleto tem sua entrada permitida por propósitos comerciais e de consumo. A família pobre o enxerga como um espaço de exclusão, que internalizou o ouro tomado dela. Não consegue ignorá-lo, sendo obrigada a confrontá-lo da mesma maneira que a clientela do café não consegue ignorá-la. O poeta a vê como parte do espetáculo da modernidade, um sinal daqueles "milhares de existências flutuantes" que constituem Paris. Enquanto ele aprecia as diferenças e a mistura, ela deseja que os pobres sejam expulsos dali, do mesmo modo que Cavaignac expulsou os revolucionários dos bulevares nas Jornadas de Junho de 1848. Ela busca a segurança e a exclusão pela segregação.

O espetáculo, insiste T. J. Clark, "nunca é uma imagem armada firmemente no lugar, é sempre um relato do mundo competindo com outros e se confrontando com a resistência de formas diferentes, às vezes tenazes, de prática social"[8]. A haussmannização, sustenta ele, fracassou "em unir um relato de anomia com aquele da divisão social, em mapear uma forma de controle sobre outra". E é esse fracasso que "Os olhos dos pobres" sublinha. O controle social da reificação e do espetáculo ("toda a história e toda a mitologia a serviço da glutonaria") se depara com os sinais claros da exploração dos pobres, incitando a raiva ("Não suporto essa gente [...] Você não poderia pedir ao dono do café que os afastasse daqui?") ou a culpa ("Eu me sentia não só comovido com aquela família de olhos, como envergonhado com nossos copos e jarras, maiores que a nossa sede"). A ansiedade e insegurança dos burgueses em meio ao espetáculo são palpáveis. A ansiedade em parte refletia o surgimento de novas percepções de distinção de classe baseadas no consumo e nas aparências, em vez de nas relações com a produção. As divisões de classe se

destacavam mais do que nunca, a máscara agora se torna mais importante do que a realidade, na medida em que a vida cotidiana passa a imitar as fachadas exibidas no baile de máscaras ou durante o Carnaval. "As fachadas são eclipsadas pelas roupas, os sentimentos pelas paisagens", escreveu Goncourt[9].

Os desdobramentos disso nas identificações políticas da burguesia são uma questão de conjectura. Mas eu suspeito que Sennett esteja relativamente certo ao defender que a apresentação do eu na esfera pública passou a substituir a representação, e que a apresentação do eu foi cada vez mais reduzida ao nível da mercadoria e do espetáculo. Por essa razão, a esfera pública se tornou cada vez mais mistificada. No espetáculo, poucas pessoas desempenham um papel ativo. Por isso, embora se pudesse dizer que a *persona* pública fosse um participante no sentido de que os indivíduos se tornaram portadores do espetáculo (ainda que apenas como manequins de moda ambulantes), ela era passiva sob a visão de que o que ela portava (isto é, mercadorias) era o que de fato tinha valor, em detrimento do que ela poderia representar e defender política ou socialmente. Pela mesma razão, o recolhimento da burguesia à vida familiar ficou mais evidente, pois era ali, e somente ali, que a intimidade, a confiança e a autenticidade pareciam possíveis. Mas o preço eram sigilo extremo, isolamento e medo constante de exposição, sem falar nas violentas pressões sobre as mulheres burguesas para que se adaptassem a essas novas exigências, enquanto sofriam para equilibrar as contradições entre seu papel como portadoras de valores mercantis e o de guardiãs de tudo o que restou de intimidade e ternura na família burguesa.

A massa de trabalhadores, na maioria condenada a viver com salários miseráveis e sob condições de emprego notoriamente instáveis, tinha de viver e consumir em algum outro lugar. Uma população predominantemente masculina e imigrante buscou suporte nos inúmeros pequenos estabelecimentos que forneciam comida e bebida e voltou-se para os cafés, salões de dança, cabarés e bares em busca de prazer. Transformados no que Balzac chamou de "o parlamento do povo", lugar onde todos "os notáveis do bairro se reuniam", os cafés da classe trabalhadora estavam sujeitos a muita regulação e vigilância durante o

Segundo Império. No entanto, sua inexorável expansão numérica (de 4 mil em 1851 para 42 mil em 1885) garantia sua florescente importância na vida social e política. "O café pode ter se tornado o espaço mais estável e acessível na existência de muitos trabalhadores." E as mulheres e famílias não eram de modo algum excluídas – muitos casamentos aconteciam nos cafés (cujos donos atuavam como testemunhas). Portanto, o café ou a taberna desempenharam um papel tanto institucional quanto político e social na vida da classe trabalhadora. Os trabalhadores "que frequentemente mudavam de residência em geral permaneciam na mesma vizinhança e continuavam a frequentar o mesmo café". Em resumo, o café ou a taberna tornaram-se um centro por meio do qual a solidariedade da classe trabalhadora era construída com base na vizinhança[10]. Para as mulheres da classe trabalhadora, as lavanderias que proliferaram após 1850 também se tornaram centros exclusivos de interação social, intimidade, solidariedade, mexericos e conflitos ocasionais (como os descritos tão graficamente por Zola em *A taberna*[11]).

Os trabalhadores homens mais afortunados podiam construir uma vida um tanto diferente. Concentrados no centro, recorriam a pequenos estabelecimentos comerciais como centros de socialização, discussões políticas e prazer (muitas vezes sem moderação, como diversos comentaristas contemporâneos, a exemplo de Poulot, se queixavam). Os lúgubres espaços privados e comerciais nessas áreas lançavam uma sombra no espaço público, enquanto a irritante turbulência da vida nas ruas do proletariado pouco fazia para assegurar à aflita burguesia que ela vivia em um mundo seguro. Esses espaços haviam de ser temidos, e a maioria dos burgueses categoricamente os evitava. As autoridades do Segundo Império buscavam regulá-los, o que nem sempre era possível, e a escassez e as condições dos alojamentos, onde os sujeitos viviam apinhados, garantiam que a rua e o café fossem sempre locais de grande procura como centros de socialização nos bairros da classe trabalhadora.

O Segundo Império começou dando enorme destaque aos espetáculos imperiais, mas, à medida que o tempo passava, o espetáculo da mercadoria era cada vez mais prevalecente. Nem todos apreciavam essas mudanças. Ernest Renan, um erudito de certo renome, as atacava com veemência,

assim como condenava a fraqueza das mulheres diante das sórdidas tentações comerciais que as assediavam. Os irmãos Goncourt estavam igualmente horrorizados; segundo relato de Edmond no diário deles, em 1860:

> Nossa Paris, a Paris em que nascemos, a Paris dos costumes de 1830 e 1848, está desaparecendo. E não apenas materialmente, mas também moralmente. A vida social está começando a sofrer uma enorme mudança. Posso ver mulheres, crianças, maridos e esposas, famílias inteiras no café. O lar está morrendo. A vida ameaça se tornar pública. O clube para as classes superiores, o café para as inferiores – é esse o ponto ao qual a sociedade e as pessoas comuns estão chegando. Tudo isso faz com que eu me sinta um viajante em minha terra natal espiritual. Sou um estranho para o que acontecerá e para o que já está aqui, por exemplo esses novos bulevares que nada têm a ver com o mundo de Balzac, remetendo-nos a Londres ou a alguma Babilônia do futuro.[12]

Como, então, alguém podia se distinguir em meio a essa multidão incansável de compradores que confrontava o crescente desfile das mercadorias nos bulevares? A maravilhosa análise de Benjamin sobre o fascínio de Baudelaire pelo homem na multidão – o *flâneur* e o dândi, arrastados pela multidão, inflamados por ela, mas de alguma forma dela separados – oferece um interessante ponto de referência masculino[13]. A tendência cada vez maior à circulação de mercadorias e dinheiro não pode ser contida. O anonimato da multidão e do dinheiro pode ocultar todo tipo de segredo pessoal. Encontros casuais no meio da multidão nos ajudam a penetrar o fetichismo. Esses eram os momentos que Baudelaire saboreava, embora não sem ansiedade. A prostituta, o trapeiro, o velho palhaço pobre e obsoleto, um velho respeitável vestido com farrapos, a bela mulher misteriosa, todos se tornaram personagens vitais no drama urbano. O poeta fica estarrecido com um encontro em um parque público: "É impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaiade, pelo mercúrio e todos os venenos usados na fabricação de obras-primas"[14]. Aberto a encontros casuais, o poeta pode reconstruir, pelo menos para o homem burguês que busca o prazer, as inúmeras inter-relações na miscelânea de mãos que o dinheiro toca. A insegurança era algo com que se deleitar, mais do que algo a se temer.

Contudo, havia sinais mais inquietantes operando na cultura da governança e da pacificação pelo espetáculo. Por exemplo, quando Luís Bonaparte convidou os trabalhadores de vários ofícios a relatar-lhe coletivamente suas opiniões sobre as maravilhosas novas tecnologias exibidas na Exposição Universal de 1867, eles não se mostraram impressionados pelo espetáculo e, em vez disso, apontaram para a degradação do trabalho e dos ofícios, assim como para a inferioridade dos produtos. Concluíram, em geral, que era melhor criar associações de trabalhadores (essa expressão mágica podia novamente ser usada) suplementadas por novas tecnologias para aumentar a eficiência e melhorar as condições de trabalho. Quando alguém se lembrou do desafortunado Jean-Baptiste Baudin, deputado socialista-democrata fuzilado de forma despropositada em uma das poucas barricadas erguidas para protestar contra o golpe de Estado de 1851, o resultado foi uma campanha para a construção de um monumento por subscrição pública como parte de um processo mais geral contra a monumentalidade imperial imposta por Haussmann. Foi nesse momento que a ideia de erguer uma estátua monumental da liberdade em algum lugar foi debatida pela primeira vez, gesto político de implicações óbvias. Mais preocupante ainda era o hábito de transformar o funeral de quase qualquer pessoa que tivesse a mais remota conexão com 1848 ou com a resistência de 1851 em ocasiões políticas espetaculares para inflamadas retóricas diante do túmulo. E quando o sobrinho de Luís Bonaparte matou o jornalista republicano Victor Noir numa discussão em 1869, no mínimo 20 mil pessoas compareceram ao enterro. Toda a ordem simbólica voltou-se contra si mesma quando o retorno do cemitério do Père-Lachaise e a descida de Belleville se fundiram em um espetáculo ameaçador que figurava como um mau agouro para o regime e um prenúncio de revolução. A teatralidade e o espetáculo podiam tirar partido dos dois lados e, à medida que o Império enfraquecia, o centro de gravidade do espetáculo se deslocava não apenas para o processo de reificação, mas também para a oposição política.

Notas

[1] David Van Zanten, *Building Paris*, cit., p. 211; Matthew Truesdell dedica todo um livro a essa questão do espetáculo em *Spectacular Politics: Louis-Napoleon Bonaparte and the Fête Impériale, 1849-1870* (Oxford, Oxford University Press, 1997). O livro de Richard Sennett, *The Fall of Public Man: The Social Psychology of Capitalism* (Nova York, Vintage, 1978) [ed. bras.: *O declínio do homem público*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988], é de longe o mais interessante, pois incorpora o entendimento da teatralidade e do espetáculo em uma compreensão mais geral de como a cidade capitalista estava se desenvolvendo durante esses anos. Em *The Painting of Modern Life*, cit., T. J. Clark se vale das conexões entre reificação e espetáculo para compreender a sensibilidade mobilizada no movimento impressionista entre os artistas da década de 1860.

[2] Nicholas Green, *The Spectacle of Nature: Landscape and Bourgeois Culture in Nineteenth-Century France* (Manchester, Manchester University Press, 1990), p. 77-80; Jacques Rancière, *The Nights of Labor*, cit.

[3] Walter Benjamin, "Paris, Capital of Nineteenth Century", em *Charles Baudelaire: A Lyric Poet in the Era of High Capitalism* (Londres, NLB, 1973), p. 165-7 [ed. bras.: "Paris, capital do século XIX", cit.].

[4] Émile Zola, *The Ladies Paradise* (Oxford, Oxford University Press, 1995), p. 76-7 [ed. bras.: *O paraíso das damas*, São Paulo, Estação Liberdade, 2007, p. 112]; sobre a moda, ver Henriette Vanier, *La mode et ses* métiers, cit.

[5] Richard Sennett, *The Fall of Public Man*, cit., p. 145, 148 [ed. bras.: *O declínio do homem público*, cit., p. 184, 187].

[6] Citado em Gaston Bachelard, *The Poetics of Space* (Boston, Beacon Press, 1969), p. 192 [ed. bras.: *A poética do espaço,* São Paulo, Martins Fontes, 2008].

[7] Charles Baudelaire, *Paris Spleen*, cit., p. 52-3 [ed. bras.: *Pequenos poemas em prosa: o spleen de Paris*, cit., p. 136-7].

* Idem, *Pequenos poemas em prosa: o spleen de Paris*, cit., p. 139. (N. E.)

[8] T. J. Clark, *The Painting of Modern Life*, cit., p. 36.

[9] Edmond de Goncourt e Jules de Goncourt, *Pages from the Goncourt Journal* (org. Robert Baldick, Oxford, Oxford University Press, 1962), p. 53; ver também Richard Sennett, *The Fall of Public Man*, cit.

[10] W. Scott Haine, *The World of the Paris Café: Sociability among the French Working Class, 1789--1914* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996), p. 37, 162-3.

[11] Jean-Pierre Goubert, *The Conquest of Water: the Advent of Health in the Industrial Age* (Cambridge, Polity, 1986), p. 74-6.

[12] Henriette Vanier, *La mode et ses métiers*, cit., p. 178-80; Edmond de Goncourt e Jules de Goncourt, *Pages from the Goncourt Journal*, cit., p. 53.

[13] Walter Benjamin, *Charles Baudelaire*, cit.

[14] Ibidem, p. 74 [ed. bras.: *Charles Baudelaire*, cit., p. 73].

* *O capital*, Livro I, cit., p. 148. (N. E.)

13. Comunidade e classe

> A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe.
>
> Karl Marx*

Os indivíduos estabelecem fidelidades mais abrangentes que aquelas proporcionadas pelo individualismo do dinheiro e pela lealdade à família e aos parentes. Classe e comunidade definem duas dessas configurações sociais mais abrangentes. Hoje, há a tendência de considerá-las categorias mutuamente excludentes que originam formas antagônicas de consciência e ação política. Isso claramente não foi o que aconteceu em Paris, nem antes (ver Capítulo 2) do Segundo Império, nem enquanto ele estava em curso. O fato de muitos se sentirem à vontade com a ideia de que havia tanto uma comunidade de classe quanto uma classe da comunidade não foi uma aberração ideológica; ela possuía uma base material real. O mais surpreendente talvez seja a percepção de muitos de que comunidade e classe não apenas ofereciam categorias e identidades compatíveis, mas de que sua síntese era o rumo ideal a que qualquer sociedade civil progressista deveria aspirar. Essa era a ideia básica do comunismo na década de 1840, e o conceito de associação – tão fundamental no movimento dos trabalhadores e nos ideais de Saint-Simon

que sustentavam as práticas do capital financeiro – ou ignorava ou unificava a distinção. Mas também é verdade que as concepções e realidades tanto de comunidade quanto de classe evoluíram muito rápido no decorrer do Segundo Império. As obras de Haussmann e a transformação da terra e do mercado imobiliário parisiense abalaram não só a estrutura socioespacial da cidade, mas as noções tradicionais de comunidade, e as transformações nas estruturas financeiras e nos processos de trabalho também impactaram a base material das relações de classe. A extraordinária aliança de forças que produziu a Comuna de Paris – maior insurreição comunal de classe na história do capitalismo – só pode ser apreciada de forma plena sob a perspectiva de tais confusões.







Figura 80: *Daumier usou as distinções que se configuravam entre as classes nas ferrovias para explorar suas fisionomias.*

Apresentar as coisas dessa maneira é obviamente um convite à controvérsia. Roger Gould rejeita a ideia de que a Comuna tivesse qualquer ligação com classe social. Tratava-se de uma luta, diz ele, para conquistar liberdades municipais diante de um Estado opressivo e, por isso, era de inspiração puramente comunitária. Com o passar dos anos, houve muitas dessas tentativas de "municipalizar" a tradição revolucionária na França[1]. Richard Cobb, para usar um exemplo bem conhecido, questionou a interpretação de classe de 1789 feita por Albert Soboul; e Manuel Castells, abandonando suas antigas formulações de inspiração marxista, interpretou a Comuna como um movimento social urbano em *The City and the Grassroots* [A cidade e as massas]. Além disso, há muitos livros, como o de Priscilla Ferguson, nos quais o destaque à tradição revolucionária da cidade é tão grande que ela se torna uma força social em si e que por si só desempenhou um papel crucial na mudança política e cultural. Contra isso, defenderei que havia, de longa data, identificações de classe relacionadas a locais, bairros e até comunidades. Os marxistas que se recusam a reconhecer a importância da comunidade na formação da solidariedade de classe estão seriamente equivocados, assim como igualmente cegos aqueles que afirmam que a solidariedade da comunidade nada tem a ver com classe social. Os signos de classe e consciência de classe são tão importantes no espaço de vivência quanto no de trabalho. O posicionamento de classe pode ser expresso tanto pelos modos de consumo quanto pelas relações com a produção.

CLASSE

A reconstrução de Adeline Daumard das fortunas deixadas pelos parisienses em 1847 oferece um retrato nítido da distribuição da riqueza

por categoria socioeconômica (Tabela 8)[2]. No topo, a alta burguesia dos negócios (comerciantes, banqueiros, diretores e alguns industrialistas de grande porte), a aristocracia rural e os altos funcionários do Estado. Eles representavam apenas 5% da população amostrada e detinham 75,8% da riqueza herdada. As classes inferiores (a última das quatro categorias) representavam três quartos da população, mas juntas detinham apenas 0,6% da riqueza. Entre as duas camadas havia a classe média alta, composta por servidores públicos, advogados, profissionais liberais e administradores, que estavam em escalões mais altos, juntamente com os aposentados e os rentistas. Os lojistas, anteriormente a espinha dorsal da classe média, estavam, como já comentamos, mais abaixo na escala social (com quase a mesma proporção populacional, sua parcela de riqueza caiu de 13,7% em 1820 para 5,8% em 1847). Mas eles ainda estavam um grau acima da classe média baixa, composta por empregados e gestores de baixo escalão (principalmente funcionários administrativos) e por trabalhadores autônomos (sobretudo trabalhadores de ofício e artesãos). As disparidades de riqueza nessa estrutura de classe eram enormes.

Podemos olhar de outra maneira para tal estrutura de classe. Em primeiro lugar, o que Marx chamou de "a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária"* está muito evidente. A presença desproporcional da aristocracia rural e dos funcionários do Estado está diretamente ligada ao papel centralizado de Paris na vida nacional. A classe camponesa não é de fato vista, mas sua presença é sentida em toda parte, não somente como reserva de força de trabalho da qual Paris podia se valer, mas também como fonte dos impostos que sustentavam o governo e do rentismo dos proprietários de terras, que gastavam com tanta prodigalidade. Quando acrescentamos os pensionistas e os rentistas financeiros (que viviam de juros), descobrimos que quase um décimo da população de Paris, dona de 70% da riqueza, vivia de rendas não obtidas à custa do próprio trabalho. Aí está grande parte da enorme demanda efetiva que a indústria parisiense estava tão bem posicionada para satisfazer. O domínio dos "ricos ociosos" ou das "classes consumidoras" e o papel superestimado dos funcionários do Estado trouxeram importantes implicações para a vida, a economia e a

política parisienses. Apenas um quinto da alta burguesia estava engajado em atividades economicamente úteis, o que impactou sobremaneira o comportamento da burguesia, suas atitudes sociais e divisões internas.

Tabela 8. *Riqueza herdada por categorias socioprofissionais, 1847*

Categoria	*Valor médio da riqueza por morte registrada*	*% que não deixou riqueza*	*% de mortes registradas*	*% da riqueza total*
Negócios (comércio, finanças etc.)	7.623	26,3	1,0	13,8
Proprietários de terras e imóveis	7.177	8,6	3,7	54,0
Altos funcionários	7.091	13,0	0,6	8,0
Profissionais liberais e gerentes	1.469	39,4	2,0	5,6
Funcionários de nível médio	887	16,9	1,7	3,2
Rentistas e pensionistas	709	38,2	5,7	8,3
Lojistas	467	35,7	6,1	5,8
Empregados do Estado e do setor privado	71	52,8	2,7	0,4
Trabalhadores domiciliares	61	48,5	1,8	0,3
Clero	15	75,9	0,4	0,1
Trabalhadores domésticos	13	81,6	6,9	0,2
Sem atribuição (e Diversos)	4	79,2	29,1	0,1
Trabalhadores	2	92,8	30,2	0,2
Trabalhadores braçais	1	80,5	8,1	0,0
Todas as categorias	503	72,6	100,0	100,0

Nota: Combinei algumas categorias menores de tabelas diferentes sem, creio eu, corromper o quadro geral.
Fonte: Adeline Daumard, *Les fortunes françaises au XIXème siècle*, cit., p. 196-201.

As divisões internas na classe inferior (74,3% na amostragem de 1847 de Daumard) são mais difíceis de discernir. As diferenças entre trabalhadores de ofício, qualificados, não qualificados, ocasionais e domésticos eram obviamente relevantes, embora Poulot mais tarde tenha preferido as distinções baseadas nas atitudes relativas ao trabalho, assim como na disciplina e qualificação (Tabela 9). Os contemporâneos com frequência insistiam (com certo temor) na mais controvertida de todas as divisões sociais: entre as classes trabalhadoras e as classes "perigosas". Antes de 1848, grande parte da burguesia achava que elas eram a mesma

coisa[3], até que o movimento dos trabalhadores de 1848 definiu uma realidade diferente, sem dissipar por completo a ilusão. No entanto, deixou em aberto a classificação da massa heterogênea de vendedores, músicos e malabaristas de rua, trapeiros e catadores de lixo, jovens ajudantes, batedores de carteira e trabalhadores ocasionais, domiciliares ou não. Para Haussmann, esses eram os "verdadeiros nômades" de Paris, pulando de emprego em emprego, de favela em favela, desprovidos de qualquer sentimento ou lealdade em relação ao município. Para Thiers, eles constituíam a "multidão desprezível" que encarava a construção das barricadas e a derrubada do governo como algo meramente teatral e festivo. Marx não foi mais generoso. "Toda essa massa indefinida, desestruturada", de "vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, *lazzaroni* [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, *maquereaux* [cafetões], donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos" – "escória, [...] dejeto, [...] refugo de todas as classes" – compunha um lumpemproletariado, um apoio importante para o golpe de Estado de Luís Bonaparte[4].

Tabela 9. *Reconstituição resumida da tipologia dos trabalhadores parisienses feita por Poulot, 1870*

	Verdadeiros trabalhadores	*Trabalhadores*	*Trabalhadores mistos*
Hábitos de trabalho e qualificações	Trabalhadores qualificados, nem sempre tão capacitados como os "sublimes" – concordam com tudo que o patrão exige para ganhar uma promoção. Trabalham de bom grado à noite e aos domingos e nunca faltam às segundas-feiras. Companheiros, amigos ou família não os afastam de seus deveres.	Não têm mais do que qualificações razoáveis, mas estão dispostos a trabalhar à noite e aos domingos e nunca faltam às segundas-feiras. São motivados apenas pelo ganho monetário.	São menos qualificados e incapazes de supervisionar alguém. Simplesmente seguem o fluxo dos demais e às vezes faltam com eles às segundas-feiras.
Bebida e sociedade	São de uma "sobriedade exemplar". Nunca se embriagam e controlam o mau humor ou a tristeza, guardando-os para si. Buscam consolo no trabalho. Recusam a camaradagem na oficina e por isso são com frequência rejeitados pelos colegas.	Às vezes ficam "bêbados", mas geralmente em casa, aos domingos. Quase nunca bebem com os colegas de trabalho porque as esposas não permitiriam.	Em geral se embriagam em casa, mas também bebem com os colegas de trabalho e comemoram nos dias de pagamento, nas manhãs de segunda-feira e nos eventos coletivos.
Vida antes do casamento	Preferem as prostitutas profissionais à sedução e se casam sem praticar concubinato.	Dormem com lavadeiras, empregadas domésticas etc. e assim escapam de pagar aluguel ou viver com os mestres. Quando se casam, em geral abandonam as amantes e procuram uma boa dona de casa em sua terra natal.	São solteiros que moram em pensões ou se casam com uma esposa rabugenta... ou passam para o "sublimismo".
Condição econômica	São os mais prósperos, têm economias e participam de sociedades de ajuda mútua das quais tentam excluir os "sublimes". Suas esposas são com frequência *concierges* ou pequenas varejistas.	Às vezes têm algum dinheiro extra para pagar as dívidas. Suas esposas são com frequência *concierges* ou pequenas varejistas.	Sempre têm dificuldades para satisfazer suas necessidades.
Vida familiar	Agem como chefes da casa e veem as mulheres como inferiores por natureza. Colocam fortes barreiras entre a família e a vida profissional.	A esposa costuma administrar a casa e geralmente controla as amizades e o comportamento do marido.	A esposa é uma dura policial, temida pelo companheiro. Ela tem um firme controle sobre as finanças e é a principal barreira entre o trabalhador e o "sublimismo".
Política	Verdadeiros democratas, são contra o Império e o socialismo. Compartilham das opiniões de Proudhon sobre "aspirações justas à posse" e buscam associar capital e trabalho. Leem jornais de oposição republicanos, raramente comparecem a reuniões políticas e desaprovam demagogia e esquemas utópicos. Defendem a República e são desprezados pelos socialistas.	Não entendem de fato a retórica socialista e rejeitam as ideias mais avançadas. Gostam de ir a reuniões públicas, onde podem ser convencidos pelos demagogos.	Seguem as ideias dos "filhos de Deus" e leem o que eles recomendam. Vão com frequência às reuniões públicas e acatam inteiramente as ideias dos líderes.

Nota: Esta é uma versão sintética de uma tipologia mais completa encontrada em Adrian Rifkin e Roger Thomas (orgs.)

Nota. Esta é uma versão sintética de uma tipologia mais completa encontrada em Adrian Rifkin e Roger Thomas (orgs.), *Voices of the People*, cit., p. 104-11.

"Sublimes" simples	*Sublimes verdadeiros*	*"Filhos de Deus" e sublimes dos sublimes*
Trabalhadores qualificados, capazes de comandar equipes, mas com frequência acham que "passar a perna" no chefe é um dever. Preferem deixar o trabalho a se submeter a uma disciplina rígida e, por isso, mudam muito de patrão. Sempre faltam às segundas-feiras e se recusam a trabalhar aos domingos e à noite.	Trabalhadores de elite com qualidades excepcionais e indispensáveis a ponto de poder desafiar abertamente os chefes sem medo de represália. Com frequência ganham a vida trabalhando apenas 3,5 dias por semana.	São os mais capazes de dirigir equipes de produção e têm grande influência sobre os outros. Mobilizam resistências coletivas aos chefes e ditam o ritmo de trabalho. O sublime dos sublimes nunca se submete à disciplina da oficina e trabalha em casa; é o "profeta da resistência" dentro da força de trabalho.
Perdem pelo menos um dia a cada duas semanas devido à bebida e com frequência se embriagam aos sábados e às segundas--feiras, mas passam o domingo com a família.	São realmente alcoólatras. Incapazes de atuar dentro ou fora do local de trabalho sem uma boa *eau-de-vie*.	Só se embriagam em dias festivos e com amigos e familiares. Adoram beber e discutir política, podendo se embriagar mais com a política do que com a bebida.
São solteiros que moram em pensões ou vivem em concubinato. Casam-se para ter filhos que cuidem deles na velhice.	Preservam zelosamente a sua liberdade e vivem sós ou em união livre. Casam-se apenas para ter filhos que cuidem deles na velhice.	Assumem o papel de "Don Juans" até quase 40 anos e seduzem com facilidade as esposas e filhas dos trabalhadores da sua equipe. Casam-se tarde e para garantir que os filhos cuidem deles na velhice, mas com frequência vivem em união livre. Em geral suas esposas também trabalham.
Estão em permanente dificuldade econômica e vivem um dia após o outro. Quase sempre endividados, fazem do calote uma virtude. As esposas também são em geral trabalhadoras.	Estão sempre em dificuldade econômica e carecem de recursos para sustentar uma família, embora suas companheiras em geral também trabalhem.	Não enfrentam tanta dificuldade financeira, mas por princípio fazem questão de não pagar as dívidas com varejistas ou proprietários.
Se a esposa tem atitudes "burguesas", há muito conflito. Se ela não trabalha, tem de recorrer à assistência social para sobreviver. As esposas que trabalham tendem a compartilhar das atitudes dos homens para com os chefes e o trabalho e expressam abertamente sua solidariedade.	Se a esposa também não é uma sublime, há conflito permanente, com muitos espancamentos e brigas violentas regadas a álcool. Se a esposa é uma sublime, há um entendimento comum em meio a muitas discussões. A esposa "vai às ruas" e tem, assim, orgulho de sustentar os filhos à custa dos exploradores.	A companheira exerce cada vez mais controle à medida que o homem fica mais velho e perde o vigor.
Refletem sobre o socialismo a cada dia de pagamento e se julgam explorados pelos chefes e locatários, que consideram ladrões. Às vezes frequentam reuniões públicas, quase sempre com um "filho de Deus".	Raramente falam sobre política, nunca leem nem vão a reuniões públicas, mas escutam muito atentamente os comentários dos "filhos de Deus".	Acompanham a imprensa diariamente e fazem comentários profundos sobre política, que os outros escutam com respeito. Sonham com soluções para os problemas sociais, são contra Proudhon e animam o movimento dos trabalhadores. Estão preparados para o martírio. O sublime dos sublimes é mais reflexivo, um "homem de princípios" que age como profeta e guru para o movimento dos trabalhadores. Preparados para lutar contra a República, são os oradores mais respeitados nas reuniões.

Corbon, um observador de então, tentou reduzir o caráter dramático dos contrastes[5]. A "classe inútil" compreendia apenas um quinto das classes inferiores, e muitos, como os trapeiros, eram tão pobres que chegavam a ser passivos e "inofensivos" (exceto pela visão de sua pobreza); eles não eram acostumados ao trabalho regular, não produziam nem consumiam quase nada e eram desprovidos de inteligência, ambição ou interesse por assuntos públicos. O grupo "degenerado" entre eles podia ser indolente e perverso, mas deve ser distinguido da minoria verdadeiramente ofensiva das "classes perigosas", tão presente nos romances de Hugo, Sue e Balzac e que recebeu tanto destaque político por parte de analistas tão diversos como Thiers e Marx. Na época, como agora, a definição de "marginalidade" ou "setor informal" e de seu papel econômico e político era controvertida e confusa. Dada a instabilidade do emprego, o limite entre "moradores de rua" e trabalhadores deve ter sido extremamente poroso. O grande número de mulheres presas à condição de pobreza e obrigadas a ganhar a vida na rua também adicionou um forte componente de gênero à constituição real da camada mais baixa da população (e, como veremos mais adiante, misturou medos sexuais com o medo da revolução). No entanto, os moradores de rua – que viviam mais fora do que dentro da cidade – eram uma força vital na economia, na vida e na cultura parisienses.

Devido à insegurança social e econômica, o limite entre as classes inferiores e os grupos socioeconômicos acima delas também era confuso e poroso. Hugo, por exemplo, comentou sobre "essa camada indeterminada da sociedade, comprimida entre as classes média e baixa, que consiste da ralé que cresceu no mundo e das pessoas mais cultivadas que afundaram e combina as piores qualidades de ambas, não possuindo nem a generosidade do trabalhador nem a honestidade respeitável do burguês"[6]. Muitos lojistas (cuja posição, como vimos, estava em forte declínio) aproximavam-se dessa margem de sobrevivência. Presos em uma rede de dívidas, eram obrigados a fazer trapaças, racionamentos e economias para não perder o pouco que arduamente haviam construído por toda a vida. Exploradores impiedosos dos clientes, eles podiam também se juntar à revolução na esperança de uma melhoria econômica.

Muitos dos donos de oficinas estavam em posição similar. Havia poucas fábricas de grande porte em 1848, por isso as condições materiais para o confronto direto entre o capital e o trabalho na produção não estavam presentes de forma mais intensa. A distinção entre trabalhadores e mestres nas oficinas de pequena escala que dominavam a indústria parisiense era em geral confusa; eles trabalhavam próximos o bastante para que os vínculos de simpatia e cooperação fossem tão fortes quanto os antagonismos cotidianos[7]. Ambos tinham o mesmo ressentimento pelas novas técnicas de produção em massa e pelo sistema de subcontratação das "confecções" e se sentiam tão oprimidos pelo poder das altas finanças e do comércio quanto furiosos e invejosos com relação aos ricos ociosos – que, por sua vez, como se queixava Poulot, viam com o mesmo nível de repugnância e desdém aqueles que trabalhavam com as mãos para viver. Endividada e ameaçada pelos novos processos de produção, uma pequena burguesia frequentemente radical composta de pequenos mestres de ofício foi muito mais importante para a vida política parisiense do que qualquer classe de industrialistas capitalistas.

A burguesia também demonstrava algumas confusões. *La bohème* era mais que um grupo libertino de estudantes jovens, exibicionistas e empobrecidos. Compreendia, de fato, uma gama de burgueses dissidentes, em geral extremamente individualistas – buscando se identificar como escritores, jornalistas, pintores, artistas –, que muitas vezes transformavam seus fracassos em virtudes e zombavam dos rigores da vida e da cultura burguesas. Os companheiros de café de Courbet em geral se assemelhavam mais aos trabalhadores "sublimes" de Poulot do que a qualquer outra camada da burguesia. Às confusões de classe também se somava um grande número de estudantes (a maioria de origem provincial e sustentada por uma parca mesada). Céticos e ambiciosos, desdenhavam da tradição e até mesmo da cultura burguesa, tendo ajudado a transformar Paris em "um vasto laboratório de ideias" e na antessala de esquemas e ideologias utópicos[8]. Relativamente empobrecidos, tais estudantes inevitavelmente tinham algum tipo de contato com trabalhadores e moradores de rua e conheciam muito bem a rapacidade dos lojistas e agiotas. Constituíram o núcleo de muitas conspirações revolucionárias (a

blanquista, por exemplo), foram ativos na Internacional e estavam sempre dispostos a fazer seus próprios protestos nas ruas da Rive Gauche. Misturaram-se muitas vezes com as camadas insatisfeitas de *la bohème*. Um forte movimento dissidente dentro da burguesia, que às vezes abrangia advogados e profissionais liberais consideravelmente prósperos e também escritores e artistas bem-sucedidos, tinha suas raízes nessas camadas da população.

Tal estrutura de classe sofreu algumas transformações durante o Segundo Império. Embora não haja dados para comparações precisas, a maioria dos observadores concorda que, se houve qualquer mudança na distribuição assimétrica da riqueza, foi na direção do aumento da desigualdade, e não de sua redução. Entretanto, mudanças importantes ocorreram nos segmentos de classe. As atividades empresariais (de bancos, comércio, companhias limitadas) tornaram-se relativamente mais importantes na alta burguesia, atraindo não só os funcionários do Estado (como Haussmann) influenciados pela visão saint-simoniana, mas também um grupo da classe fundiária que achava a diversificação nos mercados acionário e imobiliário parisienses mais lucrativa que os arrendamentos rurais consideravelmente estagnados. Mas, se a tradicional propriedade fundiária tornou-se bem menos proeminente, a divisão entre finanças, comércio e indústria adquiriu mais peso, enquanto as rivalidades entre facções (como aquela entre os Rothschilds e os Péreires) assumiram maior importância. A alta burguesia não estava menos dividida em 1870 do que em 1848, mas as divisões se davam sob outros preceitos.

Também houve importantes mutações na classe trabalhadora, que foi impactada pelas transformações no processo de trabalho e na estrutura industrial. A consolidação da indústria de grande porte em setores como tipografia, engenharia e até mesmo comércio (as grandes lojas de departamentos) criou o cenário para confrontações mais diretas entre trabalho e capital no local de trabalho, sinalizadas pela greve dos tipógrafos, em 1862, e pela greve dos trabalhadores do comércio, em 1869. A reorganização e a desqualificação do trabalho de ofício também exacerbaram a sensação de dominação externa, tanto dos pequenos mestres de ofício quanto dos inúmeros intermediários que controlavam o

sistema de produção altamente fragmentado. As greves dos alfaiates e dos bronzistas em 1867, dos curtidores e marceneiros em 1869 e dos fundidores de ferro em Cail em 1870 apontam para o crescente confronto entre capital e trabalho, mesmo nos ofícios em que o trabalho domiciliar e a produção em pequena escala eram a norma. As chances de os trabalhadores de ofício se tornarem mestres de ofício parecem ter diminuído na medida em que estes últimos foram proletarizados ou obrigados a entrar em uma camada distinta de chefia, com tudo o que isso envolvia.

Mas se em 1870 Paris tinha um tipo bem mais convencional de proletariado do que em 1848, as classes trabalhadoras ainda continuavam extremamente diferenciadas. "O cadinho em que os trabalhadores foram forjados era sutil", diz Duveau; "a cidade criou uma unidade a partir da vida da classe trabalhadora, mas suas tradições eram tão variadas quanto matizadas"[9]. Nada era feito para aplacar a condição de peso morto do exército de reserva industrial e dos subempregados, que viviam próximos à margem da existência. Seu número aumentou com a imigração, e eles se fundiram em um setor informal maciço cujas perspectivas pareciam cada vez mais funestas à medida que Haussmann tornava o aparato do Estado mais neo-malthusiano no que diz respeito à provisão de bem-estar. Mas, com quase 1 milhão de pessoas vivendo no nível da pobreza ou abaixo dele (segundo as próprias estimativas de Haussmann), havia limites para suas medidas. Assim, uma onda de desemprego em 1867 fez o imperador abrir uma extensa rede de "sopões" públicos para os famintos.

A composição interna das classes médias também mudou. Enquanto profissionais liberais, gestores e servidores públicos colhiam os frutos do progresso econômico, os rentistas e pensionistas enfrentavam tempos mais difíceis. Os custos de vida e os crescentes aluguéis em Paris corroíam parte da sua riqueza (a menos, é claro, que eles se voltassem a investimentos mais especulativos; e se *L'argent*, de Zola, é de fato preciso, as chances que tinham de perder suas fortunas para os lobos da Bolsa de Valores eram tão grandes quanto as de aumentar seus arrendamentos rurais estagnados). Se usarmos como base seu controle cada vez menor sobre a propriedade parisiense, os lojistas continuaram a decair em direção à classe média

baixa ou até mais baixo, exceto os que encontraram novas maneiras de vender (como as grandes lojas de departamentos e as butiques especializadas, que atendiam as classes superiores e a inundação de turistas). Esse é o tipo de transição que Zola registra de forma tão excruciantemente detalhada em *O paraíso das damas*. Ao mesmo tempo, a explosão na atividade bancária e nas finanças criou uma série de ocupações administrativas intermediárias, algumas das quais eram relativamente bem remuneradas.

A estrutura de classe de Paris estava em plena mutação durante o Segundo Império. Em 1870, os traços dos antigos padrões das relações de classe – proprietários de terras tradicionais, trabalhadores de ofício, artesãos, lojistas e funcionários do governo – ainda podiam ser facilmente discernidos. Mas outro tipo de estrutura de classe estava deixando marcas mais fortes sobre eles; ela própria transitando entre o capitalismo monopolista de Estado praticado por grande parte da nova alta burguesia e a crescente subsunção de todo trabalho (artesanal e qualificado) às relações capitalistas de produção e circulação nos vastos campos da indústria e do comércio parisienses de pequeno porte. A desqualificação estava em curso, solapando o poder do trabalhador de ofício, e o poder econômico se deslocava dentro dessas estruturas. Enquanto os financistas consolidavam seu domínio sobre a indústria e o comércio, pelo menos em Paris, um pequeno grupo de trabalhadores começava a adquirir o status de aristocratas privilegiados do trabalho em meio a uma massa crescente de mão de obra não qualificada e pauperização. Essas mudanças produziram inúmeras tensões, que foram cristalizadas nas ferozes lutas de classes travadas em Paris entre 1868 e 1871.

COMUNIDADE

Naquela época, como agora, era difícil desvendar os ideais e as realidades das comunidades. No tocante a Paris, Haussmann estava muito longe do ideal e, se a realidade existia, ele não conseguia enxergá-la. A população

parisiense era um "oceano inconstante e agitado" de imigrantes, nômades e pessoas em busca de fortunas e prazeres de todos os tipos (não apenas trabalhadores, mas também estudantes, advogados, comerciantes etc.), que jamais conseguiriam adquirir algum senso de comunidade estável ou leal[10]. Paris era simplesmente a capital nacional, "a própria centralização", e tinha de ser tratada como tal. Haussmann não era o único que a enxergava desse modo. Muitos na alta burguesia, desde Thiers até Rothschild, viam Paris apenas como "uma base geográfica chave na luta pelo poder nacional", cujas agitações internas e propensão à revolução desqualificavam-na como uma comunidade verdadeiramente genuína[11]. Ainda assim, muitos que lutaram e morreram no cerco e na Comuna de Paris o fizeram por algum forte senso de lealdade à cidade. Como Courbet, eles justificavam a participação na Comuna com o simples argumento de que Paris era sua terra natal e de que sua comunidade merecia pelo menos o mínimo da liberdade concedida a outras. Seria difícil ler o *Paris-Guide* de 1867, obra coletiva de alguns dos 125 autores locais mais prestigiados, sem sucumbir às imagens poderosas de uma cidade à qual muitos confessavam lealdade apaixonada e duradoura. Mas o *Guide* também nos mostra como diversos parisienses concebiam a comunidade em uma escala menor de vizinhança, bairros e até mesmo dos novos *arrondissements* criados apenas sete anos antes. Esse tipo de lealdade era também importante. Durante a Comuna, muitos preferiram defender seus bairros aos muros de Paris, proporcionando às forças de reação um acesso incrivelmente fácil à cidade.

"Comunidade" significa coisas diferentes para pessoas diferentes. É difícil não impor significados e, portanto, distorcer a maneira como as pessoas se sentem e agem. Os juízos de Haussmann, por exemplo, baseavam-se na comparação com uma imagem rural de comunidade. Ele sabia muito bem que a "comunidade do dinheiro" prevalecia em Paris, e não a estreita rede de relações interpessoais que caracterizava grande parte da vida rural, e era visceralmente avesso a qualquer versão de comunidade que invocasse o ideal socialista de um corpo político protetor. No entanto, embora Haussmann negasse a possibilidade de uma comunidade desse tipo, ele se esforçou para implantar outra, fundada na

glória do Império e repleta de símbolos de autoridade, benevolência, poder e progresso, causas para as quais esperava congregar os "nômades" parisienses. Ele usava, como já vimos, as obras públicas (em particular seu monumentalismo); as Exposições Universais; as grandes comemorações, festas e fogos de artifício; a pompa e circunstância das visitas reais e da vida na corte; e todas as sedutoras roupagens do que se tornou conhecido como a *fête impériale* para construir um senso de comunidade compatível com um governo autoritário, o capitalismo de livre mercado e a nova ordem internacional.



FIGURA 81: *O cartunista Darjou responde ao comentário de Haussmann de que Paris não é uma comunidade, mas uma cidade de nômades, apontando que a desocupação provocada pelas obras de Haussmann foi uma das principais causas do nomadismo.*

Em resumo, Haussmann tentou vender uma nova e mais moderna concepção de comunidade, em que o poder do dinheiro era celebrado como espetáculo e exibido nos grandes bulevares, nos *grands magasins*, nos cafés e nas corridas e, acima de tudo, nos espetaculares "centros de

peregrinação ao fetiche da mercadoria", as Exposições Universais. Independentemente de alguns terem achado esse tipo de gestão vazio e superficial, algo que deveria ser combatido durante a Comuna, como insiste Gaillard[12], ele foi uma tentativa notável, uma ideia evidentemente comprada por grande parte da população, não apenas durante o Segundo Império, mas muito depois. Ao descentralizar as funções dos *arrondissements* e investi-los de simbolismo (as novas *mairies*, por exemplo), Haussmann também tentou forjar lealdades locais, embora em um sistema de controle hierárquico. Mais uma vez, ele foi surpreendentemente bem-sucedido. As lealdades aos novos *arrondissements* se formaram de modo rápido e duram com uma força poderosa até hoje. Eles foram vitais durante a Comuna, quiçá porque eram as unidades de recrutamento da Guarda Nacional, e essa última, talvez não por acaso, veio a se tornar o grande agente da democracia direta e local. As imposições de Haussmann, vindas de cima, se transformaram nos meios de expressão de uma democracia de bases comunitárias vindas de baixo.

Esse sentimento de democracia local e direta tinha raízes históricas profundas. Manifestou-se nas seções parisienses de 1789, nos clubes políticos de 1848 e na forma de organização das reuniões públicas após 1868. Havia uma forte continuidade nessa cultura política, que via a comunidade local e a democracia como indissociáveis. Tal ideologia se alastrou para a esfera econômica, na qual as ideias de Proudhon sobre o mutualismo, a cooperação, a federação e a livre associação tinham muita credibilidade. Mas Proudhon emergiu como um pensador tão influente porque articulou esse senso de comunidade por meio da organização econômica, o que atraiu bastante a tradição dos trabalhadores de ofício e até mesmo os pequenos proprietários. Paris há muito se dividia em diferentes bairros, vilas urbanas, cada qual com suas próprias características relativas a população, atividade econômica e até estilo de vida. A taberna do bairro, como tem sido frequentemente enfatizado, era uma instituição fundamental para forjar a solidariedade entre os moradores. Além disso, o fluxo de imigrantes em geral tinha "áreas de recepção" próprias na cidade, baseadas em seu local de origem ou ofício, e

os “nômades” de Paris parecem ter usado bastante suas redes de parentesco como fontes de orientação para os labirintos da capital.

Há uma tese, sustentada em versões muito diferentes por escritores tão diversos quanto Lefebvre e Gaillard, de que as transformações de Haussmann, a especulação imobiliária e o domínio imperial destruíram o tradicional senso de comunidade e não conseguiram substituí-lo por algo sólido. Outros defendem que a recusa da administração a qualquer tipo de autogoverno que proporcionasse expressão política ao senso de comunidade era a principal pedra no sapato dos parisienses. A Comuna pode então ser interpretada como a tentativa, por meio da aliança de classes, de reconquistar o senso de comunidade perdido, retomar o espaço central da cidade, do qual eles haviam sido expelidos, e reafirmar seus direitos como cidadãos de Paris[13].

A tese não é implausível, mas requer consideráveis matizações para ser, de fato, aceita. Por exemplo, é fantasioso dizer que a noção de comunidade havia sido implantada de maneira mais estável e sólida em 1848. Existem evidências suficientes de desordem na época para refutar a tese de que as rupturas geradas por Haussmann não passam de uma reconstrução retrospectiva romantizada. O que está mais claro é que as realidades e ideologias da construção da comunidade sofreram uma enorme transformação na Paris do Segundo Império. E os mesmos processos que estavam modificando as relações de classe impactavam as comunidades de forma poderosa. A comunidade do dinheiro estava dissolvendo todos os outros vínculos de solidariedade social, particularmente entre a burguesia (processo de que Balzac vinha se queixando desde a década de 1830).

A urbanização de Haussmann foi concebida em uma escala espacial nova e mais grandiosa. Ele ligou comunidades que antes estavam isoladas, e esses vínculos permitiram que elas tivessem papéis específicos na matriz urbana. A especialização espacial na reprodução social tornou-se mais significativa, assim como a especialização espacial na produção e na oferta de serviços. No entanto, não se pode negar que os programas de Haussmann varreram algumas comunidades inteiras (a da Île de la Cité,

por exemplo), abriram rombos gritantes em outras e promoveram muita gentrificação, deslocamento e remoção.

Isso provocou em todas as classes sociais muita nostalgia por um passado perdido, quer tenham sido diretamente afetadas ou não. O fotógrafo Nadar confessou sentir-se um estranho naquele que deveria ser seu próprio país. "Eles destruíram tudo, até a memória", lamentou[14]. No entanto, por maior que fosse a sensação de perda ou o "luto pelo lar perdido" dos muitos desalojados, na prática a memória coletiva era surpreendentemente curta e o ajustamento humano, muito rápido. Kathleen Chevalier comenta como as lembranças e imagens da antiga Île de la Cité foram erradicadas de modo quase instantâneo após sua destruição[15]. É provável que a perda da comunidade, lamentada por muitos observadores burgueses, tenha sido gerada primeiramente pelo colapso dos sistemas tradicionais de controle social após o rápido crescimento demográfico, pelo aumento da segregação residencial e pelo fracasso da provisão social (desde igrejas até escolas) em acompanhar a rápida reorganização do espaço de reprodução social. O neo-malthusianismo de Haussmann com relação ao bem-estar social e sua insistência no regime autoritário, em vez do autogoverno municipal, sem dúvida exacerbaram os perigos. O problema não era o fato de Belleville não ser uma comunidade, mas sua transformação no tipo de comunidade que a burguesia temia, na qual a penetração da polícia era impraticável e o controle do governo impossível e em que as classes populares, com suas paixões desordenadas e ressentimentos políticos, tinham vantagem estratégica. Era isso que realmente estava por trás das queixas do chefe de polícia em 1855[16]:

Figura 82: *As remoções na Île de la Cité, registradas nesta foto do fim da década de 1860, foram extensas até para os padrões atuais.*



Destaca-se que as circunstâncias que obrigam os trabalhadores a sair do centro de Paris têm tido em geral um efeito deplorável sobre seu comportamento e moralidade. Antes, eles costumavam viver nos andares superiores de prédios cujos pisos inferiores eram ocupados por famílias de negociantes e outras pessoas razoavelmente prósperas. Uma espécie de solidariedade se desenvolvia entre moradores de um mesmo prédio, e os vizinhos se ajudavam com pequenos gestos. Quando doentes ou desempregados, os trabalhadores podiam encontrar muita ajuda, e seus hábitos estavam quase sempre imbuídos em uma espécie de respeito humano. Transferidos para o norte do canal de Saint Martin ou mesmo para além das fronteiras da cidade, eles agora vivem onde não há famílias burguesas e, apesar de estarem privados de sua ajuda, por outro lado estão livres da contenção que vizinhos desse tipo exerciam.

O crescimento e a transformação da indústria, do comércio e das finanças; a imigração e a suburbanização; o colapso dos controles no mercado de trabalho e no sistema de formação de aprendizes; a transformação dos mercados imobiliário e fundiário; o aumento da segregação espacial e da especialização dos bairros (de comércio, trabalho de ofício, reprodução da classe trabalhadora etc.); a reorganização da habitação, da provisão de bem-estar social e da educação – todos esses fatores reunidos, sob o poder esmagador do cálculo monetário, promoveram mudanças vitais no significado e nas experiências da comunidade. Fosse qual fosse o senso de comunidade em 1848, ele estava radicalmente modificado, mas não era menos coerente ou viável (como a

Comuna demonstraria) em 1870. Vamos explorar com um pouco mais de profundidade tais diferenças.

A COMUNIDADE DE CLASSE E A CLASSE DA COMUNIDADE

O movimento dos trabalhadores de junho de 1848 foi esmagado por uma Guarda Nacional procedente de trezentos centros provinciais. A burguesia que se movia na órbita comercial de Paris tinha a seu favor "comunicações a longa distância muito melhores que as da classe trabalhadora – dona de forte solidariedade local, mas quase incapaz de agir em nível regional ou nacional"[17]. A burguesia utilizou sua vasta rede espacial de contatos comerciais para preservar seu poder econômico e político.

Por trás dessa circunstância há um problema e um princípio de certa importância. Será que "comunidade" implica coerência territorial? Se for esse o caso, então como os limites são demarcados? Ou será que "comunidade" significa apenas comunidade de interesses, sem delimitações espaciais específicas? O que de fato vemos é a burguesia definindo uma comunidade de interesse de classe que se espalha pelo espaço. Esse foi, por exemplo, o segredo do sucesso de Rothschild (com sua ampla rede familiar de correspondentes em diferentes capitais). A alta burguesia nos negócios e na administração (como os Péreires, Thiers e Haussmann), munida das lições de 1848 e fiel a seus interesses de classe, pensava e atuava cada vez mais nesses termos. A repressão à Comuna feita por Thiers ocorreu de forma idêntica à de 1848. A burguesia descobriu que podia usar seu domínio superior sobre o espaço para esmagar os movimentos de classe, por maior que fosse a solidariedade local em determinados lugares.

Os trabalhadores também foram pressionados para redefinir a comunidade em termos de classe e espaço. Seu movimento de 1848 fora marcado pela xenofobia contra trabalhadores estrangeiros mesclada à profunda simpatia pelos povos oprimidos de toda parte (a solidariedade

para com a Polônia desencadeou importantes revoltas nas ruas de Paris em maio de 1848). A transformação na divisão internacional do trabalho e as novas relações espaciais estimularam escritores como Corbon a argumentar que a solução para a questão do trabalho não era local; ela tinha de ser buscada, no mínimo, a partir de uma perspectiva europeia[18]. O problema, então, estava na compatibilização dessa perspectiva internacionalista com os sentimentos mutualistas e corporatistas que impregnavam a tradição da classe trabalhadora. A tradição da *compagnonnage* e o *tour de France* proporcionaram uma espécie de base para que novos tipos de organizações trabalhistas, capazes de dominar o espaço de maneira comparável à da burguesia, pudessem ser concebidos. Esse foi o obstáculo que a recém-fundada Associação Internacional dos Trabalhadores buscou eliminar, e o resultado foi o surgimento de um enorme e incontrolável pânico na burguesia, pois a Internacional começou a definir uma comunidade de classe "em todas as províncias, centros industriais e Estados", desafiando assim o poder que a burguesia considerava tão inabalável em 1848[19].

Na prática, a burguesia não tinha tanta razão para tremer. A relativa fraqueza das conexões da Internacional e o resíduo poderoso de um mutualismo extremamente localizado tornaram-se óbvios na Guerra de 1870 e na Comuna. Em contraste, a criação da Fédération des Chambres Syndicales Ouvrières em 1869 – organização guarda-chuva que atuava em toda a cidade (sob liderança de Varlin) para os recém-legalizados sindicatos – ajudou a construir a perspectiva do trabalhador sobre questões trabalhistas a partir de uma óptica metropolitana, coerente com a urbanização de Haussmann. Esse tipo de organização sintetizava as poderosas tradições do mutualismo localizado e da democracia direta em estratégias de alcance metropolitano de luta de classe sobre o processo laboral e as condições de emprego. Isso faria parte da volátil mistura que conferiu à Comuna muito de sua força.

A transformação da escala da urbanização e a redução das barreiras espaciais modificaram o espaço sobre o qual a comunidade se definia. Mas essa mudança também foi uma resposta às novas lutas e configurações de classe nas quais os participantes aprendiam que o controle do espaço e das

redes espaciais era uma fonte de poder social. A essa altura, as evoluções de classe e de comunidade se cruzaram para criar novas e intrigantes possibilidades e configurações.

O surgimento das novas comunidades de classe foi acompanhado pelas novas formas de classe de comunidade. O espaço social de Paris sempre foi segregado. O brilho e a riqueza do centro há muito contrastavam com o empobrecimento sombrio do subúrbio; o oeste predominantemente burguês destoava do leste da classe trabalhadora, e a progressista Rive Droite divergia da tradicionalista, embora infestada de estudantes, Rive Gauche[20]. Nesse padrão geral, havia uma considerável mistura espacial. Favelas deploráveis se mesclavam com opulentas residências urbanas; os ateliês dos trabalhadores de ofício e dos artesãos se amalgamavam com residências aristocráticas na Rive Gauche e no Marais; e, embora estivesse diminuindo, a famosa segregação vertical (a burguesia rica no segundo andar, acima da butique, e as famílias de trabalhadores no sótão) ainda proporcionava algum contato social entre as classes. Mestres e empregados na indústria e no comércio também viviam tradicionalmente próximos, sobretudo no centro da cidade, e esse padrão persistia apesar do empenho de Haussmann para a desindustrialização.

Embora seja inverídico dizer que Haussmann tenha criado a segregação espacial na cidade, suas obras – associadas ao efeito de alocação da terra ao uso que tem o aluguel em um contexto de transformação nos mercados imobiliário e fundiário – ampliaram-na, principalmente com base nas distinções de classe. A remoção das favelas e a especulação imobiliária consolidaram bairros burgueses no oeste, enquanto o sistema paralelo de desenvolvimento urbano nas periferias do norte e do leste produziu blocos residenciais de baixa renda apartados por completo das classes superiores. Em Belleville, La Villette e Montmartre, isso criou vastas zonas de concentração da classe trabalhadora de diferentes ocupações, que teriam papel crucial na agitação que conduziu à Comuna. A competição pelo uso da terra também consolidou bairros de negócios e financeiros, e as atividades industriais e comerciais tenderam a se aglomerar de forma mais compacta em determinadas áreas do centro – tipografias na Rive Gauche, serralherias no nordeste do centro, couro e

peles em torno da Arts et Métiers, roupas *prêt-à-porter* próximas dos grandes bulevares. E cada ofício característico de um bairro dava uma forma social aos bairros residenciais circundantes – a concentração de trabalhadores administrativos ao norte do centro de negócios, trabalhadores de ofício no centro do nordeste, tipógrafos e encadernadores (grupo muito militante) na Rive Gauche. Zonas e redutos, centros e periferias e até a bela combinação dos bairros estavam muito mais claramente definidos por classe ou ocupação em 1870 do que em 1848.

Embora esse quadro estivesse muito associado à escala espacial do processo desencadeado por Haussmann, ele também era reflexo das transformações fundamentais do processo de trabalho, da estrutura industrial e do padrão emergente de relações de classe no qual o ofício e a ocupação tinham um papel menos significativo. A consolidação do poder comercial e financeiro, a prosperidade crescente de alguns segmentos da alta e média burguesia, a separação cada vez maior entre trabalhadores e mestres e a progressiva especialização na divisão do trabalho que provocava a perda da qualificação estavam refletidas na produção das novas comunidades de classe. Antigos padrões podiam ainda ser discernidos – a mistura social na Rive Gauche continuava tão confusa como sempre –, mas agora estavam revestidos de uma estruturação mais intensa e definida dos espaços de reprodução social. A organização espacial e o senso de comunidade que a acompanhava foram envolvidos no processo de reprodução das configurações de classe. Como conclui Sennett com perspicácia, "o bairrismo e as classes mais baixas se fundiram" durante o Segundo Império, não porque os trabalhadores queriam as coisas dessa maneira, mas porque as forças sociais lhes impunham tais identificações[21].







FIGURA 83: *Para satisfazer suas necessidades, as pessoas da classe trabalhadora tinham de buscar alojamentos na periferia (com frequência temporariamente) ou nos pátios internos de maior porte no centro, onde a superpopulação era crônica.*

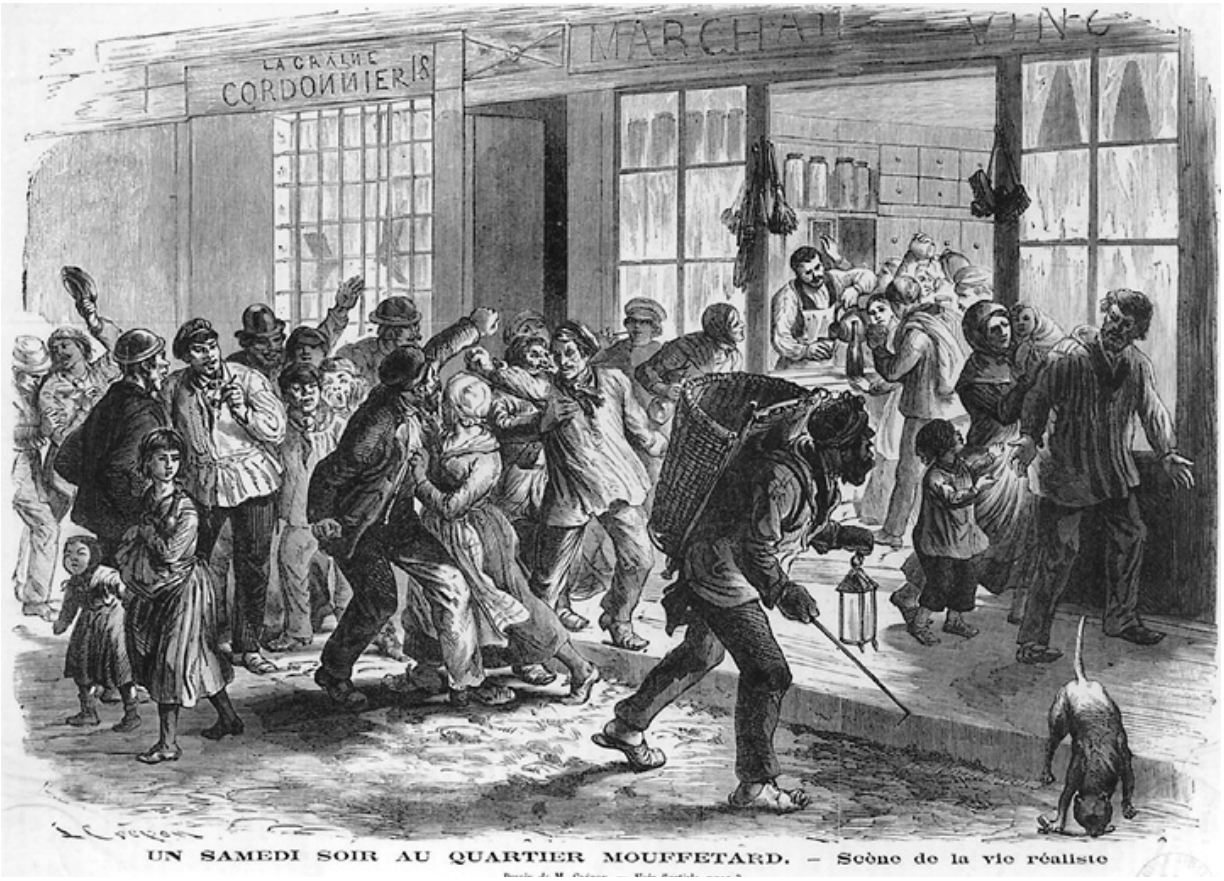
O bilioso relato de Poulot sobre o "sublimismo" dos trabalhadores parisienses oferece uma explicação mais clara sobre como a comunidade de classe funcionava. Importante industrialista e empregador, ele estava furioso com a insubordinação no ambiente de trabalho, o antiautoritarismo e a oposição de classe. Para ele, os insucessos na formação familiar constituíam uma parte importante do problema (daí sua tentativa de cooptar as mulheres e promover formas "respeitáveis" de vida familiar). As tabernas dos bairros eram um problema. Os trabalhadores e até famílias inteiras costumavam se reunir nesses locais para se queixarem de que não tinham voz nas condições opressivas da oficina, tampouco no isolamento do trabalho domiciliar. O fato de a clientela frequentar as tabernas em função dos bairros, e não da modalidade de trabalho[22], possibilitava a formação de uma perspectiva mais ampla sobre a condição da classe trabalhadora em geral, não apenas a de determinado ofício. Havia também tensões dentro e em torno do que a taberna representava, pois, como observa Sennett: "Quando o café se tornava local de conversação entre pares no trabalho, ele ameaçava a ordem social; quando o café se tornava um local onde o alcoolismo destruía a fala, ele mantinha a ordem social". Foi por essa razão que socialistas como Varlin estimularam a utilização dos restaurantes cooperativos (La Marmite) como espaços políticos para a articulação dos ideais socialistas. O que Poulot reconheceu, e que frequentemente se confirmou, é que as solidariedades e identificações de classe são muito mais fortes quando apoiadas, se não desencadeadas, pela organização comunitária (o caso das comunidades mineiras é paradigmático nesse sentido). As identificações de classe são forjadas tanto na comunidade quanto no local de trabalho. A frustração de Poulot estava no fato de que ele podia exercer algum controle no local de trabalho, mas não no espaço da comunidade.

Gould discorda dessa perspectiva. Ele escreve que

> A reconstrução do centro de Paris, a dispersão geográfica dos trabalhadores em uma série de ofícios industrializantes e a significativa expansão da população nos novos *arrondissements* periféricos criaram as condições para um tipo de protesto social em que a identidade coletiva da comunidade estava em grande parte divorciada das identidades ocupacionais, fundadas no ofício e em sua parente mais elusiva, a classe.

O bairro era uma "base para a identidade coletiva que pouco tinha a ver com o mundo do trabalho". E a Comuna seria, portanto, "baseada na identificação com a comunidade urbana, e não com o tipo de ocupação ou com a classe"[23]. Gould declara ter chegado a essa conclusão por meio de simples evidências empíricas "neutras", e faz duras críticas aos que supostamente sobrepõem uma interpretação de classe aos fatos recalcitrantes.





UN SAMEDI SOIR AU QUARTIER MOUFFETARD. — Scène de la vie réaliste

Figura 84: *A vida nas ruas da classe trabalhadora em torno de Les Halles (de autoria de Le Couteux) e a vida noturna nas tabernas (de autoria de Crepon) estavam muito longe do padrão de respeitabilidade burguês. Observe como as mulheres e crianças parecem totalmente integradas à cena da taberna.*

Gould tem razão em insistir que os novos espaços periféricos (como Belleville), que desempenharam um papel tão importante na Comuna, eram menos definidos pela profissão, mas se equivoca ao supor a ausência de relação com "sua parente mais elusiva, a classe". Ele apresenta como prova o fato de que a concentração de classe em Belleville não havia aumentado de forma significativa entre 1848 e 1872 (segundo seu próprio levantamento, o bairro teria permanecido apenas estável, com seus surpreendentes 80% de habitantes classificados como trabalhadores, diante de uma população incrivelmente maior em 1872). Poulot, por exemplo, sem dúvida apreciaria a insistência de Gould sobre a importância das redes e instituições de bairro na criação de solidariedades sociais, mas teria ficado espantado se ouvisse que elas não tinham nada a ver com classe. A principal evidência que Gould apresenta para a solidariedade entre diferentes classes são as testemunhas nos casamentos da classe trabalhadora – donos e empregadores em sua maioria. A partir disso, ele conclui que as redes sociais nos bairros não tinham bases classistas. Gould convenientemente ignora o fato de que o concubinato era a regra e o casamento, a exceção (em 1881, Poulot fez uma série de esforços para estabelecer uma sociedade que promovesse o casamento na classe trabalhadora justamente por essa razão). A maioria dos trabalhadores não se casava porque o casamento era muito caro e muito complicado. Aqueles que o faziam quase certamente buscavam alguma ascensão social e mais respeitabilidade, e por isso muito provavelmente optavam por testemunhas "respeitáveis" (como médicos e advogados, pessoas influentes no local).

Como temos assinalado repetidas vezes, a distinção entre trabalhadores e pequenos proprietários era porosa, e essa não era a principal divisão de classe – banqueiros e financistas, proprietários de terras, capitalistas comerciais, industrialistas e toda a opressiva rede de subcontratantes eram os principais inimigos de classe dos trabalhadores, e

duvido muito que algum destes tenha aparecido como testemunha nos dados de Gould. O fato de as testemunhas serem parte da rede social local é inegável, mas o significado atribuído a isso também está sujeito a questionamento. Segundo Haine, os proprietários de tabernas e cafés quase sempre atuavam como testemunhas para os clientes, mas isso dificilmente evidencia uma ausência de solidariedade de classe, pois esses estabelecimentos eram, em geral, centros de articulação da consciência de classe[24]. No entanto, Gould está absolutamente correto ao apontar a questão das liberdades municipais como uma demanda fundamental tanto antes quanto durante a Comuna. Mas há fortes evidências em ambos os lados – entre a burguesia e entre os trabalhadores – de que isso foi conceituado como uma demanda de classe, embora esta tivesse pontos em comum (e às vezes desconfortáveis) com algumas formas mais radicais de republicanismo político burguês.

Em oposição à opinião não fundamentada de Gould de que "não há evidências" da efetividade do conteúdo socialista das reuniões públicas ocorridas após 1868, temos a afirmação confiante de Varlin, já em 1869, de que oito meses de debate público haviam revelado "a preferência cada vez maior pelo sistema comunista entre os que estão se matando de trabalhar nas oficinas, entre aqueles cujo único salário é a luta contra a fome", bem como os ponderados artigos de Millière na imprensa, em 1870, sobre as perspectivas e os perigos da "comuna social" como solução para os problemas da classe trabalhadora[25]. Como já vimos, o controle do corpo político vinha sendo seriamente contestado sob critérios de classe desde a década de 1830, se não antes, e a associação entre "comunismo" e "comuna" estava sendo revigorada de forma ativa. A incrível proeminência da demanda por autogovernança municipal em uma cidade onde a classe trabalhadora era majoritária dificilmente pode servir de prova para a ausência de interesse de classe. E se a Comuna estava apenas a serviço da liberdade municipal, por que a burguesia republicana (que em geral a defendia) fugiu de modo tão rápido da cidade e por que os monarquistas (que há muito faziam campanha em prol da descentralização política) forneceram o núcleo da liderança militar que tratou tão ferozmente os *communards* como "vermelhos" na semana sangrenta de maio de 1871?

É interessante notar que grande parte das evidências que Gould reúne sobre a pertinência da proximidade espacial nas relações sociais (de classe) e a importância das instituições de bairro e dos novos *arrondissements* como *loci* de solidariedade social é perfeitamente coerente com o relato que apresento aqui. A Comuna foi de fato um evento muito diferente daquele de 1848, e isso se deveu, em parte, à reorganização radical dos espaços cotidianos que a haussmannização realizou, juntamente com as transformações também radicais nos processos de trabalho, na organização da acumulação do capital e na distribuição dos poderes do Estado. A comunidade de classe e a classe da comunidade tornaram-se características cada vez mais marcantes da vida diária e da política do Segundo Império, e, sem o estreito entrelaçamento desses fatores, a Comuna não teria assumido a forma que assumiu.

Notas

[1] Roger Gould, *Insurgent Identities: Class, Community and Protest in Paris from 1848 to the Commune* (Chicago, University of Chicago Press, 1995). Ver também Richard Cobb, *A Sense of Place* (Londres, Duckworth, 1975); Manuel Castells, *The City and the Grassroots* (Oakland, University of California Press, 1983); Priscilla Parkhurst Ferguson, *Paris as Revolution*, cit.

[2] Adeline Daumard, *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle*, cit., e *Les fortunes françaises au XIXe siècle* (Paris, Mouton, 1973).

[3] Louis Chevalier, *Labouring Classes and Dangerous Classes*, cit.; Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, v. 2, cit., p. 200.

[4] Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, cit., p. 75 [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 90-1], e *Class Struggles in France*, cit., p. 47 [ed. bras.: *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, cit.]; Louis Chevalier, *Labouring Classes and Dangerous Classes*, cit.

[5] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 34-48.

[6] Victor Hugo, *Les miserables* (Harmondsworth, Penguin, 1976), p. 15.

[7] William H. Sewell, *Work and Revolution in France*, cit., p. 259.

[8] Theodore Zeldin, *France, 1848-1945*, cit., v. 1, p. 481.

[9] Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 218; David Kulstein, *Napoleon III and the Working Class*, cit.; Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit.

[10] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann,* cit., v. 2, p. 200.

[11] Louis Greenberg, *Sisters of Liberty*, cit., p. 80; Jacques Rougerie, *Procès des communards*, cit., p. 75.

[12] Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit., p. 231.

[13] Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, cit.; Jeanne Gaillard, *Paris: la ville*, cit.; Louis Greenberg, *Sisters of Liberty*, cit.

[14] *Paris-Guide* (1867) (Paris, La Découverte/Maspero, 1983), p. 170; Marc Fried, "Grieving for a Lost Home", em Leonard Duhl (org.), *The Urban Condition: People and Policy in the Metropolis* (Nova York, Basic Books, 1963).

[15] Louis Chevalier, *Laboring Classes and Dangerous Classes*, cit., p. 300.

[16] Citado em ibidem, p. 198-9.

[17] Ted Margadant, "Proto-urban Development and Political Mobilization during the Second Republic", em John Merriman (org.), *French Cities in the Nineteenth Century*, cit., p. 106.

[18] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 102.

[19] Louis Reybaud, "Les agitations ouvrières et l'Association Internationale des Travailleurs", *Revue des Deux Mondes*, jun. 1869, p. 871-902.

[20] Edward Copping, *Aspects of Paris* (Londres, Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858), p. 5.

[21] Richard Sennett, *The Fall of Public Man*, cit., p. 137 [ed. bras.: *O declínio do homem público*, cit., p. 174].

[22] Denis Poulot, *Le sublime*, cit.; W. Scott Haine, *The World of the Paris Café*, cit.; Richard Sennett, *The Fall of Public Man*, cit., p. 215 [ed. bras.: *O declínio do homem público*, cit., p. 266 – tradução ligeiramente modificada].

[23] Roger Gould, *Insurgent Identities*, cit.

[24] Alain Cottereau, "Denis Poulot's *Le sublime* – a Preliminary Study", cit., p. 155; Philippe Berthier, *La vie quotidienne dans la Comédie Humaine de Balzac* (Paris, Hachette, 1998); W. Scott Haine, *The World of the Paris Café*, cit.

[25] Ver Adrian Rifkin e Roger Thomas (orgs.), *Voices of the People*, cit.

* *A guerra civil na França* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2011), p. 59. (N. E.)

* Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 60. (N. E.)

Nota: Combinei algumas categorias menores de tabelas diferentes sem, creio eu, corromper o quadro geral.

Fonte: Adeline Daumard, *Les fortunes françaises au XIXème siècle*, cit., p. 196-201.

14. Relações naturais

> Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.
>
> Karl Marx*

A haussmannização não deixou de atender aos anseios pastorais do utopismo de Balzac. Tampouco ignorou a legitimidade que seria alcançada por meio do apelo às origens medievais, góticas e cristãs do Estado francês (o arquiteto e grande restaurador de catedrais góticas, Viollet-le-Duc, decorou duas vezes a Notre-Dame; a primeira – às pressas – para celebrar a declaração do Império, a segunda a convite de Haussmann, para o casamento de Luís Bonaparte). A importância dada à saúde, à higiene e à revitalização do corpo e da psique humanos também foi contemplada por Haussmann mediante o acesso aos poderes curativos da natureza "pura", que estavam por trás de uma série de propostas feitas pelos "higienistas" da década de 1830. E ele agiu de acordo com tais propostas, apresentadas de forma mais explícita por Hippolyte Meynadier em 1843, em favor de parques e espaços abertos (para que funcionassem como os "pulmões" da cidade). Haussmann cuidou pessoalmente de tais questões e convidou seus talentosos conselheiros (em particular Alphand e

Belgrand) a encontrar soluções. Para proporcionar à cidade algum conceito de natureza, o Bois de Boulogne (conhecido como um "penoso deserto" durante a Monarquia de Julho e cuja revitalização era objeto particular do interesse de Luís Bonaparte), Vincennes, Luxemburgo, o espetacular Buttes-Chaumont (criado a partir de um depósito de lixo), o Parc Monceau e até espaços menores, como a Square du Temple, foram completamente reformados, quando não criados a partir do zero, a maioria sob a orientação criativa de Alphand.

Evidentemente, era um conceito construído de natureza que estava em ação, moldado segundo critérios muito específicos. Grutas e cachoeiras, lagos e locais rústicos para comer, caminhos tranquilos e lugares com sombra foram todos habilmente projetados dentro desses espaços característicos da cidade, destacando imagens pastorais e árcades, traços góticos e concepções românticas dos poderes restaurativos da natureza imaculada, inofensiva (portanto domada), mas ainda assim purificadora[1]. Tais estratégias serviam a vários propósitos. Elas trouxeram para a cidade "o espetáculo da natureza" e assim contribuíram para o resplendor do regime imperial. Também agregavam o romantismo mais politizado da década de 1840 e procuravam transformá-lo em uma relação passiva e mais contemplativa com a natureza nos espaços abertos da cidade.

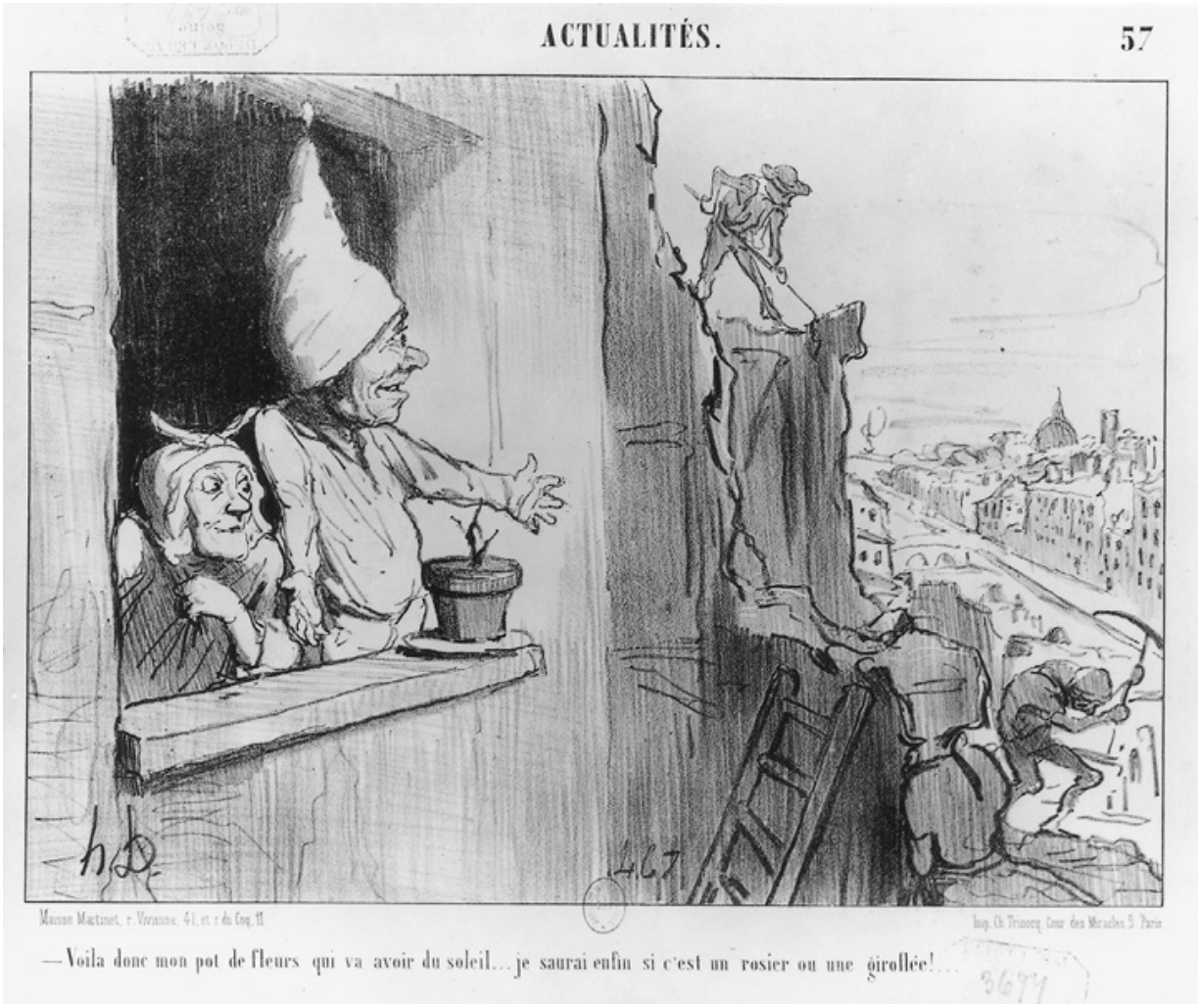


Figura 85: *A abertura dos bairros para a luz do sol e o ar fresco permite que este habitante, como registra Daumier, saiba se a planta que está cultivando é uma rosa ou um cravo.*



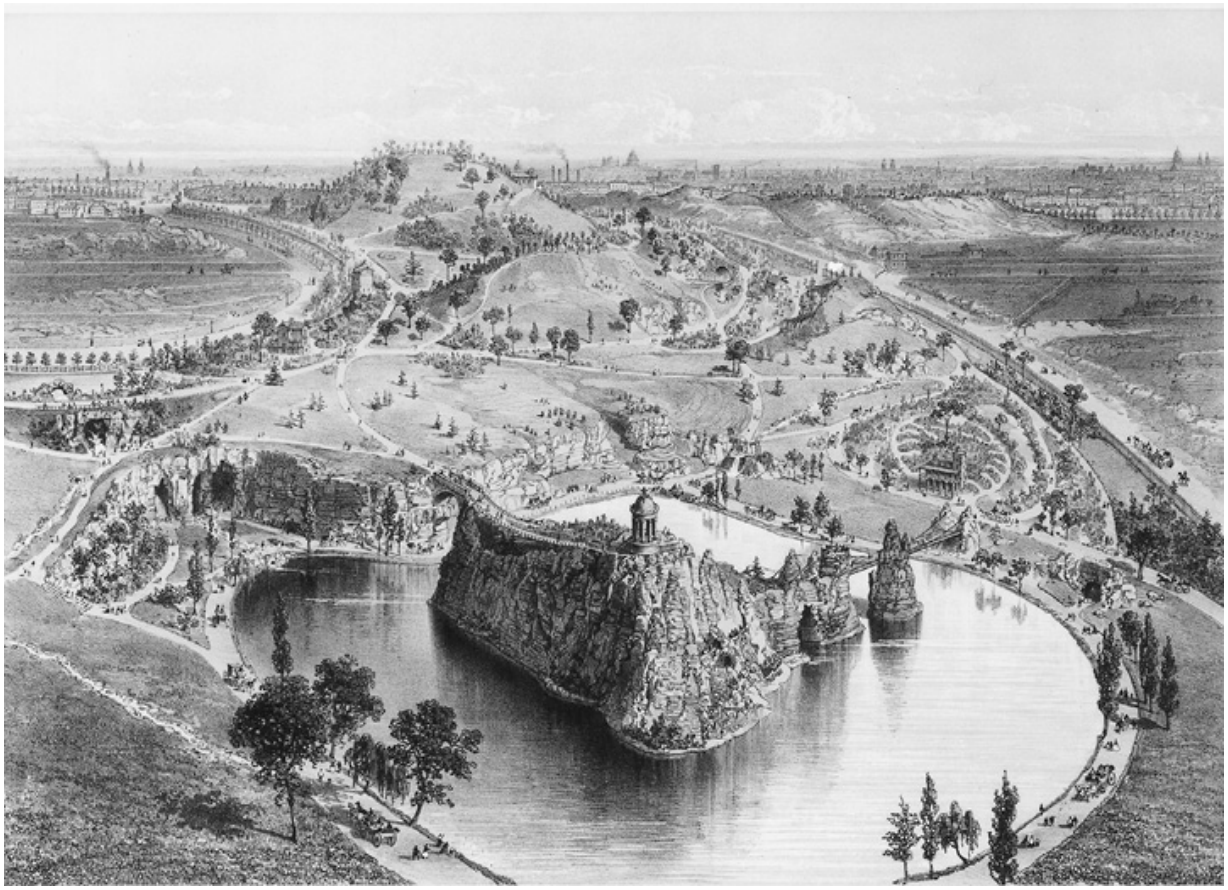


FIGURA 86: *Entre as supremas realizações de Alphand estão a extraordinária reforma do velho depósito municipal de lixo, que se transformou no espetacular parque de Buttes-Chaumont (abaixo, em um desenho de Charpentier e Benoist), e a reforma do Bois de Boulogne, que deixou de ser um "penoso deserto" na Monarquia de Julho e se tornou um local de paisagem pastoral (acima, na foto de Marville) com inúmeros detalhes góticos.*

Grande parte disso apelava para uma tradição cultural peculiar, comum tanto aos trabalhadores quanto aos burgueses, que remontava pelo menos à Restauração, se não antes. Mas esse não foi um desenvolvimento cultural autônomo, sem relação com os caminhos que o capitalismo trilhava[2]. A transformação da natureza (e do acesso a ela) em mercadoria e a influência disseminada do capital e do crédito financeiros tiveram muito a ver com a urbanização durante a Monarquia de Julho. As preocupações com as consequências da superpopulação, da insalubridade e da precarização de uma força de trabalho cada vez mais empobrecida – todas produto do que Marx chamou de período de "manufatura"* do desenvolvimento capitalista, que tipicamente precedeu as máquinas e a indústria moderna – puseram o tema da relação com a natureza em primeiro plano durante a Restauração e depois dela. O romantismo (da variedade de Lamartine e George Sand) e o utopismo pastoral (do tipo que Balzac articulou) foram em parte uma resposta e uma reação à degradação das condições de vida urbana. A ênfase dos planos utopistas dos fourieristas estava na restauração da relação com a natureza. Em um registro mais prático, os higienistas da Monarquia de Julho (Villermé, Frégier e Parent-Duchâtelet) apresentavam cada vez mais evidências das péssimas condições de vida a que estava submetida grande parte da população urbana tanto de Paris quanto das províncias. Embora eles encarassem a limpeza e as medidas de saúde pública como soluções (particularmente para o flagelo da cólera), tais relatos eram ampliados de modo a alimentar sentimentos que iam desde a repugnância fourierista aos fracassos da civilização até o anseio romântico pelo retorno a alguma relação mais saudável com a natureza. As condições que deram origem a esses sentimentos estavam intimamente ligadas à aceleração do ritmo do desenvolvimento capitalista.

Haussmann, como lhe era de costume, alterou a escala da resposta a essas questões e, assim, mudou o que estava em jogo nas soluções que

produzia:

> Em 1850, havia 47 acres de parques municipais. Quando ele foi afastado do cargo, 20 anos depois, havia 4.500 acres. Ele acrescentou 18 praças à cidade – além de outras 7 na zona anexada – e quase duplicou o número de árvores que margeavam as avenidas e bulevares, com algumas das ruas maiores recebendo uma dupla série de árvores de cada lado. Além disso, plantou árvores em todo o território público [...]. O enverdecimento de Paris era para Haussmann um ato político.[3]

Essa era a época da florescência primaveril e da folhagem outonal da castanha. Enquanto Alphand fornecia o talento para o projeto geral (especialmente o do Bois de Boulogne), o horticultor que ele convocara de Bordeaux, Jean-Pierre Barillet-Deschamps, proporcionava inúmeros detalhes românticos para aqueles que adentravam os parques e praças da cidade.

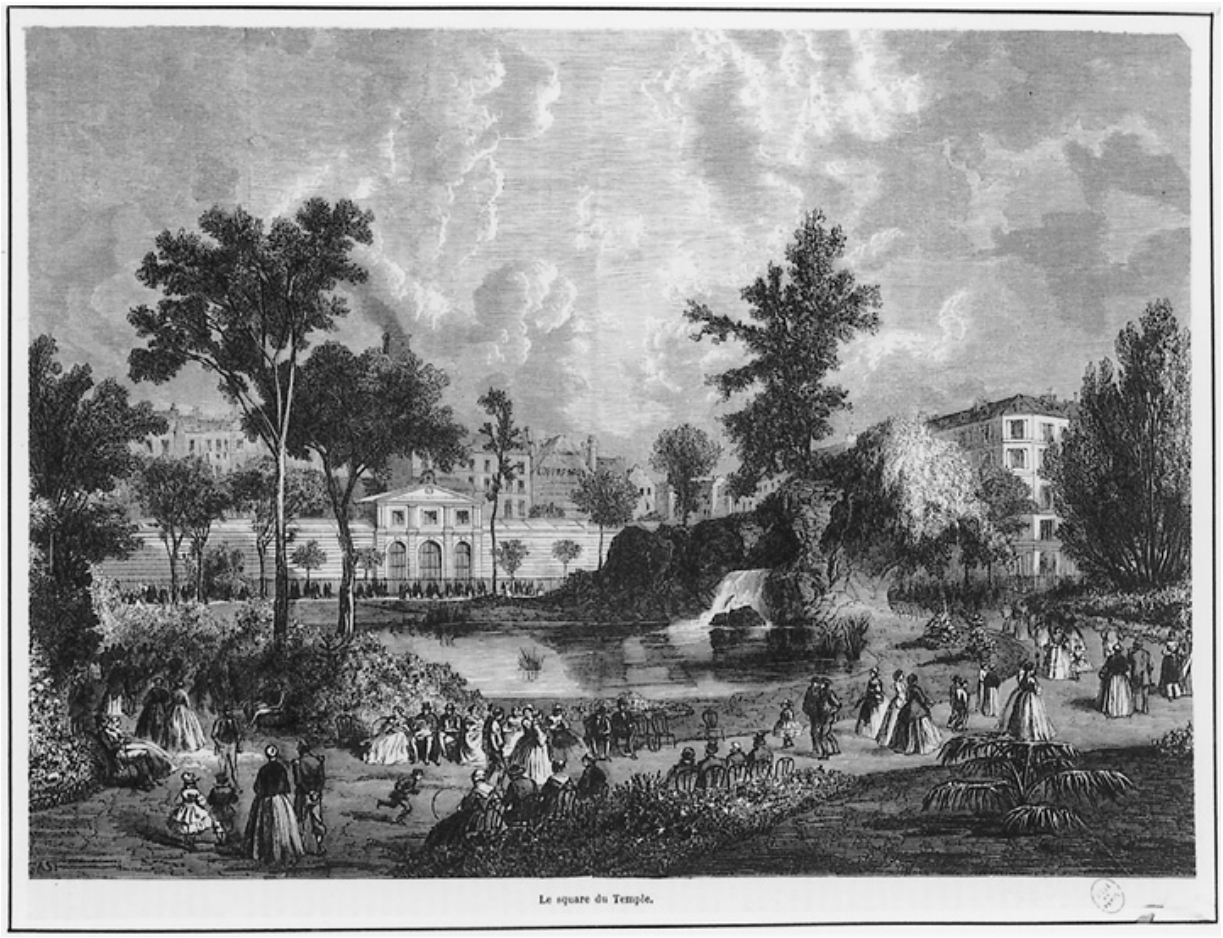


Figura 87: *A reforma da Square du Temple (que convenientemente apagou toda a memória popular do local onde o rei e sua família ficaram presos durante vários meses antes de serem executados, em 1793) trouxe vegetação e água corrente para o coração da cidade. Na verdade, ela agrupava o parque de Alphand, uma mairie de Hittorff e um mercado coberto de Baltard em uma reorquestração total do espaço urbano em torno de lazer, administração e mercado.*

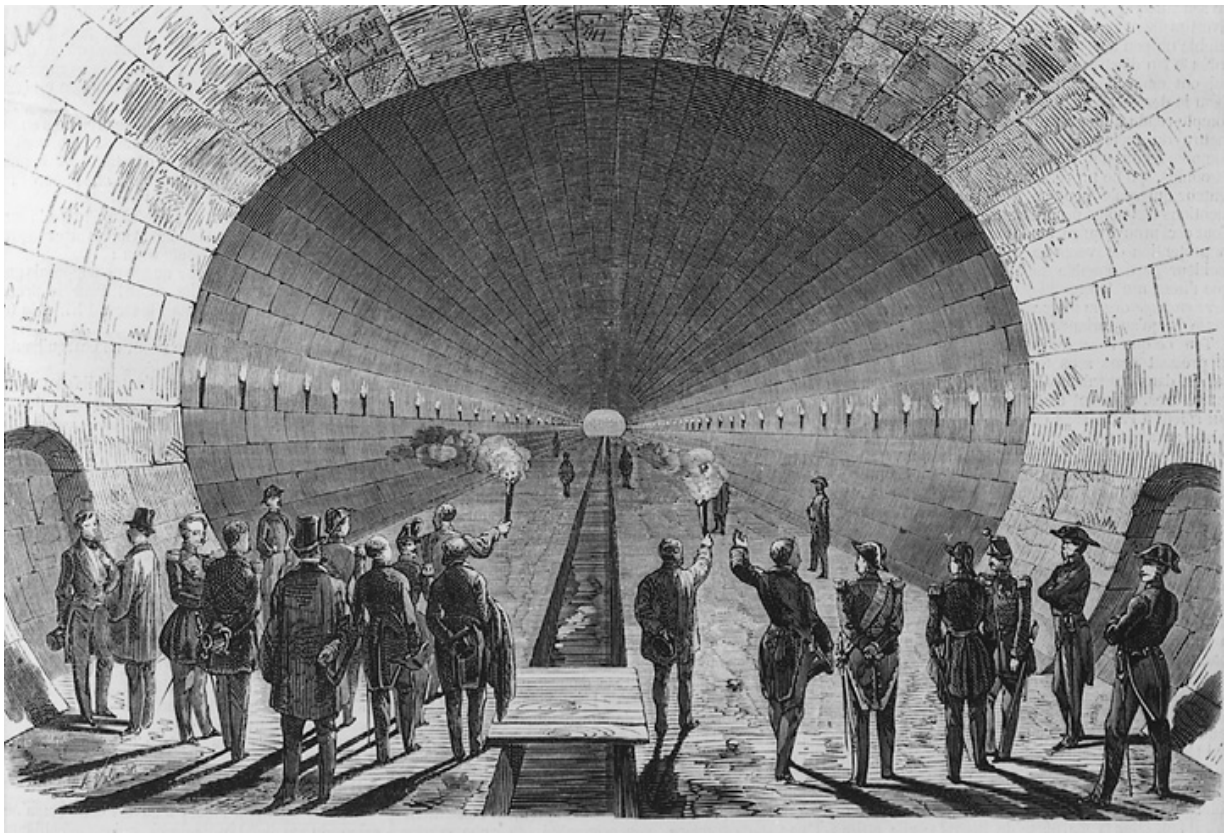
Entretanto, com relação à água e ao esgoto, Haussmann tinha muito pouca escolha, pois em 1850 era óbvio que Paris estava bem atrás das cidades britânicas e norte-americanas, e mesmo de alguns municípios da Europa (como Berlim), no quesito saneamento. As condições asquerosas descritas por Fanny Trollope durante sua visita em 1835 pouco haviam mudado em 1848. "Mas, apesar de serem grandes e variados os males da escassez de água nos quartos e cozinhas de Paris", escreveu ela, "há outra deficiência ainda maior e com efeitos infinitamente piores. A falta de rede de esgoto é o grande defeito de todas as cidades da França, e que tremendo defeito!"[4]. A maioria das fotos das ruas de Paris tiradas por Marville em 1850 faz crer que a chuva acabou de passar, mas os arroios visíveis são sinais de esgotos não tratados, e não de água pluvial. Os surtos de cólera de 1848-1849 e de 1855 agravaram ainda mais esse quadro, porque, embora as causas ainda não fossem conhecidas, presumia-se que as condições insalubres tinham muito a ver com isso.



FIGURA 88: *A maioria das fotos de Marville da velha Paris parece ter sido tirada pouco depois da chuva, e por isso há invariavelmente arroios na rua. Mas eles indicam, na maior parte das vezes, esgotos não tratados. Muito trabalho seria necessário para remediar essa situação insalubre.*

A história da reforma do subsolo de Paris feita por Haussmann foi contada muitas vezes, e em geral é aplaudida como dramática, espetacular e até heroica[5]. O fornecimento de água certamente melhorou. Em 1850, Paris tinha um influxo diário de 27 milhões de galões, o que representaria

26 galões diários por habitante se a distribuição fosse uniforme (o que não era o caso). Em 1870, a média subiu para 50 galões diários por habitante (número ainda muito inferior ao de Londres), e havia obras em andamento que logo a elevariam para 64 galões. No que se refere à distribuição, Haussmann foi menos bem-sucedido; metade das casas não tinha água corrente em 1870, e o sistema de distribuição para os estabelecimentos comerciais era mal articulado. Belgrand, com o apoio de Haussmann, decidiu separar o suprimento de água potável daquele de água não potável para fontes, limpeza de ruas e usos industriais. Inicialmente, isso ajudou a reduzir os custos de fornecimento de água potável fresca, mas a luta para identificar e buscar suprimentos adequados desse tipo de água na região de Paris foi prolongada e prejudicada por muitas dificuldades técnicas. Haussmann saiu vitorioso. De maneira apropriada, os aquedutos que levavam água pura das nascentes do Dhuis e do Vanne, a certa distância da capital, puderam ser modelados como os do Império Romano e, assim, contribuíram para a propagação da aura imperial. Além disso, a altura na qual eles chegavam a Paris permitia que toda a cidade fosse servida por fluxo gravitacional.



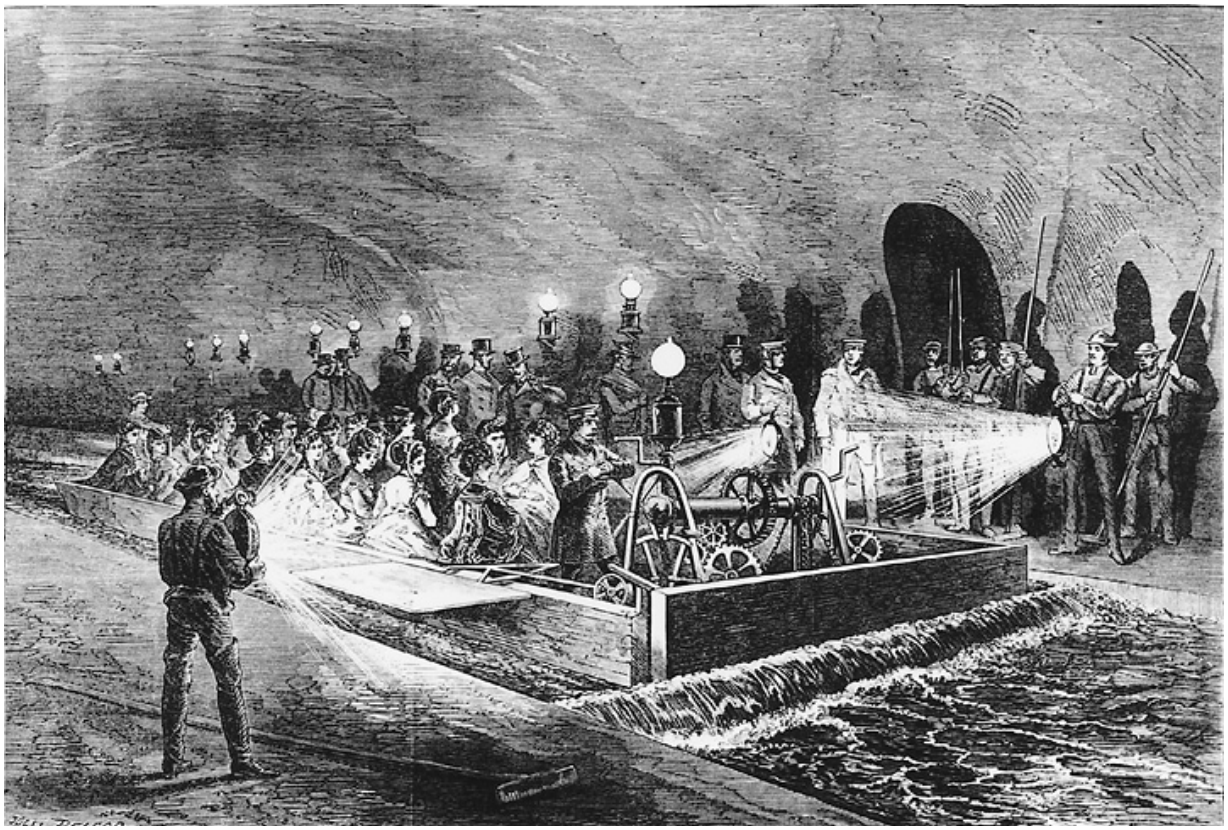




FIGURA 89: *Os novos esgotos eram tão largos e espaçosos (acima, na ilustração de Valentin) que a burguesia e as visitas reais eram levadas em excursões para conhecê-los (abaixo, na ilustração de Pelcoq). As excursões destinavam-se em parte a tranquilizar a burguesia, mostrando-lhe que não havia forças sinistras, como as descritas por Hugo em Os miseráveis, à espreita embaixo da terra.*

Os fluxos crescentes de água exigiam mais atenção ao tratamento do esgoto. Em 1850, as ruas ainda eram o principal vazadouro. Em 1852 (antes de Haussmann), a prefeitura já havia ordenado que "conexões de esgoto fossem instaladas em todas as novas construções e naquelas que estavam passando por grandes reformas em vias que tivessem redes de esgoto". Mas, para que o sistema fosse eficaz, era preciso que todas as ruas de Paris tivessem redes de esgoto. A resposta de Haussmann foi típica. "Enquanto o comprimento das ruas da cidade duplicou durante o Segundo Império (de 424 km para 850 km), o sistema de esgoto aumentou mais de cinco vezes (de 143 km para 773 km)."[6] Ainda mais importante era o fato de que os esgotos construídos tinham capacidade suficiente para alojar canos consertados e outras infraestruturas subterrâneas (cabos elétricos, posteriormente). O subsolo de Paris tornou-se um espetáculo a ser contemplado. Foram montadas excursões para dignitários visitantes e uma burguesia até então temerosa de tudo o que estivesse embaixo da terra, inclusive as espécies inferiores da classe baixa que espreitavam por lá (a famosa descrição de Hugo dos esgotos de Paris em *Os miseráveis* enfatizava essa ideia). Em uma passagem do seu relatório para o Conselho Municipal, que chegou a ficar famosa, Haussmann escreveu:

> Essas galerias subterrâneas seriam os órgãos da metrópole e funcionam como os do corpo humano, sem jamais enxergar a luz do dia. Água pura e fresca, juntamente com luz e calor, circulariam como os diversos fluidos cujo movimento e renovação sustentam a própria vida. Esses líquidos atuariam sem ser vistos e promoveriam a saúde pública sem prejudicar o funcionamento tranquilo da cidade nem estragar sua beleza exterior.[7]

Matthew Gandy interpreta isso como uma reversão discursiva a concepções pré-modernas (da natureza como sendo viva e não morta) e mostra como "as dinâmicas de circulação das trocas econômicas iriam sobrepujar concepções orgânicas da ordem urbana e instituir um novo

conjunto de relações entre a natureza e a sociedade urbana"[8]. Isso, argumenta ele, não foi realizado por Haussmann, tendo ocorrido somente no fim do século XIX. A linguagem de Haussmann pode, é claro, ter sido apenas tática, valendo-se da longa tradição do raciocínio biológico e das metáforas orgânicas que permeavam o trabalho dos higienistas da Monarquia de Julho. No entanto, é muito provável que, em um momento no qual a linguagem da engenharia mecânica não estava consolidada como linguagem técnica da modernidade, ele tenha se baseado na metáfora da circulação e do metabolismo como uma questão puramente prática (muitos ambientalistas contemporâneos retomaram o conceito do metabolismo como fundamental para a ideia do desenvolvimento urbano sustentável). As investigações e relatórios cuidadosos de Belgrand, assim como os memorandos que Haussmann produziu para persuadir um Conselho Municipal cético e sempre cauteloso, são desprovidos dessa retórica de organicidade e analisam as questões de maneira mecânica. De todo modo, não deixam de enfatizar a ideia da circulação, e essa metáfora tinha uma dupla utilidade. Por um lado, destacava as funções revigorantes da livre circulação do ar, da luz do sol, da água e dos esgotos na construção de um ambiente urbano saudável, ao mesmo tempo que evocava uma conexão com a livre circulação do dinheiro, das pessoas e das mercadorias por toda a cidade, como se essas fossem também funções totalmente naturais. A circulação do capital poderia, assim, ser tomada como "natural", e a remodelação da metrópole (de seus bulevares, parques, praças e monumentos) poderia ser interpretada como harmoniosa em relação a um esquema natural.

Notas

[1] David P. Jordan, *Transforming Paris: the Life and Labors of Baron Haussmann* (Nova York, Free Press, 1995), cobre particularmente bem esses aspectos das obras de Haussmann.

[2] Nicholas Green, *The Spectacle of Nature*, cit.

* Ver, em especial, Karl Marx, "Divisão do trabalho e manufatura", em *O capital*, Livro I, cit. (N. E.)

[3] Donald Reid, *Paris Sewers and Sewermen: Realities and Representations* (Cambridge, Harvard University Press, 1991); Jean-Pierre Goubert, *The Conquest of Water*, cit.; Matthew Gandy, "The Paris Sewers and the Rationalization of Urban Space", *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 24, n. 1, 1999, p. 23-44; David P. Jordan, *Transforming Paris*, cit.

[4] Frances Trollope, citada em Donald Reid, *Paris Sewers and Sewermen*, cit., p. 38.

[5] David Pinkney, "Migrations to Paris during the Second Empire", cit., p. 125-6.

[6] Donald Reid, *Paris Sewers and Sewermen*, cit., p. 30; David Pinkney, "Migrations to Paris during the Second Empire", cit., p. 132.

[7] Citado em Matthew Gandy, "The Paris Sewers and the Rationalization of Urban Space", cit., p. 24.

[8] Idem.

* *Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 84. (N. E.)

15. Ciência e sentimento, modernidade e tradição

> Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar.
>
> Karl Marx*

Perscrutar a consciência é sempre um exercício perigoso. Mas algo tem de ser dito sobre as esperanças e os sonhos, os temores e as fantasias que motivam as pessoas a agir. Como reconstruir, no entanto, os pensamentos e sentimentos dos parisienses de mais de um século atrás? Certamente, há um vasto registro literário (popular e erudito) que, quando complementado por charges, pinturas, esculturas, projetos de arquitetura e engenharia e coisas semelhantes, nos diz como pelo menos algumas pessoas sentiam, pensavam e agiam. Entretanto, muitas outras não deixaram marcas tão tangíveis. A massa da população permanece muda. É necessário um estudo cuidadoso da linguagem – palavras, gestos, canções populares, teatro e publicações de massa (como *La Science pour Tous*; *Le Roger Bontemps*; *La Semaine des Enfants* [Ciência para todos; Roger Bontemps; A semana das crianças]) – para obter uma percepção apenas fragmentária do pensamento e da cultura populares[1].

O Segundo Império tinha a reputação de ser uma era de positivismo. Entretanto, pelos padrões modernos, tratava-se de um tipo curioso de positivismo, cercado de dúvidas, ambiguidades e tensões. Os pensadores estavam "se empenhando de diferentes maneiras e em diferentes níveis para conciliar aspirações e convicções incompatíveis"[2]. O que era verdadeiro para a *intelligentsia*, os artistas e os acadêmicos o era também profundamente para muitos trabalhadores; embora apaixonadamente interessados no progresso, eles com frequência resistiam à sua aplicação no processo do trabalho. Corbon escreveu: "O trabalhador que lê, escreve, tem o espírito de um poeta e grandes aspirações materiais e espirituais, aquele devoto do progresso torna-se, efetivamente, um reacionário, retrógrado e obscurantista quando se trata do seu próprio negócio"[3]. É evidente que, para os trabalhadores de ofício, sua arte era sua ciência, e a desqualificação não era sinal de progresso, como líderes, a exemplo de Varlin, queixavam-se continuamente. Assim, Paris vivenciava essas tensões e ambiguidades de forma dupla, pois era o coração da agitação intelectual tanto da nata da *intelligentsia* nacional quanto dos "intelectuais orgânicos" da classe trabalhadora. Havia também inúmeras interseções em que a mesma sensação de crescente submissão do trabalhador ao poder monetário do capitalismo aparecia espelhada pela prostituição das habilidades do escritor e do artista aos ditames do mercado. Aí está a semelhança entre as experiências que levou *la bohème* a se aliar aos trabalhadores na revolução.

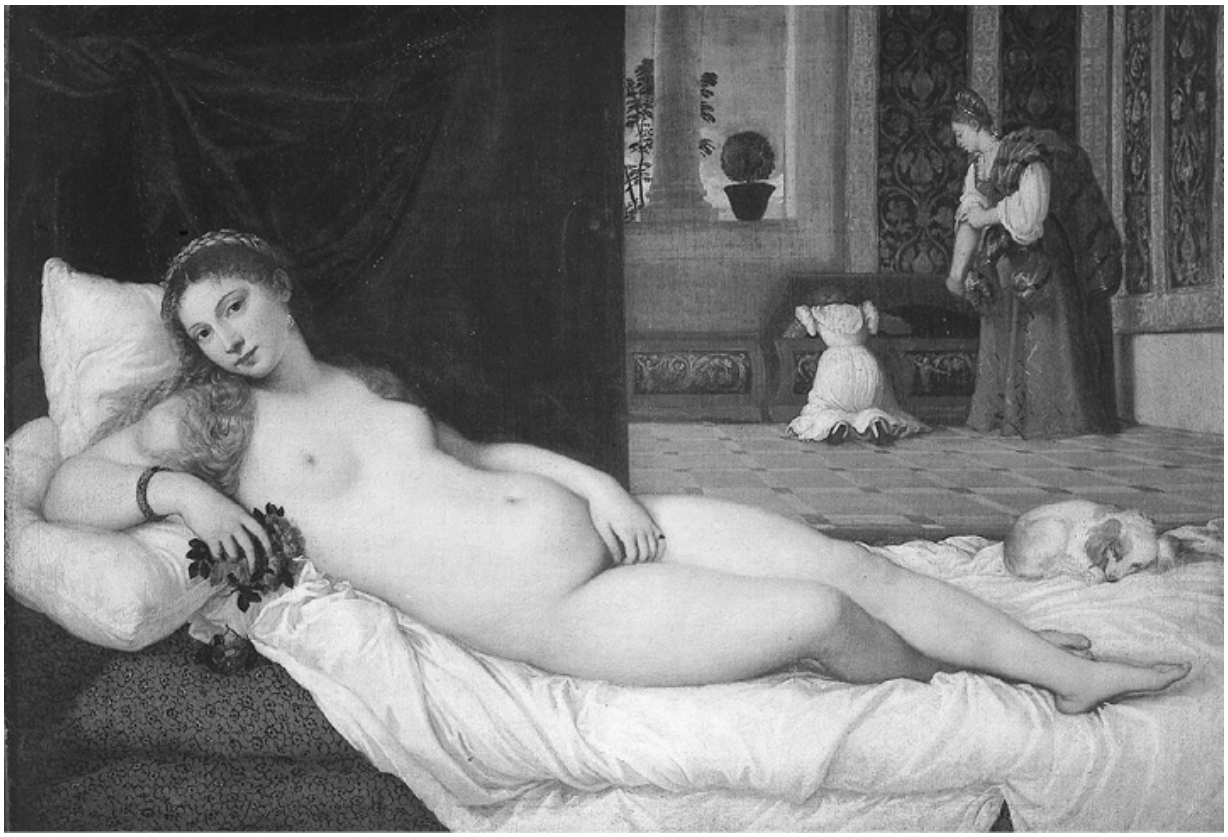




FIGURA 90: *A maneira como a modernidade ecoava a tradição é belamente configurada em Olympia (1863), de Manet, que claramente usou como modelo a Vênus de Urbino (1538), de Ticiano. Mas o cão obediente é substituído por um gato incontrolável (símbolo do poderoso movimento maçônico entre as classes médias), a criada pertence muito mais a essa realidade e seu poder é mais ambíguo, e o nu parece ser o de uma prostituta comum, e não o de uma cortesã, como muitos críticos da época se queixaram.*

A maioria das pessoas estava impressionada com as virtudes da ciência, e as conquistas da medicina tinham particular importância. Os estudantes de medicina não só estavam na vanguarda dos movimentos políticos e científicos da década de 1860, mas também a imagem da fria dissecção de algo tão pessoal como o corpo humano se tornou um paradigma do que a ciência representava. Se o corpo humano podia ser dissecado, por que não fazer o mesmo com o corpo político? A ciência não era tanto um método, mas uma atitude dedicada à luta para desmistificar as coisas, penetrar e dissecar sua essência. Essa atitude estava por trás, inclusive, do movimento da "arte pela arte". Não só cientistas, mas escritores, poetas, economistas, artistas, historiadores e filósofos podiam aspirar à ciência. "Ela era isenta da moralidade convencional e de qualquer intuito didático; era 'pura', no sentido em que eles desejavam que sua arte fosse 'pura', [e] sua objetividade e imparcialidade se assemelhavam à sua determinação de evitar o sentimentalismo e a demonstração de sentimentos". Todo escritor ambiciona, escreveu Sainte-Beuve ao elogiar *Madame Bovary*, utilizar "a pena como outros utilizam o bisturi". Flaubert, filho de um médico, foi durante toda a vida fascinado pela dissecação de cadáveres. "É curioso como sou atraído pelos estudos médicos", escreveu ele, mas "essa é a maneira como o vento intelectual está soprando nos dias de hoje". Maxime Du Camp, um dos mais íntimos amigos de Flaubert na juventude, escreveu uma "dissecação anatômica" do "corpo" de Paris em um estudo de seis volumes (e, segundo o comentário de Edmond de Goncourt em seu *Journal*, ele praticamente dissecou Flaubert em suas *Mémoires*). Delacroix observou que a ciência "demonstrada por um homem como Chopin é a arte em si, a pura razão embelezada pelo gênio". Muitos artistas acreditavam atuar de forma análoga à de um cientista como Pasteur, que estava na época penetrando nos mistérios da fermentação[4].

Outros, ao perceberem que o abismo se alargava, procuravam fechá-lo. "Logo chegará o momento", escreveu Baudelaire, "no qual se entenderá que qualquer literatura que se recuse a caminhar fraternalmente entre ciência e filosofia será homicida, suicida". Hugo pensava de maneira semelhante: "É pela ciência que se realizará a visão augusta dos poetas; o belo social [...]. No ponto a que chegou a civilização, o exato é um elemento necessário do esplêndido, e o sentimento artístico é não somente servido, mas completado, pelo órgão científico; o sonho deve saber calcular"[5]. Trabalhadores de ofício como Varlin certamente teriam concordado; afinal, essa foi a razão por que eles começaram a investir na formação educacional. O historiador Michelet era ainda mais programático. Ele buscava "a poesia da verdade, a própria pureza, que penetra no real para encontrar sua essência [...] e assim rompe a tola barreira que separa a literatura libertária da científica"[6].

Confusões e ambiguidades surgiram porque poucos estavam dispostos a separar a ciência do sentimento. Embora a postura científica ajudasse os pensadores a se libertarem das armadilhas do romantismo, do utopismo e, acima de tudo, do misticismo da religião oficial, ela não os eximia de considerar as direções do progresso social e a relação com a tradição. "Um pouco de ciência o afasta da religião; muita ciência o leva de volta a ela", disse Flaubert. Saint-Simon já havia dado o primeiro passo nesse sentido ao insistir que sua nova ciência da sociedade não poderia chegar a lugar nenhum sem o poder de um cristianismo renovado para direcionar seu propósito moral. Auguste Comte (que, quando jovem, colaborou com Saint-Simon) seguiu o mesmo caminho. O sistematizador de um positivismo abstrato, esquemático e teórico na década de 1830 voltou-se para uma modalidade mais humanística de pensamento na década de 1840. De 1849 até sua morte, em 1857, inúmeros panfletos dedicados à fundação de igrejas positivistas da humanidade foram emitidos de sua casa, próxima à Place de la Sorbonne.

Os mais envolvidos na criação de uma ciência da sociedade não queriam dissociar fatos de valores. Antes de 1848, a ciência social estava dividida entre grandes sistematizadores como Comte, Saint-Simon e Fourier, cujas abstrações e especulações serviam de fonte de inspiração, e

os empiristas, que, como os higienistas da década de 1840, se limitavam a descrições comoventes, porém malthusianas, das terríveis patologias e depravações às quais os pobres eram expostos e as classes perigosas, propensas. Nenhum dos dois métodos produzia uma ciência social incisiva. Foi Proudhon quem tornou a conexão entre capitalismo, miséria e crime mais explícita no contexto francês, e *O capital*, de Marx, cujo primeiro volume só foi lançado na Alemanha em 1867, deixou tais conexões ainda mais claras. Os estudantes de medicina, que mais tarde formaram o núcleo do movimento blanquista, também causaram grande impacto ao usar seus bisturis materialistas na dissecação da sociedade e de seus males. Mas outras tendências menos encorajadoras também podiam ser observadas. Le Play combinou o positivismo com o empirismo para criar um novo tipo de ciência social na década de 1850 em apoio à causa católica. Seus extensivos estudos sobre o orçamento e a vida familiares se dedicavam a proteger o conceito cristão da família como a base da ordem social. Os economistas políticos liberais não foram menos assíduos na tentativa de moldar sua ciência social "objetiva" para fins políticos[7].

Entender essas correntes entrelaçadas e confusas se torna difícil se a evolução complexa das relações e alianças de classe que produziram 1848, a República conservadora e o Império não é levada em conta. Na Revolução de 1848, como já vimos, os sociais-democratas progressistas se juntaram nas barricadas à mistura heterogênea de *la bohème* (Courbet e Baudelaire, por exemplo), românticos (Lamartine, George Sand), socialistas utópicos (Cabet, Blanc) e jacobinos (Blanqui, Delescluze), assim como a um sortimento igualmente diversificado de trabalhadores, estudantes, moradores de rua e representantes das "classes perigosas". As amargas Jornadas de Junho abalaram essa aliança de todas as maneiras. Fosse qual fosse o papel real dos românticos e socialistas utópicos, a poderosa marca ideológica que deram à retórica de 1848 ficou totalmente desacreditada com a repressão de junho. "É demais para os poetas", ironizou Flaubert. Proudhon achou a demagogia nas barricadas insípida e utópica, sem nenhum sentido prático. No entanto, o romantismo e o utopismo haviam sido a primeira linha de defesa contra a subordinação de

todos os modos de pensar à religião. Outros meios de resistência e protesto tinham de ser encontrados:

> De modo geral, o utopismo havia sido substituído pelo positivismo; a crença mística na virtude das pessoas e as esperanças de regeneração espiritual deram passagem a um pessimismo mais cauteloso com respeito à humanidade. Os homens começaram a enxergar o mundo de maneira diferente, pois as esplêndidas ilusões haviam sido destroçadas diante de seus olhos, e seu próprio estilo de falar e escrever mudou.[8]

Aqui se encontra a importância da repentina ruptura de Courbet com o realismo (chamado por muitos de "socialista") na arte, do feroz e intransigente mergulho de Baudelaire em uma modernidade que assumira uma dimensão mais trágica após a violência de 1848 e da confusão inicial de Proudhon, que em seguida rejeitou por completo os esquemas utópicos. Courbet, Baudelaire e Proudhon podiam unir-se politicamente, e de fato o fizeram[9]. Desiludidos com o romantismo e o utopismo, reação social típica a 1848, eles passaram a buscar no realismo e na ciência prática meios para a liberação dos sentimentos humanos. Talvez, no fundo, continuassem românticos, mas eram românticos munidos de bisturis, prontos para se proteger do autoritarismo da religião e do Império atrás do escudo do positivismo e do distanciamento científico. A burguesia respeitável chegou a uma conclusão semelhante, embora por razões bem diferentes. Escolas profissionalizantes deviam ser organizadas, escreveu um deles, com o intuito de treinar trabalhadores competentes, contramestres e gerentes de fábricas "para os combates da produção", em vez de produzir "bacharéis desempregados amargurados por sua impotência, suplicantes natos de todo cargo público, que perturbam o Estado com suas pretensões"[10].

Dado seu interesse no progresso industrial e social, pareceria plausível que o Império recebesse de bom grado essa virada para o realismo e a ciência, encorajasse-a e cooptasse-a. À primeira vista, ele fez exatamente isso, mediante a promoção de Exposições Universais voltadas ao enaltecimento das novas tecnologias, a criação de comissões de trabalhadores para examinar os resultados e as aplicações da mudança tecnológica, e ações desse tipo. Mas o Segundo Império nada fez para

reverter, e até 1864 inclusive exacerbou, o que muitos comentaristas concordam ter sido um grave declínio da ciência francesa, que atingira o apogeu no início do século e se tornara relativamente medíocre no fim dele[11]. Pouco foi feito para apoiar pesquisas – Pasteur, por exemplo, teve dificuldade para conseguir recursos –, enquanto as medidas governamentais (que negavam aos estudantes a liberdade de expressão sobre questões políticas, por exemplo) geralmente causavam tanto tumulto nas universidades que os protestos estudantis ganharam as ruas ou se articularam em conspirações subversivas, como a blanquista. A ciência, o positivismo, o pensamento livre e o materialismo tornaram-se formas de protesto cujos principais alvos eram o misticismo da religião, o autoritarismo, a censura e a frivolidade da cultura do Segundo Império.

As contradições nas políticas imperiais também têm de ser entendidas nos termos da precária aliança de classe, que era a base do poder de Luís Bonaparte. Sua genialidade e desventura estavam, de fato, na busca pela implantação da modernidade em nome da tradição, na forma como usou o autoritarismo do Império para promover as liberdades da acumulação privada de capital. Ele só conseguiu ocupar um lugar tão singular na história porque a instabilidade das relações de classe em 1848 lhe deu a chance de agregar os desiludidos e temerosos de todas as classes em torno de uma lenda que prometia estabilidade, segurança e, quem sabe, glória nacional. Mas o imperador sabia que tinha de ir além. "Caminhe à frente das ideias do seu século", escreveu, "e elas o seguirão e o apoiarão. Caminhe atrás, e elas o arrastarão a reboque. Caminhe contra elas, e elas o derrubarão"[12]. No entanto, o problema era que Luís Bonaparte tinha de buscar o apoio de uma Igreja católica cuja base era reacionária e inculta, liderada por um papa que rejeitava totalmente a reconciliação com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna. Certamente, havia católicos progressistas, desprezados por Roma, que, como Montalembert, apoiaram o golpe de Estado, mas estes mais tarde deploraram tanto a aliança dos católicos com o Império que se viram diante de um promotor público. De todo modo, o resultado líquido disso, pelo menos até o rompimento da aliança, na década de 1860, foi que grande parte da educação estava nas mãos daqueles que a viam apenas como um meio de

controle social mediante a propagação de valores tradicionais, em vez de fonte de progresso social. Aliada à censura, essa condição transformou o movimento do livre pensar nas universidades em uma importante crítica ao Império.

O Império também era vulnerável porque se equilibrava de maneira desconfortável na ruptura entre a modernidade e a tradição. Buscava o progresso social e tecnológico, por isso seus pensamentos e ações tinham de confrontar o poder das classes e as concepções tradicionais (religião, autoridade monárquica e orgulho dos artesãos). O Império estava também fundado sobre uma lenda, que, no entanto, não resistiria a uma inspeção rigorosa. Havia dois obstáculos principais: a forma como o Primeiro Império tinha surgido da Primeira República e o subsequente colapso que sofreu. Os censores procuravam impor um silêncio diplomático sobre essas questões, proibindo apresentações e peças populares (até uma de autoria de Alexandre Dumas) que se referissem a elas. Protegido pelo exílio, Victor Hugo, vociferando contra as iniquidades do imperador em *Napoleon le Petit* [*Napoleão, o pequeno**], disparou fogo. Inseriu em *Os miseráveis* uma descrição brilhante, mas um tanto gratuita em termos de trama, da derrota em Waterloo, por meio da qual, como lhe era de costume, inseriu a opinião de que Napoleão I "vencer em Waterloo não era cabível nas leis" e de que a "superabundância de vitalidade humana concentrada em uma única cabeça" teria sido "fatal para a civilização". Ele ainda acrescenta que "o desaparecimento do grande homem era necessário para o desenvolvimento do grande século". *Os miseráveis*, embora publicado em Bruxelas, estava "passando de mão em mão" na Paris de 1862, e a mensagem de Hugo certamente influenciou seus leitores[13].

Esse tipo de exploração da tradição não era novo. As disputas de historiadores e escritores como Michelet, Thiers e Lamartine em torno do significado da Revolução Francesa tiveram um papel importante na política da década de 1840. Depois de 1851, os republicanos usaram a história e a tradição para sustentar opiniões políticas; estavam tão interessados em reinventar a tradição quanto em representar alguma versão dela. Isso não significa que estivessem distorcendo tudo, mas interpretando o registro histórico de modo a mobilizar a tradição para um

propósito político particular. Era como se o peso morto da tradição fosse tão grande que o progresso social dependesse da sua evocação, mesmo quando ela não era "como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos", como colocou Marx em *O 18 de brumário*[14]. Nesse aspecto, artistas, poetas, romancistas e historiadores partilhavam uma causa comum. Por exemplo, muitas pinturas de Manet feitas no Segundo Império retratam a vida moderna mediante a recriação explícita de temas clássicos (a controvertida *Olympia*, de 1863, baseou-se na *Vênus de Urbino*, de Ticiano). Segundo Michael Fried, ele o fez de modo a ecoar os panfletos políticos e republicanos de Michelet de 1846-1848, bem como a responder ao apelo de Baudelaire por uma arte que representasse o heroísmo da vida moderna[15].

A experiência dos trabalhadores de ofício não foi diferente. Ao defender com unhas e dentes seu trabalho e estilo de vida por meio de táticas corporativistas, obrigaram grande parte da indústria parisiense a realizar todo tipo de adaptação. Quando o imperador os convidou para ver as virtudes do progresso tecnológico e expressar suas reações à Exposição Universal de 1867, sua resposta foi em defesa das tradições artesãs[16]. Mas seu poder estava sendo corroído e às vezes esmagado pela competição e pela mudança tecnológica na nova divisão internacional do trabalho. Isso impunha enormes problemas aos "intelectuais orgânicos" do movimento da classe trabalhadora, assim como aos socialistas revolucionários que buscavam um caminho para o futuro, mas tinham de basear-se em tradições ideológicas ferozmente defendidas (decorrentes, no caso dos blanquistas, da Revolução Francesa) para encontrá-lo. E a imigração em massa de trabalhadores com frequência não qualificados, apegados a tradições rurais e perspectivas paroquiais deformadas, não ajudou a apaziguar os ânimos. No entanto, o golpe de Estado também revelara importantes bolsões de consciência e resistência rural revolucionárias, dos quais foram reimportados sentimentos revolucionários que Paris até então se orgulhava de exportar para uma zona campesina supostamente atrasada. O fato de ela ser em si um local de relações e contestações de classe e, portanto, solo fértil para uma política de classe, era algo que a maioria dos parisienses, como já vimos (Capítulo 1), preferia negar.

O problema era que as novas circunstâncias materiais e relações de classe na indústria e no comércio parisienses requeriam uma linha de análise e ação política para a qual não havia tradição. A Internacional, que surgiu enraizada em tradições mutualistas e corporativistas, tinha de inventar uma nova tradição para lidar com as lutas de classe de 1868-1871. Essa empreitada deu um brilho prospectivo e modernista a parte do que acontecia na Comuna, mas, infelizmente, obteve mais sucesso após o martírio de muitos de seus membros em 1871 do que antes. A consciência está tão enraizada no passado e em suas interpretações quanto no presente.

A própria modernidade que Haussmann criou estava profundamente arraigada na tradição. A "destruição criativa" requerida pelas demolições e reconstruções tinha seus precedentes no espírito revolucionário e, embora Haussmann jamais a evocasse, a destruição criativa das barricadas de 1848 havia preparado o terreno para sua chegada. Sua disposição para agir com firmeza era admirada por muitos. Edmond About escreveu no *Paris-Guide* de 1867: "Como os grandes destruidores do século XVIII, que fizeram *tabula rasa* do espírito humano, eu aplaudo e admiro essa destruição criativa". No entanto, Haussmann não estava acima do conflito entre modernidade e tradição, ciência e sentimento. Posteriormente elogiado ou criticado como o apóstolo da modernidade no planejamento urbano, ele só pôde agir de tal modo devido às suas profundas evocações da tradição. "Se Voltaire pudesse hoje desfrutar do espetáculo de Paris, que já supera todas as suas expectativas", escreveu ele em suas *Mémoires*, "ele não entenderia por que os parisienses, seus filhos, herdeiros de seu espírito requintado, a têm atacado, criticado e refreado". Ele apelou diretamente à tradição da racionalidade do Iluminismo e, ainda mais especificamente, ao desejo manifesto de escritores tão diversos como Voltaire, Diderot, Rousseau e Saint-Simon – e até mesmo de socialistas como Louis Blanc e Fourier – para impor racionalidade e ordem sobre a anarquia caótica de uma cidade recalcitrante. A haussmannização de Paris, sugere Anthony Vidler, conduziu "as técnicas racionalistas de análise e os instrumentos formais do antigo regime, renovados pelo Primeiro Império e por suas instituições, à sua lógica extrema"[17].

Suponho que parte da grande aceitação das obras de Haussmann foi devida a essas raízes tradicionais. Além de About, vários autores do influente *Paris-Guide* de 1867 (escrito por figuras eminentes para dar destaque à Exposição Universal daquele ano) elogiaram as obras de Haussmann exatamente nesses termos.

Paris também há muito carregava a pecha de cidade doente. Por isso, Haussmann podia também surgir sob a aparência de um cirurgião:

> Após a prolongada patologia e a grande agonia do paciente, o corpo de Paris seria libertado de uma vez por todas de suas enfermidades, tumores e epidemias pelo ato total de uma cirurgia. "Cortar" e "perfurar" eram palavras usadas para descrever a operação; onde o terreno estava particularmente obstruído, um "estripamento" tinha de ser realizado para que as artérias fossem reconstituídas e os fluxos restabelecidos. As metáforas eram incessantemente repetidas por patologistas, cirurgiões e até por seus críticos, incorporando-se de forma tão sólida nas analogias inconscientes do planejamento urbano que, a partir daquela época, a metáfora e a natureza científica da ação se confundiram e fundiram.[18]

"Ciência higiênica" e "cirurgia" eram metáforas poderosas e atrativas. Ao abordar as funções metabólicas da cidade – a circulação de ar, água, esgoto –, Haussmann tinha como estratégia representacional torná-la um corpo vivo cujas funções vitais precisavam ser purificadas. O Bois de Boulogne e Vincennes eram carinhosamente referidos como os gigantescos pulmões da cidade. Mas Haussmann costumava vê-la de maneira fria, como um artefato que podia ser entendido e moldado segundo princípios e técnicas mecânicos e científico-naturais. As torres que serviram de modelo para a triangulação de Paris simbolizavam a nova perspectiva espacial da cidade, assim como a obsessão de Haussmann pela linha reta e a precisão do nivelamento dos fluxos de água e esgoto. A engenharia que ele pôs em ação era exata, brilhante e exigente; "o sonho" de Voltaire e Diderot, assim como o de Hugo, tinha "aprendido a calcular" ou, como prefere Carmona, o sonhador (Luís Bonaparte) encontrou alguém (Haussmann) que sabia calcular. Mas, como já vimos, Haussmann também tentou comprazer ao sentimento, e até projetá-lo – daí o elaborado mobiliário urbano (cercas, iluminação a gás, quiosques), os monumentos e fontes (como na Place Saint-Michel), o disseminado plantio de árvores ao longo dos bulevares e a construção de grutas góticas

nos parques. Ele procurou reintroduzir o romance nos detalhes de um grande projeto que expressasse os ideais gêmeos da racionalidade iluminista e da autoridade imperial.

Mas, se o corpo da cidade estava sendo radicalmente reprojetado, o que estava acontecendo com sua alma? As respostas a essa pergunta eram clamorosas e controvertidas. Baudelaire, por exemplo, que conhecia bem demais o "prazer natural na destruição", não poderia protestar e não protestou contra a transformação de Paris. Seu famoso verso "A forma de uma cidade, lamentavelmente, muda mais rápido que o coração de um mortal" estava mais dirigido à incapacidade de aceitar o presente do que às mudanças que ocorriam na época. E, para os preocupados com a higiene (e, em particular, com a contenção da cólera, que causou graves danos em 1848-1849 e depois reapareceu, de forma menos virulenta, em 1853-1855 e em 1865), a reconstrução seria bem-vinda como uma forma de purificação tanto do corpo quanto da alma. Mas havia muitos que a condenavam de forma visceral. Paris estava morrendo sob a lâmina do cirurgião, transformando-se em uma Babilônia (ou, pior, tornando-se americanizada ou parecida com Londres!). Sua verdadeira alma e essência estavam sendo destruídas não somente pelas mudanças físicas, mas também pela decadência moral da *fête impériale*.

As lamentações, quase sempre entremeadas de nostalgia, eram ouvidas em toda parte. A destruição da velha Paris e a evisceração de toda a memória eram com frequência evocadas. Zola insere uma cena reveladora em *La curée*. Um ex-trabalhador, membro de uma comissão que calcula a compensação por expropriação, visita o bairro onde morou quando jovem. É tomado pela emoção quando vê o papel de parede de seu antigo quarto e o armário, onde "de moeda em moeda guardou 300 francos", em um prédio em demolição. Esse foi um tema que Daumier abordou mais de uma vez. Saccard, por outro lado,

> parecia extasiado com essa caminhada em meio à devastação [...]. Acompanhou as incisões com as alegrias secretas da autoria, como se ele próprio tivesse dado os primeiros golpes da picareta com seus dedos de ferro. E pulou sobre poças, refletindo que 3 milhões o estavam aguardando sob um monte de entulho, no fim deste rio de lama engordurada.

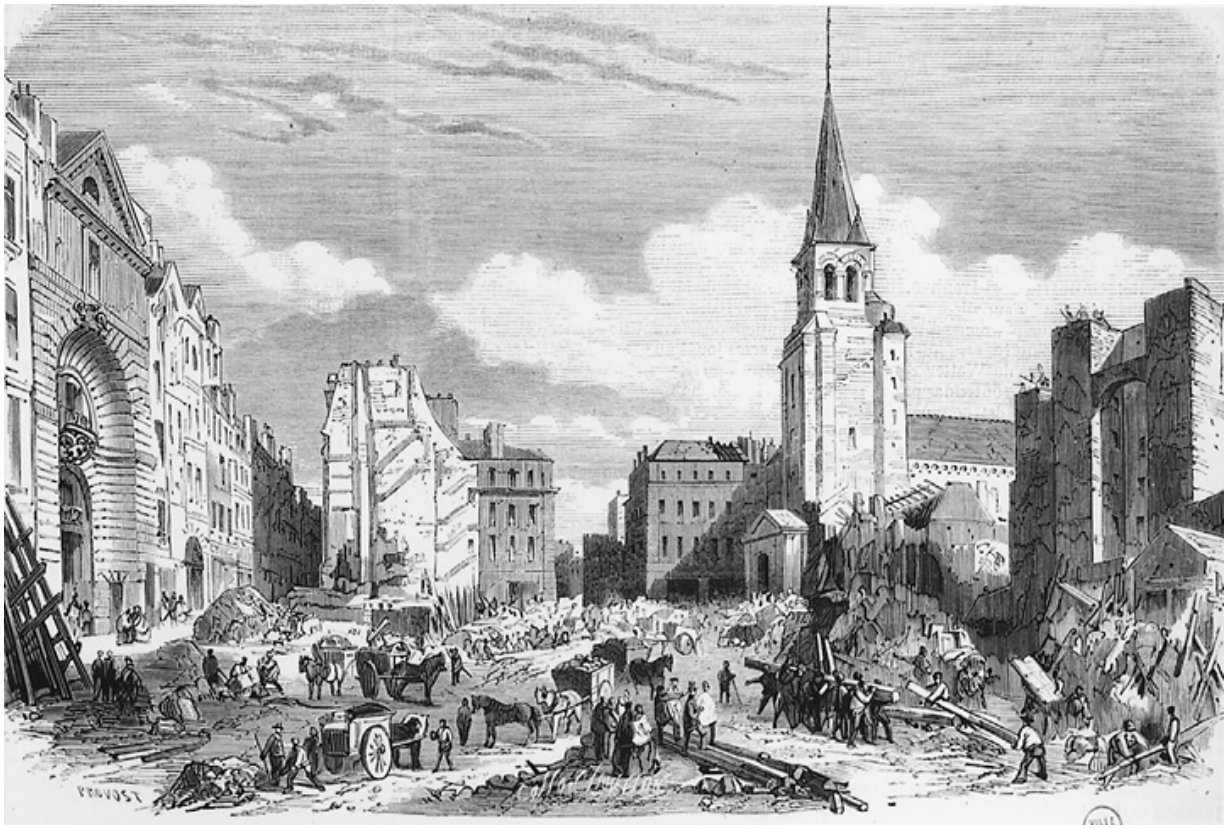
Não há melhor exemplo da alegria insolente da destruição criativa do que nesse extraordinário romance, que aborda a haussmannização em toda a sua crueza[19].

No entanto, a nostalgia pode ser uma arma política poderosa. O escritor monarquista Louis Veuillot causou grande impacto ao invocá-la em seu influente *Les odeurs de Paris* [Os odores de Paris]. Ao contemplar a destruição da casa em que o pai tinha nascido, ele escreve:

> Eu fui expulso; outro foi se instalar lá e minha casa foi posta abaixo; um calçamento sórdido cobre tudo. Cidade sem passado, repleta de espíritos sem lembranças, de corações sem lágrimas, de almas sem amor! Cidade de multidões desarraigadas, montes deslocáveis de escombros humanos, você pode crescer e até se tornar a capital do mundo, mas nunca terá nenhum cidadão.

Em sua análise sobre a contabilidade criativa de Haussmann em *Comptes fantastiques d'Haussmann*, Jules Ferry derramou copiosas lágrimas (certamente oportunistas, se não de crocodilo) "pela velha Paris, a Paris de Voltaire, de Diderot e de Desmoulins, a Paris de 1830 e de 1848", ao se deparar com "as magníficas, porém intoleráveis, novas residências, as multidões abastadas, a intolerável vulgaridade, o deplorável materialismo que estamos deixando para nossos descendentes"[20]. Haussmann certamente tinha essa passagem em mente ao defender que suas construções seguiam de maneira precisa a tradição de Voltaire e Diderot. Em uma de suas últimas obras, publicada em 1865, Proudhon viu uma cidade fisicamente destruída pela força e pela loucura, mas insistiu que seu espírito não havia se abalado, que a antiga Paris, soterrada sob a nova, a população indigente que se tornara invisível pela enxurrada de cosmopolitas e estrangeiros, ressurgiria como um fantasma e despertaria a causa da liberdade. Para Fournel, assim como para muitos outros, o problema era a monotonia, a homogeneidade e o tédio impostos pela obsessão geométrica de Haussmann pela linha reta. Paris logo não seria nada além de um gigantesco falanstério, queixou-se Fournel, em que tudo se igualaria e aplainaria no mesmo nível. A Paris da multiplicidade e da diversidade estava sendo apagada e substituída por uma única cidade. Havia apenas uma rua em Paris – a Rue de Rivoli – e ela estava sendo

replicada em toda parte, dizia Fournel, o que talvez explique a reação enigmática de Hugo quando lhe perguntaram se sentia falta de Paris: "Paris é uma ideia", disse ele, e quanto ao resto é "a Rue de Rivoli, e eu sempre detestei a Rue de Rivoli"[21].




L DU PRADO

Figura 91: *O espetáculo das demolições – do Boulevard de Sébastopol (acima, na ilustração de Linton e Thorigny) e da Rue de Rennes (abaixo, na ilustração de Cosson-Smeeton e Provost) – foi registrado em litografias da época.*



Figura 92: *Nestes dois desenhos, Daumier capta o tema da nostalgia pelo que foi perdido com as mudanças levadas a cabo por Haussmann. No primeiro, o homem fica surpreso ao encontrar sua casa demolida e comenta que talvez também tenha perdido a esposa. No segundo, o homem se queixa da insensibilidade dos trabalhadores de Limusino, que não demonstraram nenhum respeito pela memória ao derrubarem o quarto no qual ele passara a lua-de-mel.*

É claro que não se sabe o quanto essa era uma sensação genuína de perda e o quanto era apenas um movimento tático (como eu suspeito que tenha ocorrido no caso de Ferry) dos monarquistas ou republicanos de evocar alguma era dourada para atacar o governo imperial. As obras de Haussmann, no entanto, eram apenas um dos focos. O desaparecimento de antigos ofícios, a ascensão de novas estruturas de emprego e propriedade, a emergência de instituições de crédito, o domínio da especulação, a sensação de compressão do tempo-espaço, as transformações na vida pública e nos espetáculos, o grosseiro consumismo (lamentado no *Journal* dos Goncourts), a instabilidade dos bairros devido à imigração e à suburbanização – tudo isso deu origem a uma sensação ranzinza de perda que poderia facilmente irromper em uma revolta contra

a substituição da velha Paris pela nova. As histórias de que a modernidade e o progresso eram necessários e emancipadores para a vida diária certamente não tranquilizavam os que eram deixados para trás, como o velho palhaço de Baudelaire.

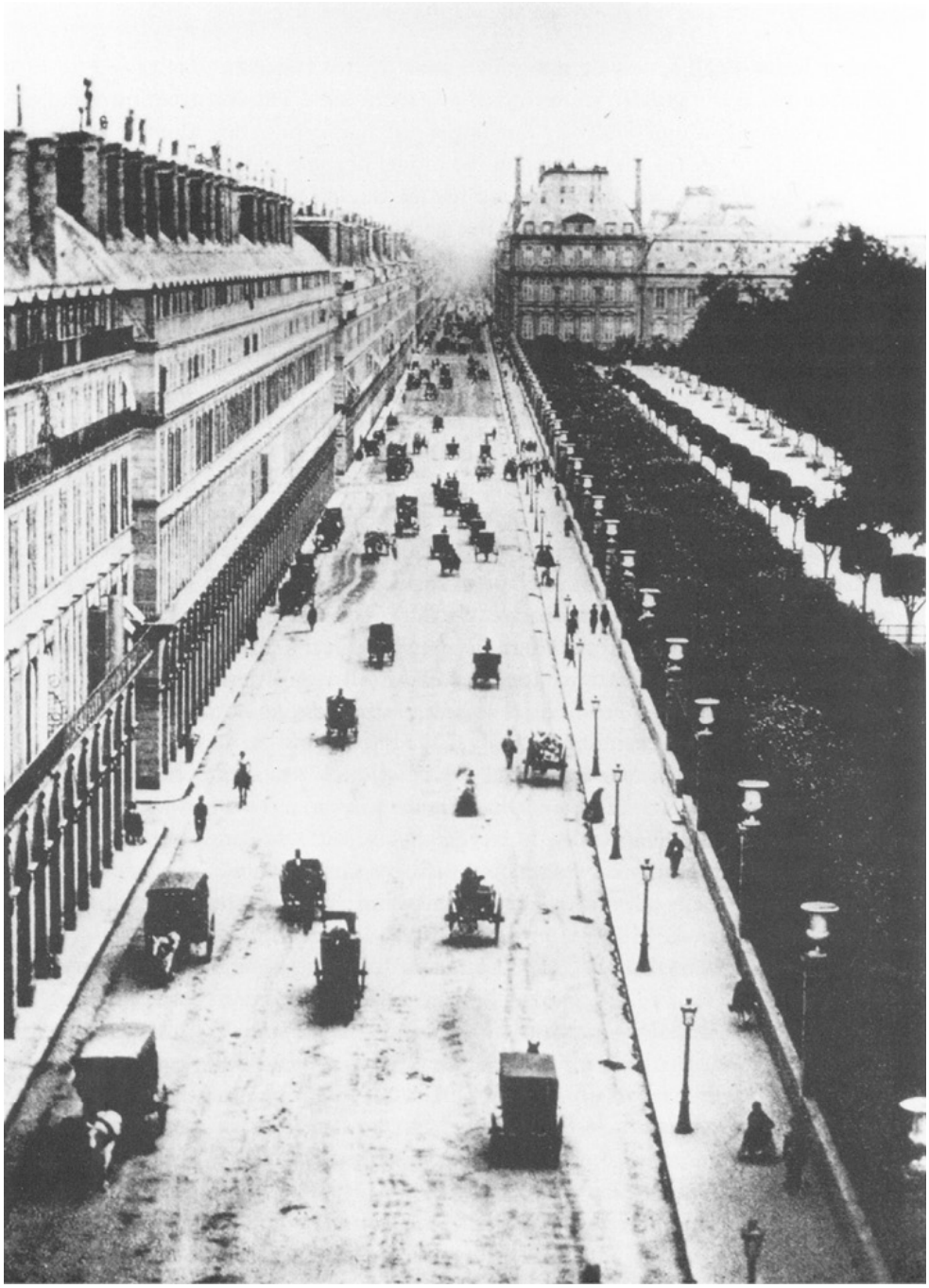


Figura 93: *A Rue de Rivoli, com seu alinhamento muito reto, foi com frequência vista como um sintoma de tudo o que Haussmann representava. Por isso, Hugo comentou no*

exílio que, apesar de Paris ainda ser uma ótima ideia, tudo havia assumido o mesmo aspecto físico da Rue de Rivoli, e "eu detesto a Rue de Rivoli".

O problema era como interpretar tudo isso. Certamente, algo havia sido perdido. Mas o quê? E será que deveria ser realmente foco de tanta lamentação? Analisemos, à luz dessas considerações, o poema em prosa de Baudelaire "Perda da auréola"[22]. O escritor registra uma conversa entre um poeta e um amigo que ficam surpresos ao se encontrar em um local de má reputação (algo muito parecido com o que de fato aconteceu, segundo o *Journal* de Goncourt, quando Baudelaire, saindo de um bordel, trombou com Sainte-Beuve, que estava entrando. Sainte-Beuve ficou tão extasiado que mudou de ideia e foi beber com Baudelaire). O poeta explica que, aterrorizado com os cavalos e veículos, correu para o bulevar, "e saltitava na lama em meio a esse caos movediço em que a morte chega a galope por todos os lados ao mesmo tempo" (tensão reproduzida visualmente na esplêndida representação de *A nova Paris*, de Daumier – ver Figura 27). Um movimento brusco fez sua auréola escorregar da cabeça e cair na "lama da calçada". Apavorado demais para recuperá-la, ele a deixa ali, mas descobre que gostou de tê-la perdido, pois agora pode "passear incógnito, praticar ações vis e me entregar à devassidão, como os simples mortais". Além disso, encontra certo encanto no pensamento de que "algum poeta ruim" poderia encontrá-la e vesti-la.

Muito tem sido dito sobre "Perda da auréola". Irving Wohlfarth registra "o choque do reconhecimento" quando essa imagem é justaposta ao *Manifesto Comunista*: "A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito". O capitalismo "fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados"*. Para Wohlfarth, o poema representa "o sufoco do escritor em meio ao cego e selvagem *laissez-faire* da cidade capitalista: o trânsito reduz o poeta tradicional à obsolescência e o confronta com a escolha entre salvar a pele ou a auréola". Que outra maneira seria melhor do que essa para resumir o dilema dos trabalhadores de ofício na Revolução de 1848? No entanto, Marshall Berman leva a interpretação por outro caminho[23]. Ele se concentra no trânsito:

> O homem moderno arquetípico, como o vemos aqui, é o pedestre lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas. O borbulhante tráfego da rua e do bulevar não conhece fronteiras espaciais ou temporais, espalha-se na direção de qualquer espaço urbano, impõe seu ritmo ao tempo de todas as pessoas, transforma todo o ambiente moderno em "caos em movimento". [...] Isso faz do bulevar um perfeito símbolo das contradições interiores do capitalismo: racionalidade em cada unidade capitalista individualizada, que conduz à irracionalidade anárquica do sistema social que mantém agregadas todas essas unidades.

Mas aqueles que estão dispostos a se lançar nesse turbilhão, a perder a auréola, não deixam de adquirir um novo tipo de poder e liberdade. "Baudelaire", segundo Berman, "deseja obras de arte que brotem do meio do tráfego, de sua energia anárquica [...]. Assim, 'Perda da auréola' vem a ser uma declaração de ganho". Somente um mau poeta tentará recuperar a auréola da tradição e vesti-la. E por trás dessa experiência Berman enxerga Haussmann, esse arquétipo do empreendedor capitalista, o arcanjo da destruição criativa. Esse poema é ele próprio um produto criativo da transformação de Paris, assim como a representação de Daumier.

Wohlfarth o interpreta de maneira diferente. Não é por acaso que o poeta termina em um lugar de má reputação. Aqui, "Baudelaire antevê a crescente mercantilização da sociedade burguesa como uma fria orgia de autoprostituição". Essa imagem também ecoa os comentários de Marx relativos à degradação do trabalho sob o capitalismo, assim como seus pensamentos sobre a penetração das relações monetárias na vida social: "A prostituição generalizada aparece como uma fase necessária do caráter social dos talentos, das capacidades, das habilidades e das atividades pessoais"[24]. O fascínio de Baudelaire pela prostituta – ao mesmo tempo mercadoria e pessoa através da qual o dinheiro parece fluir no ato sexual – e pela dissolução de qualquer outro senso de comunidade, salvo aquele definido pela circulação do dinheiro, foi belamente captado em seu "Crepúsculo vespertino":

> Através dos clarões que o vendaval flagela
>
> O meretrício brilha ao longo das calçadas;

Qual formigueiro ele franqueia mil entradas;

Por toda parte engendra uma invisível trilha,

Assim como inimigo apronta uma armadilha;

Pela cidade imunda e hostil se movimenta

Como um verme que ao Homem furta o que o sustenta.[25]

A própria cidade se tornou prostituída com a circulação do dinheiro e do capital (ver a ilustração de Gavarni, Figura 40). Ou, como conclui Wohlfarth, o local de má reputação é a própria cidade, uma velha prostituta a quem recorre o poeta "como um velho devasso de uma velha amante", como está no epílogo de *O spleen de Paris*. Após chamar a cidade de "Hospital, lupanares, purgatório, inferno, prisão", Baudelaire declara: "Eu te amo, ó capital infame!".

A tensão que a haussmannização nunca conseguiu resolver, é claro, foi a transformação de Paris na cidade do capital sob a égide da autoridade imperial. Esse projeto estava fadado a provocar reações políticas e sentimentais. Haussmann entregou a cidade aos capitalistas, especuladores e cambistas; a uma orgia de autoprostituição. Entre seus críticos havia os que se sentiam excluídos dela e os que achavam todo o processo repugnante e obsceno. É nesse contexto que as imagens de Baudelaire da cidade como uma prostituta assumem um significado particular. O Segundo Império foi um momento de transição na sempre contestada figuração de Paris. A cidade há muito era retratada como uma mulher. Balzac (ver Capítulo 1) a via como misteriosa, caprichosa e muitas vezes venal, mas também como natural, desleixada e imprevisível, particularmente na revolução. A imagem que temos em Zola é muito diferente. Ela é agora uma mulher caída e brutalizada, "eviscerada e sangrante", uma "presa da especulação, vítima da ganância que tudo consome"[26]. Poderia uma mulher tão brutalizada fazer outra coisa senão se erguer na revolução? Aqui, as imagens de gênero e de Paris formaram

uma estranha conexão – que pressagiava maus agouros, como veremos, tanto para as mulheres quanto para a cidade em 1871.

Notas

[1]* *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 60. (N. E.)

Adrian Rifkin, "Cultural Movements and the Paris Commune", cit.

[2] Donald Charlton, *Positivist Thought in France during the Second Empire, 1852-1870*, v. 2 (Oxford, Clarendon, 1959).

[3] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 83.

[4] Donald Charlton, *Positivist Thought in France during the Second Empire*, cit., p. 10; Gustave Flaubert, *The Letters of Gustave Flaubert, 1857-1880* (org. Francis Steegmuller, Cambridge, Belknap, 1982), p. 25; Maxime Du Camp, *Paris: ses organes, ses fonctions et sa vie dans la seconde moitié du XIXème siècle*, cit.; Edmond de Goncourt e Jules de Goncourt, *Pages from the Goncourt Journal*, cit., p. 275; Eugène Delacroix, *The Journal of Eugene Delacroix: a Selection* (org. Hubert Wellington, Ithaca, Cornell University Press, 1980), p. 96.

[5] Baudelaire é citado no trabalho de Richard Klein, "Some Notes on Baudelaire and Revolution", cit., p. 86; Victor Hugo, *Les miserables*, cit., p. 1.047 [ed. bras.: *Os miseráveis*, cit., p. 1.681].

[6] Eugène Foulon, *Eugène Varlin*, cit.; Jules Michelet, *La femme*, cit., p. 350; Gustave Flaubert, *Bouward and Pécuchet* (Harmondsworth, Penguin, 1976), p. 325 [ed. bras.: *Bouward e Pécuchet*, São Paulo, Estação Liberdade, 2007].

[7] Louis Chevalier, *Labouring Classes and Dangerous Classes*, cit., p. 269; Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit.; Frédéric Le Play, *Les ouvriers européens*, cit.

[8] William Fortescue, *Alphonse de Lamartine: A Political Biography* (Londres/Nova York, Croom Helm/St. Martin's Press, 1983); Theodore Zeldin, *France, 1848-1945*, v. 1, cit., p. 39.

[9] T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois*, cit., e *Image of the People*, cit.; James Rubin, *Realism and Social Vision in Courbet and Proudhon* (Princeton, Princeton University Press, 1980).

[10] Robert Gildea, *Education in Provincial France, 1800-1914: a Study of Three Departments* (Oxford, Clarendon/Oxford University Press, 1983), p. 321.

[11] Robert Fox e George Weisz, *The Organization of Science and Technology in France, 1808-1914* (Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980); George Weisz, *The Emergence of Modern Universities in France, 1863-1914* (Princeton, Princeton University Press, 1983); Roger Lawrence Williams, *The World of Napoleon III, 1851- -1870* (Nova York, Free Press, 1965).

[12] Citado em Theodore Zeldin, *The Political System of Napoleon III*, cit., p. 101; Frederick Green, *A Comparative View of French and British Civilization*, cit., capítulo 3.

[13]* São Paulo, Ensaio, 1996. (N. E.)

Adrian Rifkin, "Cultural Movements and the Paris Commune", cit.; Victor Hugo, *Les miserables*, cit. [ed. bras.: *Os miseráveis*, cit., p. 479, 493]; Iouda Tchernoff, *Le parti r*épublicain *au coup d'État sous le Second Empire d'asprés des documents et des souvenirs inédits* (Paris, Pedone, 1906), p. 517.

[14] Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, cit., p. 15 [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 25].

[15] Michael Fried, "Manet's Sources: Aspects of His Art, 1859-65", *Artforum*, Nova York, n. 7, 1969. p. 1-82; Charles Baudelaire, Selected Writings on Art and Artists, cit.

[16] Jacques Rancière e Patrick Vauday, "Going to the Expo: The Worker, His Wife and Machines", cit.

[17] *Paris-Guide*, cit., p. 33; Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 533; Anthony Vidler, "The Scenes of the Street: Transformations in Ideal and Reality, 1750- -1871", em Stanford Anderson (org.), *On Streets* (Cambridge, MIT Press, 1978), p. 84.

[18] Ibidem, p. 91.

[19] Émile Zola, *The Kill*, cit.

[20] Louis Veuillot, *Les odeurs de Paris* (Paris, Pamé, 1867), p. ix; Jules Ferry, *Comptes fantastiques d'Haussmann*, cit.

[21] Edmond de Goncourt e Jules de Goncourt, *Pages from the Goncourt Journal*, cit., p. 61.

[22] Charles Baudelaire, *Paris Spleen*, cit., p. 94 [ed. bras.: *Pequenos poemas em prosa, o spleen de Paris*, cit., p. 214-5].

* Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, cit., p. 42. (N. E.)

[23] Marshall Berman, *All that is Solid Melts into Air* (Nova York, Simon and Schuster, 1982), p. 155-64 [ed. bras.: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 153 – tradução ligeiramente modificada]; Irving Wohlfarth, "*Perte d'auréole*: the Emergence of the Dandy", *MLN*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, v. 85, n. 4, maio 1970.

[24] Irving Wohlfarth, "*Perte d'auréole*: the Emergence of the Dandy", cit.; Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 163 [ed. bras.: *Grundrisse*, cit., p. 110].

[25] Citado em Walter Benjamin, *Charles Baudelaire*, cit., p. 57. [Tradução em português de Ivan Junqueira, extraída do livro *As flores do mal*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, de Charles Baudelaire. – N. T.]

[26] Émile Zola, *The Kill*, cit., p. 78-9.

16. Retórica e representação

> Convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.
>
> Karl Marx*

Como as pessoas enxergavam umas às outras, representavam a si mesmas e às outras para si mesmas e para as outras? Como imaginavam os contornos da sociedade parisiense, compreendiam sua posição social e espacial, assim como as transformações radicais que estavam ocorrendo? E como tais representações eram transpostas, usadas e moldadas na retórica do discurso político? Essas são questões importantes e fáceis de colocar, mas difíceis de responder.

A experiência de 1848 é um ponto de referência para entendermos muito do que ocorreu em seguida. "Ordem" e "desordem" eram palavras-chave, mas algumas experiências inesquecíveis estão por trás delas. As de

Tocqueville são ilustrativas. Em 15 de maio, quando a Assembleia Nacional foi invadida por clubes políticos,

> apareceu na tribuna um homem que eu nunca havia visto, salvo naquele dia, mas cuja lembrança sempre me encheria de repugnância e horror. Seu rosto era pálido e encarquilhado, seus lábios brancos; ele parecia doente, mau, asqueroso, com uma palidez suja e a aparência de um defunto em putrefação; não vestia roupa de linho, pelo que se podia ver, mas um velho sobretudo preto que cobria os braços longos e emaciados; era possível que vivesse em um esgoto e tivesse acabado de emergir dele. Disseram-me que aquele era Blanqui.

Em 24 de junho, Tocqueville encontra uma idosa na rua com um carrinho de legumes que o impede de passar. Ele lhe ordena "rispidamente que lhe dê passagem".

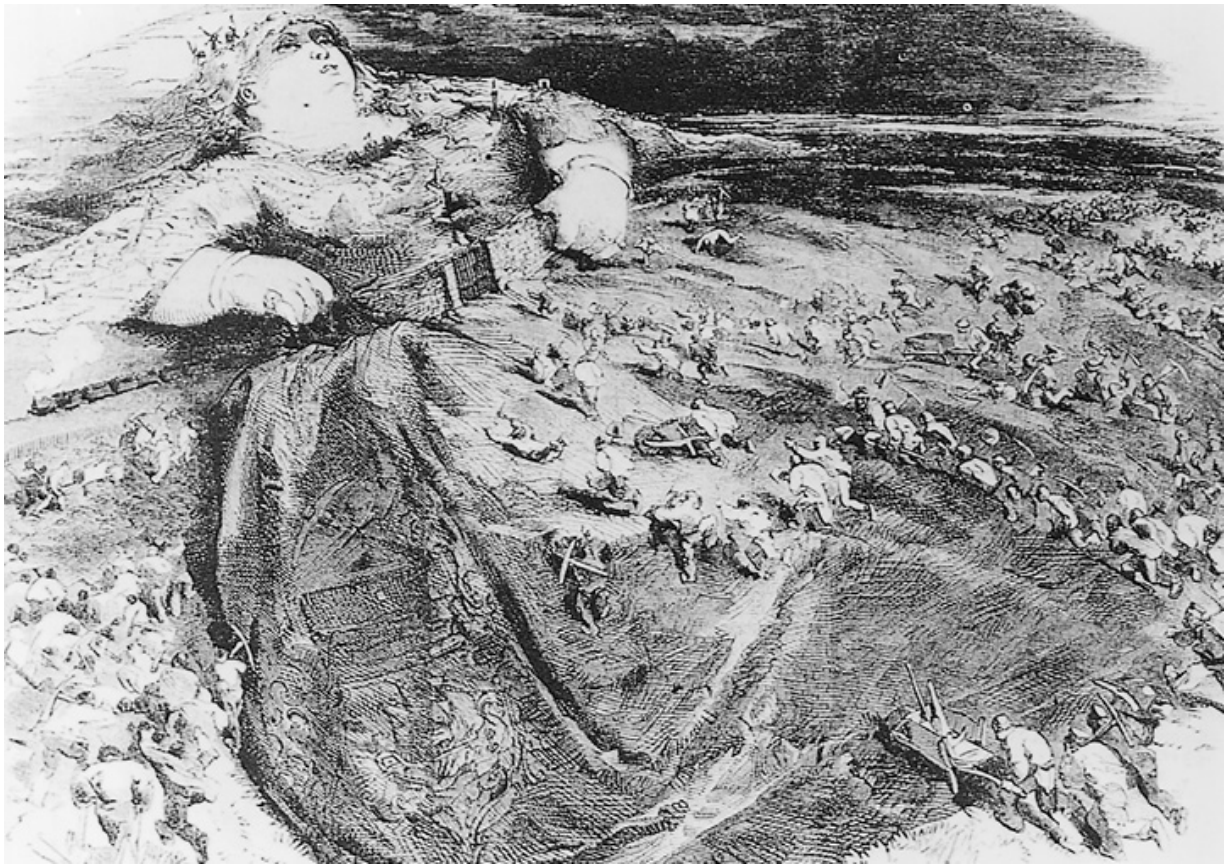


FIGURA 94: *Paris, quase sempre representada como mulher, aparece subjugada e tomada por uma multidão de trabalhadores de construção.*

> Em vez de fazê-lo, ela larga o carrinho e corre na minha direção com tal furor repentino que eu tive dificuldade para me defender. Estremeci diante da expressão assustadora e abominável do seu rosto, que refletia paixões demagógicas e a fúria da guerra civil [...]. É como se essas grandes emoções públicas criassem uma atmosfera ardente em que os sentimentos privados fervilham e entram em ebulição.[1]

A burguesia temia não somente o colapso da ordem pública, mas também o horror das emoções liberadas, das paixões desenfreadas, das prostitutas e mulheres libidinosas, a explosão do mal da Paris subterrânea dos esgotos, a assombração das classes perigosas. Havia um profundo temor da desordem. Não admira que o "Partido da Ordem" tenha tomado um caminho tão draconiano para a repressão, criando primeiro uma República sem republicanos e depois cedendo espaço para o Império como a única esperança. No entanto, houve tudo menos ordem durante o Império, que se manteve de pé mediante vigilância e repressão policial incisivas. Então, quem ou o que deveria ser responsabilizado pela desordem? Os trabalhadores culpavam (quando lhes era consentido opinar) a anarquia do capitalismo de livre mercado, que gerou periódicos surtos de especulação, colapsos de mercado e desemprego; ambições desenfreadas e paixão pelo dinheiro; a corrosão da estabilidade no emprego, das habilidades e da dignidade do trabalhador; e ferozes guerras de classe em nome do bem comum. Mas também culpavam os imigrantes e estrangeiros, a concorrência injusta, a burocracia impiedosa e a indiferença do Estado, que não lhes outorgava dignidade nem direitos. A burguesia culpava a irresponsabilidade e a fraqueza do governo, os subversivos, os boêmios, as mulheres degeneradas, os livres-pensadores, os socialistas, os estrangeiros cosmopolitas e os utopistas que, ao mínimo sinal de provocação, eram capazes de incitar a "multidão desprezível" a motins e à revolução. Os dois lados podiam convergir em defesa da ordem, mas a "ordem" que tinham em mente era muito diversa e ia desde a defesa dos trabalhadores de ofício de suas qualificações mediante associações até a defesa dos donos de terras e banqueiros de seus diferentes tipos de direito à propriedade. Um visitante inglês ficou surpreso ao perceber que a "sociedade", extremamente ameaçada segundo seus anfitriões, não se referia a um todo, mas aos seletos círculos que estes

frequentavam[2]. As mesmas palavras evidentemente portavam significados muito diferentes; o desafio é interpretá-los de forma correta.

A repressão política e a censura dificultam essa tarefa. Toda sorte de significados ocultos e alegóricos, de referências veladas e insinuações sutis, entrava no discurso político e parece ter sido amplamente entendida. O catolicismo deixara um legado de apreciação pelo simbolismo e pela alegoria que poderia ser usado para fins políticos (inclusive pela própria Igreja, que a partir de 1860 se opôs ao Império). As tradições corporativistas da força de trabalho e do movimento maçônico (com todos os seus rituais de iniciação) proporcionavam vários tipos de códigos e linguagens. E a reescrita da história, particularmente do período revolucionário, era usada para moldar o imaginário popular. Os censores estavam conscientes desses problemas – rejeitaram uma simples canção que mencionava um barrete, suposta referência ao barrete republicano da liberdade[3]. Contudo, que meios restavam às autoridades quando os críticos do Império transformavam funerais, festas e outros eventos públicos em ocasiões para protestos de massa espontâneos? O problema não era apenas o fato de que o funeral da esposa de um líder republicano podia atrair 25 mil trabalhadores em menos de 24 horas, mas que qualquer enterro, com seu tradicional discurso diante do túmulo, podia se tornar um encontro político de massa.

Os meios de representação e comunicação se multiplicavam rapidamente. O aumento vertiginoso na circulação dos jornais foi acompanhado pela diversificação política e pela ascensão de editores hábeis, que sabiam driblar os censores. Outras publicações preferiam bater de frente e passar seu recado, cobrindo de glória seu inevitável fechamento. Ao fim da década de 1860, surgiam jornais e revistas todos os meses. Quando um jornal influente, como o *Le Rappel*, era controlado por um crítico tão ferino quanto o exilado Victor Hugo, o governo certamente enfrentava problemas. A imprensa popular também se disseminou à medida que o gosto das massas por educação, romance e viagens era atrelado a um aparato comercial capaz de explorá-lo. Grande parte do material era inócua o bastante para ser publicada como bobagem inofensiva, mas alguns impressos, como os panfletos sobre a história da

França, tinham fortes conotações políticas. Em 1860, essa literatura popular já era mais numerosa e difusa que a imprensa diária, e, o que era ainda pior, todas essas publicações recorriam muito a ilustrações. Desenhos e charges – o trabalho de Daumier é apenas um exemplo entre muitos – eram veículos extraordinários para a sátira e a polêmica políticas. A corajosa atitude de Courbet, entre 1848 e 1851, ao fazer uma arte do povo e para o povo não seria facilmente esquecida[4].

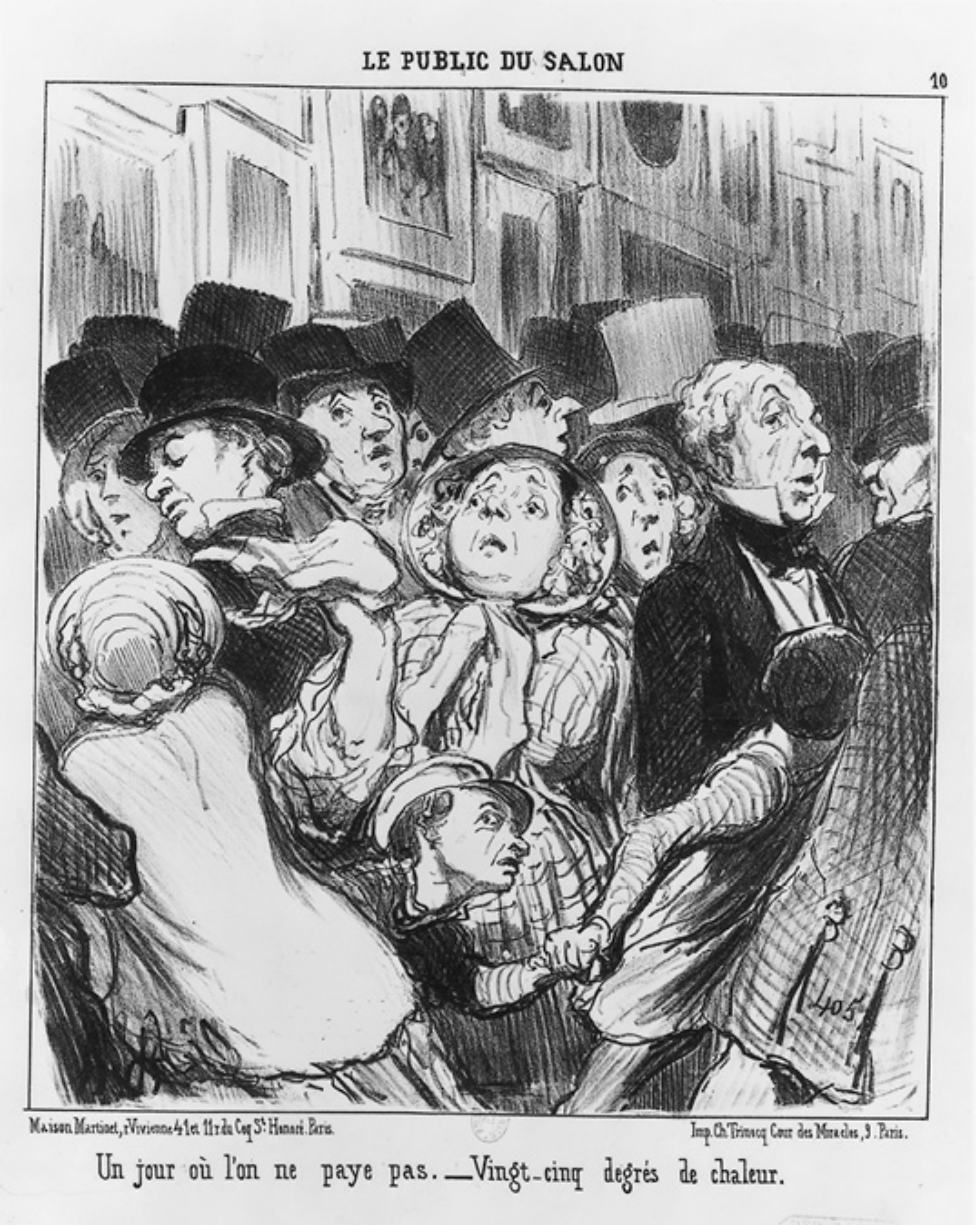


FIGURA 95: *Os salões para a nova arte atraíam um número enorme de pessoas. Eram tão populares que, para não se misturar à plebe, a burguesia demandava a cobrança de ingressos. Nos tempos em que a entrada era gratuita (como ilustra este desenho de Daumier), a multidão era impressionante.*

Os salões continuavam a ser eventos políticos que atraíam tanto as classes populares quanto a burguesia (para não ter de frequentar o mesmo ambiente da gentalha de trabalhadores malcheirosos e suados, ela reivindicava que durante um dia da semana o preço das entradas fosse mais caro). E, embora o governo pudesse proibir a encenação das peças de Victor Hugo, não conseguia impedir *Os miseráveis* de estar em quase todas as mãos pouco após seu lançamento, em 1862, na Bélgica. Aí residia outro problema. O avanço dos sistemas de transportes e comunicações e a inundação de visitantes estrangeiros (havia dez vezes mais visitantes vindos da Inglaterra em 1863 do que em 1855) tornaram o fluxo de notícias e comentários do exterior muito maior e facilitaram o contrabando de inúmeros tratados políticos feitos pelos exilados. Decerto, não foi a generosidade que motivou o imperador a anistiar os exilados, em 1859, mas a conclusão de que era mais fácil mantê-los sob vigilância na França do que no exterior. Cientes disso, Proudhon (durante algum tempo), Louis Blanc e Hugo (até o fim do Império) preferiram continuar fora do país.

Talvez seja injusto eleger alguns temas dominantes no torvelinho confuso de imagens, representações e retórica política. Entretanto, há alguns que se destacam e clamam por explicações. Em cada um deles estará manifesta a preocupação primordial com a tensão entre ordem e desordem, modernidade e tradição.

A IMAGINAÇÃO GEOGRÁFICA

Os tentáculos em expansão da malha ferroviária e as cada vez mais regulares e velozes conexões marítimas e telegráficas abalaram até as raízes a percepção de espaço e lugar. Informações, mercadorias, dinheiro e

pessoas transitavam pelo mundo com muito mais facilidade em 1870 do que em 1850. O aumento da competição e da dependência na divisão internacional do trabalho libertou Paris das restrições locais, mas a deixou vulnerável a eventos longínquos (a Guerra Civil dos Estados Unidos, por exemplo, interrompeu a entrada de algodão bruto e a saída de produtos parisienses para um importante mercado). Os acontecimentos estrangeiros (a consolidação do poder colonial no Norte da África, as campanhas italianas, a Guerra da Crimeia, a tentativa abortada de impor Maximiliano como imperador do México, a construção do canal de Suez) tiveram reverberações locais. A cambiante variedade de produtos no mercado (de artigos alimentares básicos a luxos exóticos) dava testemunho diário das modificações nas relações espaciais. Uma imprensa florescente (que se abastecia de notícias via telégrafo) colocava sobre a mesa das pessoas informações diversas, desde investimentos estrangeiros, oscilações de preço e oportunidades de investimento até confrontos geopolíticos e histórias bizarras a respeito dos hábitos estrangeiros. Com a fotografia, o espaço e o tempo pareciam se fundir em uma única e simples imagem. Toda nova conquista de espaço – a abertura de conexões férreas ou do canal de Suez – tornava-se uma enorme celebração, como as Exposições Universais, que destacaram as novas tecnologias e conexões geográficas.

Não era necessário deixar Paris para sentir o choque das mudanças nas relações espaciais. Assim, as geografias da mente precisaram se adaptar ao mundo da variação geográfica e da "alteridade", que passara a constituir o espaço global da atividade político-econômica, e aprender a apreciá-lo. Isso significava, entre outras coisas, aprender a lidar com as relações sociais e espaciais ocultas no intercâmbio de mercadorias (considere, por exemplo, a descrição de Flaubert da série de objetos cosmopolitas no quarto de Rosanette em *A educação sentimental*, citada na p. 124-5). A enorme quantidade de descrições sobre regiões famosas e relatos de viagem que inundavam a imprensa popular indicava a grande curiosidade do público[5]. Mas viagens e literatura de viagem podem tão facilmente confirmar preconceitos e alimentar medos quanto abrir a mente. Então, como "o Outro" era geralmente concebido em meio a transformações tão

rápidas? A questão é importante porque, como veremos, a construção desse "outro" em termos amplamente racistas e excludentes causará efeitos devastadores nas políticas internas e no Império colonial que a França começava a construir no exterior.

O imaginário geográfico francês há muito estava carregado de doses pesadas de determinismo geográfico e racismo. Montesquieu e Rousseau haviam concordado que a liberdade não era fruto de todos os climas, por isso não estava ao alcance de todas as pessoas. "O despotismo combina com os climas quentes; o barbarismo, com os frios; e o bom governo, com as regiões temperadas."[6] Por volta de 1870, isso havia sido adaptado por escritores como Arthur de Gobineau, cujo influente *Essay on the Inequality of Human Races* [Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas] fora lançado em 1855, proclamando a superioridade das raças nórdicas em um simples esquema de interpretação no qual categorias como "civilizado", "bárbaro" e "selvagem" eram superpostas no mapa-múndi[7]. O selvagem podia às vezes ser retratado como nobre, mas o ideal de Rousseau há muito fora substituído no imaginário popular pelas histórias de Fenimore Cooper (com frequência mencionadas por Balzac) e por descrições de práticas selvagens nas quais populações viviam em um tal estado de natureza que se tornavam sub-humanas e, por isso, indignas de consideração em qualquer regime de direitos ou cidadania. A organização política dos bárbaros, por outro lado, era articulada o suficiente para ser uma força a ser reconhecida. No entanto, seus valores e práticas (especialmente se não fossem cristãos) tornavam-nos antagônicos à civilização.

Esse esquema interpretativo poderia facilmente ser jogado sobre o mundo todo, assim como sobre a própria Paris. A burguesia rotineiramente descrevia os trabalhadores que viviam nas "fronteiras" de Belleville como selvagens. Críticos de Haussmann ocasionalmente o responsabilizavam por esse fato, apontando seu estímulo à segregação social. "Uma cidade cujos bairros eram divididos entre os abençoados, dotados de boa sorte, riqueza e elegância, e a população condenada a trabalhar para sobreviver não era mais uma cidade cristã, e sim uma cidade de bárbaros."[8] Se os trabalhadores eram mesmo "selvagens", uma "multidão desprezível" de

criminosos e "classes perigosas", como a burguesia costumava descrevê-los, 1848 mostrou de maneira muito clara o tipo de perigo que eles representavam e de selvageria que tinham em mente. Victor Hugo, no entanto, proclamava com orgulho que os trabalhadores eram "os selvagens da civilização". Mas a tendência geral dessa associação, tanto em 1848 quanto em 1871, era de que as forças da "civilização" e da "ordem" tinham o direito moral de fuzilar os revolucionários como os cães e selvagens que presumivelmente eram. A representação desse "outro" da classe trabalhadora parisiense em termos assim racializados explica como a guerra de classe podia ser conduzida de forma tão feroz e violenta. A alegação de que os francos (nórdicos) eram racialmente superiores aos gauleses (celtas) (trabalhadores e camponeses) era comumente utilizada tanto por aristocratas como por monarquistas para justificar seu direito de governar[9]. E não foi por acaso que Cavaignac, general que aprendeu seu ofício nas guerras coloniais contra os "bárbaros" na Argélia, liderou a repressão brutalmente violenta de 1848.

Michelet, um dos mais influentes historiadores da época, via a civilização como produto da "luta da razão, do espírito, do Ocidente, do homem para se separarem e imperarem sobre suas origens na natureza, na matéria, no Oriente, na mulher". Imagens erotizadas racistas e machistas desse tipo, reforçadas por pintores como Delacroix e muitos escritores românticos, produziram o que Edward Said chama de "orientalismo"[10]. O Oriente era visto como o útero do qual a civilização havia surgido, mas também como o local da feminilidade irracional e erótica, o berço das práticas bárbaras. Esse imaginário permaneceu intocado apesar de o contato humano ser cada vez mais viável. Quando Flaubert subiu o Nilo em 1849, ele o fez, a exemplo de muitos predecessores, com apenas uma coisa em mente: "encontrar outro lar" na voluptuosa sensualidade da mulher oriental. Seus escritos subsequentes confirmaram essa imagem. Hitzman interpreta tudo isso como "projeções inconscientes de ansiedades ocultas relativas à *mère terrible* sobre aspectos do mundo antigo"[11], ou uma expressão de medos profundos (similares aos que Hugo e Tocqueville registraram nos dias difíceis de 1848 e que ressurgiram em 1871, com a Comuna) de uma "sexualidade feminina

destrutiva e castradora". É difícil ler *Salambô*, de Flaubert (com suas cenas explícitas de terrível violência catártica), e as cartas que ele escreveu para a mãe sem dar algum crédito a tais interpretações.

No entanto, essas explicações são simples demais para pararmos por aqui. Pois, como disse Said, por mais perturbador que o sexo licencioso imaginado pudesse ter sido para a fantasia burguesa da família e do culto à domesticidade, o Oriente representava ameaças que o extrapolavam. A europeia e muito capitalista "racionalidade do tempo, do espaço e da identidade pessoal" confrontava a "inimaginável antiguidade, beleza inumana, distância ilimitada". Por isso, Michelet e os saint-simonianos justificavam a penetração (e a sexualidade do termo era flagrante) do Oriente por ferrovias, canais e comércio, e a dominação de um Oriente irracional em nome da racionalidade iluminista superior. A submissão do Oriente ao Ocidente era tão necessária ao progresso da civilização quanto a submissão da mulher à autoridade e ao controle masculinos. Em *L'argent*, Zola fez um ficcional Saccard (livremente inspirado nos Péreires da vida real) decidir transformar o Oriente segundo padrões e ideais comerciais e capitalistas do Ocidente (ver p. 168)[12]. Flaubert, no entanto, não seguiu nessa direção. Crítico dos valores e da cultura burgueses, ele usou o mito do Oriente, como faziam muitos ávidos leitores das histórias de haréns, príncipes e das *Mil e uma noites* na imprensa popular, para explorar o "outro" em sua própria personalidade e no lado mais sombrio da cultura burguesa. Ao refletir sobre sua viagem ao Egito, ele escreveu:

> O que mais nos falta não é o estilo nem a destreza dos dedos e do arco conhecida como talento. Temos uma grande orquestra, uma rica palheta, uma variedade de recursos. Provavelmente conhecemos hoje mais truques e artimanhas do que nunca. Não, o que nos falta é o princípio intrínseco, a alma da coisa, a própria ideia do sujeito. Nós anotamos, fazemos viagens; vazio! Vazio! Tornamo-nos acadêmicos, arqueólogos, historiadores, doutores, sapateiros, pessoas de gosto refinado. O que há de bom em tudo isso? Onde está o coração, o entusiasmo, a seiva? De onde partir? Para onde ir? Somos bons em chupar, com a língua fazemos muitos jogos, acariciamos por horas: mas – e a coisa real? Ejacular, fazer filhos![13]

Então, qual seria "a verdadeira ideia do sujeito"? "Viajar torna a pessoa modesta", disse Flaubert. É interessante notar que ele não se apropriou da ideia do Oriente, mas compreendeu seu mito como uma neurose

peculiarmente ocidental. No romance *Salambô*, ambientado no Oriente, ele profetizou de forma dramática a lancinante fúria da histeria masculina que irrompeu na violência da Comuna de 1871.

Contudo, tais modos de interpretação não eram universais. Élisée Reclus, por exemplo, buscou um tipo muito diferente de entendimento geográfico do mundo daquele de Michelet ou Flaubert. Reclus acreditava na possível harmonia não apenas do "homem" com a natureza, "mas também entre todas as diferentes culturas que povoam a terra". Por trás disso estava uma visão utópica. "A humanidade, até agora dividida em diferentes correntes, não será mais que um único rio, e reunidos em um único fluxo desceremos juntos para o grande mar no qual toda a vida vai se perder e renovar." Livre do psicodrama imposto pelo "progressista" Michelet, esse admirador de Proudhon, companheiro de conspiração de Bakunin, participante da Comuna e futuro colaborador de Kropotkin produziu uma visão geográfica que tinha todo o sabor do mutualismo otimista dos trabalhadores de ofício parisienses. Ele apoiou o projeto da Associação Internacional dos Trabalhadores para unir os trabalhadores do mundo em prol de uma luta comum. O pensamento geográfico de Reclus, apresentado em volumosos escritos da década de 1860 (e que só agora têm sido recuperados da obscuridade em que padeceram durante tanto tempo), oferece uma maneira diferente de conceber e apresentar "o outro" em pleno esplendor de dignidade pessoal e harmonia potencial[14]. Esta era bem mais coerente com a visão da oficina parisiense do que o imperialismo racista típico dos ricos salões do Faubourg St. Germain.



Figura 96: *As relações entre o campo e a cidade mudavam rapidamente à medida que novos modos de comunicação apareciam e grandes blocos suburbanos começavam a ser anexados por Haussmann a Paris. Nesta charge de Daumier, dois camponeses celebram o fato de repentinamente terem se tornado parisienses.*

Entretanto, o caso do orientalismo ilustra um ponto geral. Os mesmos processos que aumentaram o conhecimento do mundo tornaram sua deturpação ainda mais provável. No contexto de transformações na economia espacial nacional, imagens da relação cidade-campo e Paris-províncias se confundiam com interesses e preconceitos de classe. Embora certa negação da vida rural e provinciana nos círculos burgueses estivesse há muito em voga (como mostrou Balzac), o campo era a base segura para muitas daquelas rendas não obtidas à custa do próprio trabalho que entravam em Paris. Comparado à incoerência rebelde da capital, o campo

também parecia (às vezes equivocadamente) um refúgio pacífico de submissão e reação. Era para onde os burgueses ameaçados (e até artistas e escritores, como Delacroix, Flaubert e George Sand) fugiam quando as coisas saíam do controle, e onde o Exército e a Guarda Nacional foram mobilizados para esmagar as revoltas parisienses em 1848 e 1871. As províncias eram a rocha segura, apesar de invisível, na qual a vida parisiense e a política francesa estavam fundadas. As imagens bucólicas da ruralidade nos romances de George Sand transmitiam tranquilidade, e até o socialismo defendido pelos poetas trabalhadores (muitos das províncias) que ela encorajava parecia ingênuo o bastante para não ser considerado ameaçador.

Por isso, a ampla resistência rural ao golpe de Estado de 1851 causou choque, pois indicava a existência de relações de classe, descontentamento e sentimento revolucionário no campo. E esse foi o sentimento que Courbet levou ao salão de 1851, particularmente no quadro *Enterro em Ornans*. Ao explicitar as relações de classe na França rural e provincial com um realismo feroz, ele passou a ser chamado de "o Proudhon da pintura"[15]. Era desse campo, rico em ambiguidades da sua própria experiência de classe, que novos trabalhadores chegavam aos montes a Paris, trazendo consigo, de Limusino, Creuse e Var, de Seine-et-Oise e Doubs, suas próprias marcas de sentimento revolucionário. Muitos líderes do movimento dos trabalhadores de 1868-1871 tinham, como Varlin, origens provinciais e rurais. No entanto, ao fim do Segundo Império já se observava uma estranha reversão: até as classes populares podiam fazer passeios para o campo, fronteira na qual a transformação do acesso à natureza em mercadoria estava se tornando tão importante quanto a busca por terra virgem para um novo desenvolvimento industrial e habitacional[16]. Foi nesse ambiente que os impressionistas realizaram grande parte de seu trabalho.

A transformação interna de Paris e os primórdios da suburbanização foram igualmente percebidos e entendidos através de lentes políticas. Comentadores subsequentes chegaram a replicar as ambiguidades resultantes, mas nem sempre as entendiam. Por um lado, "Os olhos dos pobres", de Baudelaire, é para Berman uma imagem de como os bulevares

de Haussmann, "de maneira involuntária, romper[am] a crosta do mundo até então hermeticamente selado da tradicional pobreza urbana", tornando assim um fato "a miséria que foi um dia mistério". Por outro lado, muitos viam o aumento da segregação espacial decorrente da haussmannização como o cerne do problema. As duas proposições podem ser verdadeiras. A construção de um estilo de urbanismo extrovertido, público e coletivizado durante o Segundo Império alterou o equilíbrio entre os espaços públicos e privados da cidade. Investimentos públicos eram organizados em torno do ganho privado, e espaços públicos eram apropriados para uso privado; exteriores tornavam-se interiores para a burguesia, enquanto os panoramas, os dioramas e a fotografia levavam o exterior para o interior[17]. Os bulevares iluminados a gás, as fascinantes vitrines das lojas e os cafés abertos para a rua (inovação do Segundo Império) tornaram-se, como já vimos, corredores de homenagem ao poder do dinheiro e das mercadorias, espaços de diversão para a burguesia. Quando a amante de Baudelaire em "Os olhos dos pobres" sugere que o proprietário expulse o homem esfarrapado e seus filhos, é o senso de propriedade sobre o espaço público que realmente importa, mais do que o encontro bastante familiar com a pobreza (ver p. 180-1).

A ironia, é claro, era que os novos meios de comunicação (bulevares, ruas, ônibus) e a iluminação deixaram a cidade aberta ao escrutínio de uma maneira antes impossível. Por isso, a experiência do espaço urbano passou a se dar de modo radicalmente diverso. Frédéric Moreau, o herói de *A educação sentimental*, de Flaubert, move-se de um espaço a outro em Paris e seus subúrbios, reunindo experiências bastante distintas por onde passa. A sensação de espaço é bem diferente daquela existente em Balzac. Podem estar presentes as mesmas desagregações, mas a liberdade de Frédéric ao se movimentar, mesmo quando entra e sai dos espaços da Revolução de 1848, é diferente. Ele desliza tão facilmente de um espaço a outro e de um relacionamento a outro quanto o dinheiro e as mercadorias mudam de mão. E o faz com o mesmo cinismo e lassidão. Mas há um limite oculto nas perambulações de Frédéric, de certo modo muito similar a como a circulação do dinheiro se concentra em algumas zonas e não em outras. Frédéric não tem razão para estar em Belleville ou mesmo nas

partes do leste de Paris, onde a indústria artesanal domina. É somente na Paris burguesa e em seus arredores que ele se move. Para Flaubert, as segregações eram tão naturalizadas que pareciam quase despercebidas, e só voltaram ao âmago da literatura com as investigações etnográficas de Zola.

Os encontros com "o outro" das classes trabalhadoras ou perigosas (como ocorre com a amante em "Os olhos dos pobres") não eram bem-vindos pelos burgueses, que tinham outro medo: o povo podia esconder elementos subversivos ou de repente se tornar incontrolável. Esses temores tinham fundamento. Prostitutas circulavam facilmente entre a população pelos bulevares, desafiando todas as tentativas da polícia de controlá-las e expulsá-las. Quando Blanqui decidiu passar seu exército secreto em revista, a notícia se espalhou e 2 mil tropas, totalmente desconhecidas umas das outras e dele, desfilaram por ele no meio de uma multidão no Champ-de-Mars, que nem sequer as percebeu[18]. Para que a burguesia conseguisse manter sua posição e seu poder de classe, os espaços e a multidão deviam ser controlados. O dilema em 1868-1871, como em 1848, era que a burguesia republicana tinha de conquistar seu espaço para fazer sua própria revolução. Enfraquecida, ela podia não resistir à pressão cada vez maior da classe trabalhadora e dos movimentos revolucionários. Foi por esse motivo que a reocupação do centro de Paris pelas classes populares – a descida de Belleville – adquiriu tanta importância simbólica. Porque ocorreu em um contexto em que os pobres e a classe trabalhadora estavam sendo afugentados, tanto no imaginário quanto na realidade, dos espaços estratégicos e até dos bulevares, agora considerados interiores burgueses. Quanto mais aberto o espaço fosse fisicamente, mais ele tinha de ser separado e fechado mediante práticas sociais de guetização forçada e exclusões com alto teor racial. Ao escrever em retrospecto, Zola apresenta como fechados aqueles mesmos espaços parisienses que Flaubert havia visto como abertos. Foi assim que o imaginário geográfico da burguesia buscou impor exclusões e ordenamentos socioespaciais aos espaços abertos pelas obras de Haussmann.

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

As relações entre Estado tradicionalmente centralizado, sociedade civil e liberdades individuais foram durante muito tempo o ponto central do debate político francês. A monarquia e a religião haviam convergido em defesa do respeito à autoridade em um Estado e uma sociedade civil hierarquicamente ordenados. Os jacobinos almejavam um poder forte, centralizado, mas buscavam encontrar apoio à sua legitimidade na vontade soberana de um povo libertado da hierarquia na sociedade civil. Atacavam as corporações de trabalhadores que restringiam a liberdade do trabalho com a mesma veemência que atacavam a religião. O Segundo Império tentou tirar vantagem dos dois lados, usando o sufrágio universal para legitimar o imperador, do qual fluía toda a autoridade. Mas havia fortes correntes de crítica a essas formas de centralização. Um visitante inglês considerou o sistema político "uma forma grosseira de comunismo" e ponderou a respeito de como seus compatriotas podiam elogiar tanto a aplicação prática de uma doutrina que, na teoria, "os açoita com tanto horror"[19]. Por isso, os inimigos do Império cada vez mais concentravam os ataques em sua excessiva centralização. No entanto, muito dependia do foco da queixa dessa centralização do poder: econômico, político ou territorial.

Durante o Segundo Império, o Estado aumentou seu controle direto e influência indireta sobre a economia por meio da formação de fortes instituições voltadas à centralização do capital. A ligação entre os Péreires e Haussmann era típica de uma forma organizacional próxima do monopólio estatal ou do capitalismo financeiro. Como eles controlavam os bancos, o transporte, as comunicações, a imprensa, os serviços urbanos e a especulação imobiliária, havia poucas áreas da vida econômica fora da órbita do capital financeiro e do Estado. Isso estimulou o debate sobre a natureza do capitalismo e as relativas virtudes da concorrência e do monopólio. O debate contrapunha o que poderia vagamente ser chamado de ideologia e prática saint-simonianas às doutrinas dos economistas de livre mercado. Embora os saint-simonianos nunca tenham desenvolvido uma teoria econômica coerente, não deixaram de cultivar uma postura ao

mesmo tempo pragmática e amplamente voltada para questões sociais, que levou muitos deles a adaptarem suas ideias de diversas maneiras, ainda que sempre em torno do tema geral da produção. O imperador pode até ter entrado no Império como "Saint-Simon a cavalo" (para usar a famosa frase de Sainte-Beuve), mas o deixou como um defensor liberal do livre-comércio. Chevalier, membro-fundador da seita, e que posteriormente se tornou professor de economia, negociou o acordo de livre-comércio com a Grã-Bretanha em 1860 e mais tarde abraçou o liberalismo. E as práticas dos Péreires evoluíram de forma pragmática, quase sempre com vistas a seus próprios interesses. Mas a doutrina saint-simoniana conferiu legitimidade à política econômica imperial e à centralização do capital.

Economistas de livre mercado, como Bastiat e Say, por outro lado, defendiam mais competitividade e liberdade ao mercado (supostas virtudes já impostas à classe trabalhadora em 1852). À medida que os direitos à propriedade privada eram reafirmados contra o poder do Estado em Paris, no fim da década de 1850, e o medo do poder dos Péreires aumentava, a ideologia do livre mercado era mobilizada como parte de um ataque à política imperial. Quando vinham de industrialistas ou banqueiros como Rothschild, os argumentos pareciam hipócritas e interesseiros. Mas na década de 1860 houve um consenso crescente, tanto na burguesia quanto no movimento dos trabalhadores, de que a centralização excessiva do poder econômico tinha de ser controlada. Embora esses grupos oferecessem soluções muito diferentes, uma poderosa aliança de classe (unindo proudhonistas, como Duchêne, e Say, o protegido de Rothschild) formou-se em torno da oposição ao aumento da centralização do capital. A queda dos Péreires e de Haussmann, a transição para o Império liberal e a crescente credibilidade dos "economistas" (liberais) evidenciaram o poder em ascensão dessa aliança.

A questão da descentralização política despertou paixões similares. O Segundo Império produziu uma hierarquia de poder rigidamente controlada, que ia do imperador a prefeitos e subprefeitos, conselheiros locais e dirigentes nomeados, de sociedades de ajuda mútua e comissões de trabalhadores e empregadores etc. A democracia local era

insignificante, mas a autonomia fora de Paris estava em parte protegida pela inacessibilidade. Os novos sistemas de transportes e comunicações, pelos quais as elites haviam feito forte campanha, ironicamente facilitaram o controle do governo central e, desse modo, reduziram a autonomia local. O avanço da integração espacial era acompanhado pelo crescente clamor por autogoverno local. Legitimistas, orleanistas, republicanos e socialistas aderiram à causa das liberdades locais durante a década de 1860, e todos eles, até os bonapartistas, proclamavam a importância da comuna como uma instituição política central. Mas os bonapartistas a apoiavam como um veículo local para a administração central; os monarquistas a apoiavam, contanto que ela outorgasse poder aos ilustres locais e ao clero; os republicanos a apoiavam como uma instituição central da democracia local (governada pelos burgueses ou, entre os democratas, pelo povo); os comunistas a apoiavam porque era dentro da comuna que as solidariedades políticas se formavam; e mutualistas como Proudhon a apoiavam como a base de um governo federalista. Os historiadores a debatiam incessantemente, em geral por meio da discussão dos relativos méritos do jacobino Robespierre e dos girondinos com pensamento mais democrático, e quase sempre ficavam do lado destes últimos. No fim da década de 1860, "a descentralização já havia assumido a aparência de uma cruzada nacional" e tornou-se certamente o ponto principal do ataque a Haussmann[20].

Entretanto, é difícil diferenciar entre os argumentos puramente oportunistas daqueles que estavam no poder (o caso dos monarquistas é particularmente suspeito) e as crenças profundamente arraigadas de alguém como Proudhon, cujo ideal era o fenecimento do Estado mediante uma federação de associações independentes e autônomas e que considerava a reorganização política irrelevante sem a reorganização fundamental da produção contra a centralização do capital. Mas, fosse qual fosse a base, a luta pela descentralização política era bastante real e colocou a questão do autogoverno em primeiro plano na agenda política de Paris. O fato de quase ninguém ser contra a ideia da comuna (com "c" minúsculo) teria um papel fundamental na maneira como tantas forças distintas se mobilizaram para apoiar a Comuna de Paris de 1871.

No entanto, isso gerava outro problema. Afinal, Paris não era, como insistia Haussmann, "a própria centralização"? Temerosos da imensa centralização do poder econômico, político, administrativo e cultural em Paris, muitos provinciais que apoiavam a descentralização hesitavam diante da ideia do autogoverno de uma cidade tão influente, que também havia sido propensa a tendências políticas radicais, se não "vermelhas". E havia muitos na burguesia parisiense, como Thiers, que compartilhavam desses medos. Esse foi o tipo de coalizão que se comportou de maneira tão inflamada em relação à Comuna de Paris. Todavia, muitos parisienses apoiavam a descentralização, mas também se orgulhavam de Paris ser "a cabeça, o cérebro e o coração da Europa" – visão "que talvez possa explicar", como observou ironicamente um visitante inglês, "por que a Europa é às vezes palco de farsas tão estranhas"[21]. Assim, Proudhon queria que Paris "se desfizesse da coroa de capital", mas não obstante "assumisse a liderança como uma comuna livre e independente na cruzada por uma nação confederada". Blanqui concordava que a revolução tinha de começar em Paris, mas, como jacobino que era, pensava em uma Paris revolucionária conquistando, dominando e levando esclarecimento aos provinciais atrasados. Por isso, o fato de blanquistas e mutualistas terem lutado lado a lado para criar e defender a Comuna não foi de forma alguma tão estranho quanto pode ter parecido.

Evidentemente, a Comuna era em certo sentido um levante pela liberdade municipal. Entretanto, a ideia de que isso ocorria apenas no sentido social-democrata, como defende Louis Greenberg, ou de que era puramente uma questão comunitária sem nenhuma ligação com classes, como insiste Gould, está além dos limites da credibilidade. Certamente, diferentes facções viam a Comuna de maneiras muito variadas. Para os mutualistas e os comunistas, era o escudo atrás do qual eles poderiam iniciar o trabalho mais sólido de reorganizar a produção, a distribuição e o consumo, aliados a outros movimentos em outros centros. Para os blanquistas, era o primeiro passo para a libertação política da França, se não do mundo. Para os *maires* republicanos dos *arrondissements*, era o primeiro passo para a integração das Partes em um sistema republicano de governo e, se necessário, uma arma de defesa contra uma reação

monarquista. Para todos eles, definir o que a Comuna buscava combater era mais fácil do que determinar o que ela defendia. O paradoxo, é claro, está no fato de que a forte tendência à descentralização nas províncias poderia ser facilmente mobilizada para esmagar um movimento de descentralização em uma cidade em que tanto poder era centralizado.

DUAS CIDADES, DOIS POVOS

> Quatro horas. A outra Paris acorda, a Paris do trabalho. As duas cidades mal se conhecem, a que levanta ao meio-dia e a que vai para a cama às oito. Raramente se olham nos olhos, e só o fazem – na maioria das vezes – nos dias tristes e sombrios da revolução. Elas vivem distantes uma da outra; falam línguas diferentes. Hostilizam-se; são dois povos.[22]

Não importa quão intrincadas sejam de fato a estrutura de classe e a divisão do espaço social, a imagem simplista de Paris como uma cidade dividida em duas classes e dois espaços aparece de forma constante nas representações da época, e ela tinha uma longa história. Antes de 1848, a "outra Paris" era vista em termos de "classes perigosas", cuja total carência às vezes despertava piedade; no entanto, ela mais frequentemente provocava horror, repugnância e ódio. Termos como "selvagem" e "bárbaro" e epítetos como "animal" proporcionavam uma coloração racial ao imaginário burguês, justificando a frequente violência assassina da burguesia ao abordar os trabalhadores e os pobres[23]. "A igualdade se afirmou de modo triunfante", escreveu Flaubert em 1848, "uma igualdade de bestas selvagens, um nível comum de atrocidades sangrentas; pois o fanatismo dos ricos contrabalançava o frenesi dos pobres, a aristocracia compartilhava a fúria da ralé e a touca de dormir de algodão era tão selvagem quanto o barrete vermelho."[24] Embora 1848 talvez tenha provado a existência de diferenças entre as classes trabalhadoras e as perigosas, também prometeu, e depois negou, um poder político real aos trabalhadores. O poder foi tomado – de maneira relativamente duradoura, como se pôde ver – pelo lado burguês das barricadas. Dali em diante, muitos na burguesia se sentiram livres para depreciar sem distinção todos

aqueles que estiveram do outro lado. O imaginário anteriormente aplicado às classes perigosas agora se referia não apenas aos trabalhadores, mas até a seus defensores, como Blanqui. Além disso, todos sabiam onde as barricadas haviam sido erguidas, qual parte da cidade pertencia ao "outro". Uma barricada produz uma singela linha divisória. A experiência de 1848 continuou viva mediante representações simplificadas e polarizadas do espaço social e físico.

As representações burguesas do que existia "do outro lado" adquiriam diferentes colorações de acordo com a natureza dos contatos. A maior parte da alta burguesia era economicamente inativa (em Paris) ou estava a serviço do governo, e os economicamente ativos geralmente se concentravam nas altas finanças. Os industrialistas que de fato lidavam com trabalhadores (como Poulot) eram poucos e raros, e de todo modo considerados inferiores. Mas Paris era uma cidade de classe trabalhadora, cada vez mais organizada para que os ostensivos consumidores pudessem, como disse Lazare, "saborear demoradamente o gosto do mel sem ser perturbados pelo zumbido das abelhas"[25]. E o imaginário do que existia "do outro lado" não era criado a partir do contato humano, salvo alguns encontros de rua casuais e em geral infelizes (do tipo descrito em "Os olhos dos pobres", de Baudelaire). Os relatos dos reformistas burgueses (independentemente de suas tendências políticas) sobre as condições na Paris da classe trabalhadora estimulavam, mais que apaziguavam, esse imaginário na medida em que exploravam a destituição e a degradação. Ao viver em condições animais, as pessoas podiam ser algo além de animais? Esse tipo de raciocínio racial não estava muito longe da superfície em círculos de prestígio e foi absorvido com facilidade pelas representações literárias. Essa foi a consequência mais disseminada da Comuna. Em todas as cidades, escreveu o poeta Théophile Gautier, havia cavernas fechadas para

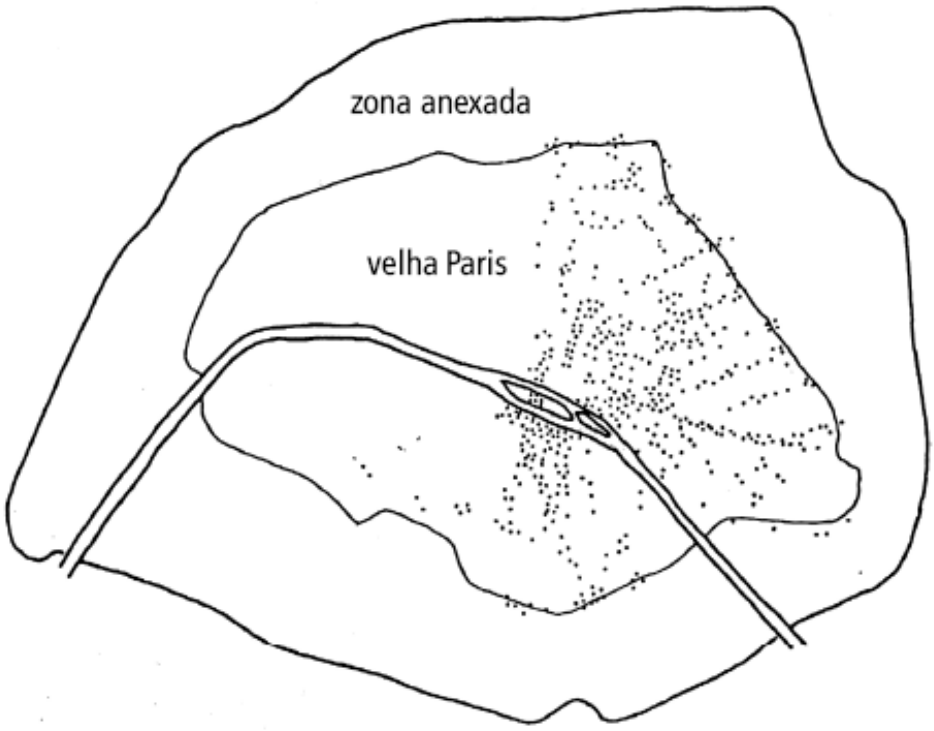


FIGURA 97: *A distribuição das barricadas de Paris durante o levante de junho de 1848 ilustra como era forte a divisão política entre os lados leste e oeste da cidade (segundo Louis Girard, Nouvelle histoire de Paris, cit.).*

> animais selvagens, bestas fedorentas e venenosas, todas as perversidades refratárias que a civilização era incapaz de domar, aqueles que amam sangue, que se encantam com o roubo, aqueles para os quais os ataques contra o decoro são gestos de amor, para os quais o ato de incendiar é tão divertido quanto o de soltar fogos de artifício, todos os monstros do coração e os aleijados de espírito; uma população de outro mundo, desacostumada com a luz do dia, ansiando aprisionada nas profundidades das sombras subterrâneas. Um dia, quando o adestrador de animais inadvertidamente deixar as chaves no portão desse zoológico, essas criaturas ferozes vão invadir, com gritos selvagens, uma cidade aterrorizada. As jaulas se abrem, as hienas de 1793 e os gorilas da Comuna irrompem.[26]

A agressividade venenosa desses sentimentos era bastante comum. É difícil ler jornais influentes como a *Revue des Deux Mondes* durante a década de 1860 e não se abalar. E a violência tinha uma qualidade curiosa, como se houvesse um anseio interno para exorcizar um demônio, cauterizar uma ferida dolorosa na sociedade, buscar algum desenlace final, uma catarse. "Há apenas três seres dignos de respeito: o padre, o guerreiro e o poeta", escreveu Baudelaire, "conhecer, matar e criar". Flaubert

confessou que o motim era a única coisa que entendia na política: "Eu desprezo a tirania moderna porque ela me parece estúpida, fraca e sem determinação". E acrescentou: "Tenho profunda devoção à antiga tirania, que considero a manifestação mais admirável da humanidade"[27]. Zola foi acusado de sadismo devido às cenas de violência assassina contra o povo conquistado em *Salambô*. Mas foram exatamente essas cenas que se tornaram realidade contra a Comuna; um derramamento de sangue brutal justificado por Goncourt como uma forma de dessangrar os belicosos vermelhos por meio de seu extermínio. Ao se lembrar, apavorada, do Terror, a burguesia construiu imagens e representações que fundamentavam a criação de seu próprio terror preventivo contra a outra Paris.

Os revolucionários, em particular aqueles extraídos das fileiras dos estudantes e de *la bohème*, viam o oposto dessa imagem. Consideravam os trabalhadores nobres, hábeis, autoconfiantes, inteligentes, generosos e capazes de liderar. Sua "outra Paris", no oeste, era povoada por especuladores, lobos da Bolsa de Valores, rentistas, parasitas e vampiros, que sugavam o sangue dos trabalhadores e destruíam sua dignidade e autoestima. Esmagada sob o peso dos ricos ociosos, a Paris da classe trabalhadora tinha todo o direito de fazer uma revolução. Os blanquistas levaram essa ideia ainda mais longe. Viam Paris como núcleo revolucionário, disseminador da libertação não apenas pelo resto da França, mas pelo resto do mundo, como em 1789. Além disso, a revolução se originaria na "outra" Paris, mais particularmente em Belleville e na região de Père-Lachaise[28]. Foi a essa área que aqueles com simpatias blanquistas, como o influente Gustave Flourens (professor de anatomia humana, morto nos primeiros dias da Comuna), dirigiram-se para cultivar sua base revolucionária. E havia muitos traços da mesma lógica de catarse revolucionária violenta na retórica blanquista (baseada, como antes, de modo explícito nos ideais de pureza revolucionária hebertista de 1793).

Nem todos foram atraídos por um imaginário tão polarizado. No entanto, mesmo aqueles que buscavam atenuar seus extremos geralmente acabavam reforçando o argumento geral. Escritores da época, como Audiganne, Corbon e Poulot, pelo menos tinham um contato íntimo com

os trabalhadores parisienses e nos proporcionam um esboço de personalidade mais elaborado. Escreve Audiganne:

> Os trabalhadores de Paris são extremamente sociáveis e abertos, têm grandes ideias e fortes preocupações filantrópicas, que ficam manifestas por meio da ajuda mútua e da tolerância recíproca. Por outro lado, eles têm um gosto irresistível pelo desperdício e pelo gasto, uma ardente sede de prazer e um amor apaixonado pela mudança. [...] Participam dos motins com o mesmo entusiasmo que demonstram em festas, encantados em quebrar a monotonia da vida diária sem se preocupar com as consequências. A devoção à igualdade e à nacionalidade é a sua marca.[29]

A irresponsabilidade dos trabalhadores parisienses era, é claro, um anátema para a burguesia radical mais puritana (Poulot, por exemplo). Mas muitos comentaristas que os conheciam, como o socialista Jules Vallès, que se mudou para a Paris da classe trabalhadora por se solidarizar com os oprimidos, ficavam impressionados com a cordialidade e a generosidade que lá encontravam. Esse era mais um motivo, portanto, para lamentar tanto a polarização das opiniões quanto o peso da opressão que caía sobre a Paris da classe trabalhadora. Mas, ao defender o alívio desta, os reformistas não deixavam de reforçar aquela. Corbon lamentou a perpetuação e o aprofundamento das divisões de classe e argumentou que, embora os pobres não se ressentissem com a riqueza como tal, sua própria condição periclitante, unida à crescente afluência dos ricos, certamente representava uma ameaça à segurança da classe mais abastada. Além disso, essa ameaça tinha uma expressão geopolítica. "A transformação de Paris, após a remoção da população trabalhadora do centro para as periferias, dividiu a capital em duas cidades – uma rica e outra pobre. [...] As classes desfavorecidas formam um imenso cordão em torno dos ricos." Lazare recorreu à mesma imagem ameaçadora: "O nível da inundação da pobreza subiu em Belleville", escreveu ele, "enquanto o rio da luxúria fluía em pleno vigor nos novos bairros de Paris"[30]. A alta burguesia suspeitava, com razão, que os "vermelhos" estavam submersos nessa inundação de pobreza em Belleville. Na medida em que não podia colocar os pés lá, e nem se atreveria a tanto, esses relatos só exacerbavam seus medos. Lá vivia "a escória do povo", diziam jornais como *Le Figaro* e *Le Moniteur*. E lá se

encontravam, escrevia o jornalista Sarcey, "as profundezas mais extremas da pobreza e do ódio, onde agitações causadas por inveja, indolência e raiva borbulham sem cessar"[31].

COMUNISTAS, CAPITALISTAS E O SONHO DA ASSOCIAÇÃO

Por mais temido que fosse pela burguesia, Blanqui jamais conseguiu criar uma base de massa na classe trabalhadora. Na verdade, houve períodos em que ele parecia não exercer influência alguma, exceto como símbolo remoto, inflexível e encarcerado. Foi só na década de 1860 que o movimento blanquista surgiu com mais força, principalmente entre militantes, intelectuais ateístas e estudantes, atraídos pela nobreza do seu sofrimento e pureza da sua causa[32]. Durante as ativas lutas de classes de 1868-1871, os blanquistas, em parte devido à sua dedicada preocupação com a educação e sua disposição para nadar nos "rios da pobreza" que fluíam na "outra Paris", chegaram a adquirir um número significativo de seguidores. A falta de influência de massa era, até certo ponto, uma questão de escolha. A experiência de 1848 e a fundação do Império mediante o sufrágio universal os fizeram desconfiar da democracia de massa sob condições de ignorância e dominação burguesa dos instrumentos de comunicação de massa. Suas raízes nas formas puras da tradição revolucionária francesa (como representada por Babeuf, Hébert e Buonarroti) os estimularam a seguir uma política jacobina insurrecional. Sob condições de rígida vigilância policial, isso significava a formação de células fechadas, impenetráveis à infiltração, mas também à participação da massa. O objetivo era a ditadura do proletariado mediante a violência insurrecional.

Sua influência também foi limitada pelas circunstâncias da estrutura de classe, que dificilmente eram compatíveis com a mensagem que eles buscavam transmitir. Embora a insurreição contra o aparato do Estado controlado pela alta burguesia fizesse muito sentido, ela não conseguia

abordar a questão da organização do trabalho em uma cidade onde a pequena oficina e o sistema de produção por encomendas eram predominantes, e onde a linha que separava o capital e o trabalho na produção era ainda um pouco turva, mesmo no fim do Império. Na verdade, como vimos no Capítulo 2, as oficinas parisienses haviam sido campos de reprodução férteis para todos os tipos de ideologias socialistas, comunalistas e comunistas desde o início da década de 1830, e continuavam a sê-lo.

O slogan comunista "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades"* soava sedutor à massa dos empobrecidos e teve uma adesão poderosa entre os trabalhadores de ofício, que enfrentavam a instabilidade do emprego e os estragos da mudança tecnológica. Mas, como observou Corbon, existiam dois tipos de comunistas. Havia aqueles que procuravam impor seu sistema a toda a sociedade mediante o aumento do poder do Estado em relação à propriedade privada. Esses haviam buscado em 1848 a formação de oficinas nacionais como um prelúdio para a propriedade do Estado, a garantia do direito ao trabalho e a igualdade na distribuição. A partir desse ponto de vista, socialistas como Louis Blanc, Raspail e Barbès podiam unir-se a Blanqui (quando as rivalidades interpessoais permitiam) para conter o poder do Estado nos movimentos abortivos de 16 de abril e 15 de maio de 1848. Outros, como os cabetistas (icarianos) e fourieristas, procuravam vivenciar suas doutrinas no dia a dia, esperando convencer as pessoas das virtudes da organização coletiva e do comunismo por meio de seus exemplos. Após a frustração de 1848, esses últimos grupos optaram pela emigração ou foram obrigados a se exilar, principalmente nos Estados Unidos, que eram sua única esperança.

Proudhon, no entanto, tirou conclusões um tanto diferentes da experiência de 1848. Ele achava que os movimentos insurrecionais não ofereciam nada além da substituição de um regime repressivo e dominador por outro. O problema do trabalho não podia ser resolvido mediante canais políticos, pois o Estado era o inimigo, independentemente de quem o controlasse. Isso colocou Proudhon em conflito não somente com blanquistas e comunistas, mas também com

todos aqueles que viam a república política como um prelúdio necessário para a mudança social. A luta para libertar o trabalhador deveria começar na oficina, mediante a implementação de planos práticos, e não de esquemas utópicos. A cooperação e o mutualismo significavam uma nova concepção de democracia dos trabalhadores no processo de trabalho e deveriam ser apoiados por um sistema bancário e de crédito mútuos, seguro mútuo, sociedades de ajuda mútua, esquemas cooperativos de moradia e coisas semelhantes. A virtude de um programa desse tipo era que ele evitava a intervenção do Estado e podia lançar uma base para o fenecimento deste. Tão importante quanto isso era o fato de que ele poderia superar os confrontos de classe nas oficinas e atrair os pequenos mestres (ameaçados pela competição, pela mudança nas condições do crédito e da comercialização etc.) para a causa.

Proudhon defendia a propriedade privada na habitação, no varejo etc., contanto que estivesse aberta a todos; objetava às greves e aos sindicatos; e desconfiava da ideia de associação, pois por volta de 1860 ela já estava se tornando parte da ideologia da luta de classe. Suas ideias eram influentes. Assim, encontramos Clément, representante dos sapateiros na Comissão dos Trabalhadores de 1867, desafiando e condenando aqueles que recorriam a greves, luta de classes e outras formas de confronto para o avanço da causa dos trabalhadores[33]. Ele argumentava que o poder da propriedade privada podia ser minado e a luta de classes evitada "por trabalhadores trabalhando em solidariedade e união, aprendendo a conhecer uns aos outros, vivendo em família", construindo seu próprio capital e, desse modo, eliminando o poder da propriedade externa sobre sua vida.

No entanto, em meio aos debates em torno da organização do trabalho na Paris do Segundo Império, um conceito exercia poder e fascínio peculiares: a associação. Ele adquiriu uma posição central em parte devido às suas profundas raízes na tradição, mas também em virtude da sua ambiguidade. Foi fundamental para o pensamento saint-simoniano na década de 1830 e também para o fourierismo e o socialismo dos trabalhadores, que deram seus primeiros passos no mesmo período (ver Capítulo 2). A princípio, era uma ideia que procurava superar o conflito de

classe, a anarquia social, a ambição egoísta e as desigualdades geradas pelo capitalismo da propriedade privada. Nas mãos dos saint-simonianos, significava a associação de todos os capitais, grandes e pequenos, mobilizados para fins tão produtivos e socialmente desejáveis que toda a sociedade civil, inclusive os próprios trabalhadores, estaria inserida na harmonia do progresso social. A formação dos Péreires, na década de 1830, foi baseada nessa ideologia, e eles a puseram em ação na década de 1850 com o intuito de construir um tipo democrático de capitalismo monopolista de Estado. Por isso, a ideia de associação tinha certa legitimidade e era ativamente apoiada pelo governo. Até Marx, que zombava dessa ideia, dizendo que a associação dos capitais não poderia senão estimular orgias de especulação, admitiu que ela era até capaz de constituir uma "forma de transição para um novo modo de produção", dotando assim os Péreires "da agradável mistura de caráter de vigarista e profeta"[34].

Nas mãos do movimento dos trabalhadores, a ideia teve uma evolução importante. Em suas primeiras manifestações, na década de 1830, ela significava associações de produtores, sociedades de ajuda mútua e outras formas que Proudhon posteriormente aprovaria. Mas a repressão, seguida das devastações da mudança tecnológica e da exploração capitalista, transformou a "associação" em uma palavra-chave para a resistência corporativista e de classe. O primeiro sentido parece ter predominado em Paris pelo menos até 1848-1851. O decreto do governo provisório de 1848, que garantia o direito ao trabalho, também garantia o direito de os trabalhadores se associarem "para desfrutar dos benefícios legítimos do seu trabalho". A frase é ambígua. Será que ela significa o direito de formar sindicatos ou de fundar cooperativas de produtores? Na prática, ela atraiu todos os trabalhadores de ofício que, entendendo a riqueza como algo fundado no trabalho, consideravam a livre associação dos trabalhadores na produção como o meio para captar os benefícios do seu próprio trabalho e, ao mesmo tempo, assegurar a reorganização pacífica da sociedade sob o controle dos produtores diretos[35].

A repressão feroz de todas as formas de organização de trabalhadores em 1851 (salvo as sociedades de ajuda mútua e aquelas sob rígido controle

imperial) enterrou essas esperanças na clandestinidade, de onde Proudhon lutou para ressuscitá-las em sua forma voluntarista, em vez de direcionada pelo Estado. Mas, segundo a avaliação de Corbon, a ideia foi gradualmente perdendo terreno a partir de 1848, não como visão nobre de algum futuro socialista, mas como questão prática. Dadas a reorganização do processo de trabalho e a crescente cisão entre capital e trabalho na indústria parisiense, meios coletivos tinham de ser criados para fazer frente à desqualificação do trabalho e à queda das rendas reais. Corbon observou a renovação dos sentimentos corporativistas durante a década de 1860 e a mobilização das formas corporativistas (abolidas na Revolução Francesa) pela defesa dos interesses da classe trabalhadora e em oposição à liberdade dos mercados de trabalho[36]. Na época, "associação" significava o direito à formação de sindicatos para negociar coletivamente índices salariais e condições de trabalho. Os dois significados caminharam lado a lado no fim da década de 1860. A liberdade de associação era uma das exigências de todos os trabalhadores nas reuniões da Comissão dos Trabalhadores em 1867. Contudo, ou eles pensavam coisas diferentes em relação ao termo, ou optavam de maneira consciente por jogar com a ambiguidade da palavra para tirar proveito político dela.

SONHANDO A CIDADE SOCIALISTA

Em 1869, Tony Moilin publicou um tratado utopista, *Paris en l'an 2000* [Paris no ano 2000][37]. Médico dedicado e culto (fora assistente de Claude Bernard, médico eminente), Moilin havia adquirido uma importante reputação pela ajuda que prestara aos pobres do 1º *arrondissement* durante a epidemia de cólera. Na década de 1860, envolveu-se apaixonadamente com o ideal de um futuro socialista baseado na ordem e na justiça social, e às vezes teve problemas com as autoridades por causa de suas ideias. Ele concebeu um governo socialista que, no ano 2000, teria transformado a cidade para promover o bem-estar de todos. O Estado deteria todas as propriedades, eliminando assim a especulação

imobiliária e o latifúndio. A reforma da cidade ficaria a cargo de arquitetos, que haveriam removido as favelas dilapidadas e as estruturas anti-higiênicas. Mas o processo teria sido gradual, o que evitaria a brutalidade e as injustiças de classe das demolições de Haussmann. Ao fim e ao cabo, o tecido urbano seria dominado por estruturas reminiscentes dos falanstérios de Fourier, blocos habitacionais quadrados com um espaço central de jardins e pátios para atividades sociais e comuns. A conectividade dentro da cidade seria garantida por passagens no segundo andar, servidas por elevadores e ligadas por meio de pontes e passarelas. Isso proporcionaria espaços interligados de compras e passeio e um sistema de comunicações para toda a população urbana (ideal para o *flâneur*). As oficinas ficariam no piso térreo, e a iluminação e o arejamento do projeto permitiriam que o trabalho ocorresse sob as melhores condições ambientais.

Toda a Île de la Cité e a Île Saint-Louis seriam ocupadas por uma imensa estrutura, o Palais Internationale (variação de Perreymond – ver p. 117-22), para o qual fluiriam ferrovias suspensas e que funcionaria como um local de recepção de eventos, como uma exposição mundial permanente para celebrar a fraternidade universal e a união da humanidade. Ali estariam também os escritórios do governo e um templo do socialismo (substituindo a Notre-Dame), que seria o centro de ritual e adoração da nova ordem. Inúmeras atividades cívicas seriam ali realizadas, mediante as quais um senso de identidade com a cidade se forjaria em todos. Um balcão no alto dessa estrutura permitiria às pessoas olhar toda a cidade e apreciar sua unidade. Imensas colunas em torno do palácio suportariam um enorme domo, que teria saído do papel graças à nova arquitetura feita com vidro e ferro.

No ano 2000, a desigualdade de renda já seria muito menor (não mais que 1 para 5) e, graças à propriedade pública, a igualdade também haveria se consolidado na organização do trabalho. Hábitos sociais de generosidade, apoio mútuo e igualdade de engajamento teriam sido alcançados por meio de reformas na educação e na aprendizagem. A posse de propriedade seria rara, os aluguéis modestos, e os blocos habitacionais se caracterizariam pela maior diversidade possível de pessoas. O serviço

doméstico teria sido abolido. Muitas mulheres trabalhariam de acordo com suas aptidões, mas ainda não teriam direitos políticos (uma concessão a Proudhon?) e a família continuaria sendo a base da ordem social (embora com o reconhecimento do divórcio e a proibição da prostituição). O mundo intelectual seria marcado por discussões e debates efervescentes na Academia de Paris (para a qual mulheres e jovens poderiam ser eleitos por sufrágio universal). O forte apreço por exposições, bailes, concertos, peças teatrais, jornais e pela competição e conquista de marcas distintivas (a Medalha da República seria a mais valorizada) continuaria sendo um aspecto importante da vida cultural. Enormes cafés (onde não se exageraria na bebida) seriam centros de socialização e conversas. Os parisienses tampouco teriam esquecido como se divertir, e as artes do ocioso e do *flâneur* seriam muito apreciadas. Como Benjamin observou um tanto desdenhosamente, Moilin não só se inspirou muito em Fourier, mas vislumbrou a cidade ideal principalmente a partir da democratização do consumo e da *fête impériale*, e não em termos de uma forma organizada de produção.

A arte do pensamento utópico, esmagada por completo em 1848, ressuscitava vinte anos depois. Moilin desempenhou um papel muito pequeno na Comuna de 1871 – representou a *mairie* do seu *arrondissement* durante os três primeiros dias de março. Mas foi preso pelas forças de Versalhes em 27 de maio, julgado pela corte marcial sumária nos Jardins de Luxemburgo e imediatamente condenado à morte, não por causa de suas ações, segundo o veredicto, mas porque "ele era um dos líderes do partido socialista, perigoso devido a seus talentos, seu caráter e sua influência sobre as massas; em resumo, um desses homens dos quais um governo prudente e sábio precisa se livrar quando encontra uma ocasião legítima para fazê-lo"[38]. Foi-lhe concedida uma trégua de doze horas para se casar com sua companheira grávida, e depois ele foi fuzilado nos Jardins, na manhã de 28 de maio de 1871.

GÊNERO, SEXUALIDADE E REVOLUÇÃO

Pouco antes da Comuna, Edmond de Goncourt registrou em seu diário: "Eles falam da agitação nervosa das mulheres [...] do medo de terem de reprimir revoltas femininas". Depois da Comuna, esse medo se tornou um mito de "mulheres sinistras", "amazonas e viragos", inspirando e inflamando os homens por "seu atrevimento obsceno e desavergonhado, [...] roupas desabotoadas, seios quase nus", incitando e liderando o incêndio de Paris. Ao contemplar o corpo das mulheres que haviam sido arrastadas de casas e barricadas e sumariamente fuziladas, Houssaye escreveu: "Nenhuma dessas mulheres tinha uma face humana; apenas a imagem do crime e do vício. Eram corpos sem almas, mereciam mil mortes, mesmo antes de terem colocado as mãos na gasolina. Há uma única palavra para descrevê-las: odiosas"[39].

Esse imaginário de bestialidade e barbarismo femininos em meio à revolta e à revolução, do papel das "mulheres incendiárias" na Comuna, persistiu de forma vigorosa, ainda que os tribunais militares dificilmente encontrassem qualquer evidência disso – e não por falta de tentativa[40]. Zola, baseando-se muito nas descrições da Comuna de Maxime Du Camp, inseriu em *Germinal** uma cena horrenda de linchamento e castração do lojista do lugarejo por mulheres enraivecidas. Imagens desse tipo não são raras e podem ser encontradas no decorrer de todo o Segundo Império. Então, o que tudo isso queria dizer?

A conexão entre as mulheres, a liberdade e a República (e, portanto, com a revolução) há muito vinha se formando (como vimos no Capítulo 2). As imagens eram tão poderosas que a maneira como as mulheres eram descritas tornou-se, como visto, um foco tenso de rivalidade iconográfica. Nas Jornadas de Junho de 1848, o *London Examiner* relatou um incidente que parece reencenar o quadro de Delacroix, *A Liberdade guiando o povo* (embora com um resultado menos feliz):

> Uma das mulheres, uma jovem bem vestida, pegou a bandeira e, saltando sobre a barricada, investiu contra os guardas nacionais, usando palavras de provocação [...] um tiro a atingiu e ela foi morta. A outra mulher então avançou, pegou a bandeira e começou a atirar pedras nos guardas nacionais [...] [que] a mataram.

Victor Hugo relatou o mesmo incidente, mas chamou as duas mulheres de "prostitutas, belas, desgrenhadas, aterrorizantes". Proferindo obscenidades, elas puxavam os vestidos até a cintura, gritando, "Covardes! Atirem, caso se atrevam, na barriga de uma mulher". "Foi assim que começou esta guerra", acrescenta Hugo com pesar[41]. Tocqueville, como já vimos, também deu vazão a todos os medos burgueses da mulher rebelde e incontrolável como agente da revolução, e a descrição de Flaubert da prostituta posando como a Liberdade nas Tulherias em 1848 deu continuidade à tradição. Do outro lado do canal da Mancha, Charles Dickens propagava a mesma ideia (embora ela fosse, é claro, descrita como peculiarmente francesa) ao retratar Madame Defarge e "La Vengeance" em *Um conto de duas cidades**.

Eventos do tipo que Hugo descreve puseram a alegoria em movimento. E o simbolismo certamente não passou despercebido: afinal, não havia a República fuzilado a Liberdade nas barricadas? A iconografia daí em diante se dividiu em linhas bem demarcadas pela distinção entre a república social e a política. A "cautelosa República da ordem e da reconciliação" necessitava de uma representação um tanto diferente da imagem "impetuosa e rebelde" da República do povo: "Começou a parecer que, logo, o campo daqueles que vestiam roupas de trabalhadores teria uma República com um barrete vermelho e o corpete desabotoado, enquanto o campo dos cavalheiros de trajes escuros teria uma República com postura de dama, coberta de folhas e vestida da cabeça aos pés"[42]. Após 1848, os republicanos respeitáveis começaram a se dedicar à domesticação da imagem (Bartholdi discutiu pela primeira vez no fim de 1860 seus planos para a Estátua da Liberdade, que agora está no porto de Nova York). Os trabalhadores se aferraram a uma imagem mais revolucionária, formando "conspirações marianistas", principalmente nas áreas rurais, embora uma tivesse sido desbaratada em Paris, em 1855. Seu programa incluía a emancipação das mulheres, a nacionalização da terra e "tudo o que isso implica" e garantias de vida, emprego e educação adequados para todos. Evidentemente, esses posicionamentos eram muito resistentes. Quando observadoras foram à Comissão dos Trabalhadores de 1867, um trabalhador gritou: "Senhora, ao vê-la entrar, achei que via a

Liberdade. Sempre que as mulheres se sentam com os homens nestes encontros, tem início o reino da liberdade e da justiça. *Vive la Femme! Vive la Liberté!*"[43].



FIGURA 98: *Neste retrato de 1848 em que mulheres ameaçam tomar a Assembleia Nacional para obter o direito ao divórcio, Daumier capta os medos burgueses acerca do feminismo e das consequências do envolvimento feminino na política.*

A ideia de que as mulheres pertencem exclusivamente ao lar era uma crença profundamente arraigada entre a burguesia. Até republicanos radicais, como Michelet, e socialistas a abraçavam. As anotações de Proudhon para *Pornocratie* [Pornocracia] contêm "todas as noções de reacionarismo cruel já usadas contra a emancipação da mulher pelo mais extremado antifeminista"[44]. Reforçadas pela reverência à domesticidade (que em larga medida refletia o processo de domesticação da imagem da Liberdade), suas bases materiais se fundamentavam em uma concepção do casamento como um empreendimento comercial, na distinção crescente entre local de trabalho e residência e na importância fundamental que uma economia doméstica bem administrada representava para o sucesso da burguesia. Também tinham muito a ver com um sistema de propriedade e herança que tornava os hábitos e a moral da aristocracia impraticáveis, exceto sob condições de enorme riqueza. Os republicanos burgueses estavam encurralados entre o espectro do colapso diante do comportamento dissoluto da classe trabalhadora e à *noblesse oblige* da aristocracia. Para eles, o controle sobre as mulheres era considerado essencial para a preservação da posição da classe. Além disso, a maioria delas parecia ter aceitado essa equação. Até mesmo George Sand se pôs a enaltecer as virtudes da família na década de 1860 e depois da Comuna se sentiu livre para dirigir as mais sarcásticas farpas contra os *communards*, embora nunca tivesse saído da sua propriedade rural. As mulheres dissonantes, como Jenny d'Héricourt, não eram alvo de muita atenção, e havia poucos sinais que apontassem para a existência de uma política feminista independente – a questão do voto das mulheres (muito debatida na Inglaterra) não veio à tona. Só quando o Império estava próximo do fim um conjunto de mulheres (Louise Michel, Paule Minck, André Léo e Elisabeth Dmitrieff) começou a falar sobre os direitos das mulheres e a organizar grupos como o *Union des Femmes*, que desempenhou um papel muito importante na Comuna[45].

É tentador especular sobre o significado social-psicológico disso tudo. A imagem da Liberdade como uma mulher aterrorizante e incontrolável do tipo que Tocqueville havia encontrado – pior ainda, uma prostituta pública – em uma sociedade falocrática na qual a preservação da

propriedade privada e a posição de classe da burguesia dependiam do controle sobre as mulheres deve ter abalado profundamente a psique masculina burguesa. As representações de Manet das mulheres (em *Olympia* e *Almoço na relva*) parecem ter provocado a ira dos burgueses precisamente porque elas se assemelhavam a prostitutas comuns, cujo olhar era insuficientemente submisso[46]. Hertz sugere que os medos da castração (do tipo que Zola tornou tão explícito em *Germinal*) combinaram-se aos antagonismos de classe e produziram "a histeria masculina sob pressão política"[47]. É difícil explicar de qualquer outra maneira a extraordinária violência da retórica masculina contra as mulheres que participavam da ação revolucionária. É difícil lidar até com as representações republicanas convencionais.

A mulher, de Michelet, publicada pela primeira vez em 1859, foi um tratado muito influente escrito por um famoso historiador republicano. Quando a Comissão dos Trabalhadores de 1867 voltou sua atenção para as mulheres, um certo Dr. Dupas externou uma versão grosseira das ideias gerais de Michelet. A mulher, declarou ele, não é igual ao homem em força física, intelecto, preocupações morais ou devoção às questões públicas, mas seu amor e devoção como esposa e mãe suplantam mil vezes qualquer coisa de que os homens sejam capazes. Os homens são representantes da civilização, e as mulheres são criaturas da natureza ("A mulher é natural, ou seja, é abominável", bradou Baudelaire, enquanto o *Almoço na relva*, de Manet, parece simultaneamente representar e parodiar o oposto daquilo a que Michelet deu tanta importância).

A oposição entre homem e mulher poderia ser resolvida de forma criativa ou destrutiva. Na ausência da contenção masculina, o lado impuro da natureza da mulher (representado pela menstruação) podia dominar e irromper em violenta histeria (que é supostamente o que Hugo, Tocqueville e os anti*communards* pensam ter visto durante a revolução). A mulher no trabalho e sem a contenção masculina, continuou Dupas, coloca uma mancha moral na sociedade; essa situação infeliz expunha a sociedade à degradação e à histeria produzidas na oficina. A única resolução positiva estava na união entre homem e mulher sob o domínio masculino (o homem é "1" e a mulher é "0", explicou ele, e a única

maneira de multiplicar seu poder social é colocar o "1" na frente do "0"; assim se obtém 10). No entanto, era essencial que as mulheres fossem tratadas com respeito e simpatia. E aqui estava o ponto central da mensagem de Michelet. A mulher tinha de ser colocada no papel de madona sofredora, cujo fardo natural podia ser aliviado e cuja infinita capacidade de amor e devoção só poderia ser liberada sob o controle masculino respeitoso e paternalista[48]. É significativo, acho eu, que nenhum trabalhador tenha se manifestado a favor dessa visão, e a maioria a tenha condenado totalmente.

Jules Simon também apareceu diante da Comissão dos Trabalhadores, mas assumiu uma posição completamente diferente. Ele deplorava o fato de as mulheres trabalharem, pois isso tendia a destruir a família, conduzia à negligência dos filhos e privava o homem de um ambiente doméstico estável, dedicado e amoroso, onde pudesse reabastecer o corpo e a alma. Algo tinha de ser feito para preservar a família. Mas Simon sabia que, para a maioria da classe trabalhadora, o trabalho das mulheres era uma necessidade, e a indústria também carecia de sua força de trabalho. Ele era contrário à proibição do trabalho feminino, pois as mulheres precisavam de emprego e negar isso a elas significaria uma interferência na preciosa liberdade (a do mercado). O problema era a falta de empregos respeitáveis e bem remunerados para as mulheres, que as impediriam de cair na depravação e na prostituição. A resposta estaria na educação estatal gratuita, que aumentaria o valor da sua força de trabalho (um argumento de capital humano) e melhoraria suas habilidades como educadoras na família. As reformas educacionais do fim da década de 1860 de fato abriram essa possibilidade e, ao que parece, foram apreciadas por trabalhadores e até militantes feministas. Simon tinha popularidade suficiente para atrair uma grande quantidade de votos da classe trabalhadora para sua eleição em 1869, e suas ideias eram estimadas por militantes feministas. Mas, como vários trabalhadores indicaram nas reuniões da comissão, o avanço da educação das mulheres aumentaria a gama de empregos pelos quais elas poderiam competir e puxaria os salários para baixo. Assim, Simon tinha o apoio do interesse industrial, que, do seu próprio ponto de vista, via mérito em suas propostas[49].

Então, o que os trabalhadores pensavam? A fala de Fribourg, membro da Internacional, provavelmente representava o pensamento da maioria, ecoando Proudhon. Este afirmava que as mulheres pertenciam ao lar, sob a autoridade dos homens. Embora houvesse mais do que apenas um toque de misoginia em seus escritos, o posicionamento do trabalhador não estava fundado em argumentos como os de Michelet ou Dupas. Ele se baseava, em primeiro lugar, na tradição de que o homem tinha o direito legal e moral de dispor da força de trabalho da família. Também se baseava no desejo de proteger a família e a autoridade do homem como o grande provedor. Os homens deveriam, portanto, receber salários maiores que os das mulheres. Na Paris do Segundo Império, esse posicionamento também foi alimentado pela intensa hostilidade, mobilizada nos conventos ou nas próprias oficinas, à concorrência da força de trabalho feminina. A greve dos tipógrafos de 1862 foi, nesse aspecto, um caso famoso; os trabalhadores homens temiam que mulheres fossem contratadas por um terço de seu salário para acabar com a greve. A solução de curto prazo era elevar os salários masculinos para que eles pudessem dar conta das necessidades familiares e legislar a fim de impedir a presença das mulheres nas oficinas. Os tipógrafos pediram ao imperador que fizesse exatamente isso e não titubearam em usar os argumentos propostos por Michelet. Eles apontavam a histeria gerada pela exposição à oficina e argumentavam, provavelmente com razão, que as substâncias tóxicas às quais as mulheres eram expostas e a natureza do trabalho causavam um alto índice de natimortalidade e de abortos espontâneos. Essas posições eram tão fortemente defendidas que a delegação francesa no congresso da Internacional em Genebra, em 1866, forçou a aprovação de uma resolução banindo as mulheres das oficinas e confinando-as ao lar.

Feministas socialistas, como Paule Minck, militaram contra essas atitudes no ramo parisiense da Internacional. “Não queremos ser tratadas nem como madonas, nem como escravas”, argumentou ela durante uma reunião pública em 1868, “mas como seres humanos comuns, diferentes mas iguais, que têm direito à paridade salarial com os homens e à associação em defesa da nossa emancipação econômica”. Ela se tornou aliada de homens como Varlin, que contestou o argumento de Fribourg

diante da Comissão dos Trabalhadores: "O direito das mulheres ao trabalho é o único meio para sua verdadeira libertação", e os contrários a isso "simplesmente queriam mantê-las sob a dominação masculina". Varlin, pelo menos, foi fiel à sua palavra e, durante a criação da constituição do sindicato dos encadernadores, garantiu às mulheres o direito à igualdade salarial[50]. Os sapateiros, no entanto, achavam que já era progressista o bastante permitir a participação das mulheres no sindicato, contanto que não fizessem perguntas, exceto por escrito ou por meio de um membro do sexo masculino.

Nas reuniões da Comissão dos Trabalhadores, representações e retórica se cruzavam a toda hora, mas nunca se tocavam. A real tragédia disso já estava cravada na vida diária das mulheres. O terrível rescaldo da Comuna ilustra a violência e o horror desencadeados quando o antagonismo de classe e o de gênero reforçam um ao outro. Muitas das mulheres que foram arrastadas aos tribunais militares haviam simplesmente atuado como ajudantes em ambulâncias ou cantinas e ficaram perplexas com a retórica e as acusações de crimes hediondos dirigidas a elas. Haviam dedicado a vida à nobreza de uma causa e acabaram sendo julgadas pelo discurso histérico de outra.

Quando representações privadas penetram a retórica pública, tornam-se meios e motivações para ações tanto individuais quanto coletivas. Evidentemente, é sempre mais fácil reformular o que as pessoas disseram do que adivinhar como pensavam. E a variação individual nessa esfera é com frequência tão grande que qualquer afirmação geral deve parecer traiçoeira. Mas, dentre os inúmeros turbilhões de ideias, temas amplos se destacam e sugerem motivações. Entretanto, o campo de verificação final deve ser a ação, pois há muitos pensamentos que nunca adquirem o status de força material, permanecendo para sempre no reino dos sonhos. Esse não foi o caso dos temas que examinamos aqui. A experiência da Comuna os fez entrar na vida social, geralmente de modo turbulento. E há evidências suficientes da ordenação da vida diária na Paris do Segundo Império que tornam pelo menos razoável inferir que a forma da retórica e da representação, assim como da ciência e do sentimento, representavam mais que momentos irrelevantes e limitados a poucos. O que deve,

contudo, ser acrescentado é outra categoria, a dos silêncios – os silêncios da multidão cujas ideias não podemos rastrear e os silêncios estratégicos daquela que podemos.

Notas

[1] Citado em T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois*, cit., p. 16, e em Neil Hertz, *The End of the Line: Essays on Psychoanalysis and the Sublime* (Nova York, Columbia University Press, 1985).

[2] Bayle St. John, *Purple Tints of Paris*, cit., p. 91.

[3] Adrian Rifkin, "Cultural Movements and the Paris Commune", cit.

[4] Iouda Tchernoff, *Le parti républicain au coup d'État sous le Second Empire d'asprés des documents et des souvenirs inédits*, cit., p. 506-26; Edward Copping, *Aspects of Paris*, cit., p. 80; T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois*, cit.; Frederick Green, *A Comparative View of French and British Civilization*, cit.

[5] Edward Copping, *Aspects of Paris*, cit.

[6] Citado em Clarence Glacken, *Traces on the Rhodian Shore* (Oakland, University of California Press, 1967), p. 592; Arthur de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Paris, Librairie de Firmin Didot, 1853-1855); Michael Biddiss, *Father of Racist Ideology: The Social and Political Thought of Count Gobineau* (Nova York, Weybright and Talley, 1970).

[7] O mito do bom selvagem é derrubado em Ter Ellingson, *The Myth of the Noble Savage* (Oakland, University of California Press, 2001).

[8] Laurentie, citado em Sudhir Hazareesingh, *From Subject to Citizen*, cit., p. 127.

[9] Louis Chevalier, *Laboring Classes and Dangerous Classes*, cit.; Bernard Marchand, *Paris: histoire d'une ville*, cit.

[10] Lionel Gossmann, "The Go-between: Jules Michelet, 1798-1874", *Modern Language Notes*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, n. 89, maio 1974, p. 503-41; Edward Said, *Orientalism* (Nova York, Vintage, 1979) [ed. bras.: *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007].

[11] Arthur Hitzman, "Rome Is to Carthage as Male Is to Female: Michelet, Berlioz, Flaubert and the Myths of the Second Empire", *Western Society for French History*, n. 8, 1981, p. 378-80; Edward Said, *Orientalism*, cit., p. 167.

[12] Jules Michelet, *La femme*, cit.; Émile Zola, *Money*, cit.

[13] Gustave Flaubert, *Flaubert in Egypt – A Sensibility on Tour: A Narrative Drawn from Gustave Flaubert's Travel Notes & Letters* (Chicago, Academy Chicago, 1979), p. 198-9.

[14] Citado em Henriette Chardak, *Elisée Reclus: une vie* (Paris, Stock, 1997); Gary Dunbar, *Elisée Reclus, Historian of Nature* (Hamden, Archon, 1978), p. 52.

[15] T. J. Clark, *Image of the People*, cit.

[16] Nicholas Green, *The Spectacle of Nature*, cit.

[17] Marshall Berman, *All that is Solid Melts into Air*, cit., p. 153 [ed. bras.: *Tudo que é sólido desmancha no ar*, cit., p. 147-8]; Walter Benjamin, *Charles Baudelaire*, cit.; Anthony Vidler, "The Scenes of the Street: Transformations in Ideal and Reality, 1750-1871", cit.

[18] Maurice Dommanget, *Blanqui et l'opposition révolutionnaire à la fin du Second Empire*, cit.

[19] Bayle St. John, *Purple Tints of Paris*, cit., p. 11.

[20] Sudhir Hazareesingh, *From Subject to Citizen*, cit.; Louis Greenberg, *Sisters of Liberty*, cit., p. 24.

[21] Georges-Eugène Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, cit., v. 2, p. 202; Bayle St. John, *Purple Tints of Paris*, cit., p. 14; Louis Greenberg, *Sisters of Liberty*, cit.; Roger Gould, *Insurgent Identities*, cit.

[22] *Paris-Guide*, cit., p. 30.

[23] Louis Chevalier, *Laboring Classes and Dangerous Classes*, cit., p. 360-1.

[24] Gustave Flaubert, *Sentimental Education*, cit., p. 334.

[25] Louis Lazare, *Les quartiers pauvres de Paris*, cit., p. 60.

[26] Citado em Paul Lidsky, *Les écrivains contre la Commune* (Paris, Maspero, 1970), p. 46.

[27] Charles Baudelaire, *Intimate Journals*, cit., p. 67; Gustave Flaubert, *Flaubert in Egypt*, cit., p. 49; Edmond de Goncourt, *Paris Under Siege, 1870-1871: From the Goncourt Journal* (org. George Becker, Ithaca, Cornell University Press, 1969).

[28] Patrick Hutton, *The Cult of the Revolutionary Tradition*, cit., p. 66.

[29] Armand Audiganne, *Les populations ouvrières et les industries de la France dans le mouvement social du XIX*ème *siècle*, cit., e *Les ouvrièrs d'à-présent et la nouvelle économie du travail* (Paris, E. Lacroix, 1865). Ver também Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit.; Denis Poulot, *Le sublime*, cit.

[30] Jules Vallès, *Le tableau de Paris* (Paris, Éditeurs Français Réunis, 1971); Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit.; Georges Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, cit., p. 209; Louis Lazare, *Les quartiers pauvres de Paris*, cit., *Les quartiers pauvres de Paris: le XX*ème *arrondissement*, cit., e *La France et Paris* (Paris, Bureau de la Bibliothèque Municipale, 1872).

[31] Clément Lepidis e Emmanuel Jacomin, *Belleville*, cit., p. 285.

[32] Patrick Hutton, *The Cult of the Revolutionary Tradition*, cit.; Maurice Dommanget, *Blanqui*, cit., e *Blanqui et l'opposition révolutionnaire à la fin du Second Empire*, cit.

[33] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 110; Edward Hyams, *Pierre-Joseph Proudhon*, cit.; *Procès-verbaux de la Commission Ouvrière de 1867* (Paris, s.n., 1867), p. 28-33.

[34] Karl Marx, *Capital*, cit., v. 3, p. 441.

[35] William H. Sewell, *Work and Revolution in France*, cit., p. 243-76.

[36] Claude Anthime Corbon, *La secret du peuple de Paris*, cit., p. 122-41.

[37] Tony Moilin, *Paris en l'an 2000* (Paris, Librairie de la Renaissance, 1869), p. 441.

[38] Prosper-Olivier Lissagaray, *Histoire de la Commune de 1871* (Paris, Maspero, 1976), p. 393 [ed. bras.: *A história da Comuna de 1871*, São Paulo, Ensaio, 1995].

[39] Citado em Paul Lidsky, *Les écrivains contre la Commune*, cit., p. 45, 115; Edith Thomas, *The-Women Incendiaries*, cit., p. 182.

[40] O estudo mais completo é o de Edith Thomas, *The Women Incendiaries,* cit.

[41]* São Paulo, Companhia das Letras, 2007. (N. E.)

Neil Hertz, "Medusa's Head: Male Hysteria under Political Pressure", *Representations*, Oakland, University of California Press, n. 4, 1983, p. 37-54.

[42]* São Paulo, Estação Liberdade, 2010. (N. E.)

Maurice Agulhon, *Marianne into Battle*, cit., p. 99.

[43] Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit., p. 164; *Procès-verbaux de la Commission Ouvrière de 1867*, cit., p. 100; Joan Moon, "The Saint-Simonian Association of Working Class Women, 1830- -1850", *Western Society for French History*, n. 5, 1975, p. 274-80; Claire Moses, *French Feminism in the Nineteenth Century*, cit.

[44] Edward Hyams, *Pierre-Joseph Proudhon*, cit., p. 274.

[45] Jenny d'Héricourt, *La femme affranchi: réponse à MM. Michelet, Proudhon, É. de Girardin, A. Comte et aux autres novateurs modernes* (Paris, F. van Meenen, 1860); Frederick Green, *A Comparative View of French and British Civilization*, cit., p. 95; Edith Thomas, *The Women Incendiaries*, cit, p. 70-87.

[46] Theodore Reff (org.), *Manet and Modern Paris* (Washington, National Gallery of Art, 1982); T. J. Clark, *The Painting of Modern Life*, cit.

[47] Maurice Agulhon, *Marianne into Battle*, cit., p. 185; Neil Hertz, "Medusa's Head: Male Hysteria under Political Pressure", cit.

[48] Jules Michelet, *La femme*, cit.; Charles Baudelaire, *Intimate Journals*, cit., p. 531; *Procès-verbaux de la Commission Ouvrière de 1867*, cit.

[49] Jules Simon, *L'ouvrière*, cit.; ver também *Procès-verbaux de la Commission Ouvrière de 1867*, cit., p. 213-7; Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, cit.

[50] Alain Dalotel, *Paule Minck*, cit., p. 122; *Procès-verbaux de la Commission Ouvrière de 1867*, cit., p. 233.

* "Prefácio", em *Contribuição à crítica da economia política* (trad. Florestan Fernandes, 2. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2008), incluído em Emir Sader e Ivana Jinkings (orgs.), *As armas da crítica* (São Paulo, Boitempo, 2012), p. 106. (N. E.)

* Karl Marx, "Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão", em *Crítica do Programa de Gotha* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2012), p. 32. (N. E.)

17. A geopolítica da transformação urbana

> A humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir.
>
> Karl Marx*

"Quando o manto imperial finalmente cair sobre os ombros de Luís Bonaparte", previu Marx em 1852, "a estátua de bronze de Napoleão despencará do alto da coluna de Vendôme."[1] Em 16 de maio de 1871, o odiado símbolo desmoronou diante de uma multidão de *communards*, cuja atenção temporariamente se desviou dos tiros ameaçadores das forças da reação que cercavam Paris. Entre a previsão e o evento, houve dezoito anos de "farsa feroz"**.

A ferocidade tinha origens duais, que eram às vezes complementares, mas por fim se tornaram conflitantes. Para proteger tanto a si mesmo quanto à sociedade civil sobre a qual reinava, o Império recorreu a uma arbitrariedade do poder do Estado que atingia a todos, desde artistas de rua perseguidos e expulsos dos bulevares até banqueiros excluídos do lucrativo negócio de empréstimos da cidade. Mas o poder cada vez mais acelerado da circulação e da acumulação do capital também estava em ação, transformando processos de trabalho, integrações espaciais, relações

de crédito, condições de vida e relações de classe com a mesma brutalidade que assumia na destruição criativa do meio ambiente construído parisiense. No rescaldo de 1848, a arbitrariedade do poder do Estado parecia ser um sustentáculo fundamental à propriedade privada e ao capital. Contudo, quanto mais o Império degenerava em farsa explícita, mais evidente se tornava que a modernidade não podia ser produzida pela tradição imperial, que não havia nem poderia haver base de classe estável para o poder imperial e que a suposta onipotência do governo não se harmonizava tão bem com a onisciência da racionalidade do mercado. Por isso, o cisma entre os saint-simonianos e os economistas políticos liberais simbolizava um profundo antagonismo entre processos políticos e econômicos.

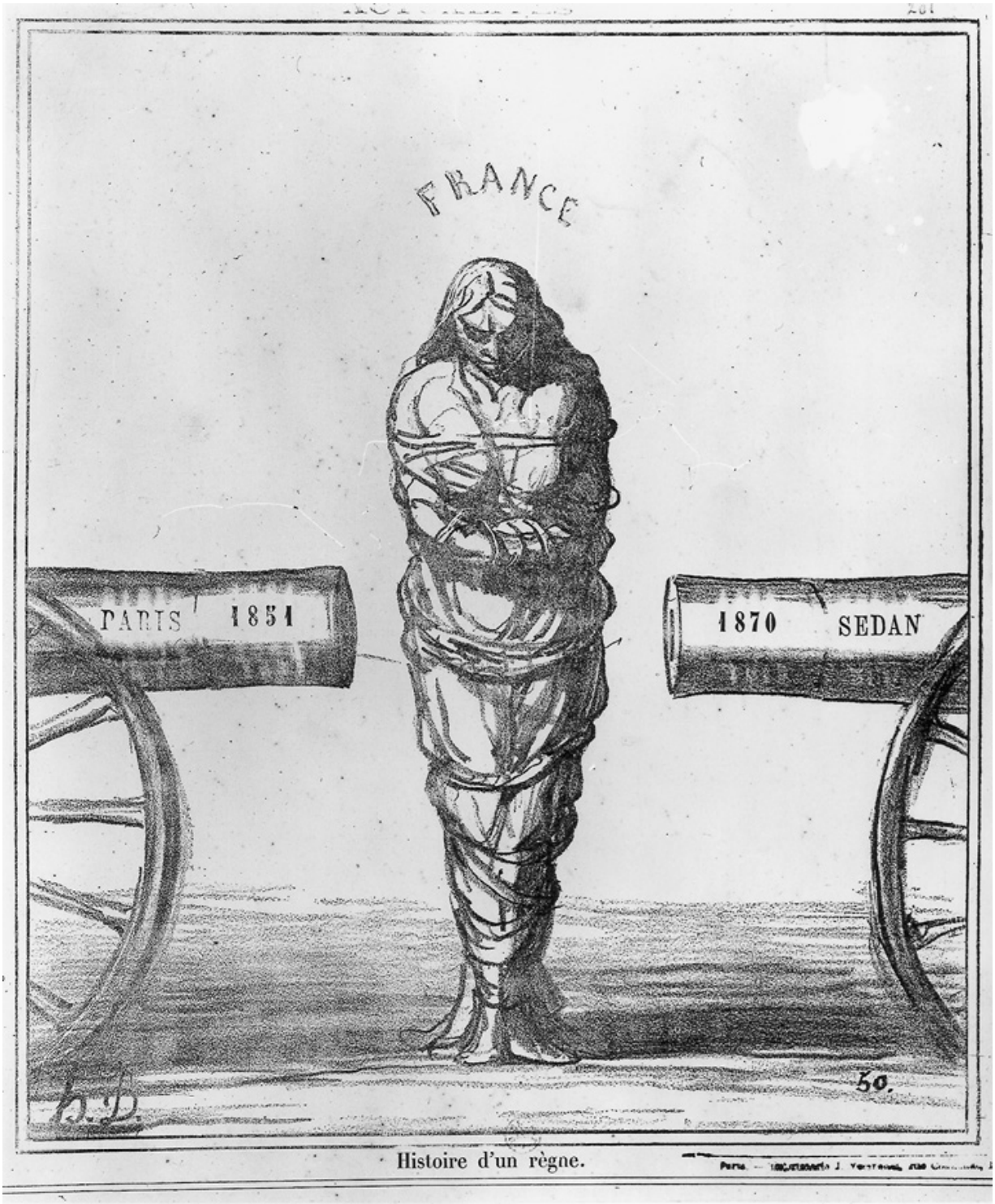


Figura 99: *A representação de Daumier da história do Segundo Império mostra a tradicional figura feminina da Liberdade de mãos e pés atados entre o canhão do golpe de Estado de 1851 e o da derrota do imperador em Sedan, em 1870.*



Figura 100: *A derrubada da coluna de Vendôme pelos communards ocorreu em 16 de maio de 1871. Nesta foto de Braquehais, é provável que o pintor Courbet (que mais tarde foi obrigado a pagar do próprio bolso a reconstrução da coluna) seja a figura do meio entre os que estão ao fundo. A coluna tinha uma história marcada por contrastes. Com a restauração da monarquia, em 1815, a estátua imperial de Antoine Chaudet (feita de um canhão austríaco capturado) foi retirada, fundida e usada na reconstrução da estátua destruída de Henrique IV na Pont-Neuf. A figura de Napoleão como César foi substituída no alto da coluna por uma simples flor-de-lis. A Monarquia de Julho, ansiosa para se vincular à revolução e ao populismo de Napoleão, recolocou-o no topo da coluna em 1834, mas como um cidadão-soldado em um uniforme de campanha. Em 1863, a representação de Seurre foi substituída pela figura criada por Dumont, que mostrava Napoleão como César, com vestes antigas e um símbolo romano da vitória na mão. Esta foi a versão que os communards derrubaram.*

A estratégia de Napoleão III para manter o poder era simples: "Satisfaça os interesses das classes mais numerosas e se vincule às classes superiores"[2]. Infelizmente, a força explosiva da acumulação do capital tendia a minar tal estratégia. O crescente abismo que separava ricos (favoráveis ao Império justamente porque ele oferecia proteção contra as

demandas socialistas) e pobres conduziu ao aumento do antagonismo entre eles. Cada movimento que o imperador fazia para se ligar a um acabava alienando-o do outro. Além disso, os trabalhadores tinham lembranças vívidas (adornadas com ficções cada vez maiores) de uma República que eles haviam ajudado a produzir e que dera voz a suas preocupações sociais. A demanda por liberdade e igualdade no mercado também destacava uma ideologia política republicana dentro de segmentos da burguesia. Isso era antagônico tanto ao autoritarismo do Império quanto aos planos para a república social.

A cisão entre as concepções política e social da República – tão evidente em 1848 – continuou a ter grande importância. Ela podia ser usada – e de fato o foi – de forma bastante eficiente no sentido de dividir para reinar; o que, no entanto, não dava nenhuma base de classe segura para o poder político. Entretanto, o Império estava tão preso no turbilhão do progresso capitalista que não conseguia satisfazer tradicionalistas e conservadores (particularmente os católicos) que se opunham ao novo materialismo e às novas configurações de classe em formação. Por trás da autoridade imperial, era difícil manter o consenso, que por pouco não evaporou completamente quando problemas de superacumulação e desvalorização voltaram a ocorrer. As contradições do crescimento capitalista coincidiam, portanto, com oscilações políticas de um ou outro lado de facções ou do espectro de classe. Quando, em 1862, o imperador honrou James Rothschild com uma visita à sua casa de campo (para enorme desgosto dos Péreires) e, no mesmo ano, concedeu 200 mil francos aos trabalhadores para que enviassem seus delegados eleitos a Londres (onde Karl Marx os esperava ansiosamente e de onde retornariam para formar o ramo parisiense da Primeira Internacional), havia claramente certa incoerência. Longe de mitigar as questões, essa volubilidade só aumentou a apreensão com respeito ao que iria substituir o Império se e quando ele caísse.

Os monarquistas, embora extremamente poderosos, não ofereciam nenhuma alternativa real. Divididos entre si, reuniam ao seu redor católicos ultraconservadores, tradicionalistas e, quase sempre, todo sentimento reacionário antagônico ao progresso capitalista. Com uma

forte base na França rural, sua influência em Paris encolheu durante o Segundo Império e, por fim, restringiu-se principalmente aos salões muito tradicionais da aristocrática Rive Gauche. Embora o Império tivesse seus defensores, particularmente entre capitalistas financeiros, funcionários do Estado e proprietários burgueses de imóveis no oeste de Paris, que estavam muito satisfeitos com as obras de Haussmann, os centros de negócios, comércios e profissões liberais (como a advocacia) na Rive Droite tornaram-se bastiões do republicanismo, em geral aplacados pelo oportunismo financeiro pragmático, que dava ao Império muitas oportunidades de cooptá-los. O Café de Madrid, no Boulevard Montmartre, era o ponto de encontro geopolítico desse tipo de republicanismo com a atitude mais *déclassé* e às vezes boêmia de escritores, atraídos a essa área por ser um centro do poder da imprensa e das comunicações. O republicanismo da Rive Gauche era de uma ordem um tanto diferente. Produto de estudantes e acadêmicos, ele era menos pragmático e mais revolucionário e utópico, capaz de se desdobrar em todas as direções em alianças com trabalhadores e artesãos ou em suas próprias formas de política revolucionária e conspiratória. A Paris da classe trabalhadora, espalhada em uma vasta zona periférica que ia do noroeste ao sudoeste, passando pelo leste (com sua maior concentração no nordeste), era solidamente republicana, mas tinha fortes preocupações sociais e não eram poucos seus ressentimentos contra a traição sofrida nas mãos do republicanismo burguês em 1848.

A luta que se desenrolou em Paris durante a década de 1860 e pressagiou a Comuna foi de proporções épicas. Ela buscava dar significado político a conceitos de comunidade e classe; identificar as verdadeiras bases das alianças e dos antagonismos de classe; e encontrar espaços políticos, econômicos, organizacionais e físicos de mobilização, a partir dos quais as demandas seriam reivindicadas. Tratava-se, em todos esses sentidos, de uma luta geopolítica pela transformação da economia, da política e da cultura parisienses.

A separação dos caminhos entre o capital e o Império não foi marcada por um confronto dramático, mas pela lenta erosão dos vínculos orgânicos entre eles. A represália dos proprietários imobiliários parisienses contra as

condições da expropriação, a resistência do Banco da França ao barateamento do crédito que os saint-simonianos buscavam, a indignação cada vez maior dos industrialistas com a importunação de Haussmann e a crescente dominação do capital financeiro sobre pequenos proprietários e lojistas assinalou um aumento paulatino do desafeto de diferentes setores burgueses. Embora alguns, como parte dos proprietários imobiliários, tenham retornado ao rebanho imperial, outros estavam cada vez mais alienados. Ironicamente, quanto mais bem-sucedida era a repressão do Império contra os trabalhadores, mais livre a oposição burguesa se sentia para se expressar. No entanto, à medida que essa oposição aumentava, crescia também o espaço político de atuação dos trabalhadores. Por um lado, a retórica republicana dos burgueses os escudava; por outro, o crescimento da oposição burguesa obrigava o Império a bajular os trabalhadores, que faziam parte de sua base populista.

A recomposição do partido republicano foi um dos feitos mais marcantes do Segundo Império. E, embora ela dependesse da união entre variadas correntes de opinião em muitas partes do país, o que aconteceu em Paris foi crucial. O republicanismo burguês, incutido de forma profunda, mas incoerente, nas profissões liberais (que talvez vissem a República como um meio para adquirir um poder de classe autônomo), e que tinha grande potencial para receber apoio dos negócios, da indústria e do comércio, necessitava de uma cartilha muito mais bem definida do que a formulada em 1848. A imagem indisciplinada e explosiva da feminilidade nas barricadas tinha de ser contida, domada e tornada totalmente respeitável. O republicanismo *déclassé* de estudantes, intelectuais, escritores e artistas devia ser de algum modo confrontado e controlado. Mas, para terem êxito, os republicanos burgueses também necessitavam do apoio da classe trabalhadora. O problema mais premente do novo partido republicano estava em como obter esse apoio sem fazer nada mais do que mínimas e tímidas concessões às concepções sociais da República, que tipicamente ameaçavam a propriedade privada, o poder do dinheiro, a circulação do capital e, inclusive, o patriarcado e a família. Era possível transformar questões relativas a liberdade política, legalidade, liberdade de expressão e governo representativo (tanto no âmbito local

quanto no nacional) em uma causa comum. Por isso, os republicanos burgueses tentavam mantê-las no centro do debate político. Temas relacionados a liberdade de associação, representação e direitos dos trabalhadores eram mais sensíveis. E o debate sobre a república social tinha de ser abafado por uma retórica reformista sobre questões relativamente seguras, como a melhoria da educação. O republicanismo burguês em geral tornava-se violento em sua defesa do patriarcado e vicioso em suas atitudes relativas ao socialismo. Mas os termos da aliança com a classe trabalhadora sempre tinham de estar abertos à negociação, ao mesmo tempo que a batalha entre as concepções sociais e políticas da República tinha de ser travada até a morte, como o banho de sangue da Comuna veio a revelar.



Figura 101: *Aqui, Daumier retrata uma das contradições secundárias que atormentavam o "bom burguês" em uma época em que este enfrentava sérias complicações políticas.*

O revigoramento da política da classe trabalhadora no início da década de 1860 foi, de início, baseado na reafirmação dos direitos institucionais tradicionais. Apesar da regulamentação imperial, as sociedades de ajuda mútua haviam desde cedo se tornado a frente legal de todos os tipos de organizações secretas de trabalhadores. Sua subversão direta mediante formações sindicais (que estavam na raiz da maioria das atividades grevistas) provocou inúmeras perseguições na década de 1850. Mas seu uso indireto para propósitos políticos era praticamente

incontrolável. Daí a importância dos funerais, por exemplo, pois estes eram um elemento fundamental de auxílio que reunia todos os membros para ouvir os discursos diante do túmulo, que com frequência assumiam um caráter político. O Império tornou-se menos disposto a atacar as sociedades de ajuda mútua porque cada vez mais precisava delas para administrar e mobilizar o apoio da classe trabalhadora. Há evidências consideráveis de que associações e coalizões existiam efetivamente e não eram perseguidas já no início da década de 1860[3]. As sociedades de ajuda mútua tornaram-se centros de formação de consciência e meios para organizar a expressão coletiva das reivindicações. As formas corporativistas que ocultavam tornaram-se mais explícitas quando os trabalhadores de ofício procuraram se proteger contra os efeitos devastadores da mudança tecnológica e organizacional e da inundação de imigrantes não qualificados. Esse uso da estrutura da ajuda mútua trouxe resultados importantes. Auxiliou a transpor a separação entre trabalhar e viver e preservou a coesão de interesses em questões relativas a produção e consumo. No contexto da indústria parisiense, também reforçou a busca de alternativas por caminhos mutualistas e cooperativos. Tanto a consciência quanto a ação política iriam extrair grande parte da sua força desse senso de unidade.

A onda de fortalecimento institucional e modernização, que seria fonte de inspiração para administrações posteriores, tornou-se mais marcante após 1862. O imperador, sob o ataque crescente dos monarquistas da classe alta aliados aos católicos conservadores, e ameaçado no outro flanco pela restauração do republicanismo burguês, foi obrigado a buscar apoio de uma classe trabalhadora que até seus próprios *maires* lhe diziam estar em situação desesperadora. Mas as iniciativas imperiais voltadas a atrair os trabalhadores para o lado do Império e do progresso industrial tiveram pouca resposta na base, salvo uma longa explanação de Henri Tolain, o que lhe rendeu uma entrevista com o imperador e o direito de formar uma comissão de trabalhadores composta pelos presidentes das sociedades de ajuda mútua; o que atesta o reconhecimento do real papel corporativista e profissional destas últimas. Ironicamente, os encontros da comissão começaram no exato momento

em que teve início uma das primeiras grandes greves dos trabalhadores de ofício parisienses, a dos tipógrafos, em 1862. Seus líderes foram presos pelo crime de coalizão, embora a opinião pública (inclusive muitos republicanos) tivesse ficado solidária a eles. Ao perdoá-los, o imperador na verdade tornou irrelevantes as leis contra coalizão e associação. Ele o fez quando os trabalhadores que havia ajudado a enviar à fatídica exposição de Londres estavam retornando, trazendo dos sindicatos britânicos histórias de melhores condições laborais e salariais.

Mas, curiosamente, nenhum dos lados estava disposto, até o momento, a reconhecer as realidades da luta de classes. A abertura concedida à política da classe trabalhadora no início da década de 1860 provocou de início uma onda de posicionamentos mutualistas. As sociedades de ajuda mútua floresceram em número e filiação, enquanto os esquemas de crédito mútuo (como o Crédit au Travail), as cooperativas de consumidores (duas fundadas em 1864) e a habitação cooperativa explodiram em toda parte (algumas chegaram a atrair o apoio privado do imperador). Os estatutos da Internacional foram aprovados pelo governo em 1864. Ao mesmo tempo, Luís Bonaparte escalou Émile Ollivier (que mais tarde estaria à frente do Império liberal de 1869) para reformular a lei de associações. Projetada para evitar a luta de classe organizada, ela deu aos trabalhadores o direito de greve, mas não o de organização ou reunião. Os encadernadores e os bronzistas, seguidos pelos canteiros, imediatamente celebraram deflagrando uma greve pela diminuição da jornada de trabalho sem reduções salariais. Contudo, no início da década de 1860, o principal foco do movimento trabalhista estava mais voltado à organização de direitos e condições de trabalho do que aos índices salariais. Nesse momento, a influência de Proudhon estava no auge, e ele atacava greves e sindicatos (quase parecia aprovar a lei de Ollivier) e defendia a implantação de uma democracia mutualista dos trabalhadores (assim como advogava o retorno de todas as mulheres à esfera doméstica, à qual elas pertenciam). Os delegados franceses dos encontros da Internacional de 1866 em Genebra, liderados por Tolain, levaram consigo uma verdadeira cartilha de princípios proudhonistas e mutualistas,

atestando assim a profunda influência dessas ideias na consciência dos trabalhadores de ofício.

O movimento dos trabalhadores também teve seus revezes. As investidas dos trabalhadores na criação de uma imprensa independente foram logo reprimidas, em parte devido à oposição republicana burguesa. A tentativa de definir um espaço político independente também fracassou. Com certo apoio dos republicanos radicais, em 1864 os trabalhadores de ofício lançaram o *Manifesto dos sessenta*, que se concentrava nos direitos trabalhistas como uma questão política. O resultado geral disso foi erguer o temido espectro da luta de classes e da suspeita infundada, mas não insensata, de que o movimento dos trabalhadores estava sendo usado pelo Império para frustrar as aspirações republicanas burguesas. Quando Tolain, signatário do *Manifesto* e um dos fundadores do ramo parisiense da Internacional, disputou a eleição como candidato independente dos trabalhadores, em 1863, para enfatizar a distinção da causa trabalhista, ele foi vilipendiado pela imprensa republicana e tão massacrado pela oposição daquela região que recebeu menos de quinhentos votos em uma eleição parlamentar na qual os republicanos burgueses arrebataram o poder em grande parte de Paris.

A recessão de 1867-1868 marcou um realinhamento radical das forças de classe e também um ponto de virada na militância e na retórica dos trabalhadores. O que se tornou conhecido como a "greve dos milionários" viu a acumulação maciça de capital excedente nos cofres do Banco da França, a estagnação das obras públicas e do mercado imobiliário parisiense de luxo, o acirramento da concorrência internacional e o aumento do desemprego diante de preços em forte elevação. A queda dos Péreires, a tensão do mercado de ações e a probabilidade cada vez maior de um conflito geopolítico com a Prússia minaram a sensação de segurança que outrora o autoritarismo do Império havia conseguido passar. De certo modo, o espetáculo da Exposição Universal de 1867 desviou o foco de tais questões, embora muitos tenham notado a ironia de que ela celebrava o fetiche da mercadoria e o consumismo em uma época de encolhimento das rendas reais, e trouxe produtos competitivos, além

do rei da Prússia, ao próprio coração de Paris em uma época de alta concorrência internacional e tensão geopolítica.

O movimento dos trabalhadores tornou-se então muito mais militante e deslocou seu foco dos direitos organizacionais para os salários reais. Dentro da Internacional isso foi marcado pelo eclipse de mutualistas como Tolain e Fribourg e sua substituição por comunistas como Varlin e Malon, cujas atitudes, dada a juventude, eram menos afetadas pelas memórias de 1848 e mais forjadas nas realidades do conflito de classe da década de 1860. A perseguição da Internacional naquele momento só ajudou o processo de transição, pois removeu os líderes originais, deu-lhe uma credibilidade cada vez maior entre os trabalhadores parisienses e a empurrou para a clandestinidade, onde encontrou blanquistas militantes – que estavam se voltando à organização da classe trabalhadora como parte de sua estratégia revolucionária. Mas embora Varlin, por exemplo, tenha se aproximado rapidamente de uma política cada vez mais coletivista, esforçando-se para organizar e federalizar os sindicatos e, assim, torná-los agentes de ação maciça da classe trabalhadora, ele ainda acreditava que os princípios mutualistas de organização eram a base da transição ao socialismo[4]. Os trabalhadores de ofício se equilibravam na ambiguidade entre a organização de classe e o mutualismo, e, pelo visto, não tinham muita consciência da tensão entre eles.

Em 1867, houve importantes greves de bronzistas (apoiados pela primeira vez por recursos internacionais), alfaiates e trabalhadores de construção, cuja causa principal era o aumento dos salários. Nesse mesmo ano, o descontentamento generalizado com os padrões de vida transformou-se em protestos nas ruas que envolveram, inclusive, trabalhadores não organizados e não qualificados. Pela primeira vez desde 1848, os não organizados de Belleville desceram até o espaço dos trabalhadores de ofício no centro da cidade para expressar seu descontentamento. Barricadas apareciam esporadicamente, e acabavam sendo varridas quase de imediato pelas forças da ordem. A burguesia também não estava deslumbrada com as importantes concessões que lhe foram feitas. O retorno ao governo quase parlamentar (simbolizado pela volta da tribuna do orador na legislatura) abriu um fórum para queixas. E

havia muito do que se queixar. O movimento da liberdade de expressão do início da década de 1860 já havia transformado a Rive Gauche em um foco de agitação estudantil e intelectual. Os industrialistas se queixavam de Haussmann, e os mestres das oficinas e lojistas reclamavam ferozmente das condições do crédito e do poder dos grandes monopólios, que haviam recebido apoio do Estado. A recessão e a vitória da Prússia sobre a Áustria em Sadowa (sem falar da infeliz aventura mexicana) abalaram a confiança de todos em um governo que tinha subido ao poder sob a promessa de paz e prosperidade e agora parecia não proporcionar nem uma coisa, nem outra. Burgueses como Thiers, que havia muito se sentiam excluídos do grande banquete da riqueza e do poder do Estado, estavam prontos para utilizar a agitação e o mal-estar em benefício próprio. Até os monarquistas conseguiram encontrar causas, como a descentralização, para congregar o descontentamento popular.

Tudo isso foi um mero prelúdio às impressionantes lutas de 1868-1871. Mas foi um prelúdio importante, visto que colocou a questão de qual aliança de classe poderia substituir o Império. Será que os monarquistas tinham como desviar apoio suficiente do centro da burguesia para frustrar o impulso republicano? Será que os republicanos burgueses conseguiriam controlar o movimento da classe trabalhadora e manter a república política longe das garras dos socialistas? Será que os livres-pensadores radicais e os republicanos *déclassé* poderiam se aliar a um movimento dos trabalhadores que superasse o viés artesão e conseguisse abranger os não qualificados, criando assim uma república revolucionária e socialista? Será que o Império conseguiria dividir para reinar e manipular cada uma dessas facções por meio de cooptação e de seu poder policial e de incitação? Na prática, o Império era obrigado a fazer cada vez mais concessões. Ele abrandou a censura da imprensa (maio de 1868) e autorizou reuniões públicas sobre tópicos "não políticos" (junho de 1868). O direito à formação de sindicatos foi concedido em 1869. Mas o Estado de modo algum renunciou a seus poderes provocadores e repressores.

Os líderes da Internacional procuravam colaborar com a oposição burguesa republicana e foram presos já no fim de 1867. Os republicanos respeitáveis ignoravam a demanda por uma aliança de classe, e os

trabalhadores eram igualmente críticos a essa tática, pois se lembravam muito bem de como a república política os havia traído em 1848. O segundo grupo de líderes da Internacional buscou um espaço independente no qual pudesse compor a força do seu próprio movimento. Líder da sociedade de ajuda mútua dos encadernadores, Varlin a transformou em um sindicato vigoroso e coerente em 1869. Em 1867, ele havia contribuído para a fundação de um sistema extensivo de cooperativas de consumo (La Marmite), unindo alimentação barata, política e consumo de forma mais coesa do que a taberna ou o cabaré, locais regularmente frequentados pela maioria dos trabalhadores que viviam em pensões. Defendeu intensamente a igualdade de direitos para as mulheres nos locais de trabalho e nas organizações dos trabalhadores; esteve à frente do movimento para federalizar os numerosos sindicatos parisienses (que provavelmente chegaram à cifra de 20 mil) em 1869; e desempenhou um papel fundamental nos esforços da Internacional para unificar a ação da classe trabalhadora dentro e fora do país. Era exatamente essa ampla concepção geopolítica da luta que aterrorizava os "burgueses honestos". O problema enfrentado por Varlin estava na integração da inquieta massa de trabalhadores não organizados e não qualificados a um movimento cuja base sempre fora composta por trabalhadores de ofício. As estruturas que ele e outros ergueram em 1870 não foram de modo algum suficientes para lidar com essa tarefa. Ao reconhecer tal fraqueza, ele procurou fazer alianças táticas com a ala radical e geralmente revolucionária da burguesia.

Essa ala sempre existiu dentro de *la bohème* e do movimento estudantil, e os blanquistas começaram a organizar esses descontentes em torno do seu próprio programa. Mas o relaxamento da censura sobre a imprensa revelou uma faixa muito mais ampla de insatisfação. Henri de Rochefort, proprietário de um jornal, tornou-se o herói do momento para as classes populares e insatisfeitas após lançar *La Lanterne*, publicação repleta de críticas radicais e retóricas revolucionárias (que horrorizavam a burguesia conservadora e renderam a Rocheford passagens periódicas pela cadeia). Reconhecendo o poder desse movimento, Varlin estabeleceu uma aliança tática na tentativa de garantir que as questões sociais fossem

adequadamente integradas em qualquer programa republicano radical. No entanto, os republicanos radicais, por sua vez, precisavam apagar da memória a traição de 1848. Foi o que tentaram fazer em 1868 ao relembrar a morte de um representante republicano, Baudin, nas barricadas de 1851. Propuseram uma peregrinação maciça até sua tumba no Dia dos Mortos, mas o governo tentou impedir a passagem, e os que conseguiram chegar ao cemitério de Montmartre tiveram dificuldade para encontrar o túmulo. Daí surgiu a ideia de uma subscrição pública. A perseguição do governo aos envolvidos no episódio só atraiu mais atenção para o "crime" do golpe de Estado, enquanto permitiu que um jovem advogado, Gambetta, se tornasse outro herói instantâneo da causa radical. A ressurreição simbólica de Baudin, a criação da tradição, foi, de certa maneira, uma grande jogada. Ela se concentrava na ilegitimidade do Império para simbolizar o papel dos burgueses no coração do espaço da luta dos trabalhadores (essa era a virtude especial do cemitério de Montmartre). Foi por meio de gestos como esse que a burguesia radical conseguiu abraçar a "outra Paris" em uma unidade simbólica.

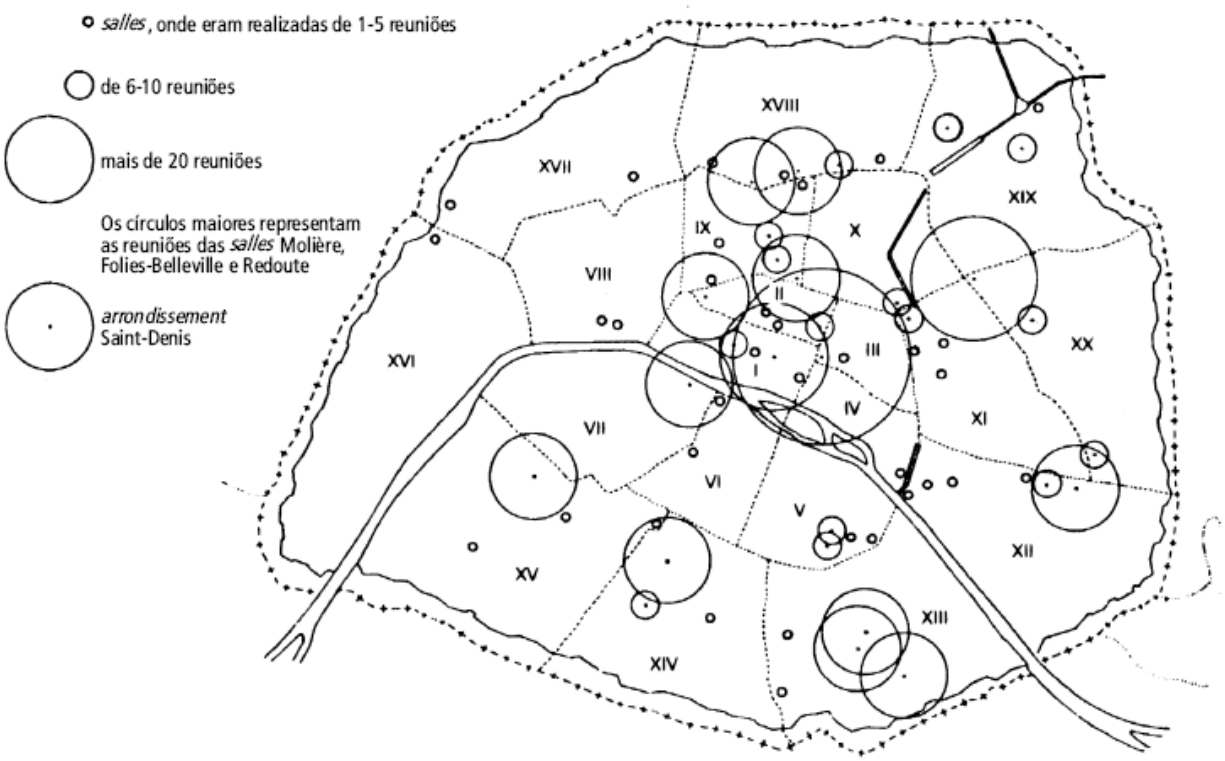


Figura 102: *A localização e a frequência das reuniões públicas em Paris, 1868-1870.*

Os encontros públicos "não políticos" que tiveram início em 28 de junho de 1868 foram acontecimentos extraordinários. Densamente concentrados nas zonas de insatisfação, nenhum poder de vigilância do governo conseguia impedi-los de se transformarem em ocasiões para a educação de massa e politização[5]. Sua geopolítica foi extremamente profética da Comuna. Os encontros não só se espalhavam de forma irregular pelo espaço parisiense, como rapidamente se estabeleceu uma especialização de público, tópico e lugar. Os economistas políticos e reformistas burgueses, que viam os encontros como oportunidades para educar as massas sobre sua causa, estavam em desvantagem e a fala deles era geralmente abafada por gritos nos locais de encontro da "outra Paris". Uma variedade de radicais, feministas, socialistas, blanquistas e outros revolucionários dominou o palco político em muitos bairros da cidade. Os economistas políticos e reformistas foram obrigados a se retirar para a relativa segurança do centro da Rive Gauche e da Rive Droite, deixando o norte e o nordeste da cidade inteiramente nas mãos de radicais, socialistas e revolucionários. Parecia que a "outra Paris" era agora espaço exclusivo de agitação política popular. Essa tendência foi reforçada por um repentino ressurgimento da cultura de rua popular e de canções e baladas revolucionárias que subitamente irromperam de uma clandestinidade sombria onde estiveram adormecidas por quase duas décadas.

Esse tipo de agitação era tão perturbador para o burguês respeitável quanto para os defensores do Império. Será que o Império conseguiria reunir os insatisfeitos em nome da lei e da ordem? Só se fizesse importantes concessões. Assim, o ano de 1869 começou com o repúdio oficial dos métodos escorregadios de financiamento empregados por Haussmann em face das críticas da burguesia adepta do conservadorismo fiscal. O ataque severo de Jules Ferry ao prefeito nos *Comptes fantastiques d'Haussmann*, em 1868, acusava-o de inúmeras impropriedades. O rescaldo disso foi curioso. Por um lado, obrigou Haussmann a reduzir as atividades das obras públicas e lesou ainda mais o comércio e o setor da construção parisienses, exacerbando assim o descontentamento social. Por outro,

nenhum de seus opositores negava a utilidade de suas obras, e muitos deles lhe suplicavam em 1869 a conclusão de uma ou outra parte dos projetos ou, como Rothschild, ficavam bastante satisfeitos em emprestar à prefeitura o dinheiro que fosse necessário. Parecia cada vez mais que Haussmann era um mero alvo substituto do imperador, e que o que estava em jogo era a exclusividade de seu aparente patronato.

A subsequente campanha eleitoral de maio de 1869 foi cercada de agitação política. A tentativa de Ollivier de trazer o tema do apoio ao Império liberal para o centro de Paris foi seguida de motins. A multidão que estava em Châtelet se deslocou estrondosamente até o Faubourg Saint-Antoine, o tradicional coração da revolução, antes de se dispersar. No dia seguinte, 20 mil pessoas se manifestaram ao redor dos bairros dos trabalhadores de ofício; e, no outro dia, cerca de 15 mil tentaram ir da Sorbonne, onde haviam se reunido, até a Bastilha, mas o caminho havia sido interditado. Durante essa fase, os bulevares de Haussmann se transformaram em campos de batalha. Até então utilizados por transeuntes e consumidores burgueses, eles de repente foram tomados por uma onda maciça de trabalhadores, estudantes, lojistas e moradores de rua insatisfeitos. Em 12 de junho, uma multidão foi até o Opéra e ali estabeleceu a primeira barricada de fato. A reação dos burgueses foi no sentido de reafirmar seus direitos ao espaço do bulevar, expulsando os indesejáveis. Até o imperador enxergou o valor simbólico de atravessar o disputado território entre o Opéra e o Port-Saint-Denis, embora tenha sido saudado com um silêncio glacial enquanto fazia o trajeto.



Figura 103: *A queda de Haussmann foi seguida de uma campanha para difamar sua contabilidade criativa, com especulações e insinuações de que ele havia roubado o Tesouro público. Nesta charge de Mailly, ele aparece com um carimbo escrito "ladrão", como o homem que vendeu Paris para fins de destruição. Entretanto, há poucas evidências de que ele pessoalmente tenha lucrado com as obras que levou a cabo.*

Mas a multidão nos bulevares escondia segredos. Nunca ficou claro, por exemplo, se as agitações violentas e os "camisas brancas" eram ou não sinais de atividade policial secreta. Certamente, houve muitas oportunidades de instigar ameaças à lei e à ordem e intimidar os

burgueses respeitáveis, atraindo-os de volta ao rebanho imperial. Também nunca ficou claro até que ponto as multidões eram de fato revolucionárias. Grandes aglomerações de 20 mil pessoas ou mais se dispersavam quando solicitadas a fazê-lo por republicanos obedientes à lei. E a enorme manifestação de mais de 100 mil pessoas, que se mobilizaram quando o sobrinho do imperador atirou no jornalista radical Victor Noir, dispersou-se silenciosamente a pedido de Rochefort, em vez de enfrentar as forças da ordem que impediam sua entrada no centro de Paris. Entretanto, na véspera, Rochefort havia deixado muito claro que o dia da revolução estava próximo. Os blanquistas também queriam iniciar a insurreição naquele momento, mas encontraram pouco apoio. Os tempos estavam muito revoltos, mas a liderança era incerta. Será que a ambiguidade e a dispersão das opiniões da oposição poderiam ser superadas e transformadas em revolução?

As eleições de maio e junho de 1869 pareciam indicar o contrário. Foi só em Belleville que um simpatizante radical foi eleito, e León Gambetta ainda era um político que conseguia reduzir as distâncias entre o posicionamento de socialistas moderados e burgueses de esquerda com habilidade e autenticidade. Em todas as outras regiões, os republicanos levaram a melhor; no oeste burguês, foi o mais que conservador Thiers que superou, e com pequena margem, o candidato do Império no oeste burguês. O plebiscito do ano seguinte foi mais difícil de interpretar, mas as abstenções (estimuladas pela esquerda radical) não aumentaram de forma significativa e, embora os votos contra tenham prevalecido, o Império ainda recebeu um número surpreendente de votos a favor. Ao que parecia, seriam necessárias ações muito mais abrangentes de organização e educação das classes populares para que uma república social pudesse ser produzida. E os socialistas concentraram seus esforços justamente nessa tarefa. As reuniões públicas proporcionaram uma base para as organizações de bairro, e os temas ali levantados estimularam a formação de sindicatos, cooperativas de consumo e de produção, organizações feministas etc. Todos esses formaram a infraestrutura organizacional que seria usada com êxito na Comuna. E não há dúvidas sobre sua orientação política revolucionária, embora houvesse muito espaço para desacordos, rixas

interpessoais e conflitos bairristas. No entanto, as diretrizes dessa forma de oposição não eram iguais às das ruas. As greves no comércio, nos curtumes, nas carpintarias e a formação de vínculos entre sindicatos e bairros tinham um ritmo diferente e alvos definidos, ao mesmo tempo que eram relativamente mais imunes à infiltração da polícia. Aqui estava a grande linha divisória entre os socialistas, que estimulavam a construção paciente de um movimento revolucionário, e os blanquistas, que buscavam uma insurreição espontânea e violenta.

Contudo, em 1870 estava claro que a maioria dos burgueses buscava uma saída legal para o impasse do Império, e se afastava de qualquer coalizão com os "vermelhos". Eles usavam seus meios de comunicação e influências dentro da imprensa para reiterar a mensagem da lei e da ordem tanto aos trabalhadores quanto à pequena burguesia. O descontentamento, no entanto, continuava a se agravar, tornando-se cada vez mais ameaçador à medida que as condições de vida deterioravam e a economia estagnava. O conflito em Belleville, em fevereiro de 1870, deixou vários mortos, muitos presos e danos consideráveis à propriedade (em geral àquelas de lojistas e proprietários imobiliários impopulares). Uma greve importante nas fábricas de locomotivas em Cail indicou um nível de revolta e organização dos trabalhadores que até então não estava evidente. Diante de um Império intimidado e uma burguesia inflexível, a comoção causada pelo descontentamento parecia impossível de ser contida. Embora a situação fosse desesperadora, os líderes da Internacional (ao contrário dos blanquistas) achavam que as condições políticas ainda não estavam maduras o suficiente para a revolução social. Eles estavam certíssimos nesse julgamento, como a Comuna, infelizmente, iria mostrar. O que surpreende é a distância, a abrangência e a profundidade que conseguiram alcançar na formação de uma organização revolucionária capaz de unir muitos elementos disparatados no espaço disperso de Paris (assim como da França). No fim, a conjunção dos eventos tragicamente os obrigou a pôr seus esforços na linha de frente de forma muito prematura, em defesa de uma causa perdida. Entretanto, essa conjuntura foi menos acidental do que se podia supor, pois ela dava todos os sinais de que a "burguesia honesta" – liderada por Thiers – não só

estava interessada em acabar com o Império e colher os frutos do poder político, como estava determinada a acabar de uma vez por todas com os "vermelhos" e sujeitá-los a seu próprio conceito vil de "solução final". Foi assim o ato final daquela farsa feroz até a sangrenta semana de maio de 1871, quando cerca de 30 mil *communards* foram mortos.

Saber o que aconteceu exatamente na Comuna está além do nosso alcance. Mas grande parte do que se sucedeu estava enraizada nos processos e efeitos da transformação de Paris no Segundo Império. A organização de oficinas municipais para mulheres; o estímulo às cooperativas de produção e de consumo; a suspensão do trabalho noturno nas padarias; a moratória a dívidas e aluguéis e a venda de itens da casa de penhores municipal em Mont-de-Piété refletiam os pontos nevrálgicos que haviam por anos atormentado a classe trabalhadora de Paris. As assembleias dos trabalhadores de ofício; o fortalecimento dos sindicatos; o vigor dos clubes de bairro que se originaram das reuniões públicas de 1868-1870 e que desempenhariam um papel fundamental na defesa dos bairros; a criação da Union des Femmes pour la Défense de Paris et les Soins aux Blessés [União de Mulheres para a Defesa de Paris e o Cuidado com os Feridos]; e a tentativa de unir organizações políticas de trabalhadores que superassem as tensões entre centralização e descentralização, entre hierarquia e democracia (o Comitê dos Vinte *Arrondissements*, o Comitê Central da Guarda Nacional e a própria Comuna), todos evidenciam a intensa busca por novas formas organizacionais geradas a partir das antigas. A criação do Ministério do Trabalho e as fortes medidas voltadas à educação primária e profissionalizante gratuita e laica atestaram a profundidade da preocupação social.

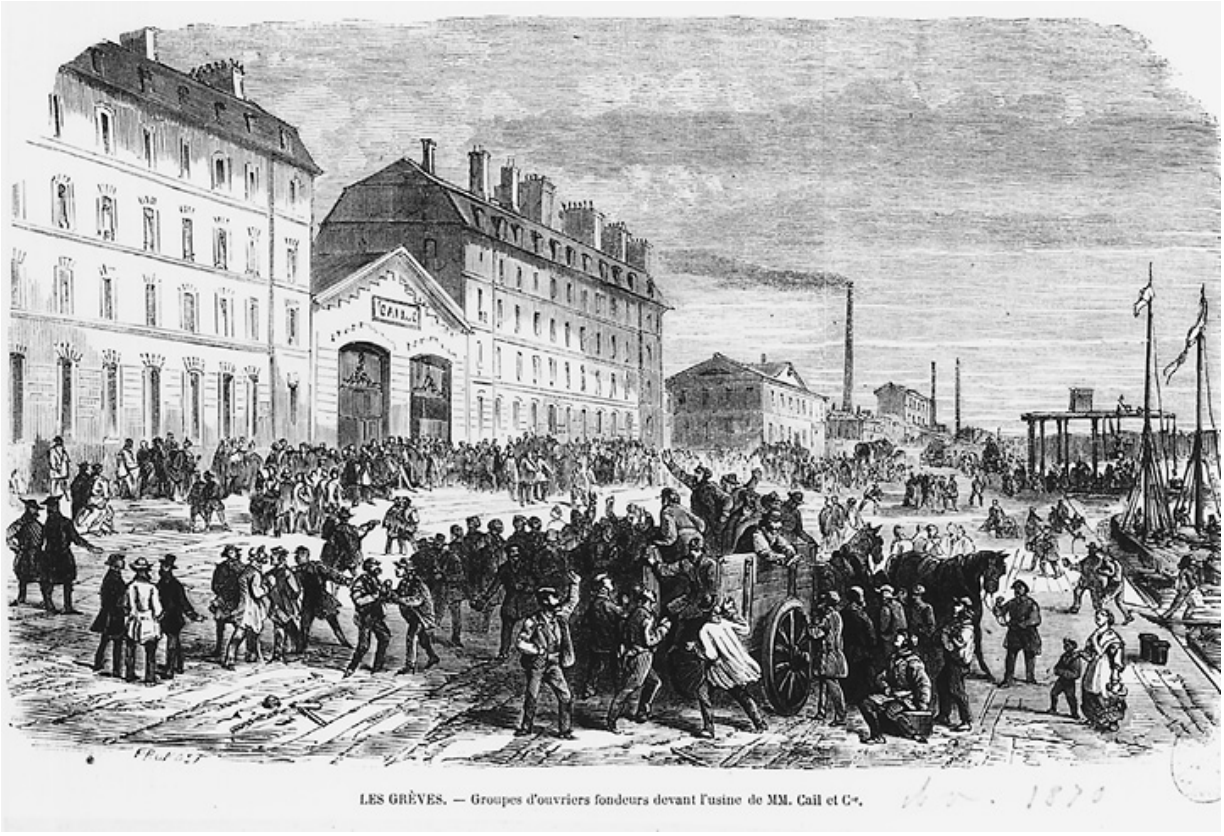
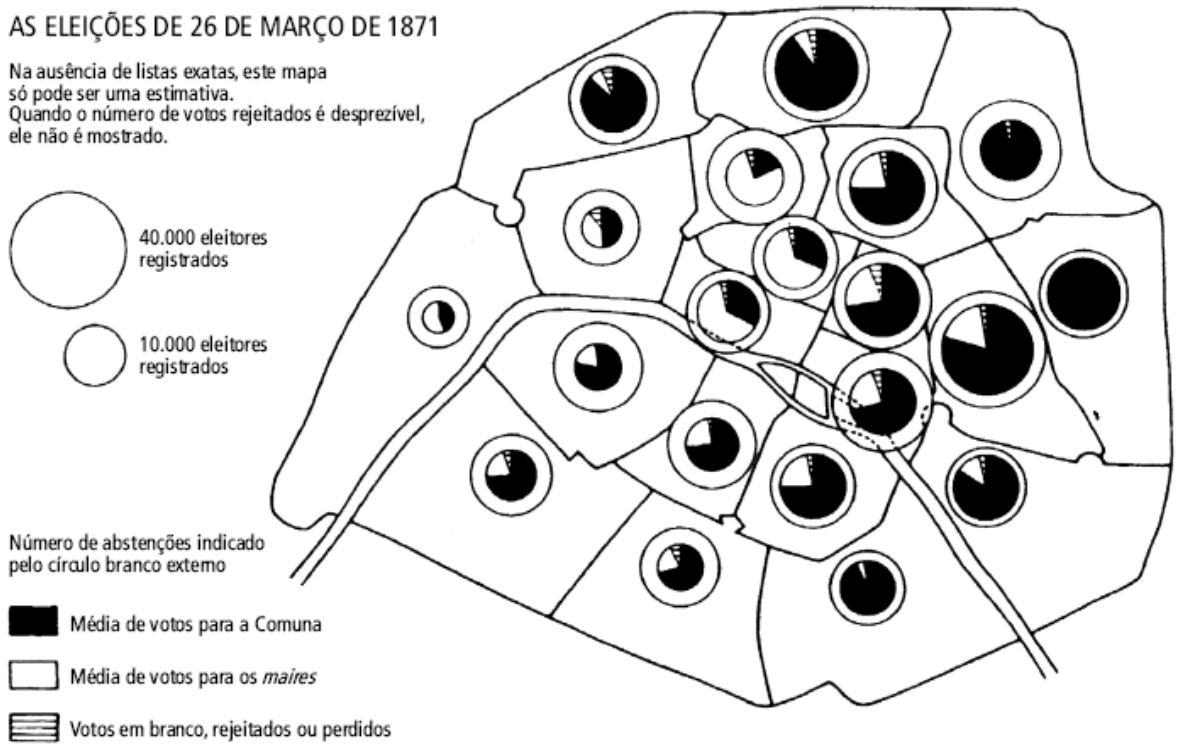


FIGURA 104: *A greve dos trabalhadores da grande fábrica de Cail, em 1870, foi extensa e importante o bastante para sair na imprensa burguesa.*

No entanto, a Comuna jamais desafiou com seriedade a propriedade privada ou o poder do dinheiro. Ela requisitou apenas oficinas e moradias abandonadas, e se prostrou diante da legitimidade do Banco da França (episódio que Marx e Lenin bem observaram). A maioria buscava a conciliação baseada em altos princípios e na aceitação mútua em vez da confrontação (até alguns blanquistas acabaram, na prática, seguindo esse caminho). Mas grande parte da oposição à Comuna também já estava determinada. A discórdia entre a Comuna e os *maires* republicanos "moderados" dos *arrondissements* (que obtiveram pouca atenção em Versalhes quando tentaram dirimi-la) aumentava à medida que as tensões cresciam. A burguesia, que havia se dignado a permanecer e enfrentar as vicissitudes impostas pelo cerco da Prússia de 1870, rapidamente mostrou as garras, mobilizando o protesto dos "Amigos da Ordem" de 21 e 22 de

março de 1871, e a partir daí fez do oeste de Paris um ponto de penetração fácil para as forças de reação. O mapa dos padrões de votação para a Comuna era previsível o suficiente. A diferença, dessa vez, era que o poder hegemônico agora estava nas mãos de um movimento de base trabalhadora.

AS ELEIÇÕES DE 26 DE MARÇO DE 1871



A SEMANA SANGRENTA

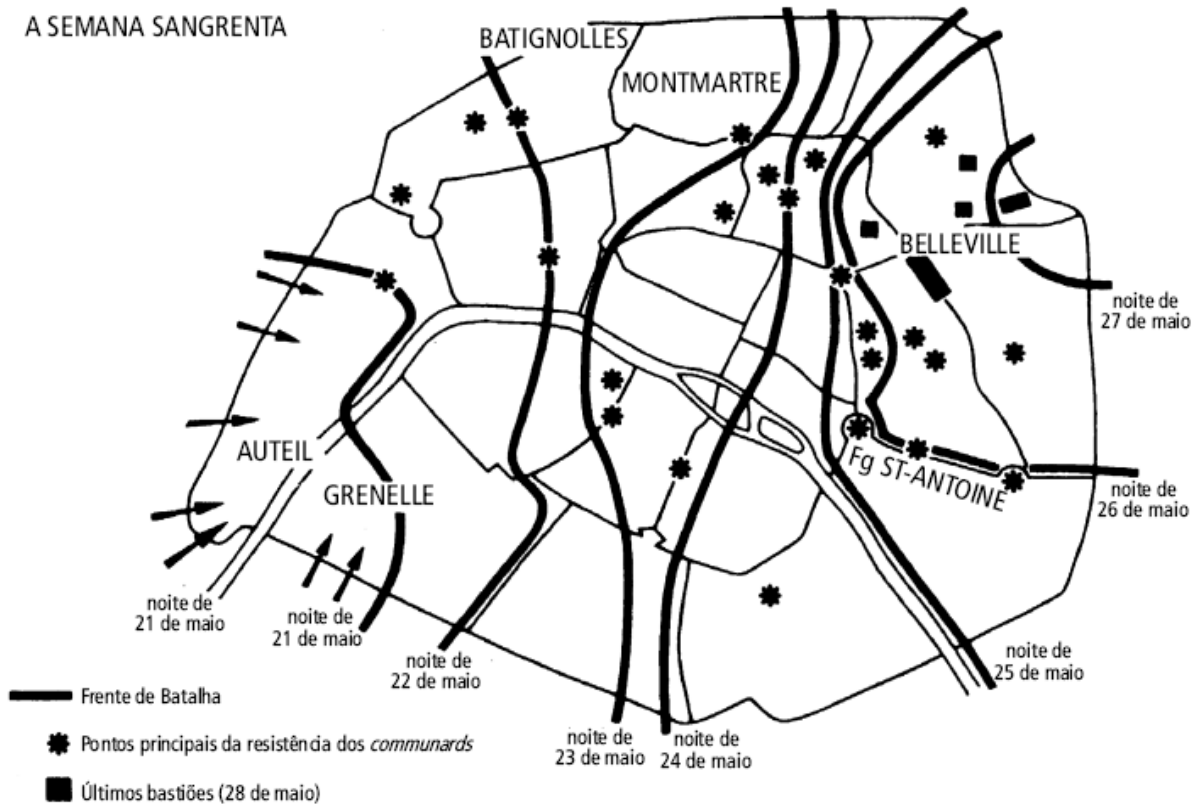


Figura 105: *As eleições de 26 de março de 1871 e as fases da reocupação de Paris durante a "semana sangrenta" de maio de 1871 ilustram muito claramente o desequilíbrio das afiliações políticas na cidade. O baixo número de eleitores no oeste reflete o fato de que muitos dos cidadãos mais ricos fugiram para seus retiros rurais.*

A decisão de Thiers de transferir a Assembleia Nacional de Bordeaux para Versalhes depois de assinar uma humilhante rendição aos prussianos e sua retirada de todas as funções executivas de Paris após ter fracassado no desarmamento da cidade em 18 de março de 1871 cristalizaram as forças da reação rural de tal modo que as deixaram em grande vantagem sobre os fracos apelos da Comuna à solidariedade entre cidade e campo. Ao reunir a ignorância e o medo rurais, alimentados por uma propaganda viciosa, em um Exército preparado para não dar quartel (afinal, eles não foram encarregados de extirpar os demônios vermelhos de uma Paris pecadora e ateia?), Thiers mostrou que pretendia conseguir uma resolução catártica a qualquer custo. Uma vez que a possibilidade de um ataque rápido e preventivo contra Versalhes fora perdida, a Comuna tinha pouco a fazer exceto esperar seu destino. A tensão decorrente disso provocou divisões e alimentou descontentamentos e rivalidades internas na precária aliança de classes e facções que produziram a Comuna. Rachas entre burgueses radicais, cada qual armado com sua própria teoria esplêndida da revolução; entre patriotas práticos e mascates de retórica e sonhos; entre trabalhadores desnorteados com os eventos e líderes de sindicatos de trabalhadores de ofício que tentavam produzir interpretações coerentes e convincentes; entre lealdades ao bairro, à cidade e à nação; entre centralizadores e descentralizadores, todos davam à Comuna um ar de desarmonia e de uma prática política crivada de conflitos internos. Mas essas divisões havia muito estavam em desenvolvimento; tinham raízes profundas na tradição, e sua evolução ficara confusa com a guinada para a modernidade capitalista e o choque entre a política do Império e a economia do capital. Novamente, como Marx escreveu em *O 18 de brumário*, "A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos"*, mas dessa vez era o movimento da classe trabalhadora que internalizava o pesadelo. Extraídos do espírito

reconstruído de 1789, o proudhonismo e o jacobinismo puros caíram em descrédito com o fracasso da Comuna. Mas esse foi um preço alto demais a ser pago. A tragédia foi que uma modernidade alternativa, fundamental para o que a Comuna buscava alcançar, foi morta no útero de uma sociedade burguesa que jamais conseguiu enxergar além da república política e contemplar a república social como uma potencial realização de suas aspirações.

A Comuna foi um evento singular, único e dramático, talvez o mais extraordinário desse tipo na história urbana capitalista. Foi preciso a guerra, o desespero do cerco prussiano e a humilhação da derrota para acender a fagulha. Mas os ingredientes da Comuna foram reunidos lentamente pelos ritmos da transformação capitalista da geografia histórica da cidade. Busquei neste trabalho expor as complexas transformações na economia e na organização social, na política e na cultura que alteraram a face de Paris de maneiras irreversíveis. A cada momento do trajeto encontramos pessoas como Thiers e Varlin, Paule Minck e Jules Michelet, figuras como Haussmann e Louis Lazare, como Luís Bonaparte, Proudhon e Blanqui, os Péreires e os Rothschilds, girando em torno da multidão de cantores e poetas de rua, trapeiros e trabalhadores de ofício, banqueiros e prostitutas, trabalhadores domésticos e ricos ociosos, estudantes e *grisettes*, turistas, lojistas e penhoristas, donos de cabarés e especuladores imobiliários, proprietários, advogados e professores. De alguma maneira, eles estavam dentro do mesmo espaço urbano e ocasionalmente se confrontavam em bulevares ou barricadas, mas todos lutavam do jeito que podiam para moldar e controlar as condições sociais de sua própria existência histórica e geográfica. O fato de não o terem feito sob as condições históricas e geográficas da sua própria escolha é óbvio. A Comuna surgiu a partir da busca pela transformação do poder e das relações sociais no interior de uma determinada configuração de classe formada em determinado espaço de um mundo capitalista que estava, por sua vez, ele próprio no auge de um processo de intensa transição. Temos muito a aprender com o estudo dessas lutas. E nelas também há muito para admirar e em que se inspirar.

Notas

[1]* "Prefácio", em *Contribuição à crítica da economia política*, cit., incluído em Emir Sader e Ivana Jinkings (orgs.), *As armas da crítica*, cit., p. 106. (N. E.)

Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, cit., p. 135 [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 154].

** "Primeira mensagem do Conselho Geral sobre a guerra franco-prussiana", em *A guerra civil na França*, cit., p. 23. (N. E.)

[2] Theodore Zeldin, *The Political System of Napoleon III*, cit., p. 10.

[3] Albert Thomas, *Le Second Empire*, cit., p. 192.

[4] Paule Lejeune, *Eugène Varlin*, cit.; Jacques Rougerie, *Procès des communards*, cit.

[5] A batalha pela consciência política está descrita de forma detalhada em Alain Dalotel, Alain Faure e Jean-Claude Freiermuth, *Aux origines de la Commune*, cit.

* *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 25. (N. E.)

Parte III

Coda

18. A construção da basílica de Sacré-Cœur

Estrategicamente construída no alto de uma colina conhecida como *butte* Montmartre, a basílica de Sacré-Cœur ocupa uma posição dominante sobre Paris. Seus cinco domos de mármore branco e o campanário que se ergue junto a eles podem ser vistos de todos os bairros da cidade. Da rede densa e cavernosa de ruas que compõe a velha Paris, pode-se vê-la de relance ocasionalmente. A basílica se destaca, espetacular e grandiosa, para as jovens mães que passeiam com os filhos nos Jardins de Luxemburgo, os turistas que caminham penosamente até o alto da Notre Dame ou confortavelmente sobem pelas escadas rolantes do Centre Pompidou, os transeuntes que cruzam o Sena de metrô em Grenelle ou inundam a Gare du Nord ou os imigrantes argelinos que nas tardes de domingo sobem até o alto da rocha no Parc des Buttes-Chaumont. Ela também pode ser claramente vista pelos idosos que jogam *boule* na Place du Colonel Fabien, no limite dos bairros operários tradicionais de Belleville e La Villette – locais que desempenham um importante papel na nossa história.

Nos frios dias de inverno, quando o vento açoita as folhas caídas entre as velhas lápides do cemitério do Père-Lachaise, a basílica pode ser vista dos degraus da tumba de Adolphe Thiers, primeiro presidente da Terceira República da França. Embora hoje esteja quase escondida atrás do moderno complexo de escritórios de La Défense, ela pode ser vista a mais de vinte quilômetros de distância, do Pavilhão Henry IV em St. Germain-en-Laye, onde Adolphe Thiers morreu. Entretanto, por uma ironia topográfica, ela não pode ser vista do famoso Mur des Fédérés, também no

cemitério do Père-Lachaise, onde, em 27 de maio de 1871, após um combate brutal em meio aos túmulos, alguns dos últimos soldados reminiscentes da Comuna foram alinhados e sumariamente fuzilados. Não se pode ver a Sacré-Cœur desse muro coberto de hera e agora sombreado por uma velha castanheira. Esse local de peregrinação de socialistas, trabalhadores e seus líderes não pode ser visto do local de peregrinação dos fiéis católicos na encosta da colina, onde se situa o lúgubre túmulo de Adolphe Thiers.





Figura 106: *A basílica de Sacré-Cœur.*

Poucos diriam que a basílica de Sacré-Cœur é bela ou elegante. Mas a maioria concordaria que ela é impactante e singular, que seu estilo característico e único adquire uma espécie de grandiosidade soberba que exige respeito da cidade a seus pés. Nos dias ensolarados, ela reluz a distância, e mesmo nos dias mais sombrios seus domos parecem captar as menores partículas de luz e irradiá-las em um brilho de mármore branco. Iluminada por holofotes à noite, ela parece suspensa no espaço, sepulcral e etérea. Assim, a Sacré-Cœur projeta uma imagem de grandeza sagrada, de lembrança perpétua. Mas lembrança de quê?

O visitante atraído à basílica em busca da resposta a essa pergunta deve primeiro subir a íngreme ladeira de Montmartre. Aqueles que fizerem pausas para recuperar o fôlego verão diante de si um maravilhoso panorama de telhados, chaminés, domos, torres e monumentos – um panorama da velha cidade que não mudou muito desde aquela cinzenta e enevoada manhã de outubro de 1872, quando o arcebispo de Paris subiu essa íngreme escarpa. Quando chegou ao topo, o sol milagrosamente dissipou tanto a névoa quanto as nuvens para lhe revelar a esplêndida vista. O arcebispo ficou maravilhado por um instante, e depois exclamou: "É aqui, é aqui que estão os mártires, é aqui que o Sagrado Coração deve reinar para convocar a todos!"[1]. Então, quem são os mártires homenageados na grandeza dessa basílica?

O visitante que entrar nesse lugar santificado muito provavelmente ficará impressionado com a imensa pintura de Jesus que reveste o domo da abside. Retratado com os braços abertos, Cristo tem no peito uma imagem do Sagrado Coração. Abaixo dela, duas palavras se destacam diretamente do lema latino – gallia poenitens. E, abaixo dessa severa advertência de que "a França se arrepende", há uma grande urna dourada com a imagem do Sagrado Coração de Jesus ardendo de paixão, coberto de sangue e cercado de espinhos. Iluminada dia e noite, é aqui que os peregrinos vêm rezar. Em frente à entrada da basílica, há uma estátua em tamanho natural de Santa Marguerite Marie Alacoque e as palavras de uma carta escrita por ela – data, 1689; local, Paray-le-Monial –, que nos dizem mais sobre o culto do Sagrado Coração:

> pai eterno, à espera de reparação pela amargura e angústia que o adorável coração de seu divino filho sofreu entre as humilhações e ultrajes de sua paixão, deseja um edifício onde a imagem desse divino coração possa ser venerada e homenageada.

A prece ao Sagrado Coração de Jesus, que, segundo as Escrituras, foi revelada quando um centurião enfiou uma lança no flanco de Cristo enquanto este sofria na cruz, não era desconhecida antes do século XVII. Mas Marguerite Marie, assaltada por visões, transformou a adoração ao Sagrado Coração em um culto específico na Igreja católica. Embora a vida dela tenha sido repleta de provações e sofrimento e sua postura severa e rigorosa, a imagem que o culto projetou de Cristo era calorosa e afetuosa, cheia de contrição e permeada de suave misticismo[2]. Marguerite Marie e seus discípulos se puseram a propagar o culto com grande fervor. Por exemplo, ela escreveu uma carta para Luís XIV na qual dizia ter recebido uma mensagem de Cristo solicitando ao rei que se arrependesse, salvasse a França dedicando-se ao Sagrado Coração, colocasse essa imagem sobre seu pendão e construísse uma capela para glorificá-la. As palavras entalhadas em pedra dentro da basílica foram extraídas dessa carta de 1689.

O culto difundiu-se lentamente. Não estava de fato sintonizado com o racionalismo francês do século XVIII, que exerceu forte influência sobre a crença dos católicos, e estava em oposição direta à imagem dura, rigorosa

e autodisciplinada de Jesus projetada pelos jansenistas. Mas, no fim do século XVIII, ele já havia conquistado alguns adeptos importantes e potencialmente influentes. Em sua vida pessoal, Luís XVI e sua família tornaram-se devotos do Sagrado Coração. Preso durante a Revolução Francesa, ele jurou que no prazo de três meses após sua libertação iria publicamente se dedicar ao Sagrado Coração e, assim, salvar a França (de que, exatamente, ele não disse, nem precisava dizer). Também jurou construir uma capela para a adoração do Sagrado Coração. No entanto, o modo como sua libertação ocorreu não lhe permitiu cumprir tal juramento. Maria Antonieta tampouco teve mais sorte. A rainha dedicou suas últimas preces ao Sagrado Coração antes de comparecer ao seu encontro com a guilhotina.

Esses episódios são de interesse porque pressagiam uma associação, importante para a nossa história, entre o culto do Sagrado Coração e o monarquismo reacionário do *ancien régime*, que levou os adeptos do culto a se mostrarem totalmente contrários aos princípios da Revolução Francesa. Por outro lado, os que acreditavam nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, de todo modo propensos a assumir posturas e práticas radicalmente anticlericais, dificilmente se encantavam com esse culto. A França revolucionária não era um lugar seguro para propagá-lo. Até os ossos e outras relíquias de Marguerite Marie, agora exibidos em Paray-le-Monial, tiveram de ser cuidadosamente escondidos durante esses anos.

A restauração da monarquia, em 1815, mudou tudo isso. Os monarcas Bourbons procuraram, sob o olhar atento das potências europeias, recuperar o que pudessem da antiga ordem social. O tema do arrependimento pelos excessos da era revolucionária continuava forte. Luís XVIII não cumpriu o juramento feito pelo irmão morto ao Sagrado Coração, mas não deixou de construir, com seu próprio dinheiro, a capela da Expiação no lugar onde o irmão e a família foram enterrados com tão pouca cerimônia – gallia poenitens.

Entretanto, fundou-se uma sociedade para propagar o culto do Sagrado Coração e, em 1819, a solicitação de glorificação de Marguerite Marie foi transmitida a Roma. O vínculo entre o monarquismo

conservador e o culto do Sagrado Coração consolidou-se, e este se disseminou entre os católicos conservadores. No entanto, ainda era visto com alguma desconfiança pela ala liberal e progressista do catolicismo francês. Mas agora outro inimigo estava devastando a terra, perturbando a ordem social. A França sofria a pressão e as tensões da industrialização capitalista. Aos trancos e barrancos, sob a Monarquia de Julho, e depois a todo vapor, nos primeiros anos do Segundo Império de Napoleão III, a França transformou de forma radical as estruturas institucionais, a ordem social e alguns setores da economia. Do ponto de vista dos católicos conservadores, essa mudança ameaçava muito do sagrado na vida francesa, pois trazia consigo o materialismo crasso e cruel, a cultura burguesa ostentosa e moralmente decadente e o aumento das tensões de classe. O culto do Sagrado Coração agora reunia sob sua bandeira não só os devotos atraídos por temperamento ou circunstância à imagem de um Cristo suave e clemente, ou os que sonhavam com a restauração da ordem política do passado recente. Também recorriam a ele todos aqueles que se sentiam ameaçados pelos valores materialistas da nova ordem social, em que o dinheiro havia se tornado o Santo Graal, em que o papado do capital financeiro punha a autoridade do papa em xeque e a riqueza ameaçava suplantar Deus como o principal objeto de adoração.

Na década de 1860, os católicos franceses acrescentaram algumas queixas mais específicas a essas condições gerais. Napoleão III havia finalmente se colocado (após considerável vacilação) a favor da unificação italiana, comprometendo-se política e militarmente com a libertação dos Estados italianos centrais do poder temporal do papa. Este último não ficou nada satisfeito com essa política e, sob pressão militar, retirou-se no Vaticano, recusando-se a sair de lá até seu poder temporal ser restaurado. Dessa posição privilegiada, o papa lançou cáusticas condenações à política francesa e à decadência moral que, segundo ele, estava se alastrando pela França. Dessa maneira, ele esperava mobilizar os católicos franceses na luta ativa pela sua causa. O momento era propício. Marguerite Marie foi beatificada por Pio IX em 1864, e o culto do Coração de Jesus tornou-se um brado de convocação para todas as formas de oposição conservadora. Começava a era das grandes peregrinações a Paray-le-Monial, no Sul da

França. Os peregrinos, muitos levados a seu destino pelas novas ferrovias que os barões das grandes finanças haviam ajudado a construir, iam até lá para expressar arrependimento pelas transgressões públicas e privadas. Arrependiam-se pelo materialismo, pela opulência decadente da França, pelas restrições impostas ao poder temporal do papa e pelo fim dos valores tradicionais de uma ordem social antiga e venerável. gallia poenitens.

Logo ao entrar pela porta principal da basílica de Sacré-Cœur, o visitante pode ler a seguinte inscrição:

em 16 de junho do ano de nosso senhor de 1875, no reinado de sua santidade o papa pio ix, em cumprimento ao juramento formulado durante a guerra de 1870-1871 por alexandre legentil e hubert rohault de fleury e ratificado por sua graça monsenhor guibert, arcebispo de paris; em cumprimento à votação de 23 de julho de 1873 na assembleia nacional, segundo o projeto do arquiteto abadie; a pedra fundamental desta basílica, erguida em honra do sagrado coração de jesus, foi solenemente lançada por sua eminência o cardeal guibert [...].

Vamos destrinchar essa breve história para descobrir o que está por trás dela. Enquanto os batalhões de Bismark arrebatavam vitórias seguidas sobre a França no verão de 1870, a sensação de iminente fatalidade pairava sobre o país. Muitos interpretavam as derrotas como uma vingança justa da vontade divina sobre uma França errante e moralmente decadente. Foi nessa atmosfera que a imperatriz Eugênia foi instada a sair, com a família e a corte, todos vestidos de luto, do Palácio das Tulherias e caminhar até a Notre Dame para oferecer uma dedicação pública ao Sagrado Coração. Embora a imperatriz tivesse recebido bem a sugestão, mais uma vez era tarde demais. Em 2 de setembro Napoleão III foi derrotado e capturado em Sedan; em 4 de setembro a República foi proclamada nos degraus do Hôtel de Ville, e formou-se o Governo de Defesa Nacional. Nesse mesmo dia, a imperatriz Eugênia fugiu de Paris, tendo prudentemente, e a pedido do imperador, já feito as malas e enviado seus pertences mais valiosos para a Inglaterra.

A derrota em Sedan pôs fim ao Império, mas não à guerra. Os exércitos prussianos chegaram e, em 20 de setembro, já haviam cercado Paris, pondo-a sob um cerco que duraria até 28 de janeiro do ano seguinte.

Como muitos outros respeitáveis cidadãos burgueses, Alexandre Legentil fugiu de Paris enquanto os exércitos prussianos se aproximavam da cidade, refugiando-se nas províncias. À medida que definhava em Poitiers e sofria pelo destino da capital, jurou no início de dezembro que, "se Deus salvasse Paris e a França e libertasse o pontífice, ele contribuiria com os recursos que pudesse para a construção em Paris de um santuário dedicado ao Sagrado Coração". Legentil procurou outros adeptos para o juramento e logo conseguiu o entusiasmado apoio de Hubert Rohault de Fleury[3]. Entretanto, os termos de Legentil não lhe garantiram uma recepção muito calorosa, pois, como ele logo descobriu, as províncias "estavam na época tomadas por sentimentos de ódio contra Paris". Tal situação não era incomum, e será proveitoso divagar por um momento para analisar sua base.

Sob o *ancien régime*, o aparato estatal francês havia adquirido um caráter fortemente centralizado, que se consolidou na Revolução Francesa e no Império. Essa centralização formou a base da organização política francesa e deu a Paris um papel peculiarmente importante em relação ao resto do país. A predominância cultural, administrativa e econômica da capital estava assegurada. Mas os eventos de 1789 também mostraram que os parisienses tinham o poder de fazer e derrubar governos. Eles se revelaram verdadeiros mestres na utilização desse poder e, por conseguinte, abertamente se consideravam seres privilegiados que tinham o direito e o dever de impingir tudo o que considerassem "progressista" a uma França supostamente atrasada, conservadora e predominantemente rural. A burguesia parisiense, fosse qual fosse sua convicção política, tendia a desprezar a estreiteza da vida provincial (ainda que, com frequência, dependesse dos aluguéis que ali arrecadava para viver de forma confortável na capital) e achava o camponês repugnante e incompreensível. Da outra extremidade do telescópio, Paris era em geral vista como um centro de poder, dominação e oportunidades. Era ao mesmo tempo invejada e odiada. Ao antagonismo gerado pela excessiva centralização de poder e autoridade em Paris somavam-se todos os vagos antagonismos de pequenas aldeias e regiões rurais em relação a uma cidade grande que era tida como um centro de privilégio, sucesso

material, decadência moral, vícios e inquietação social. O que a França tinha de especial era a maneira como as tensões emanadas da "contradição urbano-rural" estavam intensamente concentradas na relação entre Paris e o resto do país.

Durante o Segundo Império, essas tensões aumentaram de forma considerável. Paris passou por uma grande explosão econômica à medida que as ferrovias a tornavam o centro nodal de um processo de integração espacial nacional. Além disso, a cidade assumiu um novo relacionamento com a economia global emergente. Sua participação nas exportações francesas, que estavam em expansão, aumentou de forma surpreendente, e sua população cresceu muito rápido, em grande parte devido à imigração maciça de trabalhadores rurais. Quando Paris se tornou o centro das operações financeiras, especulativas e comerciais, a concentração de riqueza e poder aumentou muito depressa. Os contrastes entre a riqueza e o dinamismo parisienses e, com poucas exceções (como Marselha, Lyon, Bordeaux e Mulhouse), a letargia e o atraso provinciais tornaram-se cada vez mais marcantes. Além disso, os contrastes entre riqueza e pobreza no interior da capital se tornaram ainda mais espantosos, e a segregação geográfica entre os bairros burgueses ricos do oeste e os bairros operários do norte, leste e sul os deixava ainda mais flagrantes. Belleville tornou-se um território estrangeiro no qual os cidadãos burgueses do oeste raramente ousavam se aventurar. A população local, que mais que dobrou entre 1853 e 1870, era retratada na imprensa burguesa nos termos mais infames e atemorizantes. À medida que o crescimento econômico foi desacelerando na década de 1860 e a autoridade do Império começou a fraquejar, Paris se tornou um caldeirão de inquietação social, vulnerável a qualquer tipo de agitadores. E o pior de tudo isso, como já vimos, é que Haussmann havia adornado Paris com espaçosos bulevares, parques, jardins e toda sorte de arquitetura monumental; e o fez a um custo imenso e mediante os mais suspeitos meios financeiros, façanha que dificilmente agradava a frugal mente provinciana. A imagem de opulência pública que Haussmann criou combinou-se ao consumo conspícuo dos burgueses, muitos dos quais haviam enriquecido por meio da especulação sobre os benefícios das melhorias feitas pelo prefeito com verbas estatais.

Não é de admirar, então, que os católicos provinciais e rurais não estivessem nem um pouco interessados em tirar dinheiro do próprio bolso para adornar Paris com mais outro monumento, independentemente de quão elevado fosse seu propósito. Além disso, surgiam objeções ainda mais específicas ao projeto de Legentil. Os parisienses, e sua costumeira presunção, tinham proclamado uma república quando a opinião provincial e rural ainda era profundamente permeada pelo monarquismo. Ademais, os que haviam permanecido na capital para enfrentar as adversidades do cerco se mostraram extremamente intransigentes e belicosos, declarando que defenderiam a luta até suas últimas consequências, enquanto o posicionamento provincial mostrava uma forte disposição para terminar o conflito com a Prússia. E os rumores e indícios de uma nova política materialista na classe trabalhadora parisiense, incrementados por várias manifestações de fervor revolucionário, davam a impressão de que a cidade, na ausência de seus mais respeitáveis cidadãos burgueses, havia sido tomada por uma filosofia radical e até mesmo socialista. Como os únicos meios de comunicação entre a sitiada Paris e os territórios não ocupados eram pombos ou balões, surgiram inúmeras oportunidades para mal-entendidos, que os opositores rurais do republicanismo e os opositores urbanos do monarquismo não deixaram de explorar.



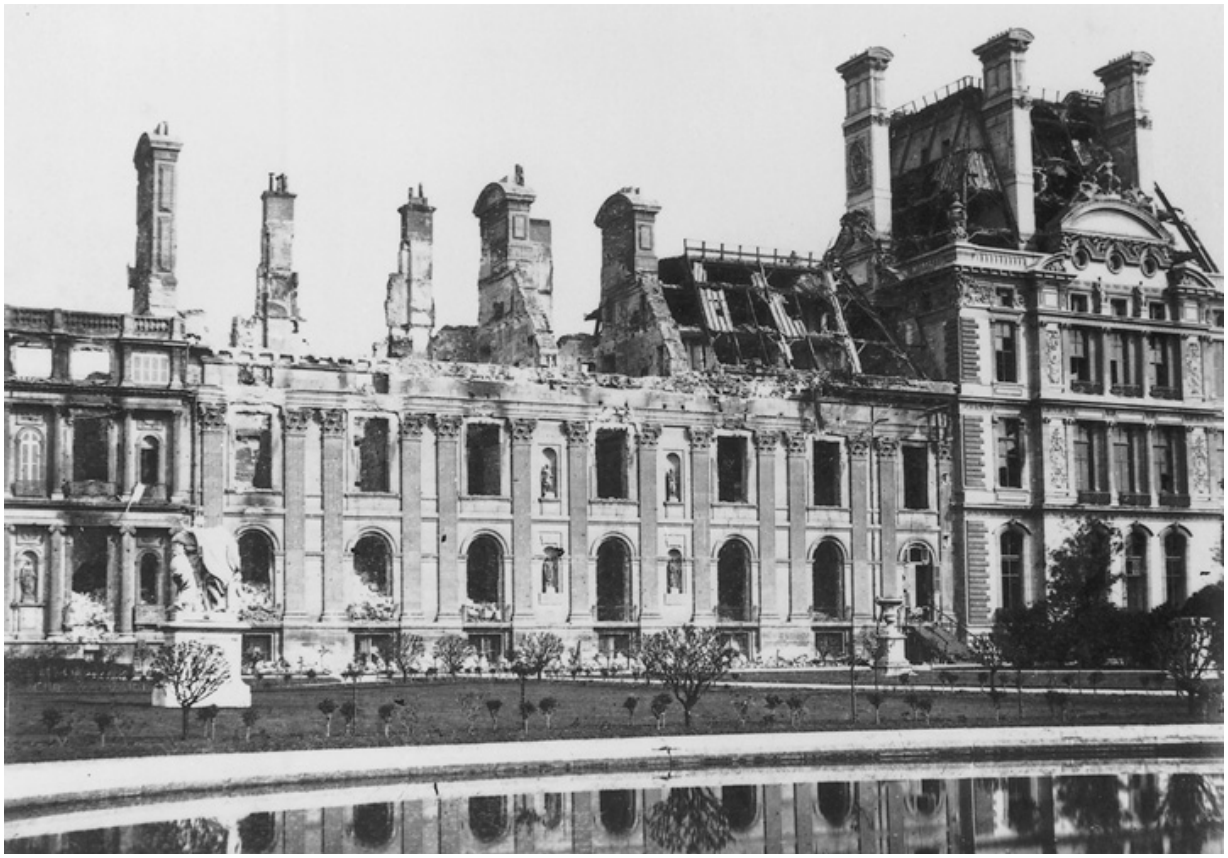




Figura 107: *Os incêndios que devastaram Paris durante os últimos dias da Comuna deixaram um enorme rastro de destruição. Entre as muitas fotos disponíveis (a maioria delas anônima), encontramos uma da Rue Royale, na qual o fogo ainda ardia. Muitos dos principais prédios públicos, como o Hôtel de Ville, o Ministério das Finanças e o Palácio das Tulherias, ficaram em ruínas. O palácio foi finalmente derrubado pela administração republicana que assumiu o poder na década de 1880, em parte devido ao custo para reconstruí-lo, mas também porque era um símbolo odiado do poder real e napoleônico.*

Por isso, Legentil avaliou que seria mais diplomático não fazer nenhuma menção específica a Paris em seu juramento. No entanto, perto do final de fevereiro de 1871, o papa endossou o projeto, e a partir daí o movimento ganhou alguma força. Assim, em 19 de março surgiu um panfleto que pontuava de forma relativamente extensa os argumentos para o juramento[4]. O espírito da obra tinha de ser nacional, declaravam os autores, porque o povo francês devia fazer reparações nacionais por crimes que eram nacionais. Eles também confirmavam a intenção de construir o monumento em Paris. Diante da objeção de que a cidade não precisava de mais ornamentações, replicaram: "Se Paris fosse reduzida a cinzas, ainda assim desejaríamos reconhecer nossos crimes nacionais e proclamar a justiça de Deus em suas ruínas".

O momento e a forma em que o panfleto foi redigido provaram ser fortuitamente proféticos. Em 18 de março, os parisienses deram seus primeiros passos irrevogáveis para o estabelecimento de um autogoverno sob o comando da Comuna. Os pecados reais ou imaginados dos *communards* iriam em seguida chocar e ultrajar os burgueses e, de modo ainda mais vociferante, a opinião provincial. E, como grande parte de Paris havia sido de fato reduzida a cinzas durante uma guerra civil de incrível brutalidade, a ideia de construir uma basílica de expiação sobre elas se tornou cada vez mais atrativa. Rohault de Fleury observou com evidente satisfação que, "nos meses que se seguiram, a imagem de Paris reduzida a cinzas causou uma forte impressão"[5]. Repassemos um pouco essa história.

As origens da Comuna de Paris estão em uma série de eventos que se entrelaçaram de maneiras complexas. Justamente devido à sua importância política no país, havia muito tempo Paris não tinha direito a nenhuma forma representativa de governo municipal e vinha sendo

diretamente administrada pelo governo nacional. Durante grande parte do século XIX, uma capital predominantemente republicana estava perdendo a paciência com governos monarquistas (quer "legitimistas" Bourbons, quer "orleanistas") ou bonapartistas autoritários. A demanda por uma forma democrática de governo municipal, com frequência chamada por todos os atores envolvidos de "comuna", era uma reivindicação antiga e que conquistara um amplo apoio por toda a cidade.

O Governo de Defesa Nacional, estabelecido em 4 de setembro de 1870, não era nem radical, nem revolucionário, mas republicano[6]. Também acabou se revelando tímido e inepto. Ele convivia com algumas dificuldades, é claro, mas estas dificilmente eram suficientes para desculpar seu fraco desempenho. Por exemplo, ele não inspirava respeito nos monarquistas e estava sempre com medo dos reacionários da direita. Quando o Exército do Leste rendeu-se aos prussianos em Metz, em 27 de outubro, sob o comando do general Bazaine, este deixou a impressão de ter tomado essa atitude porque, como monarquista, não podia lutar em defesa de um governo republicano. Alguns de seus oficiais contrários à rendição entenderam que Bazaine colocou suas preferências políticas acima da honra da França. Essa era uma questão que atormentaria a política francesa durante vários anos. Louis Rossel, que mais tarde comandou as forças armadas da Comuna por algum tempo (sendo, por isso, arbitrariamente condenado à morte), foi um dos oficiais que ficaram terrivelmente chocados com a evidente falta de patriotismo de Bazaine[7].

Mas as tensões entre diferentes grupos da classe dominante não chegavam aos pés dos antagonismos reais ou imaginados entre a burguesia tradicional e notavelmente obstinada e a classe trabalhadora que estava começando a se reestabelecer e se afirmar. Durante a década de 1860, a burguesia, com ou sem razão, ficou extremamente alarmada com o surgimento de organizações e clubes políticos da classe trabalhadora, as atividades do ramo parisiense da Associação Internacional dos Trabalhadores, a efervescência do pensamento na classe trabalhadora e o ressurgimento de filosofias anarquistas e socialistas. E a classe trabalhadora – ainda que nem de longe estivesse tão organizada ou unificada quanto

seus oponentes temiam – certamente exibia diversos sinais de que uma consciência de classe estava emergindo.

O Governo de Defesa Nacional não conseguiria deter a onda de vitórias prussianas ou romper o cerco de Paris sem o amplo apoio da classe trabalhadora. E os líderes de esquerda estavam mais do que dispostos a concedê-lo, apesar de sua oposição inicial à guerra do imperador. Blanqui prometeu ao governo "apoio enérgico e absoluto", e até os líderes da Internacional, após terem respeitosamente rogado aos trabalhadores alemães que não participassem de uma luta fratricida, mergulharam na organização da defesa de Paris. Belleville, centro da agitação da classe trabalhadora, uniu-se de forma espetacular à causa nacional, tudo em nome da República[8].

Os burgueses viram nisso uma armadilha. Segundo escreveu à época um comentarista de suas próprias fileiras, eles se viam encurralados entre os prussianos e aqueles que chamavam de "vermelhos". "Não sei", prosseguiu, "qual desses dois males mais os aterrorizava; eles odiavam o estrangeiro, mas temiam muito mais o pessoal de Belleville"[9]. Independentemente de quanto quisessem derrotar os estrangeiros, eles não se permitiriam participar disso se os batalhões da classe trabalhadora estivessem na vanguarda. A burguesia optou por se render aos alemães, deixando à esquerda o papel de força dominante na frente patriótica; e aquela não seria a última vez que isso ocorreria na história da França. Em 1871, o medo do "inimigo interno" prevaleceria sobre o orgulho nacional.

O fracasso dos franceses em romper o cerco de Paris foi primeiramente interpretado como fruto da superioridade prussiana e da inépcia militar francesa. Mas, à medida que as incursões traziam a promessa de vitória só para depois se transformarem em desastres, os patriotas honestos começaram a se perguntar se os poderes vigentes não estavam fazendo manobras que beiravam o abuso de confiança e a alta traição. O governo era cada vez mais encarado como um "Governo de Defecção Nacional" – expressão que Marx posteriormente usaria com grande impacto em sua apaixonada defesa da Comuna[10] – e também relutava em atender à demanda parisiense por uma democracia municipal. Como muitos dos burgueses respeitáveis haviam fugido, a realização de eleições poderia

colocar o poder municipal nas mãos da esquerda. Dada a desconfiança dos monarquistas de direita, o Governo de Defesa Nacional avaliava que não teria condições de conceder o que há muito vinha sendo exigido. E assim continuou adiando infinitamente.

Já em 31 de outubro, essas várias linhas de discussão se uniram para gerar um movimento insurrecional em Paris. Logo após a desonrosa rendição de Bazaine, surgiram boatos de que o governo estava negociando os termos de um armistício com os prussianos. A população parisiense tomou as ruas e, com o temido povo de Belleville descendo em massa, aprisionou vários membros do governo e só concordou em soltá-los mediante garantias verbais de que o Estado promoveria eleições municipais e não capitularia. Esse episódio certamente acirraria os ânimos da direita e seria a causa imediata dos "sentimentos de ódio por Paris" que Legentil encontraria em dezembro. O governo permaneceu na guerra; porém, com o desenrolar dos fatos, ele travaria muito mais batalhas contra os trabalhadores de Belleville do que jamais fizera contra os prussianos.

Assim, o cerco de Paris se estendia, e a situação de instabilidade social somou-se aos incertos efeitos da crescente deterioração das condições na cidade[11]. O governo se mostrou inepto e insensível às necessidades da população e, assim, atiçou a fogueira dos descontentes. As pessoas se alimentavam de gatos ou cães, e as mais privilegiadas partilhavam pedaços de Pollux, o jovem elefante do zoológico (a libra da tromba custava 40 francos). O preço dos ratos – o "sabor é uma mistura de porco e perdiz" – subiu de 60 cêntimos para 4 francos cada um. O governo não havia tomado a precaução elementar de racionar o pão até janeiro, quando já era tarde demais. O fluxo de suprimentos definhou, e a adulteração do pão com farinha de ossos tornou-se um problema crônico, que se tornava ainda menos palatável por serem ossos humanos desencavados das catacumbas justamente para esse fim. Enquanto as pessoas comuns consumiam seus ancestrais sem saber, o luxo da vida nos cafés continuava, suprido por açambarcadores a preços exorbitantes. Os ricos que permaneceram na cidade continuavam a desfrutar dos prazeres preconizados por seus costumes, embora pagassem caro por eles. O

governo, demonstrando insensível descaso pelos menos privilegiados, nada fazia para conter o consumo conspícuo ou o esbanjamento dos ricos.



Figura 108: *O cartunista Cham uniu-se ao envelhecido Daumier para tentar extrair algum humor dos meses desoladores do cerco de Paris, em 1870. Aqui, vemos parisienses fazendo fila para conseguir sua parcela noturna de carne de rato; Cham também aconselha os leitores que tomem cuidado ao comer camundongos, pois o gato pode ir à sua caça.*

No fim de dezembro, a oposição radical ao Governo de Defesa Nacional aumentava, o que levou à publicação do célebre *Affiche rouge* de 7 de janeiro. Assinado pelo Comitê Central dos Vinte *Arrondissements* parisienses, ele acusava o governo de estar conduzindo o país para a beira do abismo por sua indecisão, inércia e omissão; sugeria que o governo não sabia como administrar nem combater; e insistia que a perpetuação desse regime só poderia culminar na rendição aos prussianos. O cartaz

anunciava um programa para requisição geral de recursos, racionamento e ataque maciço. E terminava com o célebre apelo: "Abram caminho para o povo! Abram caminho para a Comuna!"[12]. Afixado por toda Paris, o apelo surtiu efeito. A resposta dos militares foi decisiva, e eles organizaram uma última incursão em massa, cuja inépcia militar e carnificina foram impressionantes. "Todos entenderam", escreveu Lissagaray, "que haviam sido enviados a fim de ser sacrificados"[13]. Para os que acompanharam de perto a ação, as evidências de abuso de confiança e alta traição eram agora esmagadoras. Isso estimulou muitos patriotas honestos da burguesia, que punham o amor à pátria acima dos interesses de classe, a aliar-se aos radicais dissidentes e à classe trabalhadora.

Os parisienses aceitaram o inevitável armistício no final de janeiro com soturna passividade. Foram providenciadas eleições nacionais para uma assembleia constituinte, que iria negociar e ratificar o acordo de paz. Este especificava que o Exército francês deporia suas armas, mas permitia à Guarda Nacional de Paris, que não poderia ser facilmente desarmada, permanecer uma força de combate. Sob o olhar atento das tropas prussianas, os suprimentos começaram a chegar à cidade faminta. Boa parte da burguesia remanescente fugiu para seus retiros rurais, enquanto o influxo de soldados empobrecidos, não remunerados e desmoralizados para dentro da cidade aumentava as tensões políticas e sociais. Nas eleições de fevereiro, a capital elegeu sua cota de republicanos radicais (Louis Blanc, Hugo, Gambetta e até mesmo Garibaldi), mas a França rural e provincial votou solidamente pela paz. Como a esquerda era contrária à rendição, os republicanos do Governo de Defesa Nacional haviam sido seriamente prejudicados pela forma como orquestraram a guerra e os bonapartistas haviam caído em descrédito, o voto da paz foi para os monarquistas. A Paris republicana ficou consternada ao se dar conta de que a Assembleia Nacional estava nas mãos de uma maioria monarquista. Thiers, que a essa altura já tinha 73 anos, foi eleito presidente em parte devido à sua longa experiência na política e em parte porque os monarquistas não queriam ser responsáveis pela assinatura do que certamente seria um ignóbil acordo de paz.

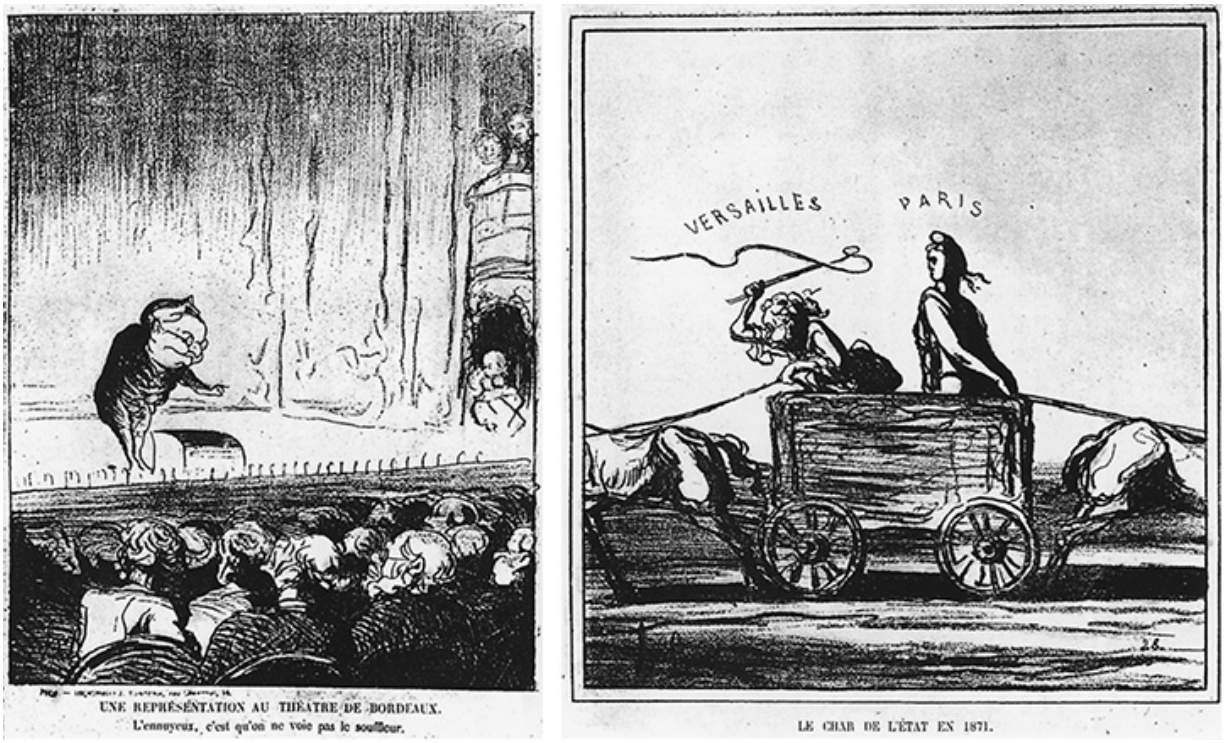


Figura 109: *Thiers havia sido um tema frequente para Daumier desde a década de 1840. Seu repentino reaparecimento no cenário político, em 1870, proporcionou outra oportunidade para críticas. Na figura à esquerda (publicada em 24 de fevereiro de 1871), Thiers é visto orquestrando a recém-eleita Assembleia Nacional em Bordeaux (mas "não se consegue ver o prompter") e, na imagem à direita (publicada em 21 de abril, após a Comuna ter sido declarada), o vemos açoitar freneticamente seu cavalo, arreado à carroça do Estado, para seguir em direção a Versalhes. No entanto, Paris, retratada como a figura escultural da Liberdade, é puxada por seu cavalo na direção contrária, e sua cabeça está virada para Thiers, demonstrando desaprovação. A ruptura do Estado é prognosticada de forma preocupante.*

Thiers assinou um acordo de paz preliminar em 26 de fevereiro (desconfortavelmente perto do aniversário da Revolução de Fevereiro de 1848). Ele cedia a Alsácia e a Lorena à Alemanha e, para piorar, concordava com a ocupação simbólica de Paris pelas tropas prussianas no dia 1º de março, o que, aos olhos dos parisienses, poderia facilmente ter provocado um banho de sangue, pois muitos na capital ameaçavam iniciar uma luta armada. Não fosse pelo poder de organização da esquerda (que entendia que os prussianos iriam destruí-los; fazendo, portanto, o trabalho de Thiers por ele) e por um misterioso novo grupo chamado Comitê Central da Guarda Nacional, o *débacle* teria sido inevitável. Mergulhado em um silêncio sepulcral, o povo observou os prussianos desfilarem pela

Champs Elysées, com os principais monumentos da cidade envoltos em musselina preta. Não era fácil perdoar a humilhação, e Thiers tinha sua parcela de culpa nisso. Ele também concordara em pagar uma vultosa indenização de guerra. Nesse ponto, foi patriota o suficiente para resistir à sugestão de Bismarck de que os banqueiros prussianos cobrissem o montante com um empréstimo. Thiers reservou tal privilégio aos franceses e transformou esse ano de agitações em um dos mais lucrativos para os cavalheiros das altas finanças do país[14]. Estes o informaram de que, para conseguir a quantia almejada, ele antes precisaria dar um jeito "naqueles baderneiros de Paris", o que sabia fazer muito bem. Como ministro do Interior de Luís Filipe I, em 1834, havia sido responsável pela brutal repressão a um dos primeiros movimentos genuínos da classe trabalhadora na história da França. Sempre desdenhoso da "multidão vil", Thiers havia muito tinha um plano para combatê-la – e o propusera a Luís Filipe I, em 1848. Era, então, chegado o momento de pô-lo em prática. E foi por meio do conservadorismo do campo que ele buscou esmagar o radicalismo da cidade.

Na manhã de 18 de março, a população de Paris descobriu ao acordar que os soldados remanescentes do Exército francês haviam sido enviados à capital para remover os canhões da cidade; esse era, obviamente, o primeiro passo para o desarmamento de um populacho que, desde 4 de setembro, havia se juntado em massa à Guarda Nacional. O populacho da classe trabalhadora de Paris começou espontaneamente a reivindicar os canhões como seus (afinal, não haviam sido forjados a partir dos metais que eles tinham coletado durante o cerco?). Na colina de Montmartre, exaustos soldados franceses guardavam a poderosa bateria de canhões ali reunida, voltada para uma multidão cada vez mais inquieta e furiosa. O general Claude Lecomte ordenou às tropas que disparassem. Ordenou uma, duas, três vezes. Os soldados não tiveram coragem de fazê-lo; ergueram a coronha dos rifles e confraternizaram alegremente com o povo. A multidão enfurecida aprisionou o general Lecomte e deparou com o general Clément Thomas, lembrado e odiado por seu papel nos terríveis assassinatos das Jornadas de Junho de 1848. Entre discussões acaloradas e

confusão, os dois foram levados para o jardim do n. 6 da Rue des Rosiers, colocados contra o muro e fuzilados.

Esse episódio é de fundamental importância. Os conservadores agora tinham seus mártires, e Thiers podia estigmatizar a população insubordinada de Paris como homicida e assassina. O alto da colina de Montmartre havia muito era local de martírio de santos cristãos; agora, os católicos conservadores podiam acrescentar os nomes de Claude Lecomte e Clément Thomas a essa lista. Nos meses e anos que se seguiriam, enquanto a luta para a construção da basílica de Sacré-Cœur estava em curso, frequentes apelos seriam feitos sobre a necessidade de homenagear esses "mártires do passado que morreram para defender e salvar a sociedade cristã"[15]. A frase foi realmente usada na legislação oficial aprovada pela Assembleia Nacional, em 1873, em apoio à construção da basílica. Naquele 16º dia de junho de 1875, quando a pedra fundamental foi assentada, Rohault de Fleury regozijou-se de que a basílica seria construída em um lugar que, "já tendo sido sagrado, fora escolhido por Satã, ao que tudo indicava, e tinha sido palco do primeiro ato daquela terrível saturnália que causou tantas ruínas e deu à Igreja dois mártires tão gloriosos". "Sim", continuou ele, "foi aqui, onde será erguida a basílica da Sacre-Cœur, que a Comuna começou; foi aqui que os generais Clément Thomas e Lecomte foram assassinados". Ele se regozijou com a "multidão de bons cristãos que agora estavam de pé adorando um Deus que sabe muito bem como desnortear os perversos, desencorajar seus planos e colocar um berço onde eles achavam ter cavado um túmulo". Ele contrastava esses fiéis com uma "colina, orlada com demônios intoxicados, habitada por uma população aparentemente hostil a todas as ideias religiosas e estimulada, acima de tudo, pelo ódio à Igreja"[16]. gallia poenitens.



Figura 110: *A maioria dos canhões de Montmartre, mostrados nesta fotografia notável, foi fabricada nas oficinas parisienses durante o cerco e fundida a partir de materiais doados pelo povo. Eles foram o impressionante estopim do rompimento entre Paris e Versalhes.*

Thiers reagiu aos eventos de 18 de março ordenando a retirada completa de dentro da capital de todo o contingente militar e dos funcionários. Da distância segura de Versalhes, ele preparou metodicamente a invasão e a rendição de Paris. Bismarck não mostrou nenhuma relutância em permitir a reconstituição de um Exército francês forte o suficiente para a tarefa de suprimir os radicais parisienses, e liberou prisioneiros e materiais com esse propósito. Mas, por precaução, manteve inúmeras tropas prussianas de prontidão em torno da cidade. Elas seriam testemunhas silenciosas do que estava por vir.

Entregues à própria sorte, e um pouco surpresos com o rumo dos acontecimentos, os parisienses, sob a liderança do Comitê Central da Guarda Nacional, não só assumiram todo o aparato administrativo abandonado e o puseram em funcionamento com notável velocidade e

eficiência (até os teatros reabriram), como também programaram eleições para 26 de março. A Comuna foi declarada um fato político em 28 de março[17]. Foi um dia de alegre celebração para os cidadãos comuns de Paris, e um dia de consternação para a burguesia. No Entanto, a política da Comuna era pouco coerente. Embora um número substancial de trabalhadores tenha assumido postos como representantes eleitos do povo pela primeira vez na história francesa, a Comuna era ainda dominada por elementos radicais da burguesia. Composta por diversas correntes políticas que iam de republicanos moderados a jacobinos, proudhonistas, socialistas da Internacional e revolucionários blanquistas, a Comuna tinha uma boa parcela de partidarismo e muitas discussões controvertidas em relação a que caminho radical ou socialista seguir. Ela era crivada de nostalgia pelo que poderia ter sido diferente no passado, embora em alguns aspectos apontasse para um futuro modernista mais igualitário, no qual princípios de associação e de administração e produção socialmente organizadas poderiam ser ativamente explorados. No entanto, grande parte disso revelou-se irrelevante, pois quaisquer pretensões à modernidade que os *communards* pudessem ter tido estavam prestes a ser esmagadas por uma onda monumental de conservadorismo reacionário. Thiers atacou no começo de abril, e teve início o segundo cerco de Paris. A França rural e provincial estava sendo acionada para destruir a Paris da classe trabalhadora.

O que aconteceu em seguida foi desastroso para a Comuna. Quando as forças de Versalhes finalmente romperam a defesa externa de Paris – que Thiers havia construído na década de 1840 –, elas atravessaram rapidamente as zonas burguesas do oeste da cidade e invadiram lenta e brutalmente os grandes bulevares que Haussmann havia construído nos bairros operários. Em toda parte havia barricadas, mas os militares estavam preparados para derrubá-las com canhões e destruir com bombas incendiárias os prédios que abrigavam as forças inimigas. Assim começou uma das mais odiosas carnificinas da história da França, que é em geral permeada de episódios sangrentos. As forças de Versalhes não deram quartel. Às mortes nos combates de rua – que não eram, segundo a maioria dos relatos, muito extensos – somou-se um número incrível de execuções

arbitrárias sem julgamento. Moilin foi executado por suas visões utopistas socialistas; um deputado republicano e crítico da Comuna, Millière, foi executado (após ser obrigado a se ajoelhar nos degraus do Panteão e pedir perdão por seus pecados, ele, em vez disso, gritou "*Vive la Commune!*" pela primeira vez na vida) porque um capitão do Exército não gostava de seus artigos no jornal. O louvado e ainda venerado muro no cemitério do Père-Lachaise, os Jardins de Luxemburgo e os quartéis em Lobau ecoavam cem cessar a fuzilaria à medida que os executores cumpriam seu dever. Entre 20 mil e 30 mil *communards* morreram dessa forma. gallia poenitens – com força total.



Figura 112: *Cerca de trezentos dos últimos communards capturados no fim da "semana sangrenta" de maio de 1871 foram arbitrariamente fuzilados no Mur des Fédérés no cemitério do Père-Lachaise, o que o transformou em um local de peregrinação nas décadas seguintes. Guache de Alfred Darjou.*



Figura 113: *Communards fuzilados pelas forças de Versalhes (foto atribuída a Disdéri). Alguém colocou uma coroa de flores brancas nas mãos da jovem na parte inferior à direita (um símbolo da Liberdade, mais uma vez prestes a ser enterrada?).*

Dessa triste história há um episódio que merece nossa atenção. Na manhã de 28 de maio, um exausto Eugène Varlin – encadernador; organizador de sindicato e de cooperativa de alimentos durante o Segundo Império; membro da Guarda Nacional; inteligente e respeitado socialista, comprometido e escrupulosamente honesto; membro da Comuna e soldado valente – foi reconhecido e preso. Ele foi levado até a mesma casa na Rue des Rosiers em que Lecomte e Clément haviam morrido. Mas seu destino foi pior. Sentenciado à morte, foi forçado a caminhar pela encosta de Montmartre – durante dez minutos ou por horas, segundo diferentes opiniões – enquanto era espancado e humilhado por uma multidão alucinada. Depois, foi finalmente colocado contra um muro (seu rosto já desfigurado, com um olho fora da órbita) e fuzilado. Ele tinha apenas 32 anos de idade. Tiveram de atirar duas vezes para matá-lo. Entre os fuzilamentos, ele gritou, evidentemente sem arrependimento, "*Vive la Commune!*". Seu biógrafo chamou esse episódio

de "o Calvário de Eugène Varlin". A esquerda também pode ter seus mártires. E foi nesse local que se construiu a basílica de Sacré-Cœur[18].

A "semana sangrenta", como foi chamada, também envolveu grandes destruições de propriedades. Os *communards* certamente não morriam de amores pelos privilégios da propriedade privada e nada tinham contra a destruição de símbolos odiados. A coluna de Vendôme – adorada por Napoleão III – foi derrubada em uma grande cerimônia em 16 de maio, para simbolizar o fim do autoritarismo. O pintor Courbet foi mais tarde responsabilizado por esse ato e condenado a pagar do próprio bolso a reconstrução do monumento. Os *communards* também decretaram, mas nunca levaram a cabo, a destruição da capela da Expiação, por meio da qual Luís XVIII havia buscado impingir aos parisienses a culpa pela execução de seu irmão. E, uma vez que Thiers havia mostrado quem realmente era, os *communards* se deleitaram em desmantelar sua residência em Paris, pedra por pedra, em um gesto simbólico que, segundo Goncourt, surtiu um "excelente mau efeito". No entanto, o incêndio generalizado de Paris foi uma questão inteiramente diferente. Aos prédios incendiados durante os bombardeios somaram-se aqueles deliberadamente incendiados, por razões estratégicas, pelos *communards* em fuga. Daí surgiu o mito dos "incendiários" da Comuna, que imprudentemente se vingavam, segundo consta, queimando tudo que podiam. O falso mito das odiosas *pétroleuses* foi divulgado pela imprensa de Versalhes, e mulheres suspeitas foram arbitrária e sumariamente fuziladas. Um diarista burguês, Audéoud, registrou complacentemente como denunciou uma mulher bem-vestida na Rue Blanche como uma *pétroleuse* porque ela estava carregando duas garrafas (nunca saberemos cheias de quê). Quando a mulher repeliu um soldado trôpego e um tanto bêbado, este lhe deu um tiro nas costas[19].

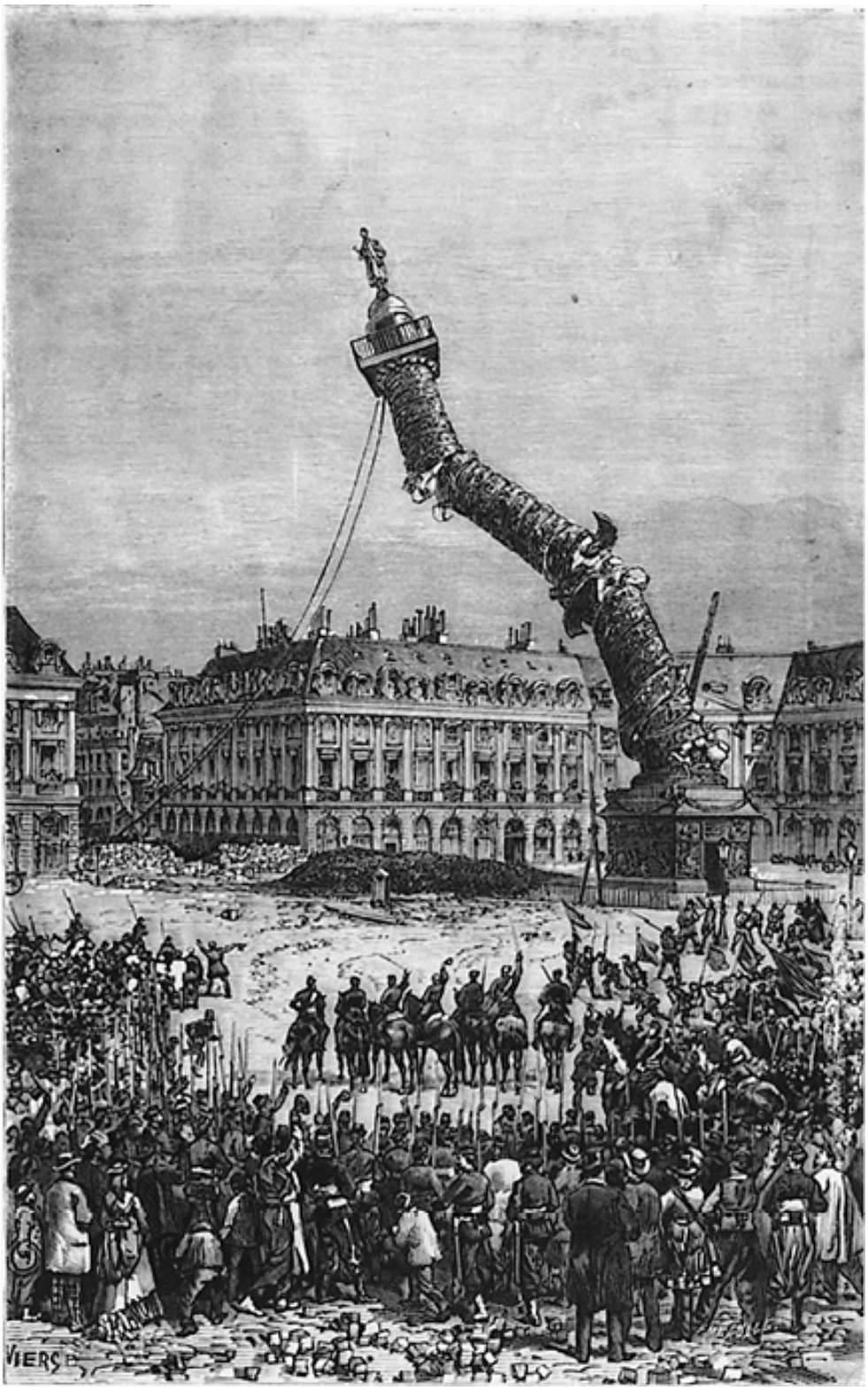


Figura 114: *A derrubada da coluna de Vendôme, aqui representada por Méaulle e Viers, gerou muito interesse. Isso mostra como prédios e monumentos eram símbolos profundamente políticos para os parisienses.*

Independentemente de qual fosse a verdade da história, o mito dos incendiários era forte. No mesmo ano, o papa descreveu os *communards* como "demônios ascendidos do inferno, trazendo o fogo de lá para as ruas de Paris". As cinzas da cidade tornaram-se símbolo dos crimes da Comuna contra a Igreja e fertilizariam o solo do qual brotaria a energia para construir a Sacré-Cœur. Não é de admirar que Hubert Rohault de Fleury tenha se orgulhado da feliz escolha de palavras: "Se Paris fosse reduzida a cinzas...". Essa frase pôde surtir efeito com força redobrada, observou ele, "quando os incendiários da Comuna vieram aterrorizar o mundo"[20].

O rescaldo da Comuna não foi nada agradável. Corpos forravam as ruas e o odor tornou-se insuportável. Para dar apenas um exemplo, os trezentos e tantos corpos despejados sem cerimônia no lago do belíssimo novo parque de Haussmann em Buttes-Chaumont (antes um local de enforcamento de criminosos de pequenos delitos, mais tarde um depósito de lixo municipal) tiveram de ser retirados dali quando, vários dias depois, vieram à superfície terrivelmente inchados; foram incinerados em uma pira mortuária que durou vários dias. Audéoud ficou encantado ao ver todos aqueles corpos "sujos, podres e crivados de balas" e encarou "o mau cheiro dos cadáveres" como "um odor de paz. Se as narinas extrassensíveis se revoltam, a alma se regozija". "Nós também", prosseguiu, "nos tornamos cruéis e impiedosos e achamos um prazer banhar e lavar nossas mãos em seu sangue". Mas o sangrento massacre começou a revirar o estômago de muitos burgueses, até que todos, exceto os mais sádicos, gritaram "Chega!". O famoso autor de diários Edmond de Goncourt tentava se convencer de que tudo isso era justo ao escrever: "É bom que não tenha havido conciliação nem barganha. A solução foi brutal. Veio da pura força. A solução permitiu que as pessoas abrissem mão de meios-termos covardes [...] o massacre foi um extermínio; com a morte da parte combativa da população, tal expurgo adia a próxima revolução por toda uma geração. Se os poderes vigentes ousarem o máximo que puderem neste momento, a velha sociedade terá vinte anos de sossego à sua frente"[21]. Essa era exatamente a opinião de Thiers. Contudo, quando Goncourt mais tarde passou por Belleville e viu os "rostos de silêncio medonho", inevitavelmente pensou que ali estava um "distrito vencido,

mas não subjugado". Não haveria outra maneira de purgar a ameaça de revolução?

A experiência de 1870-1871, em conjunto com o confronto entre Napoleão III e o decadente "materialismo festivo" do Segundo Império, mergulhou os católicos em uma fase de ampla busca interior. A maioria deles aceitou a ideia de que a França havia pecado, e isso deu origem a manifestações de expiação e a um movimento de piedade que foi ao mesmo tempo místico e espetacular. Os católicos intransigentes e ultramontanos inquestionavelmente apoiavam o retorno da lei e da ordem e uma solução política fundamentada no respeito à autoridade. E os monarquistas, em geral católicos intransigentes, representavam a promessa desse retorno. Os católicos liberais achavam tudo isso inquietante, mas não estavam em condições de mobilizar suas forças, pois até o papa os havia rejeitado, considerando-os o "verdadeiro flagelo" da França. Pouco podia ser feito para deter a consolidação do vínculo entre o monarquismo e o catolicismo intransigente. E era essa poderosa aliança que garantiria a construção da Sacré-Cœur.

Entretanto, o problema imediato dos progenitores da promessa era operacionalizar um desejo pio, o que exigia respaldo oficial. Legentil e Rohault de Fleury buscaram, então, o apoio do recém-nomeado arcebispo de Paris. Não havia sido fácil convencer monsenhor Guibert, conterrâneo de Thiers de Tours, a aceitar o cargo. Os três arcebispos anteriores haviam sofrido mortes violentas: o primeiro durante a insurreição de 1848, o segundo pelas mãos de um assassino em 1863 e o terceiro durante a Comuna. Em resposta ao massacre prometido por Versalhes, os *communards* haviam de antemão decidido fazer reféns. Dentre estes, o arcebispo era de grande importância, pois os *communards* desejavam trocá-lo por Blanqui. Thiers recusou essa negociação, tendo aparentemente resolvido que um arcebispo morto e martirizado (que em todo caso era um católico liberal) era mais valioso do que se estivesse vivo e fosse trocado pelo dinâmico e agressivo Blanqui. Durante "a semana sangrenta", alguns segmentos dos *communards* perpetraram todos os atos de vingança que puderam. Em 24 de maio, enquanto as forças de Versalhes entravam em Paris da forma mais sangrenta e brutal possível, executando qualquer

suspeito de participação ativa na Comuna, o arcebispo foi fuzilado. Nessa derradeira semana, 74 reféns foram fuzilados, dos quais 24 eram padres. Esse anticlericalismo radical estava tão vivo durante a Comuna quanto em 1789. No entanto, após o extermínio maciço que deixara mais de 10 mil *communards* mortos, quase 40 mil presos e inúmeros outros em fuga, Thiers pôde escrever ao monsenhor Guibert em 14 de julho em tom tranquilizador: "Os 'vermelhos', totalmente derrotados, não retomarão suas atividades amanhã; ninguém se envolve duas vezes em um intervalo de cinquenta anos em uma luta tão imensa como essa que eles acabaram de perder"[22]. Aliviado, o monsenhor Guibert foi para Paris.

O novo arcebispo ficou muito impressionado com o movimento para a construção de um monumento em homenagem ao Sagrado Coração. Em 18 de janeiro de 1872, ele aceitou formalmente a responsabilidade pelo empreendimento. Assim, escreveu a Legentil e a Rohault de Fleury:



Figura 111: *Barricada dos communards na Rue d'Allemagne, em março de 1871.*

> Vocês analisaram os males do nosso país a partir de suas verdadeiras perspectivas [...]. A conspiração contra Deus e Cristo prevalece em uma multidão de corações e, como punição pela apostasia quase universal, a sociedade foi submetida a todos os horrores da guerra contra um estrangeiro vitorioso, e da guerra ainda mais horrível entre os filhos do mesmo país. Tendo nos tornado, por nossa prevaricação, rebeldes contra o céu, caímos durante nossas dificuldades no abismo da anarquia. A terra da França apresenta a aterrorizante imagem de um lugar onde nenhuma ordem prevalece, enquanto o futuro oferece ainda mais terrores [...]. Este templo, erigido como um ato público de contrição e reparação [...] vai se erguer entre nós como um protesto contra outros monumentos e obras de arte erigidas para a glorificação do vício e da impiedade.[23]

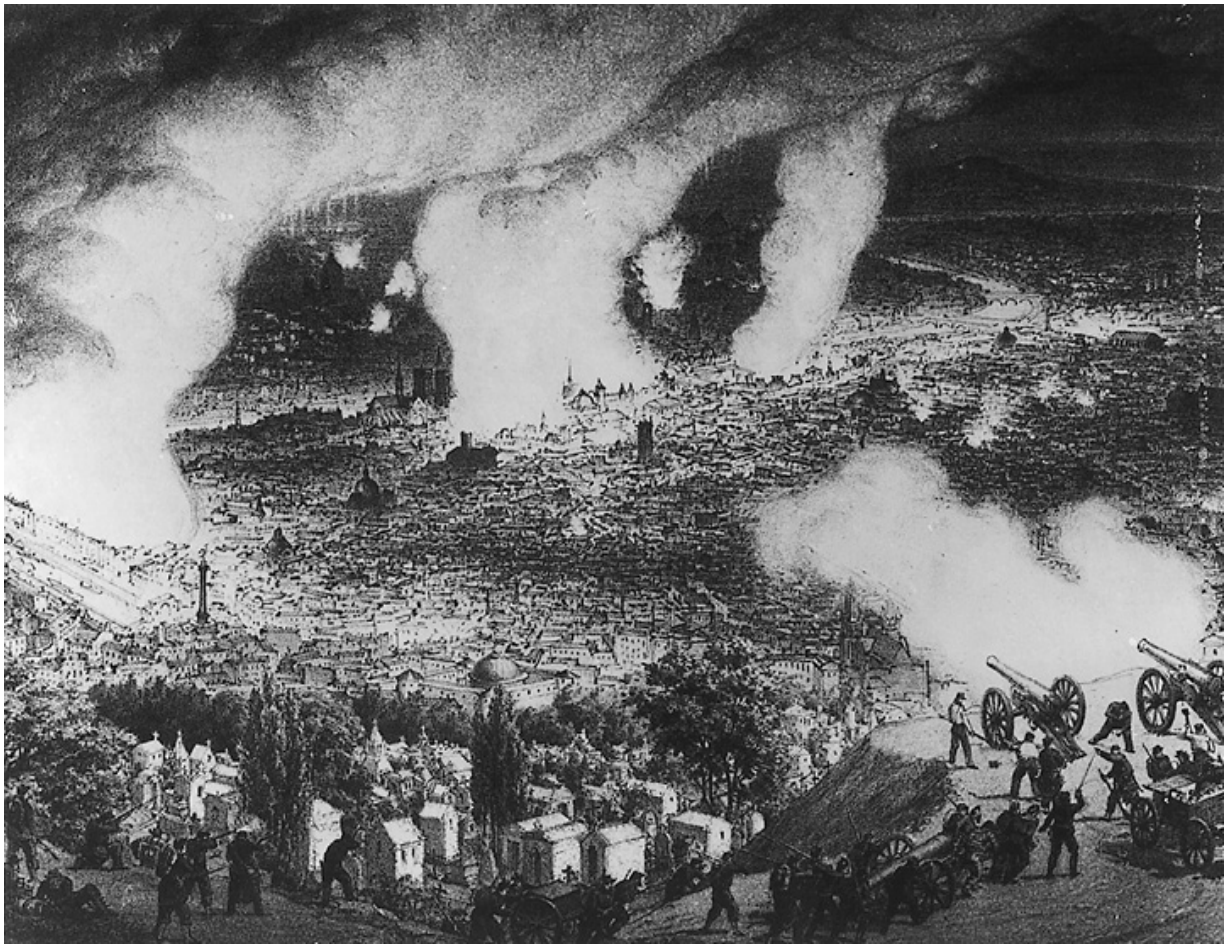
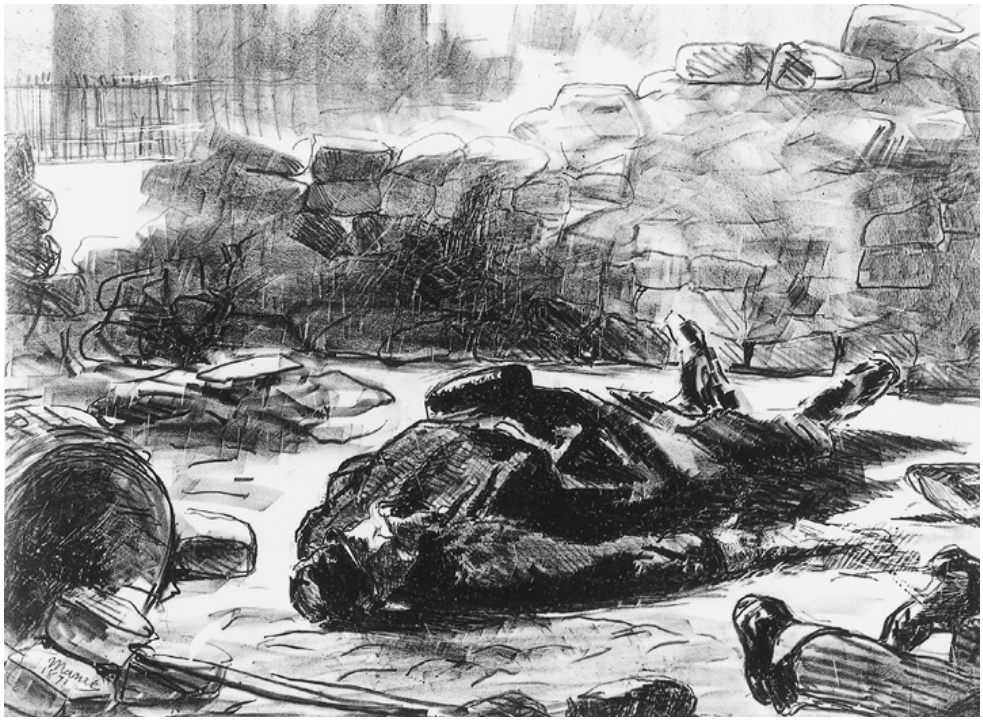


Figura 115: *Esta imagem do alto da colina de Montmartre, na qual Paris arde em chamas nos últimos dias da Comuna, capta algo do que Rohault de Fleury tinha em mente quando comentou sobre como a promessa de construir a Sacré-Cœur mesmo que "Paris fosse reduzida a cinzas" havia sido fortuitamente apropriada.*

Em julho de 1872, o ultraconservador papa Pio IX, que ainda esperava o fim de seu confinamento no Vaticano, endossou formalmente a promessa. Uma imensa campanha de propaganda se seguiu, e o movimento ganhou força. No fim do ano, mais de 1 milhão de francos já haviam sido prometidos; só faltava a promessa ser traduzida em sua representação material, física.



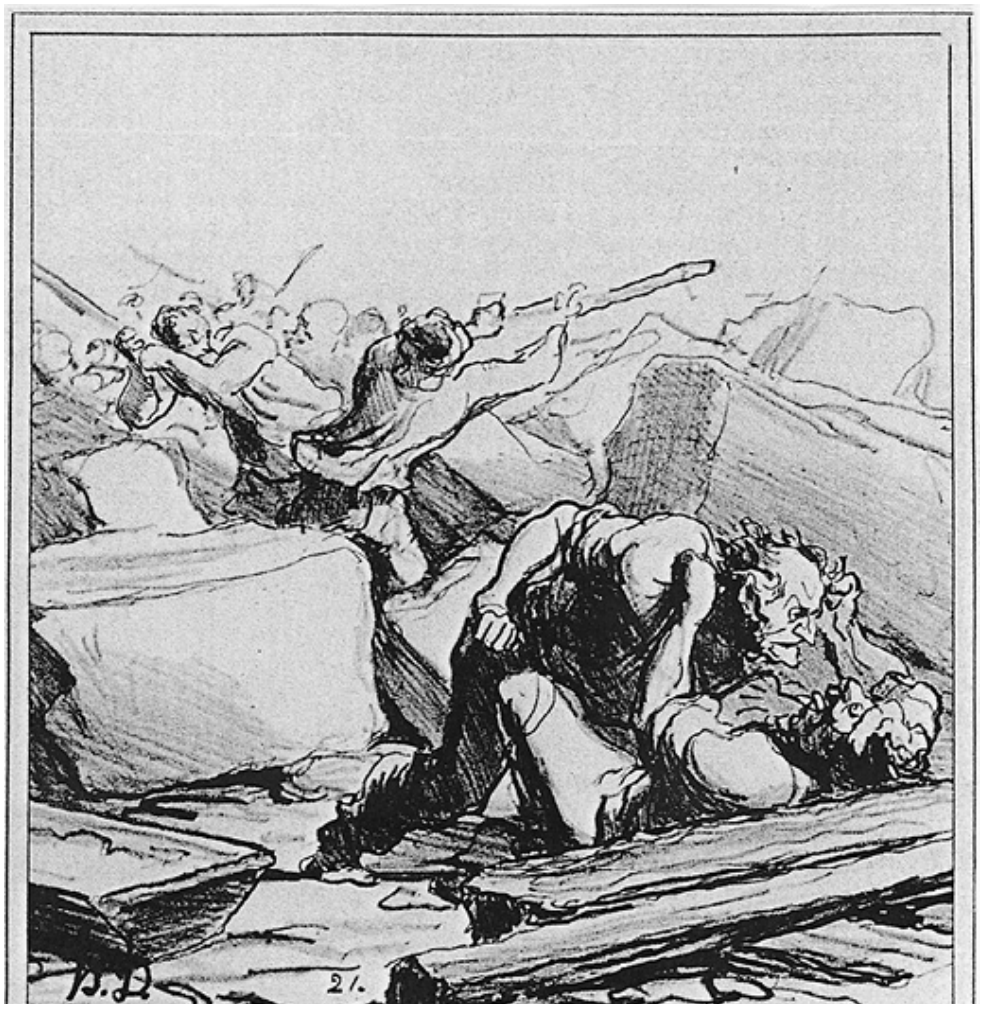

21.



FIGURA 116: *De início, apenas os republicanos sociais-democratas sentiam remorso e repulsa pelo que havia ocorrido na Comuna. Manet (acima) ficou profundamente comovido com os acontecimentos e elaborou várias representações que lamentavam as mortes nas barricadas. Em um dos últimos desenhos de Daumier, ele comentou com tristeza e comoção sobre "quando os trabalhadores lutam entre si".*

O primeiro passo era escolher o lugar. Legentil queria usar as fundações do inacabado teatro de ópera, que ele considerava "um monumento escandaloso de extravagância, indecência e mau gosto"[24]. O comedido projeto inicial daquele prédio, de autoria de Charles Rohault de Fleury (sem parentesco com Hubert), havia sido abandonado em 1860 por insistência do conde Walewski ("que tinha a distinção dúbia de ser filho ilegítimo de Napoleão e marido da então favorita de Napoleão III"[25]). O projeto que o substituiu, de autoria de Garnier (que existe hoje), certamente tinha, aos olhos de Legentil, as qualidades de um "monumento ao vício e à impiedade", e nada poderia ser mais apropriado do que apagar a memória do Império construindo a basílica naquele local. Fazê-lo significaria, é claro, derrubar a fachada que havia sido concluída em 1867. Legentil provavelmente não percebeu que os *communards* haviam, nesse mesmo espírito, derrubado a coluna de Vendôme.

Contudo, no fim de outubro de 1872, o arcebispo já havia tomado as rédeas do assunto e acabou escolhendo o alto de Montmartre, pois a dominação simbólica de Paris só poderia ser assegurada dali. Como parte daquele local era propriedade pública, seria necessário o consentimento ou o apoio ativo do governo para que ele fosse adquirido. Contudo, o governo estava planejando construir ali uma fortaleza militar. O arcebispo observou, entretanto, que esta poderia ser muito impopular, enquanto uma fortificação do tipo que ele propunha seria menos ofensiva e mais certeira. Thiers e seus ministros, aparentemente convencidos de que a proteção ideológica era preferível à militar, encorajaram o arcebispo a levar o assunto adiante formalmente. Isso foi feito em uma carta datada de 5 de março de 1873, em que o arcebispo solicitava ao governo a aprovação de uma lei especial declarando que a construção da basílica era

uma obra de utilidade pública, o que permitiria o uso das leis de expropriação para a obtenção do local.

Essa lei contrariava uma antiga tendência favorável à separação entre Igreja e Estado. Mas o posicionamento dos católicos conservadores em relação ao projeto era muito forte. Thiers ficou hesitante, mas sua indecisão logo não teria mais importância. Os monarquistas haviam decidido que o momento deles havia chegado. Em 24 de maio de 1873, derrubaram Thiers e o substituíram pelo monarquista arquiconservador marechal MacMahon, que apenas dois anos antes havia liderado as forças armadas de Versalhes na repressão sangrenta da Comuna. A França estava, mais uma vez, mergulhada na agitação política; uma restauração monarquista parecia iminente.

O governo de MacMahon logo ratificou a lei, que então se tornou parte do seu programa para estabelecer o domínio da ordem moral em que os ricos e privilegiados – aqueles que, portanto, tinham interesse especial na preservação da sociedade –, sob a liderança do rei e em aliança com as autoridades da Igreja, teriam o direito e o dever de proteger a França dos perigos sociais aos quais ela havia sido recentemente exposta; impedindo, assim, que o país caísse no abismo da anarquia. Grandes manifestações foram mobilizadas pela Igreja como parte de uma campanha para restabelecer o senso de ordem moral. A maior delas ocorreu em 29 de junho de 1873, em Paray-le-Monial. Trinta mil peregrinos, incluindo cinquenta membros da Assembleia Nacional, deslocaram-se até lá para se dedicar publicamente ao Sagrado Coração[26].

Foi nessa atmosfera que o comitê formado para fazer um relatório sobre a lei apresentou seus resultados em 11 de julho à Assembleia Nacional; um quarto dos membros do comitê apoiava o juramento. O comitê concluiu que a proposta de construir uma basílica de expiação era inquestionavelmente uma obra de utilidade pública. Além disso, era justo e apropriado construir tal monumento no alto de Montmartre para que todos o vissem, pois tinha sido ali que o sangue dos mártires – inclusive os de outros tempos – escorrera. Era necessário "apagar, por meio desta obra de expiação, os crimes que haviam coroado nossos sofrimentos", e a

França, "que já havia sofrido tanto", deveria "evocar a proteção e a graça d'Aquele que dá, segundo Sua vontade, a derrota ou a vitória"[27].

Parte do debate que se seguiu em 22 e 23 de julho girou em torno de questões técnico-legais e das implicações da legislação para as relações Estado-Igreja. Os católicos intransigentes propunham, irresponsavelmente, ir ainda mais longe. Queriam que a Assembleia se comprometesse formalmente com um empreendimento em nível nacional que "não seria apenas um protesto contra o fato de a Comuna ter pegado em armas, mas um sinal de conciliação e concórdia". Essa emenda foi rejeitada, mas a lei foi aprovada por uma ampla maioria de 244 votos. A única voz dissidente no debate veio de um deputado republicano radical de Paris:

> Quando pensam em erguer nas alturas imponentes de Paris – a fonte do livre pensar e da revolução – um monumento católico, o que passa pela cabeça de vocês? Fazer dele o triunfo da Igreja sobre a revolução. Sim, é isso que querem extinguir – o que chamam de pestilência da revolução. O que desejam revigorar é a fé católica, pois vocês estão em guerra com o espírito dos tempos modernos [...]. Bem, eu que conheço a opinião da população de Paris, eu que estou manchado pela pestilência revolucionária como ela, eu lhes digo que a população ficará mais escandalizada do que edificada com a ostentação da sua fé [...] Longe de nos edificar, vocês nos empurram na direção do livre pensar, na direção da revolução. Quando as pessoas virem essas manifestações dos partidários da monarquia, dos inimigos da Revolução, dirão a si mesmas que o catolicismo e o monarquismo estão unidos e, ao rejeitarem um, também rejeitarão o outro.[28]

Munido da lei que concedia poderes de expropriação, o comitê formado para buscar a concretização do projeto adquiriu o local no alto de Buttes-Montmartre. Eles arrecadaram as contribuições prometidas e começaram a solicitar mais, para que a construção pudesse ser tão grandiosa quanto o pensamento que estava por trás dela. Criou-se um concurso para escolher o melhor projeto para a basílica. A obra tinha de ser imponente, coerente com a tradição católica, mas bem diferente dos "monumentos dedicados ao vício e à impiedade" construídos durante o Segundo Império. Dos 78 projetos propostos e exibidos ao público, escolheu-se o do arquiteto Paul Abadie. A decisão foi controversa. Acusações de demasiada influência interna rapidamente vieram à tona e os católicos conservadores ficaram incomodados com o suposto

"orientalismo" do projeto. Por que ele não poderia ser mais autenticamente francês, perguntavam (o que na época significava ser fiel às tradições góticas do século XIII, mesmo que tão racionalizadas por Viollet-le-Duc)? Mas a grandiosidade dos domos de Abadie, a pureza do mármore branco e a simplicidade desadornada de seus detalhes impressionaram o comitê – o que, afinal, estaria mais distante da extravagância daquele horrível teatro de ópera[29]?

Na primavera de 1875, tudo estava pronto para o assentamento da pedra fundamental. Mas, aparentemente, a Paris radical e republicana ainda não estava arrependida o bastante. O arcebispo queixou-se de que a obra da Sacré-Cœur estava sendo tratada como uma provocação, uma tentativa de sepultar os princípios de 1789. Também disse que, embora não desejasse reacendê-los, caso de fato estivessem mortos e enterrados, esse tipo de visão estava dando origem a uma deplorável polêmica da qual ele se via obrigado a participar. Emitiu uma circular em que expressava seu assombro com a hostilidade dos "inimigos da religião" em relação ao projeto. Ele achava intolerável que as pessoas ousassem dar uma interpretação política a pensamentos derivados apenas de fé e piedade. A política, assegurou ele aos leitores, "esteve longe, muito longe das nossas inspirações; ao contrário, o trabalho tem sido inspirado pela profunda convicção de que a política é incapaz de lidar com os males do país. As causas desses males são morais e religiosas, e as soluções devem ser da mesma ordem". Além disso, prosseguiu ele, a obra não poderia ser interpretada como política, pois o objetivo da política é dividir, "enquanto nosso trabalho tem por objetivo a união de todos. A pacificação social é o ponto-final da obra que queremos realizar"[30].

O governo, agora claramente na defensiva, ficou bastante preocupado com a perspectiva de uma grande cerimônia de abertura, que poderia ser palco de um feio confronto. Ele pedia cautela. O comitê tinha de encontrar uma maneira de assentar a pedra fundamental sem ser muito provocativo. O papa os socorreu declarando um dia de dedicação ao Sagrado Coração para todos os católicos. Com essa proteção, uma cerimônia muito discreta para assentar a pedra fundamental da obra

transcorreu sem incidentes. A construção agora entrava em andamento. gallia poenitens estava tomando forma material e simbólica.

Os quarenta anos entre o assentamento da pedra fundamental e a consagração final da basílica, em 1919, foram em geral tumultuados. Surgiram dificuldades técnicas para erguer uma estrutura tão grande no topo de uma colina que, devido a anos de mineração de gipsita, se tornara instável. O custo da estrutura aumentou de forma impressionante, e à medida que o entusiasmo pelo culto do Sagrado Coração perdia certa força, também surgiam dificuldades financeiras. Abadie morreu em 1884, e seus sucessores fizeram adições e subtrações ao projeto inicial (a mais notável adição foi o considerável aumento da altura do domo central). E a controvérsia no plano político continuava. O comitê encarregado do projeto havia, de antemão, deliberado vários estratagemas para encorajar o fluxo das contribuições. Indivíduos e famílias podiam custear uma pedra, e o visitante da Sacré-Cœur pode ver vários nomes inscritos nas pedras. Diferentes regiões e organizações foram estimuladas a subscrever para a construção de capelas específicas. Membros da Assembleia Nacional, do Exército, do clero etc., todos uniram esforços nesse sentido. Cada capela tem seu próprio significado.

Por exemplo, entre as capelas na cripta está aquela dedicada a *Jésus Enseignant*, que recorda, como declarou Rohault de Fleury, "que um dos principais pecados da França foi a tola invenção do ensino sem Deus"[31]. Os perdedores da batalha feroz pela preservação do poder da Igreja sobre a educação após 1871 faziam suas doações a essa capela. Muito próxima a ela, no fundo da cripta, perto de onde costumava ser a Rue des Rosiers, está a capela dedicada a *Jésus-Ouvrier*. O fato de trabalhadores católicos terem contribuído para a construção de sua própria capela era motivo de grande júbilo. Isso mostrava, escreveu Legentil, seu desejo de "protestar contra a descrença apavorante na qual grande parte da classe trabalhadora está caindo", assim como sua determinação de resistir à "associação ímpia e verdadeiramente infernal que, em quase toda a Europa, faz dela sua escrava e vítima". A referência à Associação Internacional dos Trabalhadores é inegável e compreensível, pois naquela época era costumeiro nos círculos burgueses considerar a Comuna, muito

erroneamente, como derivada da nefasta influência daquela associação "infernal". Entretanto, por um estranho capricho do destino, que tão frequentemente traz irônicas reviravoltas à história, a capela dedicada a *Jésus-Ouvrier* está bem próxima do ponto onde passou o "Calvário de Eugène Varlin". É dessa forma que a basílica, erguida no alto para homenagear o sangue de dois mártires recentes da direita, involuntariamente homenageia em suas profundezas subterrâneas um mártir da esquerda.

A interpretação de Legentil de tudo isso foi de fato um tanto equivocada. Nos derradeiros momentos da Comuna, um jovem católico chamado Albert de Munn testemunhou consternado a chacina dos *communards*. Chocado, ele começou a refletir sobre o que "a sociedade legalmente constituída havia feito a essas pessoas" e concluiu que seus males em grande medida provinham da indiferença das classes ricas. Na primavera de 1872, ele foi até o coração da odiada Belleville e montou o primeiro de seus *cercles-ouvriers*[32]. Isso assinalou os primórdios de um novo tipo de catolicismo na França – um catolicismo que buscava, mediante a ação social, atender às necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores. Foi por meio de organizações como essa, muito distantes do catolicismo intransigente e ultramontano que dominava o núcleo do movimento em prol da Sacré-Cœur, que uma pequena corrente de contribuições começou a fluir para a construção de uma basílica no alto da colina de Montmartre.

Entretanto, as dificuldades políticas aumentavam. A França, que finalmente tinha uma Constituição republicana (a demora fora causada em grande parte pela intransigência dos monarquistas), estava agora envolta em um processo de modernização estimulado por comunicações mais fáceis, educação em massa e desenvolvimento industrial. O país passou a aceitar a forma moderada de republicanismo e estava amargamente desiludido com o monarquismo atrasado que dominara a Assembleia Nacional eleita em 1871. Em Paris, o povo "não subjugado" de Belleville, assim como seus vizinhos em Montmartre e La Villette, começou a se impor muito mais rapidamente do que Thiers havia previsto. À medida que a demanda pela anistia dos *communards* exilados se tornava

mais forte nesses bairros, crescia também o ódio à basílica que se erguia diante deles. A agitação contra o projeto aumentava.

Em 3 de agosto de 1880, a questão chegou ao conselho da cidade na forma de uma proposta – uma "colossal estátua da Liberdade será colocada no topo de Montmartre, em frente à igreja de Sacré-Cœur, nas terras pertencentes à cidade de Paris". Nessa época, os republicanos franceses viam os Estados Unidos como uma sociedade-modelo, que funcionava perfeitamente bem sem monarquismo e outros aparatos feudais. Como parte de uma campanha para reforçar a importância desse exemplo, assim como para simbolizar sua ligação profunda com os princípios de liberdade, republicanismo e democracia, eles estavam, na época, levantando fundos para doar a Estátua da Liberdade, que agora está no porto de Nova York. Por que não, diziam os autores da proposta, apagar a visão da odiada Sacré-Cœur com um monumento de ordem similar[33]?

Ainda que se alegue o contrário, diziam eles, a basílica simbolizava a intolerância e o fanatismo da direita – era um insulto à civilização, antagônica aos princípios dos tempos modernos, uma evocação do passado e um estigma sobre a França como um todo. Os parisienses, aparentemente decididos a demonstrar sua ligação impenitente aos princípios de 1789, estavam determinados a apagar o que achavam ser uma expressão do "fanatismo católico" por meio da construção de um tipo de monumento que era exatamente o que o arcebispo caracterizara como "glorificação do vício e da impiedade". Em 7 de outubro, o conselho da cidade havia mudado sua tática. Chamando a basílica de "uma incessante provocação à guerra civil", os membros decidiram mediante votação, cujo resultado foi de 61 votos a favor e 3 contra, solicitar ao governo a "revogação da lei de utilidade pública de 1873" e a utilização da terra, que voltaria a ser propriedade do Estado, para a construção de uma obra de importância verdadeiramente nacional. O conselho passou a proposta ao governo, esquivando-se cuidadosamente do problema relativo à indenização dos que haviam contribuído para a construção da basílica – que mal havia passado das fundações. No verão de 1882, a solicitação foi levada à Câmara dos Deputados.

O arcebispo Guibert teve, mais uma vez, de defender a obra publicamente. Ele rebateu os já conhecidos argumentos contra a basílica com respostas igualmente banais. Insistia que o trabalho não fora inspirado pela política, mas pelo patriotismo e cristianismo. Aos que objetavam o caráter expiatório da obra, ele simplesmente replicou que ninguém podia se dar ao luxo de considerar o país infalível. Em relação ao quanto o culto do Sagrado Coração era apropriado, achava que somente a Igreja tinha o direito de julgar. Aos que viam a basílica como uma incitação à guerra civil, ele respondeu: "Por acaso as guerras civis e os motins são fruto dos nossos templos cristãos? Por acaso os que frequentam nossas igrejas são propensos a excitações e revoltas contra a lei? Por acaso encontramos essas pessoas no meio dos tumultos e da violência que, de tempos em tempos, atormentam as ruas das nossas cidades?". O arcebispo também ressaltou que, embora Napoleão houvesse vislumbrado a construção de um templo de paz em Montmartre, "somos nós que finalmente estamos construindo o verdadeiro templo da paz"[34]. Ele passou, em seguida, a analisar os efeitos negativos que o abortamento da construção traria. Tal medida feriria profundamente a posição cristã e teria um efeito desagregador. Certamente seria um mau precedente, disse ele (ignorando o precedente estabelecido pela própria lei de 1873), se projetos religiosos desse tipo estivessem sujeitos aos caprichos políticos do governo vigente. E ainda havia o complexo problema da compensação, não apenas relativa aos contribuintes, mas também ao trabalho já feito. Por fim, o arcebispo recorreu ao fato de que a obra estava empregando seiscentas famílias – privar "essa parte de Paris de uma fonte tão significativa de trabalho seria realmente desumano".

Esses argumentos, no entanto, não foram convincentes o bastante para os representantes parisienses na Câmara dos Deputados, que em 1882 era dominada por republicanos reformistas como Gambetta (de Belleville) e Clemenceau (de Montmartre). O debate foi acalorado e apaixonado. O governo se declarou terminantemente contrário à lei de 1873, mas ao mesmo tempo se opunha a revogá-la, pois isso envolveria o pagamento de mais de 12 milhões de francos em indenizações à Igreja. Em uma manobra para neutralizar a evidente revolta da esquerda, o ministro chegou a

observar que, com a revogação da lei, o arcebispo estaria livre da obrigação de completar o que estava se revelando um empreendimento muito árduo; além disso, a Igreja receberia milhões de francos para fazer obras de propaganda que poderiam ser "infinitamente mais eficazes do que o projeto objetado pelos idealizadores da presente moção".

Entretanto, os republicanos radicais não pretendiam encarar a Sacré-Cœur como um elefante branco, nem estavam dispostos a pagar indenizações. Estavam determinados a destruir o que consideravam uma manifestação odiosa de clericalismo pio, substituindo-a por um monumento à liberdade de pensamento. Para eles, os monarquistas e seus intransigentes aliados católicos eram os grandes culpados pela guerra civil. Na Câmara, Clemenceau pediu a palavra para apresentar uma posição radical. Declarou que a lei de 1873 era um insulto, fruto de uma Assembleia Nacional que buscara impor o culto do Sagrado Coração à França porque "lutamos e continuamos a lutar pelos direitos humanos, por termos feito a Revolução Francesa". A lei era resultado de uma reação clerical, "uma tentativa de estigmatizar a França revolucionária, de nos condenar a pedir perdão à Igreja por nossa luta ininterrupta para prevalecer sobre ela e estabelecer os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Nós devemos", prosseguiu, "responder a um ato político com um ato político". Não fazê-lo seria deixar a França sob a intolerável invocação do Sagrado Coração[35].

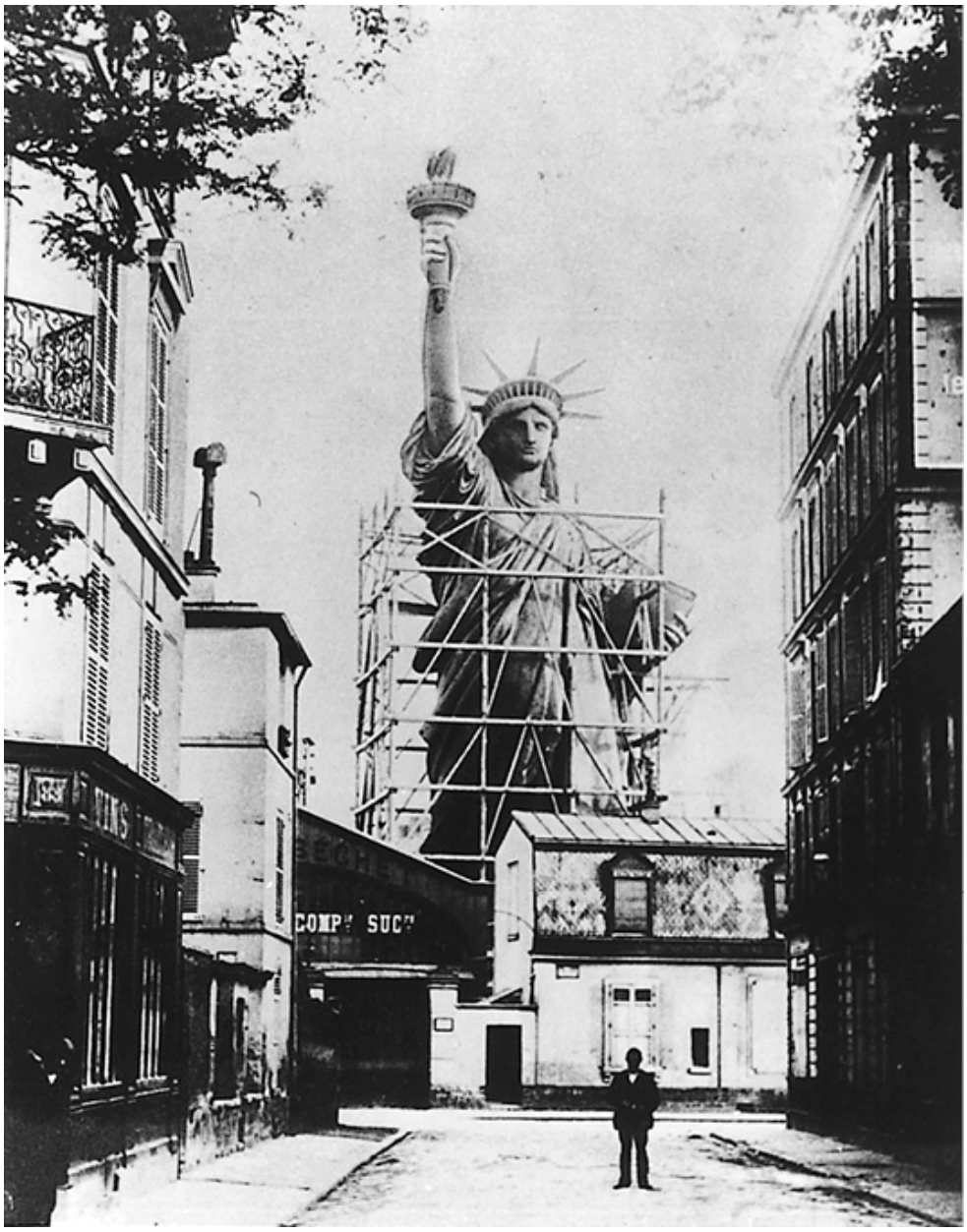


Figura 117: *A Estátua da Liberdade na oficina, em Paris, antes de ser embarcada para Nova York.*

Com tal oratória inflamada, Clemenceau alimentou as chamas do sentimento anticlerical. A Câmara dos Deputados votou pela revogação da lei de 1873 por 261 votos a 199. Parecia que a basílica, cujas paredes mal haviam sido levantadas sobre suas fundações, iria desmoronar. Mas ela foi salva por um tecnicismo: a nova lei havia sido aprovada tarde demais para o cumprimento de todas as exigências formais para sua promulgação. O

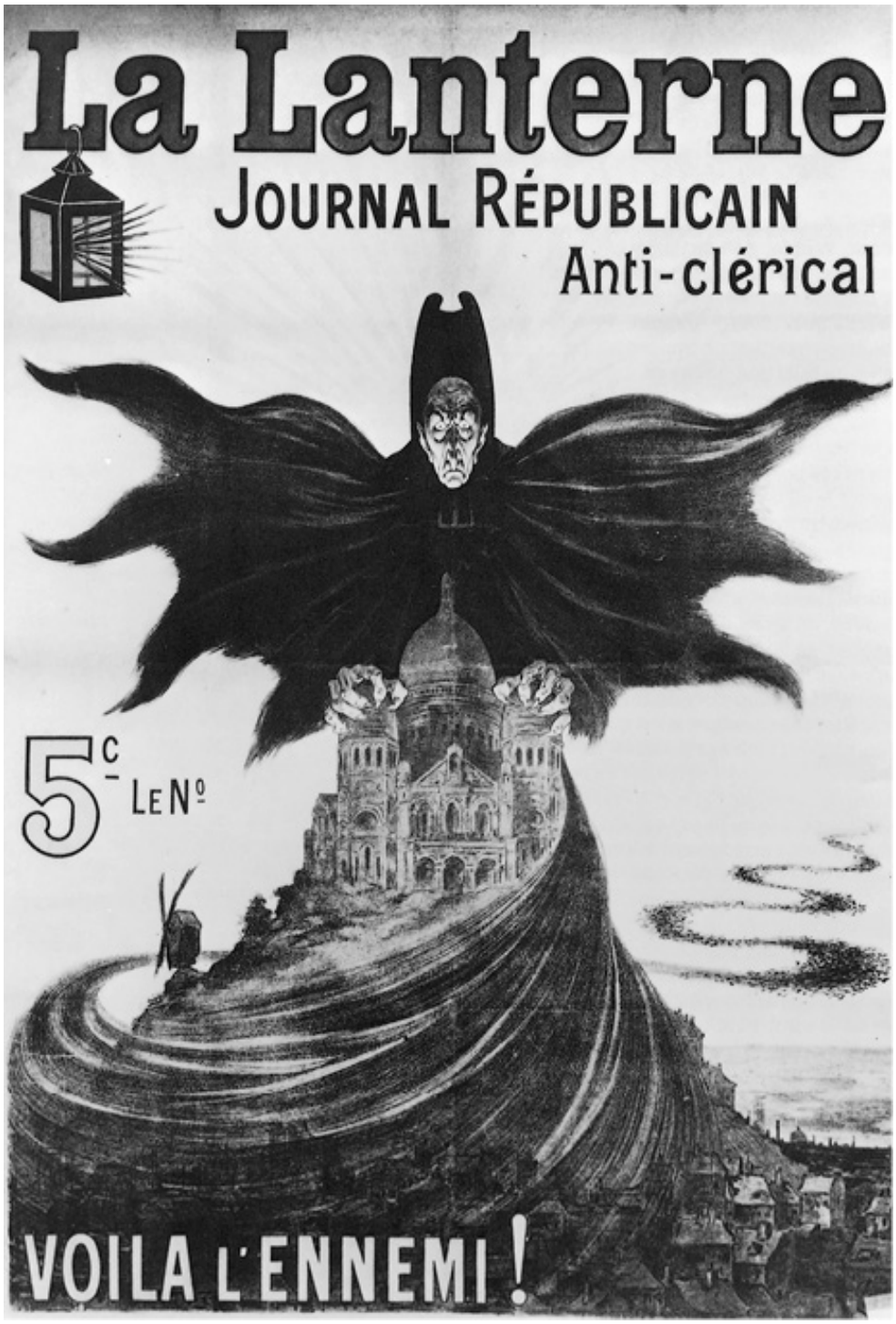
governo, genuinamente temeroso dos custos e riscos envolvidos, fez um trabalho silencioso para evitar a volta da moção à Câmara dos Deputados, que, na sessão seguinte, passou a considerar questões de peso e urgência muito maiores. Os republicanos haviam conseguido uma vitória parlamentar simbólica, porém pírrica. Aliviado, o arcebispo deu continuidade à obra.

No entanto, por alguma razão o assunto resistia. Em fevereiro de 1897, a moção foi reapresentada. A essa altura, o republicanismo anticlerical havia progredido bastante, assim como o movimento da classe trabalhadora na forma de um partido socialista vigoroso e em crescimento. Mas a construção no alto da colina também havia progredido. O interior da basílica havia sido inaugurado e aberto para culto em 1891, e o grande domo estava quase pronto (a cruz sobre ele foi formalmente abençoada em 1899). Embora a basílica ainda fosse considerada uma "provocação à guerra civil", a perspectiva de desfazer uma obra tão grandiosa parecia então bastante intimidadora. E, dessa vez, ninguém menos que Albert de Munn a defendeu em nome de um catolicismo que, à época, havia enxergado a virtude de separar seu destino do de uma causa monarquista esvanecente. A Igreja estava começando a aprender uma lição, e o culto ao Sagrado Coração começou a adquirir um novo significado em resposta às mudanças em curso na situação social. Em 1899, um papa mais reformista dedicou o culto ao ideal de harmonia entre as raças, justiça social e conciliação[36].

Mas os deputados socialistas não se deixaram levar pelo que achavam ser manobras de cooptação. Eles insistiram na reivindicação da derrubada do odiado símbolo, embora a obra estivesse quase concluída e sua queda envolvesse a indenização de 8 milhões de subscritores ao custo considerável de 30 milhões de francos. No entanto, a maioria na Câmara dos Deputados apavorou-se com tal perspectiva, e a moção foi rejeitada por 322 a 196 – na última vez que a obra seria ameaçada mediante ação oficial. Com a conclusão do domo em 1899, a atenção voltou-se para a construção do campanário, finalmente concluído em 1912. Estava tudo pronto na primavera de 1914, e a consagração oficial foi marcada para 17 de outubro. Mas a guerra com a Alemanha interferiu nos acontecimentos

e a basílica só foi consagrada no final daquele conflito sangrento. Vitoriosa, a França – liderada pela brilhante oratória de Clemenceau – celebrou alegremente a consagração de um monumento concebido no decorrer de uma guerra perdida contra a Alemanha uma geração antes. gallia poenitens finalmente trouxe recompensas.

Figura 118: *Em torno de 1896, um affiche [cartaz] para o jornal La Lanterne mostra a Sacré-Cœur como um vampiro.*



Ecos tênues dessa história atormentadora ainda podem ser ouvidos. Em fevereiro de 1971, por exemplo, manifestantes perseguidos pela polícia se refugiaram na basílica. Firmemente entrincheirados ali, convocaram seus camaradas radicais a se unirem a eles na ocupação de uma igreja

"construída sobre os corpos de *communards* para apagar a memória da bandeira vermelha que durante tanto tempo pairou sobre Paris". O mito dos incendiários logo arrebentou suas antigas amarras e um pároco evidentemente apavorado chamou a polícia para impedir a conflagração. Os "vermelhos" foram expulsos da igreja em meio a cenas de grande-brutalidade. Em homenagem aos que perderam a vida na Comuna, o artista de intervenção Pignon-Ernest cobriu os degraus abaixo da basílica com mortalhas contendo imagens dos *communards* mortos no mês de maio. Assim, o centenário da Comuna de Paris foi celebrado naquele local. E, como uma coda para esse episódio, uma bomba explodiu na basílica em 1976, danificando consideravelmente um dos domos. Diz-se que nesse dia um visitante do cemitério do Père-Lachaise teria visto uma solitária rosa vermelha no túmulo de Auguste Blanqui.

Rohault de Fleury queria desesperadamente "colocar um berço onde [outros] haviam pensado em cavar um túmulo". Mas o visitante que olha para a estrutura da Sacré-Cœur, semelhante a um mausoléu, pode muito bem ponderar sobre o que está enterrado ali. O espírito de 1789? Os pecados da França? A aliança entre o catolicismo intransigente e o monarquismo reacionário? O sangue de mártires como Claude Lecomte e Clément Thomas? Ou o de Eugène Varlin e dos cerca de 20 mil *communards* cruelmente assassinados com ele?

A construção esconde seus segredos em um silêncio sepulcral. Só os vivos, cientes dessa história, que entendem os princípios dos que lutaram a favor da ornamentação daquele lugar, e também dos que lutaram contra ela, podem realmente desenterrar os mistérios ali sepultados e, assim, resgatar essa rica experiência do fúnebre silêncio da tumba, transformando-a no início ruidoso do berço.

Notas

[1] Emile Jonquet, *Montmartre autrefois et aujourd'hui* (Paris, Dumoulin, 1890), p. 54.

[2] Adrien Dansette, *Histoire religieuse de la France contemporaine* (Paris, Flammarion, 1965); Emile Jonquet, *Montmartre autrefois et aujourd'hui*, cit.

[3] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur* (Paris, F. Levé, 1903-1909). Contada em quatro volumes, essa história da construção da Sacré-Cœur é uma importante fonte de informações. Foi impressa e divulgada apenas no meio privado, e existem pouquíssimas cópias dela. A biblioteca da basílica tem todos os quatro volumes, e outros podem ser encontrados na Bibliothèque Nationale. Os dois volumes de *Le Sacré-Cœur de Montmartre* (Paris, Éditions Ouvrières, 1992), de Jacques Benoist, fazem uma compilação de documentos e comentários.

[4] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 1, p. 10-3.

[5] Idem.

[6] Henri Guillemin, *Cette curieuse guerre de 70: Thiers, Trochu, Bazaine* (Paris, Gallimard, 1956, Les Origines de la Commune, v. 1).

[7] Edith Thomas, *The Women Incendiaries*, cit.

[8] Prosper-Olivier Lissagaray, *Histoire de la Commune de 1871*, cit.

[9] Jean Bruhat, Jean Dautry e Émile Tersen, *La Commune de 1871* (Paris, Éditions Sociales, 1971), p. 75.

[10] Karl Marx e Vladimir Lenin, *The Civil War in France: the Paris Commune* (Nova York, International Publishers, 1968) [ed. bras.: *A guerra civil na França*, cit., p. 35]; Marcel Cerf, *Edouard Moreau: l'âme du Comité Central de la Commune* (Paris, Les Lettres Nouvelles, 1971).

[11] Louis Lazare, *La France et Paris*, cit.; Edmond de Goncourt, *Paris Under Siege*, cit.

[12] Jean Bruhat, Jean Dautry e Émile Tersen, *La Commune de 1871*, cit.; Stewart Edwards, *The Paris Commune* (Chicago, Quadrangle, 1971).

[13] Prosper-Olivier Lissagaray, *Histoire de la Commune de 1871*, cit., p. 75.

[14] Henri Guillemin, *L'avènement de M. Thiers, et Réflexions sur la Commune* (Paris, Gallimard, 1971); Jean Bruhat, Jean Dautry e Émile Tersen, *La Commune de 1871*, cit., p. 104-5; Robert Dreyfus, *Monsieur Thiers contre l'Empire: la guerre, la Commune* (Paris, Grasset, 1928), p. 266.

[15] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 1, p. 88, 264.

[16] Ibidem, p. 264.

[17] Os relatos da Comuna são numerosos e variados. Fiz uso extensivo de Jean Bruhat, Jean Dautry e Émile Tersen, *La Commune de 1871*, cit.; *Histoire de la Commune de 1871*, cit., de Prosper-Olivier Lissagaray, que foi um participante; Jacques Rougerie, *Procès des communards*, cit.; Frank Jellinek, *The Paris Commune of 1871* (Londres, Victor Gollancz, 1937); e Stewart Edwards, *The Paris Commune*, cit. O livro *Paris: ses organes, ses fonctions et sa vie dans la seconde moitié du XIXème siècle*, cit., de Maxime Du Camp, proporciona um relato extremamente tendencioso de uma perspectiva de direita, e *Les écrivains contre la Commune*, cit., de Paul Lidsky, reúne escritos do período hostil à Comuna. As consequências do evento e suas fotografias têm atraído interesse nos últimos anos; *La Commune: Paris 1871* (Paris, Nathan, 2000), de Bernard Noël, apresenta uma maravilhosa coleção de fotos, assim como *La Commune photographiée*, organizado por Quentin Bajac e pelo Musée d'Orsay (Paris, Réunion des Musées Nationaux, 2000). O mito das *pétroleuses* foi investigado a fundo por Edith Thomas em *The Women Incendiaries*, cit.; e *Procès des communards*, cit., de Jacques Rougerie, examina em detalhes os registros de todos os julgamentos das suspeitas para descobrir quais delas haviam de fato participado do movimento e que motivações tinham.

[18] Eugène Foulon, *Eugène Varlin*, cit.

[19] Audéoud está citado em Frank Jellinek, *The Paris Commune of 1871*, cit., p. 339. A seleção das anotações do diário de Goncourt durante o período da Comuna feita por George Becker em *Paris Under Siege*, cit., p. 28, apresenta essa citação como sendo de Goncourt.

[20] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 1, p. 13.

[21] Edmond de Goncourt, *Paris Under Siege*, cit., p. 312.

[22] Henri Guillemin, *L'avènement de M. Thiers, et Réflexions sur la Commune*, cit., p. 295-6; Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 2, p. 365.

[23] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 1, p. 27.

[24] Emile Jonquet, *Montmartre autrefois et aujourd'hui*, cit., p. 85-7.

[25] David Pinkney, *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, cit., p. 85-7; ver também Penelope Woolf, "Symbol of the Second Empire: Cultural Politics and the Paris Opera House", em Denis Cosgrove e Stephen Daniels (orgs.), *The Iconography of Landscape* (Cambridge, Cambridge University Press, 1988).

[26] Adrien Dansette, *Histoire religieuse de la France contemporaine*, cit., p. 340-5.

[27] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 1, p. 88.

[28] Idem.

[29] Paul Abadie, *Paul Abadie: Architecte, 1812-1884* (Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire/Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1988), p. 222-4.

[30] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 1, p. 244.

[31] Ibidem, p. 269.

[32] Adrien Dansette, *Histoire religieuse de la France contemporaine*, cit., p. 356-8; Clément Lepidis e Emmanuel Jacomin, *Belleville*, cit., p. 271-2.

[33] Ville de Paris, *Procès-verbaux* (Paris, Conseil Municipal, 3 de agosto, 7 de outubro e 2 de dezembro de 1880).

[34] Hubert Rohault de Fleury, *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*, cit., v. 2, p. 71-3.

[35] Ibidem, p. 71-6.

[36] Paul Lesourd, *Montmartre* (Paris, France-Empire, 1973), p. 224-5.

Bibliografia e crédito das ilustrações

ABADIE, Paul. *Paul Abadie, Architecte, 1812-1884*. Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire/ Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1988.

AGULHON, Maurice. *Marianne into Battle*: Republican Imagery and Symbolism in France, 1789-1880. Trad. Janet Lloyd. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

_____. *The Republican Experiment, 1848-1852*. Trad. Janet Lloyd. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1983.

ALLISON, John. *Monsieur Thiers*. Nova York, Norton, 1932.

ANDERSON, Robert. The Conflict in Education. In: ZELDIN, Theodore (org.). *Conflicts in French Society*. Londres, Allen & Unwin, 1970.

_____. *Education in France, 1848-1870*. Oxford, Clarendon, 1975.

AUDIGANNE, Amand. *Les ouvriers d'a présent et la nouvelle économie du travail*. Paris, E. Lacroix, 1865.

_____. *Les populations ouvrières et les industries de la France dans le mouvement social du XIXème siècle*. Paris, Capelle, 1854.

AUSPITZ, Katherine. *The Radical Bourgeoisie*: The Ligue de l'Enseignement and the Origins of the Third Republic. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

AUTIN, Jean. *Les frères Pereire*. Paris, Perrin, 1984.

BAGULEY, David. *Napoleon III and His Regime*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2000.

BAJAC, Quentin; MUSÉE d'Orsay. *La Commune Photographiée*. Paris, Réunion des Musées Nationaux, 2000.

BAKUNIN, Jack. *Pierre Leroux and the Birth of Democratic Socialism, 1797-1848*. Nova York, Revisionist Press, 1976.

BALZAC, Honoré de. *César Birotteau*. Trad. Robin Buss. Harmondsworth, Penguin, 1994.

_____. *Colonel Chabert*. Trad. Carol Cosman. Nova York, New Directions, 1997a.

_____. *La comédie humaine,* v. 1: *Études de mœurs, Scènes de la vie privée*. Org. Pierre-Georges Castex. Paris, Gallimard, 1976. Bibliotèque de la Pléiade, 26.

_____. *Cousin Bette*. Trad. Marion Crawford. Harmondsworth, Penguin, 1965.

_____. *Cousin Pons*. Trad. Herbert Hunt. Harmondsworth, Penguin, 1968.

_____. *Eugenie Grandet*. Trad. Marion Crawford. Harmondsworth, Penguin, 1955.

_____. *A Harlot High and Low*. Trad. Rayner Heppenstall. Harmondsworth, Penguin, 1970.

_____. *History of the Thirteen*. Trad. Herbert Hunt. Harmondsworth, Penguin, 1974.

_____. *Lost Illusions*. Trad. Herbert Hunt. Harmondsworth, Penguin, 1971.

_____. *Old Goriot*. Trad. Marion Crawford. Harmondsworth, Penguin, 1951.

_____. *The Old Maid*. Londres/Nova York, Chesterfield Society, [1901]. The Works of Honoré de Balzac, v. 14.

_____. *The Peasantry*. Londres/Nova York, Chesterfield Society, [1901]. The Works of Honoré de Bazac, v. 20.

_____. *The Physiology of Marriage*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1997b.

_____. *The Quest of the Absolute*. Trad. Ellen Marriage. Londres, Forgotten Books, 2013.

_____. *The Unknown Masterpiece*. Trad. Richard Howard. Nova York, New York Review Books, 2001.

_____. *The Wild Ass's Skin*. Trad. Herbert Hunt. Harmondsworth, Penguin, 1977.

BAUDELAIRE, Charles. *Art in Paris, 1845-1862*. Org. Jonathan Mayne. Londres, Phaidon, 1965.

_____. *Les fleurs du mal*. Trad. Richard Howard. Boston, D.R. Godine, 1983a.

_____. *Intimate Journals*. Trad. Cristopher Isherwood. São Francisco, City Lights, 1983b.

_____. *Paris Spleen*. Org. Louis Varese. Nova York, New Directions, 1947.

_____. *Selected Writings on Art and Artists*. Trad. Patrick Edward Charvet. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

BECHERER, Richard. *Science plus Sentiment*: Cesar Daly's Formula for Modern Architecture. Ann Arbor, UMI Research Press, 1984.

BEECHER, Jonathan. *Victor Considerant and the Rise and Fall of French Romantic Socialism*. Oakland, University of California Press, 2002.

BEECHER, Jonathan; BIENVENU, Richard (orgs.). Introduction. In: FOURIER, Charles. *The Utopian vision of Charles Fourier*: Selected Texts on Work, Love, and Passionate Attraction. Trad. Jonathan Beecher e Richard Bienvenu. Boston, Beacon, 1971.

BELLET, Roger. *Presse et journalisme sous le Second Empire*. Paris, Armand Colin, 1967.

BENJAMIN, Walter. *The Arcades Project*. Trad. Howard Eiland e Kevin McLaughlin. Cambridge, Belknap, 1999.

_____. *Charles Baudelaire*: A Lyric Poet in the Era of High Capitalism. Trad. Harry Zohn. Londres, NLB, 1973.

_____. *Illuminations*. Trad. Harry Zohn. Nova York, Harcourt, Brace & World, 1968.

BENOIST, Jacques. *Le Sacré-Cœur de Montmartre*. Paris, Éditions Ouvrières, 1992. 2 v.

BERLANSTEIN, Lenard. Growing Up as Workers in Nineteenth-Century Paris: the Case of Orphans of the Prince Imperial. *French*

Historical Studies. Durham, Duke University Press, v. 11, n. 4, 1980. p. 551-76.

BERMAN, Marshall. *All That is Solid Melts into Air*. Nova York, Simon and Schuster, 1982.

BERNARD, Jean-Pierre. *Les deux Paris*: les représentations de Paris dans le second moitié du XIXème siècle. Seyssel, Champ Vallon, 2001.

BERTHIER, Philippe. *La vie quotidienne dans* La Comédie Humaine *de Balzac*. Paris, Hachette, 1998.

BIDDISS, Michael. *Father of Racist Ideology*: the Social and Political Thought of Count Gobineau. Nova York, Weybright and Talley, 1970.

BOUSSARD, Jacques. *Atlas historique et culturel de la France*. Paris, Elsevier, 1957.

BOUVIER, Jean. *Les Rothschild*. Paris, A. Faynard, 1967.

BOWIE, Karen (org.). *La modernité avant Haussmann*: formes de l'espace urbain à Paris, 1801-1853. Paris, Éditions Recherches, 2001.

BOYER, Christine. *The City of Collective Memory*: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments. Cambridge, MIT Press, 1994.

BRAUDEL, Fernand; LABROUSSE, Ernest (orgs.). *Histoire économique et sociale de la France*, v. 3: *L'avènement de l'ère industrielle (1789-années 1880)*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

BRUHAT, Jean; DAUTRY, Jean; TERSEN, Émile. *La Commune de 1871*. Paris, Éditions Sociales, 1971.

CANFORA- ARGANDOÑA, Elsie; GUERRAND, Roher-Henri. *La répartition* de *la population*: les conditions de logement des classes ouvrières à Paris au XIXe siècle. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1976.

CARO, Robert A. *The Power Broker*: Robert Moses and the Fall of New York. Nova York, Knopf, 1974.

CASSELLE, Pierre. Commission des embellissements de Paris: rapport à l'empereur Napoleon III rédigé par le Comte Henri Simeon. *Cahiers de la Rotonde*. Paris, n. 23, 2000.

CASTELLS, Manuel. *The City and the Grassroots*. Oakland, University of California Press, 1983.

CERF, Marcel. *Edouard Moreau*: l'âme du Comité Central de la Commune. Paris, Les Lettres Nouvelles, 1971.

CHARDAK, Henriette. *Elisée Reclus*: une vie. Paris, Stock, 1997

CHARLETY, Sebastien. *Histoire du saint-simonisme (1825-1864)*. Paris, P. Hartmann, 1931.

CHARLTON, Donald. *Positivist Thought in France during the Second Empire, 1852-1870*. Oxford, Clarendon, 1959.

CHEVALIER, Louis. *La formation de la population parisienne au XIXème siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.

_____. *Laboring Classes and Dangerous Classes in Paris during the First Half of the Nineteenth Century*. Trad. Frank Jeellinek. Nova York, Howard Fertig, 1973a.

CLARK, T. J. *The Absolute Bourgeois*: Artists and Politics in France, 1848-1851. Londres, Thames & Hudson, 1973b.

_____. *Image of the People*: Gustave Courbet and the 1848 Revolution. Londres, Thames & Hudson, 1973c.

_____. *The Painting of Modern Life*: Paris in the Art of Manet and His Followers. Londres, Thames and Hudson, 1984.

CLOUT, Hugh. *Themes in the Historical Geography of France*. Londres, Academic Press, 1977.

COBB, Richard. *A Sense of Place*. Londres, Duckworth, 1975.

COCHIN, Augustin. *Paris*: sa population, son industrie. Paris, Auguste Durand, 1864.

COMMISSION DES LOGEMENTS INSALUBRES DE PARIS. *Rapport générale sur les travaux de la commission pendant les années 1862-1865*. Paris, s.n., 1866.

COPPING, Edward. *Aspects of Paris*. Londres, Brown, Green, Longmans, & Roberts, 1858.

CORBIN, Alain. *Les filles de noce*: misère sexuelle et prostitution aux 19ème et 20ème siècles. Paris, Aubier Montaigne, 1978.

CORBON, Anthime, *La secret du peuple de Paris*. Paris, Pagnerre, 1863.

CORCORAN, Paul. *Before Marx*: Socialism and Communism in France, 1830-48. Londres, Macmillan, 1983.

COTTEREAU, Alain. Denis Poulot's *Le Sublime* – a Preliminary Study. In: RIFKIN, Adrian; THOMAS, Roger (orgs.). *Voices of the People*: the

Politics and Life of "La Sociale" at the End of the Second Empire. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1988.

_____. Étude préalable. In: POULOT, Denis. *Le Sublime.* Paris, Maspero, 1980.

DALOTEL, Alain. *Paule Minck*: communarde et féministe. Paris, Syros, 1981.

DALOTEL, Alain; FAURE, Alain; FREIRMUTH, Jean-Claude. *Aux origines de la Commune*: le movement des réunions publiques à Paris, 1868-1870. Paris, Maspero, 1980

DANSETTE, Adrien. *Histoire religieuse de la France contemporaine*. Paris, Flammarion, 1965.

DARGAN, Joan. *Balzac and the Drama of Perspective*. Lexington, French Forum, 1985.

DAUMARD, Adeline. (org.). *Les fortunes françaises au XIXème siècle*. Paris, Mouton, 1973.

_____. *Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXème siècle, 1809-1880*. Paris, Éditions Cujas, 1965.

DAUMAS, Maurice; PAYEN, Jacques (orgs.). *Évolution de la geographie industrielle de Paris et sa proche banlieue au XIXe siècle*. Paris, Conservatoire des Arts et Métiers/École des Hautes Études en Sciences Sociales. 2 v.

DAUTRY, Jean, *1848 et la IIème République*. Paris, Éditions Sociales, 1977.

DELACROIX, Eugène. *The Journal of Eugene Delacroix*: a Selection. Trad. Lucy Norton. Org. Hubert Wellington. Ithaca, Cornell University Press, 1980.

DELATTRE, Simone. *Les douze heures noires*: la nuit à Paris au XIXème siècle. Paris, Albin Michel, 2000.

DES CARS, Jean; PINON, Pierre (orgs.). *Paris-Haussmann*: le pari Haussmann. Paris, Picard, 1991.

DE THÈZY, Marie. *Marville*. Paris, Hazan, 1994.

D'HERICOURT, Jenny. *La femme affranchi*: réponse à MM. Michelet, Proudhon, É. de Girardin, A. Comte et aux autres novateurs modernes. Paris, Flammarion, 1860.

DOMMANGET, Maurice. *Blanqui*. Paris, EDI, 1970.

_____. *Blanqui et l'opposition révolutionnaire à la fin du Second Empire*. Paris, A. Colin, 1969.

_____. *Les idées politiques et socials d'Auguste Blanqui*. Paris, M. Rivière, 1957.

DONZELOT, Jacques. *La police des familles*. Paris, Éditions de Minuit, 1977.

DREYFUS, Robert. *Monsieur Thiers contre l'Empire*: la guerre et la Commune. Paris, Grasset, 1928.

DU CAMP, Maxime. *Les convulsions de Paris*. Paris, Hachette, 1878-1880. 4 v.

_____. *Paris*: ses organes, ses fonctions et sa vie dans la seconde moitié du XIXème siècle. Paris, Hachette, 1875. 6 v.

DUCHÊNE, Georges, *L'empire industriel*. Paris, Librairie Centrale, 1869.

DUNBAR, Gary. *Elisée Reclus, Historian of Nature*. Hamden, Archon, 1978.

DUPONT-FERRIER, Pierre. *Le marché financier de Paris sous le Second Empire*. Paris, Félix Alcan, 1925.

DURKHEIM, Émile. *Socialism and Saint-Simon.* Trad. Charlotte Sattler. Yellow Springs, Routledge, 1958.

DUVEAU, Georges. *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*. Paris, Gallimard, 1946.

EDWARDS, Stewart. *The Paris Commune*. Chicago, Quadrangle, 1971.

ELLINGSON, Ter. *The Myth of the Noble Savage*. Oakland, University of California Press, 2001.

ENGELS, Friedrich. *The Housing Question*. Nova York, International Publishers, 1935.

FARRANT, Tim. Du livre illustré à la ville-spectacle. In: BOWIE, Karen (org.). *La modernité avant Haussmann*: formes de l'espace urbain à Paris, 1801-1853. Paris, Éditions Recherches, 2001.

FAY-SALLOIS, Fanny. *Les nourrices à Paris au XIXème Siècle.* Paris, Payot, 1980.

FERGUSON, Priscilla, *Paris as Revolution*: Writing the 19th Century City. Oakland, University of California Press, 1994.

FERRY, Jules. *Comptes fantastiques d'Haussmann*. Paris, Armand Le Chevalier, 1868.

FLAUBERT, Gustave. *Bouvard and Pécuchet*. Trad. A. J. Krailsheimer. Harmondsworth, Penguin, 1976.

_____. *Flaubert in Egypt – A Sensibility on Tour*: A Narrative Drawn from Gustave Flaubert's Letters, 1857- -1880. Trad. e org. Francis Sttegmuller. Cambridge, Belknap, 1982.

_____. *The Letters of Gustave Flaubert, 1830-1857*. Trad. e org. Francis Steegmuller. Cambridge, Belknap, 1979b.

_____. *Sentimental Education*. Trad. Robert Baldick. Harmondsworth, Penguin, 1964.

_____. *Travel Notes & Letters*. Trad. e org. Francis Steegmuller. Chicago, Academy Chicago, 1979a.

FLAUS, Lucien. Les fluctuations de la construction d'habitations urbaines. *Journal de la Société de Statistique de Paris*. Paris, v. 90, maio-jun. 1949.

FORTESCUE, William. *Alphonse de Lamartine*: A Political Biography. Londres/Nova York, Croom Helm/St. Martin's Press, 1983.

FOUCAULT, Michel. *The Foucault Reader*. Org. Paul Rabinow. Harmondsworth, Penguin, 1984.

FOULON, Maurice. *Eugène Varlin*: relieur et membre de la Commune. Clermont-Ferant, Éditions Mont-Louis, 1934.

FOURIER, Charles. *The Theory of the Four Movements*. Org. Gareth Stedman Jones e Ian Patterson. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

_____. *The Utopian Vision of Charles Fourier*: Selected Texts. Trad. e org. Jonathan Beecher e Richard Bienvenu. Boston, Beacon, 1971.

FOURNEL, Victor. *Ce qu'on voit dans les rues de Paris*. Paris, A. Delahays, 1858.

_____. *Paris nouveau et Paris future*. Paris, Jacques Lecoffre, 1865.

FOX, Robert; WEISZ, George. *The Organisation of Science and Technology in France, 1808-1914.* Cambridge/Paris, Cambridge University Press/ Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980.

FRIBOURG, Ernest. *Du paupérisme parisien*. Paris, Germer Baillière, 1872.

FRIED, Marc. Grieving for a Lost Home. In: DUHL, Leonard (org.). *The Urban Condition*: People and Policy in the Metropolis. Nova York, Basic Books, 1963

FRIED, Michael. Manet's Sources: Aspects of His Art, 1859-65. *Artforum*. Nova York, n. 7, 1969. p. 1-82.

GAILLARD, Jeanne. *Paris, la ville, 1852-1870*: l'urbanisme parisien à l'heure d'Haussman[n]: des provinciaux aux parisiens: la vocation ou les vocations parisiennes. Paris, H. Champion, 1977.

GANDY, Matthew. The Paris Sewers and the Rationalization of Urban Space. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Royal Geographical Society. Hoboken, Wiley-Blackwell, n. 24, 1999. p. 23-44.

GIEDLION, Sigfried. *Space, Time, Architecture*. Cambridge, Harvard University Press, 1941.

GILDEA, Robert. *Education in Provincial France, 1800-1914*: a Study of Three Departments. Oxford, Clarendon/Oxford University Press, 1983.

GIRARD, Louis. *Nouvelle histoire de Paris*: la deuxième République et le Second Empire. Paris, Hachette, 1981.

_____. *La politique des travaux publics sous le Second Empire*. Paris, Armand Colin, 1952.

GLACKEN, Clarence, *Traces on the Rhodian Shore*. Oakland, University of California Press, 1967.

GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris, Librairie de Firmin Didot, 1853-1855.

GONCOURT, Edmond de. *Paris Under Siege, 1870-1871*: From the Goncourt Journal. Org. George Becker. Ithaca, Cornell University Press, 1969.

GOSSEZ, Remi. *Les ouvrieres de Paris*: l'organisation, 1858-51. Paris, Imprimerie Centrale de l'Ouest, 1967.

GOSSMAN, Lionel. The Go-between: Jules Michelet, 1798-1874. *Modern Language Notes (*MLN*)*, Baltimore, John Hopkins University Press, n. 89, maio 1974, p. 503-41.

GOUBERT, Jean-Pierre. *The Conquest of Water*: the Advent of Health in the Industrial Age. Cambridge, Polity, 1986.

GOULD, Roger. *Insurgent Identities*: Class, Community and Protest in Paris from 1848 to the Commune. Chicago, University of Chicago Press, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Trad. Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Londres, Lawrence & Wishart, 1971.

GREEN, Frederick. *A Comparative View of French and British Civilization, 1850-1870.* Londres, J. M. Dent, 1965.

GREEN, Nicholas. *The Spectacle of Nature*: Landscape and Bourgeois Culture in Nineteenth-Century France. Manchester, Manchester University Press, 1990.

GREENBERG, Louis. *Sisters of Liberty*: Marseille, Lyon, Paris, and the Relation to a Centralized State, 1868- -1871. Cambridge, Harvard University Press, 1971.

GUEDALLA, Phillipe. *The Second Empire*. Nova York, s.n., 1922.

GUERRAND, Roger, *Les origines du logement social en France*. Paris, Éditions Ouvrières, 1966.

HAINE, W. Scott. *The World of the Paris Café*: Sociability among the French Working Class, 1789-1914. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *Les expropriations et le prix de terrain à Paris, 1860-1900*. Paris, E. Cornély, 1909.

_____. *La population et les tracés des voies à Paris depuis un siècle.* Paris, Les Presses Universitaires de France, 1928.

HAMBOURG, Maria Moris. Charles Marville's Old Paris. In: *Charles Marville*: Photographs of Paris at the Time of the Second Empire on Loan from the Musée Carnavalet. Paris/Nova York, French Institute/Alliance Française, 1981.

HANAGAN, Michael. *The Logic of Solidarity*. Illinois, University of Illinois Press, 1980.

_____. Urbanization, Worker Settlement Patterns, and Social Protest in Nineteenth Century France. In: MERRIMAN, John, (org.). *French Cities in the Nineteenth Century*. Londres, Hutchinson, 1982.

HARSIN, Jill. *Barricades*: The War of the Streets in Revolutionary Paris, 1830-1848. Nova York, Palgrave Macmillan, 2002.

_____. *Policing Prostitution in Nineteenth Century Paris*. Princeton, Princeton University Press, 1985.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Blackwell, 1989.

_____. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford, Wiley, 1996.

_____. *The Limits to Capital*. Oxford, Blackwell, 1982.

HAUSSMANN, Georges-Eugène. *Mémoirs du Baron Haussmann*. Paris, Victor-Havard, 1890-1893. 2 v.

_____. *Le Paris du Baron Haussmann*: Paris sous le Second Empire. Org. Patrice Moncan e Christian Mahout. Paris, Seesam-RCI, 1991.

HAZAREESINGH, Sudhir. *From Subject to Citizen*: The Second Empire and the Emergence of Modern French Democracy. Princeton, Princeton Universituy Press, 1998

HELLERSTEIN, Erna. French Women and the Orderly Household. *Western Society for French History.* n. 3, 1976. p. 378-89.

HERSHBERG, Theodore. *Philadelphia*: Work, Space, Family, and the Group Experience in the Nineteenth Century. Oxford, Oxford University Press, 1981.

HERTZ, Neil. *The End of the Line*: Essays on Psychoanalysis and the Sublime. Nova York, Columbia University Press, 1985.

_____. Medusa's Head: Male Hysteria under Political Pressure. *Representations.* Oakland, University of California Press, n. 4, 1983. p. 37-54.

HILL, Cristopher. *The World Turned Upside Down*. Harmondsworth, Penguin, 1975.

HITZMAN, A. Rome Is to Carthage as Male Is to Female: Michelet, Berlioz, Flaubert and the Myths of the Second Empire. *Western Society for French History*. n. 8, 1981. p. 378-80.

HUGO, Victor. *Les misérables*. Trad. Norman Denny. Harmondsworth, Penguin, 1976.

HUTTON, Patrick. *The Cult of the Revolutionary Tradition*: The Blanquists in French Politics, 1864-1893. Oakland, University of California Press, 1981.

HYAMS, Edwards. *Pierre-Joseph Proudhon*: His Revolutionary Life, Mind, and Works. Londres, John Murray, 1979.

IONESCU, Ghiță. *The Political Thought of Saint-Simon*. Trad. e org. Ghiță Ionescu. Oxford, Oxford University Press, 1976.

JAMESON, Fredric. Fredric Jameson on *La Cousine Bette*. In: TILBY, Michael (org.). *Balzac.* Londres, Longman, 1995.

_____. *The Political Unconscious*. Nova York, Cornell University Press, 1982.

JANIS, Eugenia Parry. Demolition Picturesque: Photographs of Paris in 1852 and 1853 by Henri Le Secq. In: WALCH, Peter; BARROW, Thomas (orgs.), *Perspectives on Photography*: Essays in Honor of Beaumont Newhall. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1986.

JELLINEK, Frank. *The Paris Commune of 1871*. Londres, Victor Gollancz, 1937.

JOHNSON, Cristopher. *Utopian Communism in France*: Cabet and the Icarians, 1839-1851. Ithaca, Cornell University Press, 1974.

JONQUET, Émile. *Montmartre autrefois et aujourd'hui*: édition illustrée, etc. Paris, Dumoulin, 1890.

KANTOROWICZ, Ernst. *The King's Two Bodies*. Princeton, Princeton University Press, 1957.

KELSO, Maxwell. The French Labor Movement during the Last Years of the Second Empire. In: MCKAY, Donald (org.). *Essays in the History of Modern Europe*. Nova York, Harper & Bross, 1936.

KEMPLE, Thomas. *Reading Marx Writing*: Melodrama, the Market and the "Grundrisse". Stanford, Stanford University Press, 1995.

KLEIN, Richard. Some Notes on Baudelaire and Revolution. *Yale French Studies*. New Haven, Yale University Press, n. 39, 1967. p. 85-97.

KULSTEIN, David. *Napoleon III and the Working Class*. Sacramento, California State Colleges, 1969.

LAMEYRE, Gérard-Nöel. *Haussmann, "préfet de Paris"*. Paris, Flammarion, 1958.

LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme à Paris*. Paris, Hachette, 1975.

LAZARE, Louis. *La France et Paris.* Paris, Bureau de la Bibliothèque Municipale, 1872.

_____. *Les quartiers pauvres de Paris.* Paris, Bureau de la Bibliothèque Municipale, 1869.

_____. *Les quartier pauvres de Paris*: le XXème arrondissement. Paris, Bureau de la Bibliothèque Municipale, 1870.

LEFEBVRE, Henri. *La proclamation de la Commune*. Paris, Gallimard, 1967.

_____. *La production de l'espace*. Paris, Anthropos, 1974.

_____. *The Survival of Capitalism*: reproduction of the relations of production. Trad. Frank Bryant. Londres, Allison & Busby, 1976.

LEJEUNE, Philippe. *Eugène Varlin*: pratique militante et écrits d'un ouvrier communard. Paris, Maspero, 1977.

LEJEUNE, Philippe; LEJEUNE, Michel. *Calicot*: Xavier-Edouard Lejeune. Paris, Montalba, 1984.

LEON, Pierre. La conquête de l'espace nationale. In: BRAUDEL, Fernand e LABROUSE, Ernest (org.). *Histoire économique et sociale de la France,* v. 3: *L'avènement de l'ère industrielle (1789-années 1880)*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

LEPIDIS, Clément; JACOMIN, Emmanuel. *Belleville*. Paris, H. Veyrier, 1975.

LEROY-BEAULIEU, Paul. *De l'état moral et intellectual des populations ouvrières et son influence sur le taux de salariés*. Paris, Guillaumin, 1868.

LESCURE, Michel. *Les sociétés immobilières en France au XIXème siècle.* Paris, Université de Paris I Panthéon Sorbonne, 1980.

LESOURD, Paul. *Montmartre*. Paris, France-Empire, 1973.

LÉVY-LEBOYER, Maurice, Le crédit et la monnaie: l'évolution institutionelle. In: BRAUDEL, Fernand; LABROUSSE, Ernest (orgs.). *Histoire économique et sociale de la France,* v. 3: *L'avènement de l'ère industrielle (1789-années 1880).* Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

LE PLAY, Frédéric. *Ouvriers de deux mondes*. Paris, A. Colin, 1983.

_____. *Les ouvriers européens*. Paris, Tours, A. Mame et fils, 1878. 6 v.

LIDSKY, Paul. *Les écrivains contre la Commune*. Paris, Maspero, 1970.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *Histoire de la Commune*. Paris, Maspero, 1976.

LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge, MIT Press, 1964.

MARCHAND, Bernard. *Paris*: histoire d'une ville. Paris, Seuil, 1993.

MARCUS, Sharon. *Apartment Stories*: City and Home in Nineteenth Century Paris and London. Oakland, University of California Press, 1999.

MARGADANT, Ted. Proto-urban Development and Political Mobilization during the Second Republic. In: MERRIMAN, John (org.). *French Cities in the Nineteenth Century*. Londres, Hutchinson, 1982.

MARREY, Bernard. Les réalisations des utopistes dans les travaux publics et l'architecture: 1840-1848. In: SOCIETÉ d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle e BARTIER, John (orgs.). *1848*: Les utopismes sociaux. Paris, Sedes-CDU, 1981.

MARX, Karl. *Capital*: a Critique of Political Economy. Nova York, International Publishers, 1967. 3 v.

_____. *Class Struggles in France, 1848-1850*. Nova York, International Publishers, 1964.

_____. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Nova York, International Publishers, 1963.

_____. *Grundrisse*: Foundations of the Critique of Political Economy. Harmondsworth, Penguin, 1973.

_____. *Theories of Surplus Value*. Londres, Lawrence & Wishart, 1972. 3 v.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto of the Communist Party*. Moscou, Progress, 1952.

MARX, Karl; LENIN, Vladmir. *The Civil War in France*: The Paris Commune. Nova York, International Publishers, 1968.

MARX, Leo, *The Machine in the Garden*: Technology and the Pastoral Ideal in America. Oxford, Oxford University Press, 1964.

MASSA-GILLE, Geneviève. *Histoire des emprunts de la Ville de Paris, 1814-1875*. Paris, Commission des Travaux Historiques, 1973.

MCBRIDE, Theresa. *The Domestic Revolution*: the Modernisation of Household Service in England and France, 1820-1920. Nova York, Holmes & Meier, 1976.

_____. A Woman's World: Department Stores and the Evolution of Women's Employment, 1870-1920. *French Historical Studies*. Durham, Duke University Press, v. 10, n. 4, 1978. p. 664-83.

MCKAY, Donald. *The National Workshops*: A Study in the French Revolution of 1848. Cambridge, Harvard University Press, 1933.

MCLAREN, Angus. Abortion in France: Women and the Regulation of Family Size, 1800-1914. *French Historical Studies*. Durham, Duke University Press, v. 10, n. 3, 1978. p. 461-485,

MEYNADIER, Hippolyte. *Paris sous le point de vue pittoresque et monumental*. Paris, Dauvin et Fontaine, 1843.

MICHEL, Louise. *The Red Virgin*: Memoirs of Louise Michel. Trad. Bullitt Lowry e Elisabeth Gunter. Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1981.

MICHELET, Jules. *La Femme*. Paris, Flammarion, 1981.

_____. *The People*. Trad. John McKay. Urbana, University of Illinois Press, 1973.

MILLER, Michael. *The Bon Marché*: Bourgeois Culture and the Department Store, 1869-1920. Princeton, Princeton University Press, 1981.

MOILIN, Tony. *Paris en l'an 2000*. Paris, Librairie de la Renaissance, 1869.

MOLOTCH, Harvey. The City as a Growth Machine: Towards a Political Economy of Place. *American Journal of Sociology*. Chicago, University of Chicago Press, v. 82, n. 2, set. 1976. p. 309-32,

MOON, Joan. The Saint-Simonian Association of Working Class Women, 1830-1850. *Western Society for French History.* n. 5, 1975. p. 274-80.

MORET, Frédéric. Penser la ville en fourieriste: les projets pour Paris de Perreymond. In: BOWIE, Karen (org.). *La modernité avant Haussmann*: formes de l'espace urbain à Paris, 1801-1853. Paris, Éditions Recherches, 2001.

MOSES, Claire. *French Feminism in the Nineteenth Century*. Albany, State University of New York Press, 1984.

MOSES, Robert. What Happened to Haussmann. *Architectural Forum*: *The Magazine of Building*. Boston, n. 77, jul. 1942. p. 1-10.

MOSS, Bernard. *The Origins of the French Labor Movement, 1830-1914*. Oakland, University of California Press, 1976.

NADAUD, Martin. *Mémoires de Léonard, ancien garçon macon*. Bourganeuf, A. Duboueix, 1895.

NOEL, Bernard. *La Commune*: Paris 1871. Paris, Nathan, 2000.

PAPAYANIS, Nicholas. L'émergence de l'urbanisme moderne à Paris. In: BOWIE, Karen (org.). *La modernité avant Haussmann*: formes de l'espace urbain à Paris, 1801-1853. Paris, Éditions Recherches, 2001.

PARIS-GUIDE (1867). Paris, La Découverte/Maspero, 1983.

PAYNE, Howard. *The Police State of Louis Napoleon Bonaparte*. Seattle, University of Washington Press, 1966.

PINKNEY, David. Migrations to Paris during the Second Empire. *Journal of Modern History*. Chicago, University of Chicago Press, n. 25, 1953, p. 1-12.

_____. *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*. Princeton, Princeton University Press, 1958.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles. *The Second Industrial Divide*: Possibilities for Prosperity. Nova York, Basic Books, 1984.

PLESSIS, Alain. *La banque de France et ses deux cents actionnaires sous le Second Empire*. Genebra, Droz, 1982.

_____. *De la fête impériale au mur des fédérés, 1852-1871*. Paris, Seuil, 1973.

POLLOCK, Griselda. *Vision and Difference*: Femininity, Feminism and the Histories of Art. Londres, Routledge, 1988.

POULET, Georges. *The Interior Distance*. Trad. Elliot Coleman. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1959.

POULOT, Denis. *Le sublime*. Paris, Maspero, 1980.

PRAWER, S. S. *Karl Marx and World Literature*. Oxford, Oxford University Press, 1978.

PRENDERSGAST, Christopher. *Paris and the Nineteenth Century*. Oxford, Blackwell, 1992.

PRICE, Roger. *An economic history of modern France, 1730-1914*. Nova York, St. Martin's Press, 1981.

_____. *The Economic Modernisation of France*. Londres, Croom Helm, 1975.

_____. *The Modernization of Rural France*. Londres, Hutchinson, 1983.

PROCÈS-VERBAUX de la commission ouvrière de 1867. Paris, s.n., 1867.

RABINOW, Paul. *French Modern*: Norms and Forms of the Social Environment. Cambridge, MIT Press, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. Good Times or Pleasure at the Barriers. In: RIFKIN, Adrian; THOMAS, Roger (orgs.). *Voices of the People*: The Politics and Life of "La Sociale" at the End of the Second Empire. Londres/Nova York, Routledge/Kegan Paul, 1988.

_____. *The Nights of Labor*: The Workers' Dream in Nineteenth Century France. Trad. John Drury. Filadélfia, Temple University Press, 1989.

RANCIÈRE, Jacques; VAUDAY, Patrick. Going to the Expo: The Worker, His Wife and Machines. In: RIFKIN, Adrian; THOMAS, Roger (orgs.). *Voices of the People*: The Politics and Life of "La Sociale" at the End of the Second Empire. Londres/Nova York, Routledge/Kegan Paul, 1988.

REFF, Theodore (org.). *Manet and Modern Paris*. Washington, National Gallery of Art, 1982.

RETEL, Jacques. *Éléments pour une histoire du peuple de Paris au 19e siècle*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1977.

REYBAUD, Louis. Les agitations ouvrières et l'Association Internationale. *Revue des Deux Mondes*. Paris, n. 81, jun. 1869. p. 871-902.

RIFKIN, Adrian. Cultural Movements and the Paris Commune. *Art History*. Londres, Association of Art Historians, n. 2, 1979. p. 210-22.

RIFKIN, Adrian; THOMAS, Roger (orgs.). *Voices of the People*: The Politics and Life of "La Sociale" at the End of the Second Empire. Londres/Nova York, Routledge/Kegan Paul, 1988.

ROBB, Graham. *Balzac*: A Biography. Londres, Picador, 2000.

ROHAULT DE FLEURY, Hubert. *Historique de la Basilique du Sacré-Cœur*. Edição Limitada. Paris, F. Levé, 1903-1909. 4 v.

RONCAYALO, Marcel. *Lectures de ville*: formes et temps. Marselha, Parenthèses, 2002.

ROSE, Robert. *Gracchus Babeuf*: The First Revolutionary Communist. Stanford, Stanford University Press, 1978.

ROSSI, Aldo. *The Architecture of the City*. Cambridge, MIT Press, 1982.

ROUGERIE, Jacques. *Procès des communards*. Paris, Julliard, 1965.

_____. Remarques sur l'histoire des salaires à Paris au dix-neuvième siècle. *Le Mouvement Sociale*. Paris, Les Éditions Ouvrières, n. 63, 1968a. p. 71-108.

_____. Les sections françaises de l'Association Internationale de Travailleurs. *Colloques internationales du CNRS*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1968b.

_____. *Paris libre, 1871*. Paris, Seuil, 1971.

RUBIN, James Henry. *Realism and Social Vision in Courbet and Proudhon*. Princeton, Princeton University Press, 1980.

SAID, Edward. *Orientalism*. Nova York, Vintage Books, 1979.

SAINT-SIMON, Henri. *Selected Writings*. Trad. e org. Felix Markham. Oxford, Blackwell, 1952.

_____. *Selected Writings on Science, Industry and Social Organisation*. Org. Keith Taylor. Londres, Holmes & Meier, 1975.

SAISSELIN, Rémy. *The Bourgeois and the Bibelot*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1984.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The Railway Journey*: The Industrialization of Time and Space in the Nineteenth Century. Oakland, University of California Press, 1977.

SCHORSKE, Carl E., *Fin-de-Siècle Vienna*: Politics and Culture. Nova York, Vintage, 1981.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak*: Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven, Yale University Press, 1985.

SENNETT, Richard. *The Fall of Public Man*: The Social Psychology of Capitalism. Nova York, Vintage, 1978.

_____. *The Uses of Disorder*: Personal Identity and City Life. Nova York, Knopf, 1970.

SEWELL, William. *Work and Revolution in France*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

SIMMEL, Georg. The Metropolis and Mental Live. In: *On Individuality and Social Forms*. Org. Donald Levine. Chicago, University of Chicago Press, 1971.

_____. *The Philosophy of Money.* Trad. Tom Bottomore e David Frisby. Londres/Boston, Routledge/Kegan Paul, 1978.

SIMON, Jules. *L'ouvrière*. Paris, Hachette, 1861.

SMITH, William. *Napoleon III*: the Pursuit of Prestige. Londres, Collins & Brown, 1991.

SOCIETÉ d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle e BARTIER, John (orgs.). *1848*: Les utopismes sociaux. Paris, Sedes-CDU, 1981.

STEEGMULLER, Francis. *Flaubert and Madame Bovary*: A Double Portrait. Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 1950.

STIERLE, Karlheinz. *La capitale des signes*: Paris et son discours. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2001.

SUTCLIFFE, Anthony. *The Autumn of Central Paris*. Londres, Edward Arnold, 1970.

ST. JOHN, Bayle. *Purple Tints of Paris*. Londres, Riker, Thorne and Co., 1854.

TAYLOR, Keith. Introduction. In: SAINT-SIMON, Henri. *Selected Writings on Science, Industry and Social Organization.* Org. Keith Taylor. Londres, Holmes & Meier, 1975.

TCHERNOFF, Iouda. *Le parti républicain au coup d'état sous le Second Empire d'asprés des documents et des souvenirs inédits*. Paris, Pedone, 1906.

THOMAS, Albert. *Le Second Empire, 1852-1870*. Paris, J. Rouff et Cie., [1907].

THOMAS, Edith. *Rossell*, *1844-1871*. Paris, Gallimard, 1967.

_____. *The Women Incendiaries*. Trad. James Atkinson e Star Atkinson. Nova York, George Braziller, 1966.

TILLY, Louise; SCOTT, Joan. *Women, Work, and Family*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1978.

TRISTAN, Flora. *The London Journal of Flora Tristan 1842, or, The aristocracy and the working class of England*. Trad. Jean Hawkes. Londres, Virago, 1982.

_____. *L'union ouvrière*. Paris, Prévôt, 1843.

TRUESDELL, Matthew. *Spectacular Politics*: Louis-Napoleon Bonaparte and the *Fête Impériale*, 1849-1870. Oxford, Oxford University Press, 1997.

TUDESQ, André-Jean. La crise de 1847, vue par les milieux d'affaires parisiens. *Études de la Société d'Histoire de la Révolution de 1848*. n. 19, 1956. p. 4-36.

VALETTE, Jacques. Utopie Sociale et Utopistes Sociaux en France vers 1848. In: SOCIETÉ d'Histoire de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle e BARTIER, John (orgs.). *1848*: Les utopismes sociaux. Paris, Sedes-CDU, 1981.

VANIER, Henriette. *La mode et ses métiers*: frivolités et luttes des classes, 1830-1870. Paris, Armand Colin, 1960.

VIDLER, Anthony. The Scenes of the Street: Transformations in Ideal and Reality, 1750-1871. In: ANDERSON, Stanford (org.). *On Streets*. Cambridge, MIT Press, 1978.

VILLE de Paris, *Procès-verbaux*. Paris, Conseil Municipal, 3 de agosto, 7 de outubro e 2 de dezembro de 1880.

VINCENT, K. Stephen. *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism*. Oxford, s.n, 1984.

WEEKS, Willet. *The Man Who Made Paris Paris*: The Illustrated Biography of Georges-Eugene Haussmann. Londres, London House, 1999.

WEISZ, George. *The Emergence of Modern Universities in France, 1863-1914*. Princeton, Princeton University Press, 1983.

WILLIAMS, Roger Lawrence. *The world of Napoleon III 1851-1870*. Nova York, Free Press, 1965.

WILSON, Elizabeth. "The Invisible *Flâneur*". *New Left Review*, Londres, I/191, jan.-fev. 1992.

WOHLFARTH, Irving. "*Perte d'Auréole*: the Emergence of the Dandy". *Modern Language Notes (MLN)*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, v. 85, n. 4, maio 1970.

WOOLF, Penelope. Symbol of the Second Empire: Cultural Politics and the Paris Opera House. In: COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen

(orgs.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

ZELDIN, Theodore. *Émile Ollivier and the Liberal Empire of Napoleon III*. Oxford, Clarendon, 1963.

_____. *France, 1848-1945*, v. 1: *Ambition, Love and Politics*. Oxford, Clarendon, 1973.

_____. *The Political System of Napoleon III*. Londres/Nova York, Macmillan/St. Martin's Press, 1958

ZOLA, Émile. *L'assommoir*. Trad. Leonard Tancock. Harmondsworth, Penguin, 1970.

_____. *Germinal.* Trad. Leonard Tancock. Harmondsworth, Penguin, 1954b.

_____. *The Kill (La Curée).* Trad. Alexander Teixeira de Mattos. Nova York, Farrar, Straus and Young, 1954a.

_____. *The Ladies Paradise.* Trad. Brian Nelson. Oxford, Oxford University Press, 1995.

_____. *Money (L'Argent).* Trad. Ernest Vizetelly. Londres, Alan Sutton, 1991.

Crédito das ilustrações

Academic Press, Figura 35

Amgueddfa AC Orielau Cenedlaethol Cymru/National Museums & Galleries of Wales, Figura 54

Artography, Figuras 6, 14, 17, 26, 42, 51, 83, 92, 94, 116

Ashmolean Museum, Oxford, Figura 2

Beth Lieberman, Figuras 25, 36

Bibliothèque Nationale, Figuras 13, 15, 21, 24, 27, 37, 40, 59, 63, 70, 71, 76, 77, 85, 95, 98, 99, 101

Collections d'Affiches, Alain Gesgon, Figura 118

Éditions du Seuil, Figura 105

Éditions de la Découverte, Figura 102

The Phillips Collection, Washington, DC, Figura 66

Photothèque des Musées de la Ville de Paris/Cliché Andreani, Figuras 8, 43, 75A, 78, 79A, 79B, 91A; Bertheir, Figuras 9, 75B; Briant, Figuras, 3, 4, 19, 32B, 33, 38, 46, 86A, 107A; Degraces, Figuras 18, 44, 84B, 114, 116; Giet, Figuras 89A, 89B; Habouzit, Figuras 11, 28A, 82, 84A, 86B, 108A; autoria desconhecida, Figura 74A; Joffre, Figuras 16, 29, 30, 32A, 91B, 100, 104, 107B, 110, 111, 112, 113, 115; Ladet, Figuras 10, 28B, 31, 39, 57, 69, 73A, 81, 87, 103; Lifeman, Figura 88; Pierrain, Figuras 5, 7, 72, 60, 65A, 108B; Trocaz, Figuras 34A, 72, 73B; Tomazet, Figuras 65B, 74B

Réunion des Musées Nationaux/Art Resource, NY, Figuras 1, 22, 23, 67, 90B

Scala/Art Resource, NY, Figura 90A

Trustees of the British Museum, Figura 12

The Walters Art Museum, Baltimore, Figura 80

Índice onomástico

Agulhon, Maurice, 15, 17, 20, 90, 93, 95, 111, 136, 382, 384

Audiganne, Armand, 266, 374

Babeuf, François, 96, 120, 375

Bailly, Antoine-Nicolas, 140, 145

Bakunin, Jack, 100, 106

Bakunin, Mikhail, 363

Baltard, Victor, 24-6, 140, 331

Balzac, Honoré de, 15, 27, 29-30, 33-4, 37, 41-50, 52-86, 91-2, 118, 122, 124-5, 131, 159-160, 171, 174, 260, 296-7, 308, 315, 324, 327, 330, 354, 361, 365-6
Bastiat, Frédéric, 368
Baudelaire, Charles, 13, 15, 29-33, 41-3, 81, 83, 85, 149, 201, 258, 284, 291, 294, 298, 340-2, 344, 347, 350, 352-4, 365-6, 372-3, 384
Baudin, Jean-Baptiste, 19, 298, 400
Bazard, Saint-Amand, 100
Benjamin, Walter, 27, 34-6, 41, 43, 71, 80-1, 83, 97, 118, 121, 284, 298, 353, 366, 380
Berger, Jean-Jacques, 21, 25, 124, 139-40
Berman, Marshall, 352-3, 365-6
Bismark, Otto Eduard, 416
Blanc, Louis, 15, 19, 101, 104-5, 110, 115, 123, 341, 346, 359, 376, 424
Blanqui, Louis-Auguste, 32, 96-7, 104-6, 112, 120, 123, 135, 341, 355, 367, 370-1, 375-6, 408, 421, 434, 447
Bonaparte, Luís (Carlos Luís Napoleão Bonaparte), 18-20, 23, 25, 26, 30, 137, 149, 252, 391, 415-6, 431, 433, 437, 443
Bouilhet, Louis, 27
Boyer, Christine, 79-80, 121
Buchez, Philipe, 109, 116
Buonarroti, Philipe, 96, 375
Burnham, Daniel, 154
Cabet, Étienne, 32, 104-5, 108-10, 112-6, 119-20, 123, 210, 341
Camp, Maxime Du, 27, 222, 339-40, 381, 428
Cassatt, Mary, 257, 278
Castells, Manuel, 303
Cavaignac, Louis, 18-9, 295, 361
Chevalier, Michel, 101, 126, 134, 204
Clark, Timothy J., 29, 34, 52, 87, 126, 199, 283, 295, 342, 356, 359, 365, 384
Cobb, Richard, 303
Cochin, Augustin, 242
Comte, Auguste, 97, 340

Considérant, Victor, 19, 103, 105, 117, 120-3, 210-1
Cooper, James Fenimore, 361
Corbon, Claude Anthime, 203, 209, 228-9, 260, 265-6, 308, 310, 318, 337, 339, 374-8
Cottereau, Alain, 217-8, 221-2, 229, 231, 235-6, 255-6, 259, 324
Courbet, Gustave, 13, 30, 52, 138, 309, 312, 341-2, 359, 365, 391, 431
Daly, César, 94, 116-7, 120-2
Danton, Georges Jacques, 92-3
Daumard, Adeline, 171, 174-6, 178, 180, 182-3, 186, 303-5
Daumier, Honoré, 14, 16, 21-2, 31, 33-4, 42, 46, 51, 57, 59-60, 75, 88-90, 92-3, 95, 100, 102, 126, 133, 148, 157-9, 172, 179, 192, 195, 199-200, 210, 223, 234, 248, 257-8, 264, 268, 278, 282, 289-90, 292, 302, 328, 347, 350, 352-3, 358-9, 364, 383, 390, 394, 423, 425, 436
David, Jacques-Louis, 13
Delacroix, Eugène, 13, 90-1, 339-40, 362, 365, 381
Deroin, Jeanne, 111, 123
Dézamy, Théodore, 111-2, 119
Dickens, Charles, 382
Diderot, Denis, 159, 346-8
Dmitrieff, Elizabeth, 384
Dumas, Alexandre, 162, 344
Dumas, Alexandre, filho, 168
Durkheim, Émile, 97
Duruy, Victor, 258, 272-5
Duveau, Georges, 203, 217, 237-42, 245-6, 270, 277, 310, 375
Duveyrier, Henri, 93
Enfantin, Barthélemy, 100-1, 107-8, 112, 120, 126
Engels, Friedrich, 113, 247, 267, 352
Ferguson, Priscilla Parkhurst, 81, 124-5, 132, 303
Ferry, Jules, 194-5, 201, 348, 350, 401
Flaubert, Gustave, 13, 15, 17, 27-30, 32-3, 76, 92-3, 124-6, 201, 258, 339-41, 360, 362-3, 365-7, 371, 373, 381
Fleury, Hubert Rohault de, 416-7, 420, 426-7, 433-5, 437-8, 440, 443, 447

Foucault, Michel, 93
Fourier, Charles, 32, 94, 97, 100-5, 107-10, 112-21, 269-70, 340, 346, 379-80Fournel, Victor, 152, 199, 348
Frègier, Louis, 104, 330
Freud, Sigmund, 103
Fribourg, Ernest, 242, 386, 397
Fried, Marc B., 315
Fried, Michael, 344
Gaillard, Jeanne, 36, 142, 174-5, 178-80, 183-7, 189, 197, 205-6, 213-4, 217, 219, 221, 223, 236, 239, 242, 244-5, 247, 264, 266-7, 270, 274-5, 314-5
Gambetta, Lèon, 400, 403, 424, 443
Gautier, Théophile, 372
Gobineau, Arthur de, 360
Goethe, JohannWolfgang von, 73, 76
Goncourt, Edmond de, 295, 297, 339-40, 350, 352, 373, 380, 422, 431-3
Gould, Roger, 303, 322, 324-5, 370
Gramsci, Antonio, 191, 193
Gréard, Octave, 274
Greenberg, Louis, 156, 312, 315, 369-70
Guedella, Phillipe, 18
Guibert, Monsenhor, 416, 434, 442
Guizot, François, 171
Haine, W. Scott, 296, 321, 324
Halbwachs, Maurice, 80, 181, 186
Hanska, Eveline, 15
Haussmann, Georges-Eugène, 13, 15, 19-27, 29, 32-3, 37, 61, 76, 78, 87, 118, 121-2, 124-6, 130, 139-45, 149-50, 152-8, 163, 165, 167, 175, 178-81, 183-5, 187-8, 190, 193-9, 201, 203-7, 225-6, 239, 253, 258, 267-70, 274, 279, 281-2, 288, 298, 301, 305, 310-9, 321, 327, 330-2, 334-5, 345-8, 350-1, 353-4, 361, 364-5, 367-70, 379, 392-3, 398, 401-2, 408, 418, 433
Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 73
Hill, Christopher, 95

Hittorff, Jacques, 25, 118, 140, 331
Hugo, Victor, 13, 81, 104, 135, 157, 252, 308, 333-4, 340, 344, 347, 350-1, 358-9, 361-2, 381-2, 385, 424
Ingres, Jean-Auguste, 13
Jameson, Fredric, 44-5, 85
Johnson, Christopher, 104, 112-3
Kantorowicz, Ernst, 89
Keynes, John Maynard, 56
Kropotkin, Piotr Alexéivitch, 363
Lafargue, Paul, 33
Lamartine, Alphonse Marie Louis de, 13, 15, 18, 29-30, 104, 108, 123, 135, 330, 341-2, 344
Lanquetin, Jacques-Séraphin, 118, 121-2
Lazare, Bernard, 242
Lazare, Louis, 178, 190, 204, 242, 267-8, 372, 374-5, 408, 422
Lecomte, Claude, 426-7, 431, 447
Ledru-Rolin, Alexandre, 19
Lefebvre, Henri, 35, 203, 314-5
Lejeune, Michel, 229, 232, 249, 253
Lejeune, Paule, 229, 398
Lejeune Philipe, 229, 232, 249, 253
Lejeune, Xavier-Edouard, 229, 231, 253
Lemel, Nathalie, 271
Lenin, Vladimir , 96, 114, 405, 422
Léo, André, 384
Leroux, Pierre, 100, 104-6, 108-9, 114, 116, 119, 123, 211
Lissagaray, Prosper-Oliver, 380, 421, 424, 428
Luís Filipe I, 15, 64, 90-1, 95, 171, 426
Manet, Édouard, 13, 87, 338, 344, 384-5, 436
Marchand, Bernard, 122, 142, 361
Marcus, Sharon, 43, 64, 68
Marguerite Marie, 73-4, 413-5
Marrey, Bernard, 116, 118-9, 121

Marville, Charles, 21, 23-5, 28, 37, 65, 134, 144-5, 173, 177, 206, 226, 329, 332
Marx, Karl, 11, 20, 25, 32-3, 49, 54, 58, 70, 73, 79, 80, 82, 89, 96, 98, 100, 113, 115, 127, 136, 138, 142, 163, 205, 222, 231, 236, 247, 263, 304-5, 308, 330, 341, 344, 352-3, 376-8, 389, 392, 405, 407, 422
Meynadier, Hippolyte, 121-2, 159, 327
Michel, Louise, 250, 276-7, 384
Michelet, Jules, 247, 250, 257, 340, 344, 362-3, 382, 384-6, 408
Millière, Jean-Baptiste 324, 429
Minck, Paule, 246, 253, 384, 386, 408
Moilin, Tony, 379-80, 429
Molé, Louis, 15
Montesquieu, Charles de Secondat, Barão de, 360
Moreau, Edouard, 277
Morisot, Berthe, 257, 278
Musset, Alfred de, 13, 104
Nadar, Félix, 315, 375
Nadaud, Martin, 243, 277
Napoleão III, *ver Bonaparte, Luís*
Nassau, Senior, 196
Noir, Victor, 299, 403
Ollivier, Émile, 140, 396
Owen, Robert, 32
Park, Robert, 62
Pasteur, Louis, 339, 342
Perdiguier, Agricol, 104, 106
Péreires (irmãos), 101, 154, 161-9, 183, 186, 188, 194-5, 204, 206, 220-1, 310, 317, 362, 368-9, 377-8, 392, 397, 408
Perreymond, Michel, 117, 120-2, 159, 379
Persigny, Jean Gilbert Victor Fialin, 150, 163, 193
Picasso, Pablo, 70
Piore, Michael J., 66, 115, 256, 265, 308, 331
Pollock, Griselda, 257-8
Pope, Alexander, 73

Poulot, Denis, 210, 217-8, 222, 229-31, 236-7, 240, 243, 253, 256, 260, 266-7, 269, 272, 276, 297, 304, 306, 309, 321-2, 324, 371, 374
Rambuteau, Claude-Philibert, 20, 117-8, 121, 124
Rancière, Jacques, 36, 100, 106, 113, 203, 209-10, 236, 255, 259, 284, 345
Rawls, John, 114
Reclus, Elisée, 363-4
Renan, Ernest, 297
Rifkin, Adrian, 199, 201, 203, 218, 306, 324, 337, 344, 357
Robespierre, Maximilien de, 104, 369
Rochefort, Henri de, 399, 403
Rose, Robert B., 96
Rossi, Aldo, 81
Rothschild, Família, 161-5, 167, 169, 194, 206, 221, 310, 312, 317, 368, 392, 401, 408
Rougerie, Jacques, 196, 213, 234, 238-9, 241, 244, 312, 398, 428
Rousseau, Jean Jacques, 346, 360-1
Sabel, Charles F., 115
Said, Edward, 362
Saint-Simon, H. Conde de, 11, 25, 32, 47-8, 93-5, 97-101, 104-5, 108, 115, 120, 157, 301, 340, 346, 368
Sainte-Beuve, Charles Augustin, 339, 352, 368
Sand, George, 13, 101, 104, 108-9, 135, 250, 330, 341, 365, 383
Say, Leon, 194, 201, 265, 368
Schorske, Carl, 34-6
Scott, James, 49-50, 211
Scott, Joan Wallach, 36, 211, 214, 247, 249, 252, 255, 341, 386
Sennett, Richard, 283, 291, 295, 321
Sewell, Willian H., 105, 113, 209, 211, 235, 237, 309, 378
Simeon, Conde Henri, 20, 22
Simmel, Georg, 35, 53
Simon, Jules, 238, 246, 249, 258, 272, 385-6
Smith, Adam, 98
Steegmuller, Francis, 27-8

Stern, Daniel, 13-5
Sue, Eugène, 43, 174, 308
Thiers, Adolphe, 15, 19, 117, 123, 136, 138, 305, 308, 312, 317, 344, 370, 398, 4034, 407-8, 411, 413, 424-7, 429, 431, 433-4, 437, 442
Thomas, Albert, 239, 241, 266
Thomas, Clément, 426-7, 447
Tocqueville, Alexis de, 355, 362, 381, 384-5
Tristán, Flora, 89, 96, 104-5, 107-8, 259
Tudesq, André-Jean, 162
Varlin, Eugène, 229, 236, 271, 276-7, 318, 321, 324, 339-40, 365, 386, 397, 399, 408, 431, 441, 447
Veuillot, Louis, 348
Villermé, Louis René, 104, 330
Vincent, K. Stephen, 110-1, 170
Voltaire, François Marie Arouet, 159, 346-8
Wohlfarth, Irvring, 352-4
Zanten, Van, 141, 282-3
Zeldin, Theodore, 191, 193, 199, 201, 225, 252, 259, 272, 309, 342-3, 391
Zola, Emile, 78, 160-1, 168-9, 171, 180, 182, 230-2, 246, 252-3, 255, 260, 288-9, 297, 311, 347-8, 347-8, 354, 362-3, 366-7, 381, 384



Croqui do Congresso Nacional feito por Oscar Niemeyer, 1958.

Este livro foi publicado em junho de 2015, aos 55 anos recém-completados da inauguração de Brasília, a nossa capital da modernidade.

Copyright © David Harvey, 2003
Copyright da tradução © Boitempo Editorial, 2015
Traduzido do original em inglês *Paris, Capital of Modernity*, publicado pela Routledge Inc., divisão de Taylor & Francis Group LLC

Direção editorial
Ivana Jinkings

Edição
Bibiana Leme

Coordenação de produção
Livia Campos

Assistência editorial
Thaisa Burani

Tradução
Magda Lopes

Revisão da tradução
Artur Renzo

Preparação
Maria Carolina Morais

Revisão
Mariana Tavares e Luzia Santos

Paginação do índice onomástico
Helena Steiner

Capa e diagramação
Antonio Kehl

Equipe de apoio: Allan Jones, Ana Yumi Kajiki / Elaine Ramos / Fernanda Fantinel / Francisco dos Santos / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros.

Diagramação
Schäffer Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H271p
Harvey, David, 1935-
Paris : capital da modernidade / David Harvey ; tradução Magda Lopes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.
recurso digital

Tradução de: Paris, capital of modernity
Formato: ePub
Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7559-442-1 (recurso eletrônico)
1. Urbanização - Paris (França) - História. 2. França - História - Segundo Império, 1852-1870. I. Título.

15-22367	CDD: 944.361 CDU: 94(443.61)

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: junho de 2015

BOITEMPO EDITORIAL
www.boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.wordpress.com
www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo
www.youtube.com/user/imprensaboitempo
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br

E-BOOKS[[a]] DA BOITEMPO EDITORIAL

Altíssima pobreza
Giorgio Agamben

Brasil em jogo
Andrew Jennings, Raquel Rolnik, Antonio Lassance et al.

O capital, Livro II
Karl Marx

A cidade e a cidade
China Miéville

A crise do neoliberalismo
Gérard Duménil e Dominique Lévy

Ditadura: o que resta da transição
Milton Pinheiro (org.)

Estado e política em Marx
Emir Sader

Feminismo e política
Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel

O homem que amava os cachorros
Leonardo Padura

Intérpretes do Brasil
Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco (orgs.)

A jaula de aço
Michael Löwy

O mito da grande classe média
Marcio Pochmann

Mulher, Estado e revolução
Wendy Goldman

O novo tempo do mundo

Paulo Arantes

O novo tempo do mundo
Paulo Arantes

Para entender O capital II e III
David Harvey

O ódio à democracia
Jacques Rancière

Pilatos e Jesus
Giorgio Agamben

Sem maquiagem
Ludmila Costhek Abílio

Tempo, trabalho e dominação social
Moishe Postone

Tempos difíceis
Charles Dickens

Trabalhadores, uni-vos
Marcello Musto (org.)

Violência
Slavoj Žižek

---

[a] Formato ePub.

Siga a Boitempo

www BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR
BLOGDABOITEMPO.COM.BR
/BOITEMPO
@EDITORABOITEMPO
/IMPRENSABOITEMPO
@BOITEMPO